



A Contabilidade e o equilíbrio de interesses: O caso da
Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1826)

por

José Miguel Pereira dos Santos de Oliveira

**Dissertação de Doutoramento em
Ciências Empresariais – Área de Contabilidade**

Orientada por

Professora Doutora Maria de Fátima da Silva Brandão

Professor Doutor João Francisco da Silva Alves Ribeiro

Faculdade de Economia

Universidade do Porto

2013



*À alegria e loucura da Isabel e da Catarina
À Madalena, por tudo!*



Sobre o autor

José Miguel Pereira dos Santos de Oliveira licenciou-se em Gestão, na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, no ano de 1998, tendo completado parte do curso na *Universidad Autonoma de Madrid*, ao abrigo do programa Erasmus.

Em 2003 finalizou o Mestrado em Ciências Empresariais com Especialização em Contabilidade, na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo defendido a dissertação com o título “A Contabilidade do Mosteiro de Arouca: 1786-1825”.

Em 2005 iniciou os trabalhos com vista à obtenção do grau de Doutor em Ciências Empresariais, na área de Contabilidade, com o tema “A Contabilidade e o equilíbrio de interesses: O caso da Contabilidade da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1826)”.

Frequentou diversos *workshops* e conferências sobre temas relacionados com a sua dissertação. Publicou um livro e é também autor de um artigo publicado numa revista nacional, sem *referee* e co-autor de um segundo, publicado em 2012 num livro de actas internacional, com *referee*.

Profissionalmente ingressou no escritório do Porto da PricewaterhouseCoopers em 1998, tendo passado pelo departamento de auditoria e depois pelo departamento de transacções, onde exerceu as funções de *manager* até 2005. Nesse ano ingressou no grupo Auto Sueco, onde exerceu as funções de director do planeamento e controlo de gestão e desenvolvimento corporativo do grupo e de administrador financeiro de uma unidade de negócio, o grupo Sotkon. Desde 2011 passou a exercer funções de director corporativo e depois de director administrativo e financeiro do grupo no Brasil.

Entre 2003 e 2004 foi assistente convidado na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo leccionado as Unidades Curriculares de Contabilidade e Matemática Financeira. Desde 2004 é docente convidado na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, onde é regente de três Unidades Curriculares ligadas à Contabilidade, às Finanças Empresariais e ao processo de desenvolvimento de projectos empresariais, no âmbito do Mestrado de Inovação Tecnológica na Engenharia.



Agradecimentos

A preparação desta dissertação beneficiou de preciosos auxílios que de forma reconhecida, gostaria de agradecer.

À Professora Doutora Maria de Fátima Brandão e ao Professor Doutor João Francisco Alves Ribeiro, orientadores desta dissertação, pela disponibilidade, a paciência e acima de tudo a boa disposição e atitude didáctica que adoptaram ao longo do seu trabalho de orientação e na relação que estabelecemos durante estes anos.

Aos Professores Doutores Gaspar Martins Pereira e Natália Fauvrelle agradeço o acesso ao GEHVID. Sem a preciosa ajuda do Mestre Paulo Amorim do CEPESE não teria sido possível explorar de forma tão fácil o vastíssimo arquivo da Companhia. O auxílio do Professor Doutor Fernando de Sousa, director do CEPESE e profundo conhecedor da história da Companhia permitiu também esclarecer inúmeras questões relacionadas com opções de tratamento e análise crítica dos dados recolhidos.

Parte das fontes podem ser encontradas fora da Companhia, em formato duplicado ou singelo. O segundo arquivo mais importante é o que está no Arquivo Histórico de Obras Públicas. Aos respectivos técnicos e direcção deixo aqui o meu agradecimento pela rentabilização dessas visitas.

A Professora Doutora Delfina Gomes facilitou em muito o acesso a fontes da época que permitiram melhorar a contextualização do estudo de caso no panorama português. Ao meu Professor Hernâni Carqueja agradeço a troca de impressões, sempre generosa, relativamente à coerência das análises ensaiadas nesta dissertação.

Versões parcelares deste trabalho foram apresentadas em alguns encontros temáticos sobre História da Contabilidade. Aos membros desses painéis, mas em especial aos Professores Doutores Delfina Gomes, John Richards Edwards, Leonor Fernandes Ferreira, Lúcia Lima Rodrigues, Maria Eugénia Mata, Marta Mácias e Salvador Carmona e à Mestre Isabel Oliveira, agradeço as sugestões de melhoria.

À minha mãe e irmã agradeço o contributo na finalização do texto desta dissertação. À minha família e aos meus orientadores dedico reconhecidamente este trabalho.

Setembro de 2013
José Miguel Oliveira



Resumo

As companhias privilegiadas surgiram na Europa em circunstâncias históricas únicas, num período em que o ideal mercantilista incitou os Estados a unirem-se por interesse e necessidade aos interesses dos particulares por rendas, sob a forma de concessões exclusivas, com direitos e deveres regulados por estatutos.

Regra geral, estas companhias eram organizações complexas, movimentavam muito capital e crédito, transaccionavam volumes elevados de produtos em várias geografias e eram detidas por vários accionistas, cuja responsabilidade era limitada às entradas que efectuavam, podendo transaccionar as suas acções no mercado. A Contabilidade teve que dar resposta a estes problemas de vária ordem e encontrou nas potencialidades do método das partidas dobradas a melhor solução para os mesmos.

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (*Companhia*) é um exemplo tardio deste tipo de companhias, as quais foram usadas pela Coroa Portuguesa com o intuito de promover reformas, à semelhança do que outros governos europeus haviam feito antes.

A organização da *Companhia* e em particular o desenho do seu sistema contabilístico, digráfico desde o início, beneficiou da experiência importada de outras companhias europeias e mais proximamente do modelo inaugurado na Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com as adaptações necessárias à tutela do sector do vinho do Porto, que lhe ficou confiada e ao comércio de géneros vinícolas.

Ao longo desta dissertação damos conta da forma como a contabilidade da *Companhia* assegurou (i) o controlo de fluxos na região sob a sua tutela, (ii) o registo e relato das operações desenvolvidas em proveito dos accionistas e (iii) a produção de informações úteis ao Estado.

Damos igualmente conta da forma, por vezes criativa, como a contabilidade da *Companhia* contribuiu para o equilíbrio dos interesses entre o Estado, os accionistas, a direcção e os credores da mesma, num contexto institucional relativamente estável e perante questões essencialmente relacionadas com a distribuição de rendas, a sustentação do crédito e a negociação de privilégios e obrigações.

Palavras-chave: História da Contabilidade; Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro; Método das Partidas Dobradas.



Abstract

Chartered trading companies emerged in Europe in a particular historical background, when mercantilism urged States to join forces with private investors. States agreed to open chartered trading companies' ownership to individuals by granting them exclusive concessions, which were regulated by statutory rights and duties.

As a rule, these companies were complex organizations, handling big capital and credit amounts and trading commodities in different parts of the world. They were owned by several shareholders, whose liability was limited to the invested capital and who were allowed to sell their shares. The double entry accounting system seemed to offer the best solutions to accommodate the different interests at stake.

Like other European governments did decades before, so too did the Portuguese government establish chartered trading companies as a way to promote reforms. The Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (*Companhia*) is one such example.

The organization of the *Companhia*, and in particular its double entry accounting system, adopted from the start, greatly benefited from the experience of other European similar companies, and most of all from the accounting system of the Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão that was replicated in the *Companhia* with the necessary adjustments to the regulation of the Port wine production and trading business, for which the *Companhia* was made responsible.

In this work we try to establish how the *Companhia*'s accounting system was meant (i) to control the wine flows in the region it administered, (ii) to register and report operations benefiting shareholders as well as (iii) to provide statistical information for government decision-making.

We also try to explain how, within a stable institutional framework, the *Companhia*'s accounting system - sometimes making use of a certain creativity - helped to balance the different interests of the State, its shareholders, governors and creditors, when it was confronted with such issues as profit distribution, credit sustainability or when negotiating privileges and obligations.

Keywords: Accounting History; Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro; Double Entry Accounting System.



Índice Geral

1. Introdução.....	1
2. Questões e metodologia de investigação	6
2.1. As questões de investigação.....	11
2.2. Período seleccionado, fontes utilizadas e opções de tratamento das mesmas	12
2.3. Limitações do trabalho realizado	17
3. A contabilidade das companhias europeias no século XVIII.....	19
3.1. O saber contabilístico disponível e praticado na Europa no século XVIII.....	19
3.2. As práticas contabilísticas das companhias privilegiadas europeias.....	29
4. A contabilidade das companhias pombalinas.....	50
4.1. O Marquês de Pombal e as companhias pombalinas	55
4.2. O saber contabilístico disponível e praticado em Portugal no século XVIII.....	60
4.3. O papel da contabilidade nas companhias pombalinas	72
4.4. As práticas contabilísticas das companhias pombalinas	78
5. Estudo de caso. A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro	91
5.1. Origem e instituição da <i>Companhia</i>	91
5.2. Os negócios da <i>Companhia</i>	104
5.3. A organização da <i>Companhia</i>	115
5.3.1. A influência do Rei e da hierarquia do Estado	116
5.3.2. Os accionistas.....	118
5.3.3. As juntas da <i>Companhia</i>	120
5.3.4. Organização administrativa da <i>Companhia</i>	128
5.4. O sistema contabilístico da <i>Companhia</i>	135
5.4.1. Perímetro contabilístico	135
5.4.2. Contas utilizadas	137
5.4.3. Critérios valorimétricos	141
5.4.3.1. Critérios das contas de ‘lucros’ e ‘perdas’	143
5.4.3.2. Critérios das contas de ‘débito’ e ‘crédito’ da <i>Companhia</i>	172
5.4.4. Livros de contas	190
5.4.5. Os Estados anuais da <i>Companhia</i>	193
5.4.6. O sistema de controlo interno.....	197
5.5. Usos dados à contabilidade da <i>Companhia</i>	205
6. Discussão.....	250
7. Conclusões.....	263
8. Fontes e referências.....	269
Anexo 1. Aviso do Marquês de Pombal relativo às contas da <i>Companhia</i> (1761).....	291
Anexo 2. Paralelo dos lucros da <i>Companhia</i> (1756-1784)	296
Anexo 3. Mapa das dívidas passivas da <i>Companhia</i> (1784).....	298
Anexo 4. Lucros acumulados e repartidos (1757-1784).....	300
Anexo 5. Contas de ‘lucros’ e ‘perdas’ utilizadas (1756-1826).....	302
Anexo 6. Contas de ‘débito’ e ‘crédito’ utilizadas (1756-1826)	307
Anexo 7. Livros do escritório e contadoria da <i>Companhia</i> (1784)	309



Índice de Figuras

Figura 1: Organização administrativa da EIC.....	37
Figura 2: O sistema contabilístico da EIC na 1ª metade do século XVII.....	41
Figura 3: Organização administrativa da VOC.....	44
Figura 4: Repartições administrativas na Câmara de Amesterdão da VOC.....	45
Figura 5: Actividades da <i>Companhia</i> por natureza (1756-1826).....	105
Figura 6: Actividades da <i>Companhia</i> por localização (1756-1826).....	105
Figura 7: As incumbências ou inspecções da <i>Companhia</i> (1756-1826).....	130
Figura 8: Organigrama e salário dos principais oficiais da <i>Companhia</i> (1784).....	134
Figura 9: Livros de contas da <i>Companhia</i> e sua articulação (1756-1826).....	191
Figura 10: Exemplo de duas páginas da <i>Demonstração do Estado</i> ... (1762).....	195
Figura 11: Controlo dos fluxos de produção, transporte e venda (1756-1826).....	199
Figura 12: Guias de controlo dos fluxos de vinho (1756-1826).....	203
Figura 13: Controlo dos fluxos por cargas e descargas (1756-1826).....	204
Figura 14: Extracto do Estado da <i>Companhia</i> (1764).....	223
Figura 15: Extracto do Estado da <i>Companhia</i> (1765).....	223

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Subscrição das acções do 1º fundo da <i>Companhia</i> (1756-1760).....	102
Gráfico 2: Número de actas das juntas da <i>Companhia</i> (1756-1817).....	124
Gráfico 3: Lucros com juros e ágio (1756-1826).....	158
Gráfico 4: Diminuição do valor dos cascos e dívidas perdidas (1774-1822).....	171
Gráfico 5: Saldo anual da conta de dinheiro e prata da <i>Companhia</i> (1756-1826).....	179
Gráfico 6: Composição do débito e crédito da <i>Companhia</i> (1756-1826).....	180
Gráfico 7: Rácios de rentabilidade da <i>Companhia</i> (1756-1826).....	224
Gráfico 8: Dividendos, lucros e atraso das contas da <i>Companhia</i> (1756-1826).....	230
Gráfico 9: Reconstituição do resultado corrente da <i>Companhia</i> (1756-1826).....	244
Gráfico 10: Ajustamentos aos resultados da <i>Companhia</i> (1756-1826).....	244
Gráfico 11: Resultado corrente, ajustamentos e resultado apresentado (1756-1826).....	245

Índice de Quadros

Quadro 1: Demonstração do Estado da CGGPM (1759).....	83
Quadro 2: Resumo da Demonstração do Estado da CGGPM (1759).....	84
Quadro 3: Demonstração do Estado da CGPP (1785).....	86
Quadro 4: Datas da subscrição do capital social da <i>Companhia</i> (1756-1769).....	101
Quadro 5: Comissões da junta da <i>Companhia</i> (1766).....	128
Quadro 6: Síntese das contas utilizadas nas demonstrações anuais (1756-1826).....	140
Quadro 7: Principais critérios valorimétricos da <i>Companhia</i> (1784).....	142
Quadro 8: Resumo dos lucros e perdas da <i>Companhia</i> (1756-1826).....	143
Quadro 9: Margem e acertos nas carregações para o Brasil (1756-1826).....	146
Quadro 10: Margem e acertos nas carregações de/para S. Petesburgo (1780-1826).....	157
Quadro 11: Aluguer de armazéns e alambiques (1793-1806).....	159
Quadro 12: Ordenados dos ministros, secretário e oficiais da <i>Companhia</i> (1784).....	163
Quadro 13: Dívidas a receber da <i>Companhia</i> (1784).....	173
Quadro 14: Dívidas passivas da <i>Companhia</i> em 30 de Junho de 1784.....	177
Quadro 15: Valor das acções próprias nas contas da <i>Companhia</i> (1771-1793).....	186
Quadro 16: Valorização das acções dos 1º e 2º fundos da <i>Companhia</i> (1770).....	189
Quadro 17: Indicadores de remuneração dos capitais da <i>Companhia</i> (1756-1826).....	221
Quadro 18: Amortização das acções subscritas com recurso a crédito (1767-1830).....	233
Quadro 19: Empréstimos contraídos pela <i>Companhia</i> (1757, 1783, 1826).....	234



Abreviaturas

AHOP	Arquivo Histórico de Obras Públicas
ANTT	Arquivos Nacionais da Torre do Tombo
CEPESE	Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
CGAVAD	Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro
CGGPM	Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão
CGPP	Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba
Companhia	Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro
EIC	<i>East India Company</i> (Companhia Inglesa das Índias Orientais)
Ff.	Frente (do fólio)
Fl.	Fólio
GEHVID	Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense
Lv.	Livro
Lvs.	Livros
OTOC	Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
VOC	<i>Vereenigde Oost-Indische Compagnie</i> (Companhia Holandesa das Índias Orientais)
Vv.	Verso (do fólio)



1. Introdução

Enquanto disciplina que traduz para o quotidiano os conceitos de riqueza desenvolvidos pela Economia, a Contabilidade tem tido, sempre teve, uma preocupação centrada na sistematização de práticas capazes de darem tradução esquemática e numérica aos diferentes sinais desses mesmos conceitos, visando a produção de informação, bem como a construção de narrativas para públicos mais ou menos alargados¹.

À medida que os fenómenos económicos se foram tornando mais complexos, também as soluções propostas pela Contabilidade o foram. Pode também dizer-se que os avanços da Contabilidade para além de reflectirem, também potenciaram o desenvolvimento ou transformação do tecido empresarial, ao introduzir novas racionalidades e discursos no processo de tomada de decisões, com impacto na própria complexificação das organizações sociais.

A História da Contabilidade desenvolveu-se muito nas últimas duas ou três décadas a nível internacional e tem diversificado os objectos de estudo, a partir dos tramos fundamentais que são o conhecimento da evolução das soluções técnicas adoptadas e dos usos dados à informação contabilística pelos seus destinatários.

Num quadro mais geral, os investigadores da História da Contabilidade têm procurado traçar os momentos chave de evolução da disciplina, estabelecendo pontes com o que se sabe do desenvolvimento de outras Ciências, com destaque para a Matemática, a Economia, o Direito, a Sociologia e a Teoria das Organizações (Gomes, 2007: 10).

A tarefa é imensa, porque os possíveis campos de estudo são muitos e cada vez mais diversificados. Abrangem a contabilidade nacional, os organismos públicos, os diferentes tipos de empresas, as instituições religiosas e uma série de outros tipos de organização, com propósitos lucrativos, não lucrativos, ou de carácter misto. Estuda-se também o desenvolvimento dos normativos, do ensino da contabilidade, da classe profissional dos contabilistas e os modelos de difusão de novidades ou tendências.

¹ Ver sobre este assunto Fisher (1997: 31-45) e Brewer (1996: 193-195).



Os países anglo-saxónicos continuam a dominar a atenção dos investigadores², pela importância que aquelas economias tiveram nos últimos séculos e continuam a ter no contexto mundial, mas também pelo elevado número de investigadores daquela proveniência e pelo facto das principais revistas da especialidade serem publicadas em língua inglesa.

Considera-se que faltam na literatura estudos que cubram realidades de outras geografias, em especial daqueles países que em algum momento da sua história foram potências económicas, como foi o caso das economias ibéricas. Isto porque comumente se associam períodos de florescimento das actividades económicas a períodos de desenvolvimento ou ruptura com o passado das práticas contabilísticas, discutindo-se aliás o papel da Contabilidade como indutora desse mesmo florescimento.

Paralelamente, considera-se que faltam estudos de caso baseados em fontes primárias, que permitam o estabelecimento de generalizações mais sustentadas. Fala-se muito da necessidade de haver mais estudos centrados nas instituições religiosas, nas organizações ligadas à agricultura, o mesmo se passando para as empresas comerciais e industriais que desenvolveram a sua actividade antes do século XX.

O objecto desta dissertação endereça de forma directa algumas destas preocupações. Centra-se no conhecimento do sistema contabilístico de uma grande organização portuguesa, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro³ e abrange o período desde a sua criação, em 1756 até praticamente ao fim do antigo regime em Portugal, em 1834.

As preocupações que estão subjacentes a este estudo são as seguintes: Como se caracteriza e que razões explicam o sistema contabilístico utilizado na *Companhia*? O sistema contabilístico da *Companhia* evoluiu ao longo do período analisado? Caso afirmativo, de que forma? Em que contextos e para que fins foi utilizada a informação produzida pelo sistema contabilístico da *Companhia*? De que forma podemos comparar o sistema contabilístico da *Companhia* com o contemporaneamente utilizado em organizações congéneres portuguesas e europeias?

² Vide a este respeito Carmona *et al* (1999: 463), Carmona e Zan (2002: 291), Parker (2000: 66) e Zan (2002: 9).

³ Doravante e por razões de simplificação do texto, designaremos a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro simplesmente como “*Companhia*” (em itálico) ou “CGAVAD”.



O período compreendido entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX é caracterizado na literatura internacional como um período de lenta expansão de tecnologias contabilísticas parcialmente desenvolvidas em séculos anteriores⁴, com especial destaque para o método das partidas dobradas e as possibilidades que o mesmo veio permitir, no controlo do crédito, na repartição periódica de lucros, em transacções economicamente sustentadas de partes de capital e nos mais diversos cálculos de rentabilidade, seja por tipo de negócio, do capital investido pelos sócios ou da totalidade dos capitais investidos pelas organizações.

Na Europa este é também um período importante de fomento e posteriormente de decadência das companhias privilegiadas, no âmbito das políticas económicas mercantilistas, que caracterizaram a actuação de muitos Estados.

Embora este tipo de organizações apresentem diferenças substanciais entre si, fiquemos para já com esta ideia nuclear: ao falarmos de companhias privilegiadas, referimo-nos a organizações criadas, regra geral com participação de capitais privados, para desenvolverem determinado tipo de actividades económicas, na maioria dos casos ligadas ao comércio em condições especiais de monopólio, condições essas facilitadas pelos governos de cada nação, por períodos mais ou menos dilatados.

Como contrapartida pelos privilégios recebidos, consubstanciados em margens supra-normais, que favoreciam sob a forma de rendas os accionistas, os directores e várias outras classes de interessados, estas organizações estavam vinculadas a obrigações especiais, que usualmente consistiam na tutela ou custeamento de determinado tipo de actividades, em substituição do Estado. Foram também grandes contribuintes do Estado, entregando a este verbas muito significativas, sob a forma de impostos ou contrapartidas de muitas naturezas.

O caso da *Companhia*, como veremos, encaixa perfeitamente neste estereótipo. Assim sendo os modelos de organização interna e os sistemas contabilísticos deste tipo de organizações constituem referências fundamentais do caso que pretendemos analisar.

Em síntese, esta dissertação pretende ser um trabalho no âmbito da História da Contabilidade, centrada no caso da *Companhia* entre 1756 e 1826, ou seja na contabilidade de uma companhia privilegiada, a qual pode ser integrada no processo de difusão das partidas dobradas no contexto de organizações comerciais de capital por

⁴ Ver sobre este assunto de Roover (1956: 174), Hernández-Esteve (1996: 297) e Chiapello (2007: 266).



acções e de grande porte e visibilidade, como foi normalmente o caso das companhias privilegiadas europeias, evidenciando o modo como os principais interesses envolvidos na constituição e funcionamento da *Companhia*, ou seja a Coroa, os accionistas, as juntas directivas e os credores, contribuíram para a configuração do sistema contabilístico, sendo o mesmo analisado essencialmente a partir de fontes primárias.

A análise levada a cabo neste trabalho está direccionada para dar conta do modo como as exigências inerentes a uma companhia sob a forma de uma sociedade por acções determinaram, em primeiro lugar, a opção em favor das partidas dobradas e em segundo lugar, o modo como o sistema de partidas dobradas permitiu sustentar um equilíbrio estável de interesses, claramente evidenciado no alisamento de resultados, que procuramos demonstrar e na preocupação de garantir a sustentabilidade do crédito da *Companhia* e dos seus accionistas.

A sustentação teórica deste estudo está centrada na assumpção da Contabilidade como uma construção social, orientada para a representação, medida e transformações da riqueza/património de indivíduos e organizações em conformidade com os vários interesses envolvidos na constituição, uso e desenvolvimento dessa riqueza/património. A esta assumpção de princípio acresce a perspectiva teórica institucionalista da História da Contabilidade que ajuda a identificar os vários interesses em presença e o modo como a respectiva articulação dá forma ao sistema contabilístico encontrado na *Companhia*.

É a centralidade deste conceito de ‘equilíbrio’ de interesses e o papel que a contabilidade da *Companhia* desempenhou ao serviço desse desígnio que justificam a selecção do título desta dissertação e que estão subjacentes a boa parte das questões de investigação que formulamos.

Esta dissertação encontra-se organizada da seguinte forma:

No segundo capítulo levaremos a cabo a contextualização do estudo de caso e explicitaremos as quatro questões de investigações principais do mesmo, a que pretendemos dar resposta. Daremos igualmente conta das fontes de análise seleccionadas, das opções de tratamento das mesmas e das limitações deste trabalho.

No terceiro capítulo procuraremos contextualizar o caso da contabilidade da *Companhia* no quadro das práticas evidenciadas na Europa, em outras companhias privilegiadas. Esta contextualização é importante, pois é conhecida a influência que as



vivências do estadista e futuro Marquês de Pombal⁵, primeiro em Londres e depois em Viena de Áustria, tiveram no desenvolvimento do seu pensamento político e nas soluções que viria a preconizar para as companhias portuguesas que apadrinhou, nomeadamente no que concerne a soluções contabilísticas.

No quarto capítulo, aprofundaremos o efeito que as reformas pombalinas e as preconizadas pelos governos seguintes do antigo regime tiveram no desenvolvimento das práticas contabilísticas adoptadas pelas companhias privilegiadas portuguesas, de que a *Companhia* é exemplo.

No quinto capítulo explicaremos o processo de fundação da *Companhia*, bem como a forma como estavam organizadas e regulamentadas as suas actividades e o impacto dessas dimensões na sua arrumação organizativa e contabilística. Caracterizaremos igualmente as principais classes de interessados na vida da *Companhia* e o efeito que as pressões exercidas pelos mesmos tiveram na moldagem das soluções adoptadas.

Trataremos então de caracterizar em profundidade o sistema contabilístico da *Companhia*, procurando explicar os diversos fins que a contabilidade da *Companhia* serviu e a forma como essa subordinação impactou no desenho e evolução do próprio sistema.

No sexto e último capítulo tratamos de discutir criticamente a evidência empírica analisada, procurando dar resposta às questões de investigação, à luz do enquadramento traçado e da literatura existente sobre o mesmo, procurando evidenciar novos contributos para essa mesma literatura.

⁵ O título de Marquês de Pombal foi concedido em 1769 a Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro-ministro de Portugal, a quem já em 1759 o Rei havia agraciado com o título de Conde de Oeiras. Por simplificação e conformidade com a terminologia comum, neste trabalho optamos por nos referir sempre a Sebastião José de Carvalho e Melo como “Marquês de Pombal” ou “Pombal”, embora só depois de 1769 ele o tenha sido de facto.



2. Questões e metodologia de investigação

O desenvolvimento do estudo da História da Contabilidade em Portugal tem seguido de uma forma geral o trabalho que tem sido realizado noutros países.

Pese embora alguns trabalhos dedicados ao estudo do desenvolvimento das práticas contabilísticas em Portugal anteriores, foi fundamentalmente a partir da década de 1990 que este estudo se tornou mais sistemático, muito em função da proliferação de cursos de mestrado em Contabilidade em várias Universidades portuguesas e também pelo enquadramento desta temática em alguns programas de doutoramento⁶.

Sinais visíveis deste crescente interesse pela disciplina são o facto de existir uma Comissão de História da Contabilidade no seio da OTOC, a representação de membros nacionais em comités internacionais da área, a organização de eventos internacionais no nosso País e a publicação de cada vez mais artigos sobre Portugal nas revistas internacionais de referência.

As temáticas desenvolvidas pelos estudos de autores portugueses são muito diversificadas, mas têm incidido mais (i) no desenvolvimento das práticas durante o século XX e (ii) nas consequências das reformas encetadas pelo Marquês de Pombal, durante o seu consulado.

Não obstante o que atrás se disse sobre a ligação dos avanços contabilísticos aos períodos de maior dinamismo económico das nações, o estudo do desenvolvimento das práticas contabilísticas durante o período dos descobrimentos portugueses não tem merecido por parte dos investigadores uma atenção tão preponderante quanto aquela que se poderia eventualmente esperar.

No que respeita às consequências das reformas encetadas pelo Marquês de Pombal, os estudos até agora realizados centram-se na reforma dos sistemas de contabilidade dos organismos públicos, na regulamentação de mínimos contabilísticos exigidos, nas disposições respeitantes ao ensino da contabilidade e ao ofício de contabilista e precisamente nas práticas contabilísticas vigentes nas companhias privilegiadas portuguesas, idealizadas durante o consulado pombalino, ou reformadas durante o mesmo.

⁶ Veja-se a este respeito Faria, A (2008).



Ainda que analisando um período um pouco anterior ao que temos vindo a assinalar, foi recentemente publicado um artigo sobre a Real Fábrica das Sedas⁷.

Já no período pombalino foi objecto de comunicação um outro trabalho sobre a Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão⁸.

No que respeita à *Companhia* merece realce o carácter pioneiro do trabalho de Isabel Oliveira, que se debruçou especificamente sobre esta organização durante o período pombalino e que teve como preocupação a caracterização do sistema contabilístico utilizado e a comparação do mesmo com o existente num conjunto de outras casas de comércio do vinho do Porto da época, detidas por nacionais e estrangeiros⁹.

O presente trabalho toma o contributo desta autora como ponto de partida, a partir do qual procuramos efectuar uma análise mais aprofundada do sistema contabilístico da *Companhia* e verificar, no período analisado, a forma como este sistema contabilístico contribuiu e foi utilizado ao serviço do equilíbrio dos interesses em causa.

Os estudos mais recentes publicados sobre a Contabilidade no período de Pombal têm utilizado a Teoria Institucional como um quadro teórico de referência importante e isto é igualmente verdade no que respeita a estudos publicados internacionalmente sobre a contabilidade de companhias privilegiadas com características semelhantes à *Companhia*.

O estudo que acima mencionamos de Carvalho *et al* (2007) sobre a Real Fábrica das Sedas explica as transformações do sistema contabilístico daquela organização entre 1745-1747 parcialmente em função da sua compatibilidade com os raciais e ideias de ordem mercantilistas que aos poucos iam ganhando força.

Gomes (2007: 239-241) na sua dissertação de doutoramento sobre a introdução das partidas dobradas no Erário Régio entre 1761 e 1777, explica a transformação de práticas contabilísticas daquele organismo em função das acções pessoalmente protagonizadas por Pombal, de um conjunto de pressões coercivas exercidas pelo Estado e do papel de legitimação que um novo sistema contabilístico anunciado como racional e eficiente teve na defesa das reformas encetadas no Erário Régio.

⁷ Carvalho *et al* (2007).

⁸ Pinto, O. (2009).

⁹ Oliveira, I. (2007).



Rodrigues em conjunto com outros autores¹⁰, procede à análise do acto de criação da Aula do Comércio de Lisboa e de diversas características dessa instituição, à luz da intenção do Marquês de Pombal criar ou modernizar um conjunto de organismos públicos e empresas, sinalizando o método das partidas dobradas como o método de referência.

Subscrevemos também a opção pela Teoria Institucional como um quadro teórico adequado para explicar o caso da *Companhia*.

As companhias privilegiadas não são companhias comuns. São organizações construídas em torno de privilégios susceptíveis de propiciar rendas supra-normais em certos negócios, mas encargues também de deveres especiais. A dimensão e complexidade que estas organizações atingiram, a forma como repartiam as rendas que geravam e mais importante ainda o papel fundamental que assumia a gestão da teia de interesses que lhes permitia manter os seus privilégios, são essenciais para compreender as suas opções organizativas, os sistemas contabilísticos que adoptaram e os usos que fizeram dos mesmos.

Não há dúvida que o contexto em que a *Companhia* foi criada é caracterizado por políticas de intervencionismo muito forte do Estado na economia e na sociedade, com o objectivo de criar e/ou submeter as organizações de vária ordem a propósitos de fomento dos ideais mercantilistas e iluministas.

Este movimento teve o seu período de apogeu durante o governo de Pombal, mas Portugal é um caso relativamente tardio de implementação em força desse tipo de medidas¹¹, iniciadas bastantes décadas antes em França e na Inglaterra, apenas para citar dois exemplos¹². O padrão de intervencionismo característico da governação pombalina foi perdendo força depois do seu consulado, mas podemos afirmar que o quadro geral de referência se manteve no essencial até à derrota dos ideais absolutistas em 1834.

Resumidamente as políticas pombalinas traduziram-se numa farta oferta legislativa, em reformas do próprio aparelho do Estado, na criação de organismos capazes de consolidar e ampliar o efeito difusor dessas reformas, tais como escolas e organismos de regulação das actividades económicas e justamente na criação de

¹⁰ Vide Rodrigues e Craig (2004; 2009), Rodrigues e Gomes (2001) e Rodrigues *et al* (2003a; 2003b; 2004; 2007).

¹¹ Vide sobre este assunto Martins (1998: 19-24).

¹² Ekelund e Tollison (1997: ix), por exemplo, reportam o período áureo do mercantilismo inglês ao período compreendido entre 1540 e 1640.



companhias privilegiadas, que funcionavam como extensões do próprio Estado na economia e na sociedade.

A Teoria Institucional¹³ mostra-se particularmente relevante para a análise de circunstâncias históricas como estas, em que tipicamente as velhas tradições e costumes perdem espaço para as leis, regras e outros tipos de demonstrações da autoridade que caracterizam a formação dos Estados-Nação modernos. Os sistemas simbólicos tornam-se num certo sentido mais racionais e factores como o poder de classes profissionais e de novas instituições de regulação ganham peso explicativo na vida das organizações, seja pela imposição directa de regras, seja pela promoção de novos mitos (Scott, 1987: 499).

A Contabilidade assumiu importância significativa neste contexto histórico, enquanto instrumento que permitiu controlar o grau de implementação dessas políticas, mas acima de tudo porque dava expressão tangível a um sentido de “boa ordem” nos negócios, considerada verdadeiramente essencial, pois só sobre essa boa ordem é que organizações e um Estado mais fortes se podiam construir (Miller, 1990: 323-324)¹⁴.

O surgimento de organizações públicas e privadas com poderes e obrigações especiais, em alguns casos com dimensões significativas, obrigou também à utilização de dispositivos contabilísticos considerados mais modernos que, no caso de Portugal por exemplo, motivaram o surgimento de uma escola pública dedicada ao ensino da Contabilidade¹⁵ e de outras disciplinas consideradas úteis ao fomento das actividades económicas, principalmente do comércio.

Acresce que, por norma, a intervenção reformista do Estado foi levada a cabo por políticos de mão pesada, muito intervencionistas, como foram os casos de Colbert em França¹⁶ e o Marquês de Pombal em Portugal.

¹³ Sobre a aplicação da Teoria Institucional no domínio da História da Contabilidade vide Fleischman e Radcliffe (2003: 35-38), Funnell (2001: 55-58; 2000: 167-168), Mattessich (2000: 10-12; 1994: 364) Tolbert e Zucker (1999), Previts *et al* (1990: 2) e Gomes (2008: 494-497). Para um debate epistemológico mais alargado vide também Gomes (2008), Kelly e Pratt (1992), Bryer (2000a; 2000b), Carmona e Macías (2001), Edwards (1989), Hopwood (2002), Miller (1994), Hammond e Sikka (1996), Hernández-Esteve (2002; 1997), Quattrone (1997), Napier (1991), Neimark (2000) e Yamey (1981).

¹⁴ Sobre este assunto vide também Abernethy e Chua (1996). Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983).

¹⁵ Referimo-nos à Aula do Comércio de Lisboa.

¹⁶ Sobre o papel de Colbert na implementação das políticas mercantilistas em França vide Ekelund e Tollison (1997: 92-123; 168-169). Estes autores relativizam o papel da iniciativa individual dos decisores governantes, sublinhando antes o contexto em que exerceram funções.



Mais ainda, sendo as políticas de fomento mercantilistas portuguesas tardias face às congêneres inglesa e francesa, é conhecida e está noticiada a tendência de Pombal para imitar as iniciativas que considerou bem sucedidas, particularmente as oriundas desses países, aqui se incluindo as leis, os organismos públicos, as companhias privilegiadas, mas também ferramentas de controlo e governo dessas instituições, inclusive os seus sistemas contabilísticos.

O quadro traçado justifica portanto a aplicação da Teoria Institucional, porque nele estão presentes características muito estudadas por esta Teoria, tais como (i) a tentativa de imitar modelos de sucesso (ii) o poder coercivo exercido pelo Estado, como forma de guiar as instituições num determinado sentido, protagonizado por indivíduos que exercem o poder de forma presente e autoritária, com acções conhecidas e documentadas (iii) a tentativa de ancorar as reformas em várias instituições de suporte¹⁷, com actuação convergente com os fins em vista (iv) a sinalização por muitos meios das condutas a implementar ou evitar pelas organizações¹⁸.

¹⁷ A propósito da distinção de conceitos entre Instituição e Organização vide Duguid e Lopes (1999: 85-86; 88).

¹⁸ Miller (1990: 318) enuncia estas características como pano de fundo das mudanças contabilísticas operadas em França, durante o período governativo de Colbert.



2.1. As questões de investigação

Este trabalho é um estudo de caso sobre a contabilidade de uma companhia privilegiada por acções durante o antigo regime português, entre 1756 e 1826, sendo conhecido à partida que a organização em causa utilizava o sistema de partidas dobradas.

As questões a que este trabalho pretende responder são as seguintes:

1. Como se caracteriza e que razões explicam o sistema contabilístico utilizado na *Companhia*?
2. O sistema contabilístico da *Companhia* evoluiu ao longo do período analisado? Caso afirmativo, de que forma?
3. Em que contextos e para que fins foi utilizada a informação produzida pelo sistema contabilístico da *Companhia*?
4. De que forma podemos comparar o sistema contabilístico da *Companhia* com o contemporaneamente utilizado em organizações congéneres portuguesas e europeias?

Estas questões visam caracterizar o sistema contabilístico da *Companhia*, à luz tanto quanto possível dos seus registos e dos testemunhos da época, para em seguida interpretar e comparar os resultados com o padrão evidenciado por outras organizações nacionais e estrangeiras que a literatura tem enunciado como relevantes.

Pretende-se, como é habitual num estudo de caso, testemunhar evidências que confirmem ou infirmem essas generalizações, prestando particular atenção às correntes de pensamento enunciadas no capítulo anterior e em particular aos contributos da Teoria Institucional, pelo poder interpretativo que tem assumido em casos semelhantes.



2.2. Período seleccionado, fontes utilizadas e opções de tratamento das mesmas

Justificação do período seleccionado

Os 71 anos deste estudo compreendem a maior parte do período referenciado na literatura como a primeira fase da vida da *Companhia* como organização privilegiada com poderes e deveres especiais e que formalmente terminou em 1834, com a extinção da maioria dos seus privilégios e prerrogativas e a sua transformação, ainda que só por alguns anos, numa sociedade comercial praticamente de direito comum (Sousa, 2006: 16).

O sistema contabilístico da *Companhia* foi analisado, sempre que foi possível, à luz dos registos contabilísticos e outras fontes primárias de informação ainda hoje guardadas no arquivo documental da *Companhia*, em Vila Nova de Gaia, para grande conveniência deste estudo catalogado pela equipa do CEPESE em 2003¹⁹.

Esse arquivo inclui não só as contas da *Companhia*, com os seus livros principais e auxiliares, mas também as actas das juntas, copiadores de correspondência enviada e recebida, colectâneas de legislação, estatísticas e muitos outros documentos *ad hoc*, enfim tudo o que se poderia esperar do arquivo de uma organização com a dimensão que a *Companhia* teve durante muito tempo, o qual se encontra preservado sem grandes interrupções temporais ou falhas de qualquer outro tipo, ao contrário do que sucedeu pelos mais variados motivos na maioria dos arquivos das organizações nacionais com quem a *Companhia* se pode comparar.

Uma excepção a esta regra é precisamente o período compreendido entre 1826 e 1834, relativamente mal documentado pelo menos em termos de apuramento de contas anuais. A razão de ser desta interrupção foi a guerra entre liberais e absolutistas de 1832-1834, que dividiu literalmente a *Companhia* em duas, cada parte apoiando o seu lado da contenda e que lhe causou muitos problemas, incluindo a destruição dos armazéns de Gaia e um pouco mais tarde a sua própria extinção como companhia privilegiada. Como as contas anuais da *Companhia* já eram encerradas com atrasos significativos desde as invasões francesas, estes acontecimentos não permitiram o encerramento das contas anuais entre 1827 a 1834.

¹⁹ Vide Sousa (2006) *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Edição da Real Companhia Velha.



As fontes utilizadas

Este estudo baseou-se em fontes de informação primárias e secundárias.

Nas primeiras incluem-se os materiais produzidos no período analisado e depositados em arquivo, seja no principal sediado na actual sede da Real Companhia Velha, seja noutros locais, como o AHOP.

Adoptando uma concepção tão lata quanto possível do que podem ser fontes com informação contabilística relevante, foram naturalmente analisados os livros de contas da *Companhia*, mas também foram analisados materiais relacionados com estes, tais como correspondência expedida/recebida, actas das juntas, estatísticas e outros documentos de síntese ou de análise dos negócios da *Companhia*.

Como fontes secundárias, foram também utilizados testemunhos da época de pessoas que conviveram com a *Companhia* de alguma forma e outro tipo de interpretações contextualizantes contemporâneas, tendo como objecto principal a contabilidade e os negócios da *Companhia*.

Constituem igualmente referências importantes para este trabalho os trabalhos que permitiram fazer o contraponto com a contabilidade de companhias semelhantes e a evolução das práticas contabilística em Portugal e na Europa, com especial ênfase na contabilidade de empresas comerciais. Dentro destas referências, merece destaque a obras de Marcos (1997) sobre as companhias pombalinas e a obra de Sousa (2006) sobre a história da *Companhia*.

Estes dois estudos influenciaram em muito este trabalho, principalmente no que concerne à compreensão do racional que esteve presente na constituição e na forma de governo das companhias pombalinas, no primeiro caso e no mapeamento dos interesses em causa na *Companhia* durante o período analisado, no segundo caso.



Opções quanto ao levantamento e tratamento das fontes

Em 2006, através do CEPESE e particularmente em função do auxílio prestado pelo Professor Doutor Fernando de Sousa e pelo Mestre Paulo Amorim, tive oportunidade de efectuar um primeiro contacto com o arquivo da *Companhia*.

Ficou claro que o estudo da contabilidade da *Companhia* constituía, pela sua dimensão e complexidade por si só objecto viável de investigação, razão pela qual optei por centrar a minha atenção nesta instituição.

Tratando-se a *Companhia* de uma organização que sobrevive sem interrupções desde 1756, de importância única na economia nacional e tendo a esmagadora maioria da sua informação contabilística conseguido chegar até aos nossos dias, o arquivo da *Companhia* apresenta um potencial para a investigação verdadeiramente único em Portugal²⁰.

Após um período de revisão de literatura sobre as actividades da *Companhia* durante o antigo regime, o estudo da sua contabilidade arrancou verdadeiramente com o reconhecimento das fontes primárias disponíveis. Através do cruzamento dos diferentes livros de contas, foi possível reconstruir o sistema contabilístico da *Companhia*, incluindo a forma como a informação foi organizada e tratada pelos diversos executantes, os mecanismos de controlo interno instituídos, os critérios valorimétricos, a natureza das informações produzidas e os destinatários das mesmas.

Ficou claramente demonstrada a mão do Estado na definição das características do sistema contabilístico da *Companhia*, tarefa protagonizada por Pombal de forma contínua, próxima e com grande pormenor, como aliás aconteceu com todos os demais aspectos da vida da mesma. Esta evidência permitiu colocar outras questões relacionadas com a genealogia do sistema contabilístico preconizado e com os usos da informação produzida pela *Companhia*.

Durante o ano de 2008, tendo já realizada a análise descritiva do sistema contabilístico da *Companhia*, procurei avançar na compreensão das forças e pressões que o moldaram.

Essa viagem levou-me ao estudo dos sistemas adoptados por outras companhias privilegiadas portuguesas por acções contemporâneas da *Companhia*, assumindo

²⁰ O arquivo da *Companhia* compreende 9 003 manuscritos e 1 189 caixas de documentação avulsa. A sua organização foi realizada pelo CEPESE e ficou concluída em 2004 (Sousa, 2006).



particular importância as Companhias do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia de Pernambuco e Paraíba. A análise de fontes primárias dessas organizações, nomeadamente os seus “Estados” anuais, disponíveis no AHOP e a troca de informações com outros investigadores que analisaram essas realidades permitiram-me reconstruir um padrão geral, que necessitava no entanto de ser explicado à luz do padrão das práticas europeias da época, no que foi muito útil o contraponto das principais companhias europeias de referência, com destaque para as duas companhias das Índias Orientais, holandesa e inglesa.

Também a partir de 2008, depois de tipificar quem eram os diferentes públicos interessados na informação resultante do sistema contabilístico da *Companhia*, procurei entender os usos dados a essa mesma informação e a interacção entre esses usos e o desenho do próprio sistema.

Para tal abalancei-me na análise detalhada de cada um dos 71 Estados anuais da *Companhia*, relativos ao período entre 1756 e 1826²¹. A centralidade destas peças de informação contabilística na nossa análise justifica-se pelo facto dos Estados condensarem as informações contidas nos livros Diário e Razão, que por sua vez condensam a informação contida nos livros auxiliares de que daremos devida conta mais à frente neste trabalho.

Mereceram igual cuidado as consultas régias desse período e os relatórios especialmente produzidos pelos examinadores da Coroa, nas vezes em que foram chamados a devassar a informação da *Companhia*.

Esta análise conduziu a resultados interessantes e até certo ponto surpreendentes. De forma clara e durante muitos anos, os resultados reportados pela *Companhia* foram determinados aprioristicamente, em função de determinados rácios de remuneração do capital inicialmente investido pelos accionistas e de forma a coincidir com dividendos distribuídos, em alguns casos muito antes do apuramento dos resultados.

Procurei confrontar estas conclusões com a literatura existente. Concluí que é viável explicar o comportamento dos resultados apresentados pela *Companhia* como resposta ao interesse por rendas fixas dos accionistas, a coberto do manto protector da

²¹ As contas da *Companhia* eram formalizadas com grande atraso, a partir de 1805 nunca menos do que cinco anos. As últimas contas disponíveis para o período em análise são as relativas ao ano de 1826, que foram aprovadas e assinadas em 28 de Abril de 1832, pouco tempo antes do início dos combates no Porto entre Miguelistas e Liberais, que provocou, como atrás se disse, perturbações gravíssimas no quotidiano económico e societário da *Companhia*.



Coroa, mas na verdade parece não existir registo em estudos semelhantes de manipulação dos resultados em tão grande escala e de forma tão nítida como no caso em apreço.

Para além da descrição do sistema contabilístico da *Companhia* propriamente dito, tendo neste contexto procurado aprofundar e complementar os estudos anteriormente publicados, acredito que reside na descrição e discussão das manipulações das contas da *Companhia* o contributo mais relevante para a literatura que resulta deste trabalho.



2.3. Limitações do trabalho realizado

Falar da contabilidade da *Companhia* não é o mesmo que falar da contabilidade feita na *Companhia*.

Este estudo teve como preocupação descrever o sistema contabilístico da *Companhia*, circunscrevendo-o ao conjunto de transacções que afectam o seu património e excluindo-se assim o registo e reporte da cobrança de impostos²² onde a *Companhia* tinha apenas um papel de arrecadação, controlo e repasse, mas que não lhe pertenciam. Portanto, o conteúdo deste trabalho dá conta da contabilidade da *Companhia* ou seja do conjunto das transacções cujo resumo consta dos seus “Estados Anuais” e não da contabilidade destes impostos, o que não deixa de empobrecer as conclusões gerais.

Dado o número muito grande de registos disponíveis, a pesquisa centrou-se fundamentalmente na análise daqueles que considerámos serem os mais significativos para reconstruir e para explicar o sistema e os usos que lhes foram dados, disponíveis no Arquivo da CGAVAD e no AHOP, mas é verdade que é conhecida a existência de fontes complementares de informação, incluindo fragmentos do sistema contabilístico em outros arquivos de Portugal²³ e no estrangeiro²⁴ que não foram consultados.

A própria arrumação e catalogação dos arquivos consultados não deixa de sugerir uma arrumação de assuntos que pode não coincidir com as intenções da época em que a documentação disponível foi produzida²⁵. Pensamos no entanto que pelo menos no caso do arquivo da sede da *Companhia*, em Gaia, este risco não deverá ser muito expressivo, dado que a arrumação do mesmo é recente e foi metodologicamente orientada pelos técnicos do ANTT e na totalidade dos muitos livros que analisamos o conteúdo substantivo correspondia fielmente à catalogação do mesmo.

Uma das maiores frustrações que tivemos ao longo do trabalho de pesquisa foi não termos sido capazes de encontrar informação relacionada com os preços a que foram vendidas as acções da *Companhia*. Também não encontramos evidência da

²² Vide sobre este assunto Sousa, F. *et al* (2004) “A cobrança de impostos régios pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1772-1832)”.

²³ Sobre os fundos disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo vide Páscoa (2002).

²⁴ Sobre os fundos disponíveis no *Public Record Office* e na *British Library* vide Cardoso (2002).

²⁵ Vide em especial as opções descritas pela equipa que tutelou a catalogação do arquivo de Gaia em Sousa (2003: 96).



informação financeira publicitada pela *Companhia* durante o período analisado, da qual Frei João de Mansilha dá testemunho nas suas cartas, designadamente os editais de resultados anuais ou fragmentos desses editais.

Apesar de termos contactado directamente os responsáveis pela organização dos arquivos no sentido de encontrar esses materiais e mesmo com ajuda pessoal no local não foi possível encontrar estes elementos, mas a suspeita de que os mesmos existem continua a ser forte. Resta-nos a consolação de termos deixado o alerta para que talvez alguém com mais sorte e certamente com mais engenho, os venha a alcançar.



3. A contabilidade das companhias europeias no século XVIII

3.1. O saber contabilístico disponível e praticado na Europa no século XVIII

A Contabilidade teve desde sempre como objectivos (i) a satisfação da necessidade de tomada e prestação de contas entre agentes e principais e (ii) o acompanhamento próximo da evolução global dos próprios negócios e actividades. Cada um dos objectivos enunciados potenciou métodos de registo contabilístico diferentes, com características específicas (Hernández-Esteve, 2002: 2). A divisão do capital das organizações por vários interessados, o crédito e as relações de agência²⁶, foram os três principais factores de progresso das práticas contabilísticas, pelo menos nos seus primeiros tempos.

A satisfação da necessidade de tomada e prestação de contas entre agentes e principais desembocou no método das cargas e descargas²⁷, do qual já se conhecem exemplos pelo menos desde a época dos romanos (Kam, 1990: 10-12). A satisfação do segundo objectivo acabaria, a seu tempo, por potenciar o desenvolvimento do método das partidas dobradas.

O objectivo essencial do método das cargas e descargas, para cuja satisfação estava formatado, era dar a conhecer a responsabilidade pessoal dos indivíduos que numa organização manuseavam bens ou dinheiro de outros (Carqueja, 2003: 49). Existiam poucas preocupações quanto à medição do lucro, o que se materializava na ausência dos conceitos de capital e de proveitos e custos (Edwards, 1989: 43). A pouca preocupação quanto à medição do lucro resulta do facto da estrutura das receitas das organizações que utilizavam o método das cargas e descargas ser normalmente rígida e uniforme e de se reconhecerem as despesas como inevitáveis. Neste contexto, um método que enfatizasse as características de supervisão e que se pudesse ser auditado era considerado adequado²⁸.

²⁶ Na opinião de de Roover (1956: 115) por esta ordem.

²⁷ Método que se engloba nos denominados métodos unigráficos, também chamados de contabilidade unigráfica, ou contabilidade por partidas simples ou contas de receitas e despesas. Sobre o aparecimento, evolução e características deste tipo de método ver Baxter (1980), Edwards (1989), Harvey (1972), Jack (1966), Kam (1990), Littleton (1966, 1961), Noke (2000) e Yamey (2000).

²⁸ Littleton (1961: 40-46) identifica as seguintes sete preocupações existentes nas organizações, que eram satisfeitas pela utilização do método das cargas e descargas: 1º montagem de uma organização operacional de tarefas, incluindo a divisão das mesmas pelos diversos oficiais; 2º formação de cada



Por seu turno, o método das partidas dobradas surgiu na Europa entre os séculos XIII e XIV²⁹. Este método, mais talhado para o controlo do crédito comercial e para o cálculo do lucro³⁰, demorou muito tempo até alcançar a liderança nas preferências das organizações, tendo coexistido durante vários séculos com o método das cargas e descargas e mesmo com sistemas contabilísticos híbridos, isto é, com características de um e outros métodos³¹.

O método das partidas dobradas começou por ser usado por comerciantes, pois permitia um controlo do crédito muito eficaz, que era fundamental em actividades de intermediação. Foi objecto de difusão nos diferentes países da Europa, através de livros, mas também através das relações de correspondência entre casas de comerciantes de diferentes cidades e países.

O facto de ser utilizado não significa que o fosse na plenitude das suas potencialidades. Por regra apenas eram usadas as possibilidades do método relevantes para o fim em causa. Nos primeiros séculos era raro o apuramento de balanços, ou sequer o apuramento periódico de lucros³². A utilização de conceitos como o de acréscimo e a classificação de despesas em imobilizado eram também invulgares.

Existe aliás quem discuta se estas utilizações imperfeitas do método das partidas dobradas o desqualificam como tal. A opinião prevalecente é que a característica essencial de um sistema de partidas dobradas é o carácter dual dos registos contabilísticos, ou seja, o facto de ser um sistema fechado³³, com igualdade permanente

oficial nas tarefas a desempenhar, incluindo supervisão e inspecção frequente. 3º montagem de um sistema contabilístico interligado, adaptado à estrutura resultante dos pontos 1º e 2º anteriores; 4º montagem de um sistema de armazenamento e salvaguarda dos bens eficaz, principalmente no caso em que o respectivo responsável não os pudesse controlar presencialmente; 5º segregação de tarefas entre quem recebe e quem paga, por um lado e entre quem faz o registo contabilístico das receitas/produção e quem autoriza o pagamento das despesas, por outro; 6º programação de inventários periódicos e ligação dos seus resultados aos registos de recebimentos e de pagamentos em dinheiro e em espécie; 7º programação de auditorias, abrangendo todos os sectores e todas as pessoas, incluindo os principais responsáveis. Sobre este assunto ver também Monteiro (1981: 61, 74).

²⁹ Referimos aqui o período que reúne maior consenso entre os historiadores. Ver a este respeito Kam (1990: 1). No entanto, existe quem defenda, como Mattessich (2000), o aparecimento da digrafia muito antes da época referida. Em todo o caso e para o que nos interessa, no século XVIII podemos afirmar com certeza que o método era conhecido e praticado em todos os países europeus, embora, como defenderemos, ainda se estivesse longe da sua difusão generalizada.

³⁰ Sobre o aparecimento, evolução e características do método das partidas dobradas ver por exemplo Carqueja (2002: 734-737), Littleton (1961: 6-8), Mattessich (2000: 6-13) e Monteiro (1981: 71).

³¹ Ver sobre este assunto Bryer (2000: 18), Edwards (1989: 58-59) e Napier (1991: 164-165).

³² Macintosh *et al* (2000: 22) referem que no final do século XVII ainda era rara na Inglaterra a prática de apurar os resultados anualmente e mesmo na literatura a recomendação prevalecente era a de apurar os mesmos por ocasião do encerramento dos livros, como forma de transferir os saldos para os novos livros.

³³ de Roover, R (1956: 114).



de valores a débito e a crédito, independentemente do grau de refinamento conceptual das contas utilizadas, ou da regularidade do seu apuramento.

Uma forma mais avançada de partidas dobradas é aquela que evidencia a utilização sistemática de demonstrações de resultados, da conta de capital e o apuramento consistente e regular – anual, por via de regra³⁴ - dos balanços e contas de resultados. Quando se verificam estes pressupostos, a literatura classifica o método que lhe está subjacente como “contabilidade por partidas dobradas sob o formato capitalista”, ou então “contabilidade por partidas dobradas científico” (Funnell e Robertson, 2011: 562).

Com o método científico, a contabilidade passou a oferecer a possibilidade de estabelecer medidas de rentabilidade dos negócios e tudo o que isso implica em termos de decisões de condução do quotidiano dos negócios e de racionalização dos investimentos e das compras e vendas de partes do capital, etc.

Considera-se que só a partir do momento em que o método das partidas dobradas passou a trazer mais benefícios do que os custos que acarretava, é que se generalizou o seu uso³⁵. De uma forma geral, podemos situar esse momento na viragem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, o que não aconteceu ao mesmo tempo em todos os países da Europa (Edwards, 1989: 58).

É nesse momento de viragem que se começam a difundir as empresas de grande dimensão, que trazem consigo problemas novos, como a separação entre a propriedade e a gestão, a necessidade do apuramento do lucro distribuível entre os sócios, ou a necessidade da criação de medidas de rentabilidade para o capital investido. O método das partidas dobradas era o único que estava preparado para responder a estas questões e como tal foi ganhando a supremacia ao método das cargas e descargas³⁶.

Refira-se, no entanto, que nem todos os sectores de actividade dos diferentes países adoptaram ao mesmo tempo o método das partidas dobradas. O método das

³⁴ Como observa Sombart, Luca Pacioli não o prevê no seu livro de 1494, o primeiro a sugeri-lo foi Simon Stevin's em 1608 (Chiapello, 2007: 265-266).

³⁵ Assim sendo, a continuidade do uso do método das cargas e descargas, mesmo depois de já conhecida a existência de métodos mais complexos, como o método das partidas dobradas, parece demonstrar que muitos utilizadores o continuaram a preferir, por causa de uma relação custo/benefício mais vantajosa, a que acresciam os resultados satisfatórios que o método das cargas e descargas em si mesmo proporcionava. Ver a este respeito Edwards (1989: 43), Noke (2000: 118) e Yamey (2000: 1-12; 1981: 134).

³⁶ Ver Chatfield (1996: 101), Hernández-Esteve (2002: 2), Mattessich, (1994: 360) e Silva (1948: 10).



partidas dobradas começou por ser um método próprio dos grandes comerciantes e só depois é que se propagou aos restantes sectores económicos.

No período a que corresponde o nosso estudo, isto é, entre 1756 e 1826, a região da Europa mais desenvolvida do ponto de vista económico e social era a Grã-Bretanha e os Países Baixos. Acreditando que o principal motor do desenvolvimento da Contabilidade é o desenvolvimento económico e social das nações e consequentemente das suas organizações³⁷, considera-se que era também na Grã-Bretanha e nos Países Baixos que a Contabilidade estava mais desenvolvida³⁸.

Na Inglaterra, as reformas do reinado dos reis consortes William e Mary³⁹, na viragem do século XVII para o século XVIII, foram importantes para o desenvolvimento de Londres como praça financeira de referência⁴⁰, mas o processo de aprendizagem dos investidores, *brokers* e demais intermediários do mercado já havia começado pelo menos três décadas antes. A noção do que era perder e ganhar no mercado de acções e de obrigações, de como e onde se podia negociar, de como angariar as capacidades e os conhecimentos para se poder tomar decisões são processos que necessitam de ser treinados e foi isso que aconteceu na Inglaterra ainda antes da febre da bolsa de valores da década de 1690, durante o qual foram criadas muitas dezenas de novas companhias, até à sua interrupção decorrente da crise da *South Sea Company*, em 1720 (Carlos *et al*, 1998: 341-343).

Mas mesmo na Inglaterra pode dizer-se que só entre os finais do século XVIII e inícios do século XIX é que o método das partidas dobradas passou a afirmar verdadeiramente a sua supremacia face ao método das cargas e descargas, supremacia

³⁷ Tal como referem Carqueja (2002: 704) e Rodrigues e Gomes (2001: 3).

³⁸ A maior liberdade dada na Grã-Bretanha aos actores económicos para investirem nas actividades económicas que melhor entendessem é uma das características do pensamento liberal que se afirmava no período em análise, tendo consequências directas no aumento da mobilidade dos capitais e portanto no dinamismo da própria actividade económica. Um reflexo e simultaneamente causa desse dinamismo e mobilidade é, por exemplo, a diluição das fronteiras entre o tipo de actividades económicas tradicionalmente desenvolvidas pelos membros da nobreza (agricultura) e da burguesia (comércio e indústria) (Bryer, 2000: 7).

³⁹ Carlos *et al* (1998) descrevem igualmente o importante impacto que as reformas efectuadas durante o reinado conjunto de William e Mary tiveram no final do século XVII. A possibilidade de arbítrios do monarca reduziu-se bastante, em favor das decisões do parlamento, criou-se o Banco de Inglaterra (1694) e a Companhia das Índias Orientais (EIC) foi reformada (1698 e 1708). O mercado financeiro reagiu de forma positiva a estas alterações e de facto a última década do século XVII pautou-se por um grande número de novas empresas cotadas em bolsa e uma grande actividade de troca de títulos, uma vez constituídas.

⁴⁰ Veja-se o trabalho de Feeeman (2006) a propósito da dimensão e liquidez daquela praça no século XVIII e início do século XIX.



conquistada no contexto da afirmação do crescente poder da burguesia e das novas indústrias transformadoras, características do capitalismo industrial (Kam, 1990: 29). Para esta afirmação vem também contribuir a própria evolução das organizações do tipo fabril e a maior longevidade que essas organizações normalmente tinham⁴¹, quando comparada com a duração da maioria das empresas comerciais típicas do capitalismo comercial, que se formavam e dissolviam por vezes em função de um único negócio (Macve, 2002: 464-465).

Nos Países Baixos e não obstante já existirem livros em circulação sobre partidas dobradas desde 1576, a evidência mostra que a determinação dos lucros anuais e outras características daquilo que podemos chamar uma utilização “capitalista” do método das partidas dobradas eram vistas de forma geral como meras curiosidades e assim continuaram a ser pelo menos até ao final do século XVIII, principalmente nas cidades do Norte, como Amesterdão, que continuaram fieis ao *factor accounting* que se praticava entre os comerciantes das cidades alemãs e holandesas da Liga Hanseática (Funnell e Robertson, 2011: 561; 568-569; 578).

Este tipo de contabilidade estava bem adaptado ao formato dos negócios desses comerciantes alemães e holandeses⁴², que colocavam mercadorias à consignação de casas comerciais de outras cidades, as quais as negociavam em nome do remetente, com lucros repartidos. Como havia reciprocidade nessa forma de actuar, havia necessidade de fazer acertos de contas periódicos e saber o ponto de situação de cada negócio, o que remetia muito mais para uma lógica de controlo de relações de agência com essas casas terceiras, do que propriamente para características de controlo do trabalho interno da organização que as partidas dobradas permitiam, pela divisão dos registos em diários independentes e reconciliáveis, etc. (Funnell e Robertson, 2011: 570).

⁴¹ Littleton (1961: 17-19) identifica três tipos de pressão fundamentais que factores de ordem económica terão colocado em termos da difusão das novas soluções contabilísticas de tipo digráfico. Em primeiro lugar, a necessidade de se conhecer o resultado da exploração que podia ser periodicamente distribuído, sem prejudicar a manutenção do capital investido, legalmente exigida, dada a responsabilidade pessoal limitada dos accionistas destas organizações. Em segundo lugar, refere também a necessidade de quantificar o montante máximo desse resultado que podia ser distribuído, sem afectar a capacidade produtiva da organização, ou comprometer a sua sobrevivência no longo-prazo. Finalmente, refere a necessidade de elaborar demonstrações financeiras capazes de periodicamente satisfazerem as necessidades de informação dos accionistas das empresas, cada vez em maior número, cada vez mais diversificados e cada vez mais afastados da gestão quotidiana dos negócios.

⁴² Pese embora de Roover (1956: 165) as considere muito inferiores às práticas dos comerciantes venezianos, certamente tendo em consideração, nesta comparação, o grau de apuro técnico em abstracto das partidas dobradas.



A adopção das partidas dobradas ocorreu no resto da Europa continental (nomeadamente em França⁴³, na Espanha e em Portugal), mais tarde do que na Grã-Bretanha⁴⁴. Nestes países, não obstante existirem organizações que constituem excepções à regra, só depois da Revolução Francesa, com a crise dos centros de poder e formas de governar típicas do Antigo Regime, surgem as condições favoráveis à iniciativa privada não condicionada.

Do ponto de vista do pensamento económico, ainda continuavam a predominar na Europa continental lógicas mercantilistas, ao abrigo das quais as nações europeias procuraram fomentar os saldos positivos nas suas balanças de comércio externo⁴⁵. De uma forma geral, o Estado protegia, condicionava e dirigia para onde lhe interessava as empresas, interferindo de uma forma geral com a iniciativa privada. Trata-se, portanto, de um contexto diferente daquele que existia na Grã-Bretanha, na medida em que a iniciativa privada em França e na Espanha não tinha, ainda em finais do século XVIII, liberdade para investir os seus capitais onde lhe aprouvesse⁴⁶.

Sob o ponto de vista das práticas contabilísticas, o método das cargas e descargas continuava a ser o preferido pelo clero e nobreza francesa e espanhola, no controlo dos seus negócios. Estes negócios estavam normalmente ligados às actividades agrícolas ou à exploração de minas. A posse de terras continuava a ser vista como a fonte de rendimentos mais apropriada para nobres e clérigos⁴⁷. Prova disto mesmo é o raro número de casos em que vemos um nobre com terras, a arriscar os seus capitais em indústrias transformadoras como os têxteis, a louça, ou o vidro (Lemarchand, 2000:

⁴³ Relativamente à França convém realçar que, apesar dos constrangimentos próprios do intervencionismo do Estado e de uma forma mais lata dos grandes quadros próprios do Antigo Regime, já existiam empresas comerciais e industriais de grande dimensão e consequentemente uma classe de comerciantes e de industriais mais desenvolvida do que em Espanha e do que em Portugal. Ver a este respeito Lemarchand (2000: 181-192).

⁴⁴ Vide Ekelund e Tollison (1997: 5).

⁴⁵ Os instrumentos mais importantes da política mercantilista foram as barreiras alfandegárias, erigidas para dificultar as importações, proteger as empresas nacionais da concorrência externa e promover a criação de novas empresas, principalmente as indústrias transformadoras, capazes de fornecer aos respectivos países os bens em que eram deficitários. Ver a este respeito Espejo *et al* (2002: 419-439) e Prieto-Moreno e Larrinaga-González (2001: 62-63).

⁴⁶ Como referem Ekelund e Tollison (1997: 8, 44) a emergência de democracias parlamentares passou a ditar um movimento geral favorável à liberdade dos agentes económicos. O facto de as decisões deixarem de estar centralizadas no monarca e no seu círculo restrito de decisores também dificultava a vida às companhias privilegiadas, uma vez que o custo de lobbying no caso dos parlamentos passou a ser muito maior, havia muitos mais decisores relevantes que necessitavam de ser convencidos/comprados. Na prática, a falta de mecanismos de limitação constitucional dos privilégios concedidos às Companhias em França e na Espanha fez com que o declínio das políticas mercantilistas fosse mais tardio no primeiro caso e ficasse estagnado por muito tempo no segundo (Ekelund e Tollison, 1997: 41).

⁴⁷ Ver Edwards (1989: 58), Lemarchand (2000: 179) e Napier (1991: 164).



183). A exploração pelos nobres de minas e de algumas actividades de cariz industrial (como por exemplo a metalurgia) devem por isso ser vistas como extensões por afinidade da actividade fundiária.

Por seu turno o comércio, a banca e as indústrias de transformação eram sectores dominados pela burguesia. Era nesses sectores que o método das partidas dobradas era mais utilizado. O controlo das transacções comerciais e do crédito concedido aos clientes e obtido dos fornecedores tornava mais premente a necessidade de um método digráfico, necessidade essa que era menos vincada nos negócios mais encostados às franjas das cadeias produtivas, ou com poucos terceiros de permeio, como era o caso da agricultura (Donoso, 2002: 94-95; Littleton, 1961: 14-16).

Pese embora este facto, no final do século XVIII, em França, o método das partidas dobradas ainda não estava generalizadamente difundido mesmo entre as grandes empresas comerciais⁴⁸ e, no que toca às empresas industriais transformadoras, este método só alcança uma posição de supremacia entre 1810 e 1830 (Lemarchand, 2000: 179-182). No caso da Espanha, a generalização do uso do método das partidas dobradas parece ter-se processado de uma forma ainda mais tardia do que em França⁴⁹.

O papel das métricas contabilísticas na evolução do Capitalismo

Num debate de meados do século passado que ficou célebre, Sombart e Weber debateram o papel da contabilidade europeia no nascimento do capitalismo europeu e na criação das companhias mercantis de capital aberto que surgiram na Europa na mesma época⁵⁰.

Nesse debate, Sombart defendeu a utilização do sistema de partidas dobradas como simultaneamente um pré-requisito essencial do capitalismo e da criação das ditas empresas de capital aberto (Funnell e Robertson, 2011: 563-564).

Weber, de uma forma mais moderada, pontuou que a simples existência das partidas dobradas “simples” em si mesmo não é suficiente para a indução do

⁴⁸ Ver sobre este assunto Chiapello (2007: 266).

⁴⁹ Ver sobre este assunto Hernández-Esteve (1996: 297). Este autor chama a atenção para o facto de os autores espanhóis do século XVIII considerarem o método das partidas dobradas como uma inovação trazida da França, esquecendo a própria tradição espanhola de utilização do método que existiu no século XVI.

⁵⁰ Sobre este debate e sobre contributos subsequentes sobre o mesmo ver Chiapello (2007).



capitalismo, atribuindo esse mérito ao cálculo do valor do capital e o consequente uso desse conceito, pela potencialidade de sinalização da acumulação de riqueza e de construção de rácios de progressão desse indicador (Toms, 2008b: 1). Weber refere igualmente que o cálculo anual dos lucros também tem uma importância relativa, porque o que é importante é analisar os indicadores no momento em que se tem de tomar as decisões e portanto este processo pode ser realizado de forma *ad hoc* (Funnell e Robertson, 2011: 565). Yamey acrescenta que tratando a Contabilidade do passado e as decisões normalmente do futuro, o papel da contabilidade está por definição limitado (Chiapello, 2007: 269).

Bryer (2000a; 2000b) trouxe mais recentemente novos argumentos a este debate, ao debruçar-se com mais profundidade sobre a construção de rácios de rentabilidade ao longo da história, tentando discorrer sobre a evolução no tipo de cálculos efectuados e no conteúdo substantivo das variáveis (Toms, 2008b: 1). Estão em causa questões tais como a consideração de valores iniciais ou finais do capital no denominador, a dedução de depreciações no numerador, ou no denominador, ou em ambos, etc. (Toms, 2008b: 1). Bryer identificou os primeiros cálculos de ROCE⁵¹ e Ke⁵² no ano de 1698, em Inglaterra⁵³, coincidindo com a criação do Banco de Inglaterra⁵⁴.

A importância dada ao apuramento destes indicadores (ROCE e Ke) tem uma razão de ser. A definição de capitalismo como um sistema que estimula a apropriação por entes privados de retornos que excedem as taxas de retorno legalmente estipuladas, ou uma remuneração satisfatória do trabalho prestado (Toms, 2008b: 1).

O debate sobre a legitimidade da cobrança de juros é antiquíssimo. O papel da Igreja Católica na definição da moralidade desses mesmos juros influenciou fortemente a legislação dos países e as práticas dos negócios, influenciando também o desenvolvimento das práticas contabilísticas. De uma forma geral podemos dizer que, descendendo de costumes tribais a que as leis eclesiásticas em boa medida deram

⁵¹ *Return on capital employed*, ou em português retorno sobre os capitais investidos.

⁵² *Return on equity*, ou em português retorno sobre os capitais próprios.

⁵³ Toms (2008b) reviu os cálculos e fontes de Bryer, criticando os fundamentos técnicos dos mesmos, tendo chegado à conclusão que o uso do ROCE como indicador da bondade dos investimentos, só se passou a verificar na transição do século XIX para o século XX.

⁵⁴ Mirowski (1987, 118, 126-127) concluiu que na Inglaterra a tecnologia para cálculo do valor presente de um activo, ou seja o desconto para o momento actual de fluxos futuros, já existia pelo menos desde o século XVI. No entanto conclui que as variações do preço no mercado das acções de três organizações (a EIC, o Banco de Inglaterra e o Million Bank) não conseguem ser explicadas pelo desconto dos seus resultados futuros, o que portanto sugere a predominância de outras variáveis que explicam a formação de preços, tais como guerras de poder, a antecipação de acontecimentos políticos relevantes, etc.



continuidade, a Igreja opunha-se à prática de juros nos empréstimos praticados dentro de um determinado grupo social, embora essa oposição fosse menor no que concerne às transacções efectuadas com terceiros que figurassem fora desse mesmo grupo (Toms, 2008b: 3). Estava assim aberto o caminho para a prática de juros nos empréstimos que financiavam as viagens marítimas dos comerciantes italianos, variáveis conforme o risco percebido⁵⁵.

Sintomático deste raciocínio, Amorim (2006: 697) dá conta que no início do consulado pombalino (Alvará de 17 de Janeiro de 1757) ainda se proibia o empréstimo de dinheiro a juro superior a 5% ao ano, excepto para o comércio da Índia Oriental.

Com o passar dos tempos a tolerância da Igreja face à prática dos juros aumentou um pouco. Não deixando de considerar imoral a cobrança de juros sem a existência de um esforço correspondente, São Tomás de Aquino defendia ser moral a cobrança de juros desde que proporcional ao risco incorrido, por exemplo no transporte de mercadorias (Toms, 2008a: 6).

Com a eclosão dos movimentos protestantes, o grau de aceitação dos juros passou a ser mais heterogéneo: Martinho Lutero e Calvino opunham-se muito menos à usura do que a Igreja Católica Romana (Toms, 2008a: 6-7).

Após o cisma da Igreja Inglesa, o rei inglês Henrique VIII impôs no seu reino um tecto máximo permitido de 10% nos juros dos empréstimos. Essa lei foi revogada no reinado de Eduardo VI, mas o juro admissível de 10% voltou a ser estabelecido como limite pela Rainha Isabel I, em 1571. Com alterações no valor da taxa de referência, essa legislação permaneceu em vigor até 1854, data em que a usura passou a ser despenalizada na Inglaterra (Toms, 2008a: 7).

O propósito desta resenha prende-se com a definição de dois períodos distintos do capitalismo, que determinaram o tipo de cálculos sobre a rentabilidade dos capitais considerada legítima.

⁵⁵ Esta generalização é necessariamente simplista. O Papa Gregório IX (1224-1243), por exemplo, opunha-se vigorosamente também a este tipo de juros. Por outro lado a prática efectiva do mercado foi sempre menos hermética do que as taxas *a priori* definidas como máximas. Em tempos de guerra ou de maior necessidade, por exemplo, as taxas de juro a que os Estados ou mesmo certas cidades aceitavam pagar ultrapassavam os juros máximos legais. Em França onde vigorou a taxa máxima de 5% entre 1665 e 1807, o Estado chegou a oferecer juros de 12% durante a guerra dos sete anos e a Câmara de Paris entre 4.8% e 6.5% durante a segunda metade do século XVIII. Vide a este respeito Daudin (2002: 5-6, 13) e também Mcwatters (2008: 165).



Num primeiro período, denominado capitalismo de transição, estava em causa o conhecimento das rentabilidades por referência às taxas máximas de usura permitidas e à justa compensação do trabalho realizado, nos moldes atrás descritos. Numa fase subsequente, denominada capitalismo pleno, a referência a estas métricas perdeu relevância e conseqüentemente caiu em desuso (Toms, 2008b: 1-2). Na visão de Funnell e Robertson (2011: 564) a tese de Sombart, segundo a qual as partidas dobradas potenciaram de forma decisiva o capitalismo, ignora este constrangimento ético que existia na época em que Luca Pacioli escreveu o seu livro e que se manteve por muitos anos.



3.2. As práticas contabilísticas das companhias privilegiadas europeias

No século XVII várias nações europeias estavam focadas em expandir, ou pelo menos manter, as suas posições de Império, sobretudo fora da Europa. A simples manutenção de entrepostos comerciais costeiros já não era suficiente para garantir a segurança das actividades económicas desenvolvidas, designadamente as de carácter comercial. Essas actividades traziam riqueza a quem as explorava, mas também aos Estados, pelos impostos que sobre elas cobravam.

As potências europeias de primeira linha na época eram a Inglaterra, a Holanda e a França. Todas elas detinham posições nas Américas e na Ásia. O seu poderio marítimo era grande. Competiam entre si e viam oportunidades no enfraquecimento das posições ibéricas (Steensgaard, 1996a: 114). Outras nações europeias mais pequenas, como a Dinamarca e a Suécia procuravam, na medida das suas possibilidades, seguir a mesma estratégia (Steensgaard, 1996a: 108).

O pensamento económico era dominado pela ideia de que uma nação seria tanto mais rica quanto mais ouro conseguisse amealhar e reter, o que na prática significava captar recursos nas colónias e otimizar a balança comercial, limitando as importações e maximizando as exportações⁵⁶.

Os dois problemas a resolver eram portanto estes: defender e se possível aumentar fisicamente o império e fomentar balanças comerciais saudáveis. Os Estados não tinham por si só capacidade para acudir a todas estas necessidades.

Uma forma de solucionar este problema era delegar nas mãos de privados a exploração de actividades económicas, com vista à melhoria das balanças comerciais e da arrecadação de impostos⁵⁷. Se os lucros o justificassem, poder-se-ia pedir como

⁵⁶ A propósito do apogeu e queda do mercantilismo na Europa vide Daudin *et al* (2008). Este artigo situa a abolição das principais barreiras à importação na Dinamarca em 1797, na Holanda em 1819, na Inglaterra a partir da década 1820 e na Espanha a partir da década de 1850.

⁵⁷ Ekelund e Tollison (1997: 5-6; 100-101) estimam que no caso francês, o Estado conseguiu uma arrecadação de impostos e direitos de concessão através das Companhias que chegou a 50% do total dos impostos arrecadados durante o período de governação de Colbert (1662-1683). Este meio de arrecadação acabou por ser a solução disponível face ao insucesso que medidas anteriores de reforma do sistema fiscal tinham tido no próprio consulado de Colbert. Por outras palavras, a criação de companhias revelou-se um meio mais fácil e certo de aumentar a arrecadação de rendas pelo Estado francês, até porque ao contrário da taxação de património ou rendimentos, que exigiam um grande trabalho de detecção das fontes tributáveis, na concessão dos monopólios os aspirantes aos mesmos eram os primeiros a insinuarem as contrapartidas que estavam dispostos a pagar ao Estado (Ekelund e Tollison, 1996: 209). Sobre a importância desta problemática no contexto da formação da VOC vide também Vries e Woude (1997: 91).



contrapartida a comparticipação, ou mesmo a delegação total do exercício de certas funções de soberania, como por exemplo a defesa de entrepostos comerciais, passando para a esfera dessas organizações os respectivos custos.

Este é o contexto em que aparecem as primeiras companhias privilegiadas⁵⁸.

Podemos definir as companhias privilegiadas deste período como corporações que combinam dois tipos de autoridade que lhes era delegada: autoridade do Estado e direitos de propriedade.

O Estado delegava certos direitos de soberania às companhias, ao mesmo tempo que um conjunto de cidadãos lhe alocavam e consequentemente delegavam, o direito de dispor de parte dos seus bens e direitos (Ekelund e Tollison, 1997: 5-6)⁵⁹, ficando tudo isto especificado num documento público, o pacto social, ou Instituição⁶⁰. É a co-existência de direitos públicos e privados numa mesma organização, que verdadeiramente as caracteriza.

As companhias justificam-se, como se disse, pelo momento histórico único em que foram criadas⁶¹, quando se tornou evidente que fórmulas alternativas e mais antigas de organização do comércio, essencialmente ultramarino, como as feitorias ou a comboiagem, não estavam a dar resposta aos problemas de coordenação dos interesses

Ekelund e Tollison (1996: 402) vão mais além e afirmam que estas mesmas motivações também se encontram presentes em Inglaterra, mas neste caso o confronto entre a vontade do monarca, naturalmente mais pró-monopólios e a do seu parlamento pró-liberal, foi decidida em favor deste, tornando a criação de companhias monopolistas ou de cartéis um exercício muito mais difícil.

⁵⁸ Mas nem por isso podemos dizer que as companhias são o resultado de um processo de evolução contínua de modelos de organização empresarial anterior: a natureza do comércio e a mentalidade dos comerciantes europeus anteriores e contemporâneos às companhias impelia-os à iniciativa individual, ou quando muito à formação de parcerias instáveis, de curta duração. A própria história das companhias europeias, mesmo depois de formadas, está cheia de episódios de resistência dos seus accionistas a iniciativas tendentes a prolongar a sua existência, ou a diminuir a sua autonomia individual de dispor dos seus bens e direitos (Steensgaard, 1996a: 102).

⁵⁹ Ou noutras palavras dos mesmos autores, os Estados consideravam eficiente a procura de receitas através da venda de privilégios de monopólio ou de cartel, ao mesmo tempo que do lado da procura, havia um desejo geral dos indivíduos por rendas certas, que a pressecução de actividades económicas ao abrigo do Estado tendia a propiciar (Ekelund e Tollison, 1997: 6).

⁶⁰ Esta definição exclui a participação directa do Estado nos mercados, como aconteceu por exemplo no caso do comércio de especiarias desenvolvido pela coroa de Portugal no reinado de D. Manuel I (Steensgaard, 1996a: 100).

⁶¹ Atente-se que as quatro maiores Companhias das Índias foram estabelecidas no espaço de apenas 16 anos: a English East India Company (conhecida pela sigla “EIC”) foi constituída em 1600; a Vereenigde Oostindische Compagnie (conhecida pela sigla “VOC”), em 1602; a Companhia Francesa das índias Orientais em 1604 e a Companhia Dinamarquesa das índias Orientais em 1616 (Steensgaard, 1996a: 113-114). Ver também sobre este assunto Steensgaard (1996b).



económicos e políticos que os estados europeus enfrentavam (Steensgaard N, 1996a: 101)⁶².

A junção de interesses públicos e privados numa mesma organização criou problemas novos, relacionados com esferas de influência na gestão, com a angariação

Nos 30 anos seguintes, entre 1630 e 1660 conhecem-se muito menos exemplos de novas companhias, as mais notáveis excepções a esta regra são a Companhia Sueca da África (1647), a Companhia Portuguesa do Brasil (1649) e a Glückstadt Africa Company (1651).

Após 1660 e até 1674, findo um período de guerras na Europa e tendo como pano de fundo a consolidação das monarquias europeias, ocorreu um novo período de ímpeto de novas companhias, pertencendo a este período as companhias francesas patrocinadas por Colbert e várias de muitos outros países (Steensgaard N, 1996a: 114).

Após novo período de acalmia, que corresponde a novo período de guerras na Europa, assiste-se à criação de um número significativo de novas companhias entre 1719 e 1734. São deste período, por exemplo, a South Sea Company, a Companhia das Caracas e a Companhia Sueca da Índia (Steensgaard N, 1996a: 114).

⁶² Apesar de terem sido criadas para responder a problemas estruturais do seu tempo, as companhias devem ser vistas como excepções à regra do seu tempo, que continuou a ser o desenvolvimento individual dos negócios (Steensgaard N, 1996a: 104). Isto mesmo é comprovado pela vida curta que muitas companhias criadas tiveram enquanto verdadeiras corporações de partilha de capitais, direitos e obrigações, bem como pelos recorrentes retrocessos nas companhias existentes a modelos de convivência societária mais simples (Steensgaard N, 1996a: 102-103).

Interessa igualmente reconhecer as diferenças existentes entre as companhias criadas para negociar com a Ásia, por um lado e com a América, por outro: no primeiro caso, as companhias tinham como contraparte do seu comércio organizações económicas asiáticas poderosas e organizadas. As companhias eram acima de tudo mais um elo na cadeia comercial, entre os produtores asiáticos e os consumidores europeus e vice-versa. As companhias podiam dedicar-se àquilo que os seus accionistas melhor conheciam: transacções mercantis puras, ainda que com carácter mais duradouro do que as primitivas incursões da época dos descobrimentos, habitualmente singulares.

Nesse contexto o estabelecimento de companhias duradouras, com capitais estáveis, permitia algo importante: gerir stocks, estabilizando preços e margens e com isso reduzindo esse risco dos accionistas. O comércio com o Novo Mundo, representava um desafio muito maior: nas Américas não havia contrapartes do mesmo calibre com quem negociar, nem redes logísticas montadas, como no caso dos países asiáticos. As companhias tinham portanto custos acrescidos com a organização dos fluxos de bens que pretendiam importar. Se isto era verdade no caso das matérias-primas, mais ainda o era no caso de bens com algum tipo de trabalho de transformação antes da expedição. Nesses casos as companhias tinham literalmente que levantar do chão novas colónias.

Ora acontece que este tipo de tarefas, a exploração de terras, o ordenamento de cidades, a movimentação de colonos, era algo estranho à essência do conhecimento dos mercadores que compunham o essencial do capital e o corpo político destas companhias.

Eram também processos mais custosos, mais lentos e mais arriscados do que os meramente comerciais. Como resultado, a tendência para subdelegar parte destas tarefas foi grande. Acaba-se por partir o projecto inicial em subprojectos que eram por sua vez licenciados: delegava-se os transportes, delegava-se o estabelecimento de colónias, delegava-se o abastecimento regular dessas colónias com géneros da metrópole, etc.

No final acabava-se sempre por desvirtuar a lógica que tinha imperado no estabelecimento das companhias: deixavam de ser uma coisa única. Aliavam-se resultados abaixo do esperado. Sofriam também mais com a concorrência de comerciantes oportunistas, que beneficiavam destas estruturas mas não contribuíam financeiramente para as mesmas.

Regra geral as Companhias americanas tiveram vida curta: os problemas elencados superavam a capacidade e os meios disponíveis para os resolver. Quando o capital começava a escassear quase todas optaram por licenciar parte dos seus direitos e obrigações, o que contribuiu quase inevitavelmente para a sua própria fragmentação. Quase todas faliram (Steensgaard N, 1996a: 105, 109-113).



de fundos e repartição de resultados, enfim com o deve e o haver de uma relação de interesses entre privados e públicos que não coincidia (Steensgaard N, 1996a: 100).

Como veremos mais à frente, quando tratarmos dos casos concretos da Companhias da Índias Holandesa e Inglesa, precursoras e expressões maiores de muitas das soluções de governo societário e de organização administrativa e contabilística que viriam a ser imitadas por outras companhias, entre as quais as pombalinas, o desenho das primeiras companhias resultou muito mais de um processo de improviso e experimentação, do que processos previamente estudados.

O retorno dos privados que aceitavam esta espécie de contratos tinha que ser suficiente para que estes pudessem suportar os custos inerentes às obrigações de exercício de soberania que lhes eram delegadas. Portanto, tipicamente, os contratos tinham que ter uma duração de vários anos.

A dimensão destes contratos podia ser assumida por um único indivíduo, mas na maioria dos casos os capitais envolvidos eram tão grandes que tal não era possível. Havia portanto que criar condições para a participação conjunta dos capitais de vários indivíduos. A experiência ia aliás demonstrando que as iniciativas de conjugação de capitais de forma voluntária, sem a adequada supervisão dos Estados tendia a falhar: as sociedades rompiam-se ou abriam falência às primeiras dificuldades que as obrigassem a reforçar capitais (Carlos *et al*, 1998: 342).

Levantavam-se portanto problemas novos. Surgiram preocupações com o reporte periódico de informações aos accionistas, com a repartição periódica dos lucros e com o controlo de massas muito significativas de crédito obtido e concedido - neste tempo não raramente a vigência dos créditos excedia um ano.

Dependendo da mobilidade que era permitida aos capitais, em cada companhia colocavam-se questões relacionadas com a valorização das transmissões de participações⁶³. Concebidas para durar muito tempo, haveria que precaver a possibilidade de existirem repartições de heranças, a dação dessas participações em penhor, ou a simples compra e venda das mesmas entre vivos.

⁶³ O termo “acção” com a simbologia que hoje conhecemos de fracção de capital teve difusão na Europa a partir dos inícios do século XVII: Aparece na Holanda em 1606, depois em França em 1607, na Dinamarca em 1616, etc. Em Portugal como na Espanha e em Itália, a utilização do termo só se generalizou no século XVIII, havendo notícia da utilização do termo em Portugal a partir de 1734 (Marcos, 1997: 611).



Uma necessidade adicional que se colocava, ou não, em função do grau de liberdade de movimentação dos capitais, está relacionada com o estabelecimento de bases de cálculo de rentabilidade dos capitais investidos, como forma dos potenciais investidores elegerem uma companhia em detrimento de outras fontes de investimento.

Existia neste período alguma mobilidade de capitais, mesmo extra-fronteiras. Como regra, os Estados não colocavam entraves à entrada nas companhias nacionais de capitais estrangeiros. As mesmas premissas do mercantilismo que preconizavam a retenção de divisas na nação, acolhiam bem a entrada de divisas de estrangeiros. A subordinação das actividades às determinações régias amortecia muito a possibilidade de desalinhamento dos interesses dos accionistas estrangeiros, até porque uma coisa era o acolhimento de estrangeiros como accionistas e outra era a sua aceitação nos órgãos directivos das companhias. No caso português, como veremos, esta segunda possibilidade estava vedada.

As entradas de capitais estrangeiros eram em certa medida até encorajadas. No caso das companhias pombalinas previa-se que em caso de guerra com as nações dos accionistas estrangeiros, os seus interesses não seriam atacados. Não se colocavam igualmente entraves às entradas de capitais de cristãos-novos. Pese embora tudo isto, o que é certo é que se contam pelos dedos os estrangeiros que se interessaram nas companhias pombalinas (Marcos, 1997: 524-525).

Porque o Estado era pessoa interessada nestas companhias, surgem também questões relacionadas com o reporte de contas a este.

Aos Estados colocavam-se questões formais relacionadas com a justificação públicas dos privilégios concedidos⁶⁴ e a necessidade de saber se a solidez das companhias era compatível com as funções de soberania que lhes tinham sido delegadas, como estavam a ser geridos os dinheiros públicos que sempre circulavam nestas companhias, como empréstimos ou colecta de tributos, por exemplo e o que fazer no término dos períodos das concessões.

Acresce que a concessão de monopólios a uma companhia, na prática a um grupo de indivíduos, por definição privava desse negócio todos os demais. Isto gerava

⁶⁴ Adam Smith era um opositor por princípio deste tipo de organizações monopolistas, apenas as conseguindo justificar - por alguns anos - por analogia às invenções, em que considerava legítima a garantia de protecção por um período de anos suficiente à recuperação do investimento realizado (Carlos e Nicholas, 1996: 917). Ver também sobre este assunto Anderson e Tollison (1983: 553) e Carlos e Nicholas (1988).



polémicas. Ao Estado e aos governantes das companhias pediam-se elementos abonatórios da razoabilidade das condições desses monopólios.

Eram estes os principais problemas que se colocavam à contabilidade das companhias privilegiadas europeias do século XVIII.

Tipicamente as companhias privilegiadas europeias do período analisado partilhavam necessidades de informação comuns: controlo interno; conhecimento regular do valor do seu capital e do valor dos lucros distribuíveis; quantificação de indicadores de cada um dos negócios desenvolvidos, nomeadamente de forma a separar as actividades privilegiadas das restantes actividades desenvolvidas e de forma permitir negociar com a Coroa sempre e quando necessário; possibilidade de cruzamento de informações prestadas por diferentes pessoas, por vezes em locais do mundo distantes.

Eram necessárias tecnologias específicas para dar resposta a estas necessidades: capacidade de reduzir as transacções a uma moeda de conta comum; uso de numeração arábica, de forma a conseguir manipular grandes quantidades de informação numérica e acima de tudo um sistema fechado de arrumação de dados, capaz de endereçar conceitos de capital, lucros e crédito.

Essa tecnologia estava disponível, era o sistema de partidas dobradas.

A existência de muitos sócios e a necessidade de conhecer periodicamente os lucros, implicava em especial, o desenvolvimento dos conceitos de capital e de lucros.

Quanto mais actividades fossem desenvolvidas pelas companhias, maior a necessidade de promoverem o cálculo do lucro por tipo de actividade. Este cálculo era um elemento essencial para, por exemplo, orientar a estratégia de negociação dos privilégios, versus obrigações assumidas.

Por outro lado, havendo a possibilidade do capital ser transaccionado, seja em vida seja após a morte do proprietário, a noção de valor das acções tinha que ser forçosamente introduzida como elemento de referência no desenvolvimento do sistema contabilístico.

A dádiva em penhor das acções colocava problemas semelhantes. Era frequente a compra de acções ser feita com recurso ao crédito, com prazos de reembolso alargados. As fracções adquiridas desta forma eram dadas em penhor. Se num primeiro momento, o momento da criação destas companhias, a igualdade entre valor emprestado e valor da fracção era facilmente verificável, já em períodos subsequentes preocupava



os credores o valor dos seus penhores, em caso de incumprimento das obrigações pelo devedor.

Numa época em que tipicamente as taxas de juro estavam regulamentadas, a concessão ou não concessão de crédito jogava-se muito na percepção do risco do devedor. A par do restante património do devedor, o valor do alvo do investimento era relevante.

A existência de rumores sobre o crédito das companhias, isto é, sobre a sua saúde financeira, era um aspecto sensível. Quem tinha capitais para emprestar tinha também as suas armas para os defender, quanto mais não seja para os esconder, se os sentisse em perigo.

O cálculo e a divulgação do valor das participações surge assim como um instrumento de racionalização deste diálogo, de acalmia dos mercados e de legitimação das pressões exercidas para que fossem realizados aportes nas companhias.

Tratando-se de companhias comerciais com interesses transatlânticos, compreende-se a importância que tinha a forma de medir os proveitos e a selecção do momento de reconhecimento dos mesmos. Uma coisa era estabelecer que os proveitos se registavam no momento em que os resultados das transacções eram definitivos, ou seja as vendas finalizadas e recebidas. Outra coisa era estabelecer que os proveitos se registavam aquando da saída das mercadorias dos armazéns, pelas margens pré-estimadas nos contratos de atribuição dos privilégios concedidos. Entre estas duas possibilidades podia haver diferenças de margens e certamente havia diferenças temporais de reconhecimento, com impactos evidentes nas contas anuais das companhias, mas também na base de cálculo das comissões dos seus dirigentes.

No período analisado havia intercâmbio de experiências, designadamente no que concerne às opções organizativas destas companhias. Pela sua dimensão eram muito visíveis. Por terem em regra vários accionistas, os seus estatutos, informações e contas circulavam. Eram portanto realidades estudadas, por exemplo, pelos diplomatas de outros países radicados naqueles em que estas companhias estavam sediadas⁶⁵.

⁶⁵ Observe-se este exemplo, a propósito de uma iniciativa legislativa, que o procurador da *Companhia* na Corte relata à junta da *Companhia*: “Acaba de sahir uma Ley, em que S Exa com o seu incomparavel Espirito acabou de conseguir, o que nem o Grande Luiz 14 Rey de França pode efectuar, nem o Rey actual de Prussia pode concluir no seu novo Codice de Leys, que mandou imprimir e eu tenho. Só pude conseguir esta, que remetto, que cuido será a primeira que ahi chegue depois, das que foram para o Il^{ml} e



Sendo o Estado um dos principais interessados na informação sobre o estado destas companhias, havia todo o interesse em definir de alguma maneira o conteúdo e a periodicidade desse mesmo reporte. O clima era portanto propício à determinação central de regras que as contas deviam seguir.

O caso da East India Company (1600-1834)

Na genealogia das companhias privilegiadas europeias, há que distinguir dois modelos fundamentais: o modelo britânico⁶⁶, de que é paradigma a Companhia Inglesa das Índias Orientais (conhecida pela sigla “EIC”) e o modelo continental, de que é paradigma a Companhia Holandesa das Índias Orientais (conhecida pela sigla “VOC”).

A Companhia Inglesa das Índias Ocidentais⁶⁷ foi fundada no ano de 1600 (Chaudhuri, 1965: 3) como uma associação de defesa dos interesses dos comerciantes ingleses que desenvolviam actividades comerciais com portos asiáticos, em reacção às investidas holandesas e de outros países europeus naqueles mercados e na própria Inglaterra (Chaudhuri, 1965: 21)⁶⁸.

De acordo com os Estatutos de 1600, a eleição da direcção era realizada anualmente pelos accionistas, que tivessem pelo menos 2000 libras em acções, sendo composta por um governador, um vice-governador e 22 deputados (Anderson *et al*, 1983: 469). Estes reuniam pelo menos uma vez por semana para tomar as decisões executivas, as quais dependendo da importância poderiam ter que ser validadas pela assembleia-geral, onde votavam todo os accionistas.

Ex^{mo} João de Almada, que cuida irão por Postilhão” (Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 7 de 17, carta de 26.08.1766, fl 142).

⁶⁶ Na genealogia das companhias inglesas que marcaram o período do mercantilismo inglês, a Companhia mais citada é a Companhia Inglesa das Índias Orientais, em função da dimensão que teve. Outras companhias muito citadas na literatura são a Royal African Company constituída em 1672 e que se dedicava ao comércio de escravos, a Hudson Bay Company, constituída em 1670 que se dedicava ao comércio de peles de animais e a South Sea Company constituída em 1711. Não obstante a existência de variações organizacionais, fundamentalmente decorrentes dos produtos e geografias cobertos por cada uma destas companhias, a literatura consultada não acrescenta grande novidade em qualquer uma delas no que concerne ao sistema contabilístico adoptado na EIC, sendo aliás pouco abundante ou descritiva neste tema particular. Ver sobre estas companhias Carlos *et al* (2006; 1998).

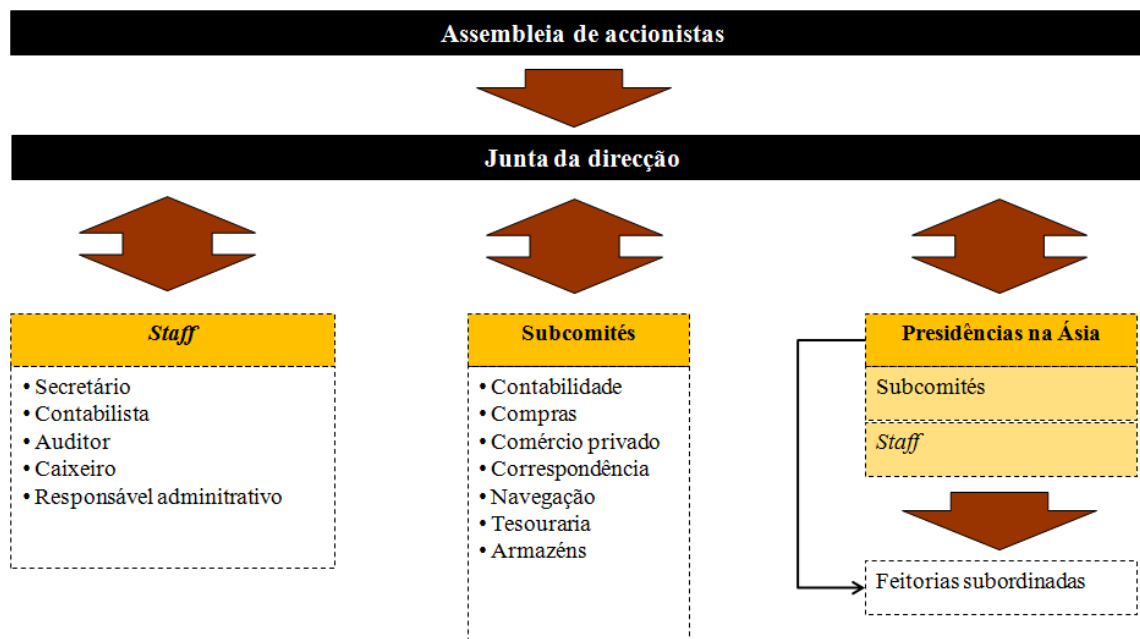
⁶⁷ Denominava-se, originalmente, “the Governor and Company of Merchants of London trading into the East India”.

⁶⁸ Esta afirmação é parcialmente contraditória com a de outro autor, N Steensgaard (1996a: 102), o qual afirma que a EIC detinha, para o mercado inglês o monopólio do tráfego para as Índias e o direito de o regulamentar.



O Estado inglês tinha o poder de renovar periodicamente os privilégios da EIC e beneficiava de contrapartidas pelos privilégios concedidos, mas contrariamente à tradição das companhias continentais não interferia com frequência no quotidiano da EIC.

Figura 1: Organização administrativa da EIC



Fonte: Adaptado da figura “7.1. Organization of the English East Company” in Ekelund e Tollison (1997: 191).

A EIC dedicou-se inicialmente ao comércio da pimenta, que comprava na Ásia a troco de metais preciosos, principalmente prata⁶⁹ e reexportava para a Europa continental uma boa parte do produto. Com o passar do tempo verificou-se um excesso de oferta de pimenta na Europa e a queda das margens de lucro encorajou a EIC a dedicar-se, de forma crescente, ao comércio de chá, de chitas e de índigo (Chaudhuri, 1965: 21).

Nos primeiros 20 anos de actividade a EIC estabeleceu mais de uma dúzia de entrepostos na Ásia, empregando mais de 200 funcionários. Detinha dois estaleiros no rio Tamisa, onde construiu 76 navios. Era um dos maiores empregadores de Londres dessa época (Chaudhuri, 1965: 21).

⁶⁹ Segundo Chaudhuri (1965: 20) cerca de 75% das compras da EIC foram feitas contra a entrega de metais preciosos. De uma forma geral, os produtos europeus tinham pouca aceitação nos mercados asiáticos.



Num primeiro período da EIC os interessados em cada viagem subscreviam o capital necessário à mesma⁷⁰. Os lucros ou prejuízos eram destes e não da EIC. Todos juntos contribuíam para as despesas comuns da EIC, que funcionava essencialmente como um corpo político.

No entanto existiam sobreposições temporais nas várias viagens, que geravam confusões nas contas, principalmente no que concerne aos custos a alocar a cada uma. Pior ainda, perante rumores de lucros menores em algumas das viagens, ou constatada a perda de algum navio, o crédito da EIC como um todo era afectado, dificultando a renovação ou a contratação de empréstimos e afectando igualmente a cotação das acções das outras viagens⁷¹.

As primeiras décadas de existência da EIC foram muito tumultuosas. Segundo Chaudhuri (1965: 207) o equilíbrio do capital de giro, a obtenção de lucros decentes em horizontes temporais razoáveis e a manutenção da liquidez das operações eram assuntos vitais e que estavam constantemente na ordem do dia.

Com o passar dos anos o corpo político da EIC, passou a ter mais poder na condução do quotidiano da Companhia. Foi um processo que conheceu muitos avanços e recuos. A ideia de capital social permanente só se concretizou em 1660 (Steensgaard, 1996a: 103)⁷² e só a partir de 1693 se proibiu o comércio particular dos accionistas e se licenciou a actividade por um prazo verdadeiramente longo, de 21 anos, que foi depois e por várias vezes prorrogado (Marcos, 1997: 59).

Os accionistas e a Coroa compreenderam, ao fim dessas décadas, que o esquema de capitalização de viagens singulares era perigoso. Bastava um naufrágio para baixar as hipóteses de capitalização da viagem seguinte, que dependia dos aportes de muitos accionistas⁷³ mas também do recurso a empréstimos. Tornava-se igualmente difícil escalonar os custos da Companhia (Marcos, 1997: 59).

Não obstante a importância da EIC, não têm sido muitos os autores que se dedicaram a estudar a sua contabilidade com o propósito específico de dar a conhecer de

⁷⁰ Ou quando muito em um conjunto de duas, três ou quatro viagens consecutivas (Baladouni, 1983: 65).

⁷¹ Pouco tempo depois da sua constituição, as acções das viagens da EIC passaram a ser transaccionadas no mercado secundário. Apesar dessas transacções serem entre privados, sem necessidade de declaração na EIC do preço de venda, - bastando apenas a identificação do accionista vendedor e comprador -, algumas dessas transacções eram efectuadas em leilão promovido pela própria instituição, de forma a se formar uma ideia pública sobre a cotação das acções no mercado, Chaudhuri (1965: 215) refere que em Julho de 1601 as acções da primeira viagem cotavam 10% abaixo do par.

⁷² Macintosh *et al* (2000: 22) e Baladouni (1983: 65) referem o ano de 1657.

⁷³ Baladouni (1986: 22) dá por exemplo conta de 954 investidores que realizaram o capital da 2ª viagem.



forma específica o seu sistema contabilístico, excepção feita aos trabalhos de Vahé Baladouni⁷⁴, sendo um pouco mais abundantes os estudos de história económica que se basearam na contabilidade da EIC, mas com outros fins diferentes do que o de descrever e explicar a sua contabilidade.

Baladouni divide a história da contabilidade da EIC em quatro períodos, tendo em consideração mais a abundância e natureza dos registos, do que propriamente mudanças no sistema empregue. O primeiro período entre 1600 e 1663 é caracterizado por uma grande escassez de registos sobreviventes ao incêndio que consumiu a sede da Companhia. O segundo período entre 1664 e 1697 encontra-se completo e organizado, sucedendo-lhe um terceiro período entre 1698 e 1712 onde – fruto de uma dissidência – a co-existência na prática de três companhias, a “velha” EIC, a “nova” EIC e a união das duas, deu azo a alguns registos inconsistentes e incompletos. O último período, entre 1712 e 1858, data em que EIC foi liquidada⁷⁵, é caracterizado por práticas contabilísticas mais modernas e refinadas (Baladouni, 1981: 67).

No período que antecedeu o incêndio de 1663, os poucos indícios sobreviventes apontam para a existência de uma contabilidade pautada por atrasos na produção de informação, com erros e confusões constantes, principalmente entre os proveitos e os custos pertencentes a cada uma das viagens (Baladouni, 1983: 67-68), isto no contexto mais lato de uma certa desorganização do departamento da contabilidade, com queixas de falta de privacidade dos contabilistas, de livros perdidos, de oficiais que executavam o seu trabalho a partir de casa, para aí deslocando livros da sociedade, etc.

Desse período sobreviveram algumas compilações de dados, por exemplo uma de 1654⁷⁶ que permitiu a Chaudhuri (1965: 209) não só descrever os livros utilizados na contabilidade, como também computar todas as aportações de capital das várias viagens da EIC e o lucro percentual de cada uma.

⁷⁴ Sobre a contabilidade da EIC vide Baladouni (1981, 1983, 1986; 1990a) e também Chaudhuri (1965) e Anderson *et al* (1980). De Baladouni (1990b) ver também um artigo que trata do dia-a-dia de um oficial da contadoria da Companhia, Charles Lamb, contabilista que adquiriu alguma fama como escritor e que conjugou essa vocação com o trabalho na EIC durante 30 anos (Baladouni, 1990b).

⁷⁵ Na verdade a EIC cessou as suas actividades comerciais em 1834, mantendo-se em liquidação até 1858, data em que lhe sucedeu o *Indian Office*, organismo público que sobreviveu até 1955 (Baladouni, 1981: 67).

⁷⁶ Foi produzida pelo segundo contabilista que ingressou na EIC como assistente do primeiro, em 1614 (Chaudhuri, 1965: 209).



Sabemos que as contas da EIC eram usadas nas reuniões dos accionistas⁷⁷, para avaliar o sucesso das viagens realizadas e a capacidade da EIC pagar dividendos ou, ao invés, necessidade de tomar mais empréstimos, ou adiar pagamentos, ou reforçar o pedido de entrada dos capitais que haviam sido prometidos pelos accionistas e que frequentemente não davam entrada nos cofres da EIC no tempo devido e muito menos de uma só vez (Chaudhuri, 1965: 219-221)⁷⁸.

Em 1661 a EIC anunciou que distribuições futuras aos accionistas, passariam a estar ligadas aos resultados efectivamente gerados e não a distribuições certas sobre o capital investido, o que na prática a obrigou a fazer a distinção entre capital e resultados (Macintosh *et al*, 2000: 22).

Este anúncio revela certamente as dificuldades que a EIC estava a sentir no pagamento de dividendos certos, que constituíam verdadeiras rendas fixas, independentes dos resultados, anunciando a intenção de usar os dados contabilísticos para decidir distribuições mais racionais e proporcionadas aos seus meios. Refira-se que esta prática de distribuir dividendos certos não era um exclusivo da EIC, outras companhias o fizeram e em alguns casos bem depois da EIC lhes ter colocado um ponto final⁷⁹.

O primeiro texto regulador da contabilidade da EIC data de 1621 insere-se nas *Lawes or Standing Orders of the East India Company*, que trata acima de tudo da organização interna da EIC. A função do guarda-livros principal é referida como um ofício de primeira importância, equiparada somente à do tesoureiro, do solicitador e do secretário, sendo-lhe atribuída a responsabilidade por manter actualizados os livros principais, que resumiam o estado da EIC, mas só o deveriam fazer depois de cada um dos movimentos ser devidamente auditado, por diferentes pessoas que se dedicavam a essa função (Baladouni, 1983: 69).

⁷⁷ Os accionistas tinham o direito de inspeccionar as contas da Companhia, quando quisessem (Marcos, 1997: 59).

⁷⁸ Em 1622 o tesoureiro-chefe da EIC ameaçou entregar as chaves e os livros de contas do seu despacho se não se pusesse fim à situação de sobre-endividamento da Companhia, que continuava a pedir emprestadas somas avultadas, ao passo que o capital subscrito pelos accionistas tardava em ser efectivamente aportado por estes (Chaudhuri, 1965: 219).

⁷⁹ Por exemplo, a Royal African Company, criada em 1672, distribuía dividendos como uma razão do capital subscrito, ignorando o valor do capital contabilístico. A distribuição foi de 10.5% anualmente entre 1676 e 1682 e depois até 1707 outros valores, mais intermitentes e modestos, devido a períodos de guerra que afectaram o seu comércio, mas mantendo esta mesma lógica de cálculo em função do capital subscrito (Carlos *et al*, 2006: 224).

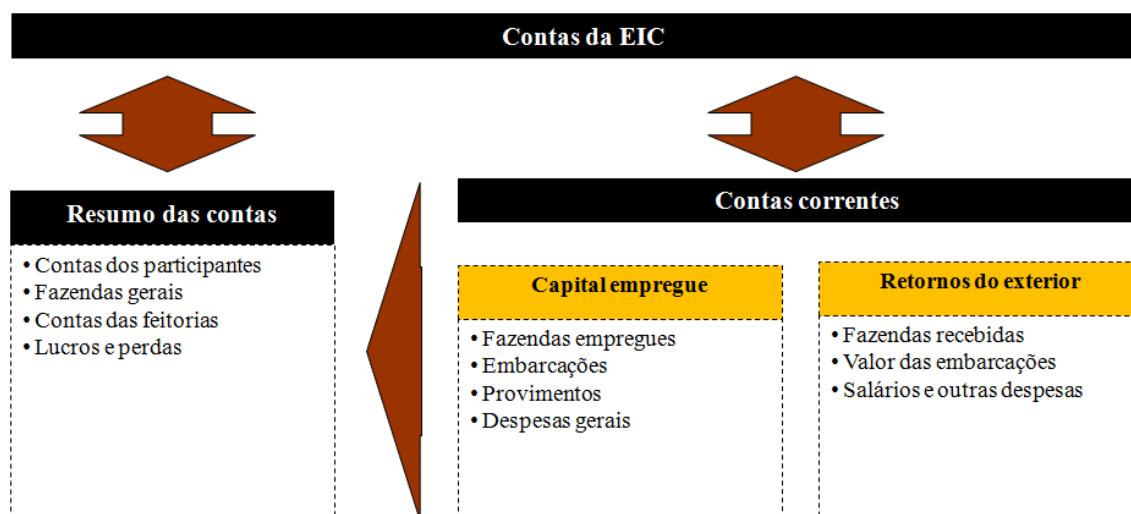


A auditoria mereceu aliás uma atenção muito grande no texto de 1621. Para além de terem que cancelar cada uma das operações realizadas, competia aos auditores, pelo menos trimestralmente, analisar as contas da tesouraria, dos armazéns e das mais diversas dependências tais como os estaleiros navais, o almoxarifado, etc. (Baladouni, 1983: 69-70).

Claramente as funções de guarda-livros e de auditor foram concebidas de forma a garantir uma grande articulação entre os dois e a responsabilidade pela exactidão das contas era solidária (Baladouni, 1983: 71).

Embora a perda dos registos da EIC anteriores a 1663 não o permita confirmar com total certeza, a julgar pelas *Lawes or Standing Orders of the East India Company* o uso das partidas dobradas já era efectivo pelo menos desde 1621, podendo o sistema contabilístico da EIC preconizado por este documento ser resumido conforme a figura abaixo:

Figura 2: O sistema contabilístico da EIC na 1ª metade do século XVII



Fonte: Adaptado da figura “A Classification of the Account-Books used by the East India Company during the First Half of the 17th Century” in Baladouni (1983: 75).

O sistema contabilístico claramente evidenciava preocupações de registo, classificação e síntese das informações (Baladouni, 1983: 77), denotando preocupação em dividir os livros destinados às operações quotidianas (contas correntes) da síntese do resultado das mesmas (resumo das contas) e de repartir as operações por grandes classes



de natureza (essencialmente mercadorias enviadas, mercadorias recebidas, navegação, despesas gerais com as operações).

Chaudhuri (1965: 209, 212) dá-nos também nota que as contas, pelo menos neste primeiro período da EIC eram completadas com muito atraso: As referentes à 10ª viagem que se realizou em 1611 só foram apuradas e liquidadas em 1617. Nestes intervalos eram pagos na mesma dividendos intercalares, porque os accionistas não podiam esperar tanto tempo.

As contas deviam, de acordo com as *Lawes or Standing Orders of the East India Company* ser produzidas anualmente, mas a verdade é que no período entre 1664 e 1697 estes apuros ainda eram realizados de forma irregular (Baladouni, 1981: 68). Tendo analisado as demonstrações dos resultados da segunda (1617-1632) e terceira viagens (1632-1642) preparadas respectivamente em 1639 e 1641, Baladouni (1986, 22-28) achou-as desconcertadas e com muitos erros técnicos básicos, incluindo muitas contas não saldadas, valores com significados equívocos, inversões do sentido dos débitos e créditos, etc.

Os livros usados nas transacções realizadas no exterior, incluíam os livros de contas das presidências, assim se chamavam, dos importantes entrepostos de Bengala, Madras e Bombaim na Índia, bem como de Surat e Bantam (Jacarta), para além de vários outros espalhados pelo mundo (Chaudhuri, 1965: 208; Anderson *et al*, 1983: 227). Os lucros de cada um desses entrepostos eram objecto de registo separado nas contas globais da EIC e sabe-se que pelo menos a partir de 1653 eram reportados anualmente.

Após 1712 a contabilidade passou a usar diários e razões auxiliares, em vez do sistema de diário-razão único e a partir de 1756 as contas passaram a ser encerradas com periodicidade anual, pois até essa data os balanços eram produzidos de forma *ad hoc*, apenas quando o espaço disponível nos livros de contas chegava ao fim e os mesmos tinham que ser encerrados (Baladouni, 1981: 68), tendo o apuro do relato melhorado, embora não de forma contínua e permanente⁸⁰.

⁸⁰ Baladouni (1990: 43-44) reclama aliás que pertence à EIC o primeiro balanço, produzido em 1782, que se conhece em Inglaterra e onde consta uma classificação sistemática dos itens de balanço (“correntes”, “não correntes” etc.), bem como notas explicativas desses valores. Em todo o caso convém precisar que se trata de um documento produzido por uma comissão de accionistas que não ficaram satisfeitos com as explicações que lhe foram dadas pela junta relativamente a



Ainda em 1720 as contas apresentavam problemas como relatam Ekelund e Tollison (1997: 194) citando uma carta enviada de Londres para Bombaim reclamando da extrema falta de qualidade dos registos do Diário e Razão enviados por aquela presidência.

A partir de 1775 a EIC assumiu na prática as funções e o poder de um verdadeiro governo dos interesses ingleses na Índia, ultrapassando definitivamente as características de uma empresa comercial (Mirowski, 1987: 120-121).

O caso da Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602-1804)

Desde 1594 que Companhias holandesas das cidades de Amesterdão, Roterdão, Delft e Horne faziam concorrência aos comerciantes portugueses e espanhóis nas suas rotas. Era no entanto uma concorrência desordenada, sem massa crítica para enfrentar principalmente o poderio espanhol (Ekelund e Tollison, 1997: 164-165).

Em 1602 o governo holandês interveio e fundiu essas companhias na VOC⁸¹. Concedeu-lhe o monopólio do comércio com as Índias por 21 anos. Numa aparente contradição, os sócios poderiam no entanto retirar o seu capital ao fim de 10 anos (Marcos, 1997: 65)⁸².

À semelhança da EIC, a VOC dedicou-se inicialmente ao comércio de pimenta, outras especiarias e têxteis asiáticos, que significavam respectivamente 57%, 18% e 16% das suas importações em 1620, tendo progressivamente, também à semelhança da EIC, reforçado a aposta nos têxteis e substituído em grande parte o peso das especiarias por outras mercadorias que entraram no gosto europeu como o chá e o café. Em 1780 os têxteis significavam 50% das importações e o chá e o café 27% (Daudin *et al*, 2008: 25).

uma primeira versão das contas recebidas e que esta iniciativa não teve seguimento nas contas dos anos subsequentes.

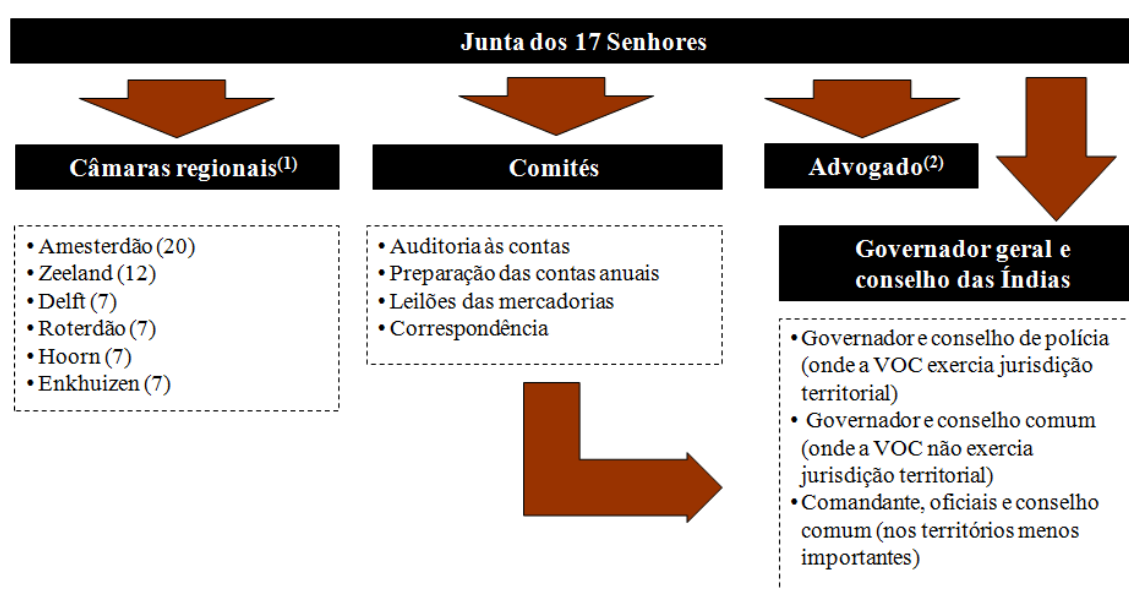
⁸¹ O contexto era favorável: desde o século XVI na Holanda, ou pelo menos em algumas das suas regiões do Norte circulavam massas abundantes de capitais, era já uma economia altamente monetarizada (Vries e Woude, 1997: 81). Carlos *et al* (1998: 341) referem aliás a praça de Amesterdão como superior à de Londres e esta como superior à de Paris.

⁸² Em 1611, em vésperas de se vencerem os 10 anos findos os quais os sócios podiam retirar o seu capital, a direcção da Companhia decidiu interpretar de forma lata aquela disposição, afirmando que os sócios que o pretendessem fazer, poderiam vender as suas acções a novos titulares. Este argumento foi aceite e veio a fazer carreira nas companhias privilegiadas europeias, inclusive nas portuguesas, facilitando a perpetuação teórica das mesmas, embora os contratos de concessão fossem concedidos por prazos limitados, ainda que prorrogáveis (Marcos, 1997: 65-66).



A direcção da VOC era composta ao mais alto nível por 17 senhores (Gaastra, 2003: 149), todos representantes das Câmaras das cidades cujas companhias foram fundidas. Amesterdão, tendo aportado metade do capital, tinha direito a nomear oito representantes. Eles decidiam as matérias mais importantes, cuja execução ficava depois entregue a comissões de directores em cada uma das cidades donde provinham as companhias fundidas, no fundo uma reminiscência dos seus antigos órgãos de governo (Marcos, 1997: 63-64).

Figura 3: Organização administrativa da VOC



Fonte: Adaptado da figura “VOC Organization Ddagram” in Gaastra (2003: 151).

Notas: (1) Os números entre parêntesis referem-se ao número de directores em cada uma das cidades. (2) O advogado desempenhava um papel semelhante ao contemporaneamente desempenhado pelo secretário do conselho de administração.

A importância dos accionistas enquanto decisores a esse título era diminuta. Nove deles participavam nas reuniões das juntas dos 17 senhores, mas tinham um papel meramente consultivo. Essas juntas realizavam-se três vezes por ano, até 1740 e duas vezes depois dessa data, prolongando-se por várias semanas. Na junta de Outono, que coincidia com a chegada das mercadorias das Índias, decidiam-se os preços de referência a praticar nos leilões das mercadorias recebidas, que se realizavam nas seis cidades onde a VOC tinha as direcções regionais. Definiam-se também as mercadorias a

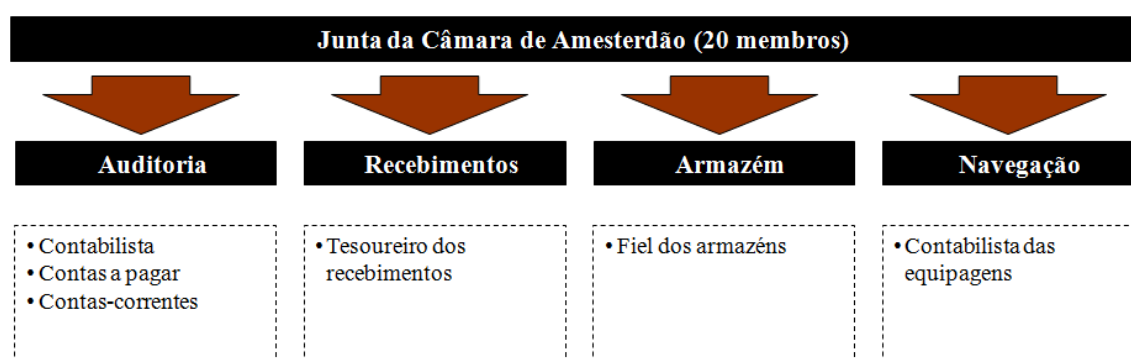


enviar para as Índias na campanha do ano seguinte, bem como o valor de ouro e prata a investir para completar as importações e os géneros que interessava trazer dessa campanha. Decidiam-se também as promoções dos oficiais que serviam nas Índias (Gaastra, 2003: 151).

Na junta da Primavera, que se realizava entre Fevereiro e Março, era apresentado o resultado do leilão de Outono, refinavam-se as providências para a campanha seguinte e decidiam-se os dividendos a pagar aos accionistas, isto apesar do ano financeiro só se encerrar em Maio (Gaastra, 2003: 154).

Cada uma das seis Câmaras fazia a sua própria contabilidade por partidas dobradas e no final do ano financeiro essas contas eram combinadas para formar um balanço único da VOC.

Figura 4: Repartições administrativas na Câmara de Amesterdão da VOC



Fonte: Adaptado da figura “VOC Amsterdam Chamber Organization diagram” in Gaastra (2003: 160).

Esse balanço combinado das seis câmaras não representava o verdadeiro estado económico da VOC, na medida em que não considerava as vendas dos produtos europeus vendidos na Ásia, nem os custos dos produtos asiáticos trazidos para a Holanda, mas apenas o custo dos bens enviados e a receita dos leilões realizados nas seis cidades. Em todo o caso o quociente entre o preço de venda e de custo dos bens asiáticos era monitorizado, embora de forma *ad hoc* (Gaastra, 2003: 155). Por outro lado, o valor das embarcações construídas era registado integralmente nos custos, o que também provocava distorções no conhecimento do real valor dos activos da VOC.

Não obstante as contas anuais da VOC não apresentarem o resultado dos negócios realizados na Ásia, a evidência demonstra que os seus governantes eram



capazes de reconstruir, de forma também *ad hoc* o lucro de cada uma das viagens, de cada um dos géneros transaccionados e conheciam também o resultado de cada um dos entrepostos na Ásia onde a VOC estava estabelecida. Era conhecido também o valor da situação líquida da VOC, seja na Holanda, seja em cada um dos entrepostos (Gaastra, 2003: 158-159).

Os accionistas, que provinham de uma base social muito mais heterogénea do que no caso da EIC (Marcos, 1997: 81-82), tinham um acesso muito limitado ao governo da VOC. Havia uma subscrição mínima para se ser eleito director e na prática eram estes, e só estes, que tomavam decisões. Aquando da renovação do privilégio, em 1622, os accionistas aproveitaram a ocasião para moralizar um pouco mais a forma de actuação do corpo de directores. Instituiu-se o princípio de mandatos únicos trienais – com um período de interregno mínimo de três anos –, proibiu-se a nomeação simultânea de familiares próximos, criaram-se barreiras aos negócios entre directores e a VOC e esclareceram-se vários outros aspectos dos Estatutos (Marcos, 1997: 76).

Os accionistas passaram igualmente, pelo menos em teoria, a ter acesso às contas anuais e a receberem as mesmas nos seis meses seguintes ao fim do privilégio. Os directores procuraram muitas vezes fugir a esta obrigação, escondendo os registos ou dando-os como perdidos, forjando-os de quando em vez, tudo com o objectivo de se furtarem à conferência dos seus actos⁸³.

As distribuições de dividendos começaram por ser feitas de forma simples e prática, sem grandes cuidados regulamentares ou preocupações de distinguir os conceitos de capital e de lucros (Marcos, 1997: 68)⁸⁴.

A primeira auditoria à VOC, realizada em 1623 ainda trouxe consigo resquícios da “Factor accounting” desenvolvida pelos Alemães e pelos Holandeses do Norte, caracterizando-se por uma tentativa de reduzir todos os bens e responsabilidades da VOC a um valor equivalente em dinheiro vivo (Funnell e Robertson, 2011: 569), provavelmente como forma de o comparar com o investimento inicial.

⁸³ Vide a este respeito Marcos (1997: 771).

⁸⁴ Os primeiros foram pagos apenas em Abril de 1610, em géneros (noz-moscada), correspondendo a 75% do capital. Em Novembro foram pagos mais 50% do capital em pimenta e em Dezembro 7.5% do capital em dinheiro. Em 1612 foram pagos mais 30% do capital novamente em noz-moscada. Alguns accionistas recusaram os pagamentos em géneros, mas tiveram que esperar até 1618 para receber os dividendos em dinheiro, como pretendiam (Gaastra, 2003: 24).



A VOC sobreviveu até 1804, através de sucessivas renovações do seu monopólio pelo governo holandês, usualmente a troco de contrapartidas financeiras e de ajuda militar no esforço de guerra contra outros países. No entanto a partir de 1740 a situação financeira da VOC começou a deteriorar-se, por força dos maus resultados dos entrepostos asiáticos que a direcção da Companhia procurou esconder enquanto pode. A guerra com a Inglaterra iniciada em 1780 acentuou muito essa crise de resultados e a VOC começou a sentir muitas dificuldades para renovar os empréstimos de curto prazo que utilizava para financiar as suas operações, o que conseguiu fazer com muita dificuldade até 1796, data em que foi na prática nacionalizada para evitar a bancarrota (Gaastra, 2003: 164-170).

Outras companhias

As companhias privilegiadas foram recurso frequente de outros países, tais como a França, Espanha, Áustria, Dinamarca, Suécia, Polónia, Dinamarca, Itália, Prússia, Escócia e Rússia (Marcos, 1997: 50-51).

Regra geral, o papel dos respectivos Estados na sua criação foi muito mais preponderante do que na Inglaterra e até certo ponto na Holanda (Marcos, 1997: 71).

Em Espanha, as companhias mercantis mais proeminentes foram a *Real Compañia de las Filipinas* e as companhias dedicadas ao comércio com as Américas, como a *Real Compañia Guipuzcoana de Caracas*⁸⁵. Em todas elas e para o período que nos reportamos, a retirada de balanços anuais era uma prática generalizada (Marcos, 1997: 739), mas muito pouco mais existe publicado que diga respeito à forma como faziam as suas contabilidades.

Em França, sob o consulado de Richelieu e depois de Colbert, foram várias as companhias constituídas, alguma de dimensão muito grande, como os casos das *Compagnie des Indes Occidentales*, *Compagnie des Indes Orientales*, ambas de 1664 e a *Compagnie du Levant*, de 1670. Interessa estudar algumas das suas soluções porque as

⁸⁵ Esta Companhia viria aliás a fundir-se com a Companhia das Filipinas em 1782. Na Companhia de Caracas entraram como accionistas com 200 títulos, em 1728, o próprio Rei e a Rainha, sem que tivessem aportado na prática capital nenhum, sendo o mesmo integralizado pelos lucros dos anos seguintes (Iribarren, A, 2005: 169). Chegou a contar com 85 embarcações ao seu serviço, dos quais 71 de grande porte, número considerável tendo por exemplo como referência os 257 navios possuídos pela armada espanhola nessa época.



mesmas encontrariam mais tarde eco nas soluções adoptadas nas companhias pombalinas.

O processo de criação das companhias francesas foi sempre muito semelhante. Numa fase inicial organizava-se um movimento de apoio em prol da necessidade da nova companhia, que culminava no envio ao Rei de uma representação subscrita por vários interessados, com uma proposta de estatutos. O Rei acedia aos mesmos, intitulado-se protector da nova companhia e por vezes entrava na mesma como accionista⁸⁶.

Em Portugal, como veremos, este processo - quase ritual - repetiu-se várias vezes sem grandes mutações. Ele tinha como vantagens proteger a figura do Estado e do Rei do insucesso da companhia, ou então da inveja dos excluídos desta. Formalmente a iniciativa era dos privados, o Estado e o Rei limitavam-se a aceitar o que lhes era proposto. Tudo se jogava nos bastidores, de uma forma bastante evidente, mas nem por isso formalmente assumida. No caso da Companhia Francesa das Índias Orientais, por exemplo, o espaço de tempo que decorreu entre a apresentação da súplica e projecto de estatutos e a aprovação dos mesmos foi de apenas algumas horas (Marcos, 1997: 92).

Uma vez aprovados os estatutos, por vezes revelava-se difícil angariar os capitais necessários. Os accionistas previamente consultados constituíam uma primeira base, mas nem sempre isso era suficiente. Cumprindo o seu novo papel de patrono da companhia, os soberanos começavam por persuadir o público das vantagens do novo empreendimento. Quando isso não chegava o tom mudava. Arrolavam-se os potenciais accionistas que se julgavam capazes de participar e publicavam-se listas dos que ainda não o haviam feito. Forçava-se o financiamento dessas acções, se fosse o caso, proibindo financiamentos alternativos enquanto as necessidades das companhias não fossem satisfeitas (Marcos, 1997: 96-100).

Na maior parte dos casos a nomeação dos governantes da companhia seguia idêntica tramitação. Os nomes eram propostos pelos accionistas, de entre os accionistas

⁸⁶ Seguindo este exemplo, o Rei D. José I subscreveu 50 acções da Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão e 50 acções da Companhia do Alto Douro (Marcos, 1997: 526). O Marquês de Pombal e a sua segunda esposa, Dona Leonor de Daun, também subscreveram acções da Companhia de Grão-Pará e Maranhão, recorrendo a empréstimos, no caso do Marquês do cofre dos órfãos e no caso de sua esposa daquele cofre e da Madre Abadessa do Convento de Marvila. Dona Leonor de Daun subscreveu também acções da Companhia do Alto Douro (Marcos, 1997: 526-527, 555).



principais⁸⁷ e ratificados ou vetados pelo Rei. Desta forma o Rei escusava-se de entrar abertamente nas querelas próprias das selecções, mas continuava a ser sua a última palavra⁸⁸.

Sabemos que a contabilidade das três companhias francesas mencionadas era realizada de acordo com o sistema de partidas dobradas, pelo menos a julgar pelas actas das suas juntas e pela inequívoca evidência das contas de 1785 respeitante à *Compagnie des Indes Orientales*, mas a aceitação deste método pelo Estado francês não foi total, pelo menos nos seus primeiros anos (Lemarchand, 1995: 162).

Até 1725 o Estado ainda solicitava que as contas das companhias fossem enviadas sobre o formato de receitas e despesas como era costume nas contas do sector público, ainda que reconhecendo saber que estas companhias as mantinham de acordo com o método mercantil das partidas dobradas (Lemarchand, 1995: 162-164).

⁸⁷ No caso da Companhia Espanhola de Barcelona era necessário ter oito acções, tanto para votar como para ser eleito. No caso da Sociedade Real Asiática de Nápoles aquele número era de 20 acções. A Companhia Real Asiática da Dinamarca tinha cinco lugares atribuídos a accionistas principais e para os demais lugares exigia-se quatro acções e residência em Copenhaga. A Companhia de Bengala da Prússia exigia 30 acções para se poder ser eleito director. Em muitos casos, cumulativamente, exigia-se que o candidato fosse comerciante (Marcos, 1997: 102-103).

⁸⁸ Em alguns casos este formalismo foi abandonado. A partir de 1684 e durante vários anos, o Rei de França passou a decidir os nomes dos directores da Companhia das Índias Francesa (Marcos, 1997: 105).



4. A contabilidade das companhias pombalinas

A contabilidade das companhias que antecederam a era pombalina

Os descobrimentos portugueses, bem como os espanhóis, não fizeram logo à partida proliferar companhias como as que referimos até agora. Pelo contrário, o que se verificou foi um aproveitamento das novas rotas por mercadores desses países que, a título individual e não organizado, quiseram aproveitar as mesmas, não se inovando muito, relativamente àquilo que eram as práticas comerciais anteriores dos comerciantes italianos; simplesmente mudaram-se as rotas comerciais e consequentemente os actores.

A primeira companhia digna desse nome foi a Companhia da Índia Portuguesa (1549), que se dedicava à importação e comércio por grosso das especiarias da Índia. Era detida exclusivamente pela Coroa, ou seja, não se tratava de uma companhia que unia capitais privados a interesses públicos e privados, através de um contrato de privilégios (Ekelund e Tollison, 1997: 167).

Tendo em conta o declínio português da rota da Índia e a necessidade de concentrar capitais para relançar este comércio, o objectivo de criar uma grande companhia portuguesa para explorar o comércio com as Índias Orientais foi pela primeira vez sugerido em 1587. O projecto gorou-se, tal como uma nova tentativa protagonizada em 1619 pelo Marquês de Alenquer, vice-rei à época (Marcos, 1997: 122-125). Em 1624 o projecto foi recuperado, tendo como intuito a criação de uma companhia “do modo que o fazem as que ha na Holanda e na Inglaterra” (Marcos, 1997: 126). O período de angariação de interessados foi penoso e a acção do Estado uma tímida imitação das acções de Colbert. Arrancou actividade em 1628 com duração de doze anos, mas extinguiu-se logo em 1633.

Foi em todo o caso marcante, na medida em que o seu regimento, de 27 de Agosto de 1628, constituiu o primeiro estatuto jurídico completo de uma companhia portuguesa (Marcos, 1997; 132). Podemos caracterizá-lo da seguinte forma: não previa um capital social definido, nem sequer um valor de referência. Previa que as entradas dos sócios não fossem desmobilizadas antes dos primeiros doze anos, mas permitia a livre venda de acções. Não previa propriamente a distribuição de dividendos anuais, mas sim uma repartição intercalar de lucros, ao cabo de seis anos, mediante “balanço e



conta que retratassem toda a actividade social até então realizada”. Poucas mais referências se conhecem relativamente à sua contabilidade.

Anualmente, a partir do segundo ano, pagar-se-ia igualmente, em duas prestações, um valor equivalente a 4% das suas entradas, como uma simples antecipação dos lucros auferidos. A administração era confiada a um conjunto de sete administradores, sendo um o Rei, outro escolhido pelas Câmaras que entrassem no capital e os restantes cinco pelos accionistas que tivessem entrado com mais do que mil cruzados (Marcos, 1997: 141-143).

A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649) foi das mais importantes entre as companhias criadas no período pré-pombalino. Arrancou com o mesmíssimo ritual, que vimos constituir a norma nas companhias francesas⁸⁹. Foi também a primeira companhia a estabelecer claramente os direitos e as obrigações de ambas as partes, Coroa e particulares. Os segundos garantiam o direito ao monopólio da importação do pau-brasil e de exportação para todo o Brasil de vinho, farinha, azeite e bacalhau. A Companhia podia cobrar taxas em algumas exportações do Brasil, nomeadamente no açúcar, tabaco, couro e algodão (Marcos, 1997: 161-162).

Esta companhia era igualmente beneficiária de certas isenções fiscais, de prioridade na cobrança de dívidas, de justiça separada e da equiparação dos seus funcionários a oficiais régios. Veremos que muitos destes privilégios se repetiriam nas companhias constituídas após esta data (Marcos, 1997: 162-163).

Como contrapartida tinha a obrigação de armar progressivamente 36 naus de guerra para comboiar os navios mercantes de e até ao Brasil, o que nunca fez.

Esta companhia não tinha um capital social definido, ou sequer um valor de referência. Sabemos no entanto que as subscrições estavam abertas a nacionais e estrangeiros, inclusive cristãos-novos, desde que o fizessem com um mínimo de 20 cruzados. Os proprietários dessas subscrições denominavam-se simplesmente interessados. O termo accionista ainda não havia entrado na gíria portuguesa (Marcos, 1997: 163-165). Em todo o caso e pela primeira vez na história das companhias portuguesas explicitava-se que estes interessados só respondiam pelas dívidas da companhia até ao máximo das suas entradas. Esta questão da responsabilidade limitada passaria a ser a norma nas companhias futuras (Marcos, 1997: 165-166).

⁸⁹ Ou seja, súplica ao monarca, acompanhada do projecto de estatutos e lista de interessados, a que este anuiu.



A sua direcção era composta por nove deputados, todos comerciantes, a que se somavam sete conselheiros. Oito dos nove deputados eram eleitos pelos interessados que fossem comerciantes e tivessem mais do que cinco mil cruzados de capital e o nono na prática pela Casa dos Vinte e Quatro (Marcos, 1997: 167). Os interessados que não fossem comerciantes ficavam portanto arredados da direcção e mesmo da respectiva escolha.

Nos termos dos Estatutos, os lucros eram distribuídos *pro rata* às participações, no momento da recolha das armadas. Sabemos que a prestação de contas não era feita com regularidade. Em 1662 queixaram-se os interessados de “não se lhes dar conta nem do seu principal, nem dos ganhos de que se lhes darão esperanças” (Marcos, 1997: 169). Tinha havido apenas uma repartição de 15% nos primeiros 14 anos de vida da sociedade. Instituiu-se para o futuro uma repartição mínima anual de 5%, sem prejuízo do direito a ganhos superiores, mas nenhuma obrigação adicional de prestação de contas foi considerada (Marcos, 1997: 170).

Esta decisão encerra um elemento a ter em consideração. Pondo de parte as falhas de qualidade das contas prestadas, verificamos que as reivindicações dos interessados e a resposta dada às mesmas passou pela atribuição de uma remuneração percentual calculada sobre as entradas iniciais e não sobre um teórico valor das participações à data das distribuições. Prevaleceu portanto a lógica de sinalização de uma remuneração do valor nominal das participações e não do seu valor contabilístico.

A seu tempo veremos que este padrão se manteve inalterado nas companhias pombalinas.

O facto de ter falhado o compromisso de armar as 36 naus de guerra prometidas, as críticas que lhe foram feitas de não abastecer o Brasil de géneros com a frequência adequada e o pretenso acolhimento entre os accionistas de cristãos-novos valeu-lhe a nacionalização em 1664, embora o monopólio do comércio lhe tivesse sido retirado logo em 1658. Os interessados receberam padrões de juro a 5% da fazenda, correspondentes ao valor nominal das suas entradas (Marcos, 1997: 171-173).



Entre a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII outras companhias viriam a ser constituídas⁹⁰, a maior parte sem grande história ou registo de inovação, merecendo no entanto destaque a Real Fábrica das Sedas.

A Real Fábrica das Sedas foi constituída em 25 de Fevereiro de 1734, data em que se concedeu licença ao francês Roberto Godin para explorar, durante 20 anos, fábricas de toda a qualidade de sedas no Reino de Portugal. Godin que era perito nesta indústria não meteu cabedal seu no projecto e constituiu-se como sócio de indústria, com direito a 15% dos lucros da Sociedade, a receber quando os restantes sócios recebessem as suas partes (Marcos, 1997: 199)⁹¹.

O capital da Real Fábrica das Sedas, necessário à edificação das fábricas, foi subscrito por vários investidores nacionais, a quem o restante lucro pertencia, proporcionalmente às entradas de cada um⁹².

A contabilidade da Real Fábrica das Sedas obedecia ao sistema de partidas dobradas, dispondo também de um sistema de contabilidade de custos integrado,

⁹⁰ A Companhia do Porto de Palmida (1664), foi a primeira que teve como objecto o comércio com a África Ocidental. Na prática tratou-se de uma concessão por oito anos a dois irmãos de nome Martins. A Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné (1676), foi constituída para dinamizar o comércio com a Guiné. Como contrapartida do monopólio por seis anos do comércio com a Guiné e das receitas reais, esta Companhia tinha como obrigação reedificar a praça de Cacheu, custear soldados e armamento e os vencimentos dos eclesiásticos e oficiais régios aí residentes (Marcos, 1997: 175-177). Em 1690 surge a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, para actuar na mesma região (Marcos, 1997: 177). Ambas as sociedades fugiram do figurino da Companhia Geral do Comércio do Brasil, na medida em que não especificavam órgãos de funcionamento interno e estabeleciam um regime de responsabilidade ilimitada dos interessados.

A Companhia do Estando do Maranhão e Pará, datada de 1682, tinha como objectivo animar o comércio daquela região durante 20 anos, sem originalidades maiores. Uma sublevação de 1684 no Maranhão, acabaria por lhe ditar uma morte muito prematura.

A Companhia de Macau (1710) foi impulsionada pela Confraria do Espírito Santo da Pedreira. João Henrique de Sousa, primeiro lente da Aula do Comércio foi nomeado guarda-livros desta Companhia em 1742 durante “dois ou três anos” (Rodrigues *et al*, 2010: 4).

A Companhia da Ilha do Corisco (1724) visava o fornecimento de escravos para o Brasil. Os seus estatutos excluía os interessados da direcção ou mesmo da escolha dos directores, mas assegurava-lhes 5% de remuneração anual, novamente contados sobre o valor nominal das suas entradas, que seriam depois deduzidos nas repartições de lucros, a apurar de três em três anos (Marcos, 1997: 175-192).

⁹¹ A actividade da Real Fábrica das Sedas não teve grande sucesso. Em 1741, numa tentativa de reerguer esta empresa, o Rei D. João V concedeu-lhe a graça do estabelecimento de uma Companhia para a China, também por acções, pelo espaço de 16 anos, os que faltavam para o término do privilégio da dita fábrica (Marcos, 1997: 201). Esta Companhia da China estabelecia no capítulo XL do seu Regimento, datado de 17 de Maio de 1741, a obrigatoriedade das suas contas serem presentes aos sócios que as quisessem consultar (Marcos, 1997: 602).

⁹² No alvará de 1734 estabeleceu-se que as entradas na Sociedade deveriam ser assinadas, em sinal de reconhecimento, pelos três directores da Sociedade e que esses conhecimentos não deveriam individualmente corresponder a mais do que 400 000 réis “«para que em forma de acções se posão transferir convindo lhes em outras quaisquer pessoas»” (Marcos, 1997: 199). Esta é a referência mais antiga à utilização do termo “acção” em Portugal que se conhece.



devidamente integrado com a contabilidade financeira, o qual visava proporcionar um controlo analítico dos seus custos de produção e consequentemente dos preços de venda a praticar (Carvalho *et al*, 2007: 73). O sistema contabilístico desta companhia estava articulado, para além do mais, com um sistema de cargas e descargas que permitia controlar as matérias-primas entregues a cada artesão e os frutos do seu trabalho (Carvalho *et al*, 2007: 71).

Em período mais próximo ao analisado foram ainda criadas a Companhia do Comércio da Ásia Portuguesa (1753), a Companhia para a Pesca da Baleia (1755)⁹³ e Companhia de Comércio da Costa d'África (1780), relativamente às quais não dispomos de muitas informações.

⁹³ Ratton (1920: 183-184) refere-a como muito lucrativa, nela participando famílias e pessoas proeminente na praça da época, como os Peres e Pedro Quintella “por comprazer com o Marquez de Pombal, e família dos Cruzes”.



4.1. O Marquês de Pombal e as companhias pombalinas

Em 1738 Sebastião José de Carvalho e Melo seguiu para Inglaterra como enviado extraordinário. Teve oportunidade de conviver com a realidade das companhias aí constituídas e enviou vários ofícios sobre o tema ao Rei de Portugal e ao Cardeal da Mota, advogando a criação de novas companhias.

Num ofício a propósito da utilidade de uma companhia portuguesa do Oriente, fez mesmo uma recapitulação histórica das companhias orientais europeias, começando pela Holanda – país classificado como “Universidade em que brilharam os mais assignalados professores da arte do negócio” e descrevendo sucessivamente as companhias de Inglaterra, França, Suécia e Dinamarca, em suma as cinco potências com interesses no comércio com a Ásia (Marcos, 1997: 220).

Carvalho e Melo repudiava em abstracto a existência de monopólios (Marcos, 1997: 247), mas acreditava que a sua imposição por vontade soberana, a quem concorriam razões de utilidade pública ou de necessidade do Estado, as justificariam (Marcos, 1997: 247). Tal como no século anterior Colbert havia descoberto, acreditava-se que à minguia do dinheiro dos Estados, as companhias, que juntavam vários capitais num fundo social único, eram muito mais capazes de constituir os meios de defesa necessários à protecção de um comércio saudável e duradouro. Esses meios de defesa consistiam tanto em bens de carácter duradouro – fortificações, barcos de guerra, armazéns – como em capital circulante, necessário ao pagamento de salários, crédito concedido e aprovisionamento de mercadorias que aproveitasse ao invés de se sujeitar ao barateio dos preços (Marcos, 1997: 247-255).

Empresas de tal dimensão não seriam possíveis num contexto de livre concorrência, uma vez que não seria justo que uma organização privada ficasse com o ónus daquelas obrigações e as restantes apenas beneficiassem das condições criadas. Para além do mais, falhos de capital e pressionados pelos credores, os comerciantes individuais sempre seriam mais tentados a baixar preços em climas de barateio, prejudicando todos. Assim se justificam os monopólios (Marcos, 1997: 247-255)⁹⁴.

⁹⁴ Há no entanto quem critique esta justificação, salientando o interesse que a apropriação de rendas monopolistas suscitou nos privados, como móbil para a criação destas companhias. Ver a este respeito Ekelund e Tollison (1996, 1997).



Acresce que a existência de companhias permitia reduzir todo um conjunto de interesses particulares a uma única voz de comando, personificado na figura dos directores das companhias, uma vez que “o desconcerto das iniciativas provocava geralmente efeitos perniciosos”. O Estado devia exercer também uma vigilância próxima sobre o andamento dos negócios destas companhias, como forma de evitar fenómenos especulativos e episódios de pânico sobre o seu crédito que tinham sempre como consequência imediata o enfraquecimento das mesmas (Marcos, 1997: 251, 644).

No entender de Pombal, convinha também misturar nestas companhias membros da nobreza e do comércio, acabando assim com o estigma prevalecente dos segundos, que na tradição ocidental já vinha da antiguidade grega e romana⁹⁵, principalmente o direccionado aos pequenos negociantes (Marcos, 1997: 521)⁹⁶. Sendo o objectivo maior a captação de fundos suficientes para assegurar a criação das companhias, também não seria de enjeitar a participação do clero, das pequenas poupanças de particulares, mesmo que estes se tivessem que unir para alcançar a compra de uma só acção, ou de pessoas colectivas⁹⁷.

De Londres, em 1742 e depois já de Viena, em 1748, o Marquês de Pombal incitou à criação de uma companhia portuguesa para as Índias Orientais, atendendo às possessões e historial de presença portuguesas naquela região e ao interesse de, a um tempo, diminuir as importações de companhias estrangeiras e aumentar as reexportações desses géneros para as províncias ultramarinas (Marcos, 1997: 217-218). Nesse projecto foi auxiliado por um ex-oficial da EIC chamado John Cleland, experiente no comércio com as Índias e disposto a ajudar a coroa portuguesa nesse propósito, tendo inclusive entregue a Carvalho e Melo uma cópia dos Estatutos da EIC⁹⁸.

Chegado ao poder, o Marquês de Pombal seria responsável por constituir seis companhias: duas metropolitanas, duas atlânticas e duas dedicadas ao comércio com o

⁹⁵ Esse estigma provinha da ideia formada que os comerciantes não acrescentavam valor através do desenvolvimento das suas actividades, vivendo da trapaça. A tarefa de mediação mercantil estaria por excelência a cargo dos mais débeis fisicamente, de quem não sabia fazer mais nada (Marcos, 1997: 521).

⁹⁶ Abria-se aliás aos comerciantes que subscrevessem um número suficiente de acções das companhias a possibilidade de acederem a honras e mercês, integrando a nobreza. Da mesma forma não se vedava a participação dos funcionários do Estado, nem mesmo do povo, num verdadeiro intuito democratizante, que permitia que “a geração humilde se enobrecesse, ao mesmo tempo que não implicaram que a geração qualificada se abatesse” (Marcos, 1997: 527-529).

⁹⁷ O Colégio dos Nobres, por exemplo, participou com 50 acções na Companhia de Pernambuco e Paraíba (Marcos, 1997: 533).

⁹⁸ O projecto gorou-se. Ver sobre este assunto Gomes (2007: 117) e Rodrigues e Craig (2004: 337-339).



Oriente. Falamos, por esta ordem, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, da Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve, da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, da Companhia do Comércio Oriental e da Companhia do Mujao e Macuana (Marcos, 1997: 257).

As primeiras quatro, as companhias gerais, tinham várias características semelhantes entre si. Todas nasceram da vontade régia que confortava, através de um alvará de confirmação, um contrato de concessão de certos monopólios, contra a assumpção de certas obrigações. Eram sociedades por acções, de valor certo, dotadas de um fundo social pré-determinado. As subscrições eram abertas ao público em geral e as acções livremente transmissíveis⁹⁹. A figura dos accionistas tinha importância secundária. Todas as companhias eram regidas por juntas, cujo acesso era essencialmente restrito aos maiores accionistas. A partir de 1770 e com excepção da Companhia do Alto Douro, também se lhes exigia matrícula na Junta do Comércio (Marcos, 1997: 261-262; 370; 751).

No caso em que o correr do tempo pudesse evidenciar lacunas nos estatutos aprovados, a forma de as sanar era através de consultas directas ao monarca, que lhes fornecia solução. Note-se que esta consulta era realizada por iniciativa do corpo de deputados e não pelos accionistas. Eram também estes e não os accionistas, que decidiam o valor dos dividendos a distribuir, sendo aqueles avisados dos mesmos por edital (Marcos, 1997: 374; 380; 578-579).

O seu quadro normativo era composto pelos estatutos gerais, recebidos do alvará de confirmação, a que se juntavam estatutos particulares (Marcos, 1997: 379).

Os estatutos gerais versavam sobre as benesses e imposições régias, o preenchimento do fundo social, a administração e os direitos dos accionistas (Marcos, 1997: 379).

⁹⁹ O que não significa que a propriedade das acções fosse desconhecida do Estado e das juntas das companhias. Em todas as companhias gerais pombalinas as acções eram nominativas e a transmissão das mesmas carecia de comunicação – mas não de autorização prévia – por parte das juntas (Marcos, 1997: 617).



Os estatutos particulares¹⁰⁰, ou directórios económicos, que se subordinavam sempre aos estatutos gerais, tratavam mais miudamente do governo interno das companhias, ou seja definiam as regras de funcionamento e operacionalidade (Marcos, 1997: 379-380). É nestes que melhor se vislumbra a forma de organizar as repartições administrativas e a concepção do sistema contabilístico. Não surgiram de imediato, mas apenas no início da década de 1760, primeiro na Companhia de Pernambuco e Paraíba - 07 de Janeiro de 1760 -, depois na Companhia de Grão-Pará e Maranhão - 16 de Fevereiro de 1760 - e finalmente na Companhia do Alto Douro, em 10 de Fevereiro de 1761 (Marcos, 1997: 400).

Em todas estas companhias gerais, o único órgão interno a quem estava confiado o poder era às juntas. Elas decidiam, executavam e auditavam o dia-a-dia das operações, numa intencional confusão de atribuições, que se compatibilizava bem com os actos de intromissão da Coroa que fossem necessários (Marcos, 1997: 689-690)¹⁰¹. Por isso mesmo não se previa a existência de assembleias-gerais de accionistas para deliberar ou sequer ratificar decisões (Marcos, 1997: 760).

Os estatutos particulares atrás referidos pouco diferem entre si nos aspectos essenciais, a saber: as obrigações do provedor e deputados, o modo de funcionamento da junta, a distribuição de incumbências, o processo de eleição dos dirigentes e o sistema contabilístico a adoptar (Marcos, 1997: 401).

Estas semelhanças não espantam. O próprio Pombal se encarregou, por exemplo, de enviar à *Companhia* cópia dos estatutos particulares aprovados na Companhia de Pernambuco e Paraíba, para que a redacção dos daquela, por estes se regulasse (Marcos, 1997: 402).

O intercâmbio de práticas entre as diferentes companhias era assiduamente encorajado a quem o Marquês entendia que dele necessitava e imposto aos que o deviam prestar. Assim aconteceu também no caso da *Companhia*, que viu franqueadas por ordem do Marquês as portas da Companhia de Grão-Pará e Maranhão, para que

¹⁰⁰ Estes Estatutos foram considerados matéria do maior segredo em todas as companhias pombalinas. Só tinham conhecimento integral do texto os membros das juntas eleitos. Prevalecia a concepção que a quebra de sigilo nas sociedades mercantis acarretava danos (Marcos, 1997: 769).

¹⁰¹ Regra geral estes actos de intromissão não implicavam a presença directa de representantes do poder político nas companhias. Mas Marcos (1997: 723) dá conta de um Aviso de 18 de Dezembro de 1760, onde o Marquês de Pombal manifesta intenção de estar presente numa reunião da junta da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.



desta pudesse assimilar tudo o que necessitasse, incluindo o que respeita às práticas administrativas (Marcos, 1997: 402-403)¹⁰².

¹⁰² A prova mais eloquente desta partilha, apadrinhada por Pombal, foi a visita do contador da *Companhia* à Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em 1761 e que teve como consequência prática a adoção pela *Companhia* do modelo de reporte e princípios contabilísticos primeiramente adoptados na Companhia do Grão-Pará e Maranhão, tal como preconizado em Avisos Régios detalhadamente preparados por Pombal. Vide a este respeito o Anexo 1.



4.2. O saber contabilístico disponível e praticado em Portugal no século XVIII

A maior parte dos investigadores que se tem debruçado sobre o desenvolvimento da contabilidade em Portugal no período analisado considera significativas as políticas reformistas dos governos pombalinos (1755-1777)¹⁰³.

A política económica do Marquês de Pombal pautou-se pela tentativa de desenvolvimento da economia portuguesa, no quadro das políticas mercantilistas que caracterizavam a época (Rodrigues *et al*, 2003b: 51)¹⁰⁴. Procurava-se, portanto, seguir um modelo de claro intervencionismo económico do Estado, ao estilo do que referimos anteriormente para outros países europeus. O esforço por conhecer as reformas encetadas noutros países, com o fim de as importar para Portugal, era uma das características de Pombal enquanto estadista (Gomes, 2007: 115).

As políticas reformistas do Marquês visaram essencialmente sectores da economia considerados estratégicos tais como o comércio com as colónias, o estabelecimento de manufacturas¹⁰⁵ e justamente a produção e o comércio do vinho do

¹⁰³ A respeito dos momentos mais marcantes do desenvolvimento da nossa Contabilidade e de uma forma mais lata a propósito da periodificação da História da Contabilidade em Portugal, ver os estudos de Silva (1984), Carvalho e Conde (2003) e Rodrigues *et al* (2003a).

¹⁰⁴ Ver a este respeito Mattoso, J (1994) e Sousa e Pereira (2008: 29-33).

¹⁰⁵ Ratton (1920: 28) dá bem conta disto no panorama que traça do estado do sector secundário português no ano de 1764: “O pouco conhecimento, que havia então de fabricas, e o desprezo, que havia pela palavra fabricante, confundida com manipulador, official, obreiro, operário, &c; assim como também imaginarem, que taes estabelecimentos não podião vingar em Portugal, ideas que os estrangeiros ali estabelecidos não cessavam de suggerir, para o bem dos seus interesses. (...) Não admira que assim se pensasse em Portugal; por quanto, alem da fabrica Real das sedas, por cuja direcção, e fundos se estavam, com grande custo, creando outras no sitio das amoreiras, de que falarei em outro lugar, havia unicamente no Reino tres fabricas particulares de cortimento de couros de boi; huma em Povos; outra na cidade do Porto, (...) e a ultima na junqueira”.

Para, com menos exagero, lhes acrescentar mais algumas noutra passagem (Ratton, 1920: 72-73):

“Até ao tempo do terramoto de 1755 (...) as manufacturas do Reino se limitavão a pannos de linho, linhas de Guimaraens, chapeos de laã de Braga, e da terra da Feira, ferragens grossas de Braga, e de Guimaraens, pannos grossos de laã, e Saragoças; e quanto a sedas, havia mui poucas fornecidas pela fabrica moderna de Lisboa, alem dos taffetas, e gorgoroens, proprios para mantos de que até então usavam as mulheres, fabricados em Bragança. Todos os mais generos manufacturados, para consumo do Reino, e Colonias, vinhão de fora”.

Dando a este cenário o contraponto das iniciativas pombalinas (Ratton, 1920: 95):

“Os grandes subsídios dados pelo Governo, para a introdução das artes fabris em Portugal, a isenção de direitos sobre as materias primas vindas de fora, assim como tambem aquelles de exportação sobre taes Manufacturas, e suas entradas francas nos Dominios do Ultramar, a introdução prohibida no Reino de correspondentes manufacturas esrrangeiras, e a rigorosa observancia das leis repressivas do contrabando tem sido os princípios politicos a que se deveo a diversidade, e multiplicidade de estabelecimentos uteis; por effeito dos quaes ficarão no paiz enormes somas, que antes passavão a naçoens estrangeiras, com gravíssimo prejuízo de Portugal, de cujas somas se poderá formar juízo comparando a balança do commercio de huns annos com outros...”.



Porto. Ao mesmo tempo encetou-se um grande esforço de reforma das instituições públicas e estatais¹⁰⁶.

No âmbito dos seus esforços no sentido de desenvolver o comércio e a indústria, o Marquês de Pombal pretendia o surgimento de uma classe de comerciantes, industriais e funcionários públicos portugueses mais forte e mais regulamentada. É neste contexto que devem ser enquadradas iniciativas tais como (i) a extinção da corporação em forma de irmandade, que tradicionalmente tutelava os comerciantes e os industriais e a sua substituição por um organismo mais poderoso e actuante, a Junta do Comércio¹⁰⁷, (ii) a imposição legal de mínimos de organização contabilística aos comerciantes e industriais¹⁰⁸, (iii) a reforma da contabilidade de múltiplos institutos públicos¹⁰⁹ tais como o Erário Régio¹¹⁰, a Casa da Moeda¹¹¹ e os municípios¹¹² e finalmente (iv) a reforma da Universidade de Coimbra e a criação em Lisboa do Colégio dos Nobres¹¹³ e da Aula do Comércio, esta última porventura a iniciativa hoje em dia mais aclamada pela sua originalidade mesmo num contexto internacional¹¹⁴.

Pese embora este conjunto de iniciativas tomadas no decurso dos governos pombalinos, as quais visaram elevar e promover o nível dos conhecimentos de contabilidade principalmente entre os comerciantes e os funcionários públicos¹¹⁵,

¹⁰⁶ Sobre a estratégia do Marquês de Pombal para revitalizar as estruturas económicas e sociais em Portugal ver Castro (1982), Hespanha (1993), Macedo (1954), Mattoso (1994), Pedreira (1992) e Serrão e Martins (1978).

¹⁰⁷ A corporação extinta chamava-se 'Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio'. Sobre a criação da Junta do Comércio ver Ratton (1920: 195). Ver também as considerações tecidas por Gomes (2001: 66), Pedreira (1995: 69-71, 447-453) e Sousa e Pereira (2008: 47).

¹⁰⁸ Que podem ser inseridas no contexto de iniciativas semelhantes tomadas em países que igualmente optaram por políticas centralistas de regulamentação das práticas contabilísticas, como são os casos de Espanha e França. A proclamação da utilidade social da Contabilidade e a consequente regulamentação inicia-se em França, com as ordenações de Colbert de 1673 e tem reflexos em Espanha, nomeadamente através das ordenações de Bilbao de 1773. Ver sobre este assunto Carqueja (2003: 56) e Rocha e Gomes (2002: 609).

¹⁰⁹ Ver sobre este assunto Gomes (2007).

¹¹⁰ Ver a Lei extinguindo os Contos do Reino, e Casa, e criando o Erário Régio, Collecção de Legislação...: 816-835). Ver também sobre este assunto Rodrigues (2000a: 361-414; 2000b: 52-57). Refira-se que a reforma do Erário Régio (organismo que substituiu a Casa dos Contos) foi mais abrangente do que a simples reforma da contabilidade, envolvendo a própria reforma do sistema tributário. Sobre o modelo de funcionamento contabilístico da Casa dos Contos, ver também Rau (1951: 399-417).

¹¹¹ Ver sobre este assunto Sousa (1999: 60-90).

¹¹² Ver sobre este assunto Gomes (2001: 63-92).

¹¹³ Ratton (1920: 161-162).

¹¹⁴ Ver sobre este assunto Rodrigues *et al* (2007), bem como Rodrigues *et al* (2003); Rodrigues e Craig (2004) e Rodrigues *et al* (2004).

¹¹⁵ Em Rodrigues *et al* (2004: 4) refere-se que a nomeação de João Henrique de Sousa para primeiro lente da Aula do Comércio reflecte exactamente essa preocupação: "a sua perspicácia comercial, o



designadamente assinalando as partidas dobradas como o ‘método de referência’¹¹⁶ na Metrópole mas também no resto do Império, podemos afirmar que o Marquês não quis alargar estas iniciativas a todos os sectores da economia portuguesa, tendo designadamente as contabilidades dos grandes senhorios laicos e religiosos passado ao lado de qualquer tipo de obrigação de implementação das novas soluções preconizadas.

Carvalho e Melo preocupou-se em dignificar e ordenar o estatuto de comerciante e também a profissão de guarda-livros¹¹⁷. Através da Lei de 30 de Agosto de 1770 obrigou a que se encontrassem matriculados na nova Junta do Comércio todos os comerciantes nacionais da praça de Lisboa. Essa Lei determinava ainda os empregos em que se impunha a prévia aprovação na Aula do Comércio, entre os quais os oficiais que prestavam serviço nas companhias gerais (Rodrigues *et al*, 2004: 64), como aliás de uma forma geral em todas as sociedades de grande porte (Marcos, 1997: 304-307). Como refere Marcos (1997: 307) “tendia-se desta forma, pela via da profissionalização, a aperfeiçoar o funcionamento interno das sociedades”.

O enaltecer destes novos conhecimentos era por vezes reforçado com medidas de carácter simbólico, como por exemplo a presença do Rei e da Corte nos exames da Aula do Comércio¹¹⁸.

São também desta época os primeiros livros de contabilidade por partidas dobradas que se conhecem impressos em língua portuguesa¹¹⁹, elaborados sob

conhecimento do mundo e a experiência contabilística fizeram dele o professor ideal de comércio aos olhos do Marquês de Pombal, já que era seu objectivo fundar companhias monopolistas”. Já depois de deixar a Aula de Comércio, este mesmo João Henrique de Sousa viria a ser nomeado em 1762 escrivão do Real Erário, terceiro posto na hierarquia da Instituição, logo depois do Próprio Pombal e de José Francisco da Cruz, da poderosa família dos Cruzes. Nesse lugar João Henrique de Sousa “assumiu a responsabilidade pela introdução de contabilidade por partida dobrada nas contas do governo” (Rodrigues *et al*, 2010: 5).

¹¹⁶ A inclinação do Marquês de Pombal para o uso deste método é comprovada pela utilização do mesmo na escrituração da sua contabilidade pessoal. Como refere Ratton (1920: 140): “O Conde d’Oeyras possuía muitas qualidades para ser, como foi um grande ministro. Empregando todo o tempo da semana no serviço de seu amo, reservava as manhãs dos Domingos; para os negócios da sua casa; nos quaes se ajuntavão todos os almoxarifes, feitores, e mestres de obras, no quarto da sua contadoria methodicamente escriturada com livros em partes dobradas; e ali conferia com elles recebia, e pagava, à boca do cofre, as entradas, e despesas da semana precedente”.

¹¹⁷ Pedreira (1992: 439) dá conta de uma resolução de 1762 que estabelecia que ser guarda-livros não constituía obstáculo para a entrada na Ordem de Cristo.

¹¹⁸ Ratton (1920: 194): “Era tal o apreço que o Snr. Rei D. Jozé fazia desta Aula, que muitas vezes foi assistir aos exames dos alumnos com toda a sua Corte; para o que se construiu de propósito a tribuna que lá existe; e quando não hia, poucas vezes faltava o seu Ministro, o Marquez de Pombal.

¹¹⁹ Antes de 1800 foram publicados em português apenas três livros sobre partidas dobradas, sendo um deles uma tradução, a saber:

Em 1758 foi editado “O Mercador Exato nos seus livros de contas, ou Método fácil, para qualquer mercador, e outros arrumarem as suas contas com a clareza necessaria com seu Diário, pelos princípios



influência da expectativa criada, desde 1758, sobre qual deveria ser o texto a ser ditado na Aula de Comércio e evidenciando a influência de autores franceses, nomeadamente Barrême e de la Porte¹²⁰, o que se compreende tendo em consideração a influência que a cultura francesa exercia na portuguesa, vista em muitos casos como o modelo a copiar (Gomes, 2007: 120)¹²¹.

Chegou igualmente até aos nossos dias o texto preparado por João Henrique de Sousa, primeiro lente da Aula do Comércio¹²² para ser ditado nas suas aulas. Carqueja num trabalho dedicado à análise desse ditado¹²³, conclui que o autor do mesmo, que influenciou os seus sucessores durante décadas, “interpretava as partidas dobradas como tendo objectivo de informar sobre o valor do capital e sobre os bens que o integram, embora as definisse com base no duplo registo, a débito e crédito”.

Os alunos aprendiam a construir os livros de contas a partir do borrador, passando pelo diário e chegando ao livro de razão, ficando a saber que poderiam usar também outros livros auxiliares, atendendo à natureza de cada negócio. João Henrique de Sousa fez, como era comum na época, a distinção entre contas do mercador, ou

das Partidas Dobradas, segundo a determinação de sua majestade, Parte I”, da autoria de João Baptista Bonavie e influenciado por um livro do francês Barrême de 1720.

Em 1764 foi editado em Turim, por autor anónimo, o “Tratado sobre as Partidas Dobradas, por meyo da qual podem aprender a arrumar as contas nos Livros, e conhecer dellas, todos os Curiosos impossibilitados de cultivar as Aulas desta importantíssima Ciência, &c.”, também influenciado pelo livro de Barrême de 1720.

Em 1794 foi editado por um autor anónimo, que se identifica como aluno do segundo ano do nono curso da Aula do Comércio, o “Guia de Negociantes, e de Guarda-Livros, ou Novo Tratado sobre os Livros de Contas em partidas Dobradas: Com huma Instrucção geral para os guardar, segundo o verdadeiro Methodo Italiano, e como está hoje em uso entre os Negociantes os mais consideráveis de todas as Praças: e com as mais essenciaes Questões, e suas Soluções, e Respostas sobre toda a qualidade de Negociações, que possam fazer os Mercadores, Banqueiros, ou outros quaesquer negociantes”. Trata-se da tradução do “Guia dos Negociantes” do autor francês Mathieu de la Porte, o qual foi editado pela primeira vez em 1685 (Carqueja, 2010: 18-23). Sobre este assunto ver também Carqueja (2003).

¹²⁰ Carqueja (2010: 18-23).

¹²¹ Rodrigues e Craig (2004: 331-339), assinalam também a influência que as obras do inglês Postlethwayt e do alemão Marperger tiveram em Pombal e o impacto que por esse motivo tiveram na organização do programa do próprio curso da Aula do Comércio.

¹²² Sobre o percurso de João Henrique de Sousa e do lente que lhe sucedeu, Albert Jaquéri de Sales, ver Rodrigues e Craig (2009). Nesse artigo os autores comprovam que o perfil destes dois lentes, ambos com experiência prática muito relevante anterior à ocupação do cargo de lente, adequava-se bem ao desejo de Pombal de promover um tipo de ensino prático, adequado às necessidades das casas de comércio que pretendia incentivar.

¹²³ *Arte da escritura dobrada que ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa copiada para instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no ano de 1765*, Comentário, fac-simile e leitura de Hernâni O. Carqueja, Edição da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, (2010).



‘contas gerais’¹²⁴ e as contas de terceiros, ou ‘contas particulares’ (Carqueja, 2010: 32-34).

No que concerne à modernização das práticas contabilísticas, para além da obviamente esperada disseminação entre os comerciantes mais graúdos das práticas aprendidas na Aula do Comércio, o Marquês de Pombal impôs mínimos de organização contabilística em geral. Na ressaca do terramoto de Lisboa e das falências fraudulentas que se verificaram, o Marquês de Pombal mandou publicar o Alvará de 13 de Novembro de 1756, que garantia aos comerciantes falidos a possibilidade de restarem 10% da massa falida, deduzida das dívidas às alfândegas, para sustento das suas casas. Exigiam-se no entanto algumas condições, sendo uma delas a apresentação da escrituração em dia, em conformidade com o disposto no § 14 do dito alvará (Marcos, 1997: 315-316).

De acordo com as memórias de Ratton¹²⁵, o número de comerciantes que utilizava o método das partidas dobradas era pequeno, mas na verdade essas mesmas memórias acabam, se virmos bem, por enunciar um número não desprezível das mesmas. Para além do próprio caso de Ratton¹²⁶ e das casas que manteve em sociedade, o mesmo testemunha que o método era utilizado nas casas de Estevão Martins Torres, Nanceti, dos Jorges, Payarts, Despies, Vanzellers, Crammer, Vanpraetz, Ciamouses e das sociedades de Bandeira e Bacigalupo, Bom e Ferreira e Emeretz e Brito e na casa do próprio Pombal (Ratton, 1920: 140, 180, 190-191, 200)¹²⁷.

Parece-nos que as tantas vezes citadas palavras de Ratton (1920: 190-191) “A fora estes” - referência a alguns dos nomes supra - “se não conhecia nenhum nacional, que tivesse pratica da escrituração dos livros em partidas dobradas, nem que fosse versado no conhecimento dos pezos, medidas e moedas, estrangeiras, dos cambios e suas combinações” visam mais, no contexto em que foram escritas, fundamentar a

¹²⁴ Sendo as ensinadas naquele ditado as seguintes; Capital, Ganhos e Perdas. Gastos Gerais, Caixa, Fazendas Gerais ou Particulares, Gastos do Negócio, Bens de Raiz e Interesses neste ou naquele Negócio.

¹²⁵ Estas memórias permanecem como uma das referências da literatura mais commumente utilizadas quando se trata de caracterizar as práticas nos negócios na praça de Lisboa durante o período pombalino e mariano.

¹²⁶ Ratton (1920: 12) relata que o método era utilizado em 1758 num estabelecimento comercial de que era sócio “sendo a firma Ratton, Bonifas & Companhia. Estes três sócios” (referência aos sócios não familiares de Ratton) “entrarão sem fundos próprios, devendo a casa laborar sobre os meus, representados por 24 contos de reis effectivos, e outras iguaes quantias de meu Pai, e tio, que deixarão na casa, como sócios commendatarios, levando cada hum outava parte de interesse sobre os lucros, que houvesse...”

¹²⁷ Outros poderíamos juntar a esta lista de séculos precedentes, como o caso dos banqueiros Mendes do século XVI, dos Cruzes (Gomes, 2007: 24).



necessidade de estabelecimento da Aula do Comércio de Lisboa¹²⁸, do que propriamente atestar a incompetência da praça de Lisboa em prover-se desses recursos quando necessário, nomeadamente nas casas de maior cabedal, ainda que recorrendo a contabilistas estrangeiros ou enviando os seus filhos para aprenderem o método no estrangeiro¹²⁹.

A Aula do Comércio desempenhou um importante papel na divulgação da partidas dobradas. O texto que João Henrique de Sousa preparou para ser ditado na Aula do Comércio, dedicou também algumas páginas ao ensino das partidas dobradas no contexto particular das companhias gerais, à semelhança do que fez com outros casos particulares, como as fábricas, casas de fidalgos e mais pessoas ricas e administrações de negócios alheios. Nessas páginas explica-se que a escrituração das companhias gerais tem poucas diferenças da aplicável a companhias menores, salvaguardando-se como diferenças notáveis a necessidade de uma única conta de conta de capital que concentre todos os movimentos com os accionistas, a detalhar em livros auxiliares, o maior número de contas que devem existir no razão, para melhor se conhecerem os frutos dos negócios¹³⁰ e a conveniência de ter vários livros borradores simultâneos, por exemplo, que permitam uma divisão do trabalho mais eficiente e desenvolvido em paralelo por várias pessoas¹³¹.

¹²⁸ Note-se aliás que João Henrique de Sousa, nascido em 1720 em Setúbal, e que foi primeiro lente da Aula do Comércio, aprendeu a profissão de guarda-livros em Lisboa, no período entre 1722 e 1737, quando trabalhou na casa comercial dos florentinos Enea Beroardi e Girolano Paulo Medici (Rodrigues *et al.*, 2010: 4).

¹²⁹ Da mesma forma se deve entender a hipérbole inversa, quando Ratton (1920: 263) dá conta dos resultados da melhoria das práticas contabilísticas da praça decorrentes do papel exemplar desempenhado por uma das casas comerciais de maior porte que emergiu na época pombalina: “Esta família dos Cruzes, tão protegida pelo Marquez de Pombal, concorreu muito pelo seu valimento, para se introduzirem entre as famílias do commercio, e pessoas limpas, huma certa sociabilidade e polidez, que dantes não havia, franqueando a sua casa ao concurso de famílias conhecidas, ou por outras palavras introduzindo o uso das partidas, que se foi estendendo a quasi todo o corpo do commercio, e é imitação deste ás outras classes, o que tem contribuido muito o desterrar o resto de costumes mouriscos, que ainda se conservavão, e a por a nação ao nível das mais polidas da Europa.”

Pensamos que é caso para dizer que nem oitenta.

¹³⁰ “Os negócios grandes, como o costumam ser os de uma Companhia Geral, também requerem no livro de razão mais distinção, e maior número de contas. Por exemplo: Queremos saber particularm[en]te o lucro q[ue] deixam as Carregações para cada Porto; estabelecemos tantas contas de carregações, quantos são os diversos portos.” (*Arte da escrita dobrada ...*: 327-329).

¹³¹ “se não bastam dois Borradores, teremos três ou mais. Se as despesas são m[ui]tas, e de diversas naturezas, usaremos de vários Livros de Gastos: estas distinções são m[ui]to convenientes, porque dão lugar a concorrerem diversas pessoas ao mesmo tempo, a terem os livros exactam[en]te escriturados, dia por dia, q[ue] é a circunstância mais importante, e proveitosa de qualquer negócio” (*Arte da escritura dobrada...:* 327)..



A utilização dos sistemas contabilísticos das companhias gerais pombalinas como exemplo a imitar encontra-se patente, por exemplo, na solução prescrita à denominada “Sociedade estabelecida para a subsistência dos Tehatros Publicos da Corte”, instituída em 1771. Nos seus estatutos, mandava-se que as contas fossem examinadas e aprovadas pelos directores que tomavam posse “da mesma sorte que se pratica nas Companhias Geraes deste Reino”. Além disso o director que tinha como incumbência a contadoria, teria forçosamente que seguir as práticas das contadorias das companhias gerais, “em conformidade com as quaes será dirigida e regulada a desta Sociedade” (Marcos, 1997: 340-342).

As reformas pombalinas marcaram sem dúvida toda uma época, até ao advento do liberalismo nenhuma outra iniciativa se pode comparar, no que concerne à melhoria do ensino e das práticas contabilísticas¹³².

Até ao advento do liberalismo, as instituições que Pombal deixou como legado não sofreram alterações dignas de notas, mas com honrosas excepções foram isso sim perdendo força¹³³: A Aula do Comércio manteve-se em funcionamento autónomo até 1844¹³⁴, tendo aliás sido aberta entretanto uma outra escola semelhante no Porto¹³⁵, mas o uso da contabilidade por partidas dobradas nas instituições públicas, por falta de profissionais suficientes, acabou por não ser estendida a todas as organizações do Império¹³⁶ e acabou mais tarde por ser abandonada a favor da antiga solução unigráfica.¹³⁷ As leis que obrigavam a apresentação de balanços pelos comerciantes quebrados em boa medida caíram em saco roto.

Em todo o caso, a evidência empírica que recolhemos ao longo deste trabalho, bem como testemunhos da época que analisámos neste mesmo contexto, sugerem um

¹³² Rodrigues *et al* (2003a: 104) na sua proposta de divisão da história da profissão de contabilista em Portugal em diferentes fases, reconhece a existência de um período homogéneo entre 1755 a 1820, correspondendo as datas extremas ao início do consulado pombalino e a data final ao início do período liberal que ditou, entre outros, o relaxamento da necessidade dos guarda-livros de certo tipo de organizações serem registados na Junta do Comércio e formados pela Aula do Comércio.

¹³³ Ou como no dizer de Ratton (1920, vii): “num país, como o nosso, em que as melhores iniciativas ficam sem resultado por falta de continuação dos que se sucedem na administração dos negócios públicos, e parece terem prazer especial em começar por destruir a obra dos que os precederam...”.

¹³⁴ Rodrigues *et al* (2004: 65-66).

¹³⁵ A Aula do Comércio do Porto foi inaugurada em 1803, muito em função dos contínuos pedidos da *Companhia*, que sentia dificuldades no recrutamento de profissionais para abastecer os seus quadros. Vide a este respeito Gonçalves (2011).

¹³⁶ Ver a este respeito Gomes *et al* (2008: 1163-1164) e Vasconcelos *et al* (2008).

¹³⁷ Ver a este respeito Almeida e Marques (2002: 6-7) e Gomes (2007: 242).



cenário um pouco mais benigno do que os quadros de generalizada ignorância contabilística que por vezes se fazem do Portugal do século XVIII.

Sem dúvida o Marquês de Pombal sabia analisar bem contas por partidas dobradas,¹³⁸ e sobre as mesmas tirar conclusões e fazer as perguntas certas, mesmo à luz do que hoje consideraríamos normal, no fundo fazer aquilo que presentemente denominamos uma revisão analítica¹³⁹.

¹³⁸ Veja-se por exemplo as informações que Frei João de Mansilha solicita à junta da Companhia, a pedido de Pombal, para que este possa tomar uma resolução quanto à proporção necessária de subscrições do segundo fundo da Companhia, atendendo ao estado actual da sua saúde financeira: “Para que tudo, o que deixo dito haja de ter huma eficaz, e prompta execução, sejam VM^{ces} servidos mandarme sem demora a rezolução das perguntas, que faço no papel incluzo, que todas discuti na presença de S Ex^a; e o d^o Snr espera a noticia prompta dellas, para obrar sem demora tudo, o que a sua grande benignidade está prompta, e propensa, a conceder em favor dessa Junta, e Companhia (...).

Pontos sobre que se pede instrucção aos Sn^r Provedor, e Deputados da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

1º - O numero das Accoens, em que prezentemente está a Companhia, e as que lhe faltão para o complemento do seu fundo.

2º - O tempo athé que fez a sua primeira Repartição, e se pagou os lucros a todos os Accionistas, e se deve ainda a alguns, e quanto.

3º - O balanço das contas do primeiro anno, que se seguio depois do anno athé que se fez a primeira repartição, e também os balanços dos annos seguintes, tudo com clareza para constar, o que em cada anno se devia repartir.

4º - O que se deve aos lavradores de pagamentos vencidos.

5º - O dinheiro que actualmente existe em Caixa.

6º - O que julgão pouco mais, ou menos, que se deve à Junta pela Fazenda Real, de empréstimo, que se fez em Londres.

Sobre este ultimo ponto advirto a VMces, que por carta sua de 18 de Agosto de 1763, me remeterrão o Amoztrador da Conta Corrente, que a Companhia tem com o Real Erário, formado pelas cartas, e Avizos dos Ministros Martinho de Castro, e Jozé de Sá Pereira. Porem como o entreguei a S Ex^a sem me ficar Copia, nao he fácil aparecer agora. Motivo porque he preciso remetterem outro, que incluia nao só, o que athé esse tempo se devia pelo Erario Régio, mas tudo absolutamente que VM^{ces} souberem se deve athé o tempo, em que estamos. Tambem advirto que tenho em meu poder a copia da carta, que a VM^{ces} escreveo o Inviado Jozé de Sá Pereira datada em Londres, aos 7 de Junho de 1763, e hé preciso incluir neste mês no Amostrador todos os bilhetes, de que o do Ministro faz menção. Emfim tudo o que VM^{ces} entendem se lhes deve para com as suas clarezas se combinarem as Contas, que remetterão os ditos Ministros, e me diz S Ex^a se achao no Real Erário: e deste modo se concluirá toda esta conta, embolçando VM^{ces} este dinheiro para respirarem.

Será bom, que todos os papeis destas clarezas pedidas, venhão dobrados, para entregar hum, e ficar com outros, o que evita os contratempos muitas vezes experimentados, de se perderem”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 21.01.1764, fl 5-9).

¹³⁹ Atente-se a este outro exemplo de troca de impressões entre Mansilha e Pombal, no contexto de um pedido daquele para a Companhia poder baixar os preços de compra aos lavradores do Douro: “...representei” (referência a Pombal) “que a despeza total, que os lavradores, fazião com cada pipa de vinho, podia sobir, ao computo de 4, 6, 8 athé 9\$000 reis, conforme os sítios: porquanto nos de Jagueiros, Touraes, Lobrigos, Sta Marta, Veiga, e outros semelhantes planos; me parecia, que computado o gasto de Poda, Cava, Redra, Erguida, Vindima, Concertos de louça V^a, chegaria a d^a despeza a 4\$000 reis por pipa, pouco mais, ou menos; pois hé certo, que nestes sítios, hé ordinariamente, grande a producção, e a cultura fácil. Nos sítios porem mais encostados, mas não com excesso, chegaria a despeza de cada pipa a 6\$000 reis, pouco mais, ou menos: Onde porem são muito encostadas as Vinhas, como Gaivoza, Povoação, e Outras semelhantes terras, poderia chegar a 8, ou a 9\$000 reis, pouco mais, ou menos, a despeza dos lavradores na Cultura, e fabrica de cada pipa: E que sendo isto certo, ficavão bem



Mas não estava sozinho o Marquês de Pombal nesse conhecimento. O próprio Frei João de Mansilha, embora mais sóbrio nos seus pedidos e reflexões à junta - o que se compreende porque apesar de tudo não deixava de ser um funcionário da *Companhia* e lhes estava hierarquicamente subordinado – reflectia de uma forma lógica e consequente sobre os elementos contabilísticos que recebia.¹⁴⁰

Acima de tudo o que nos parece verdadeiro é que a Praça de Lisboa era uma praça de comércio pequena¹⁴¹, pouco líquida e muito dependente do Estado.

Percebe-se que a praça, embora registando bastante fluidez na entrada e saída de comerciantes (Pedreira, 1992: 421), era pequena porque os mesmos nomes, que não ultrapassam algumas dezenas, aparecem mencionados nos testemunhos de Ratton¹⁴² e

racionáveis, e uteis os preços, que deixo dito” (Mansilha refere-se a uma proposta para baixar o preço de referência da compra dos vinhos aos lavradores, entre 14\$000 e 20\$000, dependendo da qualidade) “tanto para a Conveniencia dos lavradores, como para a da Companhia...”.

Isto em Summa foi o que pratiquei com S Ex^a a este respeito, expondo-lhe miudamente quanto me ocorreu, e pareceu útil, para a mayor extracção, e consumo dos vinhos, em que considero toda a felicidade do Douro, firmandose ao mesmo passo a Subsistencia da Companhia, que hé a base de tudo. Porem como duvido se o calculo, que faço da despeza dos lavradores com cada pipa de vinho, hé certo, ou se será mayor, ou menor, não propuz, isto ao d^o Snr com a certeza necessaria, remetendo-me ao que a Junta / a quem daria parte / ultimamente informasse. S Ex^a assentou no mesmo, e me ordenou procurasse da Junta a certeza deste calculo; como tambem o da despeza, que se faz em cada pipa depois, que o Comprador toma conta della à porta da adega até a Condução dos Armazens do Porto, direitos, e mais gastos”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 02.02.1764, fl 11-14).

¹⁴⁰ Veja-se o que escreve a propósito das baixas margens na venda de vinho e nos remédios para atalhar esse mal: “Pelas cartas do Snr Deputado Manoel Roiz Braga vejo os poucos lucros, que rezultao à Companhia das Compras dos vinhos, de embarque, na forma até agora praticada. Hé certo, que a nossa Companhia tem por fim direito, a utilidade da lavoura do Douro, e por este motivo sempre que S Ex^a inclina, para que se comprem vinhos de forma, que os Lavradores se não vejão obrigados a vendelos por preços ínfimos, como nos tempos passados. Mas tambem he certo que este beneficio não deve ceder em prejuízo da Companhia, porque isso seria edificar por huma parte, e arruinar pela outra. O meyo destas extremidades, deve ser, que a Companhia, sempre lucre neste Commercio de vinhos de embarque, e quando não lucra, que não perca coisa alguma. Por estes motivos, e pelos de se augmentar novamente em Inglaterra doze por cento nos nossos vinhos de embarque / o que não está plenamente determinado, e poderá ter volta com a chegada do Sn^r Martinho de Mello / representei a S Ex^a, que o remédio fundamental deste danno, so pode ser diminuir aos vinhos os preços baixados: Porquanto havendo preços de 18 até 20\$ reis, pouco mais, ou menos, sempre os Lavradores lucrao das suas fazendas mais de cento por cento, com o que se forma a sua felicidade e a Companhia com estes preços pode negociar com alguma utilidade, e melhor comodo para sofrer alguns empates, sendo estes moderados, e à proporção dos annos”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 21.01.1764, fl 5-9).

¹⁴¹ Pedreira (1992: 418) dá conta que na segunda metade do século XVIII Lisboa não contava com mais do que 500 negociantes, a que acresciam “centena e meia de casas de negócio estrangeiras”. Este número comparava com 6 000 negociantes inscritos em Londres no ano de 1772. Gonçalves (2011: 141) dá conta de um texto de um autor que refere a existência de 401 negociantes no Porto no ano de 1785.

¹⁴² O próprio Ratton conhecia pessoalmente Pombal e Mansilha, e manteve relações comerciais com Pombal, a propósito de uma venda de uns pés de amoreiras para plantio da sua quinta de Oeiras (Ratton, 1920: 57).



nos de Mansilha e noutras obras de que Pedreira (1995) dá devida conta. O ritmo a que os negócios se realizavam também não parecia ser o mais elevado.¹⁴³

Pode também dizer-se que era uma praça em que se concentravam nas mesmas pessoas diversas funções, de natureza governativa e de administração de negócios, o que suscitava uma promiscuidade de interesses considerável¹⁴⁴. Pombal não era

¹⁴³ Nota Ratton (1920: 201): “Huma prova mais, de que os negociantes Portuguezes tinham poucas relações com os paizes estrangeiros, hé que na creacção da Junta, composta toda de negociantes, lhes não era incommodo fazer as suas sessoens na 2ª e 3ª feira, a horas em que os negociantes, que tem taes relações se não podem dispensar de hirem à praça, ou de ficarem no seu escritório; pois que na 2ª. feira a horas de praça, era que se regulavão os preços dos cambios, e se negoceavão as letras com as praças estrangeiras; e na 3ª. feira até às tres horas da tarde, hé que se lançavão no correio geral as cartas, via de terra, para o Norte, e Italia, como modernamente se pratica e tambem nas sextas feiras e sábados.”

¹⁴⁴ Veja-se o que Ratton (1920: 81-82) relata a propósito de algumas das funções desempenhadas por D. Theotonio Gomes de Carvalho, homem de quem nitidamente não gostava: “... e como em Portugal hum homem que hé bom para huma cousa, hé bom para muitas, governou esta” (referência ao porto franco de Lisboa) “administração cumulativamente com a das sete casas, Fábrica da Seda, Agoas livres, e o lugar de Secretario, e Deputado do Tribunal, existindo huma na Junqueira, outra ao Rato, outra na praça do Commercio, e outra na Ribeira velha: mas há homens tão habéis que tem tempo para tudo!!!”

Acrescentando Ratton este outro exemplo de uma figura pública e política da época: “alem de ser hum dos grandes defeitos das administraçoens publicas, tambem notava” (referência a um texto produzido pelo próprio Ratton e endereçado a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, logo que o mesmo chegou de Turim, em meados de 1796) “os gravissimos prejuízos, que a estas se seguem, e ao Estado de se accumularem empregos em hum só homem: e entre muitos exemplos, apontava a pessoa de Diogo de Pina Manique, que era, ao mesmo tempo, Dezembargador do Paço, Intendente Geral da Policia, Administrador da Alfandega de Lisboa, e Feitor mor de todas as do Reino, & c., &c., &c (...) Mas Diogo Ignacio de Pina Manique era tão zeloso do bem publico, que não obstante o pezo destes empregos superior às forças de hum gigante, tomou mais sobre si o estabelecimento, e governo de huma casa pia, a administração da limpeza, calçadas, e illumination da Cidade. Ora eu rogo, em nome do bom senso, que se me diga como pode hum homem só desempenhar tantas, e tão oppostas obrigaçoens? Como! Como as desempenhou Diogo Ignacio de Pina Manique. Este bom patriota, que tudo fazia com as melhores intençoens, confundia tudo com as suas arbitrariedades: V. G. applicava para huma repartição fundos destinados para outra, gastava mais do que podia, e devia com estabelecimentos que julgava uteis, e que o serião, se fossem bem administrados.” (Ratton, 1920: 122-123).



excepção a essa regra¹⁴⁵. Para piorar as coisas, existiam muitas relações de parentesco ou de convivência próxima entre os titulares dos cargos públicos¹⁴⁶.

Percebe-se que a economia era pouco líquida porque os pagamentos entre os comerciantes se atrasava muito, sendo o recurso à reforma de letras uma prática generalizada¹⁴⁷ e o recebimento dos valores em aberto de outros comerciantes uma verdadeira arte que pedia paciência e diplomacia, por vezes parecendo que estavam todos à espera que chegasse a próxima remessa de ouro do Brasil¹⁴⁸ para se poderem finalmente liquidar as obrigações vencidas¹⁴⁹.

Percebe-se finalmente que Lisboa era uma praça muito dependente do Estado, porque para além das suas compras e permissões de estabelecimento, os organismos do Estado funcionavam como caixa central por onde os fundos e as obrigações dos

¹⁴⁵ Para além da venda, por altos preços, de vinhos da sua quinta de Oeiras à Companhia do Alto Douro, existem testemunhos de outros negócios que envolveram o Marquês e que denunciam claramente a compra de favores do Estado por parte de quem os realizava. Revela Ratton (1920: 142-143) “Deixando Sebastião Joze de Carvalho a sua casa da rua Formosa, para hir viver na barraca da Ajuda, foi a dita casa arrendada por 4,000 cruzados annuaes a huma casa de commercio Ingleza, a qual corria debaixo da firme de Purry, Mellish, e de Vimes: excessivo aluguel para aquelle tempo; mas que os ditos commerciantes pagavão de mui boa vontade, pela conservação do contracto do Pão-Brazil, que julgo pagavão a 6,000 reis o quintal; e com que adquirirão huma immensa fortuna, que toda sahio do Reino. O Padre Frei Jozé de Mansilha, do Convento de S. Domingos de Lisboa, Procurador geral da Companhia das Vinhas do Alto Douro, comprava por bom preço todos os vinhos da Quinta de Oeyras, como muito necessários, dizia elle, para lotar os da dita companhia, cuja necessidade acabou com o Ministerio do dono da Quinta. As propriedades urbanas, mandadas fazer pelo Conde, ou por seus irmãos, ainda não estavam acabadas, quando os inquilinos corrião á porfia, para obterem a preferêcia, fosse qual fosse o preço. Por outro lado os vendedores lhe largavão os géneros por diminutos preços; e nunca se apressavão em obter o pagamento; e se por acaso algum esquecia ao Ministro influente, esquecia tambem ao vendedor até que o seu desterro para o Pombal despertou alguns que acodirão logo a pedir-lhes dividas...”.

¹⁴⁶ Aos exemplos que fomos dando atrás para defender esta ideia, juntemos mais este retirado das memórias de Ratton (1920: 259): “Jozé Francisco da Cruz passou de Deputado, a Provedor da Companhia do Gram-Pará e Maranhão a Provedor da Junta de Commércio; e tendo elle juntamente com João Henrique de Souza, debaixo da direcção do Marquez de Pombal, organizado o plano do Real Erário, El Rei o nomeou Conselheiro effectivo da Fazenda, e Thesoureiro Mor do Erário; e a João Henrique de Souza escrevão do mesmo, debaixo da Inspeção do Secretario do Estado Francisco Xavier de Mendonça. Dando lhe o Marquez esta noticia, a foi immediatamente participar ao irmão Padre, o qual conhecendo bem o génio arrebatado de Francisco Xavier, o obrigou a hir excusar-se no dia seguinte, com o pretexto de se não considerar com a capacidade necessaria para tal emprego; mas o Marquez alcançando qual era a verdadeira causa, lhe declarou que elle mesmo seria o seu Inspector, e guia, o que com effeito se verificou; porque elle mesmo me confessou o pouco que sabia, quando entrou nos empregos, e que o Marquez o tinha sempre guiado, como pela mão, o que faz muita honra á memória de ambos”.

¹⁴⁷ Refere Ratton (1920: 71) sobre as mesmas: “Haverá apenas trinta annos, que, na praça de Lisboa, se introduzio o uso das letras de cambio, pagáveis á ordem, e saccadas por hum negociante, sobre outro na mesma praça, dadas, e tomadas em pagamento de dívida: uso substituido ao de simples escritos, de divida até então praticado, os quaes não erão transferíveis, e quasi nunca pagos em seus devidos prazos”.

¹⁴⁸ Sobre as diferentes formas (dinheiro, letras, ouro, prata, géneros) que a *Companhia* definiu como possiveis para receber as suas vendas ao Brasil e como as mesmas se operacionalizavam em termos de trânsito marítimo e formalismos de liquidação fiduciária na Junta do Comércio, muitas vezes necessário, ver Sousa e Pereira (2008: 240-241).

¹⁴⁹ Veja-se, por comparação, o que Carlos *et al* (1998) referem a respeito da liquidez do mercado inglês, e do papel que os especuladores e brokers já desempenhavam nesse contexto no século XVII.



comerciantes circulavam, de modo que a circulação do dinheiro dependia em última instância da vontade dos funcionários públicos.

Estas características não propiciam um ambiente competitivo muito forte, mas isso não quer dizer que os comerciantes não soubessem ler contas e sobre elas tirar conclusões.



4.3. O papel da contabilidade nas companhias pombalinas

O papel reservado à contabilidade nas companhias privilegiadas pombalinas encontra-se projectado nos textos fundamentais das mesmas, ou seja, nos seus estatutos gerais e nos estatutos particulares. Subsidiariamente encontramos outras indicações acerca do papel da contabilidade nestas organizações, em normas avulsas veiculadas pela Coroa e nas comunicações internas das companhias, emanadas pelas respectivas juntas.

Destes documentos se pode concluir que a contabilidade desempenhava nas companhias pombalinas dois papéis principais:

No quotidiano interno das companhias, a contabilidade servia para o controlo interno dos fluxos de bens e mercadorias e para a sustentação da passagem do testemunho no final dos mandatos das juntas. Era igualmente fundamental para o cálculo das retribuições dos membros das juntas e no apuramento dos lucros para suportar a decisão dos dividendos a distribuir e consequente apuro de impostos a pagar sobre os mesmos à Coroa¹⁵⁰. O papel reservado à contabilidade na racionalização e legitimação interna das decisões de gestão quotidiana das companhias, pelo menos em termos de conceito, aparenta ter sido muito mais modesto.

Como ferramenta de reporte para o exterior, aqui se incluindo o reporte aos accionistas não representados nas juntas, a contabilidade das companhias era fundamental na preparação das informações financeiras anuais – balanço e demonstração de lucros e perdas – enviadas à Coroa¹⁵¹ e disponibilizadas aos

¹⁵⁰ Sobre os proveitos do comércio incidia um imposto designado maneiço, que em 1762, na sequência de necessidades do Estado relacionadas com a eclosão de um conflito com Castela, aumentou de 4.5% para 10%. Em 1775 o Marquês de Pombal haveria de esclarecer uma questão da junta da *Companhia*, postulando que este imposto apenas se aplicaria aos dividendos efectivamente distribuídos aos accionistas, e não aos lucros não distribuídos, vertidos nos capitais acumulados (Marcos, 1997: 799-807).

¹⁵¹ Existe evidência que Pombal de facto as lia, como testemunha Mansilha, a respeito de certas dúvidas do Secretário de Estado: “O mesmo Snr” (referência a Pombal) “vio a demonstração do Estado da Companhia, e no principio della no titulo = Explicaçoens = reparou nas adiçoens = 4^a, 5^a, 6^a, 16^a e 17^a, porque falam em Carregaçoens de generos diversos, sem manifestar quais sejam; e me Ordenou mandasse perguntar a V S^{as} que géneros são, os de que constam as ditas Carregaçoens. Percebi que esta diligencia do ditto Snr era desconfiança de que a Junta fizesse algum Commercio, que podesse prejudicar ao dos Particulares dessas Provincias. Eu lhe disse, que nada sabia neste particular mais do que, quando se mandou às Ilhas buscar Aguasardentes, se remetteram algumas madeiras, que lá não chegaram, e aqui se venderam. V S^{as} dirão sobre este particular, o que houver.

A respeito dos Fundos me vi alguma couza embaraçado, e ficariam os Accionistas do primeiro Fundo com huma gravíssima perda, no cazo de se adoptar o 2º Extracto. Cada hum de V S^{as}, que tem 10 Aççoens, perdia 1:440\$000 reis, pouco mais ou menos. Este ponto foi rebatido, e ultimamente S Ex^a se



accionistas. Ao suportar o cálculo do valor oficial das acções, informação difundida entre os accionistas sob forma impressa, a contabilidade desempenhava igualmente uma importante função de sustentação do crédito das companhias, não só junto dos accionistas, como também dos credores destes e da própria companhia. Em alguns períodos, como veremos, a difusão do valor de cotação contabilístico teve mesmo efeitos vinculativos no mercado de valores mobiliários da época.

Concretizemos agora estas afirmações.

No que se refere ao controlo interno das operações, encontramos normas semelhantes em todos os estatutos particulares das companhias. A contabilidade para além de desempenhar o papel de centralização das informações, fornecia oportunidade para verificar que todas as operações realizadas haviam sido aprovadas por mais do que uma pessoa, em especial as que davam origem a pagamentos.

Os pagamentos, por exemplo, passavam sempre pelo seguinte crivo: o deputado responsável por cada uma das incumbências das companhias apresentava nas juntas a documentação correspondente às despesas realizadas; estas remetiam-nas de imediato para as respectivas contadorias onde eram registadas e se apunha um visto; só depois se podia pagar, o que no caso de quantias avultadas era feito na própria junta, mediante a abertura do cofre, em sessões determinadas para o efeito (Marcos, 1997: 735).

Um outro exemplo: mensalmente e “conforme o costume das Companhias e casas de negócio do Norte”, extraía-se um resumo do estado do débito e crédito da caixa, o qual era rubricado pelo provedor e pelos deputados e conferido com os resumos dos meses seguintes por outros deputados (Marcos, 1997: 736).

No que se refere às remunerações dos membros das juntas, sendo as mesmas variáveis, a contabilidade das companhias desempenhava o papel de providenciar os elementos necessários aos respectivos cálculos. De facto, todas as companhias gerais pombalinas optaram por modelos de remuneração das juntas em função do volume de negócios e da arrecadação dos proveitos, massa a que eram deduzidos certos custos,

dignou rezolve-lo a favor dos Accionistas do 1º Fundo; tanto porque esta foi sempre a Real intenção de S Mag^e, participada pelo Avizo de 17 de Setembro de 1762 (...) V S^{as} mandarão formar nova demonstração pelo methodo do primeiro Extracto; e sem demora façam imprimir o Manifesto, para se espalhar, e saberem todos o justo valor das Açcoens de ambos os Fundos.”
(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 7 de 17, carta de 02.08.1766, fl 96).



normalmente os relacionados com a contadoria e com os caixeiros¹⁵². Os cálculos necessários a este apuro eram os que constavam dos livros sociais da companhia (Marcos, 1997: 772-775).

Os estatutos gerais das companhias são essencialmente textos definidores das condições de existência das companhias, verdadeiros contratos que tinham como partes a Coroa e os accionistas das companhias. Estavam portanto centrados na definição do objecto dos direitos e das obrigações das partes, mais do que propriamente na organização interna das companhias, que apenas afluíam.

No que se refere ao papel da contabilidade, todos os estatutos gerais se referem à necessidade de existência desta, desde logo como forma de sustentar a proposta de repartição dos dividendos aos accionistas e como forma de prestação de contas pelas juntas cessantes às novas juntas, para que estas as pudessem examinar e consequentemente aprovar ou reprová-las¹⁵³.

Apesar de tal obrigação não constar dos estatutos gerais, nem sequer dos estatutos particulares, como veremos mais à frente, as juntas reportavam estas mesmas contas à Coroa e deixavam-nas disponíveis nas suas instalações, possibilitando a análise das mesmas pelos accionistas que tivessem interesse em tal¹⁵⁴. Tendo em consideração a existência de accionistas residentes longe da metrópole, esta possibilidade era facilitada

¹⁵² Vide sobre este assunto Sousa e Pereira (2008: 134).

¹⁵³ Vide por exemplo o caso da *Companhia*: “O provedor, deputados e conselheiros serão nesta primeira fundação nomeados por vossa majestade para servirem por tempo de três anos; findos os quais apresentarão em Junta geral as contas de tudo quanto tiverem feito; (...) Depois se procederá imediatamente à nova eleição do provedor, deputados, e conselheiros; os quais terão a seu cargo examinar primeiro que tudo, as contas dos seus antecessores, para os aprovarem, ou reprovarem, segundo o seu merecimento; e do mesmo modo se irá continuando nas futuras eleições, enquanto esta Companhia durar”. *Estatutos Gerais...*, artigo 4º.

¹⁵⁴ Veja-se este interessante exemplo da análise que Mansilha reporta à Junta do Alto Douro sobre as contas da Companhia do Grão-Pará e Maranhão: “Dou a Vm^{ces} a notícia de q a Comp^a do Pará tem justas as suas contas, pelas quaes se vê dobrado o capital; e a praça de Lx^a lhe hé devedora de dinh^{ros} avultados, pelos quaes pede espera athé a vinda da Frota do Rio, q hé infalível / Dando DD feliz viagem / athé 15 de Mayo. Já a d^a Comp^a tem debaixo de si esta famosa Praça, q não querendo athé agora fiar da Junta Geral os géneros, q esta Comprava, p^a as suas carregacoens; querendo som^{te} o abono dos Particulares, que compoem a mesma Junta; agora variando de ideya, já não querem senão o abono da Junta Geral, e lhe inclinão a Cabeça, como a húa independente credora a q respeitão superior a tudo; quando antes que ella ajuntasse os seus cabedaes, a reputavão por coiza débil. O mesmo hade succeder com essa Junta, depois q forem chegando os frutos das suas remessas (...).

Falta unicam^{te} Consultarem VM^{ces} sobre os 15 = e 16 por cento, que se recebem na America emsima do Custo principal dos generos, e seus fretes, na forma q já avizei há tempos. Pois assim o estão praticando as outras Companhias, que não tem mayor fundam^{to} que a nossa, nas suas Instituicoens, e por incuria, ou pouca pratica no princípio, consentimos em Sim^e Convenção”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 2 de 17, carta de 15.02.1761, fl 22-24).



através do envio de cópias às direcções das companhias fora da sede social, seja em Lisboa/Porto, seja nas capitanias do Brasil. Embora não o tenhamos testemunhado no que se refere à *Companhia*, Marcos (1997: 603) refere não terem sido raras as vezes em que os accionistas sugeriam acertos a essas mesmas contas.

De resto e ampliando esta intenção de divulgação de informação aos accionistas, todas as três grandes companhias gerais pombalinas mandavam imprimir e distribuir pelos respectivos accionistas “Resumos do Estado Anual”, documentos que basicamente lhes forneciam informação sobre o valor das suas acções, resultado da divisão do capital próprio contabilístico pelo número de acções emitidas (Marcos, 1997: 605). Estes documentos, pelo menos no caso da *Companhia*, forneciam ainda informação quanto aos dividendos atribuídos por conta dos resultados do ano em causa, não em valor nominal, mas sim em percentagem do valor facial das acções.

A divulgação destas informações em formato impresso aos accionistas, bem como a possibilidade destes analisarem as contas anuais das companhias tinha o propósito fundamental de afastar a possibilidade de quebra de fé pública, que um segredo excessivo poderia entretecer. Convinha manter os accionistas confortavelmente interessados nos títulos que haviam subscrito (Marcos, 1997: 607)¹⁵⁵.

Este papel da contabilidade na passagem de testemunho entre diferentes juntas aparece também de forma muito clara num exemplo apresentado por Marcos (1997: 718) a propósito da tomada de posse de uma nova junta da Companhia de Pernambuco e Paraíba, em 02 de Dezembro de 1768: “estando ahi presentes o provedor actual Joze Rodriguez Bandeira, e de huma parte dos Deputados actuaes, (...) e da outra parte sendo tambem presentes as pessoas novamente elleitas, e confirmadas por Sua Magestade, para lhes succeder na administração da ditta Companhia, a saber Policarpo Joze Machado no Lugar de Provedor (...), na conformidade do paragrafo quarto da Instituição da mesma Companhia, foi ditto aos sobreditos Provedor, Vice Provedor, Deputados, e Concelheiros novamente elleitos, que elle em seu nome, de toda Junta, e da Companhia Geral de Pernambuco, e Paraíba que representavão, lhes conferia a posse da Administração dos bens pertencentes à mesma Companhia a saber em dinheiro corrente, por saldo da Caixa no presente dia, hum conto seiscentos sincoenta e seis mil, novecentos e settenta reis; e em folhas correntes para se cobrar do Real Erario as suas importâncias, sessenta e seis contos, quinhentos noventa e hum mil duzentos, e vinte hum reis, e pelo que pertence a fazendas, dívidas activas, e passivas, Bens moveis, e todos os mais pertencentes a Companhia constarão bem, e individualmente pelos Livros respectivos cuja escripturação se acha em dia, tudo debaixo do juramento dos Santos Evangelhos de administrarem os ditos bens, bem e fielmente e de guardarem as partes em tudo o seu direito...”. Extravasando a junta da metrópole, também se pediam contas aos administradores ultramarinos cessantes. Por vezes as contas não apareciam, como aconteceu com os administradores da Companhia Geral do Pára e Maranhão entre 1770 e 1775, José Vieira da Silva e Bonifácio José Lamas (Marcos, 1997: 771).

¹⁵⁵ Não obstante, como atrás se disse, as acções de todas as companhias pombalinas serem todas livremente transmissíveis, como se de padrões de juros se tratasse. A utilização de padrões de juro, o equivalente aos actuais títulos de dívida pública, remonta ao reinado de D. Manuel I, que os usou sistematicamente. A possibilidade de os «vender, alienar, trocar, partir, trespassar, dar e doar, entre vivos ou por cauza de morte, vincular e unir a capella e morgados» havia-se consolidado em Portugal desde tempos antigos, pelo que a equiparação das acções à mobilidade dos padrões de juros servia eficazmente o propósito de dissipar dúvidas quanto à sua mobilidade (Marcos, 1997: 632).



Por outro lado, ao apresentarem a cotação oficial das acções, os “Resumos do Estado Anual” das companhias transmitiam sinais muito fortes ao mercado, designadamente porque era frequente os credores particulares dos sócios executarem as acções de acordo com a sua cotação oficial (Marcos, 1997: 606).

Alguns anos volvidos sobre a instituição das três principais companhias gerais pombalinas, o Marquês de Pombal sentiu necessidade de as habilitar com um segundo corpo de normas estruturantes, os estatutos particulares ou directórios económicos, os quais definem com bastante mais pormenor o papel reservado à Contabilidade naquelas organizações.

Formalmente subordinados aos estatutos gerais¹⁵⁶, os estatutos particulares foram a forma adoptada, por iniciativa do governo pombalino¹⁵⁷, para tornar claros a organização interna, a hierarquia, a divisão administrativa de tarefas, os fluxos de

¹⁵⁶ Tal como expressamente previsto no 1º artigo dos Estatutos Particulares da *Companhia* “A primeira, principal e indefectível observância deve ser a dos estatutos gerais e públicos, ordenados por vossa majestade, e confirmados para estabelecimento e fundação desta Companhia; executando-se as suas determinações de tal modo que, por arbítrio da Junta, não admitam inteligência, modificação ou interpretação alguma; mas antes, em todo o caso e sempre, se cumpram e guardem literal e tão inteiramente como neles se contém; e, somente no caso em que notoriamente pareça que, ou pela diversidade dos tempos ou por circunstâncias supervenientes, se tem mudado o sistema em que teve fundamento alguma das disposições dos mesmos estatutos, se poderá consultar a vossa majestade a reforma, suspendendo-se a disposição da Junta até à resolução régia.” *Estatutos Particulares ou Directório Económico para o Governo Interior da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756)*..., art. 1º.

¹⁵⁷ A formalização dos Estatutos Particulares da *Companhia* seguiu o costumeiro e encenado ritual que se verificava quando Pombal tinha uma intenção de efectuar modificações estruturais no governo das companhias: Na prática era ele o mentor dessas mudanças, mas na aparência apenas acedia aos pedidos das juntas. Veja-se a forma como Mansilha instrui a nova junta eleita sobre a condução do projecto, que aliás se sobrepôs no tempo à concessão do privilégio das aguardentes e do alargamento do perímetro da área de exclusivo do vinho de ramo:

“A estas horas supponho efectuadas as ordens de S Mag^e e de S Ex^a p^a a glorioza, e acertadíssima eleição de Administradores da Comp^a nas Estimadíssimas Pessoas de VM^{ces}. Por cujo motivo não posso já conter nos seus limites o ardentíssimo dez^o com q o meu animo apetece a honra de felicitar-se dando a todos VM^{ces} os parabens por esta tam distinta e singular merce, com a qual os mesmos Sn^{res} justam^{te} honrao as suas pessoas tam benemeritas, destes famosos e honradíssimos empregos. Ainda que julgo dirigiria melhor estes parabens à m^a Patria, e a todas as tres Provincias, q agora acabarao de conhecer totalm^{te} firme a sua felicidade, quando o pezo, e a importancia desta tem hum fundam^{to} tam sólido sobre a alta direccao, capacidade, dezinteresse, e honra de sугeitos de hum tam Ilustre, e qualificado mérito.

Com alguns pensam^{tos} na esperança desta feliz Promoção, apressei um pouco a expedição de alguns aumentos, que tinha ideyado a favor da nossa sempre, e agora mais q nunca famoza Companhia. Como os intentos erão bons, abencoãos Deos, e os facultou a generosa e honradíssima mam de S Ex^a q desta sorte faz admirar com espanto os excessos da Sua liberalidade. Tal he o Privilégio exclusivo das agoas ardentes, igual, ou superior, ao dos Vinhos. O da legoa, em circuito dessa Cidade, acrescentada; E a grande obra dos Estatutos Particulares, q S Ex^a me manda remetter a VM^{ces} p^a q assignandoos, voltem logo com a possível brevidade, p^a baixar o Alvará Regio Confirmativo delles...”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 2 de 17, carta de 05.01.1761, fl 1).



informação e o nível de formalismo e precedência dos registos nas diversas companhias. O papel da contabilidade neste contexto aparece claramente em evidência.

Concretamente todos os estatutos particulares das companhias gerais previam a existência de um departamento de contadoria, responsável pela centralização das informações e pela produção de relatórios, sob a direcção de um técnico especialista, o guarda-livros principal, tipicamente debaixo da tutela de dois deputados da junta que ficavam encarregues desta incumbência.

Todos os estatutos Particulares previam explicitamente a obrigatoriedade da contabilidade seguir o método das partidas dobradas: “...aplicará o provedor um especial cuidado a que na contadoria se achem os livros em dia escriturados por partidas dobradas, conforme o ordinário estilo mercantil e não de outra sorte”¹⁵⁸.

¹⁵⁸ *Estatutos Particulares...*, artigo 44º.



4.4. As práticas contabilísticas das companhias pombalinas

A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão

A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi fundada em 1755¹⁵⁹. Tinha como intuito controlar e fomentar a actividade comercial com as capitanias de Grão-Pará e Maranhão, no Brasil.

Teve origem numa petição de 1752, apadrinhada pelo Governador e Capitão-general do Grão-Pará e Maranhão e enviada ao seu meio-irmão, o Marquês de Pombal, para que se estabelecesse uma companhia para importar escravos africanos, uma vez que se havia proibido a escravização dos indígenas brasileiros.

Foi a primeira das companhias gerais pombalinas e os seus estatutos gerais serviram de molde para as restantes (Sousa e Pereira, 2008: 45) e a sua organização administrativa serviu igualmente de modelo para a companhia duriense (Marcos, 1997: 403).

A CGGPM desenvolveu a sua actividade num triângulo que tinha como vértices a costa africana (aquisição de escravos), as capitanias de Grão-Pará e Maranhão (venda de escravos e de géneros da metrópole e compra de géneros locais) e a praça de Lisboa (venda de géneros do Brasil)¹⁶⁰.

Os seus estatutos previam o monopólio daquele comércio para aqueles destinos, durante 20 anos, sendo-lhes acrescentado o de outros géneros. O Estado garantia a protecção das embarcações e outros privilégios relacionados com a aplicação das justiça, processos alfandegários, etc.

Tinha um capital de 1 200 000 Cruzados, igual ao que a *Companhia* viria a ter. Parte desse capital foi subscrito pelos accionistas com recurso a crédito, tarefa facilitada

¹⁵⁹ A oposição que lhe foi feita pela Confraria do Espírito Santo da Pedreira, representante dos interesses dos comerciantes lisboetas excluídos, culminaria com a abolição daquela confraria, em 1755, sendo a mesma sucedida pela Junta do Comércio (Sousa, 2006: 405).

¹⁶⁰ A Companhia do Grão-Pará e Maranhão foi muito atacada pelos Jesuítas e pelos comerciantes excluídos desse privilégio, organizados em torno da Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócios, que entre outras coisas se viram privados do comércio com aquele destino. O Marquês de Pombal fez o que pode para deter esses ataques, detendo e desterrando os que falaram contra a Companhia, extinguindo aquela instituição, o que por sua vez esteve na génese da Junta do Comércio (Marcos, 1997: 407-409). Entre 1760 e 1771 o aparecimento desta Companhia trouxe benefícios ao Maranhão, que passou a exportar para a metrópole algodão, cacau, arroz, gengibre e madeira, como nunca antes tinha acontecido. Sobre a história desta companhia vide também Carreira, A. (1983).



pelo Marquês de Pombal, que na prática abriu os cofres públicos a esse fim¹⁶¹ e persuadiu os cofres privados de tantas formas que dificilmente o poderiam negar. Esta prática do recurso ao crédito e assistência de Pombal a este propósito, não foi um exclusivo da Companhia do Grão-Pará; verificou-se em todas as outras companhias (Marcos, 1997: 461).

A direcção da Companhia foi confiada a um provedor e oito deputados, que tinham que ser simultaneamente comerciantes portugueses, com domicílio na Corte e exhibir uma participação na sociedade superior a 10 000 cruzados. A direcção integrava ainda um secretário e três conselheiros. Os mandatos eram anuais¹⁶² e obedeciam ao resultado de uma eleição na qual podiam votar os accionistas com mais de 5 000 cruzados, permitindo-se alianças entre os accionistas mais pequenos de forma a, entre si, completarem um voto (Marcos, 1997: 685-686).

¹⁶¹ Aliás a insinuação de favoritos próximos à Casa de Oeiras ajudava e muito a franquear as portas de crédito aos mesmos. Atente-se na seguinte missiva de Mansilha, por intermédio da junta da Companhia, destinada a João de Almada e Mello, ele próprio um grande accionista da *Companhia*, familiar de Pombal, governador de armas do Porto e - para o que no caso era relevante - controlador dos cofres públicos da cidade, a propósito da entrada de familiares de Pombal e do próprio Frei João de Mansilha na Companhia: “(...) ao Il^{mo} e Ex^{mo} Sn^r João de Almada e Mello, escrevo tres Procur^{es} = Hua he da Ill^{ma} e Ex^{ma} Sn^ra Condessa de Oeyras e de Daun p.^a entrar com dez acçoens da Comp^a. Outra do Il^{mo} e Ex^{mo} Sn^r, Paulo de Carvalho Mend.^{ca} a favor de Sua Sob.^a, a Ill^{ma} e Ex^{ma} Sn^ra D. Maria Francisca X.^{er} Eva Anselma de Daun com duas acçoens; e a terc^a he da Ill^{ma} e Ex^{ma} Sn^ra Cond^a de Rappache, p.^a entrar com hua acção. Fazendo por todas treze acçoens, e estando só quinze lugares vagos, vem a ficar meu tyo Diogo de Mansilha Ozorio, com duas acçoens unicam^{te}, p.^a o q entrou com os seus v.^{os} no prim^{ro} anno, e se lhe deve prefazer o resto, q p.^a ellas falta dos dinheiros dos cofres, dos quaes tambem se hade sacar o d.^{to} p.a as treze acçoens asima referidas(...)” (Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 12 de 17, carta de 02.09.1757, fl. 91 e 92).

Ou neste outro exemplo igualmente eloquente: “...sucedeu farseme por parte de João Antonio Pinto da Sylva, e de D. Lucrecia Julia Linguitta, ambos Accionistas da nossa Companhia; para que lhes houvesse de satisfazer aqui os Lucros das suas respectivas Acçoens; ao que respondi, que o não podia fazer sem ordem da Junta; onde só se pagavão semelhantes lucros na forma de estillo; porem, que attendendo às circunstancias dos referidos Accionistas, daria parte a VM^{ces}, e executaria, o que me ordenassem.

Estes dois Accionistas são pessoas da confidencia, e protecção da Ex^{ma} Caza de Oeyras; porque João Antonio Pinto da Sylva hé official da Secretaria de Estado do MM e Ex^{mo} Snr Francisco Xavier de Mendoça Furtado, e a d^a Lucrecia hé cazada com o Thenente Coronel Luiz Antonio, que serviu no Pará com o d^o Ex^{mo} Snr, tendo a honra de ser da sua Familia, e como tal obteve o cazar com a d^a Accionista, que era bem dotada; e a esta caza favorece eficazmente o d^o Snr, que foi, o que fez meter essas Acçoens na Companhia. Suposto, o que deixo dito espero a rezolução de VMces...” (Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 7 de 17, carta de 01.06.1766, fl. 66).

¹⁶² A excepção foi o 1^o mandato que teve duração de três anos, tendo os órgãos sociais sido nomeados pelo monarca (Marcos, 1997: 686). A nomeação régia das primeiras juntas foi aliás a regra nas companhias pombalinas. A primazia do monarca era dada a quem havia participado no processo de instituição das sociedades, conhecendo os seus objectivos. Convinha igualmente expeditar o início de funcionamento das Companhias, tanto mais que os seus capitais não foram constituídos de um só golpe (Marcos, 1997: 746-747).



As decisões das juntas eram tomadas por maioria, com força executória equiparada às decisões dos tribunais. As juntas reuniam ordinariamente duas vezes por semana, nas tardes das terças e sextas-feiras (Marcos, 1997: 687, 722).

Até 1760, data em que a sua organização interna foi reformada pelos estatutos particulares, à semelhança aliás do que sucedeu às Companhias de Pernambuco e do Alto Douro, a organização interna da Companhia assentava numa lógica de divisão do negócio em dois ramos distintos: o da navegação e o do comércio (Marcos, 1997: 726).

À época, os juros que quase sempre se pagavam nos empréstimos em Portugal correspondiam a uma taxa anual de 5%. Conhecedora que os primeiros dividendos demorariam pelo menos três anos, tempo mínimo necessário à obtenção dos retornos das primeiras viagens, a junta da Companhia de Grão-Pará e Maranhão decidiu em 1757 pagar aos accionistas que disso necessitassem esses mesmos 5%, por conta de lucros futuros, durante três anos, como forma de lhes resolver esse potencial problema (Marcos, 1997: 475)¹⁶³.

O ramo da navegação da Companhia estava entregue a dois deputados, um dos quais encarregue de tudo o que tivesse relacionado com o apresto dos navios: inspecção das embarcações, obras que se julgassem necessárias, equipagens e mantimentos. O segundo deputado ficava encarregue dos pagamentos, que só fazia com aprovação do primeiro. Tinha ainda que preparar resumos das despesas por cada um dos barcos, que mostrava nas juntas antes das mesmas serem lançadas nos livros da Companhia. Estes dois deputados tinham que responder perante as juntas pelo que faziam e pelo que pretendiam fazer (Marcos, 1997: 726-727).

O ramo do comércio tratava de tudo o que se relacionava com as compras e vendas de fazendas. Ocupava portanto mais deputados, de acordo com a seguinte lógica: primeiramente elaborava-se uma lista dos géneros que se julgava conveniente comprar e estimava-se o seu valor. Esta lista era depois distribuída pelos deputados, em função do seu conhecimento dos géneros em causa, sempre em pares. As compras

¹⁶³ Esta prática de antecipação dos lucros subsistiu na Companhia do Grão-Pará e Maranhão até 1766. Nesse ano, volvidos que eram já dez da contracção dos empréstimos pelos accionistas, subsistiam ainda muitos créditos por pagar a diversos cofres, relativos à aquisição das acções. Acontece que os lucros entretanto distribuídos deveriam ter chegado para amortizar pelo menos uma parte desse capital. Atenta a este facto, e ao estado de carência de alguns credores, alguns dos quais eram instituições de caridade, solicitou a junta autorização ao Rei para passar a reter a totalidade dos lucros a esses accionistas, entregando-os aos ditos cofres, para com eles se amortizar capital e juros. O monarca acedeu (Marcos, 1997: 475-476).



passavam depois ao armazém, onde eram catalogadas por fardo, discriminando o que continham e o seu custo. Formavam-se então carregações que, depois de conferidas, eram lançadas nos livros sociais, tarefa que indistintamente ocupava provedor, deputados e caixeiros (Marcos, 1997: 729-730).

As carregações seguiam então para os portos de destino, acompanhadas de ordens destinadas aos administradores no Brasil, acerca das vendas, mas também dos géneros a expedir nos retornos, os quais eram decididos nas juntas. Os administradores no Brasil eram portanto meros executantes da estratégia decidida em Lisboa (Marcos, 1997: 730).

A forma de repartir o trabalho acima descrita enfatizava preocupações de controlo interno. O emparelhamento dos deputados em grupos de dois visava objectivos de auxílio mútuo, mas também de vigilância recíproca. Esta preocupação era nítida na forma de manejar o dinheiro da sociedade. Este estava guardado num cofre com várias chaves, que só se abria na presença de todos. Esta prática era usual na época. Para não correr o risco de paralisar o regular andamento dos negócios, caso um deputado anteviesse não poder estar presente numa sessão, deveria enviar a sua chave pelo deputado que lhe parecesse (Marcos, 1997: 729).

O sistema assim montado tinha algumas desvantagens. A envolvimento directa do provedor e deputados na preparação das providências e dos mais diversos documentos tomava-lhes demasiado tempo.

Os Estatutos Particulares haveriam de reformar esta questão, preconizando uma divisão maior de tarefas e a demarcação mais clara de competências. Fizeram baixar ao secretário da junta e à sua contadoria funções até então desempenhadas pelo provedor e deputados (Marcos, 1997: 731), por se considerar “estranho e indecente ao respeito e autoridade da junta que nela (e muito mais pelos seus deputados) se exercitem as funções pertencentes à sua contadoria; e que o tempo necessário para se considerarem e disporem os negócios e dependências da Companhia se embarace com as obrigações que são próprias dos escriturários, caixeiros e guarda-livros, em lugar separado”¹⁶⁴.

No caso da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, como na de Pernambuco e Paraíba, designaram-se seis incumbências, a saber: (i) marinha; (ii) assentos sobre as expedições das frotas e navios e compras das fazendas; (iii) armazéns das fazendas; (iv)

¹⁶⁴ *Estatutos Particulares* ..., artigo 10º. O mesmo texto, no mesmo artigo encontra-se plasmado nos Estatutos das Companhias de Pernambuco e Paraíba e Grão-Pará e Maranhão (Marcos, 1997: 731).



arrecadação e despacho das fazendas da Companhia, até a sua venda e entrega; (v) inspecção da cobrança das dívidas à Companhia; (vi) inspecção da contadoria.

Os membros das juntas eram remunerados na sua globalidade pela seguinte fórmula: 2% sobre o emprego e as despesas realizadas em Lisboa, acrescendo 2% sobre as vendas realizadas no Estado do Grão-Pará e Maranhão, acrescendo ainda 2% do produto dos retornos. Dessa massa retirava-se o ordenado dos administradores do Pará e Maranhão, de um guarda-livros e de dois caixeiros, por se tratar de pessoas que auxiliavam os deputados no seu trabalho (Marcos, 1997: 773).

A Companhia do Grão-Pará e Maranhão foi a primeira das companhias privilegiadas pombalinas a preparar balanços e contas de lucros e perdas anuais explicados, as denominadas “Demonstrações do Estado da Companhia”, as quais causaram tão viva impressão no Marquês de Pombal que as reenviou à *Companhia*, para que as tomasse como referência.

Estas peças contabilísticas eram constituídas por uma demonstração do “débito” da Companhia, ou seja a soma do seu capital, lucros e diferença entre contas a pagar e a receber quando aquelas eram superiores a estas e do “crédito”, ou seja, o valor do conjunto de activos da Companhia que igualavam aquela grandeza.

A primeira demonstração do Estado da Companhia, que tivemos a oportunidade de analisar, relativa ao período entre a fundação em 1756 e cessação de funções da primeira junta, em 31 de Dezembro de 1759, tinha a seguinte configuração:



Quadro 1: Demonstração do Estado da CGGPM (1759)

Demonstração do Estado da Companhia Geral do Gram Pará e Maranhem em 31 de Dezembro de 1759			
(Valores em réis)			
Débito da Companhia		Efeitos que tem a Companhia	
Pello Capital em 1164 accoens	465 600.000	Mercadorias que existem em ser nas conquistas	
Lucros no anno de 1756		Em poder dos administradores do Pará	312 815.493
Em carregações de fazendas de Lisboa para o Pará	39 217.915	Em poder dos administradores do Maranhem	184 102.100
Em carregações de fazendas de Lisboa para o Maranhem	584.742	Em poder do adm.r de Angola Manoel Pinheiro	14 559.073
Em hua carregação de Lisboa para Angola	10 196.573	Em poder do adm.r do Cacheu Manoel Silveira	38 147.594
Em hua carregação de Lisboa para Cacheu	1 599.361	Em poder do adm.r de Cabo Verde Pedro Card.	71 050.540
Em hua carregação de escravos de Cacheu para o Pará	437.960		620 674.800
Em hua carregação do Pará para Lisboa	2 086.858	Mercadorias que estão em ser nesta cidade	
Em 49 carregações vindas do Norte para Lisboa	10 080.660	Das carregacoens que mandamos vir de fora	23 451.217
Lucros extraordinarios	172.214	Das compras feitas nesta cidade	7 894.296
	64 376.283	Dos géneros vindos do Pará	71 403.689
Perdas no anno de 1756 que se abatem nos Lucros			102 749.202
Nos fretes de 5 Navios da Companhia	17 016.024	Custos dos navios da Companhia	
De que se abate o lucro que houve nos fretes de outros 4 navios da Companhia	-10 699.879	Da nau de guerra N. Sr ^a das Mercês	----
Ficam de perda	6 316.145	Da nau de guerra N. Sr ^a da Atalaya	----
Perdas cauzadas pello terramoto	3 887.752	Da galera S. José	4 842.552
Despezas da Junta	2 113.575	Da nau S.ta Anna e S. Francisco Xavier	11 679.408
Juros que se pagarão	595.482	Da nau Madre de Deos e S. José	10 267.728
Segue adiante	51 463.329	Da galera S. Pedro	3 614.676
(...)		Da galera S. Sebastião	3 724.999
(Segue idêntico detalhe para 1757 cujo lucro foi)	97 070.064	Da galera S.to Antonio	2 403.936
(Segue idêntico detalhe para 1758 cujo lucro foi)	93 586.935	Da corveta Esperança	3 676.080
(Segue idêntico detalhe para 1759 cujo lucro foi)	81 372.476	Do bergantim S. Thomé	521.832
		Da galera S. Luiz	5 353.857
		Da galera Conceição S. ^a	5 149.448
Deve a Companhia abatido o que se lhe deve	66 293.984	Do hiate N. Sr. ^a (...) custo e costeamento	1 633.876
			52 868.392
		Despezas com os costeamentos dos navios the o dia da entrega da primeira Junta	
		Com o Bergantim S. Thomé	1 522.043
		Com a galera S. José	2 404.428
		Com a nau S.ta Anna e S. Francisco Xavier	761.409
		Com a nau Madre de Deos e S. José	3 637.667
		Com a galera S. Pedro	1 199.733
		Com a galera S. Sebastião	1 632.927
		Com a galera S.to Antonio	1 344.850
		Com a corveta Esperança	908.946
		Com a galera S. Luiz	729.156
		Da nau de guerra N. Sr ^a das Mercês para Macao	43 873.909
		Da nau de guerra N. Sr ^a da Atalaya	942.844
			58 957.912
		Bens movens, e de raiz e aprestos de navios	
		Pello custo dos armazaens da Companhia aprestos dos navios pertencentes a marinhas (...)	10 117.169
		Dinheiro	
		Pello que ha em caixa neste dia 31 de Dezembro de 1759	10 019.313
		Total do crédito da Companhia	855 386.788
	855 386.788		855 386.788

Fonte: adaptado de AHOP, CGGM Maço 3 "Rezumo dos lucros que teve a Comp^a do Gram Pará e Maranhem", fl 6-20.

Nota: No original a apresentação é diferente. O capital, a decomposição dos lucros e perdas e as dívidas líquidas da Companhia aparecem primeiro e os activos que compõem a igualdade do balanço depois. Por uma questão de simplificação não se detalharam os lucros e perdas de 1757, 1758 e 1759, cuja natureza e apresentação seguem o padrão apresentado para o ano 1756. Do texto original alguns termos e palavras foram resumidos, com o objectivo de facilitar a leitura do quadro.

Claramente assentes no método das partidas dobradas, estas demonstrações evidenciavam preocupações muito vincadas de relato e classificação das operações, seguindo uma estrutura rígida de apresentação que, ao incluir a demonstração de lucros e perdas da Companhia numa demonstração mais ampla do seu débito e crédito, visava acima de tudo apurar a responsabilidade da Companhia perante terceiros, aqui se incluindo os accionistas e o arrolamento dos bens de que dispunha para o fazer.



Cada uma das verbas inscritas nesta demonstração era complementada com dados quantitativos ou qualitativos em jeito de notas explicativas, inscritas no lado esquerdo do mesmo fólio utilizado para inscrever as rubricas da demonstração¹⁶⁵. Observa-se também o uso de estimativas na quantificação de algumas rubricas, a utilização dos conceitos de bens de raiz e bens móveis.

Esta demonstração era complementada com um “Resumo do Estado da Companhia”, que, utilizando os mesmos dados, basicamente tratava de recapitular as verbas principais do “débito” e “crédito” sem preocupações explicativas dos mesmos, como é próprio de uma síntese.

Quadro 2: Resumo da Demonstração do Estado da CGGPM (1759)

Resumo da demonstração do Estado da Companhia Geral de Gram Pará e Maranhem em 31 de Dezembro de 1759					
(Valores em réis)					
Deve a Companhia			Efeitos que tem a Companhia		
Pello Seu Capital		465 600.000	Em mercadorias que estão em ser nas conquistas	620 674.800	
	em 1756	51 463.329	Em mercadorias que estão em ser nesta cidade	<u>102 749.202</u>	723 424.002
	em 1757	97 070.064			
Pellos seus Lucros					52 868.392
	em 1758	93 586.935	Em doze navios pello seu custo actual alem das duas naus de d ^o		
	em 1759	<u>81 372.476</u>	Em costeamientos de navios para as viagens que não estão acabados		58 957.912
A particulares abatido o que deve a Companhia procendendo estas dividas de pagamentos que não estão vencidos		66 293.984	Em bens movens e de raiz e aprestos de navios		10 117.169
			Em dinheiro	<u>10 019.313</u>	
		<u>855 386.788</u>			<u>855 386.788</u>

Fonte: adaptado de AHOP, CGGM Maço 3 “*Rezumo dos lucros que teve a Comp^a do Gram Pará e Maranhem*”, fl 21.

Nota: No original a apresentação é diferente. O capital e as dívidas líquidas da Companhia aparecem primeiro e os activos que compõem a igualdade do balanço depois.

Existe evidência que atesta que a informação contabilística foi usada pelas juntas em proveito dos seus argumentos, designadamente para refutar críticas. Num documento não datado, Marcos (1997: 607) relata-nos uma reacção a boatos de supostas perdas na marinha da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Os responsáveis repudiam essas acusações como falsas, apresentando como contra-prova as contas que os livros sociais encerram, de resto à vista de todos os accionistas interessados.

A Companhia do Grão-Pará e Maranhão perdurou como companhia monopolista até ao reinado de D. Maria I, tendo passado a companhia particular comum.

¹⁶⁵ Por exemplo e por referência ao valor de 584\$742 expressos na rubrica “carregações de fazendas de Lisboa para o Maranhem” aparece com a seguinte nota explicativa: “Custou huma carregaçao de 142 moyos de sal 79\$662 e produzio líquido 638\$760. Custou huma carregaçao de fazendas secas 128\$220, na qual se regula o lucro por orçamento a 20 por cento em rezão de não ter vindo a conta nova” (AHOP, CGGM, Maço 3 *Rezumo dos lucros que teve a Comp^a do Gram Pará e Maranhem...* fl 6).



Globalmente deu aos seus accionistas um retorno global de 194.75% sobre o capital investido durante o período em que operou o seu monopólio (Sousa e Pereira, 2008: 53).

A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba

A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba foi fundada em 1756. Tinha como intuito controlar e fomentar a actividade comercial com as capitánias de Pernambuco e Paraíba, no Brasil¹⁶⁶.

Entre os accionistas desta Companhia predominaram grandes comerciantes portugueses como os Cruzes, os Quintelas e os Bandeiras (Marcos, 1997: 528). Ratton e o seu pai foram também accionistas da mesma, o que lhes valeu aliás a habilitação para a Ordem de Cristo¹⁶⁷.

Foi a primeira das companhias pombalinas a ter estatutos particulares, que serviram de modelo às demais.

A sua contabilidade obedecia ao sistema de partidas dobradas e pelo que tivemos oportunidade de analisar, relativamente às contas de 1785, era preparado um Estado anual da Companhia, espécie de balanço e demonstração de resultados combinados e explicados verba por verba, muito semelhante ao que existia no caso da Companhia de Grão-Pará e Maranhão, segundo o modelo que viria também a ser adoptado na *Companhia*.

¹⁶⁶ Sobre a história desta Companhia vide Carreira, A. (1983).

¹⁶⁷ Ratton (1920: 25).



Quadro 3: Demonstração do Estado da CGPP (1785)

(Valores em réis)			
Resumo da demonstração do Estado da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba em 31 de Dezembro de 1785			
(Valores em réis)			
Débito da Companhia		Crédito da Companhia Efeitos que tem para prefazer o seu débito	
Deve a Companhia a diversos como deste balanço nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7	298.587,859	Na Europa	806.475,479
De que se abate o que se lhe deve como dos n.ºs 18, 19, 20 e 21	248.057,340	Por efeitos em ser com dos n.ºs 22, 23 e 24	325.653,835
Fica ainda devendo	50.530,519	De que se abate a conta de vendas em Geral n.º 8 por se achar	
Deve mais aos accionistas cobradas todas as parcelas em frente pelo seg.te		debitada nesta conta a maior parte dos efeitos	269.740,228
Pelo seu capital como no n.º 12	1.360.000,000	Resto em efeitos	55.913,607
Pelos lucros acumulados em diversos balanços n.º 13	957.402,184	Por fazendas nos armazens como do n.º 25	579,443
	2.317.402,184	Em aprestos das marinhas como do n.º 26	52.247,153
Pelo acrescimo da conta de ganhos e perdas n.º 14	667,103	Em polvora como do n.º 27	6.315,304
Por desconto em patacas n.º 15	334,318	Em oito navios da Companhia como do n.º 28	173.388,167
Por lucros em seguros n.º 16	42.284,059	Em despesas de costeamento dos ditos como do n.º 29	11.264,953
	43.285,480	Em quatro navios da Azia como do n.º 30	78.000,000
Lucros em Negociações da Azia n.º 17	295.441,068	Em propriedades da Companhia como do n.º 31	16.313,083
	338.726,548	Em patacas de Hespanha como do n.º 32	64.848,800
	2.656.128,732	Em dinheiro portuguez como do n.º 32	37.751,119
		Em fazendas vindas na nau Principe como do n.º 33	82.086,880
		Em fazendas vindas na nau Conceição como do n.º 33	2.191,872
		Em fazendas vindas de Goa no Polifemo como do n.º 33	85.911,307
		Em letras a receber da nau Principe como do n.º 34	61.213,048
		Em letras a receber da nau Conceição como do n.º 34	68.842,376
		Pelo que deve a Administração do Porto como do n.º 35	9.608,367
			806.475,479
		Na America	1.630.934,558
		Em fazendas remetidas de Lxª e de Angolla, n.º 36, 37 e 38	347.399,450
		Em quatro embarcações da Costa de Africa n.º 39	32.122,272
		Em costeamento das mesmas n.º 40	39.145,239
		Pelo que devem os Administradores de Pern.co n.º 41	1.305.569,231
			1.724.236,192
		De que se abate o que parece credora a Adm.ª da Paraíba n.º 9	93.301,634
			1.630.934,558
		Em Africa	66.063,661
		Em carregações de Pern.co e Lisboa p.ª Angolla n.º 42 e 43	50.483,488
		Saldo que deve a Administração de d.ª n.º 44	16.505,634
		Por efeitos em Benguella n.º 45 e 46	2.271,282
			69.260,404
		De que se abate o que se tem já recebido como do n.º 10	3.196,743
			66.063,661
		Na Azia	4.960,790
		Por fazendas que ficarão da nau Polifemo n.º 47	8.670,379
		De que se abate o que se tem recebido a conta n.º 11	3.709,589
			4.960,790
		Partidas suspensas como no n.º 48	78.755,080
		Dívidas malparadas te ao anno de 1775 n.º 49	119.469,683
			2.706.659,251
			2.706.659,251

Fonte: adaptado de AHOP, CGGM Maço 3 "Demonstração do Estado da Companhia Geral do Pernambuco e Paraíba em 31 de Dezembro de 1785.", fl 159.

Nota: No original a apresentação é diferente: O capital e as dívidas líquidas da Companhia aparecem primeiro e os activos que compõem a igualdade do balanço depois.

Tal como no caso da Companhia do Grão-Pará e Maranhão esta demonstração, construída segundo o método das partidas dobradas, evidencia essencialmente preocupações de relato e classificação das operações da Companhia, incluindo a demonstração dos lucros e perdas numa rubrica denominada "débito da Companhia", simbolizando tudo o que a mesma devia, incluindo aos seus accionistas, por oposição ao "crédito da Companhia", ou seja o conjunto de activos com os quais podiam contar para solver os seus débitos¹⁶⁸.

¹⁶⁸ Não deixa de impressionar o montante confiado aos administradores de Pernambuco (1 305 569\$231), ou seja 48.2% dos créditos totais da Companhia, bem como a valorização como activo de certas dívidas consideradas "incobráveis", relevando uma preocupação maior com a sua classificação debaixo deste



A direcção da Companhia era formada por uma junta, sediada em Lisboa e duas direcções, subordinadas à junta, uma no Porto e outra em Pernambuco. A junta era constituída por um provedor, dez deputados, um secretário e três conselheiros. Cada uma das duas direcções tinha um intendente e seis deputados. A todos era exigido que fossem comerciantes portugueses, domiciliados numa daquelas três cidades. Com excepção do secretário e dos conselheiros, era condição necessária a detenção de um capital mínimo subscrito de 10 000 cruzados (Marcos, 1997: 688).

Tal como na Companhia de Grão-Pará e Maranhão, as juntas e as direcções eram eleitas pelos accionistas com mais de 5 000 cruzados, mas os que tivessem menos que esse valor podiam associar-se para alcançar um voto (Marcos, 1997: 688). Nas eleições das direcções só votavam os accionistas moradores nos respectivos distritos e os resultados careciam de aprovação da junta (Marcos, 1997: 688-689).

Os mandatos das juntas duravam um biénio¹⁶⁹ e a exemplo da Companhia de Grão-Pará e Maranhão não se admitiam reconduções, excepto se o accionista em causa recolhesse mais do que duas partes dos votos (Marcos, 1997: 689). As juntas reuniam ordinariamente duas vezes por semana, nas tardes das quartas e sextas-feiras (Marcos, 1997: 687, 722).

Os membros das juntas eram remunerados na sua globalidade pela seguinte fórmula: o provedor e os deputados da junta de Lisboa e o intendente e os deputados da direcção do Porto tinham direito a 2% sobre o emprego e as despesas realizadas nos respectivos distritos com a expedição de frotas ou navios da Companhia, acrescidos de 2% do produto dos retornos e despesas efectuadas nos aludidos distritos. Por seu turno, o intendente e os deputados de Pernambuco ganhavam 2% das vendas em bruto que realizassem nas capitanias de Pernambuco e Paraíba (Marcos, 1997: 774).

Aquando da sua constituição, aceitou-se que o pagamento das acções pudesse ser efectuado em dinheiro ou em géneros pelo seu preço corrente, ou ainda em embarcações, igualmente pelo seu valor estimado (Marcos, 1997: 447). Esta circunstância originou problemas de liquidez. Bastantes géneros aceites em troca das

título, do que propriamente de valorimetria dos resultados, tal como mais à frente também veremos ter sido o caso na *Companhia*.

¹⁶⁹ O primeiro mandato da junta e das direcções constituiu a excepção. Os seus membros foram nomeados directamente pelo monarca e o mandato foi de três anos (Marcos, 1997, 689).



acções mostraram-se inadequados e foram vendidos em leilão abaixo do custo. Por outro lado receberam-se embarcações em excesso, face às necessidades.

Num ofício de 1771 estas circunstâncias foram colocadas a nu, face às dificuldades que a Companhia sentia para pagar letras, comprar fazendas, assistir a fábricas e engenhos e pagar salários e fretes (Marcos, 1997: 451).

No cálculo dos dividendos a distribuir era tida como referência a remuneração do capital, tendo em consideração o valor nominal das acções e não o seu valor contabilístico. A própria junta da Companhia assumia explicitamente esta lógica de “...contar a tantos por cento sobre o primeiro valor de quatrocentos mil réis; isto se faz conforme o uzo e estilo mercantil, pelo qual se costumão contar os Lucros que se recebem, sempre sobre o capital das entradas, ainda que pelo decurso do tempo de acumulem Lucros que fação aumentar muito o mesmo capital” (Marcos, 1997: 576).

Apesar de, como as demais companhias pombalinas, utilizar o método das partidas dobradas e preparar anualmente peças informativas sobre a sua situação económica e financeira, sob a forma de Estados anuais, sobrevieram queixas quanto à qualidade dessas informações. Um documento citado por Marcos (1997: 744) relativo a um exame realizado em 1771, lastimava a falta de qualidade dessas informações, originando “hum administração tão errada, e confuza, que me atrevo a affirmar, que não há hum so dos seus administradores assim passados, como actuaes, que saiba dizer em que ramo de seu commercio ganha ou perde a Companhia, mais que por hum discurso vago”.

A Companhia de Pernambuco e Paraíba teve uma vida atribulada. D. Maria I extinguiu-lhe o monopólio, no início da década de 1780, mas a Companhia subsistiu como companhia comercial de direito comum¹⁷⁰.

Globalmente gerou um retorno de 112% sobre o seu capital (Sousa e Pereira, 2008: 53) mas os seus prejuízos nos últimos anos foram alvo de vários comentários ainda nas Cortes constituintes de 1821¹⁷¹.

¹⁷⁰ Aliás e ao cabo de muitas vicissitudes, só em 1914 é que as Companhia de Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba foram formalmente liquidadas (Sousa e Pereira, 2008: 53).

¹⁷¹ “A companhia de Pernambuco, parecia que deveria ter acabado com a morte do Marquez de Pombal. São passados vinte annos, e não se fez repartição nenhuma. Nestes vinte annos vamos ver o que ella tem lucrado, e o que tem despendido. Até á passage d'ElRei para o Brazil ella lucrou 84 contos de réis, e depois que ElRei está no Rio, tem despendido 126 contos (...). Mas ella tem despendido mais o que recebeu a companhia de Lisboa depois da passage de S. M.; de sorte que realmente passa de quinhentos mil cruzados que ella tem despendido, para colher 32 contos de réis! Parece que no mundo não ha



A Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve

A Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve foi fundada através do Alvará Régio de 15 de Janeiro de 1773. Teve como intuito fomentar a pesca do atum e da sardinha no Algarve, que estavam essencialmente na mão dos espanhóis.

Foi concedido a esta Companhia o monopólio na exploração das pescarias em todo o Algarve, com redução de 20% dos direitos do pescado a pagar à Coroa. Foi-lhe igualmente entregue todo o espólio das armações pertencentes à Fazenda Real o que, em si, representava um significativo aporte de capital. Em complemento, comprava nas marinhas de Castro Marim e Tavira a um preço bonificado, de 900 réis por moio, todo o sal necessário à conservação do peixe.

Sabe-se muito pouco sobre a contabilidade desta Companhia.

A administração da Companhia era composta por três caixas gerais ou directores, o mais novo dos quais seria o secretário, todos eleitos entre os accionistas com mais de 10 acções. Para estas funções tinham preferência os candidatos residentes no Reino do Algarve e os accionistas que tivessem experiência na matéria objecto da sociedade. Os mandatos eram anuais e os votos reservados aos accionistas com mais do que cinco acções, podendo os que tivessem menos juntar-se para formar um voto (Marcos, 1997: 689).

Os caixas gerais recebiam como vencimento 3% de todas as compras e vendas realizadas no Reino ou em qualquer outra parte. Tinham a incumbência de escolher dias certos para as sessões conjuntas (Marcos, 1997: 689, 774).

O negócio passava pela atribuição de licenças a armadores, nas quais a Companhia entrava com capitais. Eram estes armadores que exerciam a actividade piscatória propriamente dita.

Tal como as restantes companhias pombalinas, ficou estabelecido que pagaria dividendos anualmente, cingidos aos lucros líquidos à vista do “balanço circunstanciado a fornecer pela direcção como elemento base na partilha dos lucros, uma vez que servia

administração mais viciosa!!! He necessario por tanto que passe para a mão de outros homens, em quanto se congrega a assembléa dos accionistas de Pernambuco, para elles verem o modo, como isso se deve supprir, porque elles são homens experientes: por tanto apoio o parecer da Commissão (*Actas da Corte Constituinte de 1821*: sessão de 25 de Setembro de 1821, página 2403).



de meio documental privilegiado para os sócios se inteirarem do estado e progresso da negociação” (Marcos, 1997: 575).

A *Companhia* foi chamada a participar no esforço de constituição da Companhia do Algarve, nomeadamente emprestando capitais e barcas – que adquiriu para o efeito - a alguns desses armadores. Fê-lo prontamente e ao que consta, a pedido expresso do Marquês de Pombal. Tinha também um procurador pago por si em permanência no Algarve.

A contabilidade desta Companhia era feita por partidas dobradas “pelo mesmo methodo mercantil que se acha estabelecido nas mais Companhias do Commercio deste Reyno”, como refere a cláusula segunda dos seus estatutos, sendo que “todos os interesses líquidos, que produzir esta Companhia sem por ora haver accumulados, se repartirão annualmente entre os accionistas, dando a Direcção hum Balanço circunstanciado desta Negociação para por elle conhecerem os seus interessados o Estado; e regresso dellas; o que se praticará da mesma sorte que na Companhia de Pernambuco, o que for applicável”, como refere a clausula décima sétima (AHOP, MR 14, *Execução do Plano estabelecido na Provisão ..., fl 19*).

Esta Companhia não teve no entanto grande sucesso¹⁷². Volvidos poucos anos da sua criação, a maioria dos armadores e das barcas já nem sequer estavam em actividade. Em 1826, último ano para o qual dispomos de contas detalhadas da *Companhia*, a maior parte dos empréstimos concedidos ainda estavam por receber¹⁷³.

As concessões da Companhia das Pescarias do Algarve foram em todo o caso renovadas anualmente, até 1836, data da extinção da mesma.

¹⁷² Não obstante informação diferente de Ratton (1920: 188) que sobre ela testemunha nas suas memórias de 1813: “ouvi que tinha dado muitos lucros (...) mas ignoro o seu estado presente, e só me lembro o ter ouvido algumas queixas sobre haver maior numero de accionistas, e directores de Lisboa, do que do proprio Algarve...”.

¹⁷³ O que não admira tendo em consideração as observações das Cortes Constituintes de 1821: “José Maria Pereira, como procurador dos accionistas da companhia denominada até agora = Reaes Pescarias do reino do Algarve, requer a este Soberano Congresso que os directores da dita companhia sejam obrigados a apresentar no mesmo o balanço circunstanciado do estado actual da mesma companhia, as contas correntes que desde a sua instituição não derão como parecia serem obrigados. À Comissão parece que estes esclarecimentos são necessarios para apresentar a este Congresso, a utilidade, ou inutilidade, que tem resultado de um estabelecimento tal, governado até agora em contraposição directa com alguns artigos dos seus estatutos, e saber a razão porque os seus directores não os observavão, para que o Congresso possa habilitar-se a conhecer a razão de preferencia, que póde merecer o plano que a Comissão tem organizado, e que já se distribuiu pelos illustres Membros: pelo que deve ser em termo breve, fazendo depois subir a dita conta na forma apontada” (*Actas das Cortes constituintes de 1821*, sessão de 21 de Agosto de 1821, página 1972).



5. Estudo de caso. A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro

5.1. Origem e instituição da *Companhia*

O sector do vinho do Porto conheceu uma evolução notável a partir do início do século XVII. As vendas e a produção aumentaram muito ao longo de todo esse século. O tratado de Methuen, celebrado entre Portugal e a Inglaterra em 1703, fomentou o crescimento do sector, na medida em que concedeu vantagens fiscais às exportações de vinho português pela Inglaterra, relativamente a concorrentes directos, nomeadamente a França.

De uma forma geral podemos caracterizar o sector do vinho do Porto, entre o início do século XVII e a criação da *Companhia*, em 1756, como um sector não regulado. Existia liberdade tanto na produção como no comércio, concorrendo os vinhos do Douro em pé de igualdade com vinhos de outras regiões portuguesas (Barreto, 1988: 375).

Os agricultores podiam produzir e vender os seus vinhos a quem quisessem, ao preço que o mercado ditasse. Os comerciantes de exportação, por seu turno, fossem eles portugueses ou estrangeiros, podiam subir o Douro e comprar livremente o vinho, podendo exportar ou vender em Portugal, da maneira que melhor lhes servisse.

No que concerne aos comerciantes que exploravam o negócio de venda de vinho a retalho, nomeadamente na cidade do Porto, existia legislação que regulava a sua actividade, nomeadamente estabelecendo um limite máximo para as tabernas existentes, mas na prática esses limites não eram respeitados¹⁷⁴.

Os vinhos do Douro concorriam directamente com vinhos de outras regiões portuguesas, tais como os vinhos de Viana do Castelo, do Alentejo, do Vale do Tejo e da Madeira, podendo dizer-se que o tratado de Methuen teve como consequência o desenvolvimento da produção e exportação em todas as regiões vinícolas portuguesas (Barreto, 1988: 375). Não havendo região demarcada na verdade, os termos “vinho do Porto” e “vinho do Douro” não tinham grande significado, na medida em que os

¹⁷⁴ Ninguém sabe ao certo quantas tabernas havia na cidade do Porto antes da *Companhia*. O alvará de 23 de Fevereiro de 1605, determinou que seriam 95, número este confirmado “pelo auto de vereação da Câmara do Porto de 18 de Junho de 1755 e provisão do Desembargo do Paço de 23 de Agosto do mesmo ano” (Sousa, 2006: 42). Na prática avança-se com números, na cidade do Porto e arredores, na casa de várias centenas, 600 e 1 000, “consonante as fontes” (Sousa, 2006: 42).



comerciantes e mesmo os agricultores podiam livremente comprar ou misturar mostos ou vinhos de várias regiões.

O vinho saía do País pela barra do Porto, mas também pelos portos de Viana do Castelo, da Figueira da Foz, de Lisboa, do mesmo modo que os vinhos daquelas regiões podiam também sair pelo Porto.

Neste período de crescimento do sector parecia haver lugar para todos ganharem. A nobreza e o clero detentores dos latifúndios, ou de direitos sobre eles, uma segunda classe de lavradores menos ricos, mas ainda assim o suficiente para venderem no mercado as suas produções de forma independente e finalmente uma classe de pequenos e pequeníssimos produtores, incapazes de vender ou sequer produzir por si próprios o vinho que cultivavam, mas que conseguiam vender as suas uvas ou o seu vinho a agricultores ou a comerciantes com a capacidade financeira que lhes faltava, por preços capazes de garantir o seu sustento.

A crescente procura e o bom nível de preços pagos aos produtores tiveram como consequência um aumento da área de vinha cultivada, em detrimento de outras culturas, por vezes em regiões pouco favoráveis ao vinho. A ambição do lucro fácil propiciou expedientes de cultivo e fabrico do vinho prejudiciais à sua qualidade e consequentemente à sua reputação; o dinheiro que afluía à região foi muitas vezes gasto de forma supérflua. Construíram-se muitos palácios no Porto e no Douro nessa altura, mas regra geral agricultores e comerciantes não se capitalizaram a pensar em anos maus.

Em meados do século XVIII veio a crise. Esta consistiu numa baixa muito pronunciada das quantidades procuradas pelo mercado internacional e uma baixa ainda mais pronunciada dos preços praticados¹⁷⁵, porque a diminuição da procura coincidiu com anos de colheitas abundantes. Caiu-se durante algum tempo num ciclo vicioso no qual preços mais baixos motivavam a confecção de vinhos piores, que por sua vez geravam preços ainda mais baixos.

A crise apanhou o sector desprevenido e afectou todos os interessados. Houve muitas acusações de parte a parte: os comerciantes estrangeiros instalados no Porto, nomeadamente os ingleses, organizados em torno da sua feitoria, acusavam os

¹⁷⁵ Os preços caíram de 48 000 réis por pipa, em 1731, para 10 000 réis em 1750, e para 6 400 réis por em 1754-1755 (duas a três libras por pipa), em vésperas da instituição da Companhia (Sousa, 2006: 36).



lavradores da má qualidade do vinho e de o procurarem disfarçar com toda a espécie de expedientes fraudulentos; os latifundiários acusavam os pequenos lavradores de serem os principais causadores da fraca qualidade do produto e acusavam os comerciantes estrangeiros de não terem critério no momento da compra, misturando vinhos bons e maus e vendendo vinho de outras regiões como sendo vinho do Douro; os pequenos lavradores acusavam os latifundiários e os comerciantes de ficarem com os lucros quase todos e de serem os primeiros a aceitarem e mesmo incitarem as ditas práticas fraudulentas. Todo o sector em geral acusava o Estado de inépcia perante estas anomalias. Viveram-se momentos de crise muito grande.

Perante esta situação o Estado tinha que agir¹⁷⁶. Desde logo porque a crise tinha impacto nos vultuosos impostos arrecadados sobre as exportações do vinho. Em segundo lugar para socorrer a classe de latifundiários do Douro, que de um golpe se haviam visto sem os lucros das suas próprias produções e sem os lucros da intermediação da produção dos pequenos lavradores. Em terceiro lugar porque muito pragmaticamente o Marquês de Pombal e outras pessoas gradas do País, eram produtores de vinho de exportação e também estavam a ser afectados pela crise no sector.

Perante este cenário o Estado português, na pessoa de Pombal, tomaria duas acções decisivas: a coberto da defesa do vinho do Douro e dos actores económicos que dele dependiam criou a região demarcada¹⁷⁷ e concessionou uma parte muito significativa do negócio à *Companhia*. Ao mesmo tempo Pombal encarregou-se de eliminar a concorrência dos outros vinhos nacionais¹⁷⁸.

Entre 1756, data de criação da *Companhia* e os princípios do século XIX, vamos portanto assistir a alterações muito importantes nas regras de actuação das organizações que compunham o sector do vinho do Porto, que passaram pelo estabelecimento da região demarcada original, pelo estabelecimento de um regime de protecção regional, pela intervenção directa do Estado na actividade económica, pela criação de

¹⁷⁶ Uma primeira iniciativa, malgorada, teve como intérprete, um religioso bascaíno e comerciante de vinhos do Porto, D. Bartolomeu Pancorbo. Sobre esta iniciativa e sobre o papel de alguns ingleses para fazer malgorar a mesma, como de resto sucedeu, vide Martins (1998: 85-88) e Ratton (1920-169-170).

¹⁷⁷ Por vezes este acto é considerado pioneiro a nível mundial. De facto assim não é. O Douro foi precedido pela Toscana em 1716 e Tokay (Hungria) em 1717 (Cardoso; 2003: 803).

¹⁷⁸ Não se esquecendo, como veremos, de proteger os seus vinhos de Oeiras.



sectores de monopólio do Estado e por uma abundante regulamentação (Barreto, 1988: 376).

O estabelecimento da região demarcada original teve como objectivo reduzir a produção de vinho dito do Douro e consequentemente aumentar a capacidade de controlo da sua qualidade e o seu preço unitário de venda. Na prática passou pela classificação da produção das vinhas da região como “vinho de embarque”, com subcategorias dentro desta e “vinho de ramo”, correspondente a vinhos menos nobres, unicamente disponíveis para consumo em Portugal. Passou a ser proibida a livre circulação de outros vinhos e aguardentes dentro da região demarcada e, para evitar confusões, a saída de vinho da região por outro porto que não fosse o da cidade do Porto.

A demarcação propriamente dita teve como base uma análise dos lugares de produção no Douro, levada a cabo por funcionários da recém-criada *Companhia* e outros notáveis do Douro, debaixo do olhar atento da coroa. Favoreceu os interesses dos latifundiários¹⁷⁹ e dentro destes em especial os mais ligados à criação da *Companhia*, como foi o caso das vinhas dos familiares de Frei João de Mansilha e de Belleza de Andrade. A região demarcada abrangia grosso modo as margens do Rio Douro, mas nas vendas qualificadas para embarque constituíam notável excepção os vinhos produzidos na quinta de Oeiras do Marquês de Pombal. De fora ficaram muitas das vinhas dos pequenos lavradores, mais tarde obrigados a arrancar as mesmas (Sousa, 2006: 90-99).

¹⁷⁹ Os latifundiários, mormente a nobreza e as comunidades religiosas, constituíram-se como os maiores interessados no estabelecimento de uma *Companhia* com as características desta, como veio a acontecer, porque com ela eliminavam o acesso dos comerciantes estrangeiros aos pequenos produtores independentes, que lhes minavam os preços. Ao terem a última palavra a dizer no que concerne aos vinhos autorizados podiam inverter a situação, colocando pressão nos pequenos lavradores que lhes vendiam mais barato, para depois os venderem por grosso aos comerciantes estrangeiros. Para além disso, viam na *Companhia* uma forma de aceder aos lucros do comércio de vinho do Porto com o Brasil e do vinho de ramo no Porto, em ambos os casos em regime de monopólio (Cardoso: 2003, 788-789). Os negociantes estrangeiros, por seu turno tentaram em vão obstar à criação da *Companhia*. Compreende-se porquê: tendo em suas mãos o quase monopólio do comércio de vinho para os portos do Norte e bom acesso ao mercado brasileiro, gozavam de caminho aberto para comprar as produções dos pequenos lavradores. Com a criação da *Companhia* perdiam de uma assentada o acesso directo aos lavradores e a alguns dos mercados (Cardoso: 2003, 788-789). Vide também sobre este assunto Boas (1995: 39), Schneider (1980) e Moreira (1998).

Estando grosso modo os interesses dos agentes da época acantonados desta forma, não podemos deixar de assinalar a existência de excepções tais como Diogo Archibald (ou Archibold) e Nicolau Kopke, ambos comerciantes, mas que participaram desde cedo como accionistas no capital da *Companhia* (Cardoso: 2003, 827). No caso de Diogo Archibald foi mesmo o único estrangeiro a concorrer à subscrição inicial das acções da *Companhia*.



As medidas de protecção regional consubstanciaram-se na primazia dos vinhos do Douro sobre todos os outros. O Marquês de Pombal legislou de tal forma que só os vinhos do Douro podiam ser exportados para Inglaterra. Ficava também vedado o acesso à barra do Douro a vinhos de outras proveniências, o que na prática ditou o definhamento das mesmas, uma vez que esses exportadores não conseguiam reunir carga de exportação nos seus portos que justificasse o frete de um navio. Mais tarde o Marquês haveria ainda de ordenar o arranque compulsivo de vinhas em regiões concorrentes com o Douro.

O intervencionismo do Estado ficou patente nas medidas supra-citadas, mas também na abundante legislação produzida, que abrangeu quase tudo o que respeita ao vinho. Desde os métodos de cultivo e adubagem da vinha, à produção e utilização de cascos, à armazenagem em adegas, à adição de aguardentes, ao transporte de vinhos Douro abaixo nos barcos rabelos.

A *Companhia* aparece assim como forma instrumental de colocar os interesses da lavoura duriense dos vinhos do Douro sob o domínio dos interesses de portugueses, o que equivalia a dizer, fora dos ditames dos ingleses¹⁸⁰.

O Marquês de Pombal, nas suas memórias, tipifica os principais obstáculos à criação da *Companhia*: (i) os jesuítas, que chegaram inclusive a recusar o vinho da *Companhia* no serviço das suas celebrações litúrgicas e que Pombal aponta como os principais instigadores do motim de 23 de Fevereiro de 1757¹⁸¹; (ii) os comerciantes

¹⁸⁰ Sem que isso significasse a inexistência de relações comerciais entre nacionais e estrangeiros. Como refere Cardoso (2003: 780-781) no quadro vigente antes da *Companhia*, os comerciantes portugueses serviam de fachada ao comércio de estrangeiros com o Brasil, as firmas inglesas usavam os taberneiros do Porto para escoarem os seus refugos, ao passo que estes beneficiavam dos preços de grossista das primeiras e por aí adiante. Não seria também desprezível o ‘efeito de escola’ que os negociantes portuenses usufruíam ao iniciarem a sua carreira em firmas estrangeiras.

Por seu turno, Duguid e Lopes (1998: 285-286) argumentam que a acção da *Companhia* acabaria por ser benéfica aos interesses dos ingleses, garantindo amiúde a sobrevivência das suas casas.

No seu entender, os comerciantes ingleses, tal como os portugueses, clamavam pela regulamentação do sector quando a mesma não existia e insurgiam-se contra a mesma quando a tinham, “seeking the advantages of both protection and free trade without the disadvantages of either”. Sobre a interacção e relação de simbiose entre empresas portuguesas e inglesas no sector do vinho do Porto, vide também Duguid e Lopes (1999) e Sousa (2006: 50).

¹⁸¹ Refere Pombal nas suas memórias: “tirando dos seus esconderijos os padres da Companhia do Colégio do Porto o plano de sublevação que no ano de 1661 haviam feito levantar naquela cidade contra o senhor D. Afonso VI e sugerido pelos exercícios e confessorários, que os vinhos da nova companhia não eram capazes do sacrifício da missa, levantaram no dia 23 de Fevereiro do ano próximo seguinte de 1757, o horroroso motim com que toda a plebe da mesma cidade foi assaltar as casas do chanceler, cabeça daquela relação e das sessões, cartório e depósito da mesma companhia, clamando que fosse abolida...” (Melo, 1984: 201).



ingleses, que por causa da *Companhia* perderam o controlo do sector¹⁸²; (iii) e alguns lavradores, que coligados ou não com os ingleses adulteravam o vinho, contrabandeavam ou cometiam outras ilegalidades¹⁸³ (Melo, 1984: 201-202).

O processo da Instituição da *Companhia*

O documento que oficializa o nascimento da *Companhia* data de 10 de Setembro de 1756¹⁸⁴. É esta a data do Alvará de confirmação, assinado pelo Rei, dos “cinquenta e três capítulos, e condições, contidos nas trinta e três meias folhas (...) rubricadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, do meu Conselho, e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, que os principais lavradores de cima do Douro, e homens bons da cidade do Porto, nelas enunciados, fizeram, e ordenarão com meu real consentimento, para formarem uma Companhia, que sustentando competentemente a cultura das vinhas do Alto Douro, conserve ao mesmo tempo as produções delas da sua pureza natural, em benefício do comércio nacional, e estrangeiro, e da saúde dos meus vassallos, sem alguma despesa da minha fazenda, antes com benefício dela, e do bem comum dos meus reinos...”¹⁸⁵.

Os motivos invocados para o estabelecimento da *Companhia*, estão assim relacionados com (i) o sustento de todos aqueles ligados à cultura das vinhas do Alto

¹⁸² Não havendo “nem pretexto nem sofisma que não inventassem e não pretendessem fazer valer pelos capciosos e arrogantes officios do enviado Duarte Hei, do embaixador conde de Hymouk, do plenipotenciário Guilherme Henrique Lythcleton, e do actual enviado Roberto Walpoll, para arruinarem por meios directos, e indirectos a mesma Companhia.” (Melo, 1984: 201).

¹⁸³ Recorda Pombal: “Os colonos interessados na reputação dos vinhos, procuraram sempre defraudá-la pelos seus mal entendidos interesses particulares; já introduzindo pelo escuro da noite os vinhos azedos das terras adjacentes nas de demarcação dos vinhos de embarque dentro dela; já misturando os inferiores só próprios para as tabernas, com os ditos superiores de embarque; já fazendo coligações clandestinas com os ingleses do Porto, fingindo que compravam para si mesmos os vinhos na realidade comprados para os ditos ingleses; e já inventando à medida da fertilidade da sua imaginação e da sua malícia, diferentes outras fraudes...” (Melo, 1984: 202).

¹⁸⁴ Embora alguma literatura aponte o nome de D. Bartholomeu de Pancorbo, como primeiro percursor da criação de uma companhia privilegiada (Ratton, 1920: 169-170), o mote decisivo para a constituição da Companhia efectivamente criada, de acordo com o próprio Marquês de Pombal, foi dado em 1756, por via de uma exposição que lhe foi feita por Frei João de Mansilha, representando os lavradores do Alto Douro e os homens bons da cidade do Porto. Queixavam-se os mesmos que os ingleses tinham arruinado o negócio, fazendo baixar o preço de venda do vinho a 6\$400 e 7\$200 réis por cada pipa, e propondo prazos de pagamento de um e dois anos (Melo, 1984: 198). O Marquês de Pombal traça um quadro negro dos efeitos desta crise dos preços: vinhas abandonadas, nobreza duriense arruinada, plebe faminta e ordem pública perturbada (Melo, 1984: 198-199).

¹⁸⁵ *Instituição da Companhia ...* (Sousa, 2006: 441).



Douro¹⁸⁶, (ii) o benefício do comércio nacional e estrangeiro do vinho; e (iii) um melhor controlo da pureza do vinho, com aproveitamento para a saúde pública e reputação do género¹⁸⁷.

Os Estatutos Gerais, que terão sido minutados pelo próprio Marquês de Pombal e pelo mestre de campo, General Manoel da Maia¹⁸⁸ (Marcos, 1997: 396), versam essencialmente temas relacionados com a formação do corpo político responsável pelo governo da *Companhia* (artigos 1º a 6º), privilégios da *Companhia* e seus governantes e oficiais na aplicação das justiças (artigos 7º a 9º, 35º a 38º e 40º a 43º), formação e destino a dar ao capital da *Companhia*, desde a sua fundação até ao momento do término (artigos 10º a 14º, 40º a 50º e 52º), funcionamento do privilégio exclusivo do negócio de vinhos, aguardentes e vinagres no Brasil (artigos 15º a 27º), funcionamento do privilégio exclusivo do negócio de vinhos de ramo na cidade do Porto e seus arredores (artigos 28º e 32º), demarcação da região produtora de vinho de embarque (artigos 29º a 31º), determinação dos preços de compra dos vinhos das diferentes qualidade e origens (artigos 33º e 34º) e acesso à nobilitação dos governantes da *Companhia* (artigo 39º)¹⁸⁹.

¹⁸⁶ O preâmbulo dos Estatutos Gerais esclarece que a *Companhia* aproveita aos três estados da sociedade: clero, nobreza e povo “Representam a vossa majestade os principais lavradores de cima do Douro e homens bons da cidade do Porto, que dependendo da agricultura dos vinhos a substância de grande parte das comunidades religiosas, das casas distintas, e dos povos mais consideráveis das três províncias, da Beira, Minho e Trás-os-Montes”. *Instituição da Companhia* ... (Sousa, 2006: 433).

¹⁸⁷ Note-se que o mesmo preâmbulo dos Estatutos Gerais invoca como causadores da corrupção dos vinhos a classe dos taberneiros do Porto, nada referindo por exemplo a propósito da classe dos lavradores e dos exportadores. Abre-se assim a porta para a intenção da *Companhia* – como veremos – controlar o lucrativo negócio da venda de vinho nas tabernas do Porto: “acresce a esta perda,” (de capital) “a da saúde pública; porque tendo crescido o número dos taberneiros da cidade do Porto a um excesso extraordinário, e proibido pelas leis de vossa majestade, e posturas da câmara da mesma cidade, e não podendo reduzir-se à ordem aquela multidão; sucede que os ditos taberneiros adulterando, e corrompendo a pureza dos vinhos naturais com muitas confecções nocivas à compleição humana, arruinam com a reputação de um tão importante, e considerável género todo o comércio dele, e até a natureza dos vassalos de vossa majestade, que gastam os vinhos, que anualmente se vendem para o consumo da terra pelas mãos dos ditos taberneiros”. *Instituição da Companhia* ... (Sousa, 2006: 433).

¹⁸⁸ Nas palavras de Pombal: “ainda continuavam com grande força as sucessivas e urgentes fadigas que a calamidade do terramoto do 1º de Novembro de 1755 fazia indispensáveis, quando no ano próximo seguinte de 1756 apareceu nas barracas da quinta de Belém, o mestre Fr. João de Macilha, como procurador dos principais lavradores do cima do Douro e homens bons da cidade do Porto...” (Melo, S: 1984: 198).

¹⁸⁹ O acesso à nobilitação dos governantes das Companhias tinha como objectivo sinalizar a elevação do estatuto da profissão do comerciante, classe considerada vital para o sucesso da estratégia mercantilista do Estado, tal como Colbert o havia igualmente sinalizado em França quase um século antes.

Pombal via vários convenientes no exercício do comércio por membros da nobreza, dentro de uma linha de pensamento que privilegiava “a integração dos seguimentos sociais da velha ordem, ao novo ritmo dos tempos”, ou por outra via “a mudança e a tradição” - fazendo – “desta última a via de encaminhamento da primeira, num processo fecundado pelo reformismo pombalino. Conformava-se, em última instância,



No que concerne à organização da contabilidade da *Companhia*, os Estatutos nada referem explicitamente, mas claramente apontam para a necessidade de adopção do método das partidas dobradas, ao preverem a distribuição dos lucros ou “interesses” da *Companhia* no final do 3º ano de actividade¹⁹⁰ e ao introduzirem as noções de capital e lucro e de acumulação e distribuição dos mesmos¹⁹¹.

Publicados os Estatutos da *Companhia*, o processo efectivo de constituição da nova organização foi atribulado, como era de esperar, na medida em que alterou muito o equilíbrio dos interesses instalados, na lavoura no Douro, nas tabernas do Porto, no comércio de exportação, mas também na lavoura e comércio de vinho de outras regiões do País.

Em conformidade com os seus Estatutos Gerais, a *Companhia* constituiu-se com um capital inicial de 1 200 000 cruzados (480 000 000 réis), repartido em 1 200 acções, de 400 000 réis cada uma. Metade desta quantia poderia ser realizada pelos accionistas em vinhos¹⁹², sendo contudo a outra parte obrigatoriamente realizada em dinheiro, necessário para por exemplo apoiar com empréstimos os lavradores mais necessitados do Douro – a *Companhia* obrigava-se a conceder-lhes empréstimos remunerados a juros de 3% anuais, empréstimos este que podiam ir até metade do valor dos vinhos que habitualmente colhiam e que ficavam de penhor em caso de incumprimento (Sousa, 2006: 58).

O capital, uma vez constituído, não podia ser restituído durante 20 anos, contados da saída da primeira remessa de vinhos da *Companhia*, prazo que podia ser

no padrão filosófico compatível com a especificidade deste processo de modernização que executava os princípios ilustrados, “sem abrir mão do próprio absolutismo” (Silva; 2003: 15, 26).

¹⁹⁰ “O provedor, deputados e conselheiros serão nesta primeira fundação nomeados por vossa majestade para servirem por tempo de três anos; findos os quais apresentarão em Junta Geral as contas de tudo quanto tiverem feito; repartindo aos interessados os interesses que lhes competirem; ou que a Junta por pluralidade de votos determina se devem repartir”. *Instituição da Companhia...* artigo 4º.

“Os interesses que produzir esta Companhia se repartirão pela primeira vez no mês de Julho do terceiro ano, que há-de correr depois da partida da primeira esquadra, em que a Companhia remeter as suas carregações para o Brasil, e de aí em diante se ficarão depois dividindo os ditos interesses anual, e sucessivamente pro rata no referido mês de Julho, sem embargo que os deputados hajam de exercer a sua administração por mais de um ano”. *Instituição da Companhia ...*, artigo 48º.

¹⁹¹ “Do capital com que esta Companhia se há-de formar e dos interesses que dela resultarem, enquanto se não repartirem pelos interessados, serão tesoureiros o mesmo provedor e deputados; para o que terão um ou os mais cofres que forem necessários, com as chaves competentes, para que cada um tenha uma, e, por este modo fiquem obrigados cada um por si e um por todos a responder por toda a falta que possa haver no dito capital enquanto dele não fizerem a referida entrega do capital aos seus sucessores, e dos lucros aos interessados na dita Companhia. *Instituição da Companhia...*, artigo 5º.

¹⁹² Na fundação da *Companhia* os lavradores podiam trocar algum do seu vinho por acções, ao preço de 25 000 e 20 000 réis, de acordo com a sua qualidade. Apenas 20 lavradores aproveitaram este expediente, ficando por este meio subscritas 55 acções (Sousa, 2006: 58).



prorrogado por mais 10 anos se à administração tal parecesse conveniente e mediante autorização da Coroa.

O Marquês de Pombal teve que intervir várias vezes para ajudar a ultrapassar os muitos obstáculos que se depararam à materialização da constituição da *Companhia*.

Uma primeira tentativa de boicote à *Companhia* surgiu da parte dos comerciantes que exportavam para o Brasil, que anteciparam para Junho o carregamento de vinhos para aquele destino, contra a prática normal de carregamento em Agosto, procurando assim boicotar o primeiro carregamento da *Companhia*. Os ingleses agiram também por antecipação e desde finais de Agosto de 1756 passaram a comprar vinho no Douro ao preço 18 000 réis a pipa, quando anteriormente não davam mais que 10 000 réis pelas de melhor qualidade (Sousa, 2006: 37).

Os próprios comerciantes do Porto, inicialmente favoráveis à constituição da *Companhia*, mostraram-se renitentes em subscrever acções da mesma, por razões que Sousa (2006: 37) relata no primeiro caso como resultantes da animosidade promovida pelos ingleses e no segundo caso com as notícias de que o destino do capital seria empregue em empréstimos a juro aos lavradores.

Da mesma forma, os donos das tabernas estabelecidas, alguns deles pessoas distintas, opunham-se à *Companhia* acerrimamente, ainda que a coberto dos seus criados ou taberneiros (Sousa, 2006: 39)¹⁹³.

Uma outra questão que criou obstáculos à constituição da *Companhia* foi a falta de dinheiro para realizar o seu capital. Certamente conhecedores desta situação, entre Setembro e Outubro de 1756 os ingleses tomaram dinheiro a juro das instituições do Porto que o tinham para emprestar, secando assim as fontes disponíveis para os potenciais accionistas que necessitavam de financiar a subscrição das suas acções (Sousa, 2006: 39).

Conhecedor de todas estas tentativas de boicote, Pombal interveio. Mandou regressar a terra os vinhos dolosamente carregados nas esquadras para o Brasil e susteve a secagem de liquidez disponível para a constituição da *Companhia*, dando primazia aos empréstimos concedidos para aquele fim e reforçando a massa disponível com capitais provenientes de todo o norte do País e mesmo alguns de Lisboa (Sousa, 2006: 39-40).

¹⁹³ Numa maquinação que Pombal atribuía à Mesa do Bem Comum do Porto e às pessoas do sargento-mor António da Costa Cardoso, do capitão José de Pinho e Sousa, “um fulano Barbosa” e João Pereira de Carvalho, este último repreendido por aviso de 27 de Setembro de 1756” (Sousa, 2006: 39).



Para maior conforto dos novos accionistas, determinou que a *Companhia* emprestasse aos necessitados o valor dos juros a pagar pelo financiamento das suas entradas, valor que mais tarde lhes seria descontado nos lucros (Sousa, 2006: 39-41)¹⁹⁴.

Em Outubro de 1756, o Marquês entrou novamente em cena, agilizando a saída do primeiro carregamento de vinho da *Companhia* para o Brasil¹⁹⁵, continuando a informar-se com frequência junto de terceiros sobre se o arranque da *Companhia* estava a ser bem coordenado por quem a dirigia¹⁹⁶.

No que concerne ao comércio de vinho de ramo na cidade do Porto e arredores, tendo ficado estabelecido que o monopólio da *Companhia* começaria a produzir efeitos práticos a partir de Janeiro de 1757, o Marquês mandou, em 5 de Outubro de 1756, fazer o inventário dos vinhos disponíveis nas tabernas e armazéns e proibiu a saída de vinhos pelas barras do Porto ou de Viana, assim como a venda de vinho a particulares, enquanto a *Companhia* não comprasse os necessários para provimento das tabernas do Porto e arredores (Sousa, 2006: 41).

Retaliando contra os homens principais e os taberneiros ricos do Porto, que pouco caso haviam feito da *Companhia*, o Marquês mandou-lhes retirar o negócio das tabernas, concedendo a exploração das 95 legalmente previstas a pessoas julgadas capazes e competentes, mesmo que sem cabedais (Sousa, 2006: 42).

Foi justamente a retirada do comércio aos taberneiros que antes estavam estabelecidos a faísca que fez estalar os motins contra a *Companhia* de 23 de Fevereiro de 1757. A brutal repressão desse motim, que determinou 26 condenações à morte, acabaria por beneficiar a constituição do capital da *Companhia*, “como se os homens de negócio procurassem afastar de si, rapidamente, qualquer suspeita de hostilidade à *Companhia* recém-formada” (Sousa, 2006: 50). A procura de acções paulatinamente aumentou, pese embora a subscrição do fundo inicial se tivesse finalizado apenas em 1760, conforme sumariado no quadro infra.

¹⁹⁴ À semelhança do que já havia feito para a Companhia do do Grão-Pará e Maranhão (Sousa, 2006: 41).

¹⁹⁵ Após várias peripécias o primeiro carregamento acaba por zarpar em 04 de Dezembro de 1756, carregando 2 050 pipas de vinho, bem menos do que as 4 784 pipas de vinho carregadas, por exemplo em 1755 (Sousa, 2006: 46).

¹⁹⁶ Mandando averiguar, em segredo, se havia harmonia entre o provedor e deputados; se todos se empenham no recrutamento de accionistas, para evitar que as acções ficassem nas mãos de poucas pessoas, constituindo-se em ‘monopólio escandaloso’ e se o vinho com destino ao Brasil estava em boas condições (Sousa, 2006: 41).

**Quadro 4: Datas da subscrição do capital social da *Companhia* (1756-1769)**

Fundo inicial			Fundo novo		
Anos	N.º de acções	Valor (réis)	Anos	N.º de acções	Valor (réis)
1 756	254	101 600 000	1761	48	19 200 000
1 757	700	280 000 000	1762	22	8 800 000
1 758	226	90 400 000	1763	-	-
1 759	-	-	1764	214	85 600 000
1 760	20	8 000 000	1765	43	17 200 000
			1766	49	19 600 000
			1767	8	3 200 000
			1768	11	4 400 000
			1769	125	50 000 000
Total	1 200	480 000 000		520	208 000 000

Fonte: Adaptado do quadro nº 5 "*Capital Social da Companhia – Fundo Inicial (1756-1760)*" e quadro n.º 6 "*Capital Social da Companhia – Fundo Novo (1761-1769)*" in Sousa (2006: 61-62).

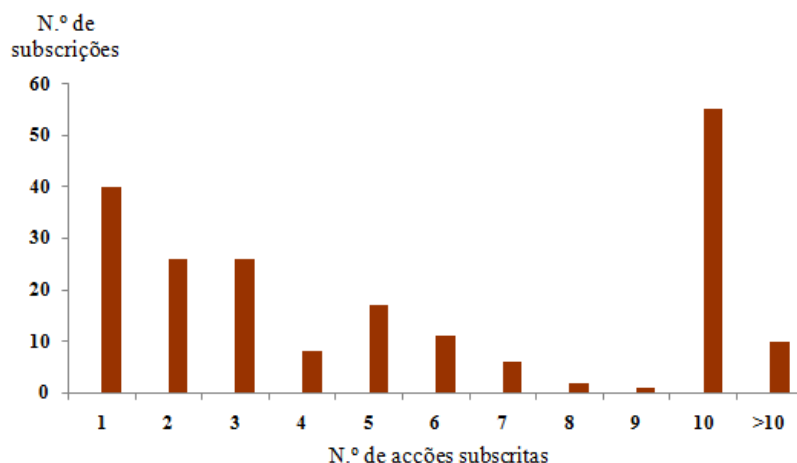
O fundo inicial foi subscrito por um total de 208 accionistas, representando entre si 202 entradas no capital¹⁹⁷. O maior deles foi João de Almada e Melo, familiar do Marquês de Pombal e governador das armas do Porto, com 60 acções.

Os 10 maiores accionistas concentravam um total de 230 acções, ou seja 19.3% do capital. Contavam-se entre eles Luís Beleza de Andrade (24 acções), um dos maiores entusiastas da *Companhia* e seu primeiro provedor e Maria Francisca Daun (12 acções), filha do Marquês de Pombal (Sousa, 2006: 64).

Ainda no que respeita ao fundo inicial, o número de accionistas com dez ou mais acções ascendia a 65, representado 780 acções, ou seja, 65% do capital¹⁹⁸.

¹⁹⁷ A esmagadora maioria das subscrições foi realizada por um único proprietário que adquiriu uma ou mais acções completas da Companhia, em seu nome. Existem no entanto seis casos de contitularidade, correspondendo a "12 pessoas com 23 acções, regra geral indivíduos unidos por grau de parentesco, correspondendo, a cada titular, metade do número de acções, das quais nenhum deles podia decidir, para venda ou para voto, sem consentimento do outro (Sousa, 2006: 70).

¹⁹⁸ No caso da Companhia do Grão-Pará e Maranhão ficaram por vender acções, porque Pombal recusou que se fizessem vendas em grandes quantidades, instrução que não repetiu no caso da CGAVAD, com receio que tal voltasse a acontecer (Martins, 1998: 98).

**Gráfico 1: Subscrição das acções do 1º fundo da *Companhia* (1756-1760)**

Fonte: Adaptado do quadro nº 9 "Número de acções por accionista do Fundo Inicial" in Sousa (2006: 65).

A classe modal no que concerne à subscrição do fundo inicial foi de dez acções, o que se prende com uma disposição estatutária que estabeleceu este como o número mínimo para um accionista se tornar elegível para o corpo da junta da *Companhia*.

Os accionistas deste fundo inicial eram essencialmente homens de negócio (70 num total de 208 subscritores individuais ou agrupados) e proprietários (48 no mesmo total) (Sousa, 2006: 67), correspondendo às intenções do Marquês de Pombal de misturar na *Companhia* representantes dos sectores do comércio e da lavoura. As consequências práticas desta mistura devem ser no entanto relativizadas. A maioria destes representantes da lavoura pouco participava na governação das suas quintas¹⁹⁹, adoptando uma mentalidade pró-rentista a qual, defenderemos, teria continuidade na forma de governo accionista da *Companhia*²⁰⁰.

No que concerne à subscrição do 2º fundo, ou fundo novo, dispomos de menos informação sobre a natureza dos subscritores. Sabemos que a lista incluía D. José I, Rei

¹⁹⁹ Como refere Pereira (2000a: 157) "...os accionistas residentes no Porto ultrapassavam os 80%, contra menos de 20% dos accionistas do Douro. É certo que uma análise mais fina dos membros da aristocracia do vinho do Porto, nos faz detectar entre os residentes no Porto muitos dos proprietários mais abastados e influentes da região do Douro, que desempenharam aliás um papel de clara notoriedade nos primórdios da *Companhia*, como Luís Beza de Andrade, Carlos Alvo Brandão, Gonçalo Cristovão Teixeira Coelho, Barnabé Veloso Barreto de Miranda, João Correia da Silva Figueiredo Castelo Branco Morais Tenreiro, Vicente de Noronha Leme Cernache, D. Lourenço de Amorim da Gama Lobo, João Pacheco Pereira e outros. Trata-se, porém, de proprietários absentistas, muitos dos quais mantêm as suas quintas do Douro por estatuto de fidalguia, às quais se deslocam raramente, em muitos anos apenas na época das vindimas".

²⁰⁰ Outras ocupações tais como militares (25 accionistas) e eclesiásticos (6 accionistas) tinham nela menor expressão.



de Portugal (50 acções num total de 520 subscritas) atribuindo a *Companhia* uma carga simbólica importante a esta entrada do monarca como accionista²⁰¹. Sabemos também que 19 accionistas tomaram para si 68% do capital subscrito, prevalecendo subscritores de Lisboa sobre os de outras origens (Sousa, 2006: 67), fruto do trabalho desenvolvido por Frei João Mansilha, procurador da *Companhia* junto da Corte, muitas vezes auxiliado pelo Marquês de Pombal e outras figuras gradas da Corte nesta tarefa²⁰².

De forma a constituírem o capital da *Companhia*, 60 accionistas do 1º fundo recorreram a dinheiro emprestado (Sousa, 2006: 71). Em termos de valor, estas acções representavam 37.6% do total (Sousa, 2006: 71). Aquando da subscrição do fundo novo esta situação repetiu-se, abrangendo 12 accionistas e um total de empréstimos concedidos de 46.4 contos de réis (Sousa, 2006: 73). No total das duas subscrições, o valor dos empréstimos a que se recorreu para financiar as entradas de capital ascendeu a 226.8 contos de réis.

A intervenção do Marquês de Pombal na concretização desses empréstimos foi muito importante, tendo sido emitidas diversas ordens para que fundos que se achavam disponíveis passassem aos cofres da *Companhia* por conta de entradas de novos accionistas, não raras vezes pessoas próximas à casa de Oeiras. Mais tarde idêntica intervenção revelar-se-ia necessária, aquando da renovação daqueles empréstimos, pois muitos accionistas não os pagaram no prazo contratado²⁰³.

²⁰¹ No decurso de várias súplicas da Junta nesse sentido, intermediadas por Frei João Mansilha e pelo próprio Marquês de Pombal, como Mansilha descreve:

“Serve esta de participar a VM^{ces} que a gostosa noticia de se haver S Mag^e associado com sincoenta açcoens à nossa Companhia: Honra, porque há tanto tempo suspirávamos, e que o Il.^o Senhor a impulsos dos bons, e generosos officios, que devemos a S Ex.^a nos faz com a prerrogativa mais especial, que não acordou às outras Companhias: Dignandose mandar lavrar as Apolices da nossa, no Seu Real Nome, quando nas outras entrou em nome de pessoas particulares, que passarão nas Apolices, o pertence para o mesmo Senhor...”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 16.04.1764, fl 38).

²⁰² Veja-se este exemplo de um protegido de um secretário de Estado do governo pombalino, mencionado numa carta de Mansilha à junta da Companhia: “...Outro Irmam dos dois últimos Accionistas, chamado João Roiz Botelho; quer tambem entrar com dez açcoens, tendo seu Patrono, nesta materia, o Il.^{mo} e Ex.^o Sn^r Secretario de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que assim mo mandou insinuar”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 7 de 17, carta de 12.07.1766, fl 87).

²⁰³ Veja-se o conteúdo da súplica da junta a Pombal que se encontra inserta no compêndio da correspondência de Frei João de Mansilha com a junta: “Representão a V Exa o Provedor, e Deputados da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que tendo alguns Accionistas da mesma Companhia para entrarem nella com açcoens, tomado dinheiro a juros do cofre dos Orphaons desta cidade, no do Depozito geral da mesma, e em outros semelhantes, assim pios, como profanos; sucede que ao tempo que nos referidos cofres, se vencem algumas parcellas, das que, para o sobredito efeito, se tomaram a juro, e se devem dar às partes respectivas a quem tocar; Os Ministros



Depois do encerramento do segundo fundo, o capital social da *Companhia* permaneceu estável até 1826, fora um período durante o qual a *Companhia* adquiriu acções próprias, depois totalmente recolocadas no mercado.

5.2. Os negócios da *Companhia*

Seja por desígnio estatutário, seja por imposição mais ou menos explícita da Coroa, a *Companhia* desenvolveu ou participou num extenso conjunto de actividades, algumas das quais sem relação directa com o comércio e regulação do comércio de géneros vinícolas, tais como a importação e a exportação de inúmeros outros géneros, o negócio das pescas do Algarve, a produção de arcos de ferro, a administração de obras públicas, a tutela de instituições de ensino na cidade do Porto, etc.

Os responsáveis da *Companhia* optaram umas vezes pela integração directa dos efeitos das ditas actividades nas contas da *Companhia*²⁰⁴ e outras vezes pela separação

Intendentes daquelles cofres, em lugar de substituírem as parcelas vencidas, por outras, que tem entrado; transferindose para estas segundas, assim as hypotecas, que os Accionistas fizeram as primeiras, Como o premio do juro de sinco por cento a favor das partes, a quem pertencem: Ao contrario, procedem executivamente contra os Accionistas, obrigandoos a repor as quantias tomadas a juro nos ditos cofres, em virtude do Real Decreto de S. Mag^e de 27 de Setembro de 1756.

E não tendo elles estes dinheiros promptos, nem podendo extrahi-los da Companhia, onde servem de fundo; padecem huma terrível vexação, que pela mayor parte termina em se lhes rematarem os bens em praça publica, com pouco decoro, assim dos Accionistas, como da mesma Companhia, e sem utilidade alguma nem dos cofres, nem das partes, antes com manifesto prejuizo destas, que podendo perceber o premio do juro de sinco por Cento estabelecido por S Mag^e com a segurança de hum Banco publico; so recebem o próprio Capital, manente nos Cofres pelo espaço de muitos annos, sem lucro algum.

O que tudo pode cessar, com toda a equidade, sendo V Ex.^a servido / ou por Aviso Regio, ou por outro qualquer modo, que a V EXa pareça mais conveniente / ordenar = que semelhantes cazos, por nenhum modo se executem os Accionistas, que entraram para o fundo da Companhia com dinheiros dos cofres; e que havendo de pagarse às partes algumas quantias vencidas; se satisfaçam pelos dinheiros que nelles entraram pertencentes a Outras; de sorte que fiquem as Apolices hipotecadas às segundas quantias, com quem se satisfazem as primeiras, de que os Accionistas ficam desobrigados; percebendo estes segundos credores, o premio do juro de sinco por cento, que antes percebiam os primeiros: no que parece não haver prejuizo para alguma das Partes; mas sim huma recíproca utilidade: V Ex.^a porem determinará o que for servido, que sempre há de ser o mais acertado”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 7 de 17, carta de 26.08.1766, fl 105-112).

²⁰⁴ Luis Pinto de Sousa Coutinho, no texto das conclusões do exame por si levado a cabo, em 1784, opta pela seguinte classificação das actividades da Companhia:

“Reduzem-se as negociaçoens da Companhia do Douro, a duas claces geraes, que compriendem o comercio interno, e externo: a primeira subdivide-se, nos diferentes ramos seguintes:

De Vinhos de Embarque, e sua Admenistração.

De Vinhos de Ramo e seus uzos.

De Agoas ardentes, e suas Fabricas.

De Pipas e outros objectos de Tanoaria, Armazens e Lotações.

Das Estivas dos Navios.

E da Pârea das Pipas.



das ditas transacções, como se da participação em outras entidades se tratasse, caso das obras no Douro, das pescas do Algarve e das instituições de ensino.

Podemos propor a esquematização das actividades desenvolvidas pela *Companhia* por natureza e localização tal como apresentado nas figura 5 e 6:

Figura 5: Actividades da *Companhia* por natureza (1756-1826)

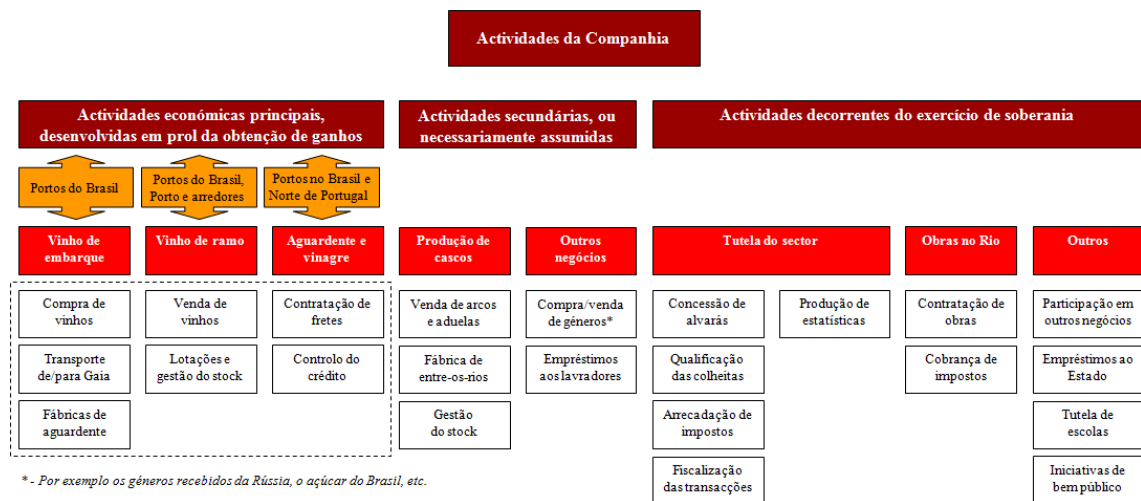


Figura 6: Actividades da *Companhia* por localização (1756-1826)

Estrangeiro e colónias	Corte em Lisboa	Porto/Gaia			Rio Douro	Região demarcada	
Auscultação do mercado	Defesa dos privilégios	Venda de vinho na cidade	Armazenagem vinho/géneros	Arrecadação de impostos	Gastos com obras no Rio	Arrolamento dos produtores	Compra/vendas de aguardente
'Embaixada' económica	Liquidez (Junta do Comércio)	Vendas para exportação	Compra/gestão dos cascos	Obtenção de crédito	Fiscalização do tráfego	Qualificação das colheitas	Vendas de vinho a retalho
Angariação de encomendas	Contacto com accionistas	Venda a outros exportadores	Contratação de fretes	Relação com os accionistas		Organização da feira anual	Fiscalização da produção
Venda de vinhos/géneros	Obtenção de ordens da Coroa	Venda de géneros importados	Fiscalização do tráfego	Controlo dos negócios laterais		Adiantamentos sobre compras	Fiscalização do tráfego
Compra de géneros locais	Resolução do quotidiano	Controlo do crédito	Integração de informação	Produção de estatísticas		Empréstimos aos lavradores	Guias de transporte
						Compras de vinhos	Armazenagem na região
<ul style="list-style-type: none"> Geração de compras e vendas sustentadas Prospecção de novos negócios com outros géneros 	<ul style="list-style-type: none"> Defesa dos privilégios Acesso ao crédito Obtenção e prestação de contas e informações privilegiadas 	<ul style="list-style-type: none"> Centralização de informação: da procura e da oferta Equilíbrio do sistema: produtores, concorrentes, clientes Cruzamento de informações: defesa da demarcação Satisfação dos accionistas e do Estado, via rendas Salvaguarda dos activos da Companhia Informação sobre outros 'negócios': Pescas do Algarve, etc. 			<ul style="list-style-type: none"> Melhoria das condições de tráfego Obtenção de informações úteis à fiscalização 	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação e quantificação da oferta Defesa da demarcação e qualidade do vinho Fiscalização dos fluxos reais, especialmente do vinho e aguardente Maximização do lucro da Comp^a na compra Obtenção de informação útil à fiscalização 	

A segunda clace compriende as diferentes correspondências abaixo notadas:

Dos Portos do Brazil.

Da Gram Bretanha, e Irlanda.

E as correspondências estabelecidas do Baltico, e Mares do Norte.” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 166-167).



Os proveitos da *Companhia*

O negócio do vinho de embarque refere-se à venda de vinho para exportação – daí o termo - usualmente o melhor vinho produzido, o qual era fortalecido com aguardente, ao contrário do vinho de ramo, que era comercializado no seu estado natural. O vinho de embarque era por sua vez dividido em duas subclasses, conforme a qualidade. Os vinhos de melhor qualidade tinham como destino o Norte da Europa. Os outros eram exportados pela *Companhia* para o Brasil²⁰⁵.

O comércio de vinho para o Norte da Europa era exercido em regime de concorrência com outros negociantes nacionais e estrangeiros que traficavam com aqueles mercados, com destaque naturalmente para Inglaterra. A *Companhia* dispunha de um administrador e três agentes em Londres, com os quais trocava informações (Sousa e Pereira, 2008: 67-69). A manutenção de uma base de operações em Inglaterra era estratégica para os interesses da *Companhia*, na medida em que lhe permitia algum controlo sobre os preços e qualidades do vinho vendido naquele mercado.

Já no que respeita ao Brasil, o comércio de vinho era realizado em regime de quasi-monopólio: Os Estatutos da *Companhia* previam no comércio com o Brasil um lucro de até 15% sobre a venda de aguardentes e vinagres, livres de todos os custos, que ficariam por conta do comprador. Os vinhos podiam ser vendidos com um lucro líquido até 16%, dada a maior propensão a estragarem-se²⁰⁶.

De forma a garantir o escoamento dos vinhos, a *Companhia* tinha direito de requisitar os barcos da praça do Porto que entendesse, recebendo estes fretes fixos, o que se traduzia num verdadeiro direito de requisição (Sousa, 2006: 96)²⁰⁷. Para que não faltasse nunca vinho nos portos brasileiros foi estabelecido um fundo permanente naquela colónia de dez mil pipas em stock.

²⁰⁵ A *Companhia* detinha o exclusivo do comércio de vinhos, aguardentes e vinagres do Porto nas capitâncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco” (Sousa, 2006: 96). Apesar do exclusivo ter sido desde logo delineado para aquelas quatro capitâncias, a *Companhia* inicialmente não expedia directamente para São Paulo, porque considerava que tal não era rentável (Sousa, 2006: 104).

²⁰⁶“As aguardentes, e vinagres não poderão ser vendidas pela dita Companhia nos portos referidos por mais de quinze por cento, livres para os seus interessados, do custo principal, vasilhas, carretas, embarques, direitos de entrada e saída, fretes, comissões, um por cento do cofre, e mais despesas que com eles se fizerem até ao acto da venda, que tudo fará por conta dos compradores. Os vinhos porém, atendendo ao maior perigo que tem de se danificarem na sua qualidade, e por este princípio estão mais próximos a causar algum prejuízo à mesma Companhia, não poderá esta vender por mais de dezasseis por cento, livres para ela de todos os gastos referidos.” (*Instituição....*, art 20º).

²⁰⁷ A *Companhia* podia além disso dispor de armazéns, embarcações, carros, trabalhadores, marceneiros, barqueiros e de outros profissionais que necessitasse (Sousa, 2006: 96-97).



O custo dos fretes estava regulado; Cada pipa de vinho, aguardente ou vinagre, carregada do Porto para o Rio de Janeiro pagava 10 000 réis; para a Baía 8 000 réis; e para Pernambuco 7 200 réis (Sousa, 2006: 101).

O comércio no Brasil só podia ser feito por grosso, ficando vedada à *Companhia* e aos seus oficiais o comércio a retalho, actividade que era exercida pelos clientes da *Companhia*. O vinho podia ser vendido a dinheiro, a crédito fixando-se os juros em 5%, ou ainda trocado por géneros locais, caso em que ficava ao arbítrio das partes a definição do contra-valor em géneros (*Instituição....*, art. 23º).

Para fazer face a estas vendas, a *Companhia* tinha que comprar a totalidade do vinho que necessitava, dado que não dispunha de nenhuma quinta produtora²⁰⁸.

A *Companhia* pagava os vinhos aos lavradores em três prestações – aquando da carregação e nos dias S. João e de S. Miguel – mas por vezes estes prazos eram alargados até dois ou três anos, conforme faziam os ingleses antes da fundação da *Companhia* (Sousa, 2006: 94).

No negócio de vinho de ramo e para além do exclusivo na venda do mesmo para os portos brasileiros referidos anteriormente, à *Companhia* foi também concedido, desde a sua fundação em 1756, o exclusivo do fornecimento do vinho de consumo às tabernas da cidade do Porto e de três léguas em redor (quatro léguas a partir de 1760), assim como a aprovação dos “propostos” - ou seja os taberneiros – a quem a *Companhia* licenciava a dita venda, sendo o número limitado.

Dos montantes das vendas de vinho de ramo à cidade e arredores, a própria Instituição estabelecia que 1% pertenceria aos provedor e deputados, que desse dinheiro deveriam pagar aos feitores empregues neste comércio.²⁰⁹

O número de tabernas autorizadas foi fixado em 95 aquando da fundação da *Companhia*, recuperando-se assim o que havia sido determinado pelo alvará de 23 de Fevereiro de 1605 (*Instituição....*, art. 32º), competindo à junta da *Companhia* a

²⁰⁸ Vide Duguid e Lopes (1998: 288) sobre as estratégias de compra dos vinhos dos ingleses e portugueses. Estes autores referem que a maior parte das relações entre produtores e comerciantes não tinha nesta época uma natureza duradoura, ou seja os comerciantes não tinham fornecedores certos, facto que atribuem ao papel de regulação desempenhado pela *Companhia*.

²⁰⁹ “... é vossa majestade servido para ocorrer a estes inconvenientes, mandar, que na cidade do Porto, e nos lugares circunvizinhos em distância de três léguas se não possa vender ao ramo nenhum vinho, que não seja de conta desta *Companhia*, a qual para esse efeito comprará os que forem necessários aos seus proprietários, e sobre o preço, e mais despesas que com eles fizer de carretos, vasilhas, direitos, armazéns, e vendagem, ou outras algumas miudezas não pertencerá mais de um por cento ao provedor, e deputados desta *Companhia* pela sua comissão, de cujo produto pagarão aos feitores que se empregarem neste ministério; e o mais lucro pertencerá aos interessados da mesma *Companhia*” (*Instituição....* art. 28º).



atribuição do correspondente alvará e sinais distintivos da sua legalidade (placas de chumbo ou chumbeiras onde constava o logótipo da *Companhia*).

Os vinhos de ramo que a *Companhia* vendia também provinham das compras que realizava aos lavradores do Douro²¹⁰. Uma parte significativa dessas compras era acordada na feira da Régua. Nela se reuniam todos os interessados compradores – neles se incluindo os comerciantes ingleses, portugueses e a *Companhia* – e os lavradores, que se faziam acompanhar por amostras dos seus vinhos e pelos bilhetes passados pelos comissários da *Companhia* aquando do arrolamento, que na prática atestavam a genuidade e legalidade do produto.

Os preços da feira eram previamente fixados pela Coroa, em função do juízo do ano – estéril ou abundante, com vinho de boa ou má qualidade – precisamente em face do arrolamento realizado. Nos primeiros quatro dias da feira só a *Companhia*, os ingleses e os nacionais considerados ‘legítimos exportadores’ podiam comprar vinho.

A *Companhia* entrava portanto na feira numa posição privilegiada para comprar bem²¹¹, posto que conhecia a bondade de todos os vinhos desde a data do arrolamento. Esta verdadeira primazia nas compras não estava taxativamente prevista na lei²¹², mas de facto existia, motivando muitas queixas, nomeadamente por parte dos ingleses, a quem a Rainha D. Maria I veio a dar razão em 1778, ordenando que a junta se limitasse a um “perfeito concurso” com os exportadores, não usando de qualquer preferência (Sousa, 2006: 96-97).

²¹⁰ Não obstante a proibição de compra de vinhos estranhos à demarcação, proibição aliás à guarda da *Companhia*, as juntas não se coíbiam de encontrar algumas vezes razões excepcionais que justificavam a aquisição de vinhos de outras regiões “ao preço dos vinhos de embarque, como os vinhos do próprio Carvalho e Melo, das suas propriedades em Oeiras, e de João de Almada, primo daquele ministro, das suas propriedades de Monção” (Sousa, 2006: 99).

²¹¹ Com o intuito teórico de estabilizar os preços do vinho, os comissários da *Companhia* começavam por arrolar todos os anos a quantidade e qualidade estimadas da produção do ano, informação que era transmitida ao governo. O governo, através de aviso régio e posterior edital da *Companhia*, proclamava, em Janeiro, o ano como abundante ou estéril, e a qualidade como boa ou má, fixando assim os preços para os vinhos de primeira e segunda qualidades, assim como os preços que a *Companhia* devia pagar quanto aos vinhos separados para a destilação e tabernas (Sousa, 2006: 91).

Durante o mês de Janeiro a compra de vinhos de embarque estava, como se disse, reservada aos legítimos exportadores. Só depois de 1 de Fevereiro os restantes comerciantes os podiam comprar, numa intenção clara de exponenciar ao máximo o montante exportado (Sousa, 2006: 92). Também durante Janeiro a *Companhia* devia ter completos os seus provimentos de vinho de ramo, adquiridos ao preço taxado. A partir daí quer a *Companhia* quer os lavradores podiam comprar/vender os seus vinhos ao preço que quisessem, e a quem melhor entendessem.

²¹² Não obstante Sousa (2006: 96-97) chamar a atenção para um aviso de 28 de Julho de 1757 que de facto concedida à *Companhia* a preferência nas compras, se estivesse em causa “a ruína do comércio nacional”.



A partir de 1760 a *Companhia* passou igualmente a deter o exclusivo da produção e venda das aguardentes no Porto e nas três províncias do Norte de Portugal: Minho, Trás-os-Montes e Beira.

Este exclusivo foi atribuído à *Companhia*, como forma de aumentar a sua base de receitas e fomentar a redução de stocks (Sousa, 2006: 107). A partir dessa data os lavradores destas três províncias apenas podiam destilar o seu próprio vinho em aguardente, usando os seus próprios alambiques.

A necessidade de fundos adicionais para o arranque de actividade destas fábricas de aguardente, aliada também à escassez de tesouraria que a *Companhia* à data atravessava, viria a estar na origem da decisão de reabrir o capital da *Companhia*, através do 2º fundo, de forma a aumentar o capital em 600 000 cruzados (Sousa, 2006: 108), o qual aliás nunca se completou, ficando por subscrever 80 000 cruzados.

Na prática o capital angariado nesse 2º fundo viria a ser utilizado para a compra de acções próprias²¹³, o que atrasou o processo de instalação das fábricas no território

²¹³ Mansilha dá conta numa carta à junta das dificuldades de liquidez que a *Companhia* passou nesses tempos, pois após um momento de optimismo inicial, em que parecia não haver interessados na venda de acções à *Companhia*, os mesmos apareceram, por vezes com quantidades significativas de acções, e muito bem apadrinhados nas suas intenções”.

“No meyo da agitação, em que V S^{as} me podem supôr, por conta dos presentes negocios, sucede outro, que me não inquietou menos. O D^{or} Dez^{or} João Fernandes de Oliveira que hé sócio da nossa *Companhia* com 50 Accoens, comprou aos Padres Cruzios o Mosteiro de Grijó, e sua quinta, e terras, pela quantia de cem mil cruzados: O Snr Cardeal Inquizidor Geral, a cujo cargo estam as dependencias dos ditos Religiozos, vai empregando estes, e Outros semelhantes produtos dos Mosteiros vendidos, em Obras de Cazas nesta Corte, para Rendimento da Sustentação dos mesmos Religiozos em Mafra; e prezentemente se comprou, para o dito efeito, meya face do Rocio, onde antigamente estava o Hospital Real; e aqui se vam fazendo huma prodigioza quantidade de moradas de cazas.

O dito D^{or} João Fernandes de Oliveira, para o pagamento dos cem mil cruzados, ofereceu a S Em^a trinta Apolices da nossa *Companhia*, as quaes sam do segundo fundo. O Sn^r Cardeal na prezença do Ex^{mo} Sn^r Secretario de Estado Jozé de Seabra e Sylva me atacou fortemente para que houvesse de alcançar de V S^{as} a compra das dittas trinta Apolices, e isto com tal tal velocidade, que queria fizesse toda a diligencia por lhe passar logo todo o importe dellas. Eu me desculpei com toddas aquellas razoes, que VS^{as} podem supor, e não refiro por me não achar em Estado de mais escriptos. O Snr Seabra em vez de me ajudar nas escuzas entrou tambem a empenharse no mesmo negocio por parte do Snr Cardeal; acrescentando que isto tambem era do agrado do Ex^{mo} Snr Marquez de Pombal, a quem se tinha participado; e disse mais = Que quantidade de dinheiro era aquella, que não podesse descobrir hum Procurador de huma *Companhia* tão abonada, e authorizada!

Depois de varios colloquios vendo eu, por huma parte, que isto de obras, especialmente no Rocio, hé couza, de que tanto S Mag^e, como o nosso Ministerio Regio, tem summa complacencia, desejando muito verem concluída esta nobre praça; e por outra, que a nossa *Companhia*, tendo adquirido aqui hum inexplicavel credito pelo inimitável projecto do Edital, ficaria menos airoza no conceito das pessoas, a quem mais deve agradar, e ter propicias; resolvime a convir na proposta; Convencendome, que se V S^{as} se vissem neste aperto, resolveriam o mesmo.

Nesta conformidade aceitei as trinta Apolices com as Cessoens feitas pelo ditto Doutor, na forma do Estyllo, e com Procuração do mesmo, feita ao Snr Vice Provedor Manoel de Figueirôa Pinto, em que convieram os ditos Snres; e logo depois procurei 2:400\$000 reis, que lhe dei no outro dia com promessa de remetter as Apolices a V S^{as}, e avizarlhes todo este facto, para que assim o houvessem por bem, e



do exclusivo. Sousa (2006: 109) dá conta que em 1773 não existiam ainda fábricas que servissem, por exemplo, as zonas da Guarda, Fundão, Trancoso e outros concelhos da Beira Alta, motivando a decisão de relaxar o exclusivo da *Companhia*, até ao estabelecimento de fábricas naqueles locais.

Em 1784, de acordo com os mapas preparados aquando do exame realizado por Luís Pinto de Sousa Coutinho, existiam 14 fábricas estáveis e uma fábrica volante na Província de Trás-os-Montes, 10 fábricas estáveis na Beira e cinco fábricas estáveis e quatro volantes no Minho, totalizando nestas três províncias 54 alambiques em funcionamento²¹⁴.

O exclusivo da *Companhia* na aguardente viria a ser reduzido por resolução régia de 1782 “à cidade do Porto e quatro léguas em redor; no Alto Douro, aos terrenos demarcados para o vinho de embarque e meia légua em redondo das suas balizas. Os lavradores, a partir de então, dispunham livremente da sua aguardente, vendendo-a por ajuste à *Companhia*, que a mandava provar. Caso o não quisessem fazer, podiam vendê-la para o Reino, fora da região exclusiva daquela” (Sousa, 2006: 109).

Para administrarem as fábricas maiores a *Companhia* designava “inspectores” e para as menores “comissários”, uns e outros por sua vez coadjuvados por feitores.

sacassem letra sobre as companhias desta Corte, que eu tinha dito, supunha lhes deveriam alguns dinheiros: Este modo aceitou o dito Snr Cardeal, prometendo fazer a cobrança, visto não ter eu cá este dinheiro, nem Paulo Jorge, a quem me fizeram ir falar, e elle se disculpou, que o não tinha.

Estando isto assim contratado, succedeu no outro dia, dizer Paulo Jorge a hum creado grave do Snr Cardeal, que lhe chegaram huns conhecimentos de V S^{as} de certa quantia de dinheiro, que podia suprir o pagamento. Não gostei muito disto por me parecer melhor o primeiro projecto, e por haver accazião oportuna de cobrar, o que deve a sempre vagaroza Companhia de Pernambuco. E como a este tempo já estava de cama, a ella me mandou perseguir o Snr Cardeal pelo seu gentil homem, parq que houvesse isto por bem. O mesmo Paulo Jorge tambem aqui me procurou com este refresco, e por fim dei o meu consentimento a tudo.

Pelo que ahi remetto as trinta Apolices, e a Procuração: Ellas sam do Segundo Fundo, e importam em = 13:780\$800 reis: Este negocio bom hé, porque além de serem do Segundo Fundo, cuja compra faz mais conta; sendo vendidas, e pagas antes do primeiro de Janeiro, deixam os Lucros de settecentos e tantos mil reis, a favor da nossa Companhia: Porem a accazião hé terrível pelas circunstancias que sabemos; mas paciência, que estes sam os lances, em que não há remedio se não investir a praça; porque de outra forma ficaria menos airoza a nossa Companhia. Isto hé o que posso informar a V S^{as}....”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 12 de 17, carta de 13.12.1771, fl. 120-121).

²¹⁴ AHOP, Ministério do Reino MR 35 "Negócios da Companhia...", mapa n.º 8, *Rellação das Fabricas das Agoas ardentes das tres Provincias do Norte*.



Nos termos legais, as aguardentes passaram a adoptar uma de três classificações, tendo em conta a sua qualidade, correspondendo a cada uma das classificações um determinado preço máximo de venda²¹⁵.

Para além destes três negócios principais, vinho de embarque, de ramo e aguardente, a *Companhia* negociava outros géneros relacionados com o vinho, tais como vinagre, cascos de pipa e materiais para a fabricação das mesmas, tais como arcos de ferro e aduelas.

Embora com menos assiduidade e expressão, a *Companhia* também se envolveu na importação e comércio de cereais e na exportação de conservas de peixe e de outros géneros. Este comércio estava relacionado com iniciativas concertadas com o Estado para promover o comércio com outros países, como foi o caso da Rússia²¹⁶.

As obrigações contratuais da *Companhia*

Durante o período analisado a *Companhia* desempenhou funções importantes de regulação e disciplina do sector, tanto na produção como no comércio, detendo poderes regulamentares, de polícia administrativa e um “poder sancionatório qualificado”, aplicando quando necessário multas, decretando confisco e outras penas estabelecidas nos seus estatutos e legislação posterior (Sousa, 2006: 90).

O exercício destas funções de tutela tinham na sua génese a natureza de utilidade pública que justificava os exclusivos que lhe foram concedidos (Sousa, 2006: 114). Passavam naturalmente pelo controlo quantitativo e qualitativo dos vinhos mas, como veremos, estendiam-se a muitas outras iniciativas que visavam a sustentabilidade do sector, exigindo a manutenção de um quadro de pessoal com competências muito diversificadas, para além de outras despesas.

²¹⁵ Em 1760 os preços máximos para a Aguardente fina, também conhecida como de prova de azeite ou escada, ou de primeira qualidade, era 87 000 réis por pipa; a aguardente de segunda, ou de prova redonda tinha como preço máximo 65 000 réis; as aguardentes de terceira qualidade, apenas destinadas às tabernas, eram vendidas pelo máximo de 47 000 réis (Sousa, 2006: 107).

²¹⁶ Com efeito Portugal assinou em 1787 um tratado com a Rússia, que foi depois ratificado em 1798. Na viragem do século XVIII para o século XIX, a Rússia era o segundo maior fornecedor de Portugal, logo depois da Inglaterra. A *Companhia* aproveitou as facilidades desse tratado para activamente promover a venda de vinhos para os portos da Rússia e do Báltico, trazendo de volta géneros que também comercializava (Sousa, 2006: 114).

A *Companhia* abriu em 1791 uma fábrica de verguinha e de arcos de ferro, em Entre-os-Rios, de modo a prover as necessidades de produção de pipas e tonéis. Tratando-se da primeira fábrica do género em Portugal, a *Companhia* mandou estagiar na Rússia o técnico responsável pela mesma. (Sousa, 2006: 114).



A operacionalização de regras promotoras de estabilidade dos preços era uma tarefa muito importante mas difícil, dada a extensão da região demarcada e dadas as naturais variações quantitativas e qualitativas das colheitas. A *Companhia* tinha que recolher um grande volume de informações de forma a - em conjunto com o governo - decidir o que era mais conveniente para não permitir, ou pelo menos não facilitar, grandes oscilações dos preços.

A *Companhia* tinha também obrigações de controlo da qualidade do vinho. Para tal publicava e lembrava amiúde aos lavradores as leis contra a introdução de outros vinhos na região demarcada e contra a adulteração do vinho, tais como a plantação e utilização de baga de sabugueiro, a utilização de adubo, campeche, caparrosa, folheto de uva tinta, mistura de uvas brancas e pretas, etc. (Sousa, 2006: 93)²¹⁷.

Tendo em vista a protecção das esquadras de navios que saíam do Porto, surgiu a ideia de construir duas fragatas de guerra, em 1761. A *Companhia* tratou de supervisionar essa construção, arrecadando também um imposto destinado a tal objectivo (Sousa, 2006: 113)²¹⁸.

A *Companhia* serviu também como “banco do Douro e banco do Estado” (Sousa, 2006: 119), emprestando dinheiro ao juro máximo de 3% anual, aos lavradores que dele precisassem para prover o granjeio e a colheita dos vinhos. O limite quantitativo destes empréstimos era a metade do valor estimado dos vinhos que o lavrador costumava recolher. Como esta taxa de juro era de facto muito baixa, na prática o que se verificou é que uma grande parte dos empréstimos foi atribuída

²¹⁷ Com o objectivo de controlar a quantidade e qualidade dos vinhos, aguardentes e vinagres exportados, a *Companhia* podia nomear “inspectores das fazendas do arco para todas as alfândegas do Reino (alvará de 16 de Dezembro de 1760). No século XVIII só nomeou um inspector para a alfândega do Porto, que todos os meses apresentava à Junta uma relação dos vinhos, aguardentes e vinagres exportados e importados; mas, nos inícios do século XIX, passou a ter inspectores nas alfândegas de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz” (Sousa, 2006: 97).

²¹⁸ Analisamos as contas referentes às contribuições arrecadadas e respectivo uso das mesmas no ano de 1762, ficando muito claro o papel instrumental desempenhado pela *Companhia*, que de facto arrecadou as contribuições definidas, supervisionou a construção das ditas embarcações e financiou com a sua tesouraria a insuficiência das ditas arrecadações, constituindo isso um crédito da *Companhia* sobre o cofre da contribuição, ou seja não entrando estas duas fragatas verdadeiramente dentro do património representado na contabilidade da *Companhia*. Neste ano de 1762 as receitas arrecadadas foram de 32 419\$936 réis, acrescendo mais 11 251\$614 réis até 30 de Junho de 1763. As despesas nesse ano e meio foram 53 785\$250 o que levava a “acharse prezentemente empenhado o cofre da contribuição em 10 113\$700 réis”. (AHOP, Ministério do Reino, MR 35 “Negócios da Companhia...”, *Contas do Cofre da Contribuição dos 2 por cento p.^a a construção das Fragatas de Guerra*).



arbitrariamente pelas sucessivas direcções da *Companhia* a pessoas da sua relação, em detrimento dos pequenos lavradores, em teoria os mais necessitados²¹⁹.

Em 1773 a *Companhia* foi chamada a participar no capital da Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve, cujo objecto era completamente estranho ao seu, de forma a agradar o Marquês de Pombal, tendo nomeado um comissário seu para acompanhar esse negócio²²⁰.

A *Companhia* ficou também encarregue de empreender obras no leito do rio Douro e nas estradas da região, de forma a melhorar a circulação terrestre e fluvial. Para tal arrecadava e gastava em nome do governo, impostos que incidiam sobre o vinho, a aguardente e os vinagres²²¹.

A *Companhia* tratou de destruir pesqueiras e nasceiros que dificultavam a navegação, abriu cais no rio Douro e destruiu muitas rochas no seu leito até à fronteira com Espanha, tendo ficado célebre a destruição do Cachão da Valeira, obra que durou de 1780 a 1792, com trabalhos complementares até 1811. Empreendeu obras na barra do Douro e supervisionou a construção de muitas estradas, incluindo a marginal do Porto (Sousa, 2006: 114).

A *Companhia* também foi responsável pelo estabelecimento da Aula de Náutica, em 1762, que foi a primeira escola de ensino superior público da cidade e que se destinava a preparar os oficiais que iriam servir nas duas fragatas de guerra que atrás mencionamos. Em 1779, igualmente por iniciativa da *Companhia*, criou-se a Aula de Debuxo e Desenho, visando ministrar o curso de pilotagem, mas preparando, também, os jovens para o comércio e indústria (Sousa, 2006: 119)²²². A Academia da Marinha foi também tutelada pela *Companhia*, que pagava as despesas da mesma, em conjugação com a Câmara do Porto, esta pelo menos em teoria²²³.

²¹⁹ A título de exemplo, um dos contemplados com estes empréstimos a juros baixos foi João Pacheco Pereira de Vasconcelos, que no seu tempo era o homem mais rico do Douro (Marcos, 1997: 355).

²²⁰ Construíram-se no Algarve instalações de raiz para armazenagem e 48 barcas. O negócio provou ser ruinoso e a *Companhia* perdeu o dinheiro investido. Em 1777 apenas subsistiam 10 das ditas 48 barcas construídas (Sousa, 2006: 113). Ver também sobre este assunto (Sousa e Pereira, 2008: 78).

²²¹ Ver sobre este assunto Sousa *et al* (2004).

²²² Em 1803 a Academia Real da Marinha e Comércio aglutinou a Aula de Náutica e a Aula de Debuxo e Desenho, fornecendo cursos preparatórios, instrução industrial e de exercícios de manobras navais. Em 1837 veio a transformar-se em Academia Politécnica e mais tarde na Universidade do Porto (Sousa, 2006: 119).

²²³ Sousa (2006: 173) dá conta que em 1822 a Câmara do Porto devia à *Companhia* 18.5 contos de réis de anos atrasados.



Em 1803 foi também por iniciativa da *Companhia* que se inaugurou a Aula do Comércio do Porto, com características relativamente semelhantes às da Aula de Comércio de Lisboa²²⁴.

A pedido do Estado, a *Companhia* contribuiu ou adiantou verbas, várias vezes, a favor do resgate de cativos portugueses em Argel e do estabelecimento da paz com as regências de Argel e Tunes (Sousa, 2006: 114). Efectuou também empréstimos ao Estado “forçados ou sugeridos” (Sousa, 2006: 119)²²⁵ e substituiu-se a este no pagamento de verbas em momentos de necessidade, como aconteceu nas invasões francesas, na regularização dos salários aos diplomatas em Londres e São Petersburgo, etc. (Sousa, 2006: 119).

A *Companhia* também estabeleceu na Foz do Douro, em 1828, o primeiro estabelecimento de socorros a naufragos em Portugal, a Casa de Asilo dos Naufragados, que passou a estar sob sua inspecção, sendo pagas as despesas da mesma pelo cofre das obras da barra do Porto; as despesas efectuadas com a construção do salva-vidas e equipamento foram suportadas pela *Companhia*, a qual mandou ainda construir, na fábrica de Crestuma, o canhão e projecteis destinados a levar as cordas até aos navios em perigo, para retirar as pessoas (Sousa, 2006: 114).

Adquiriu quatro bombas de incêndio, em 1784, que custaram 690 000 réis, ficando ademais os 95 propostos ou taberneiros da cidade do Porto obrigados a acorrer com os baldes que a *Companhia* também lhes distribuiu, sempre e quando tocasse a fogo, obrigação que cumpriram até 1834 (Sousa, 2006: 114).

²²⁴ Ver sobre este assunto Gonçalves (2011: 143).

²²⁵ Ver também sobre este assunto Sousa e Pereira (2008, 86-87) que dão conta de uma aceitação pela *Companhia* em 1820 de 400 letras em proveito do tesouro público, no valor de 400 contos e que originou uma situação de déficit na *Companhia*, só suprida por um empréstimo desta junto do cofre do depósito público da cidade do Porto no valor de 60 contos, para além dos 50 contos que já havia pedido emprestado.

Sobre a prática generalizada de empréstimos por parte das companhias privilegiadas europeias aos seus Estados, ou mesmo à pessoa do seu monarca, no contexto da estratégia de aquisição ou renovação de privilégios, vide também Anderson e Tollison (1986: 564).



5.3. A organização da *Companhia*

Nos termos dos Estatutos da *Companhia*, em teoria eram os accionistas que nomeavam entre os seus pares os membros das juntas e a estes competia a condução dos negócios da *Companhia* por um determinado período, cabendo à Coroa o papel de protecção e vigilância dos privilégios concedidos, de esclarecimento de dúvidas relacionadas com a interpretação das leis da *Companhia* e a aprovação de inovações ou alterações aos mesmos.

Na prática, o papel da Coroa enquanto condutora das matérias principais da *Companhia* excedia largamente as competências acima enumeradas, principalmente nas seguintes matérias:

1. O tempo de eleição das juntas e a duração dos seus mandatos;
2. A nomeação de pessoas para certos ofícios da *Companhia*, não necessariamente directivos²²⁶;
3. A determinação das quantidades e valores de certas compras de vinhos no Douro;
4. A prossecução, em alguns momentos, de vendas em condições diferentes das habituais, designadamente para Inglaterra;
5. O tempo da saída das embarcações para os diferentes portos do Brasil;
6. A determinação do melhor momento para cobrar, ou adiar a cobrança, de certas dívidas;
7. A facilitação do acesso de certas pessoas à subscrição de acções da *Companhia*;
8. A chamada da *Companhia* para negócios estranhos ao seu objecto de negócio.

²²⁶ Observe-se nesta carta de Mansilha à junta a influência que a opinião de Pombal tinha como orientadora dos votos dos demais accionistas “.... Hontem tendo a honra de falarlhe,” (referência a Pombal) “e não podendo concluirse coisa alguma, por conta dos imensos embaraços; me ordenou o mesmo Snr, avisasse a VM^{ces}, que transferissem a segunda oitava do Natal, a Eleição de nova Meza; porque neste meyo tempo se recolhia à Corte, e me daria as instruções do que se devia obrar. Parece-me que por estes quatro dias chegará S Ex^a, e logo cuidarei em procurar as suas insinuaçoens, fazendo hum Proprio para dirigilas a VM^{ces}, a tempo que se possa fazerse tudo com o devido acerto; e pelo mesmo escreverei aos meus Parentes, e amigos, para q vottem da mesma sorte, que vottar a Il^{ma} e Ex^a Sn^{ra} Condeça de Oeiras, e a Il^{ma} e Ex^a Sn^{ra} D. Maria Francisca de Daun, sua filha, e não a Ilma e Exa Snra Condeça de S Payo, que não he socia, como por inadvertência se Estampou nas pautas, devendo emendarse o asento em todas as partes que for precizo”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 3 de 17, carta de 04.12.1762, fl 99).



Claramente a *Companhia* era uma peça relevante na diplomacia económica portuguesa, beneficiando de informações privilegiadas, mas sendo também peão nesse jogo.

5.3.1. A influência do Rei e da hierarquia do Estado

De acordo com a tradição das companhias privilegiadas francesas, o Rei desempenhava nas companhias portuguesas um papel importante, constituindo em termos simbólicos o seu último protector e juiz e em termos mais pragmáticos o decisor de referência em casos relacionados com o esclarecimento de normas, conflitos com accionistas, nomeação de oficiais para certas funções, etc.

O Rei tinha desde logo o poder de renovar, ou não, o alvará da *Companhia*, no término do mesmo. Competia-lhe igualmente confirmar os nomes dos membros das juntas e dos funcionários principais, teoricamente sob proposta dos accionistas e das juntas, respectivamente, embora na prática o próprio Rei, ou membros do seu governo, tivessem uma palavra muito importante na insinuação de pessoas para essas posições²²⁷.

Ao Rei competia também esclarecer, mediante consultas que lhe eram dirigidas, dúvidas relacionadas com a interpretação das normas estatutárias das companhias. Por norma o processo desencadeava-se da seguinte forma. Perante um assunto importante e que necessitasse de decisão, as juntas – não os accionistas, note-se – preparavam consultas dirigidas ao Rei, frequentemente acompanhadas de uma proposta de projectos normativos, quando fosse o caso. O Rei inspeccionava e decidia sob a forma de resolução régia, que era convertida em Alvará se o assunto tivesse importância para tal (Marcos, 1997: 420).

O Rei funcionava finalmente como o último recurso para decisões que envolviam a clarificação, defesa ou inovação dos privilégios concedidos à *Companhia*,

²²⁷ Veja-se por exemplo o caso relatado numa carta de 13 de Agosto de 1802: “He o Principe Regente Nosso Senhor servido por Avizo de V Ex^a de 13 do immediato Julho, mandar declarar a esta Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que seria muito do seu Real agrado fosse attendido o requerimento junto do Capitão Dominique Franciosi na forma que requer. Pretende o supplicante ser provido no mesmo emprego que nesta Cidade exercia o Cavalheiro Mermontein relativo à nossa Companhia...”. (AHOP, Ministério do Reino, MR 35 “Negócios da Companhia...”, Carta de 13 de Agosto de 1802 dirigida ao Visconde de Balsemão, relativa ao Capitão Dominique Franciosi).



sendo também a entidade a quem podiam recorrer os accionistas, em caso de contenda grave com as juntas.

Abaixo do Rei, os assuntos da *Companhia* eram acompanhados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. O papel dos secretários de Estado, entre os quais o Marquês de Pombal, era portanto importante. O encaminhamento das consultas ao Rei passava por eles. Os Secretários de Estado podiam de resto e de forma autónoma emitir avisos. O Marquês de Pombal utilizava bastante este expediente para sugerir a materialização de preceitos nas companhias, através de consultas que transformavam as suas ‘sugestões’ em pedidos formais ao Rei, que seguidamente os outorgava (Marcos, 425-427)²²⁸. Formalmente era sempre o Rei que assinava os Alvarás e as resoluções régias, por sua iniciativa, ou em resposta a consultas formais das juntas²²⁹.

A título remediativo, o Rei podia também lançar devassas e exames, que eram uma espécie de auditoria às contas e aos negócios das companhias. Estas tinham quase sempre origem em rumores sobre o crédito das companhias, ou queixas relacionadas com irregularidades ou actos de má gestão praticados.

O Rei podia ainda exercer acção disciplinar sobre os membros das juntas, no caso por exemplo de haver faltas sucessivas e injustificadas por parte dos deputados ou do provedor (Marcos, 1997: 722).

²²⁸ Veja-se a forma como Mansilha instrui a junta sobre a forma de fazer um determinado pedido de providências a Pombal, as quais já estavam por este decididas:

“Tendo a honra de falar a S Exa, lhe ponderei o quanto fora estimada a Ley sobre o valor das Apolices das Companhias; e o mesmo Snr me ordenou duas coisas. A primeira que no cazo de lá serem precisas mais copias desta Ley, e querendo VM^{ces} faze-las ahi imprimir, o fizessem, porque facultava essa licença. A segunda ordem foi, que avizase à Junta fizesse nova Consulta sobre o cazo de Martinho Afonço para se definir. Na qual se pedise unicamente, o remédio para a vexação feita, ou que se possa fazer a qualquer Accionista, cujas Apolices sejam de dinheiro tomado a juro em cofres dos Orfaons, ou em outros...” (Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 7 de 17, carta de 02.08.1766, fl 96).

²²⁹ Pombal foi especialmente cauteloso durante o seu ministério no seguimento deste preceito. Tirou dividendos disso quando caiu em desgraça no Reinado de D. Maria I, como refere Ratton (1920: 150): “O Desembargador França, que fazia de Juiz no processo deste Ministro, e com que tive alguma familiaridade, me seguiu, que não fora possível achar, entre muitos quisitos do interrogatorio, hum só a que não respondesse com promptidão, e acerto; e não citasse documentos, que averiguados mostravão, que elle nada fazia senão por ordem do Soberano”.



5.3.2. Os accionistas

Fora a participação nas eleições, os accionistas – vistos nessa qualidade - não eram tidos nem achados em praticamente nada que tivesse que ver com o governo da *Companhia*²³⁰.

Era assim na *Companhia* duriense, como o era também em todas as demais companhias pombalinas (Marcos, 1997: 590)²³¹, de acordo com a tradição seguida pelas companhias da Europa continental. As juntas respondiam directamente ao Rei, o qual lhes remetia as suas ordens, numa “construção jurídica erguida a pensar nas sociedades privilegiadas por acções como serventuárias da política oficial” (Marcos, 1997: 690).

Os accionistas tinham em todo o caso acesso ao Rei. Como anteriormente mencionado, podiam apresentar-lhe problemas, tipicamente relacionados com os seus direitos sociais. O monarca fazia baixar estes requerimentos às juntas, tipicamente através de um aviso, que era respondido através de uma consulta. O accionista obtinha depois a sua resposta da mão do monarca (Marcos, 1997: 600-601).

No que concerne às eleições das juntas, os accionistas, consoante o número de acções que detivessem²³², tinham direito a participar nas mesmas, sozinhos ou coligados (Marcos, 1997: 687)²³³. Estatutariamente aliás, o provedor e os deputados eleitos saíam sempre de entre os maiores accionistas.

²³⁰ Veja-se este testemunho de Ratton (1920: 172): “... a Companhia foi instituída, mas por humprazo determinado de annos, o qual a instâncias de sua junta administrativa, e habilitade de seus agentes junto ao Governo, se foi por vezes renovando, sem que nisso intervissem os votos dos accionistas, nem se tomassem aquelles dos lavradores, não obstante os clamores dos comerciantes do genero pelos vexames, que experimentarão da parte daquela junta administrativa, cujos membros se poderão perpetuar, contra o plano da instituição, e interesses dos mais accionistas”.

²³¹ Na Companhia de Pernambuco e Paraíba e apenas nessa, os accionistas, qualquer que fosse a sua participação, tinham o direito de apresentar propostas, oralmente ou por escrito ao provedor da junta ou aos intendentess das direcções. As mesmas eram depois encaminhadas para decisão pelas juntas (Marcos, 1997: 593-594).

²³² A cedência de direitos de voto, através da alienação por curtos espaços de tempo de acções excedentárias, para dessa forma condicionar as eleições, perverteu por vezes a intenção do legislador. Em 1781, na ressaca de um episódio deste tipo vivido na Companhia de Grão-Pará e Maranhão, o Rei interveio, alertando os accionistas para não repetirem a façanha (Marcos, 1997: 593).

²³³ Seguindo instruções de Pombal, a *Companhia* seguiu na substância e na forma o procedimento da Companhia do Pará e Maranhão: Vide o que a este respeito testemunha Mansilha: “...Pello que toca à Seg^{da} carta de VM^{ces}, vi q^{to} nella me determinavão, e depois de entregar a q VM^{ces} remetião p^a S Ex^a, foi preciso haver a demora de alguns dias, p^a q o d^o Sn^r me desse alguma rezolução. Com efeito foi o dito Sn^r servido ordenarme, que logo fizesse voltar o Proprio, e da sua p^{te} remetesse a VM^{ces} esse papel incluzo, q he o preambulo p^a a eleição, que nesta semana se faz da nova Meza, da Junta do Pará; e ordena d^o Sn^r, q à imitação da referida copia, mandem VM^{ces} logo logo imprimir outras tantas q^{tos} forem os Accionistas, dessa Comp^a, de sorte q a cada hum dos ditos Accionistas possão VM^{ces} mandar hua das referidas copias, p^a que elles comprehendão o modo de votar na Eleição próxima dessa Junta.



O Rei e subsidiariamente o seu secretário de Estado, detinham no entanto a última palavra. Podia vetar e sugerir nomes e mudar os tempos dos mandatos²³⁴. Mesmo quando não personalizavam escolhas, o que aconteceu muitas vezes, podiam genericamente orientar as eleições em determinados sentidos, ao decidir por exemplo que as juntas da *Companhia* deveriam sempre integrar duas ou três pessoas principais entre os accionistas, o que traduzindo equivale a dizer membros da nobreza (Marcos, 1997: 628).

E p^a declarar a VM^{ces} alguma duvida q lhes possa ocorrer a resp^o da referida Copia, devo dizerhes 1^o = que nesta eleição votão, não só os homens, mas também todas as m^{ers}, q tiverem as acções q pella Instituição Constituem voto q sabem VM^{ces} bastão serem tres = 2^o = Que os dois asterismos significão os Accionistas, q podem servir na Junta como Prov^{ors} e Dep^{os}, e como sendo estes Ministros, ou Militares, não podem assistir na Junta, pella ocup^{am} dos seus officios; por isso / ainda q os d^{os} tenham dez acções / não devem VM^{ces} porlhe dois asterismos, só sim hum, p^a denotar, q tem voto. E o mesmo se entende com as M^{ers}, ainda que tenham dez acções, e dahi p^a sima, pois também não podem administrar. Os accionistas, q não chegão a ter tres acções, não levão asterismo algum, porem podem votar unindose a outros, q juntos constituão tres acções, q he o que basta na nossa Comp^a, sendo requizito o n^{ro} de sinco, na do Pará.”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 1 de 17, carta de 11.12.1757, fl 117).

²³⁴ Veja-se este exemplo de muitos que se podem extrair das cartas de Frei João de Mansilha:

“Pela carta que recebi na data de 2 do corrente Dezembro, fiquei na intelligencia de que VM^{ces} tinham obrado a respeito da eleição da Junta Nova, fixando-a para 15 do d.^o mez. E pela carta da data de 11 do mesmo, também fiquei certo, que transferirão a data da Eleição para a segunda Oitava do Natal proximo, tudo na forma das insinuações de S Ex^a, que participei a VM^{ces}.

Como os embaraços do d.^o Snr no presente mez tem sido extraordinários, da mesma forma o foi a minha perplexidade sobre esta materia, de sorte, que ponderando por huma parte, que as gravíssimas occupaçoens de S Ex^a o impedirão para considerar na instrucção de vottos, precisa a Il^{ma} e Ex^{ma} Snr^a Condeça, sua espoza, que não conhece a capacidade dos Accionistas, em que deve votar; e por outra a indispensavel urgência, que os Directores da nossa Companhia tem / mais que em outro algum tempo / nos mezes que decorrem, desde o S Martinho até Mayo, para cuidarem incessantemente no giro das cazas mais importantes, que fazem o objecto principal dos interesses da mesma Companhia: E que por este mesmo motivo ficava sendo o d.^o intervalo de tempo, o mais incongruo para a firmação de nova Junta, e mesmo prejudicial ao bem Commum da d.^a Companhia, como também ao interesse dos Particulares = me rezolvi / posto que sem ordem, ou insinuação alguma de VM^{ces} / a representar a S Ex^a, a incongruidade de fazerse a Eleição no referido tempo: Para o que fiz hum papel com as razoens, que me occorrerão mais terminantes, do qual remeto a VM^{ces} essa copia.

A vista do que, e de outras mais razoens, particulares, que de viva voz expuz ao mesmo Snr, rezultou, que S Ex^a foi servido dizer-me lhe parecia mais acertado fixarse daqui por diante a eleição de Nova Junta para o mez de Junho, o que para isto bastava somente huma declaração de S Mag^e, pela qual se afixasse perpetuamente a factura da referida Eleição para o d.^o mez: Nestes termos devem VM^{ces} ir continuando, o seu exercício com o mesmo acerto, prudência, e utilidade do publico, como, sem hezitação, alguma, tem até agora procedido; suspendendo totalm^{te} este negocio da Eleição, até segunda ordem de S Ex^a.”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 3 de 17, carta de ??12.1762, fl 109-111).



5.3.3. As juntas da *Companhia*

À semelhança das restantes companhias pombalinas, era à junta que formalmente pertencia o poder de gerir, dirigir e controlar o dia-a-dia da *Companhia*.

A junta da *Companhia* do Alto Douro foi inicialmente composta por um provedor, doze deputados, um secretário e seis conselheiros. Este número foi reduzido pela Provisão de 16 de Dezembro de 1760 para um provedor, um vice-provedor e sete deputados, porque se constatou que uma administração tão numerosa era pouco expedita (Marcos, 1997: 711).

O provedor e os deputados tinham que ser vassalos portugueses²³⁵, naturais ou naturalizados, residentes no Porto ou acima do Douro, e detentores de pelo menos 10 000 cruzados em acções²³⁶ (Marcos, 1997: 687). Não podiam ser clérigos, ministros judiciais ou militares no activo (Sousa, 2006: 136), mas não se lhes exigia, como no caso das Companhias das Pescarias do Algarve, de Pernambuco e Paraíba e de Grão-Pará e Maranhão que fossem todos comerciantes (Marcos, 1997: 687).

Com excepção de dois deputados que deveriam transitar da junta anterior, não eram permitidas reeleições para mandatos consecutivos²³⁷, excepto se o membro nomeado conseguisse dois terços dos votos.

O Marquês de Pombal declaradamente via com bons olhos a convivência, na mesa da administração da *Companhia* de membros da burguesia e da nobreza²³⁸,

²³⁵ Os estrangeiros podiam participar como accionistas na Companhia, e tinham o seu capital seguro mesmo em caso de guerra entre Portugal e os seus países, mas não podiam ser eleitos para as juntas (Sousa, 2006: 58). Esta segurança também existia em outros países como a Inglaterra: Carlos *et al* (1998: 330) concluiu que em 1691 o principal corrector de acções da Royal African Company inglesa, William Sheppard, as transaccionava maioritariamente em nome de judeus holandeses, seus clientes.

²³⁶ Já no caso dos Conselheiros, só se lhes pedia que fossem “homens inteligentes deste comercio” (Marcos, 1997: 693). A imposição deste capital mínimo, pelo menos em teoria, visava ajudar a reduzir os problemas de agência, entre a estrutura de governo e a estrutura accionista da Companhia. Carlos (1992: 142-143), relata formas alternativas de alinhar os interesses de accionistas e governantes, noutras companhias europeias. No caso da Royal African Company, todos os empregados eram obrigados a entregar uma garantia, com valor jurídico, que variava entre seis e dez salários e que a Companhia podia accionar constatados que fossem prejuízos por gestão danosa. Estas garantias deveriam preferencialmente ser emitidas por pessoas terceiras, sem ligação directa à Companhia.

²³⁷ “... Para cada um dos sobreditos lugares (...) de provedor, e vice-provedor, se devem nomear três pessoas para cada um dos referidos empregos, como também para os deputados, ficando sempre na Junta dois do ano precedente”. *Estatutos Particulares...*, artigo 52º.

²³⁸ “...como com grande aproveitamento se está praticando na Companhia Geral do Grão Pará e em todas as mais importantes Companhias da Europa; não será prejudicial, mas antes será muito útil que, em cada eleição, entrem, na mesa da administração dessa” (referência à *Companhia*) “nova sociedade, até duas ou três pessoas principais nos lugares de provedor e deputados, e outras tantas nos lugares de conselheiros: porque, além de que desta sorte, vendo-se a nobreza servir com os homens de negócio promíscua e



considerando a presença dos primeiros essencial e benéfica para os segundos. Neste contexto, a eleição da mesa da junta apresentava-se como uma oportunidade soberana de concretizar este desejo. No entanto, a imposição das pré-condições para a qualificação como pessoas elegíveis acima mencionadas veio a revelar-se um factor limitativo importante. Reportando-nos às eleições de Dezembro de 1779, dos 237 accionistas existentes, apenas 52 cumpriam todos os requisitos. Em Fevereiro de 1828, havendo um total de 339 accionistas, o número de elegíveis baixou para 44 (Sousa, 2006: 136)²³⁹.

Aquando da entrada dos primeiros accionistas, Frei João de Mansilha anteviu esse problema. Pese embora a sua origem fosse duriense e aí tivesse consolidado muitos contactos, Mansilha residia em Lisboa e revelou-se muito activo na angariação de accionistas na Corte. Em determinado momento, porém, sentiu necessidade de incitar os membros da junta a promoverem a *Companhia* no Porto e no Douro, dada a carestia de accionistas passíveis de nomeação para as juntas.

Podemos dizer que a composição das juntas da *Companhia*, pelo menos até ao fim do antigo regime, teve mais que ver com as decisões ou insinuações do poder real, do que propriamente com o respeito estrito dos Estatutos e a vontade da maioria accionista, como se constata pela longa lista, elencada por Sousa (2006: 130), de

indistintamente, se desterrará a irracional e prejudicialíssima preocupação de que é mecânico o comércio, que se faz em grosso pelo meio da navegação mercantil; assim se conseguirá também instruir-se útil e agradavelmente a mesma nobreza no comércio, saindo de dois em dois anos dos empregos da Companhia quatro ou cinco pessoas principais, versadas nesta importantíssima ciência, pela prática que tirarem do exercício dos seus respectivos empregos, numa administração que há-de ser a mais própria escola para se aprender o negócio, de que essencialmente depende a felicidade, não só dessas províncias, mas de todo o reino e seus domínios; felicidade que até agora não pôde conseguir algum Estado, enquanto nele não houve um competente número de homens, de todas as classes e profissões, instruídos na ciência e prática do comércio” Aviso para o desembargador Bernardo Duarte de Figueiredo, corregedor do crime, e governador da Relação e Casa do Porto, a propósito da formação da Companhia (1756) in Sousa (2006: 28).

²³⁹ O processo de eleição dos membros das juntas passava por vários passos: (i) impressão e envio aos accionistas de lista completa dos accionistas, indicando com duas estrelas aqueles habilitados aos lugares de provedor e deputados, e com uma estrela os accionistas capazes de votar de forma isolada (ii) marcação das eleições onde os accionistas habilitados a votar o faziam de forma secreta (iii) apuramento das pautas eleitorais e envio das mesmas ao monarca, indicando sempre os três nomes mais votados para provedor e vice-provedor e o número de votos recolhidos por estes (iv) recepção de instruções do monarca, que podia, ou não, aceitar os nomes e a ordem saída das pautas eleitorais. Só nesse momento os nomes da nova junta, e só esses, eram tornados públicos (Marcos, 1997: 692-709).

Pude evidenciar os resultados das eleições realizadas em 5 de Fevereiro de 1824, cumprindo os preceitos supra num documento constante em AHOP (Ministério do Reino, MR 35 “*Negócios da Companhia...*”, *Pauta das eleições realizadas em 5 de Fevereiro de 1824*).



excepções às regras de não renovação de mandatos, número mínimo de acções necessárias à condição de elegível e fixação do número de deputados e conselheiros²⁴⁰.

Por exemplo a segunda Junta, de Vicente Leme Cernache, pombalina, manteve-se em exercício dez anos, o mesmo acontecendo com a 13ª Junta, de Gaspar de Carvalho e Fonseca²⁴¹. Podemos também reter que, durante o período analisado, o número de provedores correspondeu a metade do número das juntas que a *Companhia* teve, havendo provedores com mandatos de dez e mais anos (Sousa, 2006:136). Em alguns casos a prorrogação dos mandatos foi assumida pelo Estado. Na mesma provisão de 1760 que reduzia o número de deputados da *Companhia* a sete, o Marquês de Pombal aproveitou para os nomear a todos, bem como ao provedor e ao vice-provedor. Com excepção de um deputado, todos transitavam do mandato anterior. Essa junta haveria de durar até 1771, ano em que nova junta foi novamente nomeada por Pombal, com muitas repetições de nomes²⁴². Indicava o Marquês que “se faz mais necessario que

²⁴⁰ No texto introdutório à *Informação do Estado... em 1784...*, Pereira (2000a:157) dá conta de uma outra tendência na composição das juntas; a quase ausência de representantes da lavoura duriense, traduzindo “... o reforço da dominação do Porto sobre a região produtora, a par do carácter de organismo de controlo estatal sobre um produto estratégico da economia portuguesa da época, contrariamente aos objectivos sociais de defesa dos viticultores do Douro que se anunciaram na sua formação”.

²⁴¹ Situações idênticas ocorreram nas Companhias de Grão-Pará e Maranhão (Marcos, 1997: 755).

²⁴² Isto não significa que Pombal tivesse boa opinião de todos eles. Veja-se a forma como Mansilha, ainda que de forma polida, dá conta à junta do desconforto causado em Pombal pela nomeação dos deputados pretéritos como conselheiros da nova junta, com assento nas sessões:

“Não cauzou a menor satisfação a noticia dada pelo Snr Provedor, a respeito do gosto, que receberam os Snr^{es} Deputados removidos, pela Promoção nos honoríficos lugares de Conselheiros. S Mag^e, e S Ex^a attenderam, com a justiça, que costumam, ao bem, que os mesmos Snrs Deputados tinham servido, pelo longo espaço de onze annos; Sendo esta o principal objecto das dittas Promoçoens; e por nenhum modo indigência alguma, que supozesem na nova Junta; a qual, sendo estabelecida sobre quatro sujeitos capacisimos, probos, e tão experimentados no Commercio Politico, e util, tanto em geral, como no particular da Companhia, em que antecedentemente existiam, e ficam existindo: E álem disto, unindose aos referidos quatro, outros quatros novamente eleitos, em que concorrem as mesmas essenciais pregorratvas; fica claro, que não hé da intenção de S Mag^e. e de S Ex^a, que os dittos Snr^s Conselheiros, depois de onze annos de Serviço, continuem na mesma laborioza fadiga, com prejuízo da Sua Saude, e das particulares dependencias dos seus negocios, e cazas; especialmente não havendo, como não há, aquellas cirunstancias, que na primeira Junta fizeram precisas as assistências dos conselheiros nesse tempo eleitos por cauza dos urgentes motivos, que ocorriam.

Cessando porem prezentemente, por huma parte, todas as referidas circunstancias; e por Outra, sendo expresso na § 58 dos Estatutos particulares da nossa Companhia, e assim como das outras = Que a Junta, que tomou posse acompanhará ao Provedor, e Deputados, que finalizaram o seu Exercicio, athé à porta, da caza do despacho; e voltando para a Meza delle & = O que se observa exactamente nas duas Juntas do Pará, e Pernambuco, em similhantes actos, isto mesmo se devia ahi praticar; e o que então se não fez, se deve agora obrar, tanto por ser este o Estatuto determinado; como porque, não hé justo incomodar mais aos dittos Snr^s Conselheiros, como asima acabo de dizer: Bastando tão somente, que elles sejam servidos assistir na Meza, em todos os cazos de ponderação grave, em que se necessite dos seus douts, e prudentes conselhos, para cujo efeito pode a Meza rogarlhes a sua assistência”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 13 de 17, carta de 12.01.1772, fl 27-28).



a junta que em si conthem a representação, e o governo da sobredita Companhia, seja composta de ministros de conhecida experiencia, actividade, e zelo do bem commum dos Interessados nessa corporação”²⁴³.

As decisões das juntas eram tomadas por maioria dos votos e gozavam do privilégio de execução plenária, desde que respeitassem a ordem jurídica vigente (Marcos, 1997: 688). De resto a *Companhia* dispunha de um registo da Conservatória, da qual faziam parte o conservador geral²⁴⁴, o procurador fiscal, escrivães-ajudantes e meirinho e vice-conservatórias, todos recebendo salário da *Companhia*.

A *Companhia* dispunha ainda de um procurador delegado na Corte, para nela acautelar os seus direitos. O primeiro procurador, que exerceu funções entre 1756 e 1777, foi João de Mansilha (Vieira, 2008: 61), um dos principais responsáveis pela criação da *Companhia*²⁴⁵.

Em termos teóricos e tal como nos casos das Companhias de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba, as juntas da *Companhia* deveriam reunir ordinariamente duas vezes por semana, nas tardes das terças e sextas-feiras, durando essas reuniões o tempo que as ocorrências trazidas à mesa necessitassem (Marcos, 1997: 722). Assistiam à sessão, com direito a voto, o provedor e os deputados e, sem direito a voto, o secretário, o juiz conservador e o chanceler da Relação do Porto.

Com base na análise do texto integral do primeiro livro de actas da junta, relativo às reuniões realizadas entre 21 de Maio de 1757 e 30 de Setembro de 1817, podemos observar que a cadência dessas reuniões, pelo menos as formalizadas em acta, foi bem menor do que a estabelecida, havendo registo nesse período de apenas 383 actas²⁴⁶, o que corresponde a 6,27 actas por ano.

²⁴³ No fundo e a exemplo do que sucedeu na Companhia das Índias Francesa, a partir de 1684, quando o monarca passou a nomear directamente os directores, ressuscitava-se o argumento de que em tempos graves não convinha correr o risco de más escolhas (Marcos, 1997: 712).

²⁴⁴ Que tratava de fazer cumprir as leis da Companhia, constituindo para a *Companhia* um verdadeiro privilégio de foro.

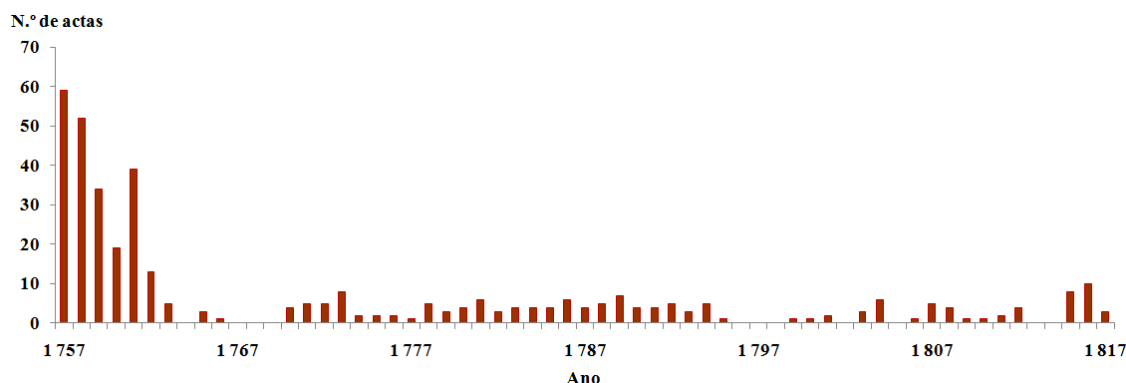
²⁴⁵ Para uma visão diferente do papel de Mansilha na *Companhia* ver Martins (1998: 94-95). Esta autora levanta a hipótese de Mansilha ter sido essencialmente um “*bouc émissaire*” ao serviço de Pombal para facilitar o diálogo com os representantes nacionais mais activos da lavoura e do comércio do vinho do Porto, casos de Beleza de Andrade, José Monteiro de Carvalho, João Pacheco Pereira e Luis Diogo de Moura Coutinho, todos eles aliás futuros accionistas e membros das juntas da Companhia.

²⁴⁶ Note-se que algumas dessas actas mais não são do que termos de posse dos caixas dos navios fretados para o comércio com o Brasil, onde se contratualizam as cargas alocadas a cada um dos mesmos, e se estabelecem os tempos das respectivas partidas, sem qualquer outro assunto discutido. Por outro lado, a acta da junta de 06 de Fevereiro de 1812 menciona uma ordem do Príncipe Regente para serem trancadas e consideradas nulas as ordens tomadas aquando da ocupação do Porto pelo exército



A distribuição destas actas da junta revela-se também bastante assimétrica, com prevalência de muito mais reuniões formalizadas nos primeiros anos de vida da *Companhia*, como se verifica no gráfico 2.

Gráfico 2: Número de actas das juntas da *Companhia* (1756-1817)



Fonte: Arquivo da CGAVAD, “*Actas das sessões da Administração*” - cota 2.2.001 lv. 1 e 14.

Denota-se nas primeiras actas analisadas algum desacerto organizativo, procurando ainda o provedor e os deputados enquadrar-se na interpretação dos seus papéis e das leis que regiam a *Companhia*²⁴⁷. Mas após o primeiro ano, as actas deixam

francês, o que levanta a hipótese de existirem actas adicionais às 383 enunciadas, mas o facto destas actas rasuradas não constarem do dito livro, nem o mesmo evidenciar sinais de mutilação parece indiciar que os membros da junta optaram por não as fazerem lavrar no mesmo.

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14 acta de 06.02.1812, fl 110 vv. e 111 ff).

²⁴⁷ Observe-se a seguinte exemplo a respeito da operacionalização de empréstimos de fundos públicos, que viabilizassem as entradas de novos accionistas:

“Ao primeiro dia do Mez de Junho de 1757 achandose em Junta os Dezembargadores Juiz Conservador, e Procurador Fiscal, O Provedor, Deputados, e Concelheiros abaixo assignados.

Nesta propoz o Dez.^r Juiz Conservador se a Menza aprovava a Resposta do Dez.^{or} que serve de Procurador Fiscal, respectiva à quantia que se havia de dar aos Accionistas que quizessem pedir nos cofres públicos dinhr.^o a juro, concurrendo m^{tos} ao mesmo tempo, e não chegando o dinhr.^o para dar a cada hum a quantia que pede? E assentou a Menza em que se seguissse a dita resposta, não se dando a cada hum, mais da quantia de dez mil cruzados, por ser esta resolução conforme ao espírito de todas as ordens de S Magd.^e que sempre pretende conseguir o bem commum de seus vassalos e ao § 44 dos Estatutos; porem ao Provedor da Junta pareceu o contrario, fundado em que o beneficio que S Magd.^e liberalizava aos seus vassalos na repartição do dinhr.^o dos cofres, se devia fazer não só respeitando o numero das pessoas; porem sim atendendo ou à necessidade ou à graduação dellas, de forma que ficasse igual em todos, atentas as d.^{as} circunstancias, e lhe parecia não encontrava o capitulo quarenta e quatro da Instituição; por quanto em primr.^o lugar hera hum indulto para a repartição do dinhr.^o posterior à dita Instituição; e em segundo porque sopunha que as Relações, que se devião extrahir para se proceder às eleições, serão tam somente para servir no conhecimento dos Accionistas, que pella sua quantidade de dês acções, se achavão hábeis para serem Deputados, deixando as mais somas em segredo, sem passar às Relações publicas. E logo pello Dezembargador Procurador Fiscal, foi requerido, que para melhor segurar a inteira execução das Ordens de S. Magd.^e, expedidas em 16 e 23 de 8br.^o do anno passado, que todas se encaminhão ao bem commum de seus vassalos, moradores nestas tres Provincias, senão devia



de revelar esses sinais, sendo raríssimos os casos de decisões tomadas sem unanimidade dos membros, excepção feita a um período de acerto de contas entre os deputados, na ressaca das invasões francesas, tendo como pano de fundo verbas da *Companhia* canalizadas para apoio aos invasores estrangeiros.

De uma forma geral e salvo as excepções pontuadas ao longo deste texto, o conteúdo substantivo das actas das juntas não é muito rico no que se refere à análise dos negócios da *Companhia*, muito menos esclarecedor do papel que os elementos contabilísticos teriam nesse contexto. Em nenhum documento se comentam, por exemplo, os resultados mensais ou anuais alcançados, ou sequer o destino a dar aos mesmos.

Entre 1758 e 1761 a *Companhia* dispôs de uma junta particular paralela, secreta, para dirigir a negociação de vinhos para a armada britânica. Essa junta era formada por apenas dois deputados. A partir de 1761 esse negócio passou a ser despachado normalmente pela junta (Sousa, 2006: 123).

As inspecções estavam divididas pelos deputados, mas qualquer um deles podia trazer à junta os assuntos que considerasse oportunos, sendo as decisões tomadas por

atender o votto do Provedor; porque alem de estar vencido por todos os contrários, não podia ser ouvido, por ser suspeito, por declarar o Dez.^{or} Juiz Conservador, que o Mestre de Campo Jozé Vicente, Pay do d.^o Provedor, pertendera tomar trinta mil cruzados antes da sublevação dos cofres públicos, e que agora depois do Restabelecim^{to} da Companhia, pertendera tomar quarenta mil cruzados a juros aonde quer que os achasse ao que o d.^o Ministro não lhe deferiu por ser contra as Ordens Regias.

Ao Deputado Jozé Pinto da Cunha pareceu o mesmo, que à Menza, porem com declaração que havendo alguma pessoa de quem a Companhia podesse receber alguma utilidade, lhe podia dar a quantidade que pedice: e reuendo o Dez.^{or} Pr.^{cor} Fiscal que declarasse que utilidade hera a que o Deputado contemplava neste cazo, dice que se houvesse hum pertendente ao d.^o dinheiro que fosse Pessoa capaz, que a Junta o pedice a S. Magd.^e para Director da Companhia, lhe parecia que devia ser excetuado da dita Resolução. E pondose logo a votos, se parecia podia ser algum dia util pedir a Magd.^e Director para a Companhia; votarão o Conservador, Provedor e Deputados unanimemente menos o Deputado Jozé Pinto da Cunha, que em nenhum cazo podia convir pedir a S. Magd.^e Director para a Companhia; porque S. Magd.^e com a sua Paternall benignidade, a tinha criado com todos os empregos, que lhe podem ser uteis; no que conveyo o o Dez.^{or} Procurador Fiscal, acrescentado que o lugar de Director, ou outro qualquer que tivesse dezigualdade das pessoas de que se compoem a Junta, lhe parecia de pernissiozimissas consequências, exposto inteiramente à Resolução de S. Magd.^e expedida pello I. M.^{mo} Ex.^{mo} S.^r Sebastião Joze de Carvalho e Mello, Secretario de Estado dos Negocios do Reyno, em 9 de Agosto do anno passado, na qual expressamente declara, que se hua vez se consentisse diferença entre as pessoas, de que se compoem a Administração da Companhia, bastaria para a ruinar hum estabelecimento, em que se enteressa tanto o serviço de D.^s e de Magd.^e, como o bem commum de seos vassallos, alem de que a criação deste lugar, hera inteiram^{te} contraria ao espírito da decizao do § 35 dos Estatutos ...”

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14 acta de 01.06.1757, fl 4, ff e vv.).



pluralidade dos votos (Sousa, 2006: 130-131). Ao Provedor, neste processo, pediam-se especiais capacidades de dinamização das decisões e busca de consensos²⁴⁸.

O número de inspecções passou de cinco para nove, ainda no século XVIII (Sousa, 2006: 133).

Ocasionalmente, um ou mais deputados podiam ser incumbidos de funções de âmbito rotativo, como por exemplo o apontamento diário dos vinhos entrados pelo rio e saída de vinhos pela barra, bem como de tarefas de carácter menos regular, como os trabalhos da demarcação e o tombo dos vinhos, ou as visitas às fábricas de aguardente (Sousa, 2006: 133).

À semelhança das restantes companhias gerais pombalinas, os membros das juntas da *Companhia* eram remunerados pelo exercício das suas funções, de acordo com determinadas percentagens do volume de negócios da *Companhia*. Em troca pedia-se-lhes total disponibilidade para o exercício do cargo e era-lhes proibido o exercício de actividades que conflituassem com os interesses da *Companhia*. Não se proibiam negócios entre membros das juntas e a própria *Companhia*, mas os mesmos ficavam sujeitos a aprovação por unanimidade dos membros da junta, na ausência do proponente²⁴⁹.

De acordo com os Estatutos gerais da *Companhia*, a remuneração dos membros da junta era calculada da seguinte forma: “Dois por cento sobre o emprego e despesas que se fizerem nas expedições da *Companhia* na cidade do Porto; dois por cento nas vendas que se fizerem nos referidos portos do Estado do Brasil e dois por cento no

²⁴⁸ No âmbito da colaboração inter-companhias promovido pelo Marquês de Pombal, atente-se no conselho citado por Marcos (1997: 724) transmitido pela Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão à recém-criada Companhia do Alto Douro: “O Provedor como cabeça da Junta deve procurar, que os negócios se decidam amigavelmente, ouvindo os fundamentos, que cada hum tem, para os approvar, ou reprovar, e procurando unir as opinioens ao que parecer mais acertado. Porem quando por este modo o não possa conseguir, deve mandar tomar os votos pelo Secretario da Junta, e pela pluralidade delles ficará decidida a questão, de que mandará Lavrar termo, que todos os Deputados devem assignar, para que assim se execute”.

²⁴⁹ Reza assim o artigo 47º dos *Estatutos particulares*... “...será proibido a todas e quaisquer pessoas da administração e serviço da Companhia o negociar occultamente com ela, assim em vinhos como em outro qualquer género, aproveitando-se para este intento das suas administrações; somente será permitido o representar em plena Junta que tem estes ou aqueles géneros para vender, os quais oferece por tais e tais preços; e passando-se a examinar os mesmos géneros, se determinará por todos os votos dados por escrutínio, assim sobre a aceitação, como sobre os preços, não estando presente a pessoa que os tiver oferecido: bem visto que, neste caso, não bastará para a aceitação dos referidos e preços deles a pluralidade de votos, mas que precisamente concorra a unanimidade deles, porque sempre se deve considerar que o voto contrário, ainda que seja único, teve razões de particular conhecimento ou notícia para entender, em sua consciência e sem paixão alguma, que a compra proposta não é de utilidade, ou que pode ser de prejuízo a esta Companhia.”



produto dos retornos e despesas na cidade do Porto; com os quais seis por cento ficará satisfeita toda administração, que pertence ao comércio, sem que a *Companhia* seja obrigada a outra alguma despesa desta natureza²⁵⁰; e só assim o será dos que lhe resultam dos ordenados dos ministros e dos mais oficiais, que hão-de compor o seu corpo político e económico, como também dos alugueres das casas, e armazéns que tudo será por conta da Companhia” (*Instituição....* artigo 18º).

Com o correr do tempo e reflexo de algum desapontamento com o negócio do Brasil, esta fórmula evoluiu, passando a acomodar as vendas de aguardente e as vendas de vinho de ramo na cidade do Porto²⁵¹. Em 1766, os vencimentos da junta apuravam-se da seguinte forma.

²⁵⁰ O provedor e os deputados não eram responsáveis por quaisquer perdas sofridas pela *Companhia* nestes negócios (Sousa e Pereira, 2008: 90).

²⁵¹ Conforme Sousa (2006: 123-124) “Esta comissão de 6% foi ampliada às aguardentes vendidas para os domínios ultramarinos, por resolução de 2 de Abril de 1776. Ao provedor e deputados cabia ainda a comissão de 1% sobre o exclusivo da venda de vinhos de ramo na cidade do Porto e três léguas em redor (mais tarde, quatro léguas).

Os deputados da junta recebiam ainda 1% dos vinhos embarcados para Lisboa, pela Companhia ou, debaixo da sua inspecção, pelos lavradores, e dos vinhos beneficiados nos armazéns, que saíam para portos estrangeiros (resolução régia de 2 de Abril de 1766).

Por resolução de 14 de Maio de 1766, tal comissão passou a ser de 2%, abrangendo todas as aguardentes vendidas no Porto ou remetidas para Lisboa e países estrangeiros, assim como os vinhos de embarque vendidos à porta dos armazéns ou exportados para Lisboa e estrangeiro.

A junta, na sequência da lei de 1772, que a encarregou da cobrança de numerosos impostos, rateava ainda, pelos seus deputados, 2% pela cobrança e entrega de direitos, subsídios e impostos ao Real Erário, por aviso de 16 de Setembro de 1773.

Registe-se, finalmente, que a junta foi aliviada, por aviso de 1 de Março de 1771, de pagar os ordenados aos oficiais ou caixeiros do corpo económico da Companhia, ficando apenas com o encargo do pagamento aos caixeiros que o provedor e os deputados empregavam a título pessoal”.



Quadro 5: Comissões da junta da *Companhia* (1766)

Valores em réis

Transacções	Base de cálculo	Percentual	Comissões ⁽¹⁾
Carregações de vinho tinto para Lisboa	15 189 577	2%	303 792
Carregações de aguardentes para Lisboa	3 914 800	2%	78 296
Carregações de produtos para o Rio de Janeiro	10 933 395	2%	218 668
Vinhos de embarque vendidos a particulares	102 687 058	2%	2 053 741
Aguardentes vendidas a particulares	36 018 032	2%	720 361
Vinho de ramo vendido	194 657 460	1%	1 946 575
Remessas de dinheiro do Brasil por conta da Companhia	36 649 386	2%	732 988
Remessas de dinheiro do Brasil de vinhos vendidos	8 615 380	2%	172 308
Vendas de vinhos em Lisboa, a particulares	n.d (2)	2%	31 614
Total			6 258 341
Despesas pagas pela junta em salários ao guarda-livros, seus ajudantes, caixeiros e miudezas			2 919 650
Total líquido			3 338 691
Repartição por cada um dos 9 membros da Junta			370 966

Fonte: Adaptado do quadro n.º 28 “*Rendimento das Comissões da Junta da Companhia, conforme resolução régia de 14 de Maio de 1766*” in Sousa (2006: 123).

Notas: (1) O cálculo apresentado por Sousa apresenta pequenas diferenças. O "Total" é inferior ao apresentado neste quadro em 4 réis. (n.d) Valor não apresentado na base de cálculo.

Em termos de importância relativa, como se pode ver pelo quadro supra, o peso maior das remunerações resultava das vendas de vinho de ramo, em especial na cidade do Porto e da venda de vinhos de embarque a particulares.

O comércio com o Brasil, que havia sido um dos motivos principais para a *Companhia*, não era, nunca foi, a maior fonte de ingressos para os membros da junta²⁵², não obstante a taxa de 6% de comissões ser claramente superior ao 1% cobrado na venda de vinhos de ramo na cidade do Porto.

5.3.4. Organização administrativa da *Companhia*

O quadro de pessoal da *Companhia*, ultrapassava as duzentas pessoas em 1780. Este número elevou-se para trezentas em 1813 e cerca de quatrocentas em 1826. Este número compreendia os ocupantes das funções acima mencionadas, bem como os

²⁵² Refletindo sobre a modesta performance da *Companhia* naquele mercado, que durante o período pombalino Sousa e Pereira (2008: 174) atribuem a vários factores: obstáculos dos anteriores agentes comerciais; concorrência dos vinhos provenientes de Lisboa e das Ilhas, mais baratos; alta dos preços dos fretes; escassez de ouro e dinheiro; diminuição do número de clientes que acompanhou a redução da actividade de mineração e a perda da colónia de Sacramento; e finalmente o contrabando de vinhos estrangeiros.



técnicos das repartições das obras das estradas e barra do Douro e os professores e funcionários da Academia da Marinha. Juntando os operários dos armazéns, tanoarias e fábrica de arcos de ferro de Crestuma, as tripulações dos barcos rabelos e carreteiros que trabalhavam para a *Companhia* e as pessoas que se ocupavam nas obras supervisionadas pela mesma, o número de pessoas ultrapassaria as 3 000 (Sousa, 2006: 82).

Trata-se de um quadro de pessoal muito grande, sem paralelo na realidade das restantes organizações portuguesas da época.

A multiplicidade dos negócios e privilégios da *Companhia*, a extensão geográfica das suas actividades, mas acima de tudo a pretensão de controlo da produção e dos fluxos de vinho e aguardente que circulavam na região demarcada exigiam uma organização inevitavelmente numerosa.

Um texto de 1791 caracteriza a organização administrativa da *Companhia* como “a mais complicada, mais dispendiosa e menos simples, que na classe comerciante se pode imaginar” (Sousa, 2006: 82), mas outros observadores contemporâneos, tal como Luís Pinto de Sousa Coutinho, em 1784, apresentam uma visão menos crítica, considerando a despesa com o pessoal razoável e defendendo até melhores salários para alguns funcionários.

Para compreender o modelo de organização interna das incumbências da *Companhia* revela-se essencial compreender o teor dos Estatutos Particulares aprovados pelo Rei em 10 de Fevereiro de 1761²⁵³.

Tratava-se de um documento secreto, apenas conhecido na globalidade pelo Provedor, vice-provedor, deputados e secretários da junta e parcialmente pelos funcionários da *Companhia*, mas apenas nos fragmentos que lhes fossem aplicáveis (Sousa: 2006, 76). O documento foi pela primeira vez editado publicamente apenas em 1820.

Formalmente os Estatutos Particulares foram concebidos como uma norma subordinada aos Estatutos Gerais²⁵⁴, estando organizados em 61 artigos, que tratavam fundamentalmente da organização da junta da *Companhia*, dos poderes e deveres do provedor e deputados e de aspectos práticos relacionados com a eleição e realização das

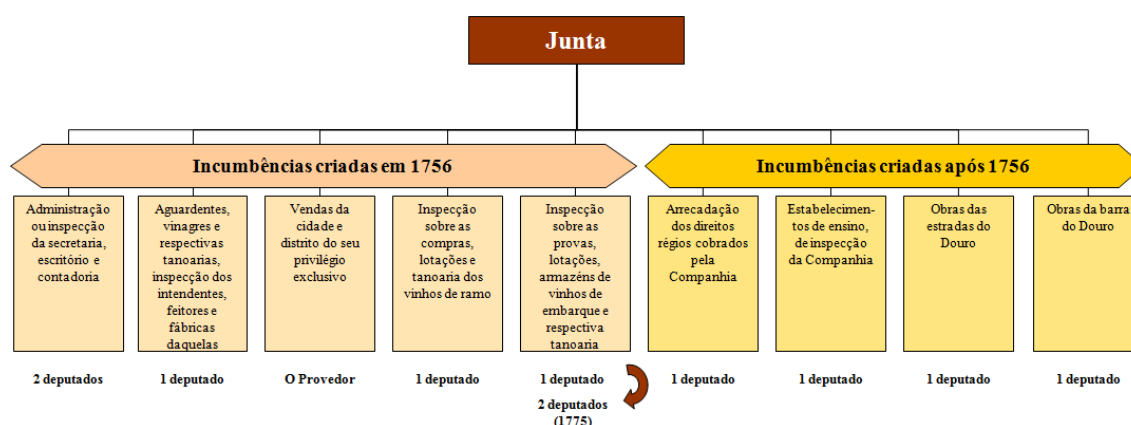
²⁵³ Importa realçar que não se conhece qualquer documento ulterior no período analisado que trate da definição da estrutura orgânica da *Companhia* (Sousa e Pereira, 2008: 69).

²⁵⁴ *Estatutos Particulares...*, artigo 1º.



sessões da mesa da junta. Tratavam também da organização dos pelouros, ou “incumbências” da *Companhia*, distribuídas pelo provedor e deputados, a saber: (i) inspecção das vendas da cidade e seu distrito (pelouro entregue ao provedor e incumbências descritas em quatro artigos dos ditos 61); (ii) inspecção das aguardentes e vinagres (um deputado, quatro artigos) (iii) inspecção sobre as provas, lotações, armazéns dos vinhos de embarque e sua respectiva tanoaria (um deputado, quatro artigos); (iv) inspecção sobre as compras, lotações e tanoarias dos vinhos de ramo (um deputado, seis artigos); e (v) inspecção da administração do escritório e contadoria (dois deputados, sete artigos). Como vimos no capítulo anterior, estas cinco incumbências seriam mais tarde desdobradas em nove.

Figura 7: As incumbências ou inspecções da *Companhia* (1756-1826)



Fonte: Adaptado de Sousa (2006: 77, 131).

No que respeita à organização da Inspecção da “administração do escritório e contadoria”, os Estatutos Particulares estabelecem como impreteríveis os seguintes 17 livros²⁵⁵:

1. Livro Mestre;
2. Diário;
3. Borradores diários para servirem em cada mês alternadamente;
4. Livro de entrada de vinhos;
5. Livro de entrada de outras fazendas;
6. Livro das despesas por entrada;

²⁵⁵ Acrescendo “todos os livros dos armazéns, que vão declarados em capítulo separado e próprio, como também os copiadores de cartas com distinção de livro para cada um porto; também na mesa da junta haverá um livro em que se escrevam os assentos pelo secretário na forma acima declarada (*Estatutos Particulares...*, artigo 37º).



7. Livro das carregações para fora;
8. Livro dos despachos de saída;
9. Livro dos pagamentos dos fretes dos navios e mais embarcações;
10. Livro das vendas;
11. Livro das entregas ou vendas aos propostos;
12. Livro das dívidas e pagamentos aos lavradores do Douro;
13. Livro de saques de letras;
14. Livro das remessas em letras;
15. Livro das despesas miúdas pertencentes à junta;
16. Livro das despesas miúdas pertencentes ao escritório e contadoria;
17. Livro de correspondência do Norte.

Os *Estatutos Particulares*, no seu artigo 44º, prevêm explicitamente a obrigatoriedade da contabilidade seguir o método das partidas dobradas. “...Aplicará o provedor um especial cuidado a que na contadoria se achem os livros em dia escriturados por partidas dobradas, conforme o ordinário estilo mercantil, e não de outra sorte”. Esta é de facto a primeira referência explícita à obrigatoriedade de utilização do método das partidas dobradas, pese embora os Estatutos Gerais da *Companhia* já lhe fizessem, como vimos, sobeja menção implícita.

Os Estatutos Particulares dão-nos outras notas sobre o uso dos livros de contabilidade que pressupõem o uso efectivo das potencialidades da digrafia, nomeadamente (i) a necessidade de extrair balanços para calcular a repartição anual dos lucros; e (ii) o desejo de obter mensalmente extractos resumos do crédito e débito da caixa para analisar em sede de junta.

Essas mesmas contas mensais parecem de facto ter existido e sido objecto de análise e aprovação pelas juntas, como resulta de diversas actas dos primeiros anos que nomeiam os deputados, em carácter rotativo, para as rever e enviar com o seu parecer à junta²⁵⁶. Passado pouco tempo estas nomeações deixam de constar nas actas, bem como qualquer sinal de revisão dessas contas pela junta²⁵⁷.

²⁵⁶ Observe-se o seguinte exemplo que trata da nomeação dos deputados responsáveis pela análise das contas referentes ao mês de Janeiro de 1760: “Aos 26 de Fevº de 1760 achandose em Junta o Provedor, Deputados e Concelheiros abaixo assignados.



A extracção de balanços para calcular a repartição anual dos lucros, resulta do artigo 43º dos Estatutos Particulares, que esclarece que o balanço em causa é o “... balanço geral” onde “não só se compreende o da caixa, como se tem determinado a respeito de cada um dos meses; mas também o de todos os mais livros e contas passadas, e resumidas no livro da razão, ou grão livro-mestre”.

A obtenção mensal de extractos resumos do crédito e débito da Caixa para analisar em sede de junta, é mencionada no artigo 41º dos Estatutos Particulares, de acordo “com o utilíssimo e impreterível costume de todas as companhias, e ainda casas de negócios do Norte”. Preconiza-se assim a extracção da dita informação, a qual deveria ser remetida à junta para ser rubricada pelo provedor e deputados, sendo em seguida guardada no cofre, “para se conferir nos meses seguintes com os subsequentes resumos”. De molde a que os ditos resumos se mostrem exactos, o mesmo artigo 41º ordena que “nem o provedor, nem algum dos deputados poderá reter papeis, contas, carregações ou conhecimentos pertencentes à *Companhia*, ainda debaixo de qualquer causa ou pretexto, por mais justificado ou aparente que seja”.

Esta preocupação pela manutenção em dia dos registos contabilísticos das operações da *Companhia* é reforçada no mesmo artigo 41º dos Estatutos Particulares, onde, invertendo a matriz hierárquica da *Companhia*, se prevê que “havendo falta na entrega dos referidos balanços ou na escritura dos livros por essa retenção dos papéis, o guarda-livros principal a fará presente na junta, onde severamente se estranhará o descuido ao deputado, ou a qualquer outra pessoa que os tiver detido”.

A extensão do procedimento de retirada dos sumários do crédito e débito da caixa às administrações da *Companhia* no Brasil é expressamente prevista no artigo 42º dos Estatutos Particulares, onde se prevê a observação da “mesma ordem e formalidade; remetendo-se as cópias” dos balanços “assinadas pelas primeiras embarcações que vierem para este reino”.

Nesta apresentação os Deputados Pedro Pedrossen da Silva e Domingos Jozé Nogueira as suas contas, as quaes se remeterão aos Deputados Francisco Martins da Luz, e Francisco Barboza dos Santos p^a as examinarem. as quaes contas são da receita e despeza do Mez de Janeiro do presente anno.

Na mesma se nomearão os Deputados João Pacheco Pr^a e Jozé Pinto da Cunha para assistirem no Escritorio o Mez de Março proximo futuro.”

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14, acta de 26.02.1760, fl 61 vv.).

²⁵⁷ A última referência a este procedimento data de 01 de Abril de 1760 e refere-se à aprovação das contas dos meses de Janeiro e Fevereiro daquele ano.

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14, acta de 01.04.1760, fls 63, ff.)



Estas provisões nunca foram observadas com a tempestividade devida, tendo a insatisfação do monarca por esta falta dado azo ao Aviso Régio de 28 de Janeiro de 1786, no qual a junta é censurada por “nunca ter cumprido os parágrafos 43º e 44º” dos Estatutos, precisamente aqueles que tratam da extracção dos balanços anuais, do tempestivo registo das operações e da apresentação mensal das contas à Junta²⁵⁸.

Ao longo do texto dos Estatutos Particulares, é notória a preocupação com a descrição e arrumação administrativa das diferentes incumbências da *Companhia*, descrevendo-se com grande minúcia as obrigações de manutenção de registos de cada uma delas e a articulação entre eles, estando no entanto omissas quaisquer referências a aspectos relacionados com a análise substantiva da informação contabilística produzida, ou mesmo a mera definição de fóruns ou momentos próprios para a análise dos ditos números, mais ricos em conteúdo do que os referidos momentos de assinatura e depósito no cofre dos balanços de caixa.

Pelo contrário, o que está bem presente nos Estatutos Particulares é a tónica de controlo a um nível aplicacional dos fluxos de dinheiro e géneros²⁵⁹ por parte dos oficiais da *Companhia* e em última análise do provedor e deputados que os tinham sobre sua alçada.

²⁵⁸ Tal como consta do texto original “Constando à Rainha Nossa Senhora ter-se preterido as suas Reais Ordens com a falta de escripturação tão[?] necessaria à Administração da Companhia, vio com estranheza a mesma senhora, o grande atrazo, em que se acham as suas contas, não bastando para desculpallo a razão, que a Junta tem dado de lhe serem tomados os livros por alguns meses, quando se procedeo a outras antecedentes averiguaçoens, por ter já passado largo tempo, para dentro delle se poder ter concluído toda a previa escripturação...” (AHOP, MR 5, *Aviso Régio de 28 de Janeiro de 1786*).

²⁵⁹ Como decorre dos seguintes exemplos: “... e, apresentando o arrais a carta assim assinada, se lhe pagará o frete, e dará descarga das pipas vazias que houver levado ao Douro, fazendo-se de tudo os competentes assentos.” (*Estatutos Particulares...*, artigo 33º).

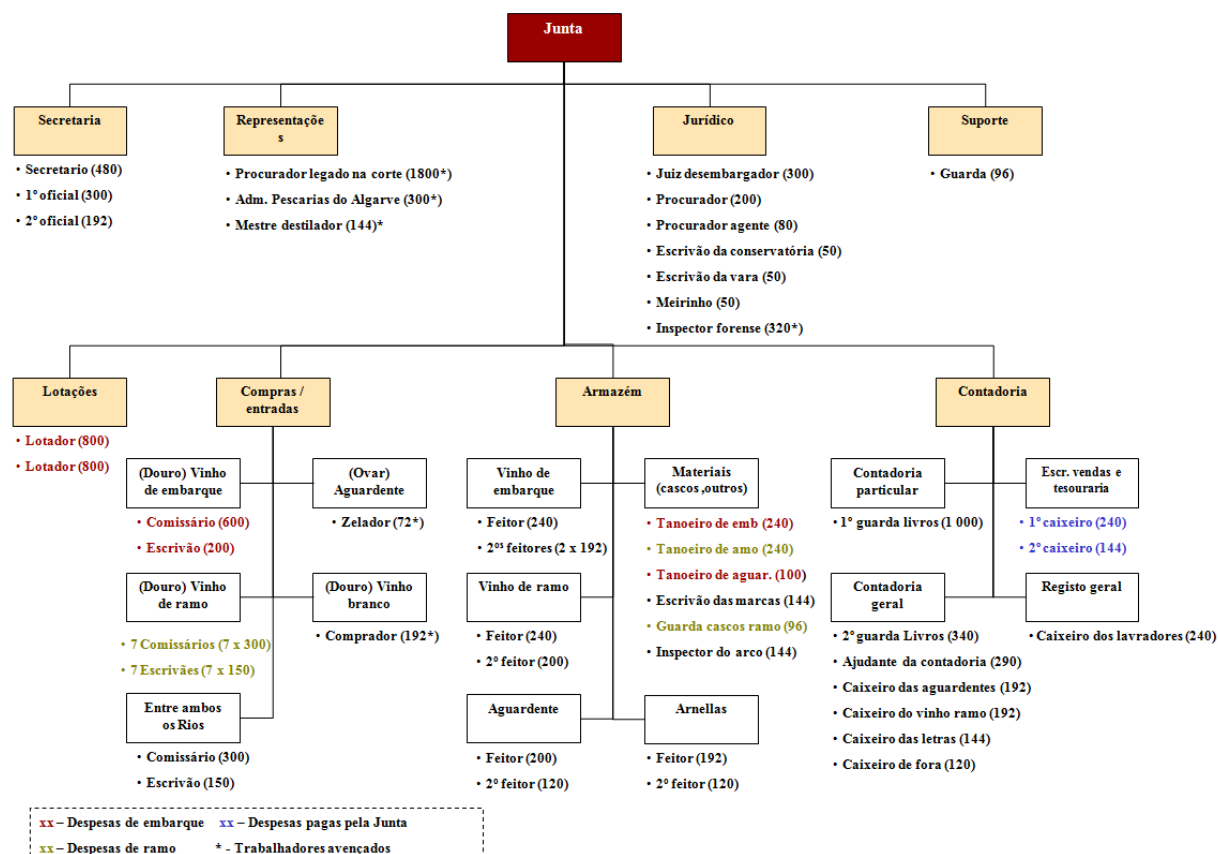
“Logo que voltarem os barcos, se lhes pedirão as mesmas cartas, as quais devem vir assinadas pelos comissários que expediram os vinhos, e pelos arrais que os receberam; constando juntamente delas o número das pipas cheias que trazem os barcos; suas qualidades e preços; os nomes dos lavradores a quem se compraram; e as suas despesas; tudo nos lugares que nas mesmas cartas costumam ficar em claro para esta escrita; e satisfeito assim, mandarão os referidos deputados fazer entrega das pipas aos armazéns competentes, cujos administradores ou feitores assinarão no lugar determinado nas mesmas cartas de como ficaram entregues: e, apresentando o arrais a carta assim assinada, se lhe pagará o frete, e dará descarga das pipas vazias que houver levado ao Douro, fazendo-se de tudo os competentes assentos.” (*Estatutos Particulares...*, artigo 33º).

“Nas manhãs de todos os dias de assistência do escritório, se farão nele pelos seus deputados distribuições dos vinhos para as vendas, carregando, no livro auxiliar que há para estas entregas, a importância dos vinhos que cada um dos propostos levar; e abonando-lhe em frente o pagamento que fizer nesse dia, o qual será sempre assinado pelos deputados; e estes, depois de ser assim cumprido, darão aos propostos os bilhetes impressos que já estão em uso que, sendo assinados por algum dos mesmos deputados; e entregues ao deputado encarregue dos armazéns respectivos, recebam por assinatura dos mesmo bilhete os vinhos que se lhe mandam entregar, e sirva o dito bilhete de descarga ao guarda do armazém donde saírem os tais vinhos.” (*Estatutos Particulares...*, artigo 34º).



Abaixo do provedor e deputados, os oficiais mais proeminentes da *Companhia* estavam organizados da seguinte forma.

Figura 8: Organigrama e salário dos principais oficiais da *Companhia* (1784)



Fonte: Elaboração própria com base em AHOC, Ministério do Reino, MR 35, "Negócios da Companhia...", Anexo 37: "Mapa dos Ordenados de Ministros, Secretario e Officiaes da Junta, Guarda Livros, Caixeiros e mais officiaes, que se achão no serviço desta Companhia, que se vencem no prez.e anno de 1784 extraído do Livro dos ordenados em g.eI".

Nota: os valores entre parêntesis correspondem aos salários anuais dos funcionários, expressos em réis.

A separação física da contadoria das demais incumbências foi acautelada em 1771²⁶⁰.

²⁶⁰ "Aos dezesete de Setembro de mil sete centos, e setenta, e hum estando em Junta o Provedor, e Deputados abaixo assignados.

Nella propos o Provedor, q tendo a Companhia necessidade de hũa caza própria, e decente para a officina da Contadoria em a qual não somente podessem rezidir os Guarda-Livros della, mas os seus ajudantes, e Escripturarios, para que todos juntos se coadjuvassem, e exercitassem os seus respectivos empregos com a facilidade, e socego, que hé indispensável em semelhantes officinas; (...) visto terem as cazas em que actualmente rezide a Companhia na sua parte interior hum terreno proprissimo não somente para se construir a dita officina da contadoria com as accomodaçoens necessarias para os sobreditos Guarda Livros, Ajudantes, e Escripturarios, mas tão bem para da mesma sorte se elevar a caza da Marinha com a comodidade para as conferencias da sua administração (...)" (Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14, acta de 17.09.1771, fls 126-127).



5.4. O sistema contabilístico da *Companhia*

5.4.1. Perímetro contabilístico

Pese embora a *Companhia* operasse vários negócios e houvesse um princípio de autonomização dos respectivos registos contabilísticos - para o vinho de ramo, para o vinho de embarque, para as aguardentes - o conceito de unicidade das contas da *Companhia* foi sempre preservado.

Quer isto dizer que os fluxos de todos estes negócios eram consolidados num conjunto de contas únicas, que davam uma imagem dos negócios da *Companhia* como um todo, nomeadamente em termos dos seus activos e passivos e resultados anuais.

A contabilização das vendas realizadas nas capitanias brasileiras, por exemplo, foi sempre registada nas contas da *Companhia* como um ‘valor a receber’ dos administradores do Brasil, tendo em conta as margens presumidas aquando da saída das embarcações do Porto, ainda que estas margens sofressem depois oscilações, quase sempre negativas, resultantes de ganhos menores ou mesmo perdas nos negócios, que só se podiam apurar com certeza depois de reportados os resultados das mesmas.

De fora deste perímetro ficavam as contas dos impostos arrecadados por conta do Estado e as contas que resultavam de alguns usos públicos desses impostos, que a *Companhia* tutelava, casos da construção das fragatas de guerra, das escolas públicas e das obras de melhoria do trânsito no rio Douro e suas margens, como a propósito destas últimas comprovam, por exemplo, as contas das obras realizadas no ano de 1780 e presentes ao primeiro-ministro da época, o Visconde de Vila Nova de Cerveira²⁶¹.

²⁶¹ Essas contas eram bem mais simples na sua concepção do que as contas da *Companhia* propriamente ditas, sendo apresentadas sob a forma de “receitas e despesas” conforme refere aquele mesmo documento. No caso concreto das contas de 1780 demonstra-se que importa “o recebimento da voluntária contribuição dos quarenta réis por pipa, cheia de líquidos (...) 2 376\$601 réis ”tendo importado os “instrumentos, e materiais, remetidos desta Cidade 190\$030 réis, e as fêrias com os operários, e pessoas ocupadas na direcção, vigia, e escripturação 2 484\$245 réis. Ambas estas despesas somão 2 674\$275 réis”(AHOP, Ministério do Reino, MR 35 "*Negócios da Companhia...*", Carta de 30 de Março de 1781). Na prática o défice deste ano foi suportado pela tesouraria da Companhia, ficando o mesmo para regularizar com o superavit esperado em anos seguintes: “Combinadas a Receita, e a Despeza, veio esta Companhia a desembolçar 297\$674 réis, que com 2 112\$484 réis em que ficou alcançada a mesma contribuição no fim do anno de 1779, resta ella a nossa Companhia 2 410\$158 réis, do que se ha de pagar pelo recebimento da mesma contribuição voluntaria, consignada as despesas da sobredita obra, e que se vai effetivamente cobrando no prezente anno”.

Figuram junto a este documento relações detalhadas das ditas receitas e das despesas, percebendo-se que neste ano de 1780 se concluiu o cais e uma estrada de acesso em Canedo, um paredão para a saída de barcos no lugar do Bernardo, e removeu-se uma pedra grande no rio que embaraçava o cais da Régua;



A actividade das inúmeras fábricas de aguardentes, foi sempre consolidada nas contas pela sua globalidade²⁶². Quer isto dizer que as vendas de aguardente, os custos do vinho destilado e os ordenados, os stocks e o empate em alambiques eram mostrados como itens da demonstração de lucros e perdas e do balanço, respectivamente. O mesmo aliás se passava com a fábrica de arcos e verguinha, situada “entre ambos os rios”, no actual concelho de Penafiel.

Pode portanto dizer-se que todos os negócios operados pela *Companhia*, eram reportados como parte integrante da *Companhia*²⁶³.

Mesmo os negócios da junta de Guernzey²⁶⁴, depois de num primeiro momento serem registados em contas separadas passaram, a partir de 1760, a ser registados nas contas ordinárias da *Companhia*.

Esta junta de Guernzey foi criada por indicação do Marquês de Pombal, para negociar em condições de maior segredo a venda de vinhos ao almirantado Inglês. Era regida por uma junta paralela, secreta, que operou no período 1758-1761 com conhecimento de apenas alguns oficiais e deputados da junta da *Companhia* (Sousa, 2006: 123). Em 1760 a *Companhia* registou uma venda de 7 104 pipas de vinho como se o cliente fosse esta nova junta, tendo apurado e relevado como lucros desse ano, o valor 14 656 milhares de réis, correspondente a uma margem de 6% sobre o custo desses vinhos. Entre 1766 e 1768 as contas da *Companhia* viriam a reconhecer

para além disso principiou-se ou deu-se continuidade a outras obras tais como o cais do Corgo, a desobstrução do famoso cachão da Valeira e desentulharam-se certos troços do rio.

²⁶² Temos registo, através do texto que agrega as conclusões do exame levado a cabo em 1784, da existência de contas para cada uma delas, embora as mesmas apresentassem deficiências, tanto em termos de uniformidade, como em termos da publicidade das mesmas: “Que os registos das contas dos Intendentes das Agoas ardentes e os seus mapas, sejam executados por hum methodo uniforme para o futuro; e que os deputados nas revistas que são obrigados a fazer destas fábricas fação publicas as mesmas contas no Destrito aonde competirem, para que as pessoas interessadas nellas, e que vendem por convenção; ou praticão outros serviços, possam conhecer se as suas verbas estão fielmente creditadas, ou sobrecarregadas; obrigando-se os mesmos Intendentes, a que declarem nos mesmos livros, o tempo em que comprarão, ou recebem serviço, e do dia em que satisfazem, ou seja por ajuste final de pagamento, ou à conta da dívida. Com isto se evitarão as continuas queixas dos Carreiros, e as fraudes que muitas vezes se praticão, e que fazem as agoas ardentes muito caras.” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 165).

²⁶³ O mesmo não se passou no caso da chamada negociação de Macau, que envolveu a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1759. Esta negociação tratou-se de uma carregação de mercadorias para aquele território embarcadas no navio Nossa Senhora da Atalaya, com destino a Macau, muito à semelhança do que vimos ter sucedido em determinados momentos na EIC. O negócio foi autorizado pelo Marquês de Pombal, mas utilizando fundos novos constituídos por alguns dos sócios daquela Companhia Geral. Pese embora gerido pelo corpo directivo da Companhia, e posteriormente beneficiando de assistência financeira da mesma, aquela negociação, verdadeira sociedade *ad hoc*, tinha uma contabilidade perfeitamente separada da Companhia do Grão-Pará (Marcos, 1997: 519).

²⁶⁴ Também denominada Junta de Guernesey, junta nova, ou junta particular.



sucessivos acertos negativos a essa margem inicial²⁶⁵, totalizando os mesmos 33 421 milhares de réis²⁶⁶, o que na prática significou o reconhecimento de um resultado negativo nesse negócio.

5.4.2. Contas utilizadas

A contabilidade da *Companhia* não tinha um plano de contas rígido, mas claramente os contabilistas mantiveram as linhas e a lógica do plano de contas adoptado em 1756, inspirado no plano seguido pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão, com as adaptações necessárias à actividade de comércio vinícola²⁶⁷.

Pombal tratou de enviar instruções nesse sentido e de garantir que o plano de contas recomendado não sofresse alterações, enfurecendo-se aliás num episódio pessoalmente vivenciado por Frei João Mansilha, em 1761, quando a junta insinuou a Pombal ter inovado o método, sem consentimento para tal e sem aliás o conhecimento do próprio guarda-livros da *Companhia*²⁶⁸.

²⁶⁵ Mansilha refere-se à devolução de vinhos parados naquele negócio numa carta à junta datada de Fevereiro de 1764: "...Tambem propuz a S Exa a volta dos vinhos, que se achão em Gernzey, e que Manoel de Souza Pinto acha se não podem confundir naquelle Porto; sobre o que ordena o d^o Snr se espere a resolução de Martinho de Mello e Castro, à vista da qual se resolverá o que for de mayor utilidade".

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 24.02.1764, fl 19-20).

²⁶⁶ Arquivo da CGAVAD (*1^o livro de balanços* – cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5).

²⁶⁷ Vide o Anexo 1.

²⁶⁸ Escreve Mansilha à junta sobre este episódio, um tanto ou quanto burlesco:

"Há tempos q eu queria escrever a vm com alguma difusão sobre varios pontos respectivos à administração dessa Junta: Porem sempre estive por huma p.^e embaraçado com varias, e bem impertinentes fadigas; e por outra ainda me faltavão as ultimas dispozicoens precisas p.^a me determinar a escrever. Mas com a chegada do Guarda livros a esta Corte me determinei de todo a mandar este Proprio p.^a significar a v m^{as} o seguinte

Hontem de noite chegou o referido guarda livros entregandome a estimadíssima carta de V. m^{ces} com a incluza, p.^a S Exc.^a e huma do S.^{or} Prov^{dor}, as quaes fui esta manha entregar ao mesmo S.^{or}, o qual se dignou ler tudo o q ellas continhão. E como em huma dellas se dizia q o Guarda livros não poderia dizerme, nem informarme do methodo, q a Junta actual uza nas suas contas, por ser quazi totalm.^e diverso do da Junta immidiata, e por isso mesmo se não ter manifestado ao d.^o Guarda livros = se enfureceu S Exc.^a com esta noticia procurandome qual era a Cauza de similhante omissão: E como V. m^{ce} me não tinhão dado avizo algum sobre esta materia, me vi apertado com a pergunta; lembrandome unicam^{te} desculpar a Junta com o motivo de q o mesmo Guarda livros ainda não tinha concluído as contas da Junta antecedente, q por Ordem de S Mag.^{de} se tinhão mandado fazer, e V. m^{ce} as tinhão incumbido ao d.^o Guarda livros. E q por não confundir as mesmas contas, não continuarião as da prez.^e Junta em q.^o senão averiguavão as da preced.^e. Alem disso tãobem adverti a S Exc.^a q talvez se não fiaria a prez.^e Junta do d.^o Guarda livros p.^a manifestarlhe as suas Contas sem q elle saldasse as primeiras.

Por este modo ficou mais socegado o d.^o S.^{or}, mas por servir melhor a V. m^{ce} julguei ser preciso fazerlhes este Proprio a toda a diligencia, p.^a q com a mesma me escrevão huma carta nesta materia declarando tudo o que q fizer a bem p.^a se desculparem, e fazerem patente a S. Exc.^a ser conveniente o fim porq não manifestarão o methodo de q se servem ao Guarda livros; e seja a mesma carta concebida em termos próprios, que capacitem ao mesmo S.^{or} de q nisto não houve fraude...".



Nos 71 anos consecutivos em que analisamos as “Demonstração do Estado” anuais da *Companhia* foram utilizadas, no total, 166 contas com títulos diferentes para relevar lucros e perdas e 59 contas para os ‘débitos’ (equivalente aos conceitos contemporâneos de passivo e de capital próprio) e ‘crédito’ (equivalente ao conceito contemporâneo de activo)²⁶⁹.

Estas 166 contas de ‘lucros’ e ‘perdas’ e 59 contas de ‘débito’ e ‘crédito’ não foram todas simultaneamente utilizadas em cada ano. Constam, ou não constam, das demonstrações anuais consoante a necessidade das mesmas.

Os anexos 5 e 6 apresentam os títulos e os anos em que cada uma das contas foi utilizada nas demonstrações anuais do Estado da *Companhia*. Nesse mesmo mapa apresentamos uma lista de contas agregadoras, que correspondem a um critério de classificação nosso, subordinado a critérios de semelhança substantiva das contas originais. Estas contas agregadoras visam unicamente facilitar a exposição dos parágrafos seguintes, sobre as regras de movimentação e os critérios valorimétricos das contas originais da *Companhia*.

De facto, havendo pouca diferença – por exemplo – entre a estrutura conceptual das contas de carregações para os portos do Rio de Janeiro, da Baía, de Santos ou de Pernambuco, optámos por classificar todas as quatro contas originais como ‘carregações para o Brasil’ e assim sucessivamente²⁷⁰.

Uma leitura dos mapas anteriores permite constatar que as principais actividades comerciais da *Companhia* – tais como a venda de vinhos de ramo e de embarque e as vendas de aguardentes – apresentam registos todos os anos, seja nas rubricas de

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 2 de 17, carta de 24.08.1761, fl 99).

²⁶⁹ Total que não considera pequenas variações de nomenclatura: Um exemplo: O custo com donativos ao exército peninsular aparece nas contas de 1808 como “Donativo pela Restauração” e em 1809 como “Donativo ao exército aliado”. Em ambos os casos trata-se de ofertas de vinho aos exércitos português e inglês, em guerra contra o exército francês.

Em casos como este, adoptamos o nome da conta cronologicamente mais antiga para classificar todos os registos.

²⁷⁰ Em todo o caso e para que fique claro, nunca as peças contabilísticas da *Companhia* fizeram uso do conceito de contas agregadoras no que se refere aos lucros e perdas. As contas foram sempre apresentadas na sua forma singela.

Já no caso das contas do balanço, existiu de facto o recurso a contas agregadoras nos “Resumos da Demonstração”, os quais variaram ao longo do tempo, não correspondendo sempre às contas agregadoras que optamos por utilizar. Um exemplo: Quando a *Companhia* começou a adquirir património imobiliário era usual apresentar nos resumos essas propriedades uma por uma. Com o passar do tempo, e aumentando a quantidade das mesmas, essas mesmas propriedades foram-se amalgamando numa conta única denominada “Propriedades e outros bens”. No nosso caso, utilizamos este título de “Propriedades e outros bens” desde o início do período.



‘lucros’, quando a margem gerada era positiva, seja nas rubricas de ‘perdas’, na hipótese contrária.

Note-se que as Demonstrações do Estado reflectem directamente a margem gerada nas operações e não os proveitos do lado dos ‘lucros’ e os custos do lado das ‘perdas’.

As contas de dívidas de/a particulares constam das Demonstrações do Estado anuais da *Companhia* pelo seu valor líquido, com anotação do total de umas e outras, o que nos permitiu reconstruir o respectivo quantitativo. Pela importância do conhecimento destes quantitativos, este foi aliás o único caso em que optámos por retroagir no esforço de síntese materializado nas Demonstrações do Estado da *Companhia*, ao apresentarmos o total das dívidas activas e das dívidas passivas e não apenas a diferença entre os dois, como consta nas ditas Demonstrações.

O livro razão da *Companhia* permite uma desagregação ainda maior das dívidas activas e passivas, agrupando por “famílias” os devedores e os credores da *Companhia*, cujas contas individuais se encontram por seu turno devidamente espelhadas nos livros auxiliares. Por exemplo, as dívidas de particulares à *Companhia*, resultam da soma das (i) dívidas dos compradores nacionais de vinho de ramo, de embarque e de aguardente, mais as (ii) dívidas dos compradores estrangeiros de vinho de ramo, de embarque e de aguardente, mais as (iii) dívidas dos tanoeiros pela compra de aduelas e arcos, mais as (iv) dívidas dos lavradores pelos empréstimos tomados, mais as (v) dívidas dos compradores de géneros importados, etc. Cada uma destas classes de devedores encontrava-se representada no livro razão geral numa única conta, que por sua vez corresponde ao valor total de um conjunto de contas nominais escrituradas nos livros auxiliares da *Companhia*.

Desta forma e neste caso, as Demonstrações do Estado implicavam um esforço de tripla síntese dos registos originais. Das contas individuais com cada comerciante, gerava-se um primeiro total (por exemplo “devedores de géneros da Rússia”), exportado para o livro razão geral da *Companhia*; um segundo total com o valor de todas as ‘Dívidas de particulares’ da *Companhia* aparecia no lado esquerdo - o lado das explicações detalhadas - da Demonstração do Estado, ao passo que a conta de ‘Dívidas de/a particulares à/da *Companhia*’ propriamente dita, expressava apenas a diferença entre o total das dívidas activas e passivas.



No quadro 6 apresentamos uma lista das contas agregadoras, de nossa responsabilidade, que visam sumariar por natureza substantiva as contas utilizadas nas demonstrações anuais do Estado da *Companhia*.

Quadro 6: Síntese das contas utilizadas nas demonstrações anuais (1756-1826)

Débito da Companhia		Crédito da Companhia	
Valor das acções no ano anterior		Créditos ("efeitos que ella possui")	
Lucros da Companhia (do ano) <ol style="list-style-type: none"> 1. Carregacoes para o Brasil 2. Vinho de ramo 3. Aguardentes 4. Vinho de embarque 5. Aduelas, barras e arcos de ferro 6. Outros géneros / outros destinos 7. Juros e ágio 8. Outros 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Dinheiro e prata 2. Acções compradas 3. Dinheiro e efeitos no Brasil 4. Dinheiro e efeitos na Inglaterra 5. Dinheiro e efeitos em Lisboa 6. Mercadorias nesta Cidade e Douro 7. Outros efeitos 8. Propriedades da Companhia 	
Perdas da Companhia (do ano) <ol style="list-style-type: none"> 1. Géneros (listados de 1. a 6. supra) 2. Ordenados, gratificações, comissões 3. Despesas miúdas / despesas gerais 4. Juros e ágio 5. Outros 6. Diminuição do valor dos cascos 7. Dívidas perdidas 8. Lucros para amortizar 			
		Dívidas de/a particulares (saldo por vezes devedor, outras vezes credor)	
Total do Débito		=	Total do Crédito

Fonte: Síntese de nossa autoria, baseada na informação disponível no arquivo da CGAVAD, "1º e 2º livro de balanços" - cotas 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.

Esta forma de apresentar as contas da *Companhia* é relativamente semelhante à organização de conceitos que foi ministrada na Aula do Comércio, a partir de 1760 e que decorre do texto preparado por João Henrique de Sousa, seu primeiro lente.

Carqueja dá conta que João Henrique de Sousa propunha uma visão do contraponto possível entre o valor do capital e dos bens que o integravam²⁷¹. No caso das Demonstrações do Estado da *Companhia*, esta visão é também adoptada, mas a

²⁷¹ Carqueja (2010: 49).



diferença entre as somas de saldos devedores e credores com terceiros é apresentada, conforme o sinal, como o ‘débito da *Companhia*’, ou seja o seu capital, ou então como o ‘crédito da *Companhia*’, ou seja os seus activos, intitulado-se aliás as folhas que enumeram esses activos como “Crédito da Companhia ou effeitos que ella possue, para prefazer o seu Débito”²⁷².

5.4.3. Critérios valorimétricos

Nem os *Estatutos Gerais* nem os *Estatutos Particulares* da *Companhia* descem ao pormenor de regular os critérios valorimétricos a utilizar no registo contabilístico das operações da *Companhia*. No entanto Luis Pinto de Sousa Coutinho, no exame que fez às contas da *Companhia* em 1784 levou a cabo este trabalho para as principais contas do activo da *Companhia*, tal como consta do quadro 7.

²⁷² Vide por exemplo as contas de 1761 (Arquivo da CGAVAD, *1º livro de balanços* – cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5).



Quadro 7: Principais critérios valorimétricos da *Companhia* (1784)

Item	Critério valorimétrico
Dinheiro	Pello que se acha no cofre
Acçoens compradas	Pello seu vallor
Vinhos de Embarque	Em ser nos armazens
Vinhos de Ramo Agoas ardentes Aduellas e etc.	Pello seu primeiro custo, gastos de transporte e conservação
Carregaçoens para o Brazil e outras partes	Pello seu importe
Navios	Pello que estão custando abatido o producto do frete que fizerão
Cascos de pipas	Pello estado actual no fim do anno carregando a diminuição ou diferença do importe da avalliação, ao importe do custo, em gastos de Vinho de Ramo consumido no Privilegio exclusivo, porque nestes uzos, he que as pipas recebem algum danno; pois todas as mais que se vendem com os vinhos que se exportão, se calculão sempre pello seu primeiro custo. As rebatiçoens, e outros reparos de pipas, augmentão o custo dellas porque se carregão em despeza dos Vinhos de Embarque, Ramo, Agoas ardentes, ou Vinagres.
Alambiques etc. para a destillação da Agoa ardente	Pello seu custo abatido o que ganhão pella destillação que são mil e quinhentos reis por pipa de prova d'escada e novecentos reis por pipa de prova redonda, cujos alugueres entrão em despeza da agoa ardente.
Dívidas activas	Pello importe do que excedam às passivas

Fonte: “Do modo da combinação, e methodo com que se procede, para calcullear o vallor das Acçoens, a fim de se determinar solidamente o estado da Companhia em quanto ao seu fundo... etc” in “Informação do Estado... em 1784” (1999: 186-187).



O quadro 8 mostra sinteticamente a evolução anual dos (i) lucros e (ii) perdas da *Companhia*, tal como patentes nas Demonstrações do Estado, ao longo dos 71 anos analisados.

Quadro 8: Resumo dos lucros e perdas da *Companhia* (1756-1826)

Milhares de réis

Valores em milhares de réis	"Lucros"	"Perdas"	Resultado	%
Vendas para o Brasil	1 584 693	-798 377	786 316	15.4%
Vinho de ramo	2 546 247	-257 820	2 288 427	44.9%
Agoas ardentes	2 556 472	-451 116	2 105 355	41.3%
Vinho de embarque	3 491 177	-205 864	3 285 313	64.4%
Aduelas, arcos e barras de ferro	196 882		196 882	3.9%
Outros géneros / outros destinos	170 382	-171 441	-1 060	0.0%
(Outros) custos/proveitos recorrentes		-1 691 686	-1 691 686	-33.2%
Juros cobrados e pagos	718 611	-590 853	127 758	2.5%
Diminuição do valor dos cascos		-367 771	-367 771	-7.2%
(Provisão para) dívidas perdidas		-772 221	-772 221	-15.1%
Lucros para amortizar		-544 366	-544 366	-10.7%
Custos/proveitos não proteiformais	301 572	-615 557	-313 984	-6.2%
Total	11 566 037	-6 467 074	5 098 963	100.0%

Fonte: Síntese de nossa autoria, baseada na informação disponível no arquivo da CGAVAD, “1º e 2º livro de balanços” - cotas 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.

Vale em todo o caso a pena descrever com maior pormenor cada uma das contas mais importantes do negócio da *Companhia*.

5.4.3.1. Critérios das contas de ‘lucros’ e ‘perdas’

Carregações para o Brasil

As carregações para o Brasil dizem respeito aos vinhos de embarque, vinhos de ramo, aguardentes e vinagres embarcados para os portos brasileiros do exclusivo da



Companhia: Rio de Janeiro, Pernambuco (Recife) e Baía, desde 1756, Paraíba a partir de 1784 e finalmente de Santos a partir de 1806²⁷³.

Este comércio, exercido em regime de quase absoluto monopólio²⁷⁴, tinha margens de lucro máximas que a *Companhia* não podia legalmente ultrapassar. Essas margens de lucro mediam-se pela diferença entre as vendas da *Companhia* e o custo desses mesmos géneros, incluindo transporte, cascos, aduelas de bordo e comissões a pagar à junta (*Informação do Estado ... em 1784*, 1999: 187). Note-se que a *Companhia* não vendia directamente a clientes finais, mas sim a comerciantes locais para revenda.

Entre o embarque das carregações, viagem até o Brasil, desembarque e a venda efectiva, decorriam vários meses²⁷⁵. Colocava-se portanto a questão de definir o momento de reconhecimento das vendas e respectiva margem. Acresce que a informação sobre o montante efectivo das vendas e das margens conseguidas demorava muito tempo a chegar de volta à contadoria, na cidade do Porto.

Perante esta dificuldade, a contadoria da *Companhia* adoptou como critério o reconhecimento das vendas e da margem presumida – pelo percentual máximo legal – aquando da saída dos géneros da cidade do Porto, maximizando assim a comissão das juntas. Este critério haveria de fazer carreira no que respeita à expedição de géneros para outros portos de destino, casos por exemplo da Inglaterra e da Rússia.

Enquanto estas “vendas” não se materializavam em recebimentos e naturalmente demoravam pelas razões que explicámos, as mesmas eram “carregadas” nas contas dos administradores da *Companhia* a que diziam respeito as ditas expedições, como “efeitos” em poder dos mesmos.

Na prática o que a leitura das contas dos vários anos permitiu constatar é que as margens efectivamente praticadas ficaram muito aquém dos ditos máximos legais. Daqui decorreu a necessidade, que foi constante ao longo dos 71 anos estudados, de

²⁷³ Estas datas coincidem com muito pouca diferença com as apresentadas por Sousa e Pereira (2008: 132) no que se refere à data de outorga dos exclusivos, acrescentado estes autores apenas o Pará, a partir de 1784, destino de que de facto não temos registo individualizado nas contas analisadas, sendo no entanto possível, por exemplo, que houvesse trânsito interno de mercadorias no Brasil para aquele destino.

²⁷⁴ Aquando da criação da *Companhia* previu-se a possibilidade dos particulares poderem aceder directamente ao mercado brasileiro por sua conta e risco, mas usando como entidade de permeio a *Companhia*, que ficaria responsável pelo transporte e colocação do produto no mercado. Esta situação, na prática, tornava o negócio demasiado arriscado para o dito particular.

²⁷⁵ Sousa e Pereira (2008: 49) dão conta de um prazo médio das viagens até ao Nordeste do Brasil de entre 45 e 90 dias, o que implicava que cada navio só fazia, em regra, uma viagem de ida e retorno por ano.



corrigir a margem lançada em excesso, à medida que se apuravam as margens efectivas, o que por vezes acontecia com vários anos de atraso.

Estas correcções eram registadas no ano em que eram conhecidas, ou seja, a *Companhia* não corrigia as contas de anos anteriores.

O quadro infra mostra a evolução anual dos (i) proveitos e (ii) custos das carregações para o Brasil, lançadas por estimativas, tal como patentes nas Demonstrações do Estado, constituindo a sua diferença o montante carregado em “lucros”, bem como o valor anual dos posteriores acertos (iii) positivos e (iv) negativos e (v) os anos a que respeitam os mesmos.



Quadro 9: Margem e acertos nas carregações para o Brasil (1756-1826)

Millhares de réis

Ano	Registo das carregações à saída do Douro				Acertos posteriores ⁽¹⁾		Anos a que respeitam os acertos, (estando entre parêntesis os que se referem aos acertos positivos).
	Proveitos (a)	Custos (b)	Margem (c) = (a) - (b)	Margem % (d) = (c) / (b)	Acertos positivos	Acertos negativos	
1756	139 824	-120 662	19 162	16%	0	0	
1757	140 116	-120 974	19 142	16%	0	0	
1758	128 398	-110 851	17 547	16%	0	0	
1759	164 703	-139 929	24 774	18%	0	0	
1760	141 094	-118 020	23 074	20%	0	0	
1761	204 143	-170 119	34 024	20%	0	0	
1762	244 692	-203 910	40 782	20%	0	0	
1763	86 863	-72 385	14 477	20%	0	0	
1764	152 090	-126 742	25 348	20%	0	0	
1765	89 862	-74 885	14 977	20%	0	0	
1766	13 382	-11 152	2 230	20%	0	0	
1767	43 255	-36 046	7 209	20%	0	-13 912 1761, 1764	
1768	54 437	-45 364	9 073	20%	0	0	
1769	84 075	-70 062	14 012	20%	0	-11 703 1764, sem data	
1770	166 713	-138 928	27 786	20%	0	-9 218 1766, sem data	
1771	103 022	-85 852	17 170	20%	0	-65 360 1766, 1767, sem data	
1772	156 398	-130 332	26 066	20%	0	-52 332 sem data	
1773	151 701	-126 417	25 283	20%	0	-1 607 1770	
1774	78 713	-65 594	13 119	20%	0	0	
1775	95 574	-79 645	15 929	20%	0	-69 1773, 1774, 1775	
1776	18 918	-15 765	3 153	20%	0	0	
1777	135 747	-113 122	22 624	20%	0	-14 907 1773, 1774, 1775, sem data	
1778	45 157	-37 631	7 526	20%	0	-436 1774, 1777	
1779	155 046	-129 205	25 841	20%	0	0	
1780	121 230	-101 025	20 205	20%	0	0	
1781	85 125	-70 937	14 187	20%	0	0	
1782	137 145	-114 288	22 858	20%	0	0	
1783	173 492	-144 576	28 915	20%	0	-1 213 1779	
1784	67 166	-55 968	11 199	20%	0	0	
1785	134 011	-111 676	22 335	20%	0	0	
1786	104 350	-86 928	17 421	20%	0	0	
1787	132 137	-110 114	22 023	20%	0	-846 1783	
1788	77 225	-64 354	12 871	20%	0	0	
1789	105 785	-88 154	17 631	20%	0	0	
1790	73 738	-60 457	13 281	22%	0	0	
1791	49 438	-40 523	8 915	22%	0	0	
1792	48 895	-40 078	8 817	22%	3 622	-4 309 1790, 1791, (sem data)	
1793	36 926	-30 267	6 659	22%	0	0	
1794	78 174	-64 077	14 097	22%	0	-24 170 1788, 1789, 1790, 1792	
1795	0	0	0	n.a.	0	-4 204 1793, 1794	
1796	35 041	-28 722	6 319	22%	0	0	
1797	75 505	-61 889	13 616	22%	0	-853 1795 ⁽²⁾	
1798	105 239	-86 261	18 978	22%	0	-14 129 1793, 1794, 1796, 1797	
1799	0	0	0	n.a.	0	-14 539 1797, 1798, sem data	
1800	24 055	-19 718	4 338	22%	0	0	
1801	83 602	-68 526	15 076	22%	0	-165 1800	
1802	28 357	-23 244	5 114	22%	0	-178 1800, 1801	
1803	46 043	-37 740	8 303	22%	0	0	
1804	140 854	-117 378	23 476	20%	0	-4 406 1802	
1805	38 112	-31 760	6 352	20%	0	0	
1806	25 243	-20 638	4 606	22%	0	-9 663 1798, 1801	
1807	63 684	-52 954	10 730	20%	0	-229 1805	
1808	121 676	-101 003	20 673	20%	0	0	
1809	58 359	-48 633	9 727	20%	2 903	-18 373 1803, 1804, 1805, (1806), (1807), (1808), (1809)	
1810	20 799	-17 333	3 467	20%	3 073	0 (1807), (1808), (1809)	
1811	145 886	-121 572	24 314	20%	7 110	-9 507 1801, 1803, 1804, 1805, 1806, 1810, (1804), (1805), (1806), (1807), (1808), (1809)	
1812	63 935	-53 279	10 656	20%	0	0	
1813	226 149	-188 457	37 691	20%	0	-5 249 1810, 1811	
1814	205 016	-170 847	34 169	20%	1 087	-26 124 1812, 1813, (1811)	
1815	466 162	-388 468	77 694	20%	0	-22 563 1814	
1816	436 960	-364 134	72 827	20%	198	-7 367 1811, 1812, 1813, 1814; (1812)	
1817	448 644	-373 870	74 774	20%	464	0 (1815)	
1818	562 402	-468 668	93 734	20%	601	-47 944 1813, 1814, 1815, (1816)	
1819	875 790	-729 825	145 965	20%	6 012	-63 297 1817, 1818, (1816)	
1820	626 289	-521 907	104 381	20%	6 086	-5 290 1815, 1818, (1815), (1816), (1817)	
1821	53 978	-44 982	8 996	20%	0	-6 430 1814, 1819, sem data	
1822	105 481	-87 901	17 580	20%	0	-22 402 1819, 1820	
1823	0	0	0	n.a.	0	-4 491 1820	
1824	0	0	0	n.a.	0	0 ⁽³⁾	
1825	0	0	0	n.a.	8 238	-309 430 1819, sem data, (1824)	
1826	0	0	0	n.a.	0	-1 460 1824	
Totais	9 302 024	-7 756 725	1 545 299		39 394	-798 377	

Fonte: Arquivo da CGAVAD, "1º e 2º livros de balanços" - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.

Notas: (1) Os valores relativos a 1820, tanto positivos como negativos, englobam acertos não individualizados de carregações para outros destinos: Riga, Elsenur e S Petersburgo. (2) O acerto à carregação de 1795 não tem explicação aparente; pode dever-se a uma má classificação das vendas de 1795, ou a um erro do texto justificativo do acerto. (3) Os acertos às carregações de 1824, aparentemente inexistentes, devem-se ao facto de estas terem sido lançadas, não em 1824, mas sim em 1825.



No total dos 71 anos analisados, o valor dos acertos corrigiu negativamente em 49% a margem das carregações inicialmente estimada e praticamente não houve nenhum ano que tivesse ficado imune a correcções.

A razão para este desacerto e para a não mudança de política aquando do registo das vendas, nomeadamente moderando as margens esperadas, pode estar relacionada com a forma de remuneração dos membros das juntas, que como se disse estava definida como uma percentagem simples das vendas registadas. Os membros da junta do Porto tinham portanto todo o interesse em que as vendas para o Brasil fossem registadas logo que possível e pelo máximo valor²⁷⁶. Os acertos subsequentes aparentemente nunca alteraram as comissões recebidas, tanto assim que muitas vezes eram apenas apurados apenas em mandatos seguintes²⁷⁷.

Vinho de ramo

As vendas de vinho de ramo eram essencialmente feitas aos ‘propostos’, termo indicativo dos taberneiros autorizados pela *Companhia* para o exercício dessa actividade na cidade do Porto e três, depois quatro, léguas em redor. A partir de 1773 a *Companhia* ficou também com o privilégio exclusivo nas tabernas da região demarcada.

O vinho de ramo era o vinho de qualidade mais fraca, numa escala que tinha no topo o vinho de embarque para o Norte e como categoria intermédia o vinho para o Brasil. A classificação do vinho dos lavradores nesta ou naquela categoria competia aos provadores, que pagavam o vinho aos lavradores mais barato que os restantes, usualmente em três prestações.

As vendas de vinho de ramo não tinham especial dificuldade no seu controlo e registo. Eram aviadas aos propostos nos armazéns depois do pagamento, à pipa, efectuado pelos propostos na contadoria. Os preços de venda estavam tabelados.

²⁷⁶ Por seu turno aos administradores no Brasil foram atribuídas verbas fixas que rapidamente se transformaram em variáveis. No caso dos três administradores no Rio de Janeiro, a remuneração anual estabelecida em 1757 era de 3.3 contos, o que dava 1.1 contos a cada um, com obrigação de pagarem aos caixeiros, condições estas decalcadas das praticadas na Companhia de Grão-Pará e Maranhão. Pouco tempo depois a remuneração passou a ser 2% das vendas que efectuassem, valor que passou para 4% em 1814 (Sousa e Pereira, 2008: 134). Os administradores recebiam também 20% do valor dos vinhos, aguardente e vinagres de contrabando que interceptassem.

²⁷⁷ Sobre este assunto e confirmando este entendimento, ver também Sousa e Pereira (2008: 140).



Os custos com o vinho de ramo incluíam naturalmente o vinho, mas também o custo com algumas pessoas da *Companhia* adstritas a este comércio: um tanoeiro²⁷⁸, um guarda-cascos²⁷⁹, oito comissários²⁸⁰, encarregues cada qual por uma zona da região demarcada e finalmente oito escrivães²⁸¹, um por cada comissário.

Os cascos empregues neste comércio, depois de vazios, tinham que ser devolvidos à *Companhia* em bom estado pelos propostos, processo que era controlado pelo guarda-cascos.

Inicialmente a *Companhia* não registava nas suas contas o desgaste normal dos cascos. Como consequência a *Companhia* foi aconselhada a abater aos seus resultados a deterioração destes, o que fez, com esse mesmo título, entre 1785 e 1805, abatendo como custo nesses 11 anos um total de 367 711 milhares de réis. Uma das propostas constantes nesse mesmo exame passava também pela utilização de cascos semi-novos no comércio de exportação, como medida de controlo dos custos, dado que estes não retornavam.

O negócio de vinho de ramo revelou-se uma das actividades mais lucrativas e estáveis da *Companhia*, o que não é de admirar tratando-se do monopólio que era. Na verdade havia mesmo problemas de excesso de procura, que a *Companhia* tinha dificuldade em satisfazer, contrariamente ao que se passou por vezes com o vinho de embarque, onde a *Companhia* acumulou stocks ociosos.

Em 1784, aquando do exame realizado por Luis Pinto de Sousa Coutinho, esta dificuldade era apontada como estrutural, na medida em que a produção estimada de vinho de ramo no Douro, depois de deduzido 1/3 que os lavradores podiam reservar

²⁷⁸ O oficial responsável pela tanoaria dos cascos de vinho de ramo auferia anualmente 240 000 réis. Tinha como funções a “Vegia sobre todas as emendagens e rebaricoens [sic] que se fazem de cascos, nos respectivos Armazaens, assiste ao recebimento de todos os cascos novos que se recebem do officio, e faz as ferias dos Tanoeiros, e assiste às carregaçoens” (AHOP, Ministério do Reino, MR 35 “*Negócios da Companhia...*”, Anexo 37).

²⁷⁹ O guarda-cascos auferia anualmente 96 000 réis. Tinha como funções tomar conta “de todos os cascos vazios q vem da caza dos propostos...” formando “...a sua conta corr.e, examina se vem em bom estado, e ajuda no mais que hé necessro” (AHOP, Ministério do Reino, MR 35 “*Negócios da Companhia...*”, Anexo 37).

²⁸⁰ Cada um auferia anualmente 300 000 réis, e sendo responsáveis pelo “arolamento, as provas, compras e as carregacaçoens do vinho de Ramo do seu Destricto, que em alguns annos excede a quatro mil pipas, e executa o mais q se lhe determina” (AHOP, Ministério do Reino, MR 35 “*Negócios da Companhia...*”, Anexo 37).

²⁸¹ Cada um auferia anualmente 150 000 réis, sendo o seu trabalho registar “os Arrolamentos, forma todas as contas, escreve as cartas dos Barcos, e as regista, escreve os processos verbaes, e tudo o mais que lhe manda o comissario” (AHOP, Ministério do Reino, MR 35 “*Negócios da Companhia...*”, Anexo 37).



para o seu consumo e das suas terras, rondava as 20 100 pipas anuais, ao passo que o consumo estimado dos propostos era de 26 600 pipas anuais.

Consequentemente, por vezes, a *Companhia* tinha que vender vinhos de embarque como se de ramo se tratassem, registando este mesmo facto nas suas contas, ou então recorrer a expedientes, como a mutilação²⁸², com prejuízo neste caso dos preços pagos aos lavradores.

Aguardentes

A venda de aguardentes foi exercida pela *Companhia* em regime de monopólio, nas três províncias do Norte de Portugal, em função do privilégio obtido em 1760.

Era um comércio muito lucrativo – no período analisado a *Companhia* lucrou no mesmo 2 105 355 462 réis, num total global de lucros de 5 098 962 755 réis – e colocava os concorrentes da *Companhia* numa situação de grande dependência desta, porque todos necessitavam de aguardente para fabricar os seus vinhos de embarque²⁸³.

Para exercer esta actividade, a *Companhia* montou progressivamente ‘fábricas’ nas províncias do Minho, Douro e Beira. Estas fábricas não eram mais do que instalações dotadas de alambiques, onde funcionários nomeados pela *Companhia*

²⁸² A mutilação consistia na transformação administrativa de vinhos de embarque em vinhos de ramo e portanto daí resultava a obtenção de preços mais baixos pelos lavradores, que naturalmente faziam o que podiam para fugir às mesmas.

²⁸³ De facto e ao contrário do vinho de embarque e de ramo, onde a *Companhia* detinha apenas monopólios parciais em determinados mercados e clientelas e vantagens legalmente sustentadas na compra, o caso da aguardente era diferente. Só a *Companhia* podia vender o género a terceiros. Desta forma, sendo a aguardente um bem necessário para a produção de vinhos de embarque, a *Companhia* tinha o poder de literalmente bloquear os concorrentes que entendesse. Por isso talvez, este privilégio foi um dos mais contestados, nomeadamente pelos comerciantes ingleses.

Veja-se o que este respeito escreve Ratton (1920: 174-175): “mostrou a experiência que a Junta administrativa da Companhia o convertera, de hum modo vexativo, em fins bem differentes do objecto da instituição, faltando, o mais do tempo, nos seus armazéns o provimento necessário de agoa ardente, ou tomando commumente a falta por pretexto, para regatear aos negociantes exportadores, e especuladores, no tempo proprio, as quantidades de que elles precisão para beneficiar os seus vinhos; do que se lhes seguem gravíssimos prejuízos e muito interesse à Companhia; pois que podendo esta beneficiar os seus vinhos, não podem os outros negociantes competir com ella. Por outro lado, em annos de falta real de agoa-ardente, aquella Junta improvidente, em lugar de animar a introdução necessaria da de fora por particulares, a embaraça; e aproveitando-se do seu privilegio obriga os importadores della, negociantes exportadores de vinho a venderem-lha toda pelo preço que quer; e se estes mesmos precisão d’ella, para beneficiar os seus próprios vinhos, são obrigados a compralla à Companhia, que só se digna largar-lhes diminutas porçoens, por hum exorbitante preço, não obstante não ter corrido risco algum na importação, nem feito desembolço; e se achar desprovida daquelle género contra a sua obrigação: porem o que hé mais duro, hé que a Companhia obtivesse hum privilegio exclusivo sobre hum género que não possui, e que para o possuir, sejam privados os lavradores daquelle parte de Portugal a mais productora de vinhos, de distillar, e negociar em agoas ardentes”.



destilavam a aguardente, a partir de vinho que compravam na região, debaixo de directrizes da junta, mas ainda assim com alguma autonomia de decisão. Os custos destas fábricas, incluindo os vencimentos dos funcionários, do vinho e da lenha, eram registados como custos do comércio das aguardentes nas contas anuais da *Companhia*, em verba única. O registo das vendas, encontrava-se igualmente todo centralizado numa verba única, nas contas da *Companhia*²⁸⁴.

A aguardente dividia-se em duas qualidades: a melhor era denominada como de prova de azeite, ou de escada e a inferior como de prova redonda. A maior parte da aguardente era vendida no Porto, mas a contabilidade da *Companhia* registou esporadicamente algumas vendas pelas fábricas ao retalho local, nomeadamente em Guimarães, Aveiro e Ovar.

A gestão das fábricas das aguardentes foi assunto que gerou muitos reparos, por parte de Luis Pinto de Sousa Coutinho, no seu exame de 1784, tendo denunciando que os feitores das fábricas compravam o vinho para destilar basicamente pelo preço que lhes apetecia, chegando a pagá-lo mais caro do que a *Companhia* pagava o vinho de ramo e registando diferenças no preço de compra, no mesmo ano, de quase meio por meio, de umas compras para as outras²⁸⁵. Sousa Coutinho constatou também a falta de inspecção destas fábricas pelos deputados das juntas (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 164).

²⁸⁴ Nos registos das contas anuais, a rubrica de venda de aguardentes refere-se às vendas a lavradores, exportadores e comerciantes nacionais. Aqui não se incluem as vendas de aguardente para o Brasil, nem as exportações para portos onde a *Companhia* tinha representação directa, tais como a Rússia, dos quais falaremos adiante. Nesses casos, as vendas de aguardentes eram registadas conjuntamente com os outros géneros carregados. Interessava mais o destino do que o género negociado.

²⁸⁵ O vinho usado para destilação em aguardente deveria ser, manda o senso comum, mais barato do que o vinho empregue para consumo como vinho de ramo. O facto dos preços pagos variarem muito dentro do mesmo ano, e para as mesmas fábricas, e o facto do preço pago pelas compras de vinho para aguardentes ser por vezes mais alto do que o pago pelo vinho do ramo, levantou suspeitas evidentes sobre conluio entre os feitores das fábricas e os vendedores do vinho. Num escrito atribuído ao Visconde de Vila Nova de Cerveira e destinado à Rainha D. Maria I, este refere: “Pelo que respeita ao Ramo das Agoas ardentes, consta que há na sua administração económica defeitos muito graves: que os Directores das Fabricas, estando seguros das suas Commisões, não se embaraçam com a economia devida; que perante elles se consegue o alto preço dos vinhos por dadivas, e conluyos, e que os que não dão vendem os vinhos baratos: de sorte, que pelos Livros da compras se achão no districto da mesma Fabrica disparidades de mais de meyo por meyo; achando-se também compras a 13\$000 reis a pipa por vinhos que os Commissarios do Ramo da mesma Companhia rejeitarão no preço de 10\$500 reis” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 164).



Vinho de embarque

Os vinhos de embarque, também denominados vinhos legais, eram por definição os vinhos de maior qualidade, usados para exportação, principalmente para Inglaterra e comprados por maiores preços do que aqueles pagos pelos vinhos de ramo aos lavradores do Douro.

Entravam igualmente neste lote os vinhos comprados ao Marquês de Pombal, provenientes da sua quinta em Oeiras²⁸⁶.

As vendas de vinho de embarque eram por vezes feitas de forma directa – caso do vinho fornecido à armada inglesa – mas sobretudo a grossistas e retalhistas ingleses, neste caso em concorrência com as casas comerciais inglesas instaladas no Porto e suas correspondentes em Inglaterra²⁸⁷.

Este ramo de comércio foi sempre olhado de forma muito atenta pela Coroa, havendo uma preocupação real quanto ao preço que se praticava no mercado inglês e quanto ao abastecimento proporcionado de vinhos naquele mercado. Em vários momentos o Marquês de Pombal enviou instruções à junta da *Companhia* para executar certos negócios que garantissem aqueles objectivos, ainda que com sacrifícios da sua rentabilidade de curto prazo.

Os governos que se seguiram a Pombal mantiveram esta prática, justificando-a o Visconde de Vila Nova de Cerveira, como necessária “para conservar a reputação dos Vinhos do Douro, servindo os da Companhia, como Padrão da sua bondade; mas também para conter os Inglezes nos limites de hum arrazoado preço” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 158)²⁸⁸.

²⁸⁶ Nas suas memórias, o Marquês tenta defender a lógica e acima de tudo os elevados preços por pipa que recebeu por essas vendas (Melo, 1984: 203-204).

Explica o Marquês que quer os ingleses, quer os nacionais, cobiçavam os vinhos de Oeiras “para darem aos do Alto Douro a cor fechada, e firme que eles não têm por sua natureza própria”, tendo os vinhos de Oeiras “tantos espíritos que uma pipa dele tingia e espiritualizava dez pipas do outro vinho do Douro”. Assim sendo, entendeu o Marquês de Pombal vender à *Companhia* e não aos ingleses, pois desta forma o vinho da *Companhia* ficaria em vantagem.

²⁸⁷ As casas comerciais inglesas operavam muitas vezes desta forma. Uma casa comercial inglesa sediada no Porto exportava o vinho para Inglaterra. Uma casa congénere, por vezes com sócios comuns, fazia a distribuição dos vinhos no mercado inglês, exportando por sua vez géneros para a casa inglesa no Porto, que os distribuía no mercado nacional.

²⁸⁸ De resto esta questão já havia sido identificada como relevante pelo Marquês de Pombal, que assim escreveu à junta da *Companhia* em 1763: “Devem Vossas Mercês nesta ocasião baratear com elles em Inglaterra, ainda que nada se ganhe; e posto que seja preciso perderse. Porque deste modo não podem deixar de levar os Inglezes debaixo; em razão de que Nós barateamos Vinho da nossa Lavra; barateamos



Não se pretendia necessariamente que a *Companhia* competisse em grande escala com as casas comerciais inglesas, mais inteiradas do risco de crédito da sua base de clientes. Como referia o mesmo Visconde de Vila Nova de Cerveira “não pode a Companhia ter na Gram Bretanha conhecimentos tam particulares, e pessoas dos seus Committentes, como os tem os Inglezes estabelecidos no Porto pela intervenção dos seus parentes e amigos, os quaes, espalhados pelo centro das Provincias, cuidam com zelo e actividade na cobrança dos pagamentos. E sem estes conhecimentos bem fundados, e agencias assíduas, perderá certamente a Companhia grande parte do que alli vender a Retalheiros, que de ordinario são pobres e faltos de credito” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 158).

As vendas de vinho de embarque foram por vezes apresentadas nas contas anuais como “carregações para o Norte”. Sendo coisas distintas, uma denominando um género e a outra um destino, acabam por se confundir: o vinho de embarque tinha de facto como destino preferencial a exportação directa ou intermediada para os portos do norte da Europa, em especial para a Inglaterra e eram por sua vez a mercadoria hegemónica no tráfego da *Companhia* para aqueles mercados.

De facto, quando as exportações da *Companhia* para Inglaterra ou outros mercados era de outros géneros, como por exemplo açúcar, azeite ou tabaco, ou quando os valores das exportações de vinho de embarque para portos não ingleses assumiam valores significativos, como aconteceu alguns anos com a Rússia, essas carregações eram retratadas individualmente, conforme a sua designação. Por simplificação, no entanto, quando existiam carregações menos expressivas, seja de géneros, seja para destinos não ingleses, as mesmas aparecem misturadas debaixo das “carregações de vinho de embarque” ou “carregações para o Norte”²⁸⁹.

por conta dos Accionistas dos quaes cada a cada hum, huma falta de Lucro por tempo Limitado. Elles pelo contrario perdem dinheiro liquido do proprio peculio de cada Particular, que o emprega no referido género: E como não podem sustentar este jogo de particulares, contra o Commum da Companhia; depois desta os abater pelo proprio meyo do tal barateamento, vira a pôr os preços que quizer, e a lucrar hum cruzado por cada vintem, que agora perder” (Marcos, 1997: 364). Vide também sobre este assunto Duguid e Lopes (1998: 289).

²⁸⁹ Sabemos isso porque o texto descritivo dessas entradas nas “Demonstrações do Estado” anuais assim o referem, não fazendo no entanto a destrição de valores de uma e outras. Alguns exemplos: As vendas de vinho de embarque registadas em 1825 ascenderam a 11 278 pipas, das quais 252 carregadas para a Baía. No ano anterior havia-se registado uma perda nas carregações de vinho de embarque de 4 975 148 réis, respeitantes a 1 515 pipas para portos do Norte, 200 para Nova York, 225 para Philadelphia, 418 para o Rio de Janeiro, 14 para Lisboa, e 193 vendidas no Porto (Arquivo da CGAVAD, “1º e 2º livro de balanços” - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5; Sousa (2006: 61-62).



Tratando-se de um ramo de comércio em que, em teoria, a *Companhia* deveria concorrer livremente com os restantes agentes económicos do sector, na prática assim não era, a *Companhia* tinha vantagem pelo menos na forma como efectuava as suas compras, podia escolher melhor os vinhos que queria.

A forma como a legislação ditava, por exemplo, a organização dos arrolamentos da produção e das feiras de compra, dava uma efectiva vantagem à *Companhia*, pois esta, enquanto entidade responsável pela organização das mesmas, beneficiava de informação privilegiada quanto à quantidade e qualidade da produção disponível, detalhada por lavrador.

Disso mesmo se queixavam os restantes exportadores, a começar pelos ingleses.

O comércio de vinhos de embarque foi a maior fonte de lucros da *Companhia*, durante os 71 anos analisados, ultrapassando o lucro da aguardente, do vinho de ramo e das carregações para o Brasil, nos quais a *Companhia* tinha o monopólio²⁹⁰.

As vendas de vinho de embarque eram regra geral registadas aquando da saída dos vinhos dos armazéns da *Companhia*, pelo valor pactuado com os clientes. Em alguns casos, no entanto, a prática foi outra, como demonstram os seguintes exemplos: Em 1760 a *Companhia* registou nas suas contas um lucro de 14 655 656 réis, correspondente à constituição de um stock de 7 104 pipas de vinho para a junta de Guernzey, que como atrás já se explicou mais não era do que um corpo político da própria *Companhia* constituído para negociar discretamente fornecimentos à marinha inglesa; Nos anos de 1761 e 1762 os lucros da *Companhia* nas carregações de vinho de embarque foram lançados por estimativa da margem esperada, de 10% sobre o custo dos vinhos de primeira qualidade e 5% para os de segunda qualidade; em 1781 a *Companhia* reconheceu nas contas uma margem de lucro de 2 553 098 réis respeitantes a carregações de 1779 para Liverpool e Southampton; em 1782 a *Companhia*

²⁹⁰ Os lucros nas vendas de vinhos de embarque ganharam importância nos anos que se seguiram às invasões francesas. Em boa medida essas invasões desestruturaram as casas comerciais inglesas que actuavam no Porto, deixando caminho livre à *Companhia* na janela temporal que mediou até ao regresso pleno daquelas casas, ou de novas casas inglesas à actividade, que regra geral reiniciaram actividade de forma tímida, conseguindo reunir muito menos capital do que aquele que dispunham antes da sua fuga de Portugal aquando das invasões. Sobre este assunto e em especial sobre as vicissitudes que atravessaram antigas casas como Offley, Croft, Hunt Newman Roope, Martinez, Campbell e Taylor e novas casas como Sandeman e Cockburn, vide Duguid e Lopes (1998). Estes autores referem também a importância que casas de negociantes portugueses tais como a Ferreira, Sobral & Pinto e Nogueira & Frutuoso tiveram no suporte financeiro e mesmo em associações de capital com as companhias inglesas.



reconheceu nas contas uma margem de lucro de 32 061 740 réis respeitantes maioritariamente a carregações para a marinha inglesa em 1780 e 1781.

Outros exemplos poderíamos dar quanto ao uso de estimativas no cálculo das margens de lucro do vinho de embarque, ou quanto ao diferimento por alguns anos do registo das carregações e respectivas margens.

Em todo o caso o número e o valor total dos acertos, via lucros ou perdas, que se revelaram necessários para corrigir defeitos nas estimativas iniciais, foi muito menor do que no caso das carregações para o Brasil.

O custo do vinho de embarque incluía, à semelhança do vinho de ramo, o custo do produto e dos cascos e aduelas de bordo utilizadas, os fretes e o custo do pessoal da *Companhia* afecto a este comércio, que em 1784 eram dois lotadores e qualificadores²⁹¹, o tanoeiro do vinho de embarque²⁹² e o das aguardentes, um comissário²⁹³ e um escrivão²⁹⁴.

Não era permitido misturar vinhos de ramo com vinhos de embarque, com o propósito de fazer os primeiros passar pelos segundos, excepto em operações pontuais conhecidas como matulas. Não era permitido mas acontecia e a *Companhia* também o praticava, como aliás patenteou Luis de Sousa Coutinho nas contas que analisou em 1784²⁹⁵. Esta prática valia à *Companhia* uma geral murmuração dos lavradores e dos

²⁹¹ Os lotadores auferiam cada um 800 000 réis por ano, tinham como trabalho “provar e qualificar os vinhos de Emb.e no Douro, comprar o que a Junta lhe ordena, faz as lotações de todos os q a comp.” tem nos seus Armazens, e também das Aguasardentes, sendo necessario.” (AHOP, Ministério do Reino, MR 35 “*Negócios da Companhia...*”, Anexo 37).

²⁹² As funções do tanoeiro dos cascos de vinho de embarque e das aguardentes eram semelhantes às do tanoeiro de vinho de ramo acima descritas. O primeiro auferia anualmente 240 000 réis e o segundo 100 000 réis.

²⁹³ O comissário do vinho de embarque auferia 600 000 réis por ano “Faz parte dos Arolamentos, toda a carregação do vinho tinto de Emb.es, confere e asina as guias (...) no Pezo da Regoa, satisfaz a tudo o mais q se lhe determin” (AHOP, Ministério do Reino, MR 35 “*Negócios da Companhia...*”, Anexo 37).

²⁹⁴ Com funções semelhantes aos escrivães do vinho de ramo, mas auferindo anualmente 200 000 réis (AHOP, Ministério do Reino, MR 35 “*Negócios da Companhia...*”, Anexo 37).

²⁹⁵ O texto com as conclusões do exame levado a cabo em 1784 menciona que “o methodo athe o presente praticado na escripturação dos livros das entradas e sahidas geraes da Contadoria se reforme por hum modo inverso no artigo dos vinhos, e que em lugar de passarem os de Ramo para o titulo de Feitoria, não tenham nunca outra entrada ou sahida mais do que no seu proprio titullo: em cuja clace devem também incluir-se, todos aquelles que forem confiscados, mutillados, etc. por não pertencerem à ordem dos Legaes, assim por cauza dos seus respectivos pressos, como pelos uzos a que devem destinar-se; com esta ordem, sessarão as suspeitas que contra a Companhia tem havido sobre a verdadeira applicação dos vinhos mutillados: conhecer-se-há por meio de huma simples operação, o verdadeiro uzo de duas claces de vinhos, e poder-se-há combinar sem deficuldade em cada anno, o numero de pipas legaes que sahem dos seus armazéns para as diferentes lotações de ramo; objecto que a Companhia deverá ter sempre presente se acazo quizerem bem regullar o estado do seu comercio” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 166).



comerciantes concorrentes, que se sentiam lesados por estas práticas, que fazia passar um vinho pior por vinho melhor.

Venda de aduelas, barras e arcos de ferro

A *Companhia* importava e vendia aduelas, barras e arcos de ferro. Estes negócios revelaram-se em si mesmo rentáveis, mas tinham para além disso um interesse instrumental para a *Companhia*, na medida em que asseguravam o abastecimento do mercado nacional destes géneros, necessários a uma produção estável e capaz de cascos e aduelas de bordo, indispensáveis para o transporte dos vinhos e aguardentes.

A *Companhia* chegou mesmo a construir e explorar uma fábrica de arcos de ferro em Entre-os-Rios, mas nunca deixou totalmente de importar este género, essencialmente de Hamburgo e da Rússia. É admissível que estas importações ajudassem também a reduzir o risco de crédito associado às exportações para aqueles mercados.

Os custos com os arcos de ferro fabricados em Entre-os-Rios e os importados, bem como os custos das aduelas e arcos de ferro, eram carregados em verbas únicas nas contas anuais da *Companhia*.

Venda de ‘outros géneros / outros destinos’

Podemos dizer que a *Companhia* adoptou ao longo do período em análise uma certa postura de experimentação de novos mercados e de negociação de géneros não vinícolas. Esta tendência é particularmente notória nas décadas de 1780 e 1790.

A lista de “outros géneros” comercializados pela *Companhia* é extensa. No que concerne às exportações, a *Companhia* comercializou açúcar, algodão, tabaco, azeite, limões, cortiça, tabuado e lousa. No que concerne a importações, os registos da *Companhia* dão conta de transacções de trigo, centeio, linho, ferro, lonas e peixe.

Para mais à frente complementar a solução deste problema:

“Que nos livros da sahida dos Armazens do Vinho de Ramo se declarem todos os mezes as partidas deste género que se mandarem para os Armazens de Feitoria, a titullo de consumo das matullas, a fim de que debaixo de semelhante pretexto se não cometão abuzos e fraudes; e que a verba desta despeza se carregue destintamente no livro geral das entradas, e sahidas annoaes da Contadoria” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 166).



Os portos de origem destas importações, que foram também os principais portos de destino das exportações, são variados. As contas anuais mencionam vários portos do Norte da Europa (São Petersburgo, Archangel, Riga, Amesterdão, Hamburgo, Bergen, Estocolmo, Elseneur, Dansig, Jhult, Stettin, Drontheym, Coningsberg), mas também outros europeus (Lisboa, Faial, Ferrol, Dublin) e norte-americanos (Nova York, Filadélfia, Plymouth).

Não obstante a abundância de géneros e locais arrolados, este comércio nunca foi muito expressivo, lucrativo e acima de tudo consequente. Após um ou dois anos de vendas, seguiam-se quase sempre vários anos de interregno, sendo a excepção notável o comércio com a Rússia, que viria no entanto a ser consideravelmente descontinuado no final do séc. XVIII, provavelmente na sequência dos vários problemas de cobranças que a *Companhia* experimentou.

As exportações de vinhos e géneros eram usualmente encaminhadas para agentes que a *Companhia* tinha nos portos mais importantes, ou para correspondentes nos restantes portos. Eram estes que tratavam de escoar os produtos localmente, reportando essas vendas e remetendo as cobranças à *Companhia*. Por vezes este processo demorava anos. Entretanto esses géneros eram reportados nas contas como ‘effeitos’ nas mãos dos ditos agentes ou correspondentes. Por vezes, mas nem sempre, era considerada nas contas do ano de expedição uma margem estimada, de forma mais ou menos inconsistente²⁹⁶, que tinha que ser corrigida quando se conhecia o resultado final das vendas. Noutros casos o resultado das vendas só era registado quando finalmente conhecido, alguns anos volvidos após a expedição²⁹⁷.

²⁹⁶ Atente-se nos seguintes exemplos, nas carregações para Lisboa. Relativamente às realizadas em 1761, no valor de 12 633 002 réis, foi estimada uma margem nesse ano de 15%. Relativamente às de 1762 e 1764, a margem lançada à cabeça nas contas foi de apenas 5%. Nos anos de 1766 e 1767 o critério voltou a mudar, e nesses anos a margem estimada à cabeça passou a sê-lo por valores fixos, respectivamente 9 700 000 réis e 7 200 000 réis, respectivamente 48% e 32% do respectivo custo, alegadamente porque “se regulla o lucro pellas contas de venda q de parte dellas tem vindo” (Arquivo da CGAVAD, 1º e 2º livro de balanços - cota 6.2.005.10 lv. 1 e 2 de 5).

²⁹⁷ A perda de 1 164 760 réis numa carregação de vinhos para Estocolmo em 1795 aparece apenas registada nas contas de 1803. A perda de 1 070 674 réis numa carregação de vinhos, aguardente e cortiça para Copenhaga em 1780 foi apenas registada em 1794. As perdas nas carregações para Nova York de 1786 e 1787 apenas foram reflectidas nas contas de 1791 e 1792. O lucro de 145 115 réis numa carregação de 120 pipas para Riga em 1798 foi reflectido integralmente nas contas de 1800. Os exemplos poderiam continuar. (Arquivo da CGAVAD, 1º e 2º livro de balanços - cota 6.2.005.10 lv. 1 e 2 de 5).



No caso das vendas no Reino dos géneros importados, a questão era naturalmente mais fácil, mas isso não quer dizer que não tenha sido frequente a dilação temporal dos registos.²⁹⁸

Globalmente e no conjunto dos 71 anos estudados, os lucros foram de 170 381 508 réis e as perdas de 171 441 293 réis, não considerando o efeito das dívidas incobráveis, de que mais à frente faremos menção. Não se revelou portanto rentável a acção da *Companhia* no comércio com estes portos.

O caso do comércio com São Petersburgo é sintomático das vicissitudes do método de registo utilizado na contadoria da *Companhia*, tal como resulta da análise do quadro infra:

Quadro 10: Margem e acertos nas carregações de/para S. Petersburgo (1780-1826)

Milhares de réis

Ano do registo	Géneros para Petersburgo				Géneros de Petersburgo			
	Vendas (a)	Custos (b)	Margem (c) = (a) - (b)	Anos a que se referem as carregações	Vendas (a)	Custos (b)	Margem (c) = (a) - (b)	Anos a que se referem as carregações
1 780	10 673	-10 238	435 1 779		49 952	-43 342	6 610 1779, 1780	
1 782	0	0	0		17 282	-16 330	952 1 781	
1 783	38 034	-38 425	-391 1 780		84 166	-79 929	4 237 1781, 1782, 1783	
1 784	190 012	-201 203	-11 191 1780, 1782		0	0	0	
1 785	64 750	-66 419	-1 669 1 781		42 068	-32 541	9 527 1783, 1784	
1 786	0	0	0		41 791	-35 514	6 277 1783, 1784	
1 787	0	0	0		141 542	-143 704	-2 162 1783, 1785	
1 789	0	0	0		109 705	-97 831	11 874 1783 a 1789 (os 7 anos)	
1 790	143 914	-137 155	6 758 1784, 1786, 1787		5 792	-5 516	276 sem data	
1 791	110 456	-116 042	-5 586 1785, 1791		6 434	-6 985	-551 1787 ⁽³⁾	
1 792	19 926	-17 560	2 366 1 790		7 658	-6 720	938 sem data	
1 793	99 707	-110 332	-10 625 1788, 1790, 1792		0	0	0	
1 794	0	0	0		304	0	304 Acerto sem data	
1 795	26 355	-26 280	76 1 793		0	0	0	
1 796	20 015	-21 026	-1 011 sem data		0	0	0	
1 797	51 468	-49 376	2 092 1794, 1796		0	-1 126	-1 126 1796 ⁽⁴⁾	
1 798	23 216	-26 219	-3 002 1 797		0	0	0	
1 799	15 170	-12 338	2 832 1798, sem data		77 409	-68 759	8 650 sem data	
1 800	6 158	0	6 158 Isenção Real ⁽¹⁾		0	0	0	
1 801	32 416	-26 158	6 258		0	0	0	
1 815	0	0	0		0	-197	-197 Acerto sem data	
1 816	1 867	0	1 867 acerto sem data		0	0	0	
1 818	0	-5 504	-5 504 acerto sem data ⁽²⁾		0	0	0	
1 826	0	0	0		152	0	152 1 816	
Totais	854 137	-864 274	-10 137		584 254	-538 495	45 759	

Fonte: Arquivo da CGAVAD, 1^o e 2^o livros de balanços - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.

Notas: (1) isenção concedida pelo Rei da Rússia, como forma de agradecer uma oferta de vinho da *Companhia* em 1797, (2) Acerto em carregações, maioritariamente para S. Petersburgo, mas também Hamburgo, Filadélfia, Baltimore e Nova York, (3) O custo refere-se ao valor de uma embarcação perdida

²⁹⁸ Estão neste caso a carregação de géneros de São Petersburgo de 1783 e 1784, registadas por partes em 1783, 1784, 1785, 1787, 1789 e a carregação de Archangel de 1783, registada em 1784. (Arquivo da CGAVAD, 1^o e 2^o livro de balanços - cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5).



no mar. Os proveitos referem-se à indemnização da seguradora. (4) Valor relativo a uma carga em 1796 de aduelas no Navio S. Jozé, do qual não houve mais notícia.

Juros e ágio

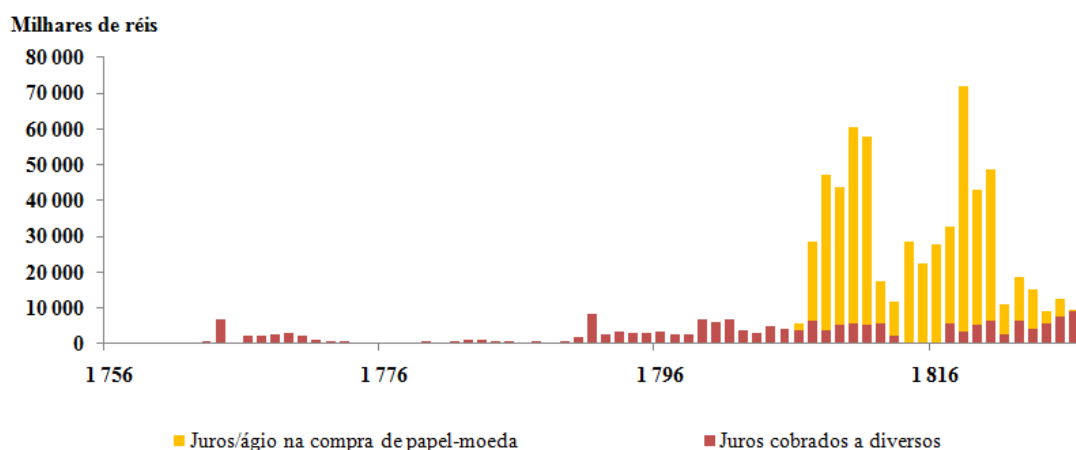
As contas anuais da *Companhia* mostram em vários anos entradas respeitantes a juros, provenientes de empréstimos aos lavradores e da aplicação de capitais excedentários.

O empréstimo de dinheiro aos lavradores era uma das responsabilidades a que estatutariamente estava obrigada a *Companhia*. Visava financiar o granjeio das quintas daqueles. Na prática o risco da *Companhia* era mitigado pelo facto dos lavradores garantirem com as suas colheitas o bom pagamento dos ditos empréstimos.

O reconhecimento nas contas de lucros dos rendimentos com juros foi sempre muito irregular. Aparentemente os oficiais da *Companhia* registavam os proveitos, numa óptica de caixa, em face do recebimento dos juros e não em função do período de competência dos juros anuais contratados.

A partir de 1806 surgem na *Companhia* somas muito avultadas relacionadas como ágio e juros na compra de papel-moeda, que globalmente somam 527 497 865 réis.

Gráfico 3: Lucros com juros e ágio (1756-1826)



Fonte: Arquivo da CGAVAD, “1º e 2º livros de balanços” - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.



Outros lucros

Os outros lucros são uma generalização nossa de várias outras contas, que não se enquadram propriamente, ou pelo menos de forma inequívoca, em nenhuma das classes de negócios referidas anteriormente.

Estão neste caso o arrendamento de instalações da *Companhia* e o aluguer de alambiques e casas de destilação. São verbas que apesar de tudo aparecem lançadas em diversos anos nas contas da *Companhia*, indiciando portanto alguma recorrência e consequentemente o aproveitamento económico continuado da capacidade ociosa de uma parte do património da *Companhia*.

O quadro infra mostra a evolução destas duas verbas, que conheceram registo nas contas anuais entre 1793 e 1806:

Quadro 11: Aluguer de armazéns e alambiques (1793-1806)

Milhares de réis

Ano	Aluguer de diversos Lambiques e Cazas para a destillação de agoardente	Aluguer dos armazens no Douro p ^a recolher os vinhos, cascos e mais pertences da Comp ^a
1 793	14 317	
1 794	2 124	
1 795	1 886	
1 796	748	
1 797	1 379	
1 798	681	
1 799	1 288	4 368
1 800	1 207	4 323
1 801	1 203	4 370
1 802	1 506	3 060
1 803	604	3 094
1 804	3 382	4 640
1 805		6 093
1 806		4 924
Total	30 325	34 871

Fonte: Arquivo da CGAVAD, 1º livro de balanços – cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5.

Em ambos os casos os montantes dos lucros relevados são apenas uma parte dos alugueres efectivamente cobrados, destinando-se o remanescente à amortização dos bens a que se referem estes lucros. Nas Demonstrações do Estado anuais, os textos que



acompanham o registo destes lucros são claros: No caso dos alambiques escreve-se que os lucros se referem a “3/5 dos alugueres das cazas e lambiques da Companhia em que se destilou Agoa ardente no presente anno, e Ficarão os 2/5 amortizados na Conta das d.as Cazas, e Lambiques, pela sua Damnificação” e no caso dos armazéns os lucros são “2/3 do Aluguer dos Armazens da Companhia em Tua, Pinhão e Regoa, e ficou 1/3 amortizado na C.^{ta} dos d.^{os} Armazens p.^{la} sua damnificação”²⁹⁹.

Esta forma de repartir os alugueres entre lucros e aquilo que podemos classificar de certa forma como amortizações de activos foi sistematicamente efectuada nos anos acima mencionados e as percentagens de repartição consistentemente respeitadas.

Fica assim provado que à contabilidade da *Companhia* não eram estranhos os conceitos de amortização de activos e o impacto diferenciado que a contrapartida de uma receita – neste caso um aluguer – poderiam ter nas contas de resultados ou de balanço da *Companhia*. Tanto mais que a opção de registo passou pela repartição do valor da dita receita em dois: uma parte para lucros, outra parte para redução do valor dos activos³⁰⁰.

Uma nota final referente à contabilização destes alugueres: o valor registado nas contas de 1793 refere-se, dizem-no as contas anuais, ao aluguer de vários anos “desde o estabelecim.^{to} da[s] mesma[s] até hoje”³⁰¹. Não nos foi possível percepcionar em que contas haveriam sido registadas estas receitas, presumivelmente anuais, até ao momento do reconhecimento efectuado em 1793. Fica no entanto patente a existência de uma significativa dilação temporal entre o início das receitas – a autorização para a construção das primeiras fábricas data de 1760 - e o reconhecimento das mesmas. Também desconhecemos a razão pela qual cessam, respectivamente em 1804 e 1806, os registos dos lucros com o aluguer de alambiques e armazéns.

Uma outra conta de lucros que aparece com muita frequência nas contas anuais da *Companhia*, entre 1773 e 1820, respeita ao ‘remanescente da intendência do vinho de embarque’. Tal como referido nas contas de 1773, estes lucros referem-se a “mettade do remanegente da Intendencia do Cruzado em Pipa de V.^o de Emb.^e vendido e carregado

²⁹⁹ Vide as contas de 1799 (Arquivo da CGAVAD, *1º livro de balanços* - cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5, fls 3 e 4).

³⁰⁰ De resto, já no caso do registo das carregações para o Brasil a opção do registo das vendas havia provado não desconhecer o uso de estimativas.

³⁰¹ Arquivo da CGAVAD (*1º livro de balanços* - cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5, contas de 1793, fls 1 e 2).



p.^a fora conforme as ord.^s de S. M.”³⁰². Entre 1773 e 1820 este imposto renderia globalmente à *Companhia* um total de 48 044 680 réis. Este aliás é o único sinal das contas relacionado com a cobrança e aplicação de impostos, tarefa confiada à *Companhia*. Nos demais casos, portanto, a disposição dos dinheiros entrados pura e simplesmente não passava pelos lucros e perdas da *Companhia*, que apenas os arrecadava para depois os entregar à Coroa.

Os alugueis de alambiques e armazéns e a quota-parte da *Companhia* no imposto da intendência do vinho de embarque apareceram frequentemente nas contas da *Companhia*. Outros tipos de ‘lucros’ apareceram com menos frequência, por vezes só uma vez: falamos de vendas de vinho confiscado, recebimento de dívidas anteriormente dadas como perdidas, indemnizações de seguros, diferenças de câmbio favoráveis, venda de acções próprias, venda de imóveis no Douro e de barcas e de imóveis afectos à *Companhia* das Pescarias do Algarve. Globalmente estes lucros contribuíram com 173 357 405 réis nos 71 anos analisados, em vários casos verificando-se atrasos significativos no que respeita ao exercício do registo das operações, face ao ano em que as mesmas foram do conhecimento da *Companhia*³⁰³.

Perdas na venda de géneros

As perdas nas vendas para o Brasil vinho de ramo, aguardente, vinho de embarque e nas vendas de outros géneros/outros destinos são apresentadas nas contas anuais da *Companhia* da mesma forma que os lucros.

Como anteriormente mencionado, para além das perdas que efectivamente ocorreram nas carregações em alguns dos 71 anos analisados, existem várias partidas de perdas relacionadas com acertos de lucros registados por estimativa, em anos anteriores.

Nem sempre as margens pressupostas se cumpriam, situação que portanto originava acertos dos lucros, afectando os lucros do ano em que se verificava esse conhecimento, que regra geral correspondia ao ano do recebimento dessas vendas.

³⁰² Idem, vide Arquivo da CGAVAD (*1º livro de balanços* - cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5, contas de 1793, fls 1 e 2).

³⁰³ Nas contas de 1773 registou-se um ganho de 512 000 réis, anos relativo a oito anos de alugueis das casas da Marinha. Em 1763 registou-se um ganho de 949 118 réis relativo ao débito de um frete efectuado em 1761. Em 1794 registou-se um ganho de 71 664 167 réis com a venda de acções próprias da *Companhia* que sabemos ter-se verificado em 1793.



Ordenados, gratificações e comissões

Esta rubrica respeita aos vencimentos pagos pela *Companhia* aos ministros e oficiais da mesma, ao procurador da *Companhia* destacado na Corte de Lisboa, aos ministros destacados no Douro e às comissões do agente de Londres. Em certos anos, a *Companhia* pagou também gratificações a certas pessoas³⁰⁴.

O registo contabilístico de cada uma destas rubricas é em si mesmo muito pouco esclarecedor. Contrariamente aos textos explicativos das vendas de géneros, onde se explicitavam detalhes como as quantidades, qualidades dos produtos, seus preços de custo e de venda, no caso das despesas com ordenados, gratificações e comissões, as explicações dadas nas contas anuais da *Companhia* são praticamente nenhuma³⁰⁵.

De forma a poder perceber-se o conteúdo destas rubricas é necessário recorrer a fontes subsidiárias, tais como por exemplo a relação dos ordenados pagos por pessoa, compilados aquando do exame realizado em 1784³⁰⁶.

³⁰⁴ Em 1795 a *Companhia* registou um custo de 1 200 000 réis, relacionado com uma gratificação ordenada pela Rainha, através do aviso régio de 30.10.1794, aos herdeiros do lotador Manuel Pereira Berredo.

³⁰⁵ Mesmo a Pombal o conhecimento do valor das comissões pagas não era imediato, como resulta deste testemunho de Mansilha, por ocasião de uma iniciativa que teve de aumento das mesmas e que redundou numa conversa absolutamente inconclusiva:

“Tambem participo a VM^{ces} a noticia, de que tive occasiáo oportuna de repetir a S Ex^a a materia das Comissoens, representando ao d^o Snr, que o trabalho da Junta era Excessivo, e privava a todos de muitos lucros, que podião haver dos seus negocios particulares, embaraçados pela laborioza administração da Companhia, por conta da qual sacrificava a mesma Junta, os próprios interesses; e por isso se lhes deviáo compensar, como a grandeza, e generosidade de S Ex^a, melhor entendese. O d^o Snr respondeu, que como o giro da Companhia era grande, e agora seria mayor por cauza das novas rezoluçoens Regias, lhe parecia serião suficientes as Comissoens baixadas no principio, e as novamente estabelecidas. Ao que respondi = não serem tam grandes, como se imaginava; porque os empates eráo continuados, e grandes.

Rezolveu emfim S Exa, que avizasse â Junta, fizesse um extracto do lucro das ditas Comissoens, para que a vista d'elle, conhecendo o d^o Snr ser limitada a recompensa do trabalho, poder acrescentar tudo, o que fosse justo, e licito: Em cujos termos faráo VM^{ces}, o que melhor entenderem neste particular...”
(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 6 de 17, carta de 25.04.1766, fl 49-50).

³⁰⁶ Vide AHOP (Ministério do Reino, MR 35 “Negócios da Companhia...”).



Quadro 12: Ordenados dos ministros, secretário e oficiais da *Companhia* (1784)

Valores em réis			Despesa da Companhia	Despesas de embarque	Despesas de Ramo	Desp. ^{as} pagas pelas comissões da Junta
1 O D. ^{to} Dezenbargador Juiz conservador desta Companhia	M. ^{de} da Costa Corr. ^a		300.000			
2 O D. ^{to} Dez. ^{to} Procurador Fical [sic] da dita	João Antonio Salter de Mendôça		200.000			
3 O Secretario da companhia	Leandro Anastacio de Carvalho Fonçeca		480.000			
4 O Primeiro Oficial da Secretaria	Jozé de Freitas e Souza		300.000			
5 O Segundo Oficial da dita	Gabriel de Afonso Ribeiro		192.000			
6 O guarda da Junta	Manoel Jozé Lobo		96.000			
7 O Procurador agente	Sebastião Dias da Cruz		80.000			
8 O Escrivão da conservatoria	Manoel Correa Lopes		50.000			
9 O Escrivão da vara	Ventura Pereira		50.000			
10 O Meirinho	João Marques das Neves		50.000			
11 O Primeiro Guarda-Livros	João Frederico d'Alequemberg		1.000.000			
12 O Segundo Ditto	Jozé Ramos de Queirós		340.000			
13 O Ajudante da Contadoria	Jozé da Costa Almeida		290.000			
14 O Caixeiro das correntes d'Agua ardenres	Francisco Lames		192.000			
15 O Caixeiro das correntes de Vinho de Ramo	João da Costa Peixoto		192.000			
16 O Caix. ^a das correntes de Lavradores	Manoel Jozé de Oliveira		240.000			
17 O Caixeiro das cobranças de Letras	João Peixoto da Silva		144.000			
18 O Primeiro Caix. ^a do Escriptorio do Recebimento	Caetano Mauricio de Aranjio Pinto					240.000
19 O Segundo Ditto	Luis Ignacio de Moraes					144.000
20 O Caixeiro despachador de fora	Victorino Jozé Mascarenhas	120.000				
21 O Lotador, e qualificador do v. ^o de Embarque	Manoel Pereira da Silva Berredo			800.000		
22 O ditto	Antônio Jozé de Figueiredo			800.000		
23 O Pr. ^a Feltor dos Armazens do v. ^o de Embq. ^a	João de Freitas	240.000				
24 O Segundo Ditto	Miguel Gomes de Souza Cardoso	192.000				
25 O Segundo Ditto	João M. ^a Loy	192.000				
26 O Pr. ^a Feltor dos Armazens do v. ^o de Ramo	Jozé Francisco Bernardes	240.000				
27 O Segundo Ditto	João Peixoto da Silva Castro	200.000				
28 O Pr. ^a Feltor dos Armazens de Aguasard ^{as}	Manoel Jozé Leão	200.000				
29 O Segundo Ditto	João Manoel da Costa	120.000				
30 O Pr. ^a Feltor dos Armazens do v. ^o em Arnellas	Agostinho Lames	192.000				
31 O Segundo Ditto	Francisco Antônio de Moraes	120.000				
32 O Tanoeiro das Pipas de v. ^o de Embq. ^a	Jozé Ventura da Rocha			240.000		
33 O Ditto das ditas de vinho de Ramo	Francisco da Rocha Leão				240.000	
34 O Ditto das ditas de vinho de Agua ardente	Manoel Pereira da Costa			100.000		
35 O Escrivão das Marcas	Miguel Rodrigues de Fig. ^{do}	144.000				
36 O Guarda Cascos de vinho de Ramo	Jozé Antonio Pacheco				96.000	
37 O Inspector da tra. ^{da} [?] de Arco na Alfandega	Manoel da Graça Cravo	144.000				
38 O commissario do vinho de Embarque	M. ^{de} Carlos Pinto de Azevedo			600.000		
39 O Escrivão do Ditto	Claudio Antonio Pinto de Azevedo			200.000		
40 O commissario do vinho de Ramo	Virissimo Jozé de Aranjio Ferreira				300.000	
41 O Escrivão do Ditto	Antônio Luis Leitão				150.000	
42 O commissario do vinho de Ramo	Jozé Victor de Magalhaens				300.000	
43 O Escrivão do Ditto	Jozé Pinto Saraiva				150.000	
44 O commissario do vinho de Ramo	Francisco Xavier de Souza Moutinho				300.000	
45 O Escrivão do Ditto	Luis Rebello da Rocha Bessa				150.000	
46 O commissario do vinho de Ramo	Gabriel Caetano Ribeiro				300.000	
47 O Escrivão do Ditto	Manoel Antonio Teixeira de Moraes				150.000	
48 O commissario do vinho de Ramo	João Rodrigues Pereira				300.000	
49 O Escrivão do Ditto	Manoel Jozé de Moraes				150.000	
50 O commissario do vinho de Ramo	Dionizio Jozé Aparição				300.000	
51 O Escrivão do ditto	Jozé Dionizio Aparição Vanodache				150.000	
52 O commissario do vinho de Ramo	Manoel Pinto de Almeida				300.000	
53 O Escrivão do ditto	Jozé Vicente da Fonçeca				150.000	
54 O commissario de entre ambos os Rios	Jozé Lopes de Barros	300.000				
55 O Escrivão do Ditto	Alexandre Ferreira Cardozo	150.000				
			6 750.000	2 740.000	3 486.000	384.000
						3 486.000
						2 740.000
						6 750.000
						13 360.000
56 Ordenado do Procurador Legado pago na Corte	Antônio Feleçiano de Andrade	1.800.000				
57 Salarios insertos pagos aos abaixo nomeados a proporção do trabalho que tem cada anno	Leandro Anastacio de Carvalho Fonçeca	320.000				
58	Luis Taveira de Azevedo	192.000				
59	João Anacleto de Mello	72.000				
60	Manoel Francisco Medina	144.000				
61	Francisco Jozé Vieira do Rey	300.000				
			2 828.000			2 828.000
						16 188.000

[documento assinado pelo primeiro Guarda-Livros] João Frederico de Hecquenberg

Fonte: AHOP, Ministério do Reino, MR 35, "Negócios da Companhia...", Anexo 37: "Mapa dos Ordenados de Ministros, Secretario e Officiaes da Junta, Guarda Livros, Caixeiros e mais officiaes, que se achão no serviço desta Companhia, que se vencem no prez.e anno de 1784 extraido do Livro dos ordenados em g.el".

Da análise do quadro supra fica mais uma vez claro que parte das remunerações pagas pela *Companhia* não eram registradas nas contas anuais como "ordenados", antes



eram deduzidas às comissões devidas aos deputados pelas vendas do vinho de ramo e de embarque.

A forma como este tipo de despesas foi sendo apresentada e reconhecida ao longo dos anos mudou algumas vezes.

Em 1760, por exemplo, as actas da junta dão nota da alteração do centro de lucro responsável pelo pagamento dos ordenados aos administradores dos armazéns do vinho de ramo, pagamento primitivamente deduzido às comissões devidas aos deputados provedores, mas que passaram a ser deduzidas a uma conta geral de ‘outras comissões da junta’, por manifesta escassez das comissões recebidas por aqueles³⁰⁷.

Entre 1760 e 1791, com excepção de 1788, não há falhas nas séries de valores, relativos aos custos com os ordenados, pagos a ministros e oficiais da junta e ao procurador da *Companhia*. A partir de 1792 o custo com o Procurador deixa de merecer atenção em rubrica autónoma e a partir de 1813 a própria rubrica de custos com ordenados é absorvida por uma outra de que falaremos mais adiante, designada como “despesas miúdas”.

Despesas miúdas/gerais

As ‘despesas miúdas’, também denominadas nas contas de alguns anos como ‘despezas geraes do commercio’, à semelhança das despesas com o pessoal da *Companhia*, aparecem muito pouco detalhadas ou explicadas nas demonstrações anuais

³⁰⁷ “Aos 28 de Março de 1760 achandose em Junta o Provedor, Deputados e Concelheiros abaixo assignados.

Nesta se assentou que não obstante o assento feito na Junta de 15 de Julho de 1757 pelo qual se rezolveu, que os Deputados Provedores receberão pelo seu trabalho hum cruzado em pipa de vinho carregado para o Brazil, ficando com o encargo de pagar aos Administradores dos Armazens do vinho de ramo; com tudo a experiencia do grande trabalho, que os ditos Deputados tinham nesta sua laborioza intendencia, e o producto pouco avultado do dito ordenado mostravão claramente que este a não satisfazia ficando deteriorado com o referido onuz, e unanimemente se rezolveu que os ditos ordenados dos Administradores do vinho de ramo fossem pagos pelas comissões desta Junta revogando-se nesta parte o termo antecedentemente feito. E logo se rezolveu tambem que se pagasse aos Feitores António Jozé de Figueiredo por cada ano trezentos mil rs.

A Manoel Pereira de Sampayo duzentos e quarenta mil rs.

A Henrique Jozé de Oliveira cento e noventa e dous mil rs.

A Antonio das Neves Réis duzentos e quarenta mil rs.

Francisco Correa da Fonseca Feitor da agoardente e frasqueiras cento e vinte mil rs, pagos pela carregação.

Na mesma se nomeou p.^a assistir no escritorio o Mez de Abril o Provedor, e o Deputado Custodio dos Santos Alves”.

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14, acta de 28.03.1760, fl 63 vv.).



da *Companhia*, principalmente se atendermos que no conjunto dos 71 anos analisados estes custos totalizaram 914 267 994 réis.

Sabemos que para além daquelas que seriam as naturais despesas gerais de funcionamento da *Companhia*, esta rubrica passou a incluir os custos com ordenados a partir de 1813, conta esta que deixou assim de ter vida própria, contribuindo ainda mais para as dificuldades de análise da natureza efectiva dos custos da *Companhia*.

Um exemplo: A nota explicativa dos 45 016 676 réis gastos em ‘despesas geraes do commercio’ em 1826 refere apenas tratar-se de ‘Ordenados dos Ministros, Secretario, Guarda-Livros, Caixeiros, e outros Empregados no serviço desta Comp.^a, bem como dos amanuenses, e outros, commiss.^{es}, portes de cartas, despezas com cauzas, emolum.^{tos} impressos, papel, tinta, pennas, e outras miudezas despendidas no serviço desta Comp.^a’³⁰⁸.

A *Companhia* gastava bastante dinheiro no pagamento de portadores de missivas, mantendo por exemplo um circuito de estafetas, ou ‘próprios’ conforme terminologia da época, que asseguravam o correio de/para Lisboa. Pelas cartas de Frei João de Mansilha percebe-se que em situações normais as comunicações eram de facto muito frequentes e relativamente rápidas, por vezes intercalando menos de uma semana entre o envio das cartas do Porto e a preparação da sua resposta por Mansilha, incluindo o tempo das diligências encetadas para tal³⁰⁹.

Outras Despesas correntes

As ‘outras despesas correntes’, denominação nossa, respeitam à agregação, de uma série de despesas relacionadas com o dia-a-dia da *Companhia*, de natureza mais irregular do que as anteriormente mencionadas, mas que, por diferentes razões, em um ou mais anos mereceram menção individualizada nas contas anuais da *Companhia*.

Compreendem desde logo as despesas feitas aquando do arranque da *Companhia*, o aluguer de casas da *Companhia* no Porto e em Lisboa, despesas e ordenados de algumas pessoas que trabalhavam na dependência da *Companhia*,

³⁰⁸ Vide Arquivo da CGAVAD (2º livro de balanços - cota 6.2.005.10 lv. 2 de 5, contas de 1826, fls 3 e 4).

³⁰⁹ Um exemplo: Em carta datada de 31 de Março de 1764, Mansilha responde a uma missiva da junta datada de 23 de Março de 1764 (Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, fls 31 e 32).



despesas com causas, com os tombos e as demarcações, algumas obras feitas no Rio, comissões de pagar e receber dinheiro, descontos de pronto pagamento, diferenças de câmbio, despesas com conduções de dinheiro e o pagamento dos ministros da devassa no Douro em 1772 e 1773.

Juros pagos

Já vimos que o arranque da *Companhia* não foi fácil. Um projecto com a sua dimensão exigia a disponibilização de fundos avultados, para a dotar do fundo de maneo necessário para comprar as mercadorias e dar o crédito necessário ao giro do seu comércio.

Ora acontece que o capital da *Companhia* demorou a ser subscrito e não o foi todo em dinheiro. Pura e simplesmente os accionistas da *Companhia* não tinham o dinheiro todo disponível aquando da subscrição das suas acções, tendo muitas vezes que se financiar para o fazer, ou adiar o pagamento das suas subscrições.

Para arrancar a sua actividade, a *Companhia* teve portanto que pedir dinheiro emprestado. Para a ajudar o Marquês de Pombal ordenou-lhe que recorresse a fundos disponíveis no Reino, seja de municípios, de instituições religiosas³¹⁰, de fundos de reserva para obras públicas, etc.

Na prática comprometeu estes fundos à *Companhia*, e/ou aos seus accionistas, embora para a contabilidade da *Companhia* só os primeiros nos interessem. É essa a razão pela qual nos aparecem juros nos custos da *Companhia*. À razão de 5% como era habitual na época³¹¹.

³¹⁰ Nem sempre estas instituições colaboravam de boa vontade. Os Terceiros Franciscanos, próximos aos ingleses, com o objectivo de fugirem às ordens de Pombal chegaram a escriturar um livro de contas falso que demonstrava que não tinham dinheiro disponível (Sousa e Pereira, 2008: 119).

³¹¹ Sobre o juro praticado em Portugal no antigo regime ver Amorim (2006). A taxa de 5% era efectivamente uma referência importante, mas que admitia frequentes variações.

Aquando da introdução de papel moeda, já no início do século XIX, por exemplo e para se promover a sua circulação, o mesmo beneficiou de um juro anual de 6%: Ratton (1920: 102) nas suas memórias pronuncia-se quanto à irracionalidade deste juro, o qual apenas consegue justificar à luz dos interesses de alguns funcionários do Real Erário que ganhavam com o seu desconto: “Estabeleceo-o finalmente o Papel-moeda, e para maior desgraça com o vencimento annual de seis por cento: Mostrei ao Marquez (referência ao Marquez de Ponte de Lima) “que, sendo o Papel-moeda hum representativo do metallico; era hum absurdo o vencimento do juro; pois que aquillo era o mesmo que dizer-se ao publico, que aquelle representativo valia seis por cento menos do que o representado; e que os novos impostos applicados para o pagamento daquelle juro, se devião applicar para resgatar successivamente o dito Papel, até a total extincção. Este meu parecer foi seguido por todos os meus collegas excepto hum, que attendendo mais



A partir de 1769 os custos com juros desaparecem e só reaparecem nas contas em 1803 e depois de 1808, então já não pagos a pessoas, mas decorrentes de operações mais estruturadas, relacionadas com o desconto de dinheiro-papel e ‘ágio de dinheiro de metal vindo da Gram Bretanha’.

Esta ausência de custos com juros no período entre 1769 e 1803 é correspondido por saldos de disponibilidades imediatas – dinheiro – nos Estados da *Companhia* muito significativos, por vezes ultrapassando 200 000 milhares de réis, ou seja mais do que três vezes o valor dos dividendos a distribuir naquela época.

Diminuição do valor dos cascos

A diminuição do valor dos cascos é uma rubrica que aparece pela primeira vez registada no ano de 1785 (3 623 milhares de réis). Na prática consubstancia o reconhecimento da existência de cascos velhos ou mesmo perdidos.

Mandava a natureza do negócio da *Companhia* que a mesma adquirisse muitos cascos, bem como aduelas e outros materiais de envase e acondicionamento para transporte marítimo e vendas na cidade do Porto e arredores. Aquando das exportações parte dos cascos usados no vinho de ramo – regra geral durante dois anos - eram vendidos juntamente com o produto, estando incluídos nos preços daqueles, prática que o redactor do exame de 1784 aprovou e pediu que se reforçasse (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 188)³¹². Mesmo assim, esta prática não era suficiente para resolver o problema de obsolescência do stock de cascos da *Companhia*.

Existia, como vimos, a figura do armazém dos cascos e a figura do seu zelador, que desde os primórdios da *Companhia* tinha a obrigação de controlar (i) as entradas e saídas e o stock físico dos cascos (ii) a disponibilização de arcos e aduelas aos tanoeiros de Gaia que os usavam para fazer cascos novos, vendendo este serviço à *Companhia* e

aos seus interesses do que aos do Estado, e que tendo astuciosamente grangeado o lugar de chefe da repartição do pagamento dos juros, sustentou sempre, com muito ardor a opinião contrária: e bem haja elle; porque soube tirar immensos lucros do lugar, com a simplez operação de diffcultar o pagamento dos juros às partes, e pôr agentes, por sua conta a rebater o dito Papel, por diminutos prémios; depois de cuja operação era promptamente pago; e na qual entrarião, e talvez continuem ainda a entrar, indivíduos do Real Erário, e outras repartiçoens publicas, engrossando em cabedades, com decidido prejuízo, por não dizer roubo, das partes e discredito do Estado”.

³¹² Em 1784 o parque de cascos e outros objectos de tanoaria compreendia 51 913 pipas, 244 meias pipas e 245 barricas, para além de milhares de aduelas (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 178).



(iii) controlar fisicamente os fluxos físicos relacionados com as vendas de arcos de ferro e aduelas a outras entidades.

A partir de 1785 a contabilidade da *Companhia* passou a reconhecer perdas – na terminologia adoptada pela *Companhia* ‘diminuições’ – periódicas do valor dos cascos, mas aparentemente sem grande critério ou rigor, que não fosse a gestão dos resultados finais contabilísticos. Estas diminuições não significavam necessariamente abate efectivo do número de cascos, pois o que estava em causa era principalmente reduzir o seu valor contabilístico.

De facto, o que pudemos evidenciar é que em anos de vendas e resultados avultados, a *Companhia* registou mais perdas com cascos do que nos outros anos, no que aparenta ter sido um processo de gestão dos resultados.

Dívidas perdidas

As perdas com dívidas perdidas referem-se, tal como o termo indica, ao reconhecimento de perdas em créditos mal parados.

A *Companhia* dava crédito (i) aos accionistas, pela parte não realizada das suas acções; (ii) às exportações, pessoalizados nas contas dos administradores e agentes da *Companhia* destacados nos portos das colónias e fora do Império; (iii) aos lavradores, pelos empréstimos e adiantamentos a estes realizados – risco apesar de tudo moderado pela dádiva em penhor, por estes, das suas colheitas futuras; (iv) a outras Companhias exportadoras de vinhos, que compravam vinhos e aguardentes à *Companhia*; (v) a outras organizações, por negócios nos quais a *Companhia* de forma voluntária ou forçada participava: casos como por exemplo o de uma associação numa viagem mercantil à Ásia e da Companhia de Pesca do Algarve; (vi) aos taberneiros da cidade do Porto, pelos seus abastecimentos; (vii) aos tanoeiros, a quem a *Companhia* cedia aduelas e arcos de ferro, para depois lhes comprar os cascos prontos; (viii) aos correspondentes da *Companhia* nos mercados de exportação: em Inglaterra, nas Américas, mas sobretudo na Europa setentrional, com destaque para a Rússia.



No período que analisamos, os devedores que deram mais problemas à *Companhia*, foram os administradores do Rio de Janeiro e de Pernambuco, que viriam a ser removidos dos seus postos³¹³ e os devedores nas negociações com a Rússia.

O desvio de fundos praticado pelos administradores de Pernambuco parece ter sido pressentido por Pombal tão cedo quanto o ano de 1764, conforme relato de Mansilha à junta numa carta datada de 06 de Junho daquele ano³¹⁴.

³¹³ Veja-se o que escreve Mansilha em 1772 a respeito dos administradores do Rio de Janeiro:

“Recebi a carta de V S^a segura neste correyo, e com ella os Editaes, e o Rezumo da Repartição dos Lucros do anno proximo passado de 1771, que me persuado será muito agradável a S Ex^a, e da mesma forma a todos os Interessados; porque sem duvida se não esperava tanto, suposta a grande despesa feita na compra das Apolices; além da que se fez na compra de muitos vinhos. Na primeira occazião opportuna, que se me oferecer darei a S Ex^a esta alegre noticia, que sei hade estimar.

Ao dito Snr fiz presente tudo quanto V S^a me avizou, sobre a conduta dos Administradores do Rio de Janeiro; mostrandolhe todas as cartas, e documentos, que o Snr Provedor me tinha remettido no mez de Mayo, proximo precedente, e os outros, que agora vieram. S Ex^a ficou bem formalizado de tudo, e com bastante impressão para dar todas as providencias precisas sem a mais leve demora. As que me apontou sam bem terminantes; e como tudo hade ir à mão de V S^a escuzo agora gastar tempo em referilas; tanto mais, que o dito Snr poderá mudar, ou acrescentar algumas, que lhe pareçam mais próprias.

Por este motivo suspendi o Proprio, que no correyo passado avizei, que havia de remetter por toda esta semana; e só o enviarei depois que S Ex^a me der a resolução final, sobre esta importante materia, na qual recomendou muito segredo; pois que nella se envolve o delicado ponto do Credito daquelles Negociantes Administradores; o qual se não deve macular, se não depois de uma exacta averiguação feita no Rio de Janeiro, se por ella se achar risco nos cabedaes da Companhia, em cujo cazo se lhes fará sequestro em tudo.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 13 de 17, carta de 04.07.1772, fl 77-78).

Os administradores em causa eram António Pinto de Miranda e Pedro Martins Duarte, mas desde 1756 haviam também passado pelo cargo Tomás Gomes Ferreira, entretanto falecido, Luís António de Miranda e António de Oliveira Durão. Aos quatro sobreviventes foi de facto levantada devassa em 1773 que concluiu pela existência de dívidas avultadas à Companhia, sendo o pior caso o de António Pinto de Miranda, que em 14 anos nunca havia mencionado dívidas de clientes seus à Companhia, como de facto havia, ascendendo os desvios a 181 319 920 réis, ocultados pela montagem de uma contabilidade falsa. Estes factos levaram à prisão de António Pinto de Miranda e de Pedro Martins Duarte e sequestro dos seus bens. António Pinto de Miranda morreria na prisão em 1790 sem nunca ter revelado o destino dos fundos. Acontece porém que este António Pinto de Miranda foi designado pelo próprio Frei João de Mansilha, não obstante as reticências da primeira junta da *Companhia* que sabia que um seu irmão, Baltazar Pinto de Miranda havia perdido muitas fazendas no terramoto de Lisboa, superiores aos seus capitais, havendo passado muitas letras sobre o dito António Pinto de Miranda que inevitavelmente se viu arrastado pelas dívidas do irmão (Sousa e Pereira, 2008: 136-140).

No caso de Pernambuco a situação que foi detectada em 1772 foi de natureza muito semelhante, mas os prejuízos foram menores, ascendendo a 18.4 contos. Os administradores visados, Agostinho Guimarães e Francisco Carneiro de Sampaio, este também deputado da Companhia de Pernambuco e Paraíba, admitiram os desvios e acabaram por restituir os valores em causa (Sousa e Pereira, 2008: 143).

³¹⁴ Perante as escusas dos administradores do Pernambuco em enviarem para a Junta as remessas de dinheiro que eram supostas, “S Ex^a ao mesmo tempo desconfiou que esta falta de remessa era fraudulenta,” (referência ao atraso de remessas de dinheiro de Pernambuco e pedido dos administradores locais para enviarem em sua vez remessas de géneros) “e concertada entre os Administradores da nossa Junta, e os Intendentes da de Pernambuco, talvez para se servirem huns e outros do dinheiro. O fundamento desta desconfiança he hum pouco forte; pois afirma o d.º Snr que há bem pouco tempo foi a Nao de guerra, que levou o Governador daquella Capitania, a qual fez viagem pelo Rio, e nesta podião fazer a remessa que omittirão, e de cuja omissão se presume dolo”.



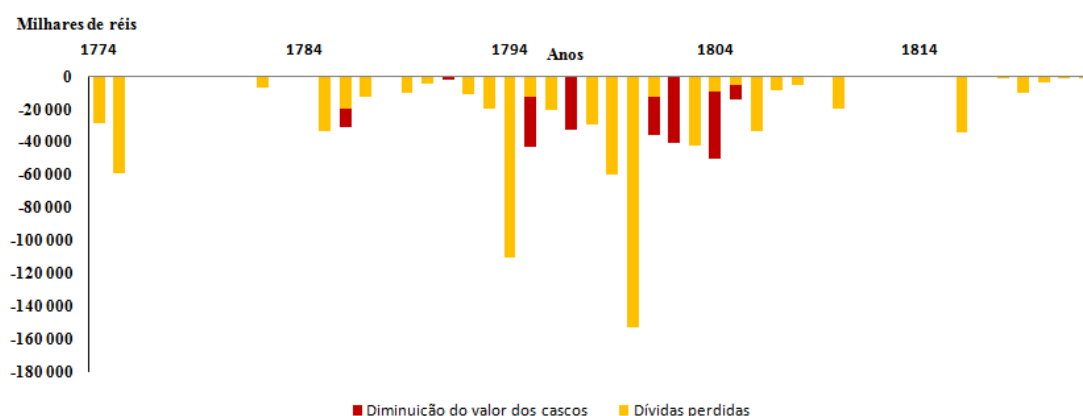
Não obstante, a *Companhia* só começou a reconhecer perdas relacionadas com dívidas perdidas em 1774 (26 449 milhares de réis) e em 1775 (58 584 milhares de réis), em ambos os casos para fazer face a parte das dívidas consideradas de cobrança duvidosa dos ditos administradores do Brasil, que no final de 1775 ainda deviam, nessa condição, um total de 60 342 milhares de réis.

A regularização completa das dívidas dos ditos administradores do Brasil à *Companhia*, tendo estes pago alguma coisa, mas essencialmente pelo progressivo reconhecimento dessas dívidas como perdidas, só aconteceria em 1798, ou seja 24 anos após o reconhecimento do primeiro custo com as mesmas.

A partir de 1785 passou aliás a ser habitual a menção na parte final das contas aprovadas pela junta e disponibilizadas ao Rei, das dívidas que transitam para períodos seguintes, de cobrabilidade “duvidosa” ou “muito duvidosa”. Esta menção, na prática um rol de devedores e respectivos valores, era como que um convite a provisões em anos futuros e segue aliás a sugestão preconizada num documento dirigido à Rainha D. Maria I, atribuído ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, segundo o qual as demonstrações anuais do Estado da *Companhia* devem passar a ser acompanhadas “com hua Analise prudente, que manifeste o estado das mesmas dividas falidas; a fim que possa chegar à Real Presença de Sua Magestade hum conhecimento exacto e sincero das sua verdadeira situação” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 167).

Constata-se também que o registo de custos com devedores incobráveis segue um padrão relativamente semelhante ao verificado no registo dos custos com a “diminuição dos cascos” anteriormente mencionada, pelo menos no período entre 1785 e 1805. Embora alternando em intensidade, parece evidente que existiu uma opção contabilística deliberada de formatar os resultados da *Companhia*, usando estes dois tipos de custos, - ora um, ora o outro, ora os dois – de uma forma que muito pouco plausivelmente se pode associar ao dia-a-dia dos negócios da *Companhia*.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 09.06.1764, fl 55).

**Gráfico 4: Diminuição do valor dos cascos e dívidas perdidas (1774-1822)**

Fonte: Arquivo da CGAVAD, “1ª e 2ª livros de balanços” - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.

O que portanto defendemos é que o reconhecimento de custos com incobráveis era determinado muito mais pelos “lucros disponíveis” para tal efeito, do que propriamente pelas necessidades ligadas à imagem fiel e verdadeira das contas anuais.

Perdas extraordinárias

A contabilidade da *Companhia* espelha perdas de várias naturezas, as quais, pela sua não recorrência, optamos por denominar genericamente como “perdas extraordinárias”, começando desde logo com as ocasionadas nos saques do célebre motim do Porto de 1757.

Os armazéns e escritórios foram também saqueados nas duas invasões francesas e a *Companhia* teve além disso que suportar o custo dos contributos especiais de guerra que pagou aos invasores franceses e depois às tropas portuguesas e inglesas que lhes deram guerra.

A *Companhia* registou também perdas com mercadorias e barcos sequestrados por piratas galegos, ou perdidos em naufrágios e incêndios.

A estes custos juntam-se ainda alguns imóveis e utensílios vendidos abaixo do valor contabilístico – casos dos activos da Companhia de Pescarias do Algarve.

Neste rol, surge apenas uma vez uma perda relacionada com um pleito entre a *Companhia* e contrapartes em negócios: Referimo-nos a uma indemnização, paga em 1759, a um negociador de sal, resultado da *Companhia* ter impedido o trânsito daquele



género, provavelmente para o Brasil (o transporte conjunto de vinho e sal era danoso para o primeiro).

Lucros para amortizar

A partir de 1805 surge uma nova rubrica nas contas da *Companhia*: os ‘lucros para amortizar’, que serviam para amortizar dívidas falidas, em conformidade com o aviso régio de 28 de Janeiro de 1786.

A partir deste ano, é o que defendemos, foi essencialmente através desta rubrica que a *Companhia* compôs os seus resultados anuais para valores pré-definidos. A utilização desta verba do estilo ‘provisões genéricas’, facilitou e oficializou, a coberto do dito aviso, o nivelamento dos resultados anuais.

Utilizando esta conta como amortecedor dos resultados³¹⁵, as juntas da *Companhia* conseguiram compor de uma assentada os resultados que queriam, o que talvez explique a substancial descontinuidade da utilização da rubrica de ‘custos com dívidas perdidas’ a partir de 1810³¹⁶ e a de diminuição de cascos, ainda antes disso, a partir de 1805.

5.4.3.2. Critérios das contas de ‘débito’ e ‘crédito’ da *Companhia*

Dívidas de particulares

As dívidas de particulares, ou seja o conjunto de dívidas a receber, agrupam os valores de todos os créditos da *Companhia* perante terceiros, excepto os geridos pelos seus comissários e correspondentes no Brasil, no Norte da Europa ou em Inglaterra, porque nestes últimos casos, os créditos aparecem como devidos pelos mesmos.

A demonstração anual do Estado da *Companhia* fornece muito pouca informação àcerca destes créditos. De facto, na demonstração principal do crédito e débito da *Companhia*, apenas é mencionado o valor da diferença entre as dívidas activas

³¹⁵ de Roover (1956: 153) observa prática semelhante na contabilidade do banco dos Medici em época tão recuada quanto o ano de 1467.

³¹⁶ Ainda que com valores pontualmente registados em 1816 e depois entre 1818 e 1822.



(isto é, contas a receber) e das dívidas passivas (contas a pagar), usualmente maiores aquelas do que estas.

Mesmo as notas explicativas deste valor, ou melhor dizendo, desta diferença, apenas enunciam o valor total das dívidas activas, por um lado e das dívidas passivas, por outro. É no entanto possível reconstruir, a partir dos livros de contas auxiliares da *Companhia*, a natureza dos saldos relativos às dívidas dos particulares, tarefa que temos ainda mais facilitada, no que se refere ao ano de 1784, porque a mesma ausência de detalhe, pensamos nós, levou o examinador das contas Luis Pinto de Sousa Coutinho a pedir a preparação uma série de listas das mesmas, as quais resumimos no quadro abaixo:

Quadro 13: Dívidas a receber da *Companhia* (1784)

Valores em réis

Classificação	N.º de devedores	Valor das dívidas (réis)	Período de carência	Dívida vencida (réis)
Devedores Portuguezes de Aguas Ardentes e outros efeitos	45	125 508.263	1 ano	106 459.305
Devedores Estrangeiros Residentes na Cidade do Porto	20	90 521.203	1 ano	35 518.177
Devedores dos efeitos da Russia	68	104 094.051	1 ano	61 120.964
Devedores por Direitos	n.d	3 710.775	n.d	n.d
Devedores particulares	n.d	549.824	n.d	n.d
Dinheiro emprestado a 5% para o fabrico de Armazens	4	19 750.845	n.d	n.d
Lavradores a quem se emprestou dinheiro a 3%	68	18 981.314	n.d	n.d
Lavradores que compraram Aguas ardentes no Douro	n.d	414.940	n.d	n.d
Lavradores, por sinaes de Vinhos	224	3 823.213	n.d	n.d
Devedores residentes em Lisboa	7	21 052.552	6 meses	n.d
Devedores residentes em Montegordo	n.d	3 142.550	n.d	n.d
Dívida de vários interessados nas Acções da Pescaria	7	18 510.164	n.d	n.d
Letras por vencer	n.d	268 595.289	n.d	-
Total		678 654.983		

Fonte: AHOP, Ministério do Reino MR 35, “*Negócios da Companhia....*” Doc. N.º 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

Nota: (n.d) significa informação não disponível.

Na relação supra, a dívida dos ‘devedores portuguezes de aguas ardentes e outros efeitos’ refere-se a devedores nacionais, localizados essencialmente no Porto, excepto três que são de Vila Nova de Gaia. O mapa de onde foram retirados estes números detalha os 45 saldos e enuncia, para além do nome do devedor, a cidade onde reside, o ano a que se referem os débitos, a data de vencimento dos mesmos e o valor líquido vencido à data de produção do mapa.



A possibilidade de compilar toda esta informação indica um razoável conhecimento sobre as variáveis principais dos créditos concedidos. O dito mapa assinala também os créditos concedidos com recurso a fiadores (10 dos 45 saldos), bem como as diligências em curso para recuperar as dívidas atrasadas, as quais - como se vê - ascendiam a 106 459\$305, ou seja quase 85% dos saldos totais desta natureza.

Essas diligências, tais como comentadas no referido mapa, oscilavam entre os meros contactos tendo em vista a cobrança, até à execução dos devedores e seus fiadores, sendo notória uma análise caso a caso das diferentes situações.

As razões concorrentes para os atrasos nos pagamentos encontram-se também explicadas no mapa, sendo invocadas várias, tais como (i) o falecimento dos devedores, (ii) a falência dos respectivos correspondentes (iii) ou a falência de bancos a quem os devedores tinham confiado as suas economias.

O prazo de carência assinalado como concedido em todos os créditos concedidos a estes 45 comerciantes era de um ano, o mesmo acontecendo no que concerne aos ‘devedores estrangeiros residentes na cidade do Porto’. Tal como o nome indica, esta classe de devedores agrupa os negociantes estrangeiros residentes na praça do Porto e que aí faziam compras à *Companhia*. Também aqui a prevalência de saldos atrasados é elevada, ascendendo a 39% das dívidas totais deste género.

A dívida dos ‘devedores dos efeitos da Russia’ está relacionada com vendas feitas em Portugal de géneros trazidos daquele país. Os devedores são todos nacionais e residentes no Porto, excepto um residente em Gaia. Contrariamente aos devedores das aguardentes, talvez pelo menor valor médio das compras, dos 68 devedores apenas um figura como tendo fiador, mas novamente aqui a incidência de créditos vencidos é muito elevada, correspondendo a 59% do valor total.

O ‘dinheiro emprestado a 5% para o fabrico de armazens’ respeita essencialmente a empréstimos da *Companhia* a particulares, essencialmente para que estes pudessem financiar imóveis que depois arrendavam à *Companhia*, negócio aparentemente irracional, mas que permitiu pagar favores.

Dos 19.7 contos de réis desta rubrica, 12.1 contos referem-se a um empréstimo a Jozé Pinto da Cunha Godinho, para construção dos armazéns de Massarelos, que a *Companhia* pretendia ocupar e 3.2 contos de réis referem-se a Manoel Portugal



Calhorda, para consertos do navio Santa Isabel, utilizado pela *Companhia* no comércio com a Rússia.

Os saldos dos ‘devedores em Lisboa’ referem-se a vendas da *Companhia* a negociantes daquela praça. A maior parte do saldo, respeita a uma venda de vinhos e aguardentes realizada a "Domingos Lopes Loureiro e outros", carregada para a Índia, em 1778. Da dívida inicial de 58.9 contos de réis, estavam ainda por liquidar em 30 de Junho de 1784 um total de 12.4 contos de réis.

No que concerne aos 268 595\$289 réis apresentados como referentes a ‘letras por vencer’, tal como explicado nas notas ao Estado da *Companhia* de 30 de Junho de 1784, este valor refere-se a letras remetidas por vários correspondentes, em posse da *Companhia*.

O valor empatado em saldos a receber pela *Companhia* foi sempre muito elevado, em função dos períodos de carência dados e consequentemente objecto de preocupação, das juntas e da própria Coroa, no que concerne à real cobrabilidade dos valores, como também por causa do consumo dos capitais necessários para outros fins alternativos³¹⁷.

Por outro lado também é verdade que a *Companhia* fez várias vezes uso do seu balanço para financiar negócios particulares dos seus accionistas, ou mesmo de outras pessoas da sociedade cuja influência interessava cativar em favor dos seus privilégios³¹⁸.

³¹⁷ Pereira (2000b: 155-157) dá nota das impressões redigidas por um anónimo à Rainha D. Maria I- Pereira atribui-as ao próprio Visconde de Vila Nova de Cerveira - tendo por base as conclusões do exame realizado por Luis Pinto de Sousa à Companhia, em 1784: "Nota-se por defeito grande em hua Administração desta qualidade o exorbitante empate de hum milhão e quasi cento e conçoenta mil cruzados, que segundo o estado do 1º de Julho de 1784 se achava em dívidas activas esperadas, que vem constituir hum fundo morto: constando que a respeito da parte, que dellas se deve no Reino, se tem havido a Junta com hua froixidão, que se não julga assas motivada com o receyo de que, sendo os devedores compellidos por Justiça, venha a diminuir o numero dos compradores, e a reduzir-se a menos o valor das vendas. (...) sendo certo que a exactidão, assim nas cobranças como nos pagamentos he ponto muito essencial em matéria de Commercio bem regulado, qual deve ser o da Companhia".

³¹⁸ Atente-se neste exemplo de um empréstimo concedido ao Governador de armas do Porto para este construir um armazém e depois o arrendar à própria Companhia: "Aos Vinte e hum de Janeiro de mil settecentos sessenta e tres annos estando em Junta o Provedor e Deputados abaixo assignados. Nella representou o Deputado Manoel Rodriguez Braga, que havendo a Junta rezolvido alugar os Armazens das Tavernas, de que S Mag^e fizera mercê, ao Il^{mo} e Ex^{mo} S^r Jozé de Almada e Mello, Tenente General dos seos Exercitos, e Governador da Armas, deste partido, com as clauzullas de que imprestando a S Ex^a o dinheiro necessário, para a hedeificação dos ditos Armazens, ficaria recebendo annualmente metade do preço do mesmo aluguer, em pagamento do dinheiro adiantado e seos competentes juros, o nomiara para firmar este contracto com o Sargento Mor João Pires de Lima, Procurador e Ajudante das Ordens de S Exa; e para assistir ao mesmo Procurador com o dinheyro que fosse sendo preciso para a hedeificação dos sobreditos Armazens; e que em consequência desta Ordem da Junta, ajustará com o dito Procurador o



Dívidas a particulares

As dívidas a particulares referem-se a todos os valores a pagar pela *Companhia* a terceiros, em resultado de transacções correntes, empréstimos contraídos, ou outros tipos de compromissos por solver, tais como dividendos atribuídos a accionistas e ainda por pagar.

À semelhança do que dissemos das dívidas de particulares, a demonstração anual do Estado da *Companhia* também fornece pouca informação acerca das dívidas a particulares, mas foi possível detalhar o estado das mesmas em Junho 1784, a partir das anotações deixadas pelo examinador das contas Luis Pinto de Sousa Coutinho, conforme resumo infra e original que deixamos reproduzido no Anexo 3.

aluguer delles, debaixo da clauzula refferida, em preço de quinhentos mil Reis, por tempo de quinze annos, que prencipiariao a correr do primeiro de Janeiro do anno de mil settecentos sessenta e dous em diante; e havia recebido a quantia de dous contos seis centos oittenta e seis mil Reis seiscentos sincoenta e sette reis, que sobre elle tinhão feito sahida do cofre da Companhia; a saber 480\$ rs em 15 de Julho de 1761, 480\$ rs em 30 de Outubro do dito anno; 480\$ rs em 5 de Janeiro de 1762 // 480\$ rs em 16 de Março do dito. 480\$ rs em 17 de Agosto do dito, 184\$657 em tres [sic] do dito, e 102\$ rs em 18 de Janeiro do prezente anno: cujas parcellas fora sucessivamente entregando ao mesmo Procurador de S Ex^a para pagamento das obras dos refferidos Armazens, como fazião certo os recibos, por elle passados em Sua Procuração q apresentava...” (Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14, acta de 21.01.1763, fl 102 vv).

Ou neste outro exemplo ainda mais demonstrativo de compra de favores, retirado de uma carta de Frei João de Mansilha à junta da Companhia:

“Espero da generozidade de VMces se dignem fazer neste cazo tudo o que for possível para o bom cómodo do dº Ministro” (referência ao Juiz Dezembargador Euzebio Tavares de Sequeira, nomeado para servir como chanceler da Relação do Porto) “que hé sugeito capaz e q em tudo saberá reconhecer a VM^{ces} a sua atenção” (Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 6 de 17, carta de 11.01.1765, fl 10).



Quadro 14: Dívidas passivas da Companhia em 30 de Junho de 1784

Valores em réis

Credores	Valor
Pello que deve a Companhia aos Lavradores de Vinho de Ramo	165 197.970
.....,..... aos Lavradores do Vinho de Emb.e	91 447.975
.....,..... aos Accionistas Resto de Reparticoens	21 886.948
.....,..... aos Tanoeiros	4 104.000
.....,..... a Entradas dos Vinhos	1 170.858
.....,..... a Canadas do Bispo e Marques	850.633
Pello q' se calcula dever a Comp. ^a aos diferentes Dir. ^s por entrada e consumo dos seus generos nos 18 Mezes athe o 1º de Julho deste Anno em compar. ^{am} dos antecend.s	(**) 66 000.000
.....,..... Idem a diversos Proprietarios de Armazens por alugueres de hum anno por se reputarem pagos os dos primeiros 6 Mezes	(**) 12 000.000
Total de dívidas a privados	362 658.384
Pello que deve a Companhia ao cofre da contribuição da Barra de Aveiro	86 636.219
.....,..... ao Subsidio Millitar	66 026.249
.....,..... ao Real aplicado para a Camara do Porto	55 708.600
.....,..... ao cofre do Depozito geral desta cidade	21 756.280
.....,..... ao Subsidio Literario	16 988.970
.....,..... ao cofre dos meios sobejos da Ponte de Coimbra	11 899.983
.....,..... a Real d Agoa	7 249.474
.....,..... a varios Dir. ^{tos} rematados q' tem a Comp. ^a recebido	4 858.250
.....,..... a ver o pezo	1 221.352
.....,..... a Direitos da Alf. ^a por entrada resto de 1783	690.765
.....,..... á Siza da Cidade	569.173
.....,..... á Siza da Maya	418.289
.....,..... á Imposição da Cidade	321.873
.....,..... á Siza de Matos. ^{os} e Lessa	320.612
.....,..... á dita de Gondomar	228.680
.....,..... á dita de Lordello de Bouças	195.569
.....,..... á Siza de S. João da Fós	187.200
.....,..... á Impoz. ^{am} de Matosinhos e Lessa	117.339
.....,..... á Siza de Aguiar de Souza	11.491
Pello q' se calcula dever a Comp. ^a aos Dir.tos da Aldf. ^a por entrada sm. ^{de} nos ultimos 6 Mezes, por se reputarem pagos os outros segundo o estillo da Alfândega	(**) 7 500.000
Total de dívidas a entidades públicas	282 906.368
<i>Diferença não explicada (*)</i>	<i>-80.000</i>
Total de dívidas estimadas da Companhia em 30 de Junho de 1784	645 484.752

Fonte: AHOP, Ministério do Reino, MR 35, "Negócios da Companhia...", Doc. N.º 31: "Mappa das Dividas passivas, que em 30 de Junho de 1784 devia a Companhia Geral do Alto Douro".

Notas: (*) Diferença entre a soma algébrica das parcelas (645 564\$752) e o valor apresentado como totalizador do documento (645 484\$752). Pode naturalmente dever-se a um erro de transcrição das parcelas do mapa, ou a um erro na soma das mesmas.

(**) Valores estimados por Luis Pinto de Sousa Coutinho, atendendo a que as últimas contas encerradas eram as de 31 de Dezembro de 1783.



O Quadro 14 apresentado na página anterior permite perceber a existência de duas grandes categorias de credores da *Companhia*: Por um lado o próprio Estado, na figura das mais variadas instituições de governo central e local: Juntos representam cerca de 283 contos de réis, ou seja 44%, do passivo total da *Companhia*.

Se tivermos em consideração que, no final do ano de 1784, o valor do stock total de vinhos de embarque e de ramo, aguardentes e vinagres em poder da *Companhia* ascendia a 223 contos de réis, percebemos a importância que este verdadeiro financiamento público, sob a forma de créditos à *Companhia*, assumia no quotidiano da mesma.

Os valores mais significativos devidos a instituições do governo central e local referem-se a empréstimos realizados nos primórdios da constituição da *Companhia* e que se mantinham ainda em vigor em 1784.

As dívidas a privados referem-se essencialmente a créditos relacionados com as compras de vinhos de ramo e de embarque, compras essas quase sempre sinalizadas antes da recepção dos bens e depois saldadas em prestações. Em 30 de Junho de 1784 a *Companhia* devia também dinheiro aos seus accionistas, a título de dividendos ainda não distribuídos e algumas compras de cascos aos tanoeiros.

As dívidas a particulares da *Companhia* não apresentam, no entanto, nenhum tipo de dívidas relacionadas com géneros comprados pela *Companhia* no estrangeiro, para negociar em Portugal, designadamente os cereais, o ferro e as aduelas adquiridas no Norte da Europa.

Apesar de não termos evidência conclusiva que justifique esta situação, julgamos que a mesma resulta do facto dessas facturas de compra e crédito obtido, serem geridas pelos comissários ou correspondentes da *Companhia* naqueles locais de origem das compras, que eram ao mesmo tempo locais de destino de vinhos e géneros carregados pela *Companhia*.

Desta forma, o que aparece registado na contabilidade da *Companhia* é o valor do vinho e géneros expedidos pela *Companhia*, até ao momento em que regressavam – valorizados – géneros daqueles destinos, ou dinheiro.

As operações intermédias, seja a concessão de crédito às vendas nos portos de destino do Norte, ou o crédito obtido nas compras, não eram – julgamos nós – reflectidas como tal na contabilidade da *Companhia*.



De qualquer maneira e tal como refere o próprio Luis Pinto de Sousa Coutinho, pelo menos na Rússia, as operações de compra de géneros faziam-se normalmente pagando com grande antecipação sobre a recepção dos mesmos³¹⁹.

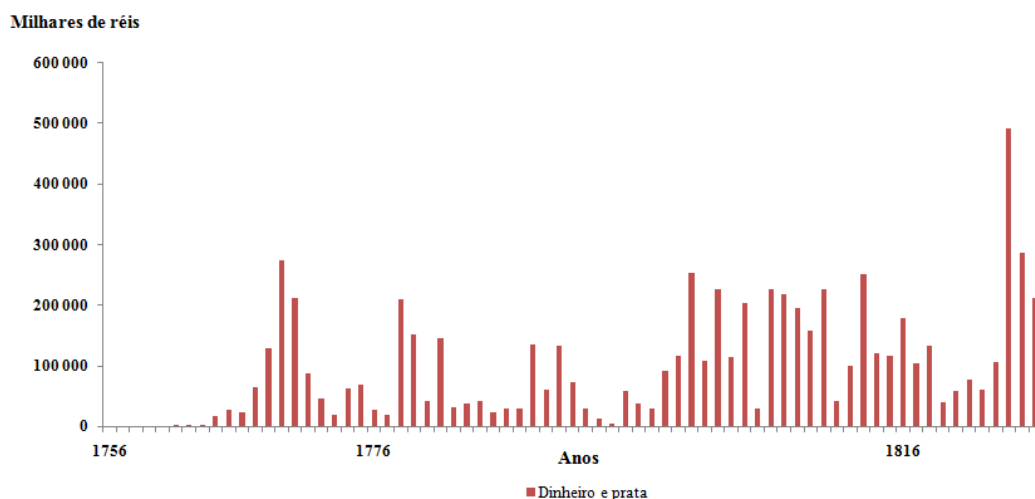
Dinheiro e prata

As reservas de liquidez da *Companhia* eram constituídas por dinheiro e prata.

Como se pode verificar pela análise do gráfico 5, o valor agregado destas rubricas variou muito e teve um pico acentuado nos últimos anos do período analisado, o que não significa que a *Companhia* estivesse mais folgada na sua tesouraria.

De facto e se efectuarmos o contraponto com a composição dos grandes agregados do ‘débito’ e do ‘crédito’ anual da *Companhia* (vide gráfico 6), somos levados a concluir que o empate de capital em stocks e em valores a receber de remessas e de clientes aumentou significativamente depois de 1800, tendo a *Companhia* conseguido financiar este empate essencialmente com recurso a dívidas. É possível que o aumento de liquidez nos últimos anos seja o reflexo da necessidade de criar reservas de curto-prazo para fazer face ao vencimento dessas dívidas.

Gráfico 5: Saldo anual da conta de dinheiro e prata da *Companhia* (1756-1826)

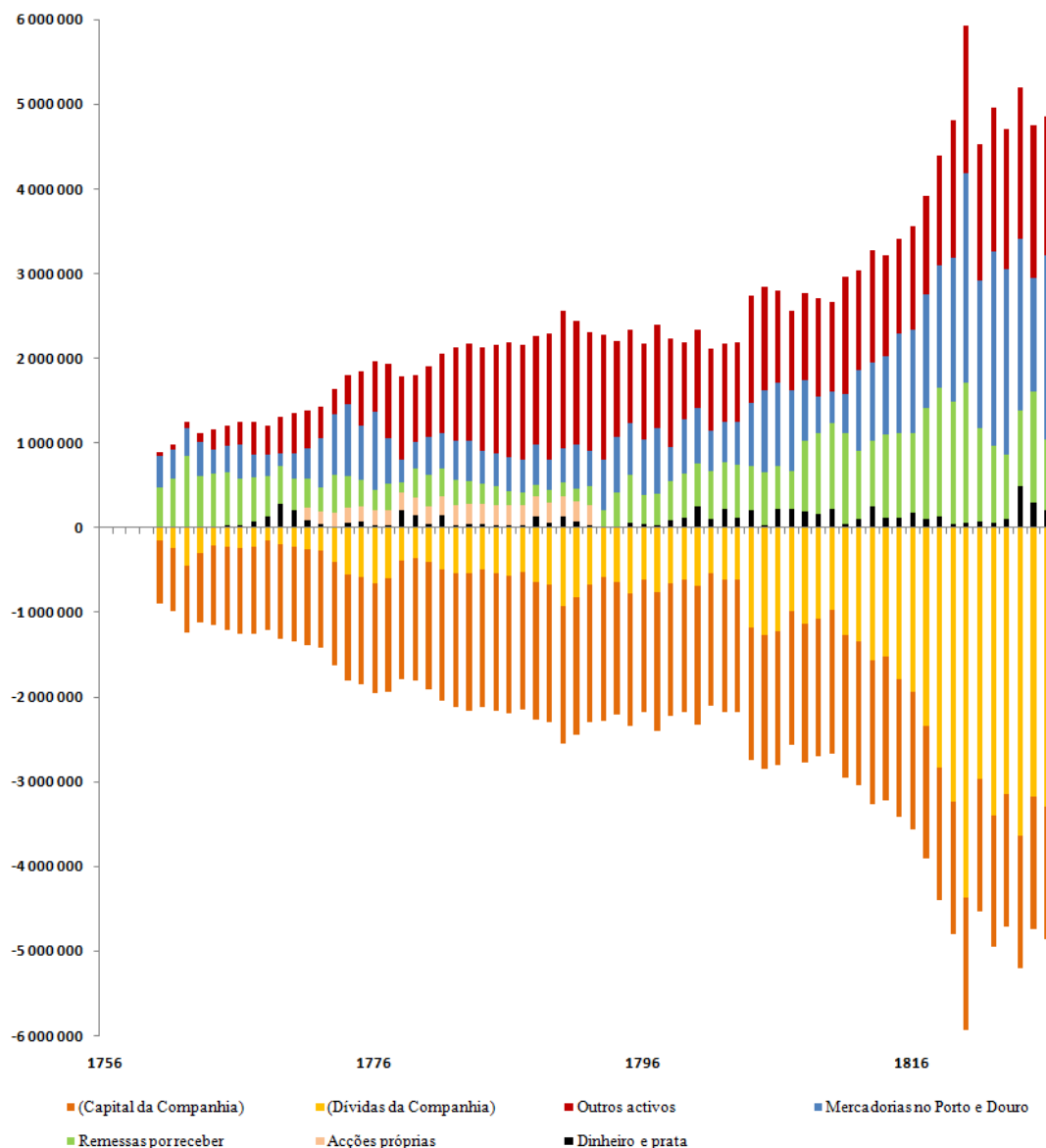


Fonte: Síntese de nossa autoria, com base Arquivo da CGAVAD, “1º e 2º livros de balanços” - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.

³¹⁹ “... na Russia aonde por costume invariável, nem as fazendas da primeira necessidade deixão de se vender fiadas a doze, e dezoito mezes, e aonde todas as compras se praticão a dinheiro de contado por contratos antecipados de seis, a oito mezes...” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 182-183).



Gráfico 6: Composição do débito e crédito da *Companhia* (1756-1826)



Fonte: Síntese das informações contidas nos *Estados* de nossa autoria, com base Arquivo da CGAVAD, “1º e 2º livros de balanços” - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.

Dinheiro e efeitos no Brasil, Inglaterra, Lisboa

Designação por nós adoptada referente aos valores por receber enviados para aqueles destinos.

As mercadorias enviadas para os portos no Brasil, incluíam as margens presumidas à saída de Portugal e que iam sendo corrigidas à medida que os valores iam



sendo efectivamente remetidos pelos administradores do Brasil, nos moldes anteriormente descritos.

No caso de Inglaterra, os valores a receber referem-se a exportações para clientes daquele País, através do correspondente da *Companhia* lá sediado, bem como ao valor a receber das vendas feitas ao almirantado inglês, enquanto durou essa negociação.

Outros efeitos

Designação por nós adoptada e que se refere aos valores das mercadorias enviadas para outros portos com os quais a *Companhia* negociava de forma mais ou menos esporádica, tais como Ferrol, Dublin, Hamburgo, Amesterdão, São Petersburgo, Nova Iorque, Filadélfia e vários outros portos, essencialmente do Báltico.

Aqui incluímos também os valores a receber relativos a uma negociação com a Ásia na qual a *Companhia* participou e finalmente as dívidas a receber em Vila Real de Santo António, relativas à Companhia Geral das Pescarias Reais do Algarve.

Propriedades da *Companhia*

Refere-se aos valores dos bens imóveis e outros activos fixos da *Companhia*: embarcações, casas e imóveis no Porto, Peso da Régua, Tua, Vimieiro, cais do Bernardo e Pinhão.

Aqui se incluem também os activos da fábrica dos arcos de ferro e verguinha de Entre-os-Rios, bombas de incêndio que a *Companhia* colocou ao serviço da cidade do Porto, ferramenta e demais preparos da tanoaria, as barcas enviadas para Monte Gordo e os alambiques e ferramentas para destilação, utilizados nas fábricas de aguardente.

Dinheiro e efeitos nesta cidade e Douro

Designação por nós adoptada e que se refere essencialmente a saldos a receber e aos stocks de produtos e vasilhame no Porto e no Douro. Aqui se incluem portanto os valores empacotados em pipas e vasilhas, os vinhos de embarque e de ramo, as aguardentes e vinagres, mas também géneros negociados com mais ou menos



frequência, tais como pau amarelo, ferro, carvão, tabuado, pólvora, açúcar, aduelas e arcos de ferro.

As acções compradas (próprias)

Em Abril de 1771 a *Companhia*, acatando as instruções de Pombal³²⁰, abriu aos seus accionistas a possibilidade destes venderem directamente à *Companhia* as suas acções.

³²⁰ Tal como refere Mansilha: “Já terão chegado à noticia de V S^{as} as extremas desordens, que da maliciosa cubiça de vários sojeitos se praticaram com as Apolices das Companhias Geraes; o que deu a S Mag^e, e a S Ex^a justíssima cauza para se suspenderem os efeitos dos Alvarás, pelos quais se ordenava, que quaisquer credores fossem obrigados a recebe-las em pagamento, como se fora dinheiro liquido; ficando, daqui por diante, estes pagamentos por Apolices, na livre, e Espontanea Convenção das Partes.

Desta justíssima, e providentíssima Resolução Regia rezultou, que muitos mal affectos às Companhias, entrassem a desacreditar as Suas Apolices, publicando, que daqui por diante se venderião a 40, ou 50 moedas [abreviatura ilegível]. Tendo eu a honra de estar na alta prezença de S Ex^a, e falando-se nesta importante materia, e no bom estado, em que pela boa direcção de V S^{as} se achava a nossa Companhia Geral do Alto Douro, supostos os dinheiros, que já na repartição passada ficaram em Caixa, e sobem à quantia de 274.293\$439 reis; alem de todos os outros augmentos, que o mesmo Sn^r tem visto nas Cartas, que V S^{as} me dirigem; assentou S Ex^a, que não podia haver acção de mayor honra, e Credito para a sua Junta, e para toda a nossa Companhia em Geral, do que a de comprar as Suas Apolices, pelo valor respectivo, em que se acharem, a todos aquelles, que as tiverem, e, ou por necessidade, ou por Outro qualquer motivo, as queiram livremente vender; tudo na forma do Edital impresso.

Não se esqueceu representar ao ditto S^{nr}, que estas compras feitas lentamente por competentes espaços de tempo, não podiam causar oppressão a V S^{as}; porem, que no Cazo, que simultaneamente concorressem muitos vendedores, não poderiam satisfazer-lhes promptamente, sem algum prejuizo; e por esta Cauza seria bom, que no Edital se pozesse alguma clauzula restrictiva, para que nas Suplicas, que as Partes fizessem à Junta, se lhes dessem os despachos, assignandolhes para os pagamentos, as dilações que precisas fossem, para que no termo dellas, recebessem o importe das Apolices vendidas.

S Ex^a porem, como mais entendido, e experimentado, do que eu, não anuiu, a que se posesse no Edital similhante restricção, considerando, por huma parte, que o mesmo credito, que a Junta dava às suas Apolices pelo Edital; fazendo cessar a desconfiança dos Accionistas, e dos outros Negociantes, e Pessoas fora do Commercio, onde param; os cohibiria para as não quererem vender; mais que no cazo de huma grande necessidade, à qual não podessem ocorrer por otro modo: em cujos termos, talvez, que com a Despeza de 100, ou 150 mil Cruzados, pouco mais ou menos, se possa cumprir esta honradíssima, e acreditadíssima Resolução, tomada pelo Edital; cuja despeza fica sendo insignificante ao Estado actual da Companhia.

Acrescentou porem, o mesmo Sn^r, que no cazo, não esperado, de hum numerozo concurso, daria as providencias convenientes, e decorozas, que necessarias fossem: sendo certo, que não obstante a generalidade do Edital, bem se deixa ver, que esta hé sem prejuizo da Existencia, e Continuação da Companhia; e que por isso mesmo hade sempre conservar os Accionistas proporcionados: Pelo que, podem V S^{as} desterrar qualquer susto; que pelo referido motivo Lhes possa vir ao pensamento.

Em conformidade do que deixo ditto, mandei imprimir os Editaes, que remetto, para que tomando alguns delles com a assignatura de dous Sn^{rs} Deputados, se possam afixar nos Lugares públicos desta Corte; e lá para essas partes os mandarão V S^{as} afixar, onde necesario for. Inclua nesta receberão V S^{as} a carta de S Ex^a com o original manuscripto do referido Edital; e hé preciso responder ao ditto Sn^r dandolhe os devidos agradecimentos, pela licença dada para comprar as Apolices; a qual, não só pelo caminho, que abre a hum novo, e tão útil Commercio, mas por ser a primeira, e singular nesta materia, se faz estimabilíssima, e acumulará ao bem estabelecido credito, dessa Junta, hum lustre, que hade fazer a admiracão de todos, os que tiverem juízo para lhe perceberem o pezo.



Esta medida visou fortalecer o crédito das acções da *Companhia*, sendo pouco posterior ao Alvará de 23 de Fevereiro de 1771 que pôs fim a um período, iniciado pelo Alvará de 21 de Junho de 1766, durante o qual as acções das Companhias gerais não podiam ser transmitidas abaixo do seu valor contabilístico, dado a conhecer através dos chamados ‘Resumos do Estado’ das companhias³²¹.

Essa medida criou problemas de arbitragem, pois os accionistas tinham o direito mas não o dever de dar acções das companhias em pagamento de dívidas que tivessem. O Marquês de Pombal encontrou na compra das acções próprias uma forma de dar continuidade a essa verdadeira garantia de valor mínimo das acções³²², mas sem a violência para os credores que a medida anterior encerrava.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 12 de 17, carta de 23.03.1771, fl 45-46).

³²¹ Veja-se o que Mansilha escreve à Junta sobre as dificuldades ainda sentidas em 1764 para convencer os investidores da solidez da Companhia: “... podem sacar letras sobre o dito João Fernandes de Oliveira, e sobre o Tesoureiro do Real Erário, porque serão aceitas, e pagas. Tudo isto pratiquei com os dois, que deixo referidos, e com o Il^{mo} e Ex^{mo} Snr Conde de Oeyras, a quem devemos este novo accionista, e brevemente haverá outros, que completem o fundo, visto os Sen^{res} dessas Partes estarem ainda melindrosos sobre este commercio de Companhias, porque ainda não considerarão bem a sua força, e utilidade, que brevemente experimentarão, e talvez a tempo, que trussão as orelhas.

Já avizei que a Companhia do Pernambuco estava completa, de fundo, e sobejarão mais 300\$ cruzados. Enfim a qui já se abirão os olhos, e ahi espero se abráo brevemente, depois de verem as fortes providencias, que se hão de dar a respeito do valor, e solidez das Acçoens de Companhia, que será igual ao que se pratica nos Bancos de Londres: pelo que devemos muito ao despacho desses Ministros...”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 28.01.1764, fl 3).

“...De todos os calculos, que VM^{ces} remetterão, por ora só mostrei, os que manifestavão o erro das contas de Londres; Os quaes S Ex^a manda remetter ao Tezoureiro do Real Erario, para os conferir com as contas dos Inviados: Esta dependência, como as de todos os outros calculos, não se pode aqui despachar; porque pedem a minha assistência, e a do d^o Tezoureiro, que nisto tem p^{ar} empenho de favorecernos, quanto lhe for possível, para o fim de completar o fundo da Companhia, fecharse e fazerse a repartição ao mesmo tempo, com o qual se evitará o baixo conceito, que se tem formado do valor das Apolices da Companhia, como VM^{ces} muito bem ponderão. Para tudo isto se fazer com a devida solidez, hé precisa a Conjuntura, que deixo dito, que só pode haver depois que SS Mag^e e S Ex^a daqui partirem que se diz será por toda a primeira semana de Quaresma, até o meyo da segunda.”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 24.02.1764, fl 19-20).

³²² O Estado também acima as aceitava: Nesta carta de Mansilha à Junta alude-se a um caso de compra de acções por parte de um contratador de diamantes, que as deixa penhoradas no Erário Régio à espera de quitar as suas contas: “No que respeita à Apolice perdida e pedida por esse Accionista, disse S Ex^a, que me informasse pelas Juntas da Corte, e se obrasse o mesmo, que ellas praticão. E como antes de vir para aqui tinha feito a mesma pergunta ao Thezoureiro do Real Erario, este me disse, que se lhe devia passar segunda Apolice com clauzula; e nesta conformidade obrarão VM^{es} o que forem servidos. Foi minimamente escrupuloso esse sogetto, que não quiz aceitar as cem Apolices dos Accionistas João Fernandes de Oliveira, e Filho; devendo contemplar, que tinha vigor o dito de huma Corporação Regia, para equivaler a huma falta de aviso, talvez occasionada de descuido: Mas foi providencia a sua recuzação, por quanto falando com o Thezoureiro do Real Erario, me disse, que mandasse vir as ditas Apolices, remetidas assim, e lhas entregasse, para ficarem depositadas no Erario Regio, até se liquidarem as contas dos Diamantez, de que o d^o João Fernandes de Oliveira, hê contratador. Nestes termos podem VM^{ces}, na forma dos meus avizos, sacar as letras dos quarenta contos de reis, ou no nome



A *Companhia* propunha portanto adquirir as acções a quem as pretendesse vender, exactamente pelo último valor contabilístico das mesmas. Por seu turno, não pretendendo amortizar em definitivo as acções que viesse a tomar, desde logo anunciou ser sua intenção alienar as mesmas pelo valor contabilístico à data dessa venda, acrescido de uma sobretaxa de 4%. Todas estas informações constavam de um edital da *Companhia* com data de 03 de Abril de 1771³²³.

Estamos em crer que esta sobretaxa de 4% se destinava a desincentivar comportamentos oportunistas, pois caso contrário poderia algum especulador adquirir acções à *Companhia*, receber os dividendos das mesmas e voltar a revender pelo mesmo valor.

Esta medida da *Companhia* sucedeu de forma bastante próxima ao período de subscrição do segundo fundo de 600 novas acções, no valor de 240 000 000 réis, que se iniciou em 1761 e se deu por encerrado em 1769, com apenas 520 acções subscritas. O

do referido João Fernandes de Oliveira, ou no do Thezoureiro do Real Erario, ou no de ambos, precendendo sempre carta de avizo ao d.º Thezoureiro, para saber o destino da letra: Porque o dinheiro se acha nos cofres reaes; à disposição do mesmo Thezoureiro, que tem ordem para o distribuir no emprego das cem Apolices. Se cazo as ditas Apolices estiverem já entregues a esse sogeito de Mira Gaya, vejão se lhas podem tirar outra vez; e remettermas com seguranças; e no cazo que não possam havelas, por conta dos seus desmaziados escrúpulos, nada importa; porque o d.º João Fernandes cá as entregará; nem faça isto sosobro a VM^{ces}.”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 21.02.1764, fl 17 e 18).

³²³ Mansilha dá notícia à Junta do impacto da publicação do mesmo:

“Logo me ordenou que naquella mesma manham mandasse afixar o Edital nos lugares costumados, o que executei. S Ex^a se persuade, que alem de alguns Negociantes, em que algumas das dittas Apolices param; e de outros alguns oprimidos de necessidade urgente, não haverá homem tão louco, que queira tirar o seu dinheiro de hum Banco de tanta segurança, e lucro correspondente.

A experiencia destes poucos dias me vai persuadindo a certeza daquelle pensamento. Como este negocio, assim que foi aceite, e aprovado por S Ex^a, foi tanto do Seu gosto, o noticiou a algumas pessoas, mais confidentes, e amigas do bem: Destas se foi espalhando por outras; de forma que me vi perseguido de alguns sogeitos, a suplicar-me lhe comprasse algumas Apolices que tinham por trespasses; e que, não só davam lucros vencidos do anno de 1770; mas também os acumulados aos capitaes. A todos fui respondendo, que eu nado podia fazer, sem ordem da Junta, da qual, não tinha recebido avizo algum, a este respeito.

Tanto porem, que sahio o Edital, na referida manham, athé à datta desta, não apareceu aqui mais algum a fazer-me o mais leve requerimento. Ao tempo, que fiz afixar os Editais na Praça do Commercio; que foi de volta da Secretaria de Estado, junto ao meyo dia; parando na Sege; e mandando ao moço com dous Editaes, e massa para se pregarem; Logo concorreram muitos Negociantes, ao sacco da Sege, pedindome copias do Edital: Eu trazia perto de 150, que todos ali ficaram; e o alvoroço de todas aquellas gentes foi inexplicável; Como tambem em todas as outras partes, onde o mandei afixar: Na do Rocio estavam turnas de gente a escutar, quando algum lia o Edital em voz alta; e muitos diziam = Isto haviam de fazer as Companhias daqui. Enfim a admiração foi universal, desde o mayor athé o menor.”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 12 de 17, carta de 13.04.1771, fl 50-51).

Atente-se que o valor contabilístico das acções do 1º fundo no final de 1770 já era de 1 078 688 réis, ou seja 2.7xs o seu valor nominal que era 400 000 réis (Arquivo da CGAVAD, “*1º livros de balanços*” - cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5..



motivo deste aumento de capital era, recorde-se, a necessidade de fazer investimentos no negócio das aguardentes, cujo exclusivo no Minho, Douro e Beira havia sido concedido à *Companhia*, contraditório portanto com o aparente excesso de liquidez que a disponibilidade para adquirir acções próprias sinalizava.

O que é certo é que alguns accionistas, contrariando as expectativas de Pombal, venderam mesmo as suas acções à *Companhia*. Logo no primeiro ano foram 230 acções, no valor de 143 674 milhares de réis. Depois o fenómeno abrandou muito. Em 1778 a *Companhia* era detentora de 262 acções, valor que se manteve até 1793, ano em que recebeu ordens expressas do secretário de Estado José de Seabra da Silva para as vender (Marcos, 1997: 658), o que de facto conseguiu fazer.

Durante o tempo em que deteve as acções próprias, a *Companhia* manteve-as registadas no seu património. As acções adquiridas foram sendo registadas pelos seus valores de compra e o stock de acções foi sendo revalorizado em cada ano de acordo com a evolução da cotação oficial das acções dos 1º e 2º fundos³²⁴.

Com poucas diferenças conseguimos reproduzir os cálculos anualmente realizados, tendo em vista o registo destas acções nas contas da *Companhia*.

³²⁴ Uma questão que não conseguimos resolver é a relativa à conta de resultados ou de balanço que terá sido utilizada para relevar a contrapartida da revalorização das acções. Tudo nos leva a crer que essa contrapartida foi sistematicamente uma conta de passivo, até porque nas contas de 1793 aparece uma nota sobre a sua utilização para amortizar dívidas perdidas, “conforme o Régio Aviso de 28 de Janeiro de 1786”.

Costas largas teve este Régio Aviso, como mais à frente explicaremos.

**Quadro 15: Valor das acções próprias nas contas da *Companhia* (1771-1793)**

Ano	1º fundo		2º fundo		Valor das acções no balanço				
	Quantidade adquirida / (vendida)	Valor unitário das acções em (N-1)	Quantidade adquirida / (vendida)	Valor unitário em (N-1)	Valor das aquisições e das vendas (e)=Σ(a)x(b)	Revalorização do stock de acções (f)=F(a;b)	Valor no final do ano (g)=(e)+(f)	Valor que figura nos balanços da Companhia (h)	Diferenças não explicadas (i)=(h)-(g)
	(a)	(b)	(a)	(b)	(mil réis)	(mil réis)	(mil réis)	(mil réis)	(mil réis)
1 771	158	700	72	459	143 674	0	143 674	143 674	0
1 772	0	708	-4	467	-1 869	1 840	143 644	141 804	-1 840
1 773	20	716	0	475	14 320	1 808	159 772	159 772	0
1 774	1	760	0	519	760	10 751	171 283	170 522	-761
1 775	8	768	0	527	6 142	1 976	179 401	180 095	694
1 776	0	776	0	535	0	2 040	181 441	182 151	710
1 777	2	804	0	563	1 607	7 097	190 145	190 145	0
1 778	5	822	0	582	4 111	4 781	199 036	199 036	0
1 779	0	856	0	615	0	8 859	207 895	207 895	0
1 780	0	876	0	635	0	5 268	213 163	213 163	0
1 781	0	911	0	671	0	9 236	222 399	222 399	0
1 782	0	942	0	701	0	8 044	230 443	230 443	0
1 783	0	964	0	723	0	5 674	236 118	236 116	-2
1 784	0	979	0	739	0	4 142	240 259	240 256	-3
1 785	0	979	0	739	0	0	240 259	240 256	-3
1 786	0	979	0	739	0	0	240 259	240 256	-3
1 787	0	979	0	739	0	0	240 259	240 256	-3
1 788	0	979	0	739	0	0	240 259	240 256	-3
1 789	0	979	0	739	0	0	240 259	240 256	-3
1 790	0	979	0	739	0	0	240 259	240 256	-3
1 791	0	979	0	739	0	0	240 259	240 256	-3
1 792	0	979	0	739	0	0	240 259	240 256	-3
1 793	-194	979	-68	739	-240 259	0	0	0	0

Fonte: Arquivo da CGAVAD, “1º livro de balanços” - cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5.

As acções acabariam por ser vendidas por exactamente 240 256 milhares de réis, em 1793, fazendo-se assim letra morta da sobretaxa de 4% prevista em 1771³²⁵.

Cálculo anual do valor das acções

O valor das acções da *Companhia* foi, a partir de 1769, inclusive, determinado como a razão entre o valor do capital próprio e o número de acções emitidas. O valor do capital próprio variou anualmente em função dos lucros anuais apurados – nunca se deu o caso de se terem apurado perdas – menos os dividendos que em cada ano se decidiram distribuir.

Acontece que o capital do primeiro fundo da *Companhia* não foi constituído de um só golpe. As subscrições de acções iniciaram-se em 1756, tendo sido colocadas 254 acções, mas apenas em 1760 as últimas 20 acções, das 1 200 disponíveis foram efectivamente subscritas (Sousa: 2006: 61-62). Não obstante este facto, todas as 1 200

³²⁵ O que pode ter uma explicação racional. Estas acções próprias não venceram dividendos, os quais no ano em causa foram exactamente 4% do valor do capital da Companhia.



acções receberam igual cotação no primeiro fecho de contas efectuado, precisamente no final do ano de 1760. Foi igualmente nesse ano que se decidiu a distribuição dos primeiros dividendos: 84 001 milhares de réis, de um total de lucros acumulados até à data de 256 196 milhares de réis.

Outra opção poderia ter sido encarada, nomeadamente considerar diferentes cotações, consoante o ano ou mesmo o mês em que se deram as entradas dos sócios. A tecnologia para o fazer estava disponível, tanto assim que a *Companhia* apurou os resultados anuais relativos a cada um dos anos, de 1756 até 1760. Tal não foi no entanto a opção.

Em Dezembro de 1760 levantou-se um problema adicional, relacionado com a decisão de aumentar o capital da *Companhia*, por causa da concessão do monopólio de produção e comercialização das aguardentes, nas três províncias do Norte de Portugal.

Este monopólio implicou a abertura de fábricas e alocação de fundo de maneo adicional ao novo negócio. A *Companhia* não tinha dinheiro em caixa para o fazer. Perante esta situação, o Marquês de Pombal decidiu aprovar um aumento de capital, a realizar a partir de 1761, no valor de 240 contos de réis, dividido em 600 novas acções, precisamente metade do capital nominal do primeiro fundo.

Não se previu a existência de direitos de preferência dos accionistas do primeiro fundo³²⁶, nem o pagamento de nenhum prémio de emissão, tendo em consideração a existência dos ditos lucros não distribuídos, até ao final de 1760. Esta situação levantou portanto o problema de saber que cotação deveriam ter as novas acções, relativamente às do primeiro fundo.

Acresce que a subscrição do segundo fundo dilatou-se muito no tempo. Em 1769, quando se encerrou a sua subscrição, ainda ficaram por subscrever 80 das 600 acções.

Através do aviso de 13 de Novembro de 1769 o Marquês de Pombal resolveu a questão. As acções do primeiro e segundo fundo deveriam seguir vidas separadas em termos contabilísticos. Cada categoria de acções, as do primeiro e segundo fundos, teriam uma cotação distinta e as acções do segundo fundo só acrescentariam valor ao seu valor inicial, em função da correspondente quota-parte dos lucros não distribuídos, a começar em 01 de Janeiro de 1761.

³²⁶ Prática que já era conhecida na Europa, pelo menos desde o tempo de John Law (1671-1729) e praticada por exemplo na vizinha Espanha, na Real Compañia de Filipinas (Marcos, 1997: 512).



Já entre as acções do segundo fundo subscritas em diferentes anos, não haveria que fazer distinções “sob pena de criar uma multiplicidade de fundos de que resultariam minúcias que dariam lugar a confusões de contas inaveriguáveis” (Marcos, 1997: 514). De resto já havia sido esta a decisão tomada no que respeita às acções do primeiro fundo, subscritas em anos diferentes³²⁷.

A questão andou portanto mal resolvida nas contas da *Companhia* entre os anos de 1761 e 1768. As Demonstrações do Estado da *Companhia*, nas páginas finais que reportam a acumulação de valor por acção, exibem o valor do capital subscrito, nos primeiro e no segundo fundos e a acumulação percentual a este valor, resultante dos lucros não distribuídos. No caso do segundo fundo repetem este exercício para todos os diferentes anos de subscrição, sugerindo portanto e por exemplo que as primeiras acções subscritas em 1761 teriam direito a uma acumulação superior às dos anos subsequentes. Apesar de terem todos os elementos para esse cálculo, não demonstram no entanto, explicitamente, o valor da cotação de cada espécie de acção.

Perante as dúvidas quanto à forma de operacionalizar a decisão do Marquês de 13 de Novembro de 1769, suscitadas pela junta da *Companhia*, o próprio Marquês de Pombal se encarregou de dar nota da sua decisão à junta através do Aviso de 10 de Maio de 1770. Com base na demonstração do estado da *Companhia* de 1769, este aviso

³²⁷ Escreve Mansilha à Junta em 16 de Abril de 1764: “Depois de examinado quanto VM^{ces} advertirão pela sua carta de 14 de Fevereiro proximo passado que me foi entregue em Salvaterra, sobre o modo de repartir o lucro aos Accionistas. Foi S Ex^a servido decidir a forma da repartição, que perpetuamente deve subsistir na nossa Companhia, acingindose, ao que se praticou na Companhia de Pernambuco: exceptuando somente; o que já se repatio, e se possa repartir, conforme o methodo, que athe agora se praticou: Desorte que, o que está repartido, e se repartir antes de VM^{ces} receberem as ordens de S Ex^a sobre esta materia, fica na acquisição dos antigos Accionistas, sem que se haja de comonicar, por nova partilha, aos que entrão de novo. Porem ficando as repartiçoens já no seu vigor, se hade introduzir hum constante methodo de repartir, em forma que os Accionistas existentes, e futuros se repartem, como se tivessem entrado todos juntos no mesmo dia. Comonicandose a todos, não só os lucros das Acçoens Originaes, mas tambem a reserva, ou valor atribuido a cada huma dellas, no Estado Real, e juntamente arbitrario em que se achão. Isto he com os tanto por cento, em que as ditas Acçoens estiverem acrecentadas no fundo, ao tempo, em que este novo methodo se introduzir, que não tardará muito. Esta nova forma pareceu a S Exa mais conveniente, e desembaraçada para nossa Companhia: Conveniente; porque assim atrahimos novos Accionistas para se completar o fundo; que todo hé preciso para as negociaçoens della, suposto o Adjunto das Aguas Ardentes, e os grandes empates, que nestes primeiros tempos será preciso sofrer com vinhos nessa Cidade; e quando sobejem dinheiros, pode a Junta applicalos para outros infinitos generos do Commercio, que lhe são permittidos, e em que lucra muito = Desembaraçada: Porque pelo methodo antigo, sempre havia o terrivel enfado de diversificar a Conta do todo, dividindoo quazi como em dois fundos: o que sem duvida havia de cauzar muitas inquieta.oens, que se evitão por este solido methodo, sem prejuizo consideravel para os antigos Accionistas; que devem attender, que os novos, lhe vem acrecentar dobrada força aos Seus Capitaes...” (Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 16.04.1764, fl 43).



fixava que as 1 200 acções do primeiro fundo valeriam 700 000 réis e as 520 acções do segundo fundo valeriam 459 360 réis (Marcos, 1997: 515).

O provável cálculo realizado pelo Marquês de Pombal foi o que se apresenta no quadro abaixo.

Quadro 16: Valorização das acções dos 1º e 2º fundos da *Companhia* (1770)

Ano	Lucro	Dividendos	Lucros	Acções subscritas		Acumulação	
	anual	Distribuídos	retidos	1º fundo	2º fundo	1º fundo	2º fundo
	(réis)	(mil réis)	(mil réis)	(número)	(número)	(mil réis)	(mil réis)
	(a)	(b)	(c) = (a)-(b)	(d)	(e)	(f)=f[(c);(d);(e)]	
1.756	19.162	0	19.162	254	0	19.162	0
1.757	20.774	0	20.774	954	0	20.774	0
1.758	56.597	0	56.597	1.180	0	56.597	0
1.759	63.674	0	63.674	1.180	0	63.674	0
1.760	95.989	84.001	11.988	1.200	0	11.988	0
1.761	70.102	27.456	42.646	1.200	48	41.006	1.640
1.762	76.887	27.940	48.947	1.200	70	46.249	2.698
1.763	47.685	30.480	17.205	1.200	70	16.257	948
1.764	68.621	35.616	33.005	1.200	284	26.689	6.316
1.765	55.229	36.648	18.581	1.200	327	14.602	3.979
1.766	46.965	37.824	9.141	1.200	376	6.960	2.181
1.767	55.449	41.184	14.265	1.200	384	10.807	3.458
1.768	57.423	41.470	15.953	1.200	395	12.002	3.951
1.769	63.650	44.720	18.930	1.200	520	13.207	5.723
(g)	Total (mil réis)					359.973	30.894
(h)	N.º de acções subscritas em 1769					1.200	520
(i)=(g)/(h)	Lucro acumulado por tipo de acção (mil réis)					300	59
(j)	Capital por acção subscrita (mil réis)					400	400
(k)=(i)+(j)	Valor teórico das acções (mil réis)					700	459

Fontes: Arquivo da CGAVAD, "1º livro de balanços" - cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5; Marcos (1997: 515).

As acções do 1º fundo e as subscrições mais tardias do 2º fundo acabaram por ser beneficiadas por este raciocínio, pois a acumulação anual em que se baseou foi construída tendo por base as acções efectivamente subscritas em cada ano e não o lote de 520 acções do segundo fundo, que só viria a ficar completo em 1769.

O que fica no entanto para a história é que os valores preconizados pelo Aviso de 10 de Maio de 1770 foram os acolhidos no fecho de contas do próprio ano de 1769



da *Companhia* - contas curiosamente datadas de 01 de Janeiro de 1770 – passando a constituir a base de cálculo, em anos futuros, do valor de ambos os fundos da *Companhia*.

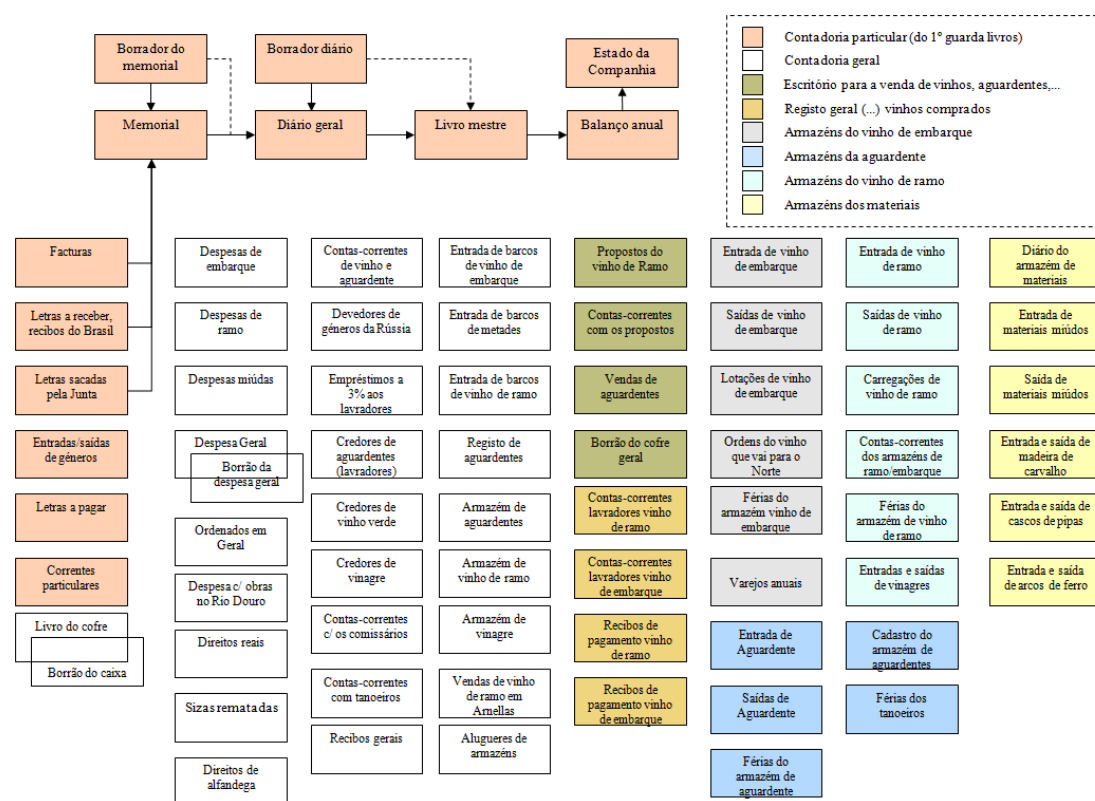
A partir desse ano de 1770, a variação do valor das acções de cada um dos dois fundos foi sempre reportada em valor absoluto - o valor em réis correspondente ao total do capital que ficava nas contas em cada ano, já deduzido dos dividendos, dividido pelo número de acções. Foi igualmente sempre dada nota da acumulação percentual no valor das acções, mas não como a razão entre o novo valor das acções e o seu valor no ano anterior, mas sim como a razão entre os lucros não distribuídos e o valor do capital nominal inicialmente subscrito de cada acção.

5.4.4. Livros de contas

Interessava especialmente às juntas e à Coroa, o acompanhamento de uma série de informações, cuja extracção e tratamento racional apresentava desafios importantes, dada a diversidade dos negócios e geografias dos mesmos e dado o elevado número de funcionários que trabalhavam para a *Companhia*.

A contabilidade da *Companhia* foi organizada de forma a poder processar, resumir e fornecer essas informações, essencialmente relacionadas com as quantidades de produtos comercializados, por natureza e destino, os respectivos preços de venda, margens dos mesmos e custos associados ao seu comércio ou aos encargos gerais de estrutura da *Companhia*.

Atendendo, como se disse, à existência de negócios de vários géneros, oriundos e/ou comercializados em vários destinos, por várias pessoas, seria aconselhável a utilização de um sistema contabilístico de tratamento de informação segmentado. Foi precisamente essa a opção tomada, no caso da *Companhia*, tal como demonstrado na figura 9 abaixo.

**Figura 9: Livros de contas da *Companhia* e sua articulação (1756-1826)**

Fontes: Síntese de nossa autoria, baseada na consulta dos livros de contas existentes no arquivo da CGAVAD e em AHOP, Ministério do Reino MR 35, “*Negócios da Companhia...*” Doc. N.º 22 “*Rellacão dos Livros que actualmente servem nos Escritorios e contadoria da Comp.ª Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro, desde o primrº de Janeiro de 1777 primeiro da reforma dos segundos vinte annos da duração da mesma Companhia concedida por Sua Mag.de*” (Vide anexo 7).

A figura 9 é apenas uma síntese, de nossa autoria, dos livros que acreditamos serem os mais importantes entre os múltiplos utilizados em cada repartição da *Companhia*. Uma lista completa dos mesmos, relativa ao ano de 1784, pode ser encontrada no anexo 7.

Como se pode ver na figura 9, a recolha de informações relacionada com compra e vendas, pagamentos e recebimentos e despesas de vários tipos, encontrava-se conceptualmente separada, de uma forma “natural”, por produto/destino.

Existiam procedimentos próprios e oficiais unicamente dedicados à recolha de informações relacionadas com o comércio de vinho para as tabernas, outros ao comércio do vinho de embarque, outros às aguardentes, etc.

Adicionalmente a estes livros principais, a contadoria da *Companhia* centralizava também uma série de livros de registo e correspondência, que lhe permitiam o acesso facilitado a informações de diversas naturezas.



A divisão do trabalho administrativo, estava de acordo com o restante desenho organizacional, pois desde os deputados eleitos, aos fiéis dos armazéns, todos os negócios da *Companhia* eram tendencialmente tratados por funcionários exclusivamente dedicados a cada uma das incumbências.

Uma vez que era entendida como necessária a existência de uma informação global sobre o estado da *Companhia*, de forma a fundamentar decisões sobre o governo da mesma, em determinados momentos consolidavam-se as diferentes informações produzidas³²⁸, normalmente aproveitando-se essas ocasiões para, cruzando dados, fiscalizar a correcta utilização dada pelos oficiais aos bens e dinheiro da *Companhia*.

A forma como os resultados dos negócios da *Companhia* nos são apresentados nas contas anuais confirma uma elevada estabilidade temporal nas práticas de reporte dos números desses mesmos negócios, o que portanto indicia uma elevada estabilidade nas práticas de recolha desses números.

A centralização das informações, foi no entanto uma operação sempre problemática para os oficiais da *Companhia*. Ao longo do período que analisamos é claro o significativo e sistemático atraso no encerramento das contas da *Companhia*, face aos prazos estatutariamente estabelecidos e é também clara a existência de lacunas e atrasos significativos na chegada de informações à contabilidade da *Companhia*.

Só assim se pode compreender a distância temporal entre a saída de mercadorias do Porto e o registo definitivo da margem correspondente a essas mercadorias, ou a tardia chegada de notícias sobre desfalques de índole diversa, resultantes de actos de vandalismo, pirataria, ou de incêndios, ou o registo de determinados fenómenos patrimoniais em momentos substancialmente subsequentes aos factos que lhes deram origem (exemplo: perdas de mercadorias em naufrágios registadas anos depois do recebimento do respectivo seguro).

Poder-se-ia defender a existência de um propósito consciente nestes atrasos, como por exemplo o de antecipar ou protelar determinados custos ou proveitos. O juízo que fazemos aponta noutro sentido, já que os oficiais da *Companhia*, como se disse, dispunham de formas mais simples e legalmente chanceladas, para conseguir os ditos resultados pré-determinados. Provisões para saldos de clientes, abate de cascos de pipas ou mais simplesmente ‘abates’ directos de resultados.

³²⁸ Conforme procuramos demonstrar no lado esquerdo e no lado superior da figura 9.



De facto o que nos parece é que existia alguma passividade no tratamento ou não tratamento de algumas informações, bem como alguma resistência à alteração de práticas.

De facto, se a margem dos negócios do Brasil nunca atingiu a que estava legalmente autorizada, porque razão mantiveram os oficiais da *Companhia* a prática de a considerar aprioristicamente atingida, mesmo depois de vários anos de acertos em baixa à mesma?

Se por qualquer razão ficou por pagar uma despesa claramente recorrente num determinado ano - um ordenado, uma renda - porque razão tal nunca foi considerado no rol das estimativas, em anos seguintes, contrariando a lógica prevalecente no que concerne aos proveitos?

O que defendemos é que mais do que actos isolados, fruto do esquecimento, esta forma de actuar, ou melhor não actuar, relativamente ao registo dos custos por estimativa, sinaliza alguma tendência para a cristalização de práticas na *Companhia*, com isso beneficiando algumas vezes os membros das juntas, tendo em consideração a forma de os comissionar e certamente contribuindo também para uma maior estabilidade nos empregos de alguns oficiais, menos submetidos desta forma ao escrutínio das suas acções.

5.4.5. Os Estados anuais da *Companhia*

As contas anuais da *Companhia* intitulavam-se, cada uma delas, ‘Demonstração do Estado da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 31 de Dezembro de [ano], no Porto’.

Eram os verdadeiros resumos do estado económico-financeiro da mesma e compreendiam uma espécie de cálculo de lucros e perdas, dentro de um cálculo mais lato do valor do capital próprio da sociedade e da respectiva repartição pelos activos e passivos que o constituíam. Terminavam com uma proposta de distribuição de resultados.

Tratava-se de contas respeitantes a exercícios estanques, sempre baseados no ano natural, de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro, apesar de em determinadas alturas se



ter sugerido a alteração para o período 01 de Julho a 30 de Junho³²⁹, mais consentâneo com a actividade da lavoura³³⁰, sugestão que nunca vingou.

A partir de 1770 as contas anuais passaram a incluir um termo de aprovação das mesmas pelos membros da junta e a partir de 1784 passaram também a incluir, como anexo final, uma espécie de lembrete das dívidas à *Companhia* consideradas como de recebimento ‘duvidoso’ ou ‘muito duvidoso’, elencando nomes e valores. Paradoxalmente as dívidas duvidosas ou muito duvidosas assim consideradas transitavam como activos com valor líquido positivo para os anos seguintes, sendo por vezes reconhecidas em perdas de forma total ou parcial vários anos mais tarde, acreditamos que por conveniência de gestão dos resultados, como já fomos adiantando.

As contas dos primeiros quatro anos e três meses da *Companhia*, mais precisamente entre 15 de Setembro de 1756 e 31 de Dezembro de 1760 foram sintetizadas no livro de balanços numa única demonstração, ainda que individualizando os lucros de cada um dos anos, incluindo os referentes a 1760.

As contas deste período, como de resto de todos os restantes períodos anuais subsequentes, até ao final de 1826, apresentam invariavelmente o mesmo formato e ordenação:

1. **‘Débito da Companhia’**, neste compreendido o valor do capital, as partidas de lucros e depois de perdas e um saldo líquido das dívidas a pagar e a receber, de forma a perfazer o crédito no final do período em análise;
2. **‘Crédito da Companhia’**, neste se compreendendo essencialmente os valores de mercadorias e/ou efeitos a receber de terceiros ou dos administradores e agentes da *Companhia* no estrangeiro, bem como as mercadorias existentes nos armazéns e o valor dos imóveis e utensílios pertencentes à *Companhia*;

³²⁹ Luis de Sousa Coutinho, num documento atribuído ao secretário de Estado da Rainha D. Maria I, este vai mais longe, equacionando a mudança das datas de final de mandato também para o final de Junho: “...pode ser mais expedito e mais adoptado a boa ordem que as devoluções das Juntas se verifiquem no fim do mez de Junho, e que a mesma data seja o ponto, em que se ajustem os balanços annuaes, em lugar de se praticar hua e outra deligencia no mez de Janeiro, como a Ley prescreve. E isto em attenção que todas as providencias relativas ao Commercio da Companhia, se projectão e dispõem nos mezes de Novembro e seguintes até Março; vindo a ser o mez de Janeiro o ponto medio e mais laborioso...” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 169).

³³⁰ De facto, ainda hoje em dia, boa parte das Empresas que se dedicam ao comércio, ou ao comércio e produção do Vinho do Porto, usam como período de corte das suas operações a data de 30 de Junho. A razão prende-se com o facto de, à data de 31 de Dezembro, ser mais difícil estabilizar as contas, uma vez que o vinho produzido ou adquirido ainda não está devidamente armazenado.



3. **Cálculo da remuneração dos capitais**, compreendendo (i) a determinação de uma percentagem de remuneração contabilística - resultante da divisão dos resultados do período pelo valor dos capitais próprios do período precedente -, (ii) a indicação do valor dos dividendos a distribuir (iii) o consequente novo valor do capital, deduzido dos ditos dividendos, (iv) finalizando com a determinação do valor contabilístico de cada uma das acções.

Todas as verbas apresentadas compreendiam um texto explicativo das mesmas. No caso dos créditos e dos débitos estas explicações estavam alinhadas nos fólios esquerdos da demonstração, com referências cruzadas para as verbas apresentadas nos fólios da direita, conforme o seguinte exemplo retirado da “Demonstração...” do ano de 1762:

Figura 10: Exemplo de duas páginas da Demonstração do Estado... (1762)

<p><i>Explicações</i></p> <p>1.º <i>He de dividir que em duas partes</i></p> <p>2.º <i>Procede das Officinas que se acham no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>3.º <i>Procede dos mesmos motivos a cima referidos.</i></p> <p>4.º <i>Procede dos mesmos motivos a cima referidos.</i></p> <p>5.º <i>Procede dos mesmos motivos a cima referidos.</i></p> <p>6.º <i>Procede dos mesmos motivos.</i></p> <p>7.º <i>Por empréstimo de 3750000000 de Reales de Enchape que se acham em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>8.º <i>Por empréstimo de 3225000000 de Reales de Enchape que se acham em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>9.º <i>Por empréstimo de 2500000000 de Reales de Enchape que se acham em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>10.º <i>Por empréstimo de 3800000000 de Reales de Enchape que se acham em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>11.º <i>He o valor das casas que se acham em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>12.º <i>He o valor de 5750000000 de Reales de Enchape que se acham em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>13.º <i>He o valor de 5000000000 de Reales de Enchape que se acham em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>14.º <i>He o valor de 5000000000 de Reales de Enchape que se acham em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>15.º <i>He o valor de 5000000000 de Reales de Enchape que se acham em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p>	<p><i>Credito da companhia ou foyto</i></p> <p><i>que se acham para a compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>1.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 232 000 000</p> <p><i>Mercaderias que se acham em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>2.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p>3.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p>4.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p>5.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p>6.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p><i>Mercaderias que se acham em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>7.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p>8.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p>9.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p>10.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p><i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i></p> <p>11.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p>12.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p>13.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p>14.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p>15.º <i>Em de no Estado de Bom e da compra de para de requisição para a compra de haver por parte os achados e mais em naquelle lapso de tempo.</i> 100 000 000</p> <p><i>Total del credito da companhia ou foyto</i> 232 000 000</p>
--	---

Fonte: Arquivo da CGAVAD: “1º livro de balanços” - cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5, contas de 1762, fl. 42 vv. e 43 ff.

O número de páginas nos quais se explana cada demonstração variou consoante o número de entradas necessárias para enumerar e explicar todos os débitos e créditos



da *Companhia* – houve anos em que as fontes de lucros ou de perdas foram mais variados -, oscilando entre um mínimo de oito e um máximo de dezasseis páginas, no período compreendido entre 1756 e 1826.

A demonstração dos débitos e créditos de cada ano era composta, como se disse, por um conjunto de verbas e explicações das mesmas. Estas verbas eram no fundo as contas, entendidas como elementos agregadores de transacções com significado comum.

Importa também referir que as partidas relativas ao comércio de géneros, tais como o vinho de ramo, o vinho de embarque, a venda de aguardentes, etc, eram apresentadas no corpo principal da “Demonstração do estado...” pelo líquido valor da margem que geravam, ou seja, pelo valor dos proveitos com a venda, deduzido dos custos das mesmas.

Nestes casos, o texto explicativo destas verbas enunciava – por regra - não só o valor dos custos e dos proveitos associados, como também a quantidade comercializada do produto em questão.

Surgindo, como por vezes sucedeu, haver perda na venda de um género, a margem negativa era apresentada no rol das “perdas”.

Ao longo do tempo a contabilidade da *Companhia* descontinuou o uso de certas contas e acrescentou outras às existentes.

Isto passou-se à medida que a *Companhia* extinguiu ou, o que foi mais frequente, entrou em novos negócios, tais como a venda de arcos de ferros, de géneros importados da Rússia, etc., ou novos mercados (Rússia, Dinamarca, Estados Unidos da América, etc), ou se viu possuidora de novas classes de activos (embarcações, armazéns, fábricas de aguardentes), ou simplesmente passou a dar diferente solução a alguns problemas de cariz económico (como por exemplo o reconhecimento da perda de valor dos cascos com o uso e de perdas com dívidas incobráveis de clientes).

Muitas das contas empregues nas ditas demonstrações eram por sua vez objecto de desagregação mais pormenorizada, nos textos explicativos de cada uma das verbas e por vezes no próprio encadeamento principal das demonstrações: Os lucros ou perdas com aguardente eram, por exemplo, desagregados pelas qualidades de ‘prova de azeite’ e ‘prova redonda’. Os lucros ou perdas no comércio com o Brasil eram também desagregados por cada um dos vários portos de destino; os lucros ou perdas no



comércio de aduelas era dividido entre as que eram importadas e as de fabricação nacional, etc.

No que concerne ao denominado “Crédito da Companhia” a situação era semelhante, ou seja, o grau de desagregação das contas era bastante maior do que o apresentado: As mercadorias possuídas pela *Companhia* na cidade do Porto eram naturalmente objecto de destrição entre vinho de ramo, de embarque, aguardente e diversos outros géneros possuídos pela *Companhia*. As “cazas da Companhia”, à medida que a *Companhia* foi adquirindo património, aconselharam a transformação do nome da conta em “Propriedades e outros bens”, por sua vez desagregado não só nas ditas casas, mas também em armazéns, cais, embarcações, fábricas de aguardentes, fábrica de arcos de ferro e verguinha, etc.

5.4.6. O sistema de controlo interno

A organização da *Companhia* foi desenhada de forma a permitir o controlo sobre o giro dos bens e direitos da mesma, regra geral através do uso de diferentes níveis de autorização ou através da comprovação em duplicado das suas operações, assim criando um sistema de vigilância mútua dos actos praticados.

Esta lógica está patente desde logo na clássica divisão funcional de tarefas: quem comprava na *Companhia* não pagava nem vendia, quem tinha como missão guardar os stocks também não comprava nem vendia, quem vendia não recebia, quem registava as operações não interferia fisicamente com a movimentação dos géneros e quem movimentava fisicamente o dinheiro não o fazia de forma isolada.

Esta lógica aplicava-se aos oficiais da *Companhia*, mas também aos próprios membros das juntas. A abertura do cofre só se podia fazer com múltiplas chaves e as mesmas estavam distribuídas por diferentes membros da junta, o que aliás se percebe, tendo em conta a responsabilidade solidária do provedor e deputados enquanto caixeiros do capital e dos lucros formados na sociedade (Marcos, 1997: 729).

No que toca a pagamentos, por exemplo, a prática estabelecida na *Companhia* do Alto Douro, como aliás em todas as companhias pombalinas passava pelo seguinte: O deputado responsável por cada uma das incumbências apresentava a documentação correspondente às despesas ordinárias na junta; esta remetia-a de imediato para a



contadoria onde eram registadas e se apunha um visto; só depois se podiam pagar, o que no caso de quantias vultuosas era feito na própria junta, mediante a abertura do cofre, em sessões determinadas (Marcos, 1997: 735).

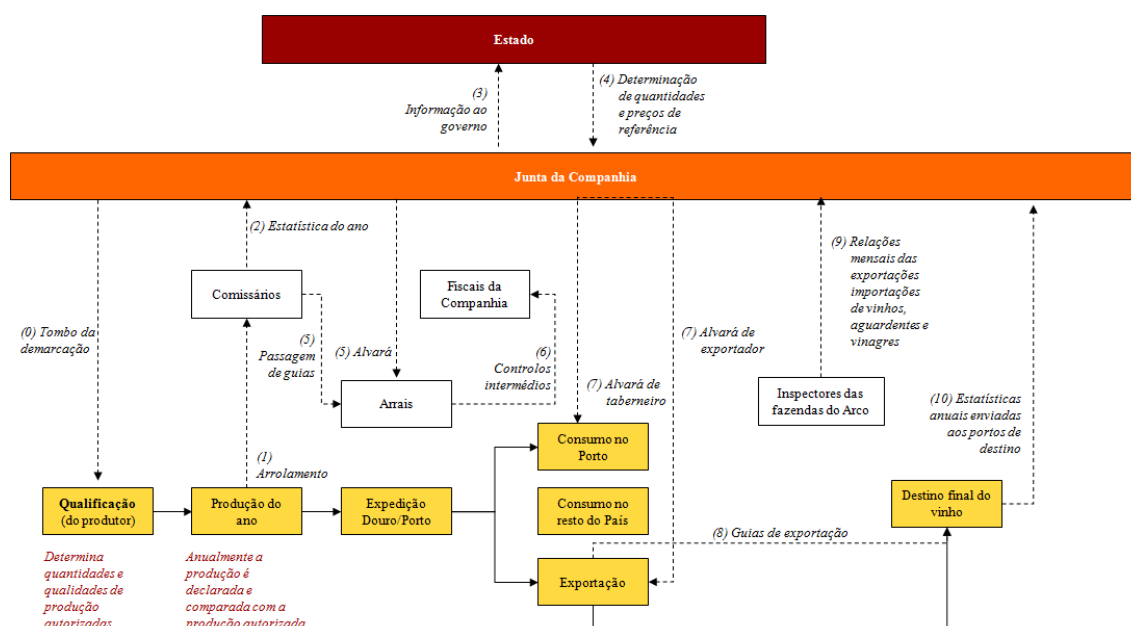
De igual modo, mensalmente previa-se a retirada de um resumo dos movimentos a débito e crédito da caixa, o qual tinha que ser rubricado pelo provedor e pelos deputados e conferido com os resumos dos meses seguintes. Esta prática, prevista aliás em todas as companhias gerais pombalinas, guindava-se pelo velho costume das Companhias e casas de negócio do Norte da Europa (Marcos, 1997: 736).

Este sistema não era no entanto à prova de falhas, como os escandalosos casos de desvios de fundos perpetrados pelos administradores do Rio de Janeiro e de Pernambuco deixaram bem patente em 1782/1783. No rescaldo desses dois casos, a *Companhia* impôs controlos mais apertados a todas as administrações no Brasil, nomeadamente proibindo a utilização de dinheiros por compensação directa, ou seja sem que primeiro entrassem no cofre, estabelecendo um sistema de tripla chave para o cofre, divididas por três claviculários, ordenando a recolha imediata ao cofre do produto de quaisquer venda de produtos, estabelecendo datas certas semanais para a realização de pagamentos e recebimentos, obrigando a que os livros de contas fossem rubricados e encerrados por um magistrado conservador, ditando o encerramento mensal de contas e envio do mesmo para a sede no Porto e finalmente dividindo o trabalho dos administradores em três inspecções particulares: recolha e saída dos produtos, cofre e escritório e contadoria (Sousa e Pereira, 2008: 140).

Para além do controlo dos géneros que negociava em proveito próprio, a *Companhia* era também responsável por vigiar e manter registo sobre todos os fluxos relacionados com a produção, venda e circulação de vinhos na região demarcada do Douro.

Esta vigilância visava assegurar (i) a correspondência entre as qualidades e quantidades dos vinhos autorizados/manifestados e os efectivamente comercializados (ii) a cobrança dos vários impostos estabelecidos na Lei sobre esses movimentos (iii) a não introdução de vinhos de outras regiões no Douro ou saída de vinhos do Douro da região, sem autorização.

De forma simplificada o circuito de controlo desses movimentos, que tinha como figura central a *Companhia*, funcionava da seguinte forma:

**Figura 11: Controlo dos fluxos de produção, transporte e venda (1756-1826)**

Fontes: Elaboração própria com base em Sousa (2006) e *Instituição...* (1756).

Por referência à numeração entre parêntesis da figura anterior, os principais pontos de controlo eram os seguintes:

(0).- O tombo de demarcação consistia na listagem de todas as propriedades incluídas na região demarcada, bem como das produções normalmente esperadas nas mesmas, das diferentes qualidades de vinhos, de acordo com a bondade dos terrenos.

(1) a (4)– Todos os anos a produção de todos os lavradores da região demarcada era arrolada pelos comissários da *Companhia*. Era com base nessa informação que se fazia o juízo do ano “parecer enviado ao Governo quanto à qualidade e quantidade da novidade, o qual, uma vez aprovado, dava origem a um aviso régio e este a um edital da *Companhia*, afixado em Janeiro de cada ano, pelo qual se proclamava a abundância, ou esterilidade e a boa ou má qualidade dos vinhos, e se estabeleciam os preços para os vinhos de primeira e segunda qualidades, assim como os preços que a *Companhia* devia pagar quanto aos vinhos separados para a destilação e tabernas. A declaração de esterilidade ou de abundância tinha ainda em consideração o número de pipas armazenadas no Porto, de forma a estimar-se a exportação do vinho nesse ano” (Sousa, 2006: 91).

Aquando do arrolamento, os lavradores recebiam dos comissários uns bilhetes “impressos que registavam o número do livro de arrolamentos, o nome do lavrador, a



freguesia a que pertencia, a quantidade e qualidade do vinho. A junta publicava a liberdade da venda dos vinhos por editais, sendo aquela controlada à vista do bilhete. Aos vinhos comprados pela Companhia, esta também passava um escrito impresso, do qual constavam idênticas referências” (Sousa, 2006: 95).

Os bilhetes visavam assegurar que as quantidades e qualidades de vinho transaccionado correspondiam ao autorizado pela *Companhia*.

(5) e (6) – A junta era responsável por efectuar um registo de todos os arrais que se dedicavam ao transporte dos vinhos no Douro, passando e caçando as cartas que os legitimavam para tal função, de acordo com o alvará de 30 de Agosto de 1757 (Sousa, 2006: 135).

A região demarcada encontrava-se dividida em distritos, cada um deles sob a alçada de um comissário. Ao longo do Rio Douro existiam pontos de controlo e fiscalização, ‘os registos’, que visavam acautelar a arrecadação dos reais direitos e interesses da *Companhia*, localizados no Bernardo, Entre-os-Rios, Melres, Pala, Pinhão, Régua, Tua e Vimieiro (Sousa, 2006: 79).

O vinho só podia circular na região demarcada quando acompanhado por guias³³¹, que eram controladas não só nestes pontos estratégicos, mas também de forma aleatória ao longo de todo o percurso, terrestre e fluvial. Como veremos mais à frente estas guias eram também uma importante ferramenta de controlo interno dos vinhos que a *Companhia* comprava para o seu próprio negócio.

As guias consistiam em formulários impressos, cujo preenchimento e circulação permitia à *Companhia* um conhecimento e controlo global sobre os fluxos dos géneros em todo o trajecto entre o Douro e o Porto³³².

³³¹ A *Companhia* concedia igualmente as licenças necessárias à utilização ou circulação de vinhos em certas situações tais como: (i) a conversão de vinhos de fraca qualidade em aguardente ou vinagre, (ii) a venda ou transporte para fora do Porto dos vinhos reprovados a estrangeiros ou nacionais; (iii) a entrada na cidade do Porto e distrito do seu exclusivo dos chamados “vinhos de liberdade”, isentos de direitos; (iv) a produção de aguardentes por particulares; (v) a venda na sua própria casa de vinhos atabernados ou refugados pelos lavradores de vinho de embarque; (vi) a introdução da aguardente necessária para a preparação dos seus vinhos, pelos lavradores de vinhos de embarque e negociantes; (vii) a movimentação de vinhos de ramo dentro da região demarcada; (viii) o transporte de vinhos no rio Douro pelos arrais ou barqueiros (Sousa, 2006: 95-96).

³³² Tal como previsto na própria Instituição (art. 30º) “das terras que ficarem fora da sobredita demarcação se não poderá transportar vinho algum para dentro do território dela sem trazer cartas de guia passadas por todo o corpo das câmaras, dos lugares donde os tais vinhos saírem as quais guias, declaram a sua destinação; o uso a que vêm dirigidos; o nome do lavrador e da fazenda em que se colherem; as pessoas a quem são remetidos; e o caminho recto por onde se devem transportar, cujas guias na sobredita forma serão apresentadas aos comissários que a Companhia tiver nomeado nos respectivos lugares, para



As casas de registo perdurariam até 1821, ano em que a *Companhia* perdeu o monopólio da aguardente e do vinho de ramo no Porto e arredores. Alegando que o contrabando se havia generalizado, a *Companhia* passou a considerar de “nenhuma utilidade” as casas de registo do rio Douro e dadas as despesas que tinha com as mesmas, extinguiu todas, à excepção do registo de Crestuma (Sousa, 2006: 172).

(7) – Os taberneiros da cidade do Porto e arredores, bem como os da região demarcada tinham que ser credenciados pela *Companhia* e só podiam vender os vinhos desta. As tabernas eram objecto de inspecções de forma a verificar que esta regra era cumprida, cabendo a supervisão desta incumbência ao próprio provedor da *Companhia*.

(8) – A junta era responsável por emitir os despachos de embarque e as guias de vinhos e aguardentes, marcando as pipas com sinais que permitiam rastrear as mesmas (Sousa, 2006: 135).

(9) - A junta era igualmente responsável pela nomeação dos inspectores das fazendas do arco em todas as alfândegas do Norte de Portugal, de acordo com o alvará de 16 de Dezembro de 1760 (Sousa, 2006: 135).

(10) – A *Companhia* formava anualmente um registo geral e particular de todas as pipas de vinho qualificado que se exportavam pela barra do Porto, dirigindo guias assinadas pelo provedor e todos os deputados da *Companhia* às respectivas alfândegas para onde fossem navegadas; e declarando também nas mesmas guias os nomes das pessoas que fizeram as carregações e o número de pipas que cada uma das ditas pessoas carregava, ainda que fosse só uma pipa, ou um só barril. Desta forma ficava mais difícil a introdução nos sobreditos países estrangeiros de quaisquer vinhos sem guia, ou em quantidades que excedessem o número que constavam das mesmas guias (*Instituição...*, art. 31º).

No que concerne às actividades desenvolvidas em proveito próprio no Brasil, onde a *Companhia* tinha bases permanentes, ao longo do ano os administradores residentes nos diversos entrepostos brasileiros tinham, pelo menos em teoria, que enviar notícia do andamento dos negócios e designadamente os seguintes elementos: (i) mapa de vendas e cobranças (ii) stocks nos respectivos armazéns (iii) mapa das vendas por liquidar (iv) valor do dinheiro em caixa, para além naturalmente de notícias

conhecerem se com efeito se faz dele o uso a que vêm destinados”. *Instituição da Companhia...*, artigo 30º.



relacionadas com o andamento da actividade comercial e pedidos, ou não, de mais vinhos e aguardentes (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 181).

O sistema de controlo dos fluxos da *Companhia* era complementado com o lançamento anual de devassas, promovidas pelo juiz conservador “no que dizia respeito a certas ilegalidades e crimes, como o excesso de preços, a adulteração dos vinhos e aguardentes, o não cumprimento de prazos estabelecidos, vendas e misturas de vinhos, introdução de vinhos na região demarcada, enfim, tudo o que dizia respeito à produção e comercialização de vinhos, aguardentes e vinagres” (Sousa, 2006: 145).

O objectivo destas devassas, lançadas com auxílio dos magistrados locais que exerciam funções no território da demarcação, sem prejuízo das diligências efectuadas pelo juiz conservador e juiz fiscal, prendia-se essencialmente com o apuramento de actos ilícitos, geralmente relacionados com o contrabando e com a falsificação de vinhos (Sousa, 2006: 145), promovendo um contínuo sentimento de auto-vigilância entre os agentes económicos que actuavam no sector, pois garantia-se o anonimato e muitas vezes benefícios económicos aos denunciante.

As devassas que marcaram a história da *Companhia* foram muitas, mas é especialmente lembrada a que decorreu entre 1771 e 1774, directamente a mando do Marquês de Pombal e encabeçada pelo Juiz Mesquita e Moura, que não integrava o juízo da conservatória da *Companhia*. Esta devassa teve por objecto de fundo as queixas veiculadas – amplificadas na Corte de Lisboa por Frei João de Mansilha - contra a introdução de vinho ilegal na região, o generalizado conluio entre transgressores ‘pessoas principais’ e ‘pequenos’ e o uso da baga de sabugueiro. Terminou com a culpabilização de 1 236 pessoas³³³, arresto de muitos vinhos e destruição de adegas, especialmente aquelas em que não estavam devidamente separados os vinhos de ramo e os vinhos de embarque.

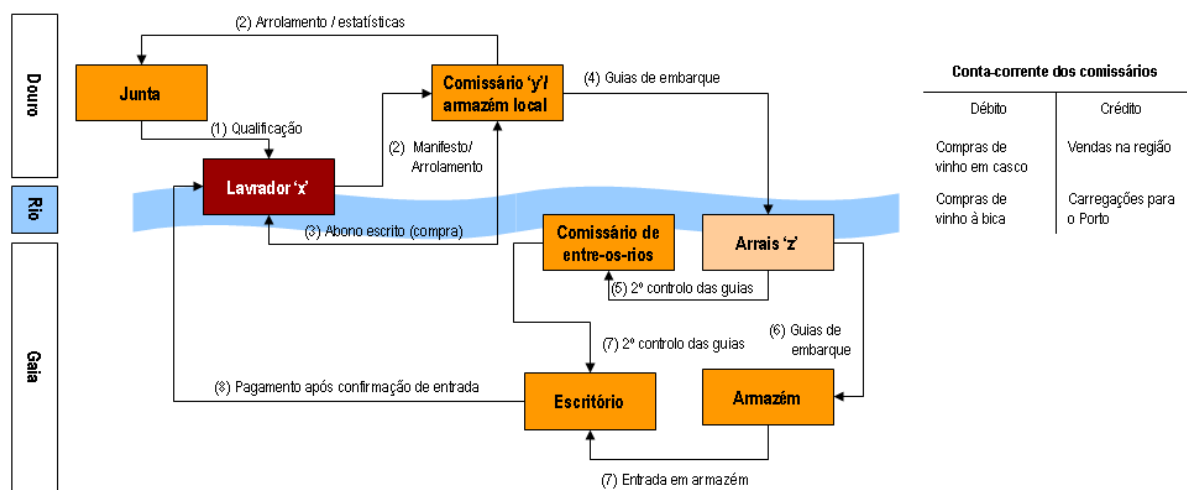
³³³ 78 dos quais eclesiásticos (Sousa, 2006: 152).



A utilização das guias no controlo interno da circulação de mercadorias pertencentes à *Companhia*

As guias mencionadas nos pontos (5) e (6) anteriores, permitiam à contadoria da *Companhia* o confronto e controlo dos fluxos que lhe pertenciam, fluxos essencialmente ligados à circulação de cascos vazios e cheios nos vários armazéns da *Companhia*, fluxos que enfim podemos caracterizar da seguinte forma:

Figura 12: Guias de controlo dos fluxos de vinho (1756-1826)



Nota: Os números entre parêntesis representam a ordem cronológica dos eventos assinalados.

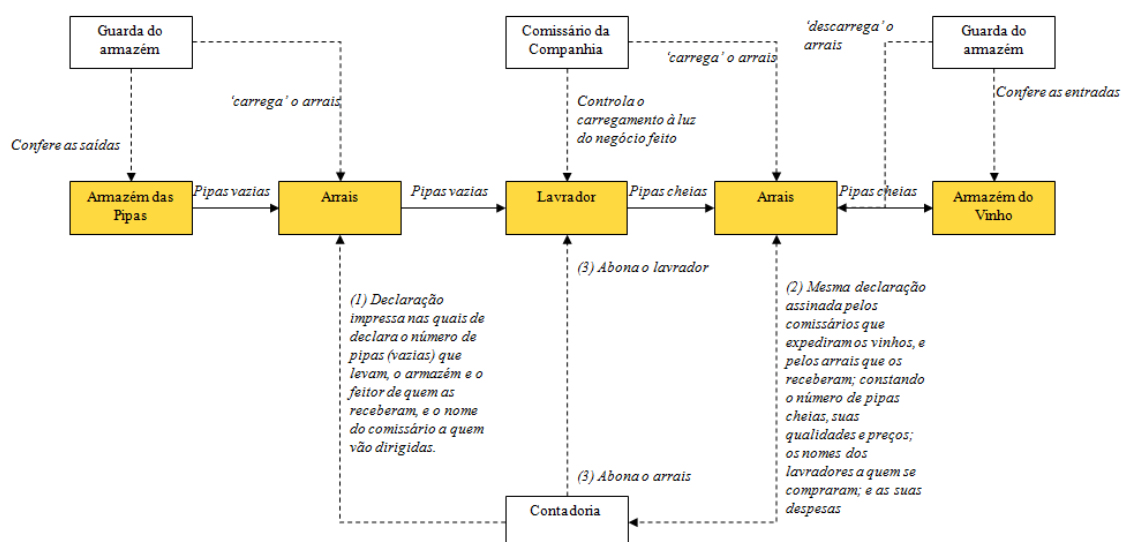
Através de um sistema de cargas e descargas, a utilização das guias permitia simultaneamente fazer o controlo:

- dos arrais ou mestres: que recebiam 'x' pipas vazias no armazém das mesmas e carregavam 'y' pipas cheias de determinadas qualidades que tinham que entregar no armazém do vinho/aguardente/vinagre;
- dos responsáveis dos armazéns de pipas vazias e do vinho/aguardente/vinagre recebido;
- dos comissários, pela natureza dos carregamentos e despesas inerentes aos mesmos que autorizavam;



- (d) dos lavradores, pela quantia dos géneros entregues e que ficavam abonados pelo conhecimento dos comissários e subsidiariamente pela prova de entrada em armazém.

Figura 13: Controlo dos fluxos por cargas e descargas (1756-1826)



Fonte: Síntese de nossa autoria, baseada nos *Estatutos Particulares*...

O sistema de controlo de fluxos na região demarcada era em todo o caso permeável a fraudes, sendo por vezes a *Companhia* apontada como a primeira transgressora. Duas das principais críticas que se apontavam à *Companhia* consistiam (i) na introdução de vinhos de fora da zona demarcada e (ii) nas ordens de refugo de milhares de pipas de vinhos de embarque como vinhos de ramo, pagando-os portanto a *Companhia* por preços mais baixos, mas introduzindo-os depois no mercado como vinhos de embarque (Pereira, 2000b: 154).

Em todo o caso e em jeito de síntese, podemos afirmar que o sistema de controlo dos géneros vinícolas protagonizado pela *Companhia* era genericamente eficaz nos seus propósitos, sendo a melhor prova disso a retomada em boa medida do mesmo no terceiro quartel do século XIX, volvidos que foram os anos de desintervenção no sector³³⁴.

³³⁴ Martins (1998: 281) testemunha que “as fraudes, as misturas e as adulterações que sempre se praticaram no fabrico do vinho do Porto, tanto nos armazéns de vinhos, como nas adegas da região duriense, embora nestas, talvez em menor grau, parece terem aumentado bastante após a promulgação do



5.5. Usos dados à contabilidade da *Companhia*

Comunicação com a Coroa

Pela natureza de companhia privilegiada, a comunicação da *Companhia* com a Coroa revestia-se de uma importância absolutamente crucial. A contabilidade desempenhava nesta comunicação um papel importante, permitindo a troca de informações quantitativas, normalmente relacionadas com a saúde económico-financeira da *Companhia*, a dimensão dos seus privilégios e o mérito e acerto dos seus dirigentes.

Não obstante a intervenção directa do Marquês de Pombal nos primeiros tempos da *Companhia*, ele deixou nas suas memórias uma impressão bastante negativa da actuação das primeiras juntas, nomeadamente no que toca ao desrespeito do primado dos interesses da *Companhia* sobre os interesses próprios do provedor e deputados³³⁵.

Como consequência prática, lamenta-se o Marquês, o acompanhamento pelo mesmo dos negócios da *Companhia* teve que ser constante, implicando “grandes fadigas e as outras numerosas providências que nos sobreditos livros de registo se acham manifestas” (Melo, 1984: 202).

De facto e principalmente nas cartas que Frei João de Mansilha escreveu às juntas, ficamos com uma impressão muito viva do que era o quotidiano de Pombal no acompanhamento da gestão da *Companhia*. Pouco ou nada era decidido sem o seu conhecimento, desde o tempo de partida das naus para o Brasil, às vendas de vinho em Lisboa, ao tempo das cobranças de dinheiro a outras instituições controladas de forma directa ou indirecta pelo Estado, como o caso muitas vezes citado da *Companhia* de

decreto de 1834 e, segundo alguns críticos, as especulações com vinhos passaram a ser feitas de modo perfeitamente arbitrário (...) ao fim de pouco mais de quatro décadas de viver sob um regime relativamente livre e concorrencial foi a própria viticultura quem, numa situação de crise (de sobreprodução e de mercados), abriu as portas ao neo-intervencionismo estatal no sector...”

³³⁵ Lê-se nas memórias: “Os provedores, e deputados da mesma companhia, havendo sido nos primeiros triénios eleitos, e aprovados (como às cegas em tão grande distância) entre os homens que naquele tempo tinham feito ver maior zelo, maior crédito, e mais inteligência, veio a descobrir-se pelas sugestões que não correspondiam, nem à confiança que neles se tinham posto, nem ao desinteresse que era indispensavelmente necessário na administração de cabedais alheios. Passou-se a buscar para os lugares de provedor, e vice-provedor as pessoas mais distintas daquela cidade, com a esperança que a sua autoridade, e exemplo, constituíssem a mesma administração na maior regularidade e na mais exacta observância; porém nada disto bastou para que deixassem de continuar as desordens, e queixas até ao fim da junta próxima precedente” (Melo, 1984: 202).



Pernambuco, sempre muito atrasada nos pagamentos³³⁶, etc. Quando Pombal estava mais ocupado com outros assuntos de Estado o ritmo das decisões quotidianas ressentia-se, tamanha era a dependência do seu parecer ou consentimento³³⁷.

³³⁶ Atente-se na ironia dos comentários de Frei João de Mansilha a propósito da emenda de um desses atrasos, resolvido em 1768 ao cabo de sete meses: “Meu Amo, e Snr A Junta da Companhia do Alto Douro, tendo que satisfazer aos seus Accionistas os lucros da Repartição do anno de 1767 publicada no dia 15 do presente; e tendo outras urgências de similhante ponderação, se vïo obrigada inviar aqui dous Fieis seus para lhe conduzirem alguns poucos vintens, que nesta Corte se lhe devem; em cujos termos me ordenão lhe remetta eu, o que parar na minha mam; entendendo, que já teria cobrado a letra dos 6 Contos de reis; visto terem passado mais de sette mezes, depois do seu devido vencimento, e eu lhe avizar, que VM^e me dissera, que não tardaria muito a fazerse este embolço.

Não encareço a VM^e, o quanto hé precisa a cobrança da referida letra; pois bem se deixa ver da mesma resolução, que a ditta Junta acaba de tomar, e nunca tomaria se não precisasse do dinheiro, e tambem de satisfazer aqui perto de dous Contos de reis, ao Ilm^o, e Exm^o Snr Paulo de Carvalho Mendonça. Pelo que invïo a VM^e os mesmos Fieis, a quem entreguei a letra, que assignarei, quando VM^e ordenar; Estimando, que elles levem este dinheiro, pois assim hê conveniente, e decoroso à boa, e decente armônia, e amizade, que deve praticarse entre estas Regias Corporacoens, ajudandose humas às outras, no que lhes for possível; Circunstancias, a que nunca faltou nem faltará a Junta do Alto Douro, como a experiência tem mostrado aos Sn^{res} da Junta de Pernambuco pelas longas esperas, que tem feito em similhantes letras; as quais agora continuaria se não houvessem as referidas urgências....”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 9 de 17, carta de 23.06.1768, fl 104).

Ou em termos ainda mais peremptórios o que escreve nesta outra missiva:

“No dia 22 do corrente pela manham apparecerao aqui os Fieis, que devem conduzir o dinheiro para essa Junta; e por elles recebi as Estimadissimas cartas de V S^a com o Extracto das contas para entregar a S Ex^a, e com todas as mais insinuaçoens a que darei inteiro cumprimento; e muito especialmente pelo que respeita aos Ordenados. Tudo vem claram^{te} explicado, e espero, que rezulte bom efeito.

Pelo que respeita às remessas dos dinheiros, que param na mam de Paulo Jorge, e na minha, pouca demora podião ter os dittos Fieis; porem entregando a carta credencial ao Provedor da Junta do Commercio, lhes disse, que fossem à Caza da Junta no dia 27 do corrente, para se lhes entregar o dinheiro, não podendo ser antes, porque sendo vésperas de S João, todos se auzentão para as suas Quintas; e nestes, e outros similhantes tempos não hé fácil praticarse negocio algum nesta Corte. Logo que elles chegãram os mandei com Carta minha a Jozé Roiz Bandeira Provedor da Junta de Pernambuco, em que lhe dizia, o que consta da Cópia incluza. O ditto Bandeira, os recebeu muito mal com palavras, pelas quais a seu tempo lhe perguntarei; e ultimamente lhes disse fossem buscar a resposta à caza da Junta no primeiro dia, que houvesse Assemblêa, que como hé na quartas, e sextas feiras; e quarta feira hé o dia de S Pedro, creyo que só na sexta, será dia da Junta; e nestes termos haverá mais essa demora, e talvez com risco de se não pagar a letra dos seis contos de reis.

Com efeito esta redícula satisfação da Junta de Pernambuco, a tem aqui feito muito odioza; e agora me acabo de convencer, que o muito, que se murmura della a este respeito, hé tudo verdade; pois vejo, o que commigo tem obrado com estas Letras, depois de tanto tempo vencidas; e obrando a meu respeito desta forma, que será com os mais, que lhe não podem falar com tanto desembaraço? Se isto não tiver emenda, seremos precizados a recorrer por Sima, para que este negocio se faça prompto, como deve ser; que de Outro modo hé huma continua logração; porem farei, o que VS^{as} determinar.

Quiz Deos, que depois de tantos trabalhos me remetessem o Conhecimento do dinheiro do Erario, que vai incluza; e esta acabada a contenda da letra dos 8:400\$000 reis, de que ficamos plenamente embolçados: A vista do que acabo de dizer, ainda não sei o dia certo, em que partirão os dous Fieis; mas não me descuidarei em desembaraçalos de todas as dificuldades, que poderem ocorrer; Sendo a mayor, a da letra de Pernambuco dos seys contos de reis. Tambem instei ao [palavra ilegível] fazendoo ir falar com os dittos Fieis, para que o Saudassem, o que fizerão muito bem; e veremos se produz o efeito; aliáz entrarei com o Fiador “.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 9 de 17, carta de 25.06.1768, fl 103).



Volvidos alguns anos, o texto das conclusões do exame realizado à *Companhia* em 1784 revela-se mais benévolo, no que concerne à apreciação da gestão quotidiana da *Companhia*. Não obstante apontar falhas a aspectos tais como a gestão do fundo de maneiio das fábricas de aguardentes e a existência de custos desnecessários, a impressão geral é de uma *Companhia* economicamente saudável: “...não me resta mais que acrescentar a esse respeito; e só devo segurar a Vossa Excelencia [referência ao primeiro-ministro de Portugal, Visconde de Vila Nova de Cerveira, a quem o relatório era destinado] em como a Companhia se acha em huma situação florescente, e que apesar das suas obmiçoens, dos seus defeitos, e abuzos (que a legislação deve refinar) della depende inteiramente a existência da Agricultura do Douro, e huma grande parte da prosperidade da Nação” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 195).

O governo de Portugal parece ter-se efectivamente preocupado em aferir da boa ou má gestão da *Companhia*, através das contas da mesma. Esta aferição tinha como parâmetros essenciais (i) a solvência global da *Companhia*³³⁷, (ii) o lucro das diversas

³³⁷ Observe-se por exemplo esta singela referência a assuntos do quotidiano, e veja-se a quantidade de questões mencionadas, desde a operacionalização de cargas de pau-brasil; às indicações para a composição da nova junta:

“Recebi pelo Proprio a Estimadissima Carta de Vm^{ces} na data de 19 do corrente Novembro. Logo fiz tudo prezente a S Ex^a com todas as particularidades insinuadas por Vm^{ces}.

Mas não obstante a minha mais activa diligencia, só hoje se poderão expedir os despachos que posto, que ao principio fizerão alguma dificuldade, com tudo afinal sempre S Ex^a se dignou condescender com a suplica de Vm^{ces}; alem da qual facultou tambem a licença de poderem as Naos da prezente esquadra fazer escala por Pernambuco, e Carregarem de Pau Brazil: sobre o que escreve o d.^o Sn^r ao M^{mo}, e Ex^{mo} S^{nr} João de Almada huma carta, que vai dentro da minha, que Vm^{ces} logo entregarão. Os forçosos embarços, que presentem^e ocupão com felicidade, a nossa Corte / os quaes poderão Vm^{ces}: colligir do folheto incluzo / forão a cauza da demora do próprio, e tambem a de não ser possível praticar comodam^e com S Ex^a no que respeita à eleição da nova Junta: Por toda esta semana procurei alcançar, o que o d.^o S^{nr} resolve nesta materia, e tudo participarei a Vm^{ces} pelo Correyo, ou Proprio (...).”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 3 de 17, carta de 29.11.1762, fl 97).

Ou este outro exemplo:

“Sobre o ponto das comissoens, não há duvida em augmentalas; porque S Ex^a foi, e hé sempre constante em que se permeye bem, a quem serve bem, e como a Companhia nem foi, nem será nunca mais bem servida, do que presentem.^{te} o hé, pelo meyo da grande capacidade, direitura, honra, zelo, e prudência de VM^{ces}, nenhuma duvida pode haver em deferir à sua justíssima suplica; E só obsta a dificuldade de haver huma manham livre para calcular este Negocio; para o q será bom, que VM^{ces} me mandem a noticia de quanto renderão, aos da Junta passada, as suas comissoens annuaes; porque à vista da tenuidade, se excitará melhor a inclinada vontade de S Ex^a. Fica por M^a conta não perder tempo nesta gostosa incumbencia, e podem VM^{ces} capacitar-se, que toda a demora que houver, não hé omissão M^a, só sim o embargo urgente, que o d.^o Sn^r possa ter.”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 2 de 17, carta de 03.12.1761, fl 169-176).

³³⁸ Ver a este propósito, a seguinte passagem nos comentários atribuídos por Pereira (2000b: 155-159) ao Visconde de Vila Nova de Cerveira, e dirigidos a D. Maria I, como forma de esta ordenar medidas à Junta da Companhia, na consequência do exame realizado às contas de 1784 por Luis Pinto de Sousa Coutinho: “Examinando-se no balanço as addiçoens, que mais podem affectar o fundo da Companhia, ou seja pela



actividades levadas a cabo pela *Companhia* (iii) a não existência de actividades geradoras de prejuízos³³⁹ (iv) e mesmo medidas contabilisticamente operacionais, tais como a adequação entre os capitais investidos e o retorno dos mesmos³⁴⁰.

Estava em causa não só a estabilidade do sector, como a preocupação com a correcta gestão de dinheiros públicos, ora mandados emprestar à *Companhia*, ora em dívida por esta a entidades públicas³⁴¹.

Em todo o caso, esta apreciação da boa ou má administração era feita atendendo à difícil – nem sempre possível – separação entre os negócios impostos à *Companhia*, e os negócios exercidos por esta de forma menos limitada. Note-se nesta afirmação

amortização, que nelle causão, ou já pela incompetência dos seus lucros; notarão-se, alem das que consistem em dividas empatadas, e de que acima se fez menção, as dos Armazens edificados; as de Dinheiros dados a juro; as de navios comprados; e as de Cascos e Aduelas supérfluos.”

³³⁹ Note-se esta outra passagem: “E porque os emulos da Companhia poderão verter em mal alguns dos ditos Projectos como alheos do Instituto, arriscados, e ruinosos; querendo assim desacreditar a Corporação: sempre que Junta intentar estender o seu Commercio a objectos, em que possa cahir a dita murmuração, deverá procurar a Real Aprovação de Sua Magestade expondo os fins a que se propõem, e por que meynos, com todas as razoes que occorrerem” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 159).

³⁴⁰ No contexto das passagens anteriores, o Visconde de Vila Nova de Cerveira conclui: “Passando a tratar do outro muito mayor Deposito de quinhentos contos no Imperio da Russia, reconhecendo-se que elle foi necessario para se estabelecer hum novo Commercio activo (...) recommenda a mesma Senhora” [referência à Rainha] “que para o futuro regule a Companhia este ramo de Commercio [sic] em modo que proporcione as compras, que fizer naquele Imperio, á cobrança effectiva das dividas, para que o empate não venha a ser desproporcionado á circulação” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 158).

Note-se que o Visconde de Vila Nova de Cerveira defendia o comércio com a Rússia nos seus termos essenciais:

“Este projecto da Companhia” [referência ao comércio com a Rússia tal como existente em 1784] “já carregou no presente onze navios portuguezes para aquelle Imperio, e enviou nelles o vallor de 95:189\$409 reis (...) e tudo da nossa produção; nos primeiros annos hera natural que hum tal commercio soffresse perdas e empates consideráveis, e maiormente na Russia aonde por costume invariável, nem as fazendas da primeira necessidade deixão de se vender fiadas a doze, e dezoito mezes, e aonde todas as compras se praticão a dinheiro de contado por contratos anticipados de seis, a oito mezes. Por todas as rezoens expostas, hera impossivel que a Companhia podesse aspirar a estabelecer huma circulação annoal de perto de cem contos de reis, sem que tivesse depositado naquelle continente hum capital de quinhentos contos, como effectivamente tem feito com razão, e intelligência: porem como na Praça do Porto os Negociantes Estrangeiros ainda dão a ley aos Nacionaes, he fácil compriender o rancor com que virão nascer hum semelhante projecto, que lhes arrancava das mãos o grande lucro das comissoens do Norte.” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 182-183).

A respeito do comércio com os Estados Unidos da América enfatiza o governante: “Approva Sua Magestade o novo ramo de Commercio, que a Companhia tem principiado com os Estados Unidos da America, na esperança de que a Junta calculará com a devida prudência não só as faculdades do fundo da mesma Companhia, e a utilidade do Reyno nos retornos, que dos ditos Estados vierem; mas também as facilidades, ou difficuldades que achar na concurrencia, para nessa proporção occupar os ditos fundos onde o Commercio for mais ventajoso” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 159).

³⁴¹ No contexto das passagens anteriores, o Visconde de Vila Nova de Cerveira conclui ainda: “recommenda Sua Magestade que a mesma Junta nunca perca de vista que ella he Depositaria de cabedaes públicos, que deve dar annualmente conta do estado delles aos seus Constituintes, mostrando satisfeitas as primeiras obrigaçoens do seu Instituto, para conservar illibado o seu credito” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 159).



atribuída ao Visconde de Vila Nova de Cerveira: “O haver a Companhia dado dinheiros a juro seria muito estranhável, como alheio que he da sua Instituição, se não constasse que parte foi dado por coacção...” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b, 160).

Relativamente aos novos negócios em que a *Companhia* se havia aventurado, Luis Pinto de Sousa Coutinho, apontando razões diferentes, dá aprovação a todos eles: Assim sendo, considera-se os projectos de exportação para os portos nórdicos de Stetim, Dantzik e Konisberg lógicos, pelo grande consumo nos mesmos de vinhos franceses e pela facilidade de intercâmbio de produtos, nomeadamente a troca de vinho por aduellas “e outros effeitos da primeira necessidade para o negocio nacional” (*Informação do Estado ... em 1784...*, 1999: 184).

Os exames e as devassas realizados pela Coroa

Episódios de má gestão, imputáveis aos membros da junta do Alto Douro transparecerem em desabafos de Pombal no final da sua carreira “Os provedores e deputados da mesma Companhia, havendo sido nos primeiros triennios elleitos, e approvados (como às cegas em tão grande distancia) entre os Homens que naquelle tempo tinham feito ver maior zello; maior credito; e mais intelligencia: veio a descobrir-se pelas suas gestoeñs que não correspondião; nem á confiança que nelles se tinha posto; nem ao desinteresse, que era indispensavelmente necessario na administração de Cabedaes alheios. Passou-se a buscar para os Lugares de Provedor e Vice-Provedor as pessoas mais distinctas daquela Cidade; com a esperança de que a sua authoridade, e exemplo constituíssem a mesma Administração na maior regularidade; e na mais exacta observância; Porem nada disto bastou para que deixassem de continuar as dezordens e queixas até o fim da Junta proxima precedente. Porque as ditas pessoas distinctas: ou por falta de intelligencia dos negócios da Agricultura, e do Commercio; ou por negligencias notórias; em nada tinham feito cessar as malversações de que forão arguidas todas as outras Juntas até a proxima preterita inclusivamente” (Marcos, 1997: 751-752).

Aliás bem cedo se tornaram públicas as dúvidas do Marquês de Pombal relativas aos desmandos das juntas da *Companhia*. Pelo menos num caso com estrondo. Na



ressaca do motim do Porto contra a *Companhia*, em 1757, o desembargador João Pacheco Pereira de Vasconcellos anunciou, a toque de caixa e por ordem de “«...El Rey Nosso Senhor, que toda a Pessoa, que tiver alguma queixa do Provedor, Deputados, e mais Administradores da Companhia do Alto Douro, ou tiver notícia de algum delicto dos sobreditos; ou de outros..., venha representar tudo perante mim João Pacheco Pereira de Vasconcellos...»” (Marcos, 1997: 770).

Esta demanda haveria de encontrar provas de negócios realizados em proveito particular pelo provedor Luis Beleza de Andrade e pelos deputados Jozeph Pinto da Cunha e Jozeph Monteiro de Carvalho. Haveriam de ser destituídos por estas mesmas razões em 1758, juntamente com o deputado Luís de Magalhães Coutinho, este por falta de assistência regular ao despacho dos negócios da *Companhia* (Marcos, 1997: 770).

Mais tarde, já no tempo de D. Maria I teve lugar um importante exame, que incluiu uma vistoria fina à contabilidade da *Companhia* e que vale a pena dissecar com algum pormenor:

Esse exame de 1784³⁴², excertos dos quais já temos vindo a mencionar em capítulos anteriores, foi protagonizado pelo fidalgo Luis Pinto de Sousa Coutinho, depois Visconde de Balsemão³⁴³, por ordem de Sua Majestade, a rainha D. Maria I, através do Visconde de Vila Nova de Cerveira, seu Secretário de Estado.

Este exame teve como intuito perceber o estado da *Companhia*, que pudesse “servir de fundamento, para o futuro, às benignas providências que Sua Magestade fosse servida aplicar-lhe e de que se fazia digno aquele estabelecimento” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 157).

³⁴² O próprio texto do documento esclarece o sentido formal da análise levada a cabo na Companhia: “Finalmente não sendo o objecto da minha Comição, huma devaça, mas hum simples exame...” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 194).

³⁴³ Luis Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804) foi governador da Capitania de Mato Grosso entre 1769 e 1772. À data da realização do exame às contas da *Companhia* contaria aproximadamente com 49 anos e estava no intervalo de funções que o levariam a primeiro-ministro de Portugal no Reinado de D. Maria I. Viria a ser Primeiro Ministro de Portugal entre 1788 e 1801 e depois novamente, por alguns meses em 1803.

Sobre ele diz Ratton (1920: 250) que era “modesto, affavel, de fácil accesso, boas maneiras e palavras polidas (...). Porem a melhor qualidade que elle tinha era o disinteresse; pois que nunca ouvi, que de seu governo de Matto Grosso, nem dos seus dous Ministerios adquirisse cousa alguma, alem das graças que lhe fez o Soberano; huma das quaes foi o titulo de Visconde com a Grandeza.”

Era parente de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), que Ratton (1920: 125) refere de forma extensa nas suas memórias como um dos grandes adeptos do desenvolvimento da Indústria em Portugal enquanto membro do governo, onde chegou a ser primeiro-ministro durante um curto período de três meses, no ano de 1801.



Um primeiro facto a registar é a preponderância que as contas da *Companhia* tiveram neste exercício e por outro lado o grande atraso em que se encontravam as mesmas e que motivou também atraso nos trabalhos realizados pelo dito Luis Pinto de Sousa: A ordem para a realização do exame foi dada em 5 de Junho, Luis Pinto de Sousa apresentou-se no Porto em 29 de Junho e foram-lhe prestadas contas relativas a 1783 apenas no dia 15 de Outubro (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 159-160).

Luis Pinto de Sousa elogia a capacidade organizativa revelada pelo contabilista da *Companhia* “...fazendo a devida justiça à grande inteligência do Goarda Livros, na boa ordem dos mesmos, na regularidade dos papeis da sua incumbência e na suma exactidão de todas as contas...”, mas censura o atraso das contas pedindo o “restblecimento da devida ordem, para que os Ballanços de 1783 e 1784 se hajão de concluir athe o mes de Janeyro de 1786 e para que mais se não alterem para o futuro as despoziçoens que as Leys prescrevem” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 166).

Em termos dos juízos feitos sobre os negócios realizados pela *Companhia*, o exame aponta para anomalias de diversa índole.

Desde logo a venda de vinhos de ramo, como se de embarque se tratasse, aproveitando as confiscações e mutilações, ou mais simplesmente trocando uns pelos outros nos armazéns da *Companhia* (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 167-168). Luis Pinto de Sousa Coutinho levanta a hipótese desta prática servir os interesses dos provadores da *Companhia*, os quais, sendo em alguns casos também lotadores nos armazéns, poderiam assim esconder compras que fizessem de maus vinhos por preços altos.

Em segundo lugar, a existência de negócios entre a *Companhia* e os seus deputados, com prejuízo para a primeira: Caso das aquisições de 4 068 pipas, por 46\$000 cada, em 1774 e 1775, “aos deputados Joze Martins da Luz e Nicolao Copt [sic]...”, sem necessidade dos mesmos e por preços mais elevados do que os normais. Caso ainda de dívidas antigas deixadas por cinco anteriores deputados da *Companhia* (Joze Martins da Lús, João Monteiro de Carvalho, Damazo António Rebeiro, Joze Manoel do Couto Garrido e Joze Monteiro de Almeida (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 168, 193).

Alega também a existência de uma gestão deficiente do capital de giro da *Companhia*, estimando o excesso de stocks de vinho, cascos e créditos dado a terceiros,



face às necessidades determinadas pelo giro dos negócios da *Companhia* em 130 491\$783, valor correspondente a 5.7% do fundo da *Companhia* em 1783, que era de 2 308 357\$730 (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 185).

O relatório menciona perdas nos créditos da *Companhia* não registadas como tal nas respectivas contas. Essas perdas, globalmente estimadas em 205 236\$350 correspondiam portanto a 8.9% do fundo da *Companhia* em 1783, que era, como se disse de 2 308 357\$730.

Igualmente se sinaliza o incumprimento de diversas obrigações estatutárias relacionadas com o governo da *Companhia*, nomeadamente as constantes dos artigos 6º (substituição de um deputado impedido mais de oito dias), 8º (prosecução de negócios sem prévio conhecimento do deputado a quem foi distribuída essa incumbência), 14º (inspecções aos propostos, directamente operadas pelo Provedor) e 47º (forma de votar nas juntas) (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 190).

Finalmente o dito relatório alerta para o incumprimento de outras normas previstas nos Estatutos Particulares, nomeadamente as referentes (i) ao não favorecimento dos familiares dos deputados nos negócios de compra de vinho, verificando-se o contrário; (ii) às visitas regulares às fábricas de aguardentes, nunca realizadas, originando abusos por parte dos seus intendentos; (iii) ao recurso aos conselheiros, que deviam ser chamados à Mesa para certos negócios, mas que nunca foram tidos ou achados, comparecendo apenas às sessões de tomada de posse; (iv) à assistência de todos os deputados às sessões da junta, situação prevista nos Estatutos, mas contrariada pela existência de um deputado destacado em permanência em São Petesburgo (v) à formação de prova, caso houvesse desconfiança da conduta dos oficiais, sendo os mesmos na prática simplesmente expulsos (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 190-191).

O texto das conclusões do exame aponta também para o incumprimento de diversos pontos directamente relacionados com a contabilidade da *Companhia*, a saber:

1. Não extracção dos balanços anuais da *Companhia*, em violação do artigo 43º dos Estatutos Particulares³⁴⁴ que nunca “se executou até o presente [1784,

³⁴⁴ Que explicitamente refere: “Com a facilidade que ministra a repetição dos referidos balanços, se poderá tirar outro geral no fim de cada um ano, assim na contadoria da *Companhia*, conforme está ordenado pelos estatutos públicos, e é necessário para a passagem da Mesa, e repartição dos lucros; como nas administrações particulares de todas as feitorias, pelas quais se deve remeter do mesmo modo o extracto. Bem visto que, neste balanço geral, não só se compreende o da Caixa, como se tem determinado



recorde-se] e em semelhante ponto não se deve tollerar para o futuro a mais leve rellaxação” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 190)³⁴⁵.

2. Não utilização de livros auxiliares, como é o caso do livro de autorizações de distribuição de vinhos aos propostos, que devia ser preenchido pelos deputados affectos à contadoria, em função dos vinhos que lhes fossem pedidos pelos propostos e tornando assim possível comprovar a legitimidade das saídas de vinho de ramo dos armazéns (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 190).
3. Utilização de livros em alguns ramos da administração, não rubricados pelos deputados, ou com os fólhos não numerados, ou sem índice de matérias tratadas (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 165).
4. Falta de uniformidade das soluções de registo das operações adoptadas: Utilização nos diferentes armazéns da *Companhia* de livros com arrumação de assuntos e títulos entre si diferentes, pese embora todos visando os mesmos fins (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 165).
5. Alteração, pelos introdutores dos registos, dos modelos de registo das operações preconizados: “que os mesmos livros sejam sempre escriptos debaixo de hum unico formollario; e de hum modelo comum; e que os encarregados de qualquer ramo de admenistração se conformem exactamente com elle, e o não alterem ao seu arbítrio como athe aqui acontecia” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 165).
6. Falta de uniformidade e publicidade das contas das fábricas de aguardentes, nos distritos a que respeitam: “Que os registos das contas dos Intendentes das Agoas ardent es e os seus mapas, sejam executados por hum methodo uniforme para o futuro; e que os deputados nas revistas que são obrigados a fazer destas fabricas fação publicas as mesmas contas no Destrito aonde competirem, para que as pessoas interessadas nellas, e que vendem por convenção; ou praticão outros serviços, possam conhecer se as suas verbas estão fielmente creditadas, ou sobrecarregadas; obrigando-se os mesmos Intendentes, a que declarem nos mesmos livros, o tempo em que comprarão, ou recebem serviço, e do dia em que

a respeito de cada um dos meses; mas também o de todos os mais livros e contas passadas, e resumidas no livro da Razão ou grão livro mestre.” (Sousa, 2006: 447).

³⁴⁵ Esta observação deve no entanto ser relativizada, uma vez que possuímos evidência que comprova terem sido produzidas demonstrações anuais do Estado da Companhia, desde a sua fundação.



satisfazem, ou seja por ajuste final de pagamento, ou à conta da dívida. Com isto se evitarão as continuas queixas dos Carreiros, e as fraudes que muitas vezes se praticão, e que fazem as agoas ardentes muito caras” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 165).

7. Atraso na escrituração dos livros, para além do razoável, e do estatutariamente previsto³⁴⁶.

É verdadeiramente notável a qualidade das conclusões que Luis Pinto de Sousa Coutinho conseguiu elaborar, a partir da compilação e análise de elementos contabilísticos da *Companhia*, que abarcou o período entre 1756 e 1784, ou seja, a totalidade do período de vida da *Companhia* até à data do seu exame.

A ilustração mais eloquente deste exercício é porventura um exercício de revisão analítica que cruza, sob a forma de um quadro com comentários, (i) os lucros anuais da *Companhia*, (ii) os reforços de capital por ocasião da constituição do 2º fundo (iii) os dispêndios de capital na aquisição de acções próprias e (iv) o valor empatado em existências e em valores a receber das mercadorias enviadas para o Brasil³⁴⁷.

Luis Pinto de Sousa Coutinho demonstra na preparação deste quadro um perfeito conhecimento do funcionamento e potencialidades do método das partidas dobradas utilizado pela *Companhia*. Utilizando valores constantes nos Estados anuais da *Companhia*, elabora um discurso perfeitamente alicerçado em números, sobre (i) o impacto da envolvente externa e das decisões de governo da *Companhia* nos aumentos ou diminuições dos lucros ao longo do período analisado, (ii) o impacto desses mesmos factores na evolução das existências e créditos activos nos portos brasileiros, como medidas de aproximação ao capital circulante da *Companhia*, (iii) a relação entre episódios de excesso/insuficiência de dinheiro e a evolução dos negócios da *Companhia*, a decisão de aumentar o capital e a decisão de comprar acções próprias.

Basicamente as conclusões de Luis Pinto de Sousa Coutinho validam a necessidade do recurso a um aumento de capital da *Companhia* a partir de 1762, dado o empate de verbas no comércio do Brasil e a redução então sentida nos lucros em vários

³⁴⁶“Sendo regular, e estando recommendado por Avisos Régios, que esta parte tam essencial de hua Administração exacta esteja sempre em dia, não só pela impreterível satisfação, que a Junta deve dar seus Constituintes, e a Sua Magestade nos promptos balanços; mas ainda para se regular com mais segurança nas Especulações e Planos do seo commercio; não poude a mesma Senhora ver sem desagrado o excessivo atrazo, em que se acharão as contas.” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 156).

³⁴⁷ Uma reprodução integral deste manuscrito, incluindo os comentários de Luis Pinto de Sousa Coutinho encontra-se no Anexo 2.



ramos do comércio da *Companhia*, que não permitiam o auto-financiamento das suas necessidades.

Essas mesmas conclusões assinalam, no entanto, a existência de um valor de dinheiro em caixa muito expressivo, logo em 1770 – 212 558\$920 -, dando a entender que tal permitiu sustentar a compra de acções próprias a partir de 1771, compras que consumiram até ao quadriénio iniciado em 1777 um total de 148 679\$920, num contexto de progressiva racionalização do capital aplicado em existências e nos créditos activos nos portos brasileiros.

As mesmas conclusões chamam ainda a atenção para diversos fenómenos que condicionaram, em diferentes momentos, os lucros da *Companhia*, quer positivamente - guerra na Europa e consequente aumento das vendas de vinho de embarque, venda de vinhos confiscados, crescente importância do comércio de aguardentes – quer negativamente – esterilidade da colheita de 1782, reconhecimento de perdas no negócio de Guernsey e acertos de margens dos negócios com o Brasil no mesmo ano.

Num outro exercício, no âmbito do mesmo exame, Luis Pinto de Sousa Coutinho discorre sobre a rentabilidade anual dos capitais investidos pelos accionistas da *Companhia*, utilizando para tal os conceitos de capital subscrito pelos accionistas, de lucros contabilísticos reportados pela *Companhia* e ainda o conceito de lucros ajustados, em função de perdas estimadas, não registadas como tal na contabilidade da *Companhia*³⁴⁸.

Desta forma e novamente com base nos elementos contabilísticos da *Companhia*, Luis Pinto de Sousa Coutinho começa por elaborar um paralelo dos lucros da *Companhia* entre 1756 e Junho de 1784, os quais totalizam 2 038 439\$978, - e compara a média anual aritmética desses lucros - 74 125\$090 - com o empate de 400\$000 subscrito pelos accionistas em cada uma das 1 720 acções da *Companhia*, nos primeiros e segundo fundos.

Chega assim a uma rentabilidade anual média dos capitais de 10.8%.

Reconhecendo algumas das imprecisões teóricas deste primeiro cálculo, Luis Pinto de Sousa Coutinho, refina em seguida o mesmo, de forma a contemplar (i) o facto das entradas de capital não terem ocorrido todas no mesmo momento, (ii) o facto da *Companhia* deter 262 acções próprias, não devendo as mesmas ser consideradas no rácio

³⁴⁸ Uma reprodução integral deste manuscrito, incluindo os comentários de Luis Pinto de Sousa Coutinho encontra-se no anexo 4.



da rentabilidade anual por acção, na óptica dos accionistas e finalmente (iii) o facto de existirem perdas não registadas que desvalorizariam os lucros totais reportados pela *Companhia*, num montante que Luis Pinto de Sousa Coutinho estima em 205 236\$350.

Estas perdas resultam essencialmente de dívidas incobráveis, de cascos de pipas deteriorados e da provável perda do investimento feito em Montegordo, na *Companhia das Pescarias do Algarve*, valores sobre os quais Luis Pinto de Sousa discorre pormenorizadamente no texto das conclusões do seu exame e nos quadros anexos ao mesmo.

Desta forma, considera Luis Pinto de Sousa Coutinho que as acções detidas pelos accionistas da *Companhia* haviam sido remuneradas pelos lucros da *Companhia* a uma taxa bruta anual de 15.7%, entre 01 de Janeiro de 1774 e 30 de Junho de 1784, valor que se veria reduzido para 12.4%, se consideradas as supra-mencionadas perdas “supondo-se que a *Companhia* tivesse de perda nos seus efeitos e Dividas fallidas / caso que se dissolvesse na Data do primeiro de Julho de 1784”.

Luis Pinto de Sousa Coutinho conclui sobre a suficiência do retorno, mencionando que a remuneração auferida pelos accionistas “he tudo quanto se pode dezejar com decência, e muito principalmente quando os capitaes se acham tam seguramente depositados como na admenistração da *Companhia*” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 161).

Da análise dos quadros e comentários de Luis Pinto de Sousa Coutinho, resulta claro que este examinador, enviado pela Coroa para averiguar o estado da *Companhia*, compreendia profundamente as potencialidades do método das partidas dobradas e foi capaz de utilizar a informação contabilística da *Companhia* em benefício das suas análises e conclusões.

Luis Pinto de Sousa Coutinho informou a coroa sobre pontos tais como (i) a evolução dos lucros da *Companhia* e as razões, umas meramente contabilísticas e outras de negócio, que influenciaram os seus quantitativos anuais (ii) a proporcionalidade dos capitais investidos versus a rentabilidade das suas aplicações (iii) a rentabilidade média anual do capital subscrito pelos accionistas e (iv) a pertinência do aumento de capital e da recompra pela *Companhia* de parte das suas acções.

Estes raciocínios, por tudo o que deixamos exposto, revelam não só um elevado conhecimento sobre a realidade dos negócios da *Companhia*, mas também uma elevada



capacidade de abstracção sobre conceitos fundamentais da digrafia, tais como os conceitos de lucro, capital e acções próprias e sobre as vicissitudes do próprio método, das partidas dobradas, tais como os conceitos de (i) valor contabilístico versus valor real dos activos e (ii) valor numa lógica de dissolução versus valor numa lógica de continuidade.

De acordo com Pereira (2000b: 153) o texto das conclusões deste exame de Luis Pinto de Sousa Coutinho foi presente ao secretário de Estado do Reino de D. Maria I, o Visconde de Vila Nova de Cerveira e fundamentou um conjunto de reformas significativas na *Companhia*.

Comunicação com os accionistas

No desenho das companhias pombalinas o papel reservado aos accionistas no desempenho dessa qualidade era, já o vimos, muito diminuto.

Fora a capacidade para eleger as juntas e ser eleito nas mesmas e para peticionar directamente ao Rei assuntos do seu interesse, pouco mais prerrogativas tinham. Mesmo a capacidade para eleger e ser eleito estava condicionada a um número mínimo de acções e à vontade última do monarca.

Esta falta de capacidade para tomar decisões exponenciava o desinteresse das juntas em lhes prestar informações sobre o andamento dos negócios. Isto sucedeu no caso da *Companhia*, como em geral em todas as companhias pombalinas. Em boa medida, as notícias que recebessem tornar-se-iam inconsequentes (Marcos, 1997: 601).

Basicamente os accionistas recebiam, através de edital, notícia dos dividendos que lhes seriam repartidos, com indicação do local e dias em que se processaria essa distribuição e pouco mais³⁴⁹.

³⁴⁹ Veja-se o conteúdo desta missiva de Mansilha a respeito dos dividendos do ano de 1765, anunciados em Maio de 1766:

“Recebi de VM^{ces} em data de 17 do corrente, segura pelo correio, e com ella o gosto da noticia participada nos Editais da Repartição do anno de 1765. Vi o estado actual da nossa Companhia, e dou a VM^{ces} o parabem da excelente administração, que não hé excedida pelas outras Companhias, como podia manifestar, fazendo huma exacta combinação de varias circunstancias, que por ora omitto, e somente as conferirei com S Exa, a quem já não são ignotas.

Executarei quanto VM^{ces} me ordenão, afixando os Editaes, e repartindoos pelos amigos. O mesmo praticarei com a entrega dos lucros das Exm^{as} Snr^{as} Accionistas, expendidos nas relaçoens do Guardalivros, que vem muito claros, e certos tanto pelo prezente, como pelo passado, a respeito da Ex^{ma} Sn^{ra} D. Maria Francisca de Daun, mulher do Ex^{mo} Sn^r D. Christovão Manuel de Vilhena”.



A primeira distribuição de dividendos ocorreu em Setembro de 1761³⁵⁰, respeitando a mesma ao período entre 01 de Janeiro de 1757 e 31 de Dezembro de 1760. O anúncio da mesma distribuição refere “... que, havendo-se concluído o Cálculo e Balanço do negócio da mesma Companhia, pelos quatro anos que tiveram princípio no 1.º de Janeiro de 1757 e findaram no último de Dezembro de 1760; se achou deverem repartir-se aos mesmos interessados, pelos lucros acumulados de todos os mesmos quatro anos, 17,5 por cento: os quais se principiarão a pagar na Casa da Junta, convocada para este efeito no dia 2 de Outubro do ano próximo imediato, pelas quatro horas da tarde, e se continuarão a satisfazer nas tardes das terças e sextas-feiras sucessivas...” (in Sousa, 2006: 63).

Os lucros anuais não eram de forma geral todos distribuídos aos accionistas, parte ficava acumulada em reservas, de acordo com instruções cedo recebidas do Marquês de Pombal, em 1761. Utilizando uma metáfora, Pombal comparou a retenção de lucros a uma “arvore que se planta em hum pequeno ramo, e que com a crecença do tempo vem a formar se hum grande tronco com vastíssima rama”. Notava o Marquês que “os Accionistas seriam arruinados se acazo lhes fossem distribuídos todos os Lucros, que o giro dos seus negócios produzisse. Nem a Companhia teria forças para fazer maiores progressos e maiores interesses como tem feito as da Azia, e da America em Inglaterra e Hollanda” (in Marcos, 1997: 577).

Neste anúncio fica claro o carácter instrumental da contabilidade no apuramento dos valores a distribuir e o anúncio dos dividendos a distribuir como uma percentagem,

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 7 de 17, carta de 24.05.1766, fl 61).

Veja-se o que igualmente Mansilha escreve a propósito da impressão dos editais propriamente dita: “Bem vejo a justa razão, com que V S^a pertende a Licença ampla da Meza Censoria, para imprimir huns papeis, que de sua natureza sam izentos de todos os riscos imagináveis das impressoens: Porem a nossa Corte tem tomado este ponto com tal melindre, que duvido muito se possa conseguir; não tanto pelo que respeita à nossa, e às outras Companhias; porque para todas seria fácil a permissão; porem como daqui se faria exemplo para os papeis dos outros tribunaes; este hé, a meo ver, o embaraço, que já por outra vez encontrei; Agora tentarei novamente esta permissão; e no cazo, que se não alcance, o remedio hé = Tanto que os balanços estiverem justos para a repartição, remetter o Rezumo, e Editaes, que em breve espaço se podem despachar sem incomodo muito attendível”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 13 de 17, carta de 04.07.1772, fl 77-78).

³⁵⁰ Mais tarde portanto do que referem os seus Estatutos: “Os interesses que produzir esta Companhia se repartirão pela primeira vez no mês de Julho do terceiro ano, que há-de correr depois da partida da primeira esquadra, em que a Companhia remeter as suas carregações para o Brasil, e de aí em diante se ficarão depois dividindo os ditos interesses anual, e sucessivamente pro rata no referido mês de Julho, sem embargo que os deputados hajam de exercer a sua administração por mais de um ano”. *Instituição da Companhia...* artigo 48º.



neste caso citado respeitante ao acumulado de quatro anos, do capital inicialmente subscrito³⁵¹.

Este cálculo de rentabilidade sobre os capitais nominais subscritos e não sobre o último valor dos capitais próprios era também, recorde-se, o método utilizado na Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (Marcos, 1997: 576), alegadamente por ser o método conforme com o uso e estilo mercantil.

Os conceitos de ‘cálculo’ e ‘balanço do negócio’ aparecem assim bem evidenciados, bem como a noção de ‘lucro’ e de ‘dividendos’, implicitamente tratados como conceitos autónomos.

Em função do aviso régio de 31 de Agosto de 1761³⁵² passou a haver na *Companhia* lugar a uma distribuição de dividendos mínima de 4%, calculada sobre o

³⁵¹ Vide igualmente o que Mansilha testemunha à junta sobre as intenções recebidas de Pombal sobre este assunto:

“Depois de examinado quanto VM^{ces} advirtirão pela sua carta de 14 de Fevereiro proximo passado que me foi entregue em Salvaterra, sobre o modo de repartir o lucro aos Accionistas. Foi S Ex^a servido decidir a forma da repartição, que perpetuamente deve subsistir na nossa Companhia, acingindose, ao que se praticou na Companhia de Pernambuco: exceptuando somente; o que já se repartio, e se possa repartir, conforme o methodo, que athe agora se praticou: Desorte que, o que está repartido, e se repartir antes de VM^{ces} receberem as ordens de S Ex^a sobre esta materia, fica na aquisição dos antigos Accionistas, sem que se haja de comonicar, por nova partilha, aos que entrão de novo. Porem ficando as repartioens já no seu vigor, se hade introduzir hum constante methodo de repartir, em forma que os Accionistas existentes, e futuros se repartem, como se tivessem entrado todos juntos no mesmo dia. Comonicandose a todos, não só os lucros das Acçoens Originaes, mas tambem a rezerva, ou valor atribuido a cada huma dellas, no Estado Real, e juntamente arbitrario em que se achão. Isto he com os tanto por cento, em que as ditas Acçoens estiverem acrecentadas no fundo, ao tempo, em que este novo methodo se introduzir, que não tardará muito.

Esta nova forma pareceu a S Exa mais conveniente, e desembaraçada para nossa Companhia: Conveniente; porque assim atrahimos novos Accionistas para se completar o fundo; que todo hé precizo para as negociaçoens della, suposto o Adjunto das Aguas Ardentes, e os grandes empates, que nestes primeiros tempos será precizo sofrer com vinhos nessa Cidade; e quando sobejem dinheiros, pode a Junta apicalos para outros infinitos generos do Commercio, que lhe são permittidos, e em que lucra muito = Desembaraçada: Porque pelo methodo antigo, sempre havia o terrivel emfado de diversificar a Conta do todo, dividindoo quazi como em dois fundos: o que sem duvida havia de cauzar muitas inquieta.oens, que se evitão por este solido methodo, sem prejuizo consideravel para os antigos Accionistas; que devem attender, que os novos, lhe vem acrecentar dobrada força aos Seus Capitaes...”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 16.04.1764, fl 38-39).

³⁵² Na realidade, este aviso, que pela sua importância foi reproduzido na íntegra no Anexo 1, de acordo com uma cópia que se conservava no Ministério do Reino secretariado por Pombal, tem como objecto principal estabelecer conformidade entre as contas da *Companhia* e as contas da Companhia de Grão-Pará. O aviso não ordena de forma explícita a aplicação dos dividendos mínimos de 4%, mas em várias partes prescreve uma total similitude entre as formas de calcular e reportar as contas, estabelecendo portanto de forma tácita a legitimidade daquele pressuposto. Vejam-se os seguintes extractos do aviso “O Guarda Livros [da CGAVAD] (...) teve na Junta da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão as sucessivas conferencias em q precebeo muito bem o methodo simples, claro e succinto com que a Junta da mesma Companhia havia tomado (...) as contas das suas gestões nos primeiros quatro annos da fundação, e havia também dado aos Accionistas o calculo dos seus interesses no referido quadrianio (...) na conformidade das quaes, Ordena S Mag^{te} que a Junta fassa armar, e concluir as sobreditas (...) contas:



valor do capital próprio do ano anterior. A referência a estes 4% perpassa as contas de todos os anos, até às últimas que analisamos, referentes a 1826.

Este valor mínimo³⁵³, com expressa referência à fórmula de cálculo do mesmo, aparecia sempre nas demonstrações dos estados anuais da *Companhia*. Ao mesmo foi sempre acrescentado um valor adicional, de forma a perfazer uma percentagem – que variou entre os anos - sobre as entradas dos accionistas, isto é, sobre o valor inicial das suas subscrições.

Temos portanto aqui misturados dois conceitos: Um resultante da aplicação do dito Aviso Régio, que apontava para uma lógica de remuneração dos capitais contabilísticos apurados no ano anterior e outra, na prática a prosseguida e quase sempre fornecedora de valores mais elevados, que consistia no cálculo de uma remuneração sobre as subscrições iniciais dos sócios, 400 000 réis por acção, recorde-se.

(...) devo participar a VM que S Mag^{de} he servido, que o referido methodo fique sempre inalterável ...” (AHOP, Ministério do Reino, MR 35 “*Negócios da Companhia...*”, *Copia do Aviso...*).

³⁵³ Marcos (1997) na sua obra “As Companhias Pombalinas”, que continua a ser uma das referências principais para a compreensão da construção jurídica deste tipo de companhias, nada refere a propósito. Refere outrossim a existência na Companhia de Pernambuco e Paraíba, do direito dos sócios receberem anualmente 5% das suas entradas, até se verificar a primeira distribuição de dividendos, em que aquele valor seria deduzido. Logo se verificou a perpetuação daquela prática, mas sempre numa lógica de avanço sobre os dividendos e não como garantia de retorno” (Marcos, 1997: 582-586).



Quadro 17: Indicadores de remuneração dos capitais da *Companhia* (1756-1826)

Valores em milhares de réis												
	Lucro menos perdas do ano	Capital contabilístico (no início do ano)		Dividendos atribuídos	Diferença	N.º de ações emitidas	N.º de ações própria s	N.º de ações em circulação	Valor facial das ações em circulação	Juro Real ou taxa de referência	Dividendos / capital em circulação	Lucros / capital contabilístico
Ano			Juro Real 4%						(i) = (h) x 400		(j) = (d) / (i)	(k) = (a) / (i)
	(a)	(b)	(c) = (b) x 4%	(d)	(e) = (d) - (c)	(f)	(g)	(h) = (f) - (g)	réis	(4%)		
31.12.17:	19.162		0	0	0	254		254	101.600	4,00%		
1757	20.774	480.000	19.200	0	-19.200	954		954	381.600	4,00%		
1758	56.597	500.736	20.029	0	-20.029	1.180		1.180	472.000	4,00%		
1759	63.674	537.304	21.492	0	-21.492	1.180		1.180	472.000	4,00%		
1760	95.989	579.486	23.179	84.001	60.822	1.200		1.200	480.000	4,00%	17,50%	53,37%
1761	70.102	671.395	26.856	27.456	600	1.248		1.248	499.200	4,00%	5,50%	14,04%
1762	76.887	722.841	28.914	27.940	-974	1.270		1.270	508.000	4,00%	5,50%	15,14%
1763	47.685	771.788	30.872	30.480	-392	1.270		1.270	508.000	4,00%	6,00%	9,39%
1764	68.621	874.593	34.984	35.616	632	1.484		1.484	593.600	4,00%	6,00%	11,56%
1765	55.229	924.798	36.992	36.648	-344	1.527		1.527	610.800	4,00%	6,00%	9,04%
1766	46.965	962.979	38.519	37.824	-695	1.576		1.576	630.400	4,00%	6,00%	7,45%
1767	55.449	975.320	39.013	41.184	2.171	1.584		1.584	633.600	4,00%	6,50%	8,75%
1768	57.423	993.985	39.759	41.470	1.711	1.595		1.595	638.000	4,00%	6,50%	9,00%
1769	63.650	1.059.938	42.398	44.720	2.322	1.720		1.720	688.000	4,00%	6,50%	9,25%
1770	44.720	1.078.868	43.155	44.720	1.565	1.720		1.720	688.000	4,00%	6,50%	6,50%
1771	58.460	1.078.868	43.155	44.700	1.545	1.720	230	1.490	596.000	4,00%	7,50%	8,50%
1772	58.580	1.092.628	43.705	44.820	1.115	1.720	226	1.494	597.600	4,00%	7,50%	8,51%
1773	119.393	1.106.388	44.256	44.220	-36	1.720	246	1.474	589.600	4,00%	7,50%	17,35%
1774	62.369	1.181.561	47.262	48.609	1.347	1.720	247	1.473	589.200	4,00%	8,25%	9,07%
1775	62.039	1.195.321	47.813	48.279	466	1.720	255	1.465	586.000	4,00%	8,24%	9,02%
1776	97.608	1.209.081	48.363	49.742	1.379	1.720	255	1.465	586.000	4,00%	8,49%	14,19%
1777	83.203	1.256.946	50.278	51.205	927	1.720	257	1.463	585.200	4,00%	8,75%	12,09%
1778	110.645	1.288.944	51.558	52.488	930	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	9,00%	16,08%
1779	88.529	1.347.101	53.884	53.946	62	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	9,25%	12,87%
1780	116.038	1.381.684	55.267	55.404	137	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	9,50%	16,87%
1781	111.129	1.442.318	57.693	58.320	627	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	10,00%	16,15%
1782	97.031	1.495.127	59.805	59.778	-27	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	10,25%	14,10%
1783	88.424	1.532.379	61.295	61.236	-59	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	10,50%	12,85%
1784	62.694	1.559.567	62.383	62.694	311	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	10,75%	9,11%
1785	64.152	1.559.567	62.383	64.152	1.769	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	11,00%	9,32%
1786	64.152	1.559.567	62.383	64.152	1.769	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	11,00%	9,32%
1787	64.152	1.559.567	62.383	64.152	1.769	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	11,00%	9,32%
1788	64.152	1.559.567	62.383	64.152	1.769	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	11,00%	9,32%
1789	64.152	1.559.567	62.383	64.152	1.769	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	11,00%	9,32%
1790	64.152	1.559.567	62.383	64.152	1.769	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	11,00%	9,32%
1791	64.152	1.559.567	62.383	64.152	1.769	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	11,00%	9,32%
1792	64.152	1.559.567	62.383	64.152	1.769	1.720	262	1.458	583.200	4,00%	11,00%	9,32%
1793	75.680	1.559.567	62.383	75.680	13.297	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1794	75.680	1.559.567	62.383	75.680	13.297	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1795	75.680	1.487.935	59.517	75.680	16.163	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1796	75.680	1.487.935	59.517	75.680	16.163	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1797	75.680	1.487.935	59.517	75.680	16.163	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1798	75.680	1.487.935	59.517	75.680	16.163	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1799	75.680	1.487.935	59.517	75.680	16.163	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1800	75.680	1.487.935	59.517	75.680	16.163	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1801	77.400	1.487.935	59.517	77.400	17.883	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,25%	11,25%
1802	77.400	1.487.935	59.517	77.400	17.883	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,25%	11,25%
1803	79.120	1.487.935	59.517	79.120	19.603	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,50%	11,50%
1804	80.840	1.487.935	59.517	80.840	21.323	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,75%	11,75%
1805	82.560	1.487.935	59.517	82.560	23.043	1.720		1.720	688.000	4,00%	12,00%	12,00%
1806	84.280	1.487.935	59.517	84.280	24.763	1.720		1.720	688.000	4,00%	12,25%	12,25%
1807	84.280	1.487.935	59.517	84.280	24.763	1.720		1.720	688.000	4,00%	12,25%	12,25%
1808	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1809	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1810	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1811	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1812	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1813	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1814	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1815	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1816	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1817	75.680	1.487.935	59.517	75.680	16.163	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1818	75.680	1.487.935	59.517	75.680	16.163	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1819	75.680	1.487.935	59.517	75.680	16.163	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1820	75.680	1.487.935	59.517	75.680	16.163	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1821	75.680	1.487.935	59.517	75.680	16.163	1.720		1.720	688.000	4,00%	11,00%	11,00%
1822	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1823	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1824	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%
1825	82.560	1.487.935	59.517	82.560	23.043	1.720		1.720	688.000	4,00%	12,00%	12,00%
1826	68.800	1.487.935	59.517	68.800	9.283	1.720		1.720	688.000	4,00%	10,00%	10,00%

Fontes: Arquivo da CGAVAD, “1º e 2º livro de balanços” - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5; Sousa (2006: 61-62).



Tal como explicitado no quadro supra, a negrito, estão patentes no reporte de contas da *Companhia* os seguintes conceitos e métricas fundamentais de análise:

- A. Capital subscrito em circulação:** definido como o valor facial de cada acção (400 000 réis tanto para a primeira como para a segunda emissão), multiplicado pelo número de acções que estavam em circulação em cada ano.
- B. Capital contabilístico:** Definido como o valor do capital da *Companhia*, resultante do apuramento anual do balanço, correspondente ao conceito actual de situação líquida, ou diferença entre activos totais e passivos totais.
- C. Lucro contabilístico:** Definido como a diferença entre os lucros e as perdas anuais da *Companhia* no final de cada ano, resultante igualmente do apuramento do balanço.
- D. Juro Real:** Valor correspondente a 4% do capital contabilístico apurado no final do ano anterior. Funcionava como um referencial dos dividendos a distribuir, nos termos do aviso régio de 31 de Agosto de 1761³⁵⁴.
- E. Dividendos:** Valor atribuído aos accionistas, por conta dos resultados de cada ano, na maior parte dos casos superior ao “juro real”, sempre referenciado nas contas da *Companhia* como um percentual do capital subscrito. Nos casos em que os dividendos ficaram aquém dos lucros reais, a diferença nunca excedeu 3.4% destes³⁵⁵, vigorando aqui uma lógica de acerto dos valores a distribuir, ora para cima, ora para baixo, como se torna explícito nos extractos dos resumos das contas da *Companhia* de 1764 (632\$251 réis) e 1765 (343\$931 réis), respectivamente:

³⁵⁴ A referência explícita a este Aviso Régio de 31 de Agosto de 1761 aparece pela primeira vez nas contas relativa ao ano 1793 e torna-se recorrente a partir dessa data. O uso destes 4% denominados “juro real” como referencial dos dividendos a distribuir em cada ano, aparece no entanto em todas as contas da *Companhia*, desde o primeiro apuro das mesmas, em 1760, o que nos leva a afirmar com segurança que antes e depois de 1793 estamos a falar de uma e a mesma coisa.

³⁵⁵ Notar no quadro 17 que os dividendos relativos a 1756 a 1760, foram distribuídos de uma só vez, em 1761. Somados os desvios da coluna “e”, percebe-se que houve uma diferença positiva entre os dividendos somados dos quatro anos (84 001 réis) e a soma aritmética daqueles que seriam os juros réis devidos (83 901 réis).

**Figura 14: Extracto do Estado da Companhia (1764)**

Extracto dos Lucros que se fez
a Companhia geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro
no anno de 1764

Fundo de 1200 Accoas que entraram a 1760.	R\$ 733.710.073
Fundo de 43 Dittas que entraram em 1761.	23.338.240
Fundo de 22 Dittas que entraram em 1762.	9.945.173
Fundo de 214 Dittas que entraram em 1764.	25.600.000
Capital da Comp.^a no anno de 1764.	R\$ 874.593.486
Lucros que teve a Comp. ^a no prez. ^{te} anno.	63.620.073
Abstem-se destes Lucros 4% do Capital de	
874.593.486, que importam.	34.983.073
Emais.	632.261
que fálhao para completar 6% das Entradas q. ^{se} repartem	
q. ^{se} Accionistas em geral e far.	35.616.000
	33.004.072

Fonte: Arquivo da CGAVAD, “1º livro de balanços” - cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5, contas de 1764, fl. 8.

Figura 15: Extracto do Estado da Companhia (1765)

Extracto dos Lucros q.^{se} fez a Comp.^a
q.^{da} Agricultura das Vinhas do Alto Douro no anno de 1765.

Fundo de 1200 Accoas q. ^{se} entraram a 1760.	R\$ 732.087.439
Fundo de 43 dittas, q. ^{se} entraram em 1761.	24.403.240
Fundo de 22 dittas, q. ^{se} entraram em 1762.	10.442.437
Fundo de 214 dittas, q. ^{se} entraram em 1764.	90.664.666
Fundo de 43 dittas, q. ^{se} entraram em 1765.	17.200.000
Capital da Companhia no anno de 1765.	R\$ 924.792.270
Lucros que teve a Comp. ^a no prez. ^{te} anno.	55.229.631
Abstem-se destes Lucros 4% do Capital de	
924.792.270, q. ^{se} importam.	36.991.693
menos.	343.931
que cras em de 6% das entradas q. ^{se} repartem	
tem q. ^{se} Accionistas em q. ^{se} importam.	36.648.000
Capital e Fundo da Comp.^a em 1º de Jan. de 1766.	R\$ 913.379.589

Fonte: Arquivo da CGAVAD, “1º livro de balanços” - cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5, contas de 1765, fl. 8.

As métricas elencadas nos resumos do Estado da Companhia, fazem portanto mistura entre indicadores ex-ante (capital subscrito e capital contabilístico no início do ano em causa), ex-post (lucro do ano) e outros parâmetros (taxa de juros de referência, percentagem de pagamento desejada).

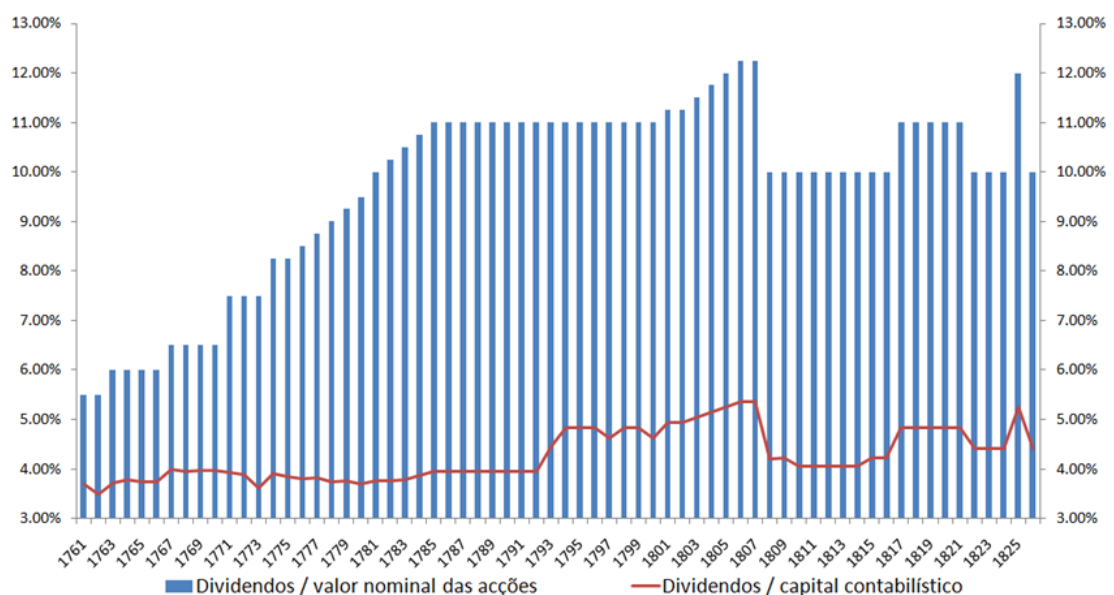


Percebe-se ao fim de contas, que os indicadores realmente relevantes eram o capital subscrito em circulação, a taxa de remuneração desejada sobre o mesmo, o valor dos lucros contabilísticos de cada ano e o valor contabilístico do capital. O produto do primeiro e segundo destes indicadores definia os dividendos a pagar, o valor do terceiro – deduzido deste os mesmos dividendos, claro – definia a crescimento do valor dos capitais próprios e finalmente este dividido pelo número total de ações, definia o valor de cada uma delas.

A taxa de juro legal (4%) servia como elemento balizador dos lucros a repartir sob a forma de dividendos, sendo portanto um indicador meramente instrumental.

As métricas utilizadas (i) dividendos distribuídos como fracção do capital subscrito em circulação (ii) referência/comparação dos ditos dividendos ao juro real de 4% anual (iii) e acumulação dos lucros em capital como fracção daqueles sobre o capital subscrito, são tipicamente relatados na literatura como os rácios de referência do denominado capitalismo de transição e os mesmos usados em várias companhias europeias, anteriores ou contemporâneas (Toms, 2008b: 5-7).

Gráfico 7: Rácios de rentabilidade da *Companhia* (1756-1826)



Fonte: Síntese de nossa autoria das informações contidas nos *Estados*, Arquivo da CGAVAD, “1º e 2º livros de balanços” - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.

Como já atrás mencionamos, durante o capitalismo de transição, a existência de lucros sobre os capitais emprestados ou subscritos em ações já não era visto como



usurário, mas continuava a haver taxas de juro máximas legais, que na prática balizavam esses investimentos. Eram no entanto permitidos, ou pelo menos tolerados, desvios a esses máximos, principalmente se obtidos no comércio com o exterior, por se pensar que os capitais apostados fora do grupo social de referência tinham um risco implícito maior e para além disso o “lucro excessivo” era obtido à custa de terceiros.

A referência ao lucro sobre o capital inicialmente subscrito permitia comparar o ‘retorno’ com o proporcionado pelos padrões de juros, por exemplo. Em contextos de socialização do capital, ou seja colocando-se a possibilidade de emprestar dinheiro ou ser accionista de uma das várias companhias ou outros tipos de organizações que se foram formando nesta época, estes indicadores funcionavam bem, tinham utilidade prática.

Em países em que o mercado secundário de títulos tinha já alguma expressão e liquidez, caso da Inglaterra onde já funcionava uma bolsa de valores³⁵⁶, a utilização de rácios como o P/E (rácio que compara a cotação ao dia dos títulos com o valor dos últimos dividendos distribuídos) era também usual. Não era no entanto este o caso de Portugal, onde a liquidez dos títulos e o próprio número de companhias existentes não incentivavam a necessidade deste indicador.

De resto a forma de cálculo na *Companhia* foi também, como vimos mais atrás, a adoptada na Companhia de Pernambuco e Paraíba (Marcos, 1997: 576) e na Companhia Inglesas das Índias Orientais (Macintosh *et al*, 2000: 22). É também nestes termos que Mansilha se manifesta à junta da *Companhia*, a respeito da repartição dos lucros dos primeiros quatro anos da Companhia do Pará e Maranhão³⁵⁷. Volvidos

³⁵⁶ Mirowski (1987: 119) conclui que, pese embora existisse uma imprensa financeira forte, onde circulavam de forma permanente e muito regular informações sobre cotações e transferência de informações entre as praças de Amesterdão e de Londres, muito poucas foram as companhias que emitiram capital no mercado inglês, com excepção do período conhecido como “South Sea Bubble”. Este paradoxo é utilizado por Mirowski para espelhar algumas limitações dos investigadores neoclássicos para explicar o comportamento dos mercados, uma vez que na presença de um mercado eficiente, seria de esperar um maior aproveitamento do mesmo, o que não se verificou.

Carlos *et al* (1998: 323) dão conta que em 1690 o número de companhias cotadas computado por Scott era de apenas 15, tendo efectivamente aumentado para 140 em 1695.

A propósito da regularidade das informações que circulavam no mercado inglês e da importância de jornais quasi-diários que já nesta época publicitavam as cotações, ver também Carlos *et al* (2006: 226).

³⁵⁷ “...Das contas que agora deo a Junta da Comp.^a do Pará na repartição actual que já publicou. (...) reparte por ora 4 annos, pellos quaes dá a cada Accionista a 19 em 1 por cento; e ficao as Acçoens em 50 por cento de acréscimo. Passado hum mes, reparte os lucros do anno de 60 – cuido q a 6 ou 7 por cento; e assim se irá repartindo annualme, à proporção dos lucros”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 2 de 17, carta de 23.07.1761, fl 89-90).



muitos anos aliás Ratton (1920: 180) comenta nas suas memórias publicadas em 1813 a distribuição dos lucros da Companhia de Grão-Pará nesses mesmíssimos termos, dividindo os dividendos pelas entradas iniciais e comparando implicitamente esse rácio com os juros dos empréstimos que se praticavam: "A pesar das malconversoens, e erros commettidos pelos administradores da Companhia, com tudo fazia esta rateios annualmente, aos accionistas, de 10 a 11 por cento sobre o capital de 400,000 réis de suas acçoens; por maneira que os ditos accionistas, alem do juro, receberão trinta a quarenta por cento de ganho; e a muito mais subiria, se não houvessem tantas dividas perdidas, cuja cobrança por execuçoens o Governo sabiamente impediu, por ser o seu objecto favorecer, e não arruinar colonos."³⁵⁸

Como o quadro 17 patenteia, a partir de 1793 fez-se grande a diferença entre os teóricos juros reais e os dividendos efectivamente distribuídos, estes maiores do que aqueles.

Os expedientes usados pela *Companhia* para moldar os seus resultados, por um lado e a capacidade efectiva para absorver ou reter dinheiros públicos ao seu serviço, sustentavam, embora não indefinidamente, a possibilidade de anunciar resultados dividendos de forma mais ou menos arbitrária. Em termos práticos o grau de refinamento dos indicadores tinha pouco interesse analítico, assegurado que estava o que verdadeiramente interessava anunciar: bons e estáveis dividendos.

Os atrasos na produção da informação

Os atrasos na produção de informação, pelo menos no que concerne ao apuramento dos resultados anuais, fizeram-se sentir em diversos momentos da vida da *Companhia*.

Logo aquando do momento do apuramento dos lucros dos seus primeiros quatro anos e meio de actividade, que coincidiu com a passagem de testemunho da primeira para a segunda junta, no final de 1760, sucessivas questões se colocaram relativamente

³⁵⁸ Sousa e Pereira (2008: 69) citam um documento de 1826 onde esta mesma lógica continua evidente, a propósito da polémica sobre a manutenção dos privilégios da *Companhia*. Esse documento testemunha que "vivem dela centenaes de accionistas por meio do juro das suas acções, tanto dentro como fora do Reino...".



à disponibilização dos elementos necessários ao encerramento das contas³⁵⁹, depois sobre a forma de preparar aquelas mesmas contas e finalmente sobre os actos substantivos e simbólicos relacionados com a sua verificação e aprovação³⁶⁰ e publicitação.

Todo este processo, de certa forma natural por se tratarem das primeiras contas, demorou quase dois anos³⁶¹, o que desde muito cedo motivou mensagens de alerta do

³⁵⁹ “Aos 13 de Janrº de 1761 achandose em Junta o Provedor, Deputados e Concelheiros abaixo assignados.

A esta forão chamados o Provedor, e Deputados há Junta antecedente, e achandose todos presentes, pelo Provedor actual lhe forão lidas as Ordens dFe S Magdº respectivas à brevidade com que devem dar as contas da Sua Administração, em que se achavão hera preciso com a mais pronta brevidade a entrega de todo o vinho de feitoria, agoas ardentes, e vinagres, e as caixas de asucar, e a conta da madeira de aduela vendida aos tanoeiros de que esta Junta he credora e por ella forão nomeados para recebimento dos ditos generos os deputados Brás de Abreu Guimarães e Joze de Pinho e Souza.”

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14, acta de 13.01.1761, fl 71 vv.).

³⁶⁰ Após a intimação em 13.01.1761 para entrega das contas do seu mandato, os membros da junta cessante finalmente entregam os mesmos em 25.09.1761, conforme atesta a acta da junta dessa data:

“Aos 25 de 7bro de 1761 achandose em Junta o Prov^{or}, Deputados e Concelheiros abaixo assignados.

Nella apparecerão o Prov^{or} e Deputados da direcção passada p.^a fazerem entrega dos Livros de fica? [palavra ilegível] quadriannia direcção que são os seguintes:

Livro Mestre

Diario

Memorial

Livro de Caixa

Livro das Entradas e Sahidas

Livro das correntes com os Accionistas

Varios Livros Auxiliares, formados de [palavra ilegível] e do [palavra ilegível]

Livro do balanço

O Inventario e seus anexos

Que todos se receberão e entregarão na contadoria desta Junta, e pello Prov^{dor} e Deputados da Prezente direcção forão todos aceites, com acordação de nomiar a mesma Junta os examinadores, q lhes parecer peritos, e idóneos p.^a a revisão delles, de que eu Jozé [palavra ilegível] Pinto de Azevedo fiz este termo, q assignarão o Prov^{dor} e Deputados da direcção passada”.

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14 acta de 25.09.1761, fl 88 ff).

³⁶¹ Só ao fim de 23 meses é que a segunda junta parece ter-se convencido da necessidade de parar com as dúvidas e conferências às primeiras contas: “Aos Vinte e seis dias de Novembro de mil settecentos sessenta e dous annos estando em Junta o Provedor e Deputados abaixo assignados.

Nella representarão os Deputados Gaspar Barboza Carneiro e Jozé de Pinho e Souza nomeados pela Junta actual para examinadores das contas da Junta immediata, q elles havião examinado as ditas contas, e proposto nesta Junta as duvidas, que nellas encontrarão procedidas da falta da criação de alguns livros auxiliares, com q devião ter sido formalizadas; as quaes se achavão satisfeitas, com os documentos e contas particulares, q apresentarão o guarda-livros: porem q ainda se achava existente a falta de conhecimentos em forma extrahidos do livro do cofre da consignação da Ponte de Coimbra, e a procuração jurídica dos claviculários delle, em que se authorizasse a despeza de tres contos settecentos sencoenta e sette mil e quinhentos Reis que se entregarão ao Deputado João Correa da Sylva Figueiredo Castello Branco de Moraes Tenreiro, em pagamento dos juros, que varios Accionistas devião ao dito cofre como consta de hum recibo do mesmo Deputado passado em 26 de Março de mil settecentos e sessenta: e que da mesma sorte existião ainda outras duvidas sobre algumas despezas, compras, e carregacoens feitas no primeiro anno do estabelecimento desta Companhia, das quaes tinhão tomado conhecimento os Deputados da Junta do Commercio Jozé Moreira Leal, e Manuel Pereira e Faria por ordem Regia, cuja decizão estava affecta a S Magº e se não tinha alcançado athé o presente, e sendo este o motivo que sustara athé agora a aprovação formal das refferidas contas, parecia se não podia prorrogar



monarca e a intervenção directa do Marquês de Pombal, que como se sabe chegou a chamar à sua presença o guarda-livros da *Companhia*³⁶², para miudamente lhe explicar de viva voz o método sobre o qual devia formar as ditas contas³⁶³ e franqueando-lhe o acesso aos conhecimentos do contador da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, para que ambas as contas se formassem de acordo com os mesmos princípios.

por mais tempo, visto achar-se completo o undécimo mez do segundo anno da administração desta Junta: E sendo nella ponderada esta Representação de unânime acordo assentou, fossem convocados os Directores da Junta immediata, para no dia 29 do presente ajustarem as clauzulas e condiçoens com q se lhe aprovavão as refferidas contas....”.

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14, acta de 26.11.1762, fl 101 ff.).

³⁶² Como reconhece a segunda junta: “Aos vinte e tres dias do mez de Julho de 1761 achandose em Junta o Provedor, Deputados e Concelheiros abaixo assignados.

Nesta se recebeu hum avizo do IL^{mo} e Ex^{mo} Sn^r Conde de Oeyras pello qual sua Magde hé servido ordenar, que a Junta logo que o receber, faça partir para a Corte o Guarda Livros da Companhia, e na mesma se leu hũa carta do P M D^{or} Fr João de Mansilha, em que aviza que o o dito guarda livros, deve levar com sigo hum extracto dos saldos de todas as contas, e débitos, e créditos desta companhia do ultimo de Dezembro do anno proximo passado, e logo sendo chamado o ditto Guarda Livros, se lhe ordenou, que tirando com a brevidade possível o dito extracto, partisse immediatamente, p.^a a Corte na conformidade da referida ordem de Sua Magd^e...”.

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14, acta de 23.07.1761, fl 86 ff.).

A carta de Mansilha a que junta se refere tem a seguinte redacção:

“...mando a VM^{ces} esta carta de S Exa, em que o do Sr ordena que venha aqui o Guarda-Livros dessa Junta. E o mesmo S^r me ordenou escrevesse a VM^{ces} sobre esta materia, explicando o motivo desta vinda, que não hé outro, mais que ver o referido Guarda-livros, occularmente a formaliad^e das contas que agora deo a Junta da Comp.^a do Pará na repartição actual que já publicou. Querendo S Ex^a, que o mesmo, sem discrepância, se pratique nessa Junta. O q não seria fácil, sem q o Guarda livros viesse a esta Junta, observar o methodo, e ouvir de S Ex^{cia} a explicação delle, como seu tuthor. Hé tao claro, e fácil o referido methodo, que em 6 meyas folhas de papel estão reduzidas todas as contas da referida comp^a; com tal clareza, que os sabios observao nellas toda a regularid^e, e ao mesmo passo entendem plenam^e tudo, os que não sabiam.”

Nestes termos devem VM^{ces} mandar suspender qualquer movim^o, que ahi haja a este respeito; não se dando, nem tomando contas; sem que ahi chegue o Guarda livros instruido na forma sobredita. E só terao VM^{ces} o cuid^o de fazerem partir o mesmo Guarda livros, quanto antes, p.^a q aqui se possa instruir, p.^a praticar ahi o mesmo; e p.^a que haja de formalizarse de tudo o q S Ex^a quer que se pratique na data das contas, e repartição de lucros de todas as comp^{as}.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 2 de 17, carta de 23.07.1761, fl 89-90).

³⁶³ “Aos 11 de 7br^o de 1761 achandose em Junta o Provedor, Deputados e Concelheiros abaixo assignados Nesta apresentou o Guarda Livros desta Companhia, que havia chegado de Lisboa, hũa carta do IL^{mo} e Ex^{mo} Sn^r Conde de Oeyras, com a data de 31 de Agosto proximo passado, pela qual sua Ex^a remete a Junta hũa minuta do methodo, que devia praticarse nas contas, que devião dar os Directores da Junta immediata da Administração do primeiro quatrianio desta Companhia, e do calculo que devia darse aos Accionistas dos seus interesses, e repartição que delles se lhes havia de fazer, respectivos ao referido quatrianio, cujas contas se havião de lançar em hum livro separado, remetendose outro, com o extracto dellas, p.^a a Secretaria de Estado; e logo a Junta detreminou que eu Secretario avizasse ao Provedor, e mais Directores da Junta immediata, apresentassem com a referida brevidade as suas contas, para se proceder ao exame, e a aprovação dellas, e que logo se formalizassem os dois livros, respectivos à presente repartição, para nella se proceder com a brevidade, que sua Mag^e ordena”.

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14, acta de 11.09.1761, fl 86 vv).



As contas de 1760 foram finalmente aprovadas em junta no dia 29 de Novembro de 1762³⁶⁴, o que chegou a criar embaraços à gestão quotidiana dos negócios, pela falta de elementos informativos actualizados, conforme se relata na acta de uma junta de Setembro de 1762³⁶⁵.

³⁶⁴ “Aos Vinte e nove dias de Novembro do anno de mil settecentos sessenta e dous annos estando em Junta o Provedor e Deputados abaixo assignados.

Nella apparecerão o Provedor e Deputados Directores da Junta immediatta abaixo assignados; e logo pelo Prov^{dor} actual de unanime rezolução de toda a Junta lhes foy dito, que sendo revistas e examinadas as contas dos quatro annos da sua administração pelos Deputados atuaes Gaspar Barboza Carneiro, e Jozé de Pinho e Souza, eleitos p^a a sua revizão, e exame, e decididas por esta Junta as duvidas sobre ellas propostas, pelos refferidos Deputados, a mesma junta aprobara e havia por boas, certas, e ajustadas as ditas contas em todas as suas verbas, exceptuadas porem todas as q respeitao às duvidas de algumas despesas, compras e carregacoens feitas pellos mesmos Directores da Junta immediatta no primeiro anno do estabelecimento da companhia, das quaes tomarão conhecimento por ordem Regia os Deputados da Junta do commercio Jozé Moreira Leal, e Manuel Pereira e Faria, cuja decizão estava e fica affecta a S Mag^e; e exceptuada também a verba da despeza de tres contos settecentos sencoenta e sette mil e quinhentos Reis que se entregarão ao Deputado João Correa da Sylva Figueiredo Castello Branco de Moraes Tenreiro, para pagamento dos juros, que varios Accionistas devião ao cofre da consignaço das obras da Ponte de Colimbra; e isto enquanto senão apresentão conhecimen^{tos} em forma, extraídos do dito cofre, que authorizem aquelle pagamento os quaes os mesmos Directores, da Junta immediatta apresentarão na contadoria dentro do termo de hum mez contado da factura deste termo, pena de ficarem todos responzaveis pela refferida quantia. E nesta forma com as predictas clauzulas, e limitaçoens houverão o Provedor e Deputados da Junta actual, por feita a approbaço das ditas contas; mandarão fazer este termo que assignarão o Prov^{dor} e Deputados Directores da Junta immediatta...”

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14, acta de 29.11.1762, fl 101 vv).

³⁶⁵ “Aos Dezasete de Setembro de mil settecentos secenta e dous annos em Junta o Provedor e Deputados abaixo assignados.

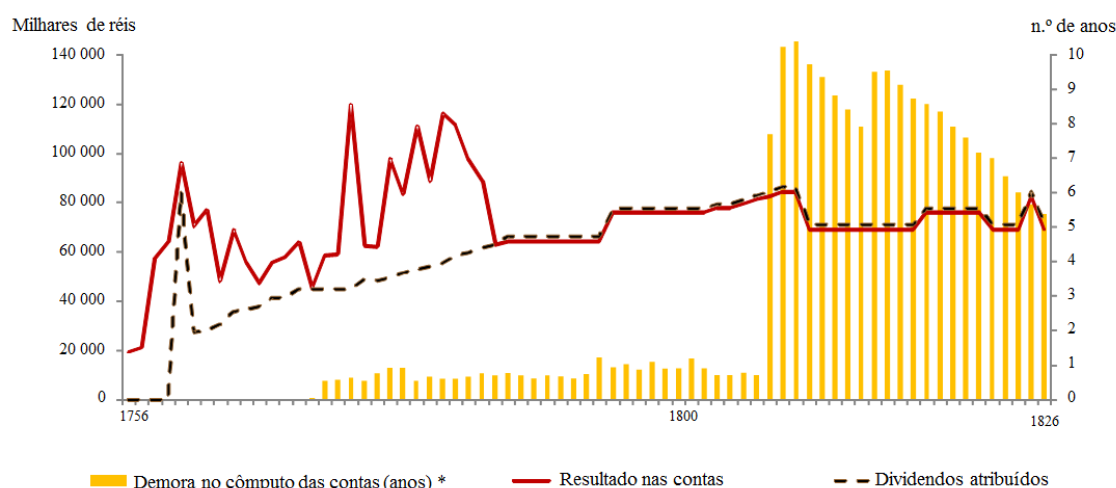
Nella se ponderou a precizão que havia de se fecharem as contas do anno proximo precedente de mil settecentos sessenta e hum para se continuarem as do prezente anno de mil settecentos e sessenta e dous. Suspensão a que tinha dado cauza a consulta que a S Mag^e se fez, e enviou em 14 de Janeiro deste prezente anno, sobre as comissoens, que a mesma Junta devia [palavra ilegível] das Agoas Ardentes vendidas nesta cidade remetidas para a de Lisboa e Portos Estrangeiros; e assim mesmo as do Vinho de Embarque remetidas para os Portos Estrangeiros, cidade de Lisboa, ou vendidas nesta à porta dos Armazens da mesma Companhia, por não se comprehenderem estes ramos de commercio, e forma de negociacoens nos parágrafos 18 e 28 da Instituição da mesma Companhia que tractão das comissoens da Junta: cuja consulta athe agora não obtivera rezolução das duvidas que a ella derão fundamento; e ponderando a mesma Junta, que na prezente conjuntura poderia dilatarse a Rezolução, e toda a demora da fechoação das contas do anno antecedente impocibilitava a formação e continuação das do prezente anno, e cedia em hum prejuizo concideravel da companhia pela falta da necessária arrumaço dos livros em que se escripturão as negociacoes de grande cabedal que nellas gira e diversas especies [palavra ilegível] comercio.

Resolveu a Junta que nas Agoas Ardentes vendidas nesta cidade, remetidas para a de Lisboa ou Portos Estrangeiros, de qualquer qualidade que fossem se lhes carregasse a comissão de dous por cento; e que os mesmos dous por cento se carregassem nos vinhos de embarque, ou fossem remetidos para os Portos Estrangeiros e cidade de Lisboa, ou vendidas à porta dos Armazens desta Companhia, por ser esta a comissão mais seguida e praticada sobre as [palavra ilegível] do comercio em semelhantes negociacoens: por cuja Rezolução se fechassem as contas do anno antecedente, principiasssem e continuasssem as do prezente anno, subjeitandose a Junta toda, a qualquer determinação, que S Mag^e for servido dar às duvidas que lhe puzerão na refferida consulta diminuindo ou acrescentando em tudo ou em parte dellas, o q por S Mag^e lhes for rezolvido, como obedientes e leaes vassallos, esperando da sua Real beneficiencia lhe não seja estranhado huma rezolução a que deo cauza o necessário e e preciso adiantamento das suas contas, que devem ter sempre promptas na forma das suas antecedentes Regias determinacoens”.



O gráfico 8 abaixo mostra (i) o valor dos lucros anuais apurados pela *Companhia*, (ii) o valor dos dividendos anuais distribuídos aos accionistas por conta de cada um dos anos e (iii) o número de anos que decorreu entre a assinatura formal das demonstrações anuais e a data de 31 de Dezembro dos anos a que respeitam.

Gráfico 8: Dividendos, lucros e atraso das contas da *Companhia* (1756-1826)



Fonte: Síntese de nossa autoria das informações contidas nos *Estados*, Arquivo da CGAVAD, “1º e 2º livros de balanços” - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.

Acreditando que as contas anuais só foram formalmente encerradas nas datas em que os membros das juntas as assinaram³⁶⁶, o que se constata é a existência de atrasos significativos nesses encerramentos³⁶⁷, particularmente relevantes a partir de 1805.

(Arquivo da CGAVAD, *Actas da Junta* (1º livro) - cota 2.2.001 lv. 9 de 14, acta de 17.09.1762, fl 99 ff).

³⁶⁶ Não há dúvida que os membros das Juntas que assinam as demonstrações anuais de um determinado ano são aqueles que estavam em funções nesse ano, ainda que essas demonstrações se referissem ao exercício de juntas pretéritas. Ver por exemplo as contas de 1811 e 1812 (Vide Arquivo da CGAVAD, 2º livro de balanços - cota 6.2.005.10 lv. 2 de 5, concretamente contas de 1811, fl 14 e contas de 1812, fl 13).

³⁶⁷ De uma forma geral parece que o atraso no fecho de contas era uma constante na vida da Companhia. No exame à actividade da *Companhia* realizado por ordem directa da Rainha em 1784, o examinador Luis de Sousa Coutinho constatou grandes dificuldades no acesso às contas do ano transacto, que não estavam prontas e que tiveram que ser expeditadas para esse fim. Conta o mesmo que “sendo regular, e estando recommendado por Avisos Régios, que esta parte tam essencial de hua Administração exacta esteja sempre em dia, não só pela impreterível satisfação, que a junta deve dar seus Constituintes, e a Sua Magestade nos prompts balanços; mas ainda para se regular com mais segurança nas Especulações e Planos do seo commercio; não poude a mesma Senhora ver sem desagrado o excessivo atrazo, em que se acharão as contas” (*Informação do Estado... em 1784...*, 2000b: 156).

De facto, e tendo chegado ao Porto para o dito exame no dia 29 de Junho de 1784, foram-lhe prestadas contas relativas a 1783 apenas no dia 15 de Outubro (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 159-160).



Este facto, no entanto, não impediu que regra geral as juntas da *Companhia* atribuíssem dividendos aos accionistas e os colocassem à disposição dos mesmos³⁶⁸.

Defendemos que tal apenas foi possível porque os dividendos correspondiam a valores pré-determinados, orientando-se a partir de 1784 os valores dos resultados anuais apurados pelos mesmos, mediante a utilização dos expedientes previamente explicados.

Não havia portanto necessidade de esperar por conhecer os resultados anuais para se decidir os dividendos a atribuir.

A gestão do valor dos dividendos pagos

A análise dos dividendos pagos em função do valor nominal das acções, expressos no gráfico 7, permite perceber, como vimos, uma grande constância desse quociente. Durante muitos anos a *Companhia* remunerou os capitais investidos, calculados como a soma das entradas iniciais, entre 10% e 12% anuais³⁶⁹.

Defendemos que este comportamento da *Companhia* foi possível pelo acesso facilitado a fontes de financiamento, a começar pelo próprio Estado, com quem a *Companhia* mantinha contas-correntes importantes, mercê dos inúmeros impostos que recolhia e de que era fiel depositária³⁷⁰.

³⁶⁸ Nas contas dos anos de 1793, 1797, 1800, 1808, 1809, 1815 e 1816, os dividendos respeitantes ao ano anterior figuram como valores já conhecidos mas ainda não colocados à disposição. Nas contas de 1810 a 1814, inclusive, aparecem ainda como não colocados à disposição os dividendos respeitantes aos dois anos anteriores.

³⁶⁹ Já a rentabilidade do capital contabilístico foi sempre menor, situando-se entre os 4% e os 5% na maioria dos anos, valor mais estável mas significativamente inferior do que os retornos médios de um conjunto de casas comerciais inglesas, estudadas por Duguid e Lopes (1998: 291; 1999: 91) que apuraram retornos médios sobre o capital próprio de 9% entre 1812 e 1820 e de 20% entre 1820 e 1834.

³⁷⁰ Também por isso a *Companhia* era obrigada a entregar as suas contas à Coroa, como por exemplo consta no aviso de 28 de Janeiro de 1786 (Sousa, 2006: 135).

Sousa *et al* (2004) dão conta do valor total de impostos régios e direitos cobrados pela *Companhia* em alguns anos: Em 1784 totalizaram 40 363 188 réis, e em 1802 totalizaram 74 294 403 réis. Para que se tenha uma ideia da importância relativa destes valores, os mesmos correspondem, respectivamente, a 65% e 96% dos resultados daqueles anos.

Ainda em 1821 as Cortes constituintes reflectiam sobre a importância desse trabalho de arrecadação dos impostos como um dos motivos válidos para a manutenção da *Companhia*: “A discussão está versando sobre dous pontos: reforma da *Companhia* = exclusivo das Tabernas do Porto. As Comissões reunidas, convierão, posto que com variedade, em que a *Companhia* se reformasse; e na extinção do exclusivo. O voto geral do Congresso tem-se pronunciado com o Illustre Preopinante o senhor Pereira do Carmo pela reforma somente, sem della separar o exclusivo. He tambem esse o meu voto; e segundo entendo ha nos Pareceres das Comissões huma notavel contradicção da *Companhia*; e extinção antecipada dos seus exclusivos: não entendo. O objecto ou se considere em respeito nos Particulares, e á cultura do Alto Douro; ou em respeito do interesse geral da Nação; ou com attenção ás rendas do Thesouro, he de summa



Na contabilidade da *Companhia*, claramente distinguíam-se conceitos de resultados contabilísticos e dividendos e consequentemente os conceitos de acumulação/redução de reservas no capital da *Companhia*.

O aviso régio de 1786, ou melhor o uso que a *Companhia* lhe deu, na prática passou a significar o congelamento do valor do capital próprio da *Companhia* e, potencialmente a criação de reservas ocultas, uma vez que os ditos “lucros para amortizar” não deixavam rastro visível nas contas anuais da *Companhia*, após o seu registo inicial. Isto porque todos os activos eram apresentados por valores líquidos e nunca existiu, pelo menos claramente, qualquer rubrica de provisões no passivo da *Companhia*.

Note-se que 715 das 1 720 acções da *Companhia* foram declaradas como subscritas mediante o recurso a endividamento pelos accionistas e destas, em 1830, ainda faltavam amortizar 297 acções.

ponderação. A sua resolução decide da fortuna, ou desgraça de muitos milhares de familias; e de se tomarem os jardins cultivados nas montanhas situadas nas margens do Douro, em maltas bravias, que dantes erão: decide do Commercio de hum genero Nacional, cuja exportação mette annualmente em Portugal de 11 a 12 milhões de cruzados, ainda sem fallar no vinho extraviado aos direitos, que importará em mais de hum milhão. Decide ultimamente a sorte de hum genero que em 10 annos tem dado ao Thesouro, hum anno por outro, hum milhão, e 700 e tantos mil cruzados. Bem se vê que o objecto não he para palear com meias medidas; precisa-se tractar de hum vez mui reflectidamente. A Companhia he, ou não he necessaria para a Lavoura e Commercio dos vinhos do Douro?... Se he necessaria, permaneça, e se convier (como ninguem duvida), reforme-se: se não he necessaria, prepare-se a sua demolição, e apeie-se com cautella, de sorte, que se aproveitem todas as suas peças: nada de destruiilla por minas; porque hum colosso tal, arruinado de repente, ha de esmagar tudo quanto achar diante de si. Ou para a reforma, ou para a extinção, pede a prudencia, que em todo o caso, se oução os interessados - a Lavoura - o Commercio do Porto - a Ilustrissima, Junta, representando os accionistas. Todo outro arbitrio será sujeito a graves riscos” (*Actas das Cortes constituintes de 1821*: sessão de 22 de Junho de 1821, página 1309).

**Quadro 18: Amortização das acções subscritas com recurso a crédito (1767-1830)**

Ano	N.º de amortizações	N.º de acções amortizadas
1767	1	3
1769	2	15
1770	1	9
1771	2	20
1771 e 1773	1	10
1772	1	10
1774	1	4
1775	1	10
1778	1	10
1779	2	19
1783	1	1
1785	2	15
1788 e 1789	1	10
1790	2	9
1793	2	13
1794	2	4
1802	2	11
1819	2	15
1830	1	2
Data não especificada	29	228
Total	57	418
N.º de acções não amortizadas em 1830		297
N.º de acções subscritas com recurso a crédito		715
N.º acções emitidas pela <i>Companhia</i>		1 720

Fonte: Arquivo da CGAVAD, “*Registo de accionistas....*”, cota 6.1.023 lv. 1 de 6.

Entre os cofres a que recorreram os accionistas para se financiarem destacam-se três organizações do Porto: o cofre da Misericórdia do Porto, o dos órfãos e o da Ordem Terceira de São Francisco. Pontuam também os cofres de muitas outras irmandades, casas religiosas e também empréstimos de particulares e da caixa para a ponte nova de Coimbra.

Criou-se assim uma situação de interdependência entre a *Companhia*, os accionistas e os seus credores: Pela longa duração patente nestas relações, é de crer que aqueles efectivamente contassem menos com a devolução do capital emprestado do que com a capacidade dos accionistas para pagar os juros devidos (por norma a uma taxa



anual de 5%) e os accionistas contassem com a *Companhia* para providenciar dividendos superiores àquele montante, para que algo sobrasse para seu sustento.

O mesmo documento citado também dá nota de várias cedências de acções, mantendo-se a entidade financiadora como que “agarrada” à acção, mais do que ao proprietário da mesma. Por outras palavras, continua a ser credora do novo proprietário.

Em alguns casos, como acontece com o cofre da ponte de Coimbra, verifica-se que a mesma entidade que empresta aos accionistas, também empresta directamente à *Companhia*.

Quadro 19: Empréstimos contraídos pela *Companhia* (1757, 1783, 1826)

Valores em réis

Valores em réis	1 757		1 783		1826	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Junta do Comércio destes Reynos		9 205.637				
Fornecim. ^{to} de varios gen. ^{tos} p. ^a o Exc. ^{to} e seus Hosp. ^{as}					8 539.800	
Apolices de Real Erario					4 977.040	
Despezas com a Arrecadação dos Dir. ^{tos} R. ^{as}				191.500	2 150.989	
Fazenda Real em C. ^{ta} de Munic. ^{as} de boca p. ^a o Exc. ^{to}					2 016.152	
Fazenda Real em C. ^{ta} de Barreiras					1 314.159	
Real Contracto do Tabaco					1 314.159	
Cofre do Depozito Geral desta Cidade				21 756.280		214 809.066
Erario Regio p. ^{ta} dívida do Il. ^{mo} Dep. ^o M. ^{al} J. ^e Sarm. ^{to}						196 117.803
Direitos Reaes				138 574.914		95 604.666
Obras das Novas Estradas do Douro						57 724.959
Direitos d'Alfandega			17.430	7 041.602		53 407.264
Obras da barra desta Cidade				8 636.219		48 044.655
Academia Real da Marinha e Com. ^{co} desta Cid. ^e						46 089.828
Erario Regio						33 373.536
Cofre dos meios subejos, p. ^a a Obra da P. ^{te} de Coimbra				11 899.983		32 597.745
Dir. ^{to} Adicional p. ^a Amortiz. ^{am} do P. ^{al} Moeda						15 937.444
Conta de hum por cento				8 366.127		7 884.910
Decima dos Juros dos Capitalistas						7 521.352
Cofre da Marinha desta Cidade						3 883.770
Real Emp.mo orden. ^{do} em 8 de Julho de 1817						500.000
Donativo p. ^a o Resgate dos Portug. ^{zes} capt. ^{os} em Argel						12.840
Despezas com a Alçada do Douro			10 633.503			
Despezas com o concerto do Rio Douro			8 764.840			
Sizas rematas			2 066.624	2 578.721		
Fazenda Real em conta de géneros de Riga			1 132.489			
O cofre da Contribuição para as Obras da Barra de Aveiro				86 636.219		
Pregaria para o Arsenal Real de Lx. ^a				1 714.224		
Siza da agoardente				91.616		
Despezas da Marinha				2.340		
Direitos da Cazinha				1.010		
Fundos públicos		9 205.637	22 614.886	287 490.755	20 312.299	813 509.838
Dinheiro com que supreo a Junta				63 708.600		
Div. ^{so} em C. ^{ta} de Din. ^{to} d'Empréstimo a esta Comp. ^a						1 529 501.776
Dinheiro tomado de empréstimo				63 708.600		1 529 501.776

Fonte: Arquivo da CGAVAD, “*Balanços da Companhia...*” cotas 6.2.005.03 lv. 1 de 5, lv. 2 de 5 e lv. 5 de 5.



A *Companhia* tinha muito envolvimento com fundos públicos, entendidos estes como os fundos do próprio Estado e os fundos sob a alçada de autoridades locais, mas sobre os quais o Estado podia exercer autoridade.

Esse envolvimento resultava de uma variedade de factores. Desde logo e porque o vinho era uma mercadoria fiscal, a *Companhia* arrecadava em nome e em benefício do Estado uma série de impostos, taxas, etc. Para além disso, a *Companhia* negociava a pedido da Coroa determinadas compras, que geravam créditos comerciais. Para além dos valores expressos no quadro anterior, outros havia relativos a vinho, aguardentes, etc. Por vezes a *Companhia* era também requisitada para participar em momentos de necessidade do Estado, tal como donativos em géneros ou dinheiro, receber ou pagar dinheiro nas praças comerciais onde estava representada, etc. Acrescem os créditos que a *Companhia* cedia a pessoas ou causas gratas aos governantes. Casos dos créditos concedidos aos empreendedores da Companhia das Pescarias do Algarve, por exemplo.

A *Companhia* quando precisou pôde lançar mão dos fundos públicos que administrava, ora dilatando no tempo o repasse dos diversos tributos arrecadados, ora solicitando com beneplácito empréstimos, às organizações públicas que tinham fundos disponíveis.

De uma forma geral, o conteúdo das cartas de Mansilha à junta da *Companhia* dá-nos conta de um cenário muito generalizado de atrasos nos pagamentos entre comerciantes na Praça de Lisboa, algo a que já aludimos atrás. Lisboa não era claramente uma praça com muita liquidez³⁷¹, em que os pagamentos se faziam a tempo e horas. No caso da *Companhia* o acesso aos recursos que lhe eram devidos exigiam persuasão e diplomacia junto da Fazenda Real³⁷², que em muitos casos verdadeiramente ditava a ordem de prioridade no acesso a fundos para muitas organizações em Portugal.

³⁷¹ Mansilha admite-o de certa forma quando em carta à junta compara o estado de solidez desejável das acções da *Companhia* ao dos bancos de Londres da sua época:

“Já avizei que a Companhia do Pernambuco estava completa, de fundo, e sobejarão mais 300\$ cruzados. Enfim a que já se abrirão os olhos, e ahi espero se abráo brevemente, depois de verem as fortes providencias, que se hão de dar a respeito do valor, e solidez das Acções de Companhia, que será igual ao que se pratica nos Bancos de Londres: pelo que devemos muito ao despacho desses Ministros...” (Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 28.01.1764, fl 3).

³⁷² Veja-se por exemplo o que Mansilha escreve sobre a remessa de uns dinheiros de Londres:

“A 30 do proximo precedente mez de Dezembro, me mandou chamar o Il^{mo} e Ex^{mo} Snr Conde de Oeyras, Ministro Secretario de Estado ao seu Hospicio das Mercês, e fazendo-me a honra de huma audiencia particular, me entregou essa carta vinda do paquete de Londres, que tinha chegado no dia 29. Por ella verá VM^{ces} a quantia de dinheiro pertencente a essa Companhia, que em Inglaterra se dispendeu, a favor da Fazenda Real, e de que agora S Mag^e hade embolçar a essa Junta. O mesmo Ex^{mo} Snr considerando a



O recurso a letras e ao endosso das mesmas era muito frequente entre os comerciantes portugueses da época e gerava um semelhante emaranhado de débitos e créditos entre eles que – se outro bem não tivesse – necessariamente os obrigava a entenderem bastante de conciliações de contas, sob pena de se perderem no meio de tantos aceites e reformas³⁷³.

Como se constata pelo quadro acima, a utilização de fundos públicos foi crescente. Tomando as contas de três diferentes anos do período analisado, verificamos que em termos líquidos, em 1757 a dita utilização não alcançava 9 206 contos de réis,

urgência em que VM^{ces} se achá, me disse ser preciso irse dando este dinheiro em pagamentos, por modos que VM^{ces} acudáo às suas necessidades, e que se não incomode o Erario Regio. Pelo que se irá dando este dinheiro em parcelas, de forma que tudo se faça sem opressão.

O Tezoureiro do Erario Regio já tem ordem para ir dando este dinheiro pelo modo referido, quando eu lhe aplicar a entrega. Ocorre-me primeiramente que devem VM^{ces} embolçar quando se deve ao II^{mo} e Ex^{mo} Snr Paulo de Carvalho Mendonça, que sei tem urgência, e ao mesmo tempo pedir algum dinheiro, apontando os apertos em que se acháo, mas sem excesso, e sem designar quantia certa, mais que aquella, que sem deterimento algum de S Mag^e se poder dar; fazendo as devidas expressoens de gosto pela occasiáo de ter a Junta coiza, em que podesse servir ao seu Rey [palavra ilegível]. E para os fins deste mez, ou meado do Fevereiro poderá fazerse nova suplica na mesma forma. Em fim cuido que me tenha explicado; antes creyo ser superflua esta minha advertência, para que me dá ouzadia a muita honra, e sinceridade, com que VM^{ces} me tratáo.”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 4 de 17, carta de 01.01.1763, fl 1-3).

³⁷³ Veja-se este exemplo bem elucidativo: “Recebo a Estimadissima deste correyo, tam tarde, que não posso ser extenso na resposta, e só me oferecer dizer a respeito da conta do Guarda Livros, que se acha com todos os ápices bem calculada, menos duas parcelas, que não devera meter. = a 1^a hé a de 400\$000 reis da letra que passou o P^e Fr Amaro de Santo Antonio, syndico deste convento, sobre Domingos do Rozario Varella, que em carta de V S^{as} se me avizou ficava aceita: A ditta letra se devia protestar no cazo de falta, e darseme avizo, para que eu procurase aqui o remedio oportuno; o que se não fez. A 2^a = hé a letra de 197\$200 reis, que já avizei não tinha sido satisfeita, nem era justo protesta-la sendo para hum tal sugeito, em que não há perigo; mas não deve o Guardalivros fazer-me carga della, visto a não ter recebido. Tudo o mais está conforme, porque as parcelas, que importáo 258\$792 reis, procedidas das traficâncias do Pinheiro, justo hé que se lancem como estão; porque deste modo se não barulhão mais as contas, e eu cá me haverei com a Junta do Commercio, e com o ditto Pinheiro, como já avizei.”

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 10 de 17, carta de 28.01.1769, fl 1).

Ou ainda este segundo exemplo a respeito das contas entre a Companhia e a Casa de Oeiras:

“Vai também o recibo de S Ex^a de 7:200\$000 r^s porque ao tempo, não estaváo ainda carregados os vinhos, que foráo orçados em 200 pipas; e como na carregação cresceram mais 3 pipas, e dois almudes, importarão 110\$769 r^s que carrego de mais em conta, e de que irá o recibo, quando houver occasiáo de ajustarse tudo: Pois devo dizer a VM^{ces}, que por ordem de S Ex^a se deráo vinde cascos velhos para o serviço da Quinta de Oeyras, em preço de 2\$400 r^s, cada hum: Tambem dos novos cascos, que agora se fizeráo, ficaráo tres por ordem de S Ex^a; e alem destes tinháo ficado alguns cascos novos nos annos antecedentes; de que tem assento Ventura Pinheiro: cujas miudezas, cuido se ajuntarão à Conta da encomenda, que fez o Ill^{mo}, e Ex^{mo} Snr Paulo de Carvalho Mendonça, para se restar tudo; no que eu não descuidarei; assim como já busquei providencia para alcançar com facilidade os recibos da II^{ma}, e Ex^a Snr^a Condeça de Oeyras; a quem persuadi, que por senão molestar, desse ordem para que qualquer official da Secretaria passasse os recibos competentes, que S Ex^a assignase; no que conveyo; e por esta forma espero mandar os d^{os} recibos com toda a brevidade, e tambem o da Ex^a Snr^a Condeça de Rapache, e da Ex^a Snr^a D. Maria Francisca de Daun, que prezentemente se acha em Elvas”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 6 de 17, carta de 07.05.1765, fl 42).



em 1783 atingia aproximadamente 264 876 contos de réis e em 1826 ultrapassava 793 197 contos de réis.

Note-se que os géneros adquiridos pela *Companhia* regra geral gozavam de um período de crédito adequado ao giro dos mesmos. Sendo assim e sendo notório o aumento das dívidas a juros (0 contos de réis em 1757, 1 529 502 contos de réis em 1826), torna-se patente que o desequilíbrio das contas da *Companhia* foi financiado com recurso a fundos públicos e a endividamento remunerado.

Dada a possibilidade de dilatar pagamentos ao Estado e gozando de régio apoio na contracção de dívidas perante terceiros, não era especialmente difícil à *Companhia* pagar dividendos, ainda que o andamento dos negócios não o justificasse.

Vieira (2008: 65), dá aliás conta de uma missiva de Frei João de Mansilha, encorajando a junta a distribuir os primeiros dividendos logo em 1761, mesmo sem certeza de estar disponível a totalidade do dinheiro para o poderem fazer “logo Vossas mercês farão afixar um Edital pela forma da cópia que vai, para que chegue a notícia aos Accionista que é tempo de cobrarem os seus lucros. Nem importa que não haja dinheiro em caixa, porque o mesmo sucede na junta do Pará, onde se vai pagando pouco a pouco e quando não há se manda esperar e também os accionistas não vêem todos ao mesmo tempo, nem se podem escandalizar que não haja dinheiro em caixa”.

O Estado funcionava portanto como um verdadeiro regulador dos fluxos de tesouraria, libertando recursos ou represando os mesmos, conforme as urgências e as simpatias³⁷⁴.

A gestão do valor dos resultados anuais

As opções tomadas na condução dos registos contabilísticos da *Companhia* condicionaram fortemente os resultados anuais apresentados por esta.

³⁷⁴ Veja-se o que escreve Mansilha à junta, sobre o tempo esperado de um pagamento de dividendos, que claramente já impacientava alguns dos accionistas: “Creio que athé 20 do Corrente, e o mais tardar athé o fim sahirá à luz esta grande obra, logo depois terei o gosto de alcançar o despacho das comissoens, sem o qual não hé justo repartir os lucros. Nem S Ex^a faz conta da repartição antes de chegarem as remessas do Rio, como muitas vezes Lhe tenho ponderado. Os accionistas tenham paciência, pois a Junta não hé escrava para servir sem perceber os licitos interesses da sua laborioza administração. Emfim os embaraços públicos da necessidade cauzão os particulares, e tem o remedio da paciência; a bem de que se lhe pode fazer a outra repartição em termos mais breves, e fica tudo recompensado”. (Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 8 de 17, carta de 10.10.1767, fl 76-77).



De forma a justificar esta afirmação, procuraremos analisar os períodos de altos e baixos da vida económica da *Companhia*, para depois comparar os mesmos com os resultados que anualmente apresentou e com os dividendos distribuídos.

Começemos então por sumariar o que sucedeu nos negócios da *Companhia* ao longo do período analisado.

A literatura classifica em uníssono os primeiros anos de vida da *Companhia* como muito difíceis, ao ponto de ter estado em causa a viabilidade económica e financeira do projecto de reforma do sector que a *Companhia* representou (Sousa, 2006: 169).

As razões destas dificuldades prendem-se com um quadro de reduzida procura de vinho, face aos stocks existentes na região, com a escassez de capital necessário para financiar as operações de compra e consignação de stocks da *Companhia*, num quadro de crise mais vasto que teve como pano de fundo o terramoto de 1755, a crise das pescas e dos produtos coloniais, nomeadamente do açúcar, diamantes, ouro e pedras preciosas, oriundas do Brasil e a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que provocou a rarefacção da moeda em Londres (Sousa, 2006: 160).

Neste quadro recessivo a *Companhia* funcionou como amortecedor da crise no Douro, comprando vinho excedentário e segurando preços, o que originou um elevado nível de endividamento, difícil de gerir num contexto de escassez de fontes de financiamento. O governo retribuiu este ‘serviço’ prestado através de normas e diligências diversas, que genericamente permitiram à *Companhia* aceder a reservas de fundos públicos e privados, dilatar prazos de pagamento e chamar a si fontes de proveitos/receita adicional, como foi o caso do exclusivo de fabrico e venda de aguardentes (Sousa, 2006: 161).

Este difícil equilíbrio subsistiu durante vários anos, senão vejamos:

Logo em 1757 a *Companhia* teve que comprar 2 000 pipas de vinho excedentário na região, que os ingleses não tinham comprado nos anos anteriores, acção que se repetiu em 1758. Em 1759, para além das 3 000 a 4 000 pipas necessárias para o comércio do Brasil e das 2 000 a 3 000 pipas que era habitual comprar, a *Companhia* teve que comprar mais 4 000 a 6 000 pipas, a pagar em dois e três anos, como era hábito dos ingleses (Sousa, 2006: 161).

O objectivo destas compras era sustentar a queda de preços no sector, motivo pelo qual não foi dado a conhecer aos ingleses a quantidade até à qual a *Companhia* tinha



recebido indicações para comprar. A ideia do governo pombalino era fazer os ingleses pagarem mais caro as suas compras, sob pena da *Companhia* introduzir o vinho que comprasse na Inglaterra, salvaguardada que estava neste giro de negócio idealizado, pelo prazo dilatado de pagamento aos lavradores (Sousa, 2006: 161).

A crise de preços continuou nos anos seguintes e a *Companhia* começou a sentir-se asfixiada pelas compras efectuadas nos anos anteriores, que permaneciam grosso modo nos seus armazéns. O capital do primeiro fundo estava empregue nos 900 000 cruzados de vinho em stock. A pretexto das necessidades decorrentes do entretanto obtido monopólio da produção de aguardentes nas três províncias do Norte de Portugal, abriu-se então o segundo fundo de 600 000 cruzados, mas este foi, como vimos, subscrito lentamente. O governo interveio, canalizando para a *Companhia* os fundos do cofre das obras da ponte de Aveiro e do depósito das obras da relação do Porto, ao juro de 5% ao ano (Sousa, 2006: 161).

O giro do negócio do Brasil era também muito prolongado, rapidamente se constatando que demorava mais do que dois anos até que se recebesse o dinheiro, o que entre outros motivou a junta da *Companhia* a pedir um reforço de margem nesses negócios de 15 e 16% para 20% e 22%, consoante os géneros (Sousa, 2006: 162)³⁷⁵.

Em 1761 a junta entrou em negociações com o almirantado inglês para colocar 2 000 pipas de vinho em Portsmouth e Plymouth. Continuou nesse ano, como igualmente em 1762 e 1763, a compra em força de vinho na região, assolada pela crise.

No ano de 1763, em que terminou a Guerra dos Sete Anos, a *Companhia* estava em riscos de falir, com 11 000 pipas em stock, mas com uma dívida que ultrapassava os 1 200 000 cruzados, correspondendo dois terços aos lavradores e um terço aos tanoeiros (Sousa, 2006: 162-163).

Este mau estado da *Companhia* era do conhecimento público e muitos lavradores preferiam vender os seus vinhos mais baratos aos ingleses do que à *Companhia*. Os accionistas tinham razões para estarem preocupados, pois muitos deles tinham recorrido a empréstimos para comprarem acções e não tinham como os pagar (Sousa, 2006: 164).

Apesar dos esforços da *Companhia*, continuava a haver stocks consideráveis de vinho por vender na região, cerca de 26 000 pipas de vinho tinto e 4 000 a 5 000 pipas

³⁷⁵ Ver também sobre este assunto Sousa e Pereira (2008: 170).



de vinho branco, que comparavam com exportações totais no ano de 1763 de 12 242 pipas (Sousa, 2006: 164).

Neste contexto, Pombal reforça a nota, mandando a *Companhia* comprar mais 10 000 pipas (veio a comprar 8 180), se bem que a preços mais baixos do que os estabelecidos e mandando também vender o vinho barato na Inglaterra, sem olhar aos lucros. Prometia que nem credores nem accionistas incomodariam. Neste mesmo sentido haveria de diligenciar mais tarde, através do alvará de 21 de Junho de 1766, determinando a perda de ofício para os magistrados e oficiais de justiça e suspensão perpétua para os advogados que julgassem ou decidissem que as apólices da *Companhia* não constituíam bens sólidos e estáveis (Sousa, 2006: 165, 170)³⁷⁶.

Em 1764, o próprio Rei mandou lavrar em seu nome a aquisição de 50 acções da *Companhia*, correspondentes a 20 contos de réis, do segundo fundo, recorde-se aberto em 1760 e que continuou aberto até 1769, provando “o carácter pouco atractivo que então revestia a aquisição de apólices da Companhia” (Sousa, 2006: 169). Mais do que o capital assim entregue, pretendia-se com este gesto reiterar o apoio real à Companhia, consubstanciado entretanto no encaminhamento de empréstimos adicionais do priorado de Guimarães, da igreja de Barcos e da irmandade dos Clérigos.

Em 1771 a *Companhia* adquiriu 230 acções próprias, no valor 143.7 contos de réis. Esta atitude aparentemente paradoxal, dada a debilidade da sua situação financeira, visou como vimos evitar a depreciação do valor das suas acções.

Luis Pinto de Sousa, no exame que realizou em 1784, coloca claramente o carácter ambíguo desta operação “dirigida por ordem superior”, deixando as operações

³⁷⁶ A preocupação quanto a esta questão consta claramente em missivas de Mansilha para a *Companhia* bastante antes, como se demonstra neste exemplo de Janeiro de 1764:

“Em quanto à historia de Martinho Affonço, logo conheceu S Exa a ignorancia Supina de semelhantes despachos, e assentou de dar prompta providencia, pela qual virão esses Sn^{tes} ao conhecimento de serem as Apolices da Companhia, bens da primeira sorte. Esta providencia hade darse, ou por Carta Regia, ou por avizo: veremos por qual dos meynos o d.º Sn^r resolve este negocio; com cuja rezolucao, e com a de introduzir dinheiros na Companhia, tanto do que se lhe deve, como do Complemento do seu fundo ultimamente instituído, recuperará a da Companhia todo o credito, que S Mag^e, e S Ex^a lhe derão, e querem que ella tenha, assim como as outras, que aqui se erigirão. Estas tambem tiverao seus altos, e baixos, nao obstante estarem muito perto da fonte: Mas ao prezente se achao em tal credito, que no mez passado se completou o fundo da de Pernambuco, ficando mais de 300\$ cruzados de fora, por não terem já lugar: so hum accionista metheu cem mil cruzados; e tenho bom fundamento para crer, e certificar a VM^{ces}, que este mesmo Accionista, hade entrar na nossa, com outros 40 contos de réis. Emfim capacitome, q em breves tempos, so completará daqui tudo, o que falta ao fundo da nossa Companhia, visto o Snr dessas partes, não terem ainda os olhos abertos, para advertirem, que não podem negociar com maior segurança, lucro, do que por essa, e pelas mais Companhias Erectas, e que se poderão erigir” (Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 21.01.1764, fl 5-9).



da *Companhia* “no mesmo estado de frouxidão que dantes tinham, e a Companhia a mendigar da legislação novos expedientes, talves forçados, e violentos” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 162-163).

Em meados da década de 1770 a situação melhorou, dada a prática autorizada por Pombal de comprar vinhos mais baratos do que o legalmente estabelecido, conjugada com o expediente de vender de vinhos de embarque como se fossem de ramo e vice-versa, num espírito completamente contrário às leis que a *Companhia* procurava impor (Sousa, 2006: 171).

A apreciação que o próprio Pombal deixa nas suas memórias, acerca do estado da *Companhia* e de todo o sector em que a mesma se inseria, no final do seu mandato, é de uma forma geral positiva: Pombal consegue ver sinais de progresso económico e social, tanto no Douro³⁷⁷ como no Porto³⁷⁸.

Com a subida ao poder de D. Maria I, os credores aproveitaram-se do momento político e tentaram reclamar o dinheiro emprestado. A *Companhia* informou então o governo que não o podia fazer, pelas perdas na compra de vinho de embarque que foi vendido como vinho de ramo – 50% entre 1774-1777 -, pelo desfalque cometido pelos administradores do Rio de Janeiro, pelo naufrágio de uma corveta carregada de vinho no Atlântico, etc. (Sousa, 2006: 171).

Os anos finais da década de 1770 foram benignos para a *Companhia*. As exportações no sector subiram muito, passando de 20 000 pipas do período 1756-1776 para as 24 000 em 1777-1786, para chegarem paulatinamente às 60 000 pipas na viragem do século XVIII para o século XIX (Sousa, 2006: 172).

Mais vinho exportado significava mais margem de manobra para a *Companhia* nesse comércio, mas sobretudo mais vendas de aguardente, produto no qual a *Companhia* detinha o monopólio (Sousa, 2006: 172).

³⁷⁷ “Este estabelecimento político, feito em 1756, foi utilíssimo ao país do Douro (...) um grande número de casas foram edificadas de novo e algumas muito decentes e até com grandeza; que a maior parte dos proprietários de certa ordem, que até esse tempo pessoalmente feitorizavam os seus trabalhadores, ou mesmo que com as suas próprias mãos faziam todo o granjeio que lhes era possível começarem a ter feitores e a fazerem certas despesas extraordinárias, que até ali não faziam, tanto na sustentação, como no modo de vestir e mais tratamento...” (Melo, 1984: 199).

³⁷⁸ “É voz pública que o Porto antes da Instituição da companhia não tinha casas fortes de negociantes de vinhos, e até nem de outros efeitos, como tem presentemente; que não há negociante rico que não tenha sido feito pelo negócio dos vinhos, e que são raros aqueles que deixando o do vinho, passam para o negócio de outros géneros. Logo os negociantes de vinhos têm tido maiores interesses do que tinham antes da companhia” (Melo, 1984: 199-200).



A partir de 1811 e até 1834 as exportações voltam a descer, não ultrapassando uma média de 25 000 pipas anuais (Sousa, 2006: 172). Este fenómeno deveu-se ao excesso de oferta de vinho nos armazéns de Inglaterra, aos falsos vinhos do Porto introduzidos naquele País e à concorrência de vinhos espanhóis, franceses e mesmo da África do Sul.

Em 1820 a *Companhia* perderia o exclusivo do vinho de ramo na cidade do Porto e quatro léguas em redor e o monopólio da aguardente (Sousa, 2006: 172), isto num contexto mais geral de contestação dos privilégios excessivos da *Companhia* que se iam tornando mais audíveis³⁷⁹ e materializados em legislação adversa³⁸⁰, à medida que os tempos da política de protecção pombalino ficavam para trás³⁸¹. Com

³⁷⁹ Veja-se o tom da sessão parlamentar de 10 de Fevereiro de 1821 das Cortes Constituintes: “Não posso deixar de oppôr-me á proposta do Sr. Peixoto; e sustentar a urgencia da do Sr. Gyrão, para que se tomem desde já medidas a respeito dos exclusivos da Companhia dos Vinhos do Alto Douro: embora não tenham effeito immediato estas medidas; os povos que a Companhia opprime ficarão satisfeitos, se abençoarão as Cortes sabendo que se marca hum termo a seus males. Nem admitto que se deixe com a possivel brevidade de legislar sobre a Companhia, pelo motivo de lhe dar tempo para arranjar seus negocios; a mesma razão que ha este anno haverá para o futuro, e assim se hirá espaçando de anno em anno a reforma da Companhia. Nem se pense que esta reforma, que não póde consistir senão na abolição dos odiosos privilegios da Companhia, ha de induzir colluyo da parte dos Negociantes exportadores, e nomeadamente dos Inglezes se tal colluyo pudesse ter lugar porque senão tem elle verificado nos annos de boa sahida; nos quaes os Negociantes dão maiorias aos Lavradores, podendo aquelles colluyar-se, e colluyar-se mui legalmente para comprar só pela taxa bem como sempre compra a Companhia? A Companhia, Senhores, he regida por leys tão absurdas, tão alheas do seculo em que vivemos, e á execução destas Leys he tão abusiva, ou por melhor dizer tão barbara, que ella he incompativel, assim como se acha constituida, com a nova ordem de cousas que a Nação adoptou por sua fortuna. O regimen Constitucional já a tem feito tremer; ella já não comprou este anno o vinho de ramo, o que vai a causar hum empate terrivel nos vinhos da Beira e Traz-os-Montes: ella ainda ha de satisfazer aos Lavradores os pagamentos do S. Miguel: a sua queda he infallivel, e não póde tardar; seja esta queda porem suavizada pela sabedoria das Cortes, sem se deixar ao acaso, para que não esmague a es Provincias debaixo das suas ruínas” (*Actas das Cortes constituintes de 1821*, sessão de 10 de Fevereiro de 1821, página 72).

³⁸⁰ Observe-se a seguinte cronologia de eventos legislativos, catalogados no site informativo do Instituto do Vinho do Porto:

“Carta de Lei de 17 de Maio de 1822: Faz subsistir a Companhia, altera alguns dos seus privilégios, revoga as demarcações de vinhos de embarque e de ramo, mantendo o limite exterior da demarcação, faz referência aos arrolamentos, prova de vinhos e escoamento obrigatório dos vinhos que sobejam da “feira da Régua”, etc... Se bem que faça subsistir a Companhia e confirme a necessidade de se alcançar criam um equilíbrio entre a produção e o consumo, cerceia já alguns dos seus privilégios, podendo-se começar a antever uma transformação profunda. Entre os privilégios extintos, figura o do exclusivo de exportação para os portos do Brasil e o de promover e administrar obras públicas.

Lei de 20 de Dezembro de 1822: Regulamenta as “provas” dos vinhos do Douro e faz referência à eleição dos provedores.

Decreto de 30 de Maio de 1834: Altera profundamente a legislação, extinguindo os monopólios e privilégios concedidos à Companhia, instituição que tanto desafogo concedera à Região e que tão alto mantivera o prestígio da marca “Porto”. A Companhia tomava assim o carácter de firma exclusivamente comercial sem os menores poderes especiais”.

Fonte: <http://www.ivp.pt/pagina.asp?idioma=0&codPag=44&codLei=120 e 121> (consulta efectuada em 28.08.2010).

Sobre este mesmo assunto vide igualmente Martins (1998: 255).



avanços e recuos, é certo, podemos dizer que o tempo era politicamente cada vez mais dominado pelos adeptos do liberalismo económico³⁸².

A independência do Brasil, em 1822, trouxe problemas adicionais, pois a *Companhia* não conseguiu repatriar os fundos que aí possuía (Sousa, 2006: 173)³⁸³. Os conflitos de 1827-1828 e 1832-1834 vieram agravar ainda mais este quadro, principalmente com a destruição dos stocks dos armazéns de Vila Nova de Gaia, em 1833, cujo valor ultrapassava os 2 400 contos (Sousa, 2006: 173). Com a ocupação da cidade do Porto pelas tropas de D. Pedro I, a *Companhia* deixou de ter capacidade efectiva para cobrar os tributos que incidiam sobre o vinho, a aguardente e os vinagres (Sousa *et al*, 2004: 1035).

O gráfico 9 abaixo é uma reconstituição dos resultados da *Companhia* que podemos designar como “correntes”, entendido este conceito como a diferença entre os lucros e as perdas anuais, expurgados das verbas lançadas em ‘lucros para amortizar’, ‘dívidas perdidas’, ‘diminuição dos valores dos cascos’, ‘abate de activos fixos’ e verbas de natureza reconhecidamente extraordinária, que designamos como ‘incidentes’, caso da mais-valia na venda de acções próprias que foi lançada nas contas de 1794.

³⁸¹ Veja-se o que Ratton escreve nas suas memórias, recordando que as mesmas foram impressas em Londres, no ano de 1813:

“Se me hé permittido entrepôr o meu parecer, direi que, a não ser abolida a Companhia, se deve precisamente abolir este exclusivo” (referência ao monopólio da aguardente) “para utilidade geral, deixando aos próprios lavradores, e a quem quizer, a liberdade de ter alambiques, e fabricar agoa-ardente, assim dentro, como fora da demarcação; e que em Villanova de Gaia haja hum armazém que sirva de deposito á agoardente fabricada em qualquer parte do Reino.” (Ratton, 1920: 175-176).

“Por outro lado, ao mesmo tempo que a Companhia foi deixando de preencher os ditos dous fins, foi augmentando quanto pôde os interesses que podia tirar dos privilegios exclusivos; não só como lhe forão originalmente concedidos, mas augmentando o preço dos vinhos de ramo, que só ella podia vender aquartilhado na Cidade, e em certa distância à roda desta, ampliando estes limites em rasão de novas concessões astuciosamente solicitadas, com gravíssimo prejuízo dos habitantes, dos proprietarios das vinhas, e dos commerciantes particulares no género de vinhos” (Ratton, 1920: 177).

“Quanto ao terceiro privilegio de só ella poder importar vinhos do Porto em certos portos do Brazil; não ha duvida que faz com que os habitantes destes portos tenham aquelle género mais caro, e talvez de peor qualidade pela falta de concurrencia; e que o commercio soffra hum danno considerável; por quanto vendendo ella estes seus vinhos a dinheiro de contado, priva os habitantes da possibilidade de os pagarem com géneros, impedindo assim huma boa parte da cultura dos productos coloniaes...” (Ratton, 1920: 177)

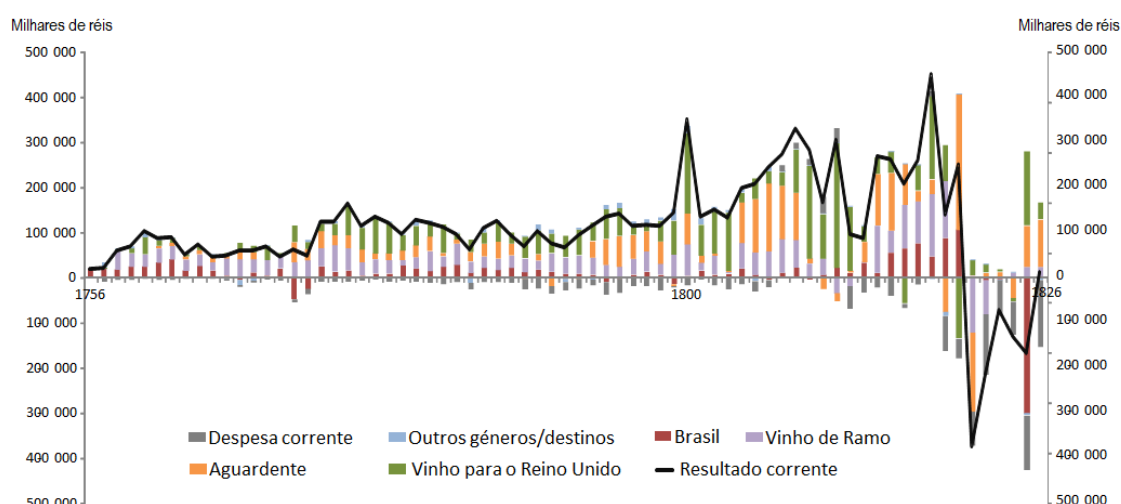
³⁸² Ratton (1920: 178) defende-o abertamente “...não obstante reconhecer-se o grande bem, que resultou ao Paiz da instituição da Companhia, será julgo eu, precisamente a sua abolição como corpo politico e privilegiado, findo que seja o seu prazo; mas ficando a liberdade aos accionistas huma nova associação para continuarem o commercio dos vinhos e aguardentes debaixo das condições e administração economica que entre si convencionarem”.

³⁸³ Não obstante as tentativas de sacar letras sobre o Rio de Janeiro e sobre a Baía, em 1821, através dos agentes da *Companhia* em Londres e Hamburgo, relatadas por Sousa e Pereira (2008: 293), numa clara premonição do que viria a suceder em 1822.



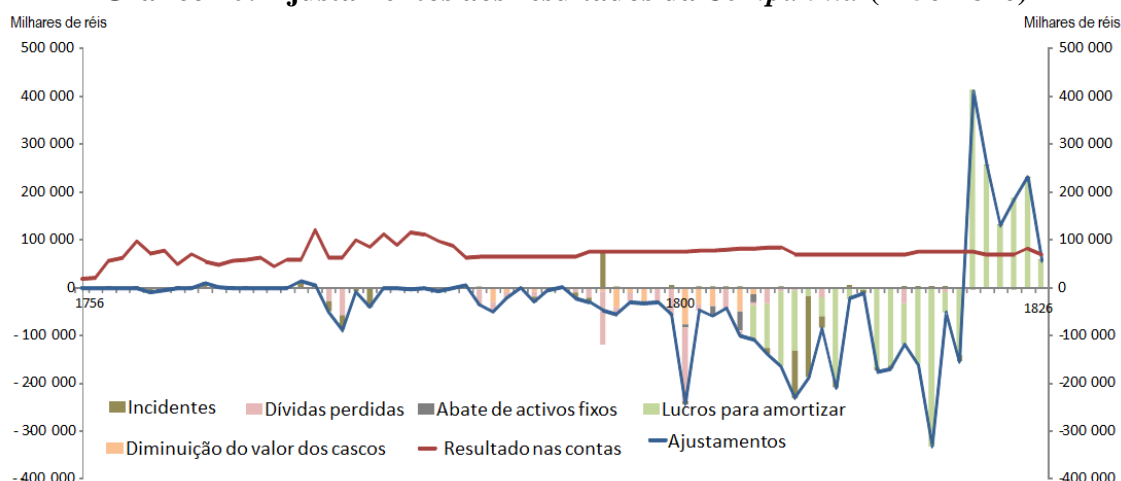
O resultado “corrente” reflecte a evolução dos negócios descrita nos parágrafos anteriores, mas em virtude do lançamento nas contas das verbas de ajustamentos descritas e sintetizadas no gráfico 10, o que se constata é que os resultados anuais da *Companhia* mantiveram-se praticamente inalterados a partir de meados da década de 1770.

Gráfico 9: Reconstituição do resultado corrente da *Companhia* (1756-1826)



Fonte: Síntese de nossa autoria das informações contidas nos *Estados*, Arquivo da CGAVAD, “1º e 2º livros de balanços” - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.

Gráfico 10: Ajustamentos aos resultados da *Companhia* (1756-1826)



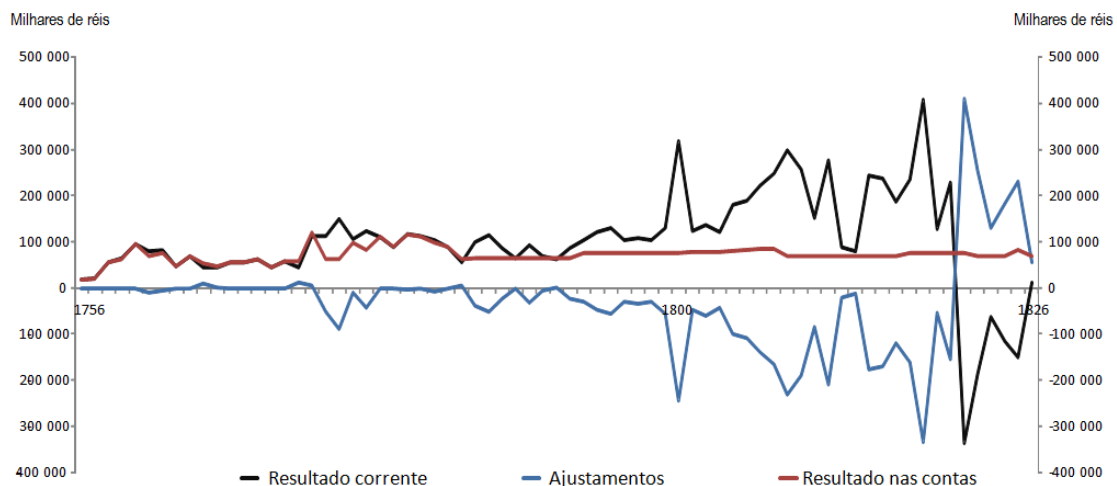
Fonte: Síntese de nossa autoria das informações contidas nos *Estados*, Arquivo da CGAVAD, “1º e 2º livros de balanços” - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5.

Os gráficos 9 e 10 acima e o gráfico 11 abaixo mostram com nitidez, no nosso entender, que a utilização das contas de diminuição do valor dos cascos, dívidas



perdas e lucros para amortizar, permitiram um alisamento artificial dos resultados contabilísticos anuais da *Companhia*.

Gráfico 11: Resultado corrente, ajustamentos e resultado apresentado (1756-1826)



Fonte: Arquivo da CGAVAD, 1º e 2º livro de balanços - cota 6.2.005.10 lv. 1 e 2 de 5.

Defendemos como explicação para este facto o seguinte:

Os governantes da *Companhia*, que eram simultaneamente alguns dos seus accionistas, viam na fixação *à priori* dos dividendos a distribuir e por consequência também dos seus resultados, uma forma de reduzir a possibilidade de escrutínio da sua governação pelos restantes accionistas e como tal aumentar as hipóteses de sobrevivência na mesa do governo da *Companhia*, ou pelo menos a sua manutenção como oficiais destacados, posições que eram interessantes pelo salário, informações, influência e honrarias tornadas acessíveis aos seus membros.

Os accionistas, de forma geral, tinham também interesse no alisamento dos resultados. Os privilégios exclusivos da *Companhia* eram objecto de ataque por parte dos excluídos dos mesmos, que classificavam a situação da *Companhia* como injusta e excessiva. A manutenção dos lucros em níveis estáveis garantia o seu sustento e reduzia o potencial dessa contestação³⁸⁴.

³⁸⁴ Essa preocupação com a discrição da actividade da Companhia, como forma de reduzir os ataques à mesma, era parte de uma preocupação mais geral, abrangendo a quantidade dos fornecimentos, a qualidade dos géneros, etc. Atente-se na missiva de 24 de Fevereiro de 1758, citada por Vieira (2008: 64) onde Frei João de Mansilha dirige severas críticas à junta da *Companhia* “Há aqui queixas gravíssimas de serem” (os vinhos) “muito ruins e cheios de borra. Estão muitos vinhos em armazém por virem contra os avizos que fiz. Dos cascos, continuam as mesmas queixas por serem velhos e mesmo incapazes. Os fretes



Por outro lado, os accionistas viam a recepção de dividendos anualmente homogêneos como algo interessante, porque na prática tornava previsível e quantificável a projecção dos recebimentos anuais, muitas vezes necessários para fazer face ao serviço de dívidas, contraídas ou não para adquirir as ditas acções. Em síntese, uma lógica de dividendos estáveis assentava bem nos quadros mentais portugueses do antigo regime³⁸⁵.

que vossas mercês pagam são excessivos e estranhados pois são a 15 tostões quando em outro tempo que eram menos os fretadores, não excediam o preço de 12 (...) Vejam vossas mercês lá isto para evitar aqui motivos de estranhezas”.

³⁸⁵ Estes três excertos de cartas de Frei Mansilha à junta da *Companhia* são bem elucidativos disso mesmo:

“Foi S Ex^a servido mandar publicar o outro Decreto, que consegui em Salvaterra, cuja copia remetto, para que V M^{ces} possam mandar cobrar o resto da divida contrahida em Londres pela Fazenda Real. Como o que a Junta deve da primeira repartição, hé quantia, que não excede as suas forças presentes, parece justo, e indispensável a muitas pessoas amigas da reputação da Companhia, que VM^{ces} sem demora a mandem satisfazer; principiando pelos desta Corte; para animar aos que estão pêndulos sobre as novas entradas de que precisamos para se completar o fundo: E alem disto me aconselhou o Thesoureiro m^{or} do Real Erario que hé parcial amigo da reputação da nossa Companhia, inspirasse a VM^{ces}, que seria muito útil, fazerem a repartição de hum anno, aos Accionistas, porque deste modo se iria dando calor ao credito da Companhia, que a demora desta circunstancia tem esfriado. VM^{ces} obrarão o que melhor entenderem, que sempre me convenço será o mais acertado”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 07.04.1764, fls 33-34).

“Devem vir quatro Apolices, no nome de D. Lucrecia Julia Linguitta, mulher do Cap^{am} Tenente da Armada Real Luiz Antonio de Faria”.

Mas devem vir outras quatro Apolices, sobre as quaes se declara o seguinte:

A dita D. Lucrecia era Viuva de Miguel Ferro homem de negocio de vinhos, assistente em Lisboa. Por sua morte deixou a sua mulher 1.440\$000 por huma verba do seu testamento na forma abaixo declarada:

“Ordeno se dem 300 moedas de Ouro, q faz 1.440\$000 a juro, ou na Igreja de N Snr do Loreto, ou em qualquer outra parte, que lhe parecer mais segura, e do rendimento desta importancia será uzufrutuaria a dita minha mulher em quanto viver; cujos rendimentos ella cobrará aos quartéis, para seus alimentos: e por falecimento da dita minha mulher será uzufrutuario dos ditos rendimentos, meu sobrinho João Baptista Ferro, filho do defunto Angelo, o qual poderá por falecimento da dita minha mulher não só cobrar os ditos rendimentos, mas tambem o capital das ditas 300 moedas de Ouro, e fazer dellas como coiza sua”. Estas 300 moedas ordenou O Il^{mo} e Ex^{mo} Sn^r Francisco X^{er} de Mendonça Furtado que se metessem na Companhia para renderem na forma do testamento: faltando porem 160\$000 rs para se completarem quatro acções; estes hade pôr do seu proprio, a dita D. Lucrecia; do que se hade passar clareza, em huma destas ultimas quatro Apolices...”.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 5 de 17, carta de 03.03.1764, fl 21).

“Haverá dois, ou tres annos, que iniquamente, e sem fundamento algum, se mandaram embargar os lucros de humas acçoens pertencentes ao P^e L^{or} Fr João de Jezus Maria, que aqui assiste nesta Corte por ordem de S Ex^a, a instancias de Seu Irmão Custódio dos Santos Alves. Estas Acçoens sam de hum Jozé de Paiva sobrinho do ditto P^e, a quem elle deu o capital dellas a juro de 5 por¹⁰⁰, ficando os acrescimos a favor do ditto Paiva. Este mal agradecido sobrinho unido com o Tio fizeram o referido embargo, movendo hum injusto pleito, que agora está para se sentenciar a final, e nenhuma duvida há em sahir a favor do ditto P^e conforme as Leys. Nestes termos, quero dever a V S^{as} o favor de me avizarem o numero de annos, em que se não tem pago os Lucros das dittas Acçoens, e o importe dellas; e alem disto, que sejam servidos mandarme Ordem para pagalos a este P^e, depois, que a cauza do Pleito estiver finalizada, que cuido não tardará muito.

(Arquivo da CGAVAD, *Cartas de Frei João Mansilha* - CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 12 de 17, carta de 22.06.1771, fl 85-86).



Repare-se aliás no comentário de Luis Pinto de Sousa, que, ao computar os lucros acumulados e distribuídos pela *Companhia* desde 1757 até 1784, os achou satisfatórios, na medida em que os mesmos correspondiam “anoalmente ao juro de ** [sic] por cento, cujo interesse, he tudo quanto se pode desejar com decência...” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 161).

Em si mesma, esta forma de abordar os problemas nada tinha de novo para muitos dos accionistas da *Companhia*, detentores de quintas no Douro e que adoptavam no seu governo a mesma mentalidade rentista e absentista (*Pereira*, 2000a: 157).

Na perspectiva da Coroa interessava acima de tudo a estabilidade do sector e portanto da *Companhia*. Lucros exagerados, ou mesmo flutuações elevadas dos mesmos, poderiam por um lado criar instabilidade na base accionista e por outro lado reacções dos agentes económicos que se sentiam prejudicados pelos privilégios concedidos à *Companhia*. Isso não interessava a quem tinha no vinho um base propícia à cobrança de impostos³⁸⁶, competência cujo trabalho estava para além do mais delegado na dita *Companhia*.

Acresce que pessoas gradas do Estado eram muitas vezes parte interessada na *Companhia*, a começar, no seu tempo, pelo Rei D. José e pelo Marquês de Pombal, seu primeiro-ministro.

O cenário era portanto propício a uma verdadeira máscara de estabilidade dos resultados da *Companhia*, independente dos picos de actividade. Foi isso que aconteceu e nesse sentido a contabilidade da *Companhia* cumpriu a missão de fornecer evidência dos números que se pretendia *a priori* demonstrar.

Este alisamento dos resultados foi ao longo do tempo prosseguido através de expedientes vários, tais como a consideração, ou não, de provisões para saldos de clientes e/ou abate de cascos de pipas, ou pela utilização da rubrica de ‘lucros a abater’, aumentando ou diminuindo esta verdadeira conta de provisões por contrapartidas dos lucros do ano.

³⁸⁶ Poderíamos aqui acrescentar a décima que incidia sobre os lucros distribuídos aos accionistas da *Companhia*, tendo aliás existido um debate sobre se os mesmos deveriam incidir sobre os lucros contabilísticos anuais ou sobre os dividendos efectivamente pagos, como o comprova um documento que relaciona ambos os cálculos elaborado pela *Companhia* em 1774 (ver AHOP, Ministério do Reino, MR 35 “Negócios da Companhia...”, *Relação Demonstrativa da Decima que devia a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro thé o Anno de 1773...*).



Este último expediente foi aprovado pelo governo, aliás consta do aviso régio de 28 de Janeiro de 1786, no rescaldo de um exame levado a cabo exactamente com o intuito de pôr fim a um período de instabilidade da *Companhia*.

Está claro, no entanto, que esta modelização dos resultados da *Companhia* só se tornou possível num cenário geral de prosperidade dos resultados desta, enquanto esse cenário durou.

Nos últimos anos do período analisado a *Companhia* teve que se debater com a perda de privilégios em Portugal, o sequestro de bens e dinheiro pelos franceses e brasileiros, impostos e empréstimos forçados à Coroa portuguesa para fazer face ao esforço de guerra e um clima progressivamente mais hostil do Governo e da sociedade à sua própria existência.

Pese embora todos estes factos, que culminariam em 1834 com o fim da *Companhia* nos moldes em que aqui foi apresentada, o seu sistema contabilístico não foi alterado.

Lançando mão de expedientes como a reversão das provisões lançadas nos anos de bons resultados, a *Companhia* foi conseguindo compor os seus resultados anuais para um lucro que de facto já não tinha. Este quadro não era no entanto sustentável por muito tempo, porque o equilíbrio de interesses entre Estado, accionistas e demais interessados tinha caducado.

O sistema de controlo interno sobre os fluxos de géneros vinícolas da *Companhia* afrouxou, havendo relatos de aumento do contrabando na região duriense e de introdução de vinhos de fora nas tabernas do Porto, cujo fornecimento era um exclusivo da *Companhia*. Há também relatos de fraudes detectadas na gestão dos stocks da *Companhia*, nomeadamente na tanoaria.

No entanto e com excepção dos problemas ocasionados pela frouxidão dos mecanismos de controlo interno e o maior atraso na produção das contas, não podemos dizer que até 1826 o sistema contabilístico da *Companhia* se tenha alterado significativamente, continuando a registar-se as informações e produzir-se os indicadores da forma costumeira.

Enquanto o Estado não lhe revogou formalmente os privilégios e enquanto foi possível obter na praça o crédito para pagar os dividendos, satisfazer os interesses do Estado e da elite com quem mantinha relações comerciais, fica claramente a ideia de



que os resultados anuais publicitados pela contabilidade da *Companhia* teriam que ser, como de facto foram, os proporcionados para manter este instável equilíbrio e na dúvida serviam bem os mesmos resultados publicitados no ano anterior.



6. Discussão

Nesta secção pretende-se dar resposta às questões de investigação formuladas, à luz da evidência empírica recolhida e comparar essas respostas com o padrão descrito na literatura.

1. Como se caracteriza e que razões explicam o sistema contabilístico utilizado na *Companhia*?

Com base na evidência recolhida, podemos dizer que existem dois conjuntos de razões que explicam o sistema contabilístico da *Companhia*, umas de índole racional-técnica e outras associadas à satisfação de expectativas e outros elementos simbólicos.

As razões de índole racional-técnica que pudemos constatar são as seguintes: necessidade de controlar os fluxos de géneros vinícolas na região demarcada, de controlar o crédito obtido/concedido num negócio que era iminentemente de índole comercial e onde circulavam volumes grandes de informação e finalmente a necessidade de apurar os lucros e outras grandezas importantes para a determinação da renda disponível para os credores, os accionistas e o Estado.

A resposta da *Companhia* consistiu na adopção do sistema de partidas dobradas, materializado num sistema caracterizado pela clássica divisão de livros borrador, diário e razão, prevendo a existência de um conjunto indeterminado de livros auxiliares, tantos quantos a natureza dos negócios justificasse, utilização de contas gerais e particulares, contas de balanço e lucros e perdas completas, encerramento de contas anuais e o desdobramento dos livros em função da necessidade de divisão do trabalho de relato contabilístico por vários oficiais, espalhados em várias localizações onde a *Companhia* desenvolvia a sua actividade.

De acordo com a literatura clássica esta resposta da *Companhia* corresponde à esperada, porque de facto estas razões e particularmente a circulação do crédito e a dispersão do capital justificam plenamente o método das partidas dobradas como o mais adequado (de Roover, 1956: 115; Littleton, 1966: 361-368).

As razões de índole simbólica e associadas à gestão de expectativas que pudemos evidenciar são as seguintes: adesão a uma retórica de modernidade de acordo



com o ideário de racionalidade iluminista, necessidade de legitimar os privilégios obtidos e necessidade de sustentar um discurso positivo quanto à segurança dos valores investidos na *Companhia* (Scott, 1987: 498)³⁸⁷.

Tal como nos casos estudados da criação da Aula do Comércio (Rodrigues e Craig, 2004, 2009; Rodrigues *et al*, 2003a, 2003b, 2004, 2007) e da reforma do Erário Régio (Gomes, 2007; Gomes *et al* 2008), pudemos constatar que o Marquês de Pombal exerceu uma influência directa e decisiva na formatação do sistema adoptado pela *Companhia*, descendo a um grande pormenor no propósito de ver instituído o modelo por si preconizado e depois policiando a sua fase de implementação e estabilização como modelo oficial da *Companhia*.

Encontramos evidências claras de que o sistema adoptado na *Companhia* foi decalcado do sistema adoptado pouco tempo antes na Companhia do Grão-Pará e Maranhão, mas mais importante do que isso, que o mesmo correspondia perfeitamente a um ideário de modernidade de práticas contabilísticas que Pombal tentou implementar em determinados sectores da economia privada e no próprio Estado.

O sistema implementado pela *Companhia* foi portanto conceptualizado e imposto pelo governo pombalino, segundo instruções que a *Companhia* acatou de acordo com as boas regras do isomorfismo coercivo, estando presentes a maior parte das características que DiMaggio e Powell (1983) enunciam nestas circunstâncias. Aliás podemos mesmo questionar se não teremos aqui em causa uma forma especial de isomorfismo coercivo, o isomorfismo auto-sugerido (Scott, 1987: 502), na medida em que a súplica para a criação da *Companhia* nos moldes em que de facto foi criada partiu dos seus promotores.

Frei João de Mansilha retrata, de forma quase teatral, o desagrado de Pombal quando foi informado de uma iniciativa da junta para mudar a forma como eram computadas as contas da *Companhia*³⁸⁸. No final desse episódio, para não haver

³⁸⁷ Na linha de Meyer e Rowan, refere Scott (1987: 498): “Organizations do not necessary conform to a set of institutionalized beliefs because they ‘constitute reality’ or are taken for granted, but often because they are rewarded for doing so through increased legitimacy, resources and survival capabilities”.

³⁸⁸ Referimo-nos ao episódio retratado na carta de 24 de Agosto de 1761 de Frei João de Mansilha para a junta da Companhia, em que este dá conta da ira de Pombal quando confrontado com uma indicação de que as juntas haviam mudado a forma de preparar as contas sem que o Guarda-Livros e mesmo Mansilha também presente no episódio soubessem desta tentativa de inovação, que naturalmente Pombal rechassou de imediato. O texto deste testemunho encontra-se reproduzido na notas de pé de página n.º 268 e o original pode ser consultado em *Cartas de Frei João Mansilha* – Arquivo da CGAVAD PRT 6.1.007.04 - Lv. 2 de 17, carta de 24.08.1761, fl 99).



dúvidas, o Marquês de Pombal fez questão de expressar de forma peremptória o que queria ver nessas contas e de forma igualmente peremptória o que não queria que voltasse a acontecer, ou seja contas construídas de forma diferente da que tinha ordenado.

A necessidade de legitimar os privilégios obtidos apela, segundo o que vimos na Teoria Institucional, para lógicas de conformidade com determinados padrões esperados (Richardson, 2005: 106)³⁸⁹.

A *Companhia* tinha necessidade de mostrar que as margens máximas praticadas em determinados negócios estavam a ser seguidas, que de facto exercia um papel de controlo dos fluxos dos géneros vinícolas na região demarcada, que emprestava dinheiro aos juros definidos nos seus Estatutos aos lavradores e que obtinha lucros globais ‘decentes’ no exercício das actividades desenvolvidas em proveito próprio.

Vimos que as contas da *Companhia* reflectiam estas informações e davam visibilidade abonatória, para mais nos moldes preconizados por quem - leia-se o Estado -, detinha o poder máximo para os achar conformes com o padrão definido como a referência, o método das partidas dobradas.

A necessidade de sustentar o crédito dos valores investidos remete para uma lógica de apuramento racional de rácios de solvabilidade, mas está também intimamente ligada a factores de confiança e de legitimidade (Scott: 1987: 498).

Vimos que a *Companhia* beneficiava de empréstimos concedidos por organismos directa ou indirectamente controlados pelo Estado e necessitava da adesão de accionistas para subscrever os seus fundos próprios.

Verificamos que Pombal conhecia bem os efeitos nefastos que episódios de descrédito sobre o património de companhias estrangeiras podiam ter na sua sobrevivência e conseguimos obter várias evidências do carácter estratégico que as contas da *Companhia*, a começar pela escolha do momento da sua divulgação, tiveram na dissipação de murmúrios sobre o crédito das acções, particularmente durante os momentos críticos que foram a constituição dos primeiro e segundo fundos de capital.

³⁸⁹ Ver sobre este assunto Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983). Ver também como contraponto o trabalho de Oliver (1991: 150) que enuncia um conjunto de vantagens para as organizações inerentes à adopção de respostas de não-conformidade, entre as quais, uma maior discricionariedade ou autonomia no processo de decisão, flexibilidade na adaptação a cenários em mutação e a capacidade de alterar ou exercer controlo sobre o ambiente externo, em função dos objectivos organizacionais.



Em sùmula, o factor mais preponderante que explica o sistema contabilístico da *Companhia* é certamente a acção do Estado e de Pombal, materializado na vontade de moldar a imagem das contas da *Companhia* ao das outras companhias criadas pela sua mão e de todas, a uma só vez, aos modelos inaugurados noutros países e que Pombal pretendia trazer para Portugal.

Recolhemos também evidências de que as respostas da *Companhia* não foram somente passivas. A imputação de custos adicionais às bases de cálculo sobre as quais eram determinadas as margens nas negociações com o Brasil, a manipulação dos lotes de vinho de ramo e de feitoria, a forma de cálculo das vendas sobre a qual incidiam as comissões dos membros das juntas e mais tarde o alisamento dos resultados são prova disso mesmo (Oliver, 1991).

Note-se no entanto que estas estratégias de resposta nunca colocaram em causa a conformidade global com o modelo esperado. Num quadro geral de dependência dos favores do Estado e nunca se tendo livrado da opinião crítica de todos aqueles que ficaram excluídos dos seus privilégios, ou foram prejudicados por eles, a conduta mais sensata da *Companhia* consistia em seguir o modelo de práticas definido pelo Estado, praticando os eventuais desvios de forma pouco ostensiva e de facto assim foi, pelo menos a avaliar pela benignidade das reacções a esses desvios.

2. O sistema contabilístico da *Companhia* evoluiu ao longo do período analisado?

Caso afirmativo, de que forma?

A evidência empírica analisada não nos permite afirmar que o sistema contabilístico da *Companhia* tenha evoluído significativamente ao longo do período analisado.

Ao abrigo das formulações clássicas, a evolução das respostas da Contabilidade são determinadas pelas evoluções do meio económico envolvente, que determinam novas necessidades e consequentemente novas formulações num quadro onde imperam explicações racionais e onde está implícita a neutralidade das intenções dos actores (Littleton, 1966: 361-368).

É um facto que o quadro no qual a *Companhia* actuou durante o período entre 1756 e 1826 não se alterou de uma forma muito significativa. O seu objecto principal de actividade foi sempre a exploração dos privilégios que lhe foram concedidos pelo



Estado e vimos que embora tenha havido uma deterioração significativa das condições de exploração dos mesmos a partir das invasões francesas, a *Companhia* tinha reservas acumuladas e crédito na praça e junto do Estado para sobreviver nos moldes a que os seus interessados estavam habituados, durante alguns anos.

Com excepção da perda do exclusivo da venda de vinhos para certos portos do Brasil, que lhe causaram aliás mais danos no que respeita aos créditos que por lá ficaram do que propriamente pela margem que esses negócios geravam, a *Companhia* não sofreu alterações significativas na geografia e na tipologia dos negócios que explorava e que estavam sobretudo ancorados na venda de vinho de ramo na cidade do Porto e arredores, na venda de aguardentes na área que lhe estava concessionada e na venda de vinhos para o Norte da Europa.

Esta estabilidade de actividades propicia uma certa estabilidade de soluções³⁹⁰ e foi isso que de facto aconteceu, quer no que tange ao apuro técnico do sistema contabilístico da *Companhia*, quer no que respeita aos seus usos.

Ao longo da investigação reflectimos muitas vezes sobre a relativa pobreza técnica dos indicadores utilizados no relato das contas da *Companhia*, face a outros mais abstractos que a contabilidade da *Companhia* permitia obter e que já eram conhecidos na época, tais como o ROCE ou o retorno dos capitais próprios (Toms, 2008b).

Verificamos que a literatura existente relativiza a importância desses indicadores mais abstractos em economias “protocapitalistas” (Toms, 2008b) como era o caso da economia portuguesa durante o período do antigo regime que estudamos. O reduzido número de opções de investimento que existia na nossa praça e a mentalidade rentista que vigorava não justificavam essas tecnologias e discursos e de facto eles não foram comuns nem evoluíram nesse sentido, como também os vemos ausentes nos comentários de actores mais progressistas, como Luís de Sousa Coutinho e Jácome Ratton.

O próprio Pombal que tanto pugnava pela modernidade das práticas contabilísticas em Portugal, impôs limites fortes, desde logo à liberdade criativa da contabilidade da *Companhia*, colocando-lhe o espartilho da solução de Grão-Pará e Maranhão e mais tarde ao grau de apuro das soluções, como vimos a propósito da

³⁹⁰ Sobre a desintervenção do Estado no sector e expressando entendimento coincidente com esta opinião vide Martins (1998: 256-257).



valorização das acções da *Companhia* subscritas em cada ano. Embora o apuro técnico recomendasse que acções com diferentes antiguidades tivessem valores diferentes, Pombal, pragmático quanto baste, considerou que tal promoveria um número desnecessariamente grande de fundos e recomendou a sua redução a apenas dois, o fundo inicial de 1200 acções e o segundo fundo que encerrou com 520 acções subscritas, embora as subscrições destes dois fundos se tivessem estendido por vários anos.

Em todo o caso, pudemos evidenciar alguns exemplos de modificações do sistema, tais como a abertura ou descontinuação de certas contas à medida que o dia-a-dia do negócio passou a necessitar delas, ou as tornou descartáveis. Evidenciamos também a criação de controlos adicionais aquando da angariação do monopólio das aguardentes, aquando da criação do entreposto da Rússia e depois de descobertos os desvios que foram efectuados pelos administradores do Brasil, bem como uma preocupação acrescida com o controlo da circulação de géneros e sobre o stock de cascos e dívidas com antiguidade elevada, fruto de recomendações que foram feitas nesse sentido.

O panorama geral do sistema inicialmente montado não foi no entanto significativamente alterado, o que se por um lado sinaliza uma cristalização das práticas contabilísticas e seus usos, também indica uma capacidade que vale a pena evidenciar de implementação e estabilização de um sistema complexo em pouco tempo.

Um olhar sobre o sistema da *Companhia* mais atento, permite discutir algumas outras alterações que poderiam passar despercebidas de outra forma.

Ao longo do período analisado a tendência para o alisamento dos resultados e para a cristalização do rácio de distribuição de dividendos em determinados patamares foi-se acentuando, à custa de expedientes cuja intenção “neutral” seria a de acrescentar verdade às contas, mas que estenderam um manto protector ao desvirtuamento “objectivo” dessa mesma verdade.

Esta constatação poderia ser interpretada como uma pioria das práticas, mas na realidade serviu bem os propósitos dos principais interessados na *Companhia*, na medida em que diminuiu a volatilidade dos seus retornos, tornando assim a gestão da economia privada dos accionistas mais previsível e o discurso em torno da desmesura dos retornos da *Companhia* menos aceso.



Neste sentido podemos argumentar se a prática de alisamento de resultados não terá sido um progresso, na perspectiva das pessoas a quem estes mais interessavam?

A prática de distribuir dividendos antes de oficializados os resultados que os legitimassem pode também ser vista neste mesmo contexto. Vimos como a tardia saída dos resultados dos primeiros anos incomodou Mansilha, ou pelo menos como este usou esse argumento para justificar na sua própria linguagem alguns “apertos” que sofreu na Corte, quando se encontrava com os accionistas ou com os seus protectores que lhe pediam notícia dos dividendos.

Vimos também que Pombal não se intimidava muito com a planificação exacta da tesouraria da *Companhia*, ordenando que se avançasse de forma temerária com certos projectos, pois lá estaria o Estado para segurar o risco de bancarrota se fosse necessário.

Compreende-se assim que a prática de avançar com o pagamento de dividendos antes de conhecidas as contas contribuía para a “paz social” em torno da *Companhia* e não consta que fosse muito criticada pelos seus credores, em grande parte constituída aliás pelo próprio Estado ou por fundos por si controlados, ou então pelos pequenos e médios lavradores que em grande parte dos casos pouco poder e conhecimento tinham para denunciar práticas como esta³⁹¹.

3. Em que contextos e para que fins foi utilizada a informação produzida pelo sistema contabilístico da *Companhia*?

A evidência empírica analisada permite-nos concluir que a contabilidade da *Companhia* foi utilizada essencialmente no contexto da sua relação com o Estado e com os accionistas, na troca de informações com oficiais séniores e em casos menos vezes observados na tomada de decisões no seio das juntas.

As finalidades principais que detectamos como subjacentes a esses usos foram (i) o controlo e o escrutínio das operações quotidianas, (ii) a produção de estatísticas utilizadas para o controlo e regulação do sector (iii) o reporte dos resultados económicos alcançados a vários interessados e (iv) a demonstração da utilização de dinheiros públicos.

³⁹¹ Ver sobre este assunto Kelly e Pratt (1992: 242).



Como exemplo de utilizações instrumentais de informações contabilísticas acrescem ainda (v) a sustentação de determinadas teses em torno da boa ou má gestão da *Companhia* (vi) a negociação das remunerações dos membros das juntas (vii) a defesa do crédito das acções da *Companhia* e (viii) o debate em torno dos privilégios concedidos.

O facto do sistema contabilístico ter sido construído para controlar e reportar informações simultaneamente de um sector, ou pelo menos do quinhão das actividades de produção, transporte e comercialização que estavam sob a alçada da *Companhia* e as actividades desenvolvidas em proveito do seu património, permitem classificar o sistema montado pela *Companhia* como um sistema de largo espectro, que tanto podia ser utilizado com o propósito de discutir o estado do sector, como a saúde financeira da *Companhia*, sendo que em muitos casos as duas realidades se sobrepunham e noutros não.

A dimensão e importância que a *Companhia* teve no período analisado levaram a que muitos mapas informativos lhe fossem solicitados, uns de forma regular e outros construídos de forma *ad hoc*, sendo a maior parte dos mesmos utilizados em contextos de decisões sobre a política de regulação do sector.

É verdade que nesta dissertação, por opção, foram privilegiadas as operações desenvolvidas pela *Companhia* em proveito próprio, incidindo-se pouco sobre os mapas de cobrança de impostos e sobre as estatísticas de controlo da produção e expedição de vinhos que a *Companhia* produzia. É importante em todo o caso dar conta que essas estatísticas foram construídas com base no sistema de controlo interno da *Companhia*, pois esta estava obrigada, pelo Estado e no seu próprio interesse, a controlar os fluxos de produção e circulação dos géneros vinícolas sobre os quais tinha alçada.

No que se refere às actividades desenvolvidas em proveito próprio e como demos nota, a *Companhia* desenvolveu um sistema de controlo da circulação das mercadorias que eram sua propriedade muito detalhado, que lhe permitia orçamentar as necessidades de novas compras e de expedição desses mesmos géneros, não só na região demarcada, mas também nos armazéns que detinha fora dela, em Lisboa, em vários pontos do Brasil, em vários portos da Europa, etc.

Evidenciamos também que o controlo dos fluxos financeiros era objecto de particular atenção e que pelo menos nos primeiros tempos as juntas analisavam e



conferiam os mapas de entradas e saídas de caixa, zelando pela segregação de funções e promovendo um sistema de controlo interno que permitisse uma vigilância mútua, mesmo entre os deputados das juntas.

Verificamos que o prazo médio de pagamento e recebimento das operações comerciais era elevado e que era habitual na praça o endosso de títulos de crédito, o que colocava em evidência a necessidade de controlar as contas-correntes. Muitas cartas de Mansilha à junta e vice-versa têm como objecto único ou principal este assunto. Vimos que a *Companhia* podia aliás contar com um sistema de correio bastante complexo, que tinha como objectivo mitigar os efeitos negativos da distância a certas praças, onde os seus créditos circulavam.

As juntas da *Companhia*, pelo menos a julgar pelas actas das reuniões que nos deixaram, foram sempre muito sóbrias nos comentários às contas, preferindo deixar as suas impressões escritas nas observações dos “Estados anuais” e mesmo nesses casos mais como memórias descritivas, do que propriamente como comentários críticos às mesmas. Nas actas das juntas vemos muito mais vezes mencionados temas como a alocação de cargas por navios, por exemplo, do que propriamente discussões sobre os resultados dos negócios.

Nas poucas vezes em que as actas tratam de contas, o que referem são aspectos de natureza acessória, como a falta deste ou daquele documento, muito no início da *Companhia* a nomeação desta ou daquela pessoa para efectuarem a sua conferência, ou então e mesmo assim muito raramente, argumentações sobre certas irregularidades nos negócios, em contextos em que é claro um espírito de acerto de contas entre deputados desavindos.

A troca de correspondência com alguns oficiais séniores da *Companhia* e especialmente com Mansilha é mais frutífera na avaliação de outros usos dados à Contabilidade. É perfeitamente visível que as juntas, Mansilha, Pombal e outros interlocutores sabiam interpretar em benefício dos seus argumentos e análises a informação disponibilizada pelo sistema de partidas dobradas da *Companhia*.

Nessas missivas percebe-se que as contas tiveram uma importância instrumental na negociação de certas benesses junto da Coroa, tais como o aumento das remunerações das juntas, certas fórmulas de cálculo do custo dos géneros sobre os quais



incidiam margens legais máximas de venda e a negociação de privilégios adicionais e de fundos para fazer face ao giro do negócio, como aconteceu no caso das aguardentes.

O acervo de correspondência expedida e recebida pela *Companhia* é muito grande e este estudo ficou muito longe de a esgotar. Na verdade centrou-se bastante mais no período pombalino do que no subsequente, pelo que certamente as evidências apresentadas são apenas uma pequena fracção das existentes e não podemos enjeitar a possibilidade da contabilidade da *Companhia* ter sido usada para fins adicionais ou com fôlego diferente do que o que conseguimos descortinar.

De Pombal e mais tarde de Luís de Sousa Coutinho, pelo menos destes dois, temos testemunhos de uma argúcia muito grande na análise das contas da *Companhia*, que utilizaram para avaliar a ‘decência’ dos seus privilégios, para aquilatar a capacidade para levar a cabo novos projectos, no aviso para certas operações que lhes chamaram atenção e na proposta de algumas modificações ao próprio sistema contabilístico que entenderam convenientes.

O papel dos contabilistas da *Companhia* neste diálogo com a Coroa era valorizado. O primeiro contabilista da *Companhia* João Frederico de Hecquenbergh conferenciou directamente com Pombal e com Luís de Sousa Coutinho, ambos figuras políticas de primeira grandeza do seu tempo e produziu de mão própria um conjunto de mapas e informações que foram utilizados por estes nas suas argumentações. A sua posição na hierarquia da *Companhia* era também elevada, como o sinaliza desde logo o seu vencimento, muito superior aos dos restantes oficiais, excepção feita ao procurador delegado na Corte de Lisboa.

As contas foram também bastante utilizadas como meio de promover o crédito da *Companhia*, seja junto dos seus credores e novos subscritores, seja na segurança necessária a transacções de títulos de dívida e de capital subsequentes. Pombal e Mansilha tinham consciência clara quanto à importância da publicação das contas como veículo promotor do crédito da *Companhia* e Mansilha retrata nas suas missivas reacções à divulgação das mesmas na Corte e em outros lugares públicos.

Não obstante os accionistas poderem, em teoria, consultar as contas da *Companhia*, a verdade é que não encontramos indícios de que o tenham feito, nem nenhum indício que lhes fosse preparada informação mais detalhada ou mais regular do que aquela que era produzida para o Estado. Este quadro é compatível com o espírito



que presidiu ao modelo de governação das companhias pombalinas, inspirado no modelo das companhias majestáticas da Europa continental, que privilegiava o elo entre a Coroa e as juntas e com os quadros típicos de uma certa tendência para a gestão absentista, de mão morta dos capitais, que caracterizou em boa medida o perfil dos investimentos durante o antigo regime português (Pereira, 2000a: 157)³⁹².

Em síntese, podemos dizer que as contas da *Companhia* foram utilizadas para uma pluralidade de fins que vão desde o controlo interno das suas operações, ao escrutínio da sua própria existência. A evidência demonstra ainda que, acima de tudo, as contas tinham como destino as juntas e os oficiais da *Companhia*, a Coroa e a título secundário, por tudo o que atrás deixamos escrito, os accionistas.

4. De que forma podemos comparar o sistema contabilístico da *Companhia* com o contemporaneamente utilizado em organizações congéneres portuguesas e europeias?

O sistema contabilístico da *Companhia* é herdeiro da experiência acumulada em outras companhias privilegiadas europeias e no caso português herdeiro também da experiência de outras duas companhias majestáticas instituídas em datas próximas à da sua criação: a Companhia de Grão-Pará e Maranhão, mais importante, de quem herdou o modelo dos seus Estatutos Gerais e as fundações do seu sistema contabilístico e a Companhia de Pernambuco e Paraíba de quem herdou os Estatutos Particulares, ou normas de governo interno.

As companhias privilegiadas devem ser vistas, em Portugal como na Europa, como organizações de carácter excepcional, pela dimensão dos negócios que movimentavam, pelo número de funcionários que empregavam, pela dispersão do capital por muitos accionistas e pela administração de direitos e obrigações especiais que lhes conferiam uma visibilidade muito grande e a necessidade de uma fé pública acrescida (Steensgaard N, 1996a: 102).

A revisão de literatura que fizemos sobre a contabilidade de outras organizações de referência, tais como a EIC, a VOC e as companhias francesas de Colbert, pese

³⁹² Sobre a transversalidade dos comportamentos rentistas em diferentes países europeus, durante o período no qual predominaram as políticas mercantilistas ver Ekelund e Tollison (1997).



embora não tenhamos alcançado descrições dos seus sistemas tão pormenorizados como o que gostaríamos de ter analisado, dão-nos conta de sistemas semelhantes ao vigente na *Companhia*, em época anterior à mesma.

Sabemos também que Pombal estudou esse exemplos quando residiu no estrangeiro, que se mantinha informado da produção legislativa daqueles países e que chegou a privar com pelo menos um dos oficiais seniores da EIC, que lhe ofereceu uma cópia dos Estatutos daquela Companhia e com quem aliás chegou a projectar uma nova companhia, ainda antes ao seu consulado, a qual não conheceu a luz do dia.

Sabemos finalmente que Pombal adoptou as partidas dobradas como o método de referência das suas iniciativas de reforma de certo tipo de instituições, com enfoque nas repartições públicas e nas companhias de comércio.

Podemos assim afirmar que o sistema da *Companhia* estava alinhado com o que se praticava nas companhias nacionais e estrangeiras semelhantes e seguia o modelo “oficial” do regime político do seu tempo.

Não podemos no entanto afirmar que o modelo de organização contabilístico da generalidade das organizações em Portugal fosse semelhante ao da *Companhia*.

A maior parte das organizações não tinha problemas de organização dos dados com a dimensão dos da *Companhia*, nem as necessidades de informação que esta tinha, sendo estes os factores apontados na literatura como mais relevantes para a emergência de sistemas de partidas dobradas “científicos” (de Roover, 1956: 115).

Em termos muito pragmáticos, até pela análise do salário do guarda-livros da *Companhia* se percebe que só uma organização excepcionalmente grande poderia empregar um oficial tão caro. Em 1784 sabemos que o guarda-livros da *Companhia* auferia anualmente 1 000 000 réis³⁹³ o suficiente para adquirir 2.5 acções, aos preços de subscrição inicial das mesmas.

Embora não concordemos com a imagem de ignorância dos comerciantes da época relativamente aos temas da Contabilidade tão absolutamente generalizada como por vezes se refere na literatura, fruto talvez de hipérboles que visavam enaltecer o efeito das reformas pombalinas, acreditamos que a sofisticação da contabilidade da

³⁹³ Vide AHOP (Ministério do Reino, MR 35 “Negócios da Companhia...”, mapa n.º 37: “Mapa dos Ordenados de Ministros, Secretario e Officiaes da Junta, Guarda Livros, Caixeiros e mais officiaes, que se achão no serviço desta Companhia, que se vencem no prez.e anno de 1784 extraído do Livro dos ordenados em g.e.”).



Companhia constituía mais uma excepção do que a regra, partilhando esse estatuto com poucas organizações portuguesas contemporâneas, nestas se contando as Companhias de Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba e o Erário Régio.

É claro que havia na época outras casas comerciais que adoptavam, mas em menor escala, sistemas contabilísticos por partidas dobradas com semelhanças ao praticado na *Companhia*, a começar desde logo pelo próprio Marquês de Pombal na administração dos seus negócios, continuando em algumas fábricas de média dimensão como o caso da Real Fábrica das Sedas e finalizando em algumas casas de comerciantes portugueses e de estrangeiros de mais grossos cabedais, incluindo as casas mais importantes de vinho do porto de capitais ingleses.

Não obstante este facto, a dimensão do volume de negócios da *Companhia*, a dispersão geográfica das operações, a pluralidade dos accionistas e o regular escrutínio público das suas contas não têm paralelo a não ser no punhado de organizações referido³⁹⁴.

Podemos assim dizer que o sistema da *Companhia* tem mais semelhanças com os sistemas de outras companhias privilegiadas, nacionais e europeias, que partilhavam problemas semelhantes aos seus, do que com as demais organizações portuguesas, porque o peso da sua dimensão, a natureza dos seus negócios, privilégios e obrigações e uma certa concepção da época quanto à forma como as companhias privilegiadas deviam ser organizadas assim o determinaram³⁹⁵.

³⁹⁴ As organizações religiosas da época e designadamente as do clero regular mais antigas, tais como os beneditinos, os cistercienses, os agostinhos, etc, também se debatiam com problemas de organização grandes e como tal desenvolveram sistemas capazes de controlar muitos mosteiros, muitas pessoas e muito património fundiário, mas as suas preocupações fundamentais prendiam-se com a sustentabilidade do seu património e consequentemente medidas de superávit corrente, muito mais do que com conceitos de lucratividade ou de remuneração de capitais ou de cálculo de dividendos, até porque não havia a quem os distribuir.

Como tal apontavam os seus discursos internos nesse sentido, e não sofrendo pressões significativas do Estado que obrigassem a outros tipos de respostas, mantiveram por regra até à exclausuração de 1834 os sistemas de cargas e descargas que haviam aprimorado durante séculos.

Sobre este assunto ver Oliveira (2005). Sobre soluções diversas adoptadas pelos Jesuitas vide também Quattrone (2004), salientando-se que pelo menos em Portugal o percurso desta organização e a sua base de sustentação económica diferia substancialmente das restantes organizações do clero regular mencionadas.

³⁹⁵ Vide DiMaggio e Powell (1983) e Miller (1990).



7. Conclusões

A evidência analisada ao longo desta dissertação demonstrou que a contabilidade da *Companhia* desempenhou vários papéis importantes, que incluíam o controlo da circulação de géneros vinícolas no perímetro sobre as quais tinha alçada; o controlo e a arrecadação de receitas fiscais por conta e em nome do Estado; o registo das operações comerciais desenvolvidas em proveito próprio; o reporte de informações necessário à satisfação dos interesses dos seus accionistas e credores, bem como a necessidade de fornecer certas informações ao Estado, no contexto do diálogo que se revelava fundamental para a manutenção do seu crédito e dos seus privilégios.

Mostramos que o desenho do sistema contabilístico da *Companhia* foi definido aprioristicamente, pela mão de Pombal e consolidou as suas características fundamentais grosso modo nos seus primeiros cinco anos de existência, mantendo-se praticamente inalterado ao longo do restante período analisado e defendemos que isto sucedeu porque respondia capazmente às necessidades supra-mencionadas, num contexto sociopolítico no qual estavam fundados os seus privilégios e que se manteve estável.

Provamos que o modelo inspirador da contabilidade da *Companhia*, bem como muitas das suas regras de governança e controlo interno foram retirados dos modelos iniciados na Companhia do Grão-Pará e Maranhão e na Companhia de Pernambuco e Paraíba, segundo ordens expressas de Pombal que se envolveu pessoalmente para que assim fosse.

Pombal era um adepto das partidas dobradas e conhecedor da forma como estavam organizadas as principais companhias privilegiadas europeias e fez questão de transpor esses conhecimentos e experiências para certos sectores da realidade portuguesa, dentro de um quadro mais amplo de reformas que implementou, principalmente na primeira década do seu consulado como governante.

É verdade que o sistema contabilístico da *Companhia* pouco acrescentou ao estado de arte do conhecimento contabilístico português, na medida em que copiou modelos pré-existentes em Portugal, os quais por sua vez aproveitaram os trabalhos de experimentação realizados várias décadas antes em companhias como a inglesa EIC e a holandesa VOC. O facto de os primeiros contabilistas da *Companhia* e da Companhia



do Grão-Pará serem estrangeiros e do primeiro se ter reunido com o segundo para dele copiar o método, só reforça esta noção de mimetismo de práticas e claramente ajudou a estabilizar o modelo pretendido³⁹⁶.

Em resumo, o desenho do sistema contabilístico da *Companhia* foi o que seria de esperar, tendo em consideração a complexidade das suas operações, a necessidade de dar contas das mesmas ao Estado, aos seus accionistas e demais credores sociais, o exemplo do percurso feito por companhias nacionais e europeias semelhantes e acima de tudo a vontade de Pombal em tornar as partidas dobradas como o método de referência em certos sectores, nos quais a *Companhia* se incluía, pretendia-se aliás que a *Companhia* fosse um modelo de difusão desse mesmo método.

O sistema contabilístico da *Companhia* teve que ser adaptado às especificidades do negócio dos géneros vinícolas, o qual escapava à regra da maioria das companhias privilegiadas, por não se basear somente no comércio ultramarino de mercadorias, mas também no controlo da produção e circulação desses géneros, numa região que foi demarcada para o efeito. Foi portanto original nesse sentido.

O facto dessa região demarcada se ter afirmado como uma das primeiras do mundo, perdurando aliás até hoje e várias medidas de regulação da lavoura e do comércio implementadas ao longo do período analisado, umas mais tácticas, outras de maior fôlego, só foram possíveis porque a *Companhia* assegurou, por delegação do Estado, o controlo dos fluxos de géneros vinícolas na região demarcada e produziu informações estatísticas que permitiam guiar as decisões dos governantes.

O alisamento dos resultados da *Companhia*, por muitos anos e de uma forma quase caricatural³⁹⁷, com o conhecimento e concordância dos governantes da *Companhia*, dos accionistas e dos governantes³⁹⁸, o atraso nos encerramentos das contas

³⁹⁶ Como nas palavras de Scott (1987: 494) “By instilling value, institutionalization promotes stability: persistence of the structure over time”.

³⁹⁷ Recorde-se que a *Companhia* apresentou exactamente os mesmos resultados anuais (64 152 000 réis) em oito anos consecutivos e depois um novo valor (75 680 000 réis) em mais outros oito anos consecutivos.

³⁹⁸ Note-se na seguinte passagem incluída nas conclusões do exame levado a cabo por Luis Pinto de Sousa, em 1784: “As demonstraçoens annoaes desta Corporação tem um vicio radical na sua forma, pois não exhibem a verdade real do estado das dividas activas (...) muitas das que se representam nessa linha estão realmente fallidas, e que só deverião ser lançadas no titullo das perdas; d’outra sorta [sic] se augmentará imaginariamente o fundo da Companhia, e nunca poderá chegar à real presença de Sua Magestade hum estado completo da verdadeira situação do seu fundo.

Esta reforma não se pode executar de hum só golpe; porque a sua acção influiria concideravelmente na deminuição dos lucros repartidos; deve porem a Companhia amortecer todos os annos, por systema, hua



mensais e anuais, estes muitas vezes concretizados já depois de distribuídos os dividendos, enfim o silêncio dos accionistas e mesmo das juntas no que respeita ao julgamento sobre os números de cada ano, difficilmente se percebem tendo em consideração o potencial pleno das partidas dobradas e as regras de boa governança proclamadas nos Estatutos da *Companhia*.

Se considerarmos no entanto os interesses superiores dos governantes em manter a *Companhia* como um actor importante da sua política económica, a subordinação das juntas e dos accionistas aos ditames dos ditos governantes, o apetite dos accionistas por dividendos e as transferências de fundos entre o Estado e a *Companhia*, ao sabor das necessidades e dos tempos, muitas das opções contabilísticas adoptadas pela *Companhia*, na nossa opinião fazem todo o sentido, pois permitiram defender durante muito tempo o que verdadeiramente interessava a estes actores, as suas rendas.

O facto da praça de negócios portuguesa ser relativamente pequena e de muitos membros da classe política da época estarem activamente envolvidos em negócios privados com a *Companhia* torna este quadro muito mais intrincado e interessante, porque pessoalizando os papéis, percebe-se que os actores que designamos como “Estado”, “accionistas” e “demais interessados – leia-se fornecedores e clientes”, eram muitas vezes na prática as mesmas pessoas, ou pessoas com comprovadas relações de familiaridade.

porção competente de dívidas fallidas, que nunca abaxe da quantia de quinze contos de reis...” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 188).

Mais adiante, Luís Pinto de Sousa insiste, a propósito do dinheiro empatado nos edifícios de Montegordo, comparando-os a dívidas falidas: “Naquella clace [dívidas falidas] se devem quazi reputar os edefícios de Montegordo; e sendo aquella especulação pouco propria da Instituição da Companhia, seria, talvez, mais conveniente, que esta os mandase vender, e que amortecesse aquella perda nos livros dos annos seguintes” (*Informação do Estado... em 1784...*, 1999: 189).

Estas conclusões desencadearam um Aviso do Governo à *Companhia* em termos praticamente tirados à letra das conclusões do relatório de Luís de Sousa Coutinho:

“.... Conhecendo S Magestade existir hum vicio radical na forma das demonstraçoens annuaes do estado da Companhia, porque não manifesta a verdade da situação das dividas activas, supondose todas ellas subritentes [...], e figurando como taes no credito sem se attender a que muitos dos que se representam nessa linha estão realmente falidos: Determina a mesma Senhora, que as ditas dividas fallidas deverão somente ser lançadas com titulo de perdas, pois pois de outro modo se augmentará imaginariamente o fundo, sem nunca poder chegar à Real Presença da mesma Senhora «, hum estado completo da verdadeira situação do seu fundo.

Como porem esta indispensavel reforma se não pode executar de um só golpe, pelo grave prejuízo que resultaria de semelhante operação, deve a Companhia amortecer todos os annos por sistema a porção, que verdadeiramente estiver; e deve também acompanhar a sua demonstração com huma analise prudente, que patenteie o estado das mesmas dividas fallidas; ao fim de que possa chegar à Real Presença da mesma Senhora hum conhecimento exacto; e sincero da sua verdadeira situação”.

(AHOP, Ministério do Reino, MR 5, *Aviso Régio de 28 de Janeiro de 1786*, Fls 160-165).



Pombal e o Rei D. José I agiram simultaneamente como governantes e accionistas, ou familiares de accionistas. Pombal forneceu vinhos à *Companhia* por altos preços. Vários membros do governo e pessoas gradas da praça de negócios, familiares dos primeiros, forneciam vinho ou arrendavam imóveis ou beneficiavam de empréstimos da *Companhia*. A nomeação para os bem remunerados cargos de deputados ou oficiais graduados da *Companhia* foram frequentemente sugeridas por membros do Governo, etc.

Este quadro naturalmente estimulava a comunhão e o equilíbrio de interesses entre Estado, accionistas, membros das juntas e os credores e devedores da *Companhia*. Na prática viviam todos à sombra dos privilégios angariados por esta.

Este equilíbrio tinha que ser bom para todos os membros desta elite de negócios e de facto no caso da *Companhia* assim foi, o que apelava muito mais para uma lógica de repartição de lucros e vantagens entre eles, estável no tempo, do que para uma lógica de maximização dos lucros de cada um dos grupos *per si*, pois todos dependiam de todos. Os usos e os resultados da contabilidade da *Companhia* mostram isto mesmo.

Claro que este quadro de repartição equilibrada de rendas só se tornou possível num cenário em que estavam assegurados três pilares fundamentais: estabilidade das relações de poder entre os agentes interessados na *Companhia*; manutenção de uma actividade lucrativa que permitisse a existência dos ditos lucros para repartir; e adequados níveis de liquidez.

Ao longo do período analisado, o que percepcionámos foi um esforço grande dos diferentes actores para assegurar a manutenção destes três pilares, o que de facto conseguiram fazer com sucesso, ao contrário do que sucedeu no caso da Companhia de Pernambuco e Paraíba, ou da Companhia das Pescarias do Algarve, projectos que se revelaram inviáveis e se desmoronaram ao fim de algum tempo.

No caso da *Companhia* os primeiros sinais de instabilidade destes três pilares surgiram com a queda de Pombal, mas sem que tenha havido ao longo do período analisado uma vontade forte de destruir a *Companhia*.

É interessante ver, tal como procurámos testemunhar ao longo do texto, a forma muito viva e conhecedora como sucessivos governantes, oficiais da *Companhia* ou meros observadores como Ratton, utilizaram as contas da *Companhia* para tecer



considerações sobre o que nela viam de bom ou de mau, regra geral dentro deste quadro de debate sobre os pilares que sustentavam a existência da *Companhia*.

Pensamos aliás que as evidências que encontrámos ajudam a desmistificar um pouco mais a ideia de que Portugal era nesta época um país falho de gente capaz de construir ou interpretar sistemas contabilísticos modernos e complexos. O caso da *Companhia* forneceu-nos exemplos múltiplos e sucessivos do contrário, inclusive de pessoas capazes de ler para além das contas reportadas, apontando-lhes falhas e fazendo observações e perguntas pertinentes.

Aliás a capacidade de implementação de sistemas de informação que não eram propriamente simples pelas principais companhias pombalinas e isto logo imediatamente após a sua criação, também demonstra que havia capacidade instalada em Portugal para implementar práticas contabilísticas avançadas, em organizações de grande escala.

O equilíbrio de interesses iniciado na época pombalina só começou a abrir fendas graves a partir das invasões francesas e viria a colapsar definitivamente com a emancipação do Brasil e a mudança dos quadros mentais em favor do liberalismo económico, que eram a antítese do pensamento que esteve na génese da *Companhia*.

Embora o período analisado termine em 1826, alguns anos antes da extinção dos privilégios da *Companhia* como companhia privilegiada, é perfeitamente perceptível, principalmente depois de 1820, o esforço que foi feito para manter a organização viva e satisfeitos os interesses dos accionistas, ainda que reportando resultados que efectivamente já não tinha, através de expedientes de que demos testemunho.

Podemos dizer que o sistema contabilístico da *Companhia* cumpriu até ao último dia do período analisado a missão de “fiel” das contas do privilégio que a *Companhia* consubstanciava, subordinando-se aos interesses comungados pelos vários actores interessados na existência desse privilégio, comunhão que durou em moldes estáveis e que por isso proporcionou soluções estáveis, enquanto perdurou uma certa forma de fazer negócios, o das companhias privilegiadas.



Oportunidades de investigação futuras

Para além das oportunidades de investigação implícitas às limitações deste estudo expressas no capítulo 2, acreditamos que as possibilidades de ampliar este trabalho são muitas, fruto do excelente arquivo de informação que felizmente sobreviveu até aos dias de hoje e fruto acima de tudo da importância que a *Companhia* teve ao longo de muitos anos.

Este estudo centrou-se essencialmente nos factores que explicam o sistema contabilístico da *Companhia* e nos usos que lhe foram dados, o que permite comparar as conclusões a que chegamos com possíveis transformações na forma de organizar os negócios próprios dos accionistas que tiveram a oportunidade de se familiarizar com o sistema ao passarem pelas juntas, ou dos oficiais mais seniores que figuravam nos seus quadros permanentes.

Sendo essa uma das intenções manifestas pelo Marquês de Pombal quando decidiu misturar nas juntas da *Companhia* lavradores e comerciantes, é interessante saber qual o resultado prático desta sua iniciativa.

Pese embora os avanços já registados por Oliveira (2007: 143-157) e Duguid e Lopes (1998, 1999) está ainda por fazer uma comparação mais exaustiva do sistema contabilístico da *Companhia* com o sistema utilizado pelas companhias de capital estrangeiro e particularmente as inglesas, que actuavam na cidade do Porto nessa época.

Seriam de facto sistemas mais avançados? A concorrência entre eles terá tido efeito na construção de indicadores de rentabilidade que lhes permitissem ser mais eficientes? Havia transferência de profissionais da contabilidade entre a *Companhia* e essas empresas? São questões interessantes que merecem ser exploradas.

Finalmente, a análise dos registos permitiu-nos traçar um padrão das práticas contabilísticas e de usos dessa informação, ao longo de um período bem definido, o período dos privilégios pombalinos. Sendo rara a sobrevivência de uma organização durante tanto tempo e dada a qualidade do seu arquivo, pode este ser um ponto de partida para verificar como o padrão descrito terá evoluído com o passar do tempo, nas décadas seguintes do século XIX e depois ao longo do século XX.



8. Fontes e referências

Fontes manuscritas:

Arquivo Histórico de Obras Públicas (AHOP)

Catálogo da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão

Maço 3 *Demonstração do Estado da Companhia Geral do Pernambuco e Paraíba em 31 de Dezembro de 1785.*

Maço 3 *Rezumo dos lucros que teve a Comp^a do Gram Pará e Maranhã desde o seu estabelecimento ate o ultimo de Dez.^o de 1759. Conta demonstrativa do valor em que ficão as acçoens, e forma de repartição que de faz dos seus lucros, aos interessados na ditta Companhia.*

Catálogo do Ministério do Reino

MR 5 *Aviso Régio de 28 de Janeiro de 1786.*

MR 14 *Execução do Plano estabelecido na Provizão a fs 49 e carta instructoria fs 50 infine com as seguintes, que no dia 30 de Outubro se tinha expedido à Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.*

MR 35 *Negócios da Companhia: Cópia do Avizo que fes o I M.^{mo} e Ex.^{mo} Snr Conde Secretario de Estado ao Provedor e Deputados da Junta da Administraçam da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.*

Negócios da Companhia: Pauta das eleições realizadas em 5 de Fevereiro de 1824.

Negócios da Companhia: Carta de 13 de Agosto de 1802 dirigida ao Visconde de Balsemão, relativa ao Capitão Dominique Franciosi.



Negócios da Companhia: Relação Demonstrativa da Decima que devia a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro thé o Anno de 1773....”

Negócios da Companhia: Contas do Cofre da Contribuição dos 2 por cento p.^a a construção das Fragatas de Guerra.

Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (ACGAVAD)

Cota 2.2.001 lv. 9 de 14	<i>Actas das sessões da Administração</i>
Cota 6.1.007.04 (17 livros)	<i>Cartas de Frei João Mansilha também citadas como Correspondência recebida pela Companhia - João de Mansilha</i>
Cota 6.1.023 lv. 1 de 6	<i>Registo de accionistas e acções</i>
Cota 6.2.005.03 lv. 1 de 5	<i>Balanços e demonstrações – balanços de contas</i>
Cota 6.2.005.03 lv. 2 de 5	<i>Balanços e demonstrações – balanços de contas</i>
Cota 6.2.005.03 lv. 5 de 5	<i>Balanços e demonstrações – balanços de contas</i>
Cota 6.2.005.10 lv. 1 de 5	<i>Livro de Balanços, também citado como Balanços e demonstrações de balanços</i>
Cota 6.2.005.10 lv. 2 de 5	<i>Livro de Balanços, também citado como Balanços e demonstrações de balanços</i>



Fontes impressas

- *Actas das Cortes Constituintes de 1821*, publicadas pelo Parlamento de Portugal, no site <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=mc.c1821>, acedido em 21 de Julho de 2013.
- *Arte da escritura dobrada que ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa copiada para instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no ano de 1765*, Comentário, fac-simile e leitura de Hernâni O. Carqueja, Edição da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, (2010), pp. 67-363.
- *Collecção de Legislação Portuguesa, Desde a Última Compilação das Ordenações*, Legislação de 1750 a 1762, (1830), António Delgado da Silva (org.), Lisboa, Typographia Maignense, pp. 426-442; 816-835
- *Estatutos Particulares ou Directório Económico para o Governo Interior da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1761)*, Sousa, F. (2006) *A Real Companhia Velha: Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, Porto, Cepese (2006), pp. 443-450.
- *Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756)*, Sousa, F. (2006) *A Real Companhia Velha: Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, Porto, Cepese (2006), pp. 433-442.
- *Informação do Estado da Companhia do Douro no ano de 1784, elaborada por Luís Pinto de Sousa, depois Visconde de Balsemão, e dirigida ao Secretário de Estado, Visconde Vila Nova de Cerveira*, “A Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho”, *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. IV (8) (1999) pp. 157-195.
- *Informação do Estado da Companhia do Douro no ano de 1784, elaborada por Luís Pinto de Sousa, depois Visconde de Balsemão, e dirigida ao Secretário de Estado, Visconde Vila Nova de Cerveira*, “A Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro



- em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho II”, *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. V (9) (2000a) pp. 160-174.
- *Informação do Estado da Companhia do Douro no ano de 1784, elaborada por Luís Pinto de Sousa, depois Visconde de Balsemão, e dirigida ao Secretário de Estado, Visconde Vila Nova de Cerveira*, “A Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho III”, *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. V (10) (2000b) pp. 155-169.
 - Melo, S. (1984) “Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e Outros Escritos”, editadas por Castro, F, Mem Martins, Publicações Europa-América.
 - Ratton, J. (1920) *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 2ª Edição, J. M. T. Carvalho (ed.), Coimbra, Imprensa da Universidade.



Referências bibliográficas:

- Abernethy, M. e W. Chua (1996) “A field study of control systems "redesign": the impact of Institucional Processes on strategic choice”, *Contemporary Accounting Research*, Vol 13, N. 2, pp. 569-606.
- Almeida, J. e M. Marques (2002) “Public Accounting in Portugal: From the Monarchy (1761) to the II Republic (2002)”, Comunicação apresentada no 3rd *Workshop on Accounting in Historical Perspective*, Lisboa, EIASM e APOTEC, 5-6 de Dezembro de 2002.
- Amorim, I. (2006) “Património e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)”, *Análise Social*, vol. XLI (180), pp. 693-729
- Anderson, G., R. Mckonrmick e R. Tollison (1983) “The economic organization of the English East India Company”, *Journal of Economic Behavior and Organization*, vol. 4, pp. 221-238.
- Anderson, G. e R. Tollison (1983) “Apologiae for Chartered Monopolies in Foreign Trade, 1600–1800”, *History of Political Economy*, Winter 1983 Vol. 15, Issue 4 (Winter), pp. 549-566.
- Anderson, G. e R. Tollison (1982) “Adam Smith's Analysis of Joint-Stock Companies”, *Journal of Political Economy*, Vol. 90, Nº. 6 (Dec., 1982), pp. 1237-1256.
- Baladouni, V. (1990a) “An early attempt at Balance Sheet classification and financial reporting”, *The Accounting Historians Journal*, Vol. 17, (spring 1990), pp. 27-45.
- Baladouni, V. (1990b) “Charles Lam: A man of letters and a clerk in the accountant’s department of the East India Company”, *The Accounting Historians Journal*, Vol. 17, (fall 1990), pp. 21-36.



- Baladouni, V. (1986) "Financial reporting in the early years of the East India Company", *The Accounting Historians Journal*, Vol. 13, (spring 1986), pp. 19-30.
- Baladouni, V. (1983) "Accounting in the early years of the East India Company", *The Accounting Historians Journal*, Vol. 10, (fall 1983), pp. 63-80.
- Baladouni, V. (1981) "The accounting records of the East India Company", *The Accounting Historians Journal*, Vol. 18, (Spring 1983), pp. 67-69.
- Barreto, A. (1988) "O vinho do Porto e a intervenção do Estado", *Análise social*, vol XXIV (100), pp. 373-390.
- Baxter, W. (1980) "The Account Charge and Discharge", *The Accounting Historians Journal*, Vol. 7, Nº. 1 (Spring 1980), pp. 69-71.
- Boas, I. (1995) O movimento comercial da barra do Douro através dos documentos da portagem e redízima: 1801-1815, Porto, Dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Brewer, C. (1996) "Definitions of Accounting" *The History of Accounting: an International Encyclopedia*, M. Chatfield e R. Vangermeersch (ed.), New York & London, Garland publishing, Inc.
- Bryer, R. (2000a) "Accounting for the English Agricultural Revolution: a Research Agenda. Part two: Genesis of the Capitalist Landlord", *Working Paper 7-2000*, Warwick Business School, www.users.wbs.ac.uk/af/research/working_paper_7_2000.pdf (página acessada em 30.01.2006).
- Bryer, R. (2000b) "The history of accounting and the transition to capitalism in England. Part two: evidence", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 25, pp. 327-381.



- Cardoso, A. (2002a) “Os fundos do *Public Record Office* e da *British Lybrary* enquanto complemento para a história do vinho do Porto” *Os arquivos da vinha e do vinho no Douro* - Livro de Actas, Porto, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, pp. 125-137.
- Cardoso, A. (2003) *Baco & Hermes – O Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-1756)*, 2 volumes, Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.
- Carlos, A. (1992) “Principal-Agent Problems in Early Trading Companies: A Tale of Two Firms”, *The American Economic Review*, Vol. 82, Nº. 2 (May, 1992), pp. 140-145.
- Carlos, A., J. Key e J. Dupree (1998) “Learning and the Creation of Stock-Market Institutions: Evidence from the Royal African and Hudson's Bay Companies, 1670-1700”, *The Journal of Economic History*, Vol. 58, Nº. 2 (Jun., 1998), pp. 318-344.
- Carlos, A., K. Maguire e L. Neal (2006) “Financial Acumen, Women Speculators, and the Royal African Company during the South Sea Bubble”, *Accounting, Business & Financial History*, Vol. 16, Nº. 2 (July, 2006), pp. 219–243.
- Carlos, A. e S. Nicholas (1996) “Theory and History: Seventeenth-Century Joint-Stock Chartered Trading Companies”, *The Journal of Economic History*, Vol. 56, Nº. 4 (Dec., 1996), pp. 916-924.
- Carlos, A. e S. Nicholas (1988) “ ‘Giants of an Earlier Capitalism’: The Chartered Trading Companies as Modern Multinationals”, *The Business History Review*, Vol. 62, Nº. 3 (Autumn, 1988), pp. 398-419.
- Carmona, S. e L. Zan (2002) “Special Section: Mapping Variety in the History of Accounting and Management Practices”, *The European Accounting Review*, Vol. 11, Nº. 2, pp. 291-304.



- Carmona, S. e M. Macías (2001) “Institutional Pressures, Monopolistic Conditions and the Implementation of Early Cost Management Practices: The Case of the Royal Tobacco Factory of Seville (1820-1877)”, *Abacus*, Vol. 37, N.º 2, pp. 139-165.
- Carmona, S., I. Gutiérrez e M. Cámara (1999) “A Profile of European Accounting Research: Evidence from Leading Research Journals”, *The European Accounting Review*, Vol. 8, N.º 3, pp. 463-480.
- Carqueja, H. (2010) “«Arte da Escritura Dobrada que ditou na Aula de Comércio João Henrique de Sousa (1765)» - Um Comentário”, *Arte da escritura dobrada que ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa copiada para instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no ano de 1765*, Comentário, fac-simile e leitura de Hernâni O. Carqueja, Edição da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, pp. 10-66.
- Carqueja, H. (2003) “Do Saber da Profissão às Doutrinas da Academia”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Separata do Vol. LIX, N.º 234/235, pp. 1-144.
- Carqueja, H. (2002) “Actividade Contabilística até Luca Pacioli”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LVIII, N.º 231, pp. 699-752.
- Carreira, A. (1983) *As Companhias Pombalinas de Grão Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, Editorial Presença.
- Carruthers, B. G. e W. N. Espeland (1991) “Accounting for Rationality: Double-Entry Bookkeeping and the Rethoric of Economic Rationality”, *American Journal of Sociology*, Vol. 97, N.º 1, pp. 31-69.
- Carvalho, J., L. Rodrigues e R. Craig (2007) “Early Cost Accounting Practices and Private Ownership: The Silk Factory Company of Portugal: 1745-1747”, *Accounting Historians Journal*, Vol. 34, N.º 1, pp. 57-89.



- Carvalho, J. e M. Conde (2003) “Fases e Períodos da História da Contabilidade em Portugal: uma Primeira Tentativa de Identificação”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LIX, N.º 233, pp. 57-84.
- Castro, A. (1982) “A Política Económica do Marquês de Pombal e a Sociedade Portuguesa do Século XVIII”, *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, Vol. IV, Tomo I, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras de Coimbra, pp. 41-50.
- Chatfield, M. (1996) “Cash Basis Accounting”, *The History of Accounting: an International Encyclopedia*, M. Chatfield e R. Vangermeersch (ed.), New York & London, Garland publishing, Inc.
- Chaudhuri, K. (1965) – *The English East India Company: The Study of an Early Joint-Stock Company 1600-1640*, London, Frank Cass & Co Ltd.
- Chiapello, E. (2007) “Accounting and the birth of the notion of capitalism”, *Critical Perspectives on Accounting*, 18, 263-296.
- Daudin, G. (2002) “The quality of slave trade investment in eighteenth century France” Working Paper disponibilizado pelo Observatoire Francais des Conjonctures Economiques (OFCE), na série *Documents de Travail de l'OFCE* n.º 2002-06.
- Daudin, G., K. O'Rourke e L. de la Escosura (2008) “Trade and Empire: 1700-1870” Working Paper disponibilizado pelo Observatoire Francais des Conjonctures Economiques (OFCE), na série *Documents de Travail de l'OFCE* n.º 2008-24.
- DiMaggio, P. e W. Powell (1983) “The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields” *American Sociological Review*, Vol. 48, pp. 147-160.



- Donoso Anes, R. (2002) “Accounting for the Estates of Deceased Travelers: an Example of Early Spanish Double Entry Bookkeeping”, *Accounting History*, Vol. 7, N.º 1, pp. 79-99.
- Duguid, P. e T. Lopes (1999) “Ambiguous Company: Institutions and Organizations in the Port Wine Trade, 1814-1834”, *Scandinavian Economic History Review*, Vol. XLVII, N.º. 1, pp. 84-102.
- Duguid, P. e T. Lopes (1998) “The Company you keep: The port trade in the declining years of the wine company: 1812-1840”, *Actas do Seminário Internacional Os vinhos Licorosos e a História*, Alberto Vieira (Editor), Edição do Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 285-309.
- Edwards, J. (1989) *A History of Financial Accounting*, London, Routledge.
- Ekelund, R. e R. Tollison (1997) *Politicized Economies: Monarchy, Monopoly, and Mercantilism*, Texas A&M University Economics Series.
- Ekelund, R. e R. Tollison (1996) “A Rent-Seeking Theory of French Mercantilism”, *Trade in the Pre-Modern Era, 1400-1700*, Vol 2, D. Irwin (ed.), pp. 389-403.
- Espejo, C., J. Sánchez-Matamoros e F. Fenech (2002) “Accounting and Control in the Founding of the New Settlements of Sierra Morena and Andalucia, 1767-72”, *The European Accounting Review*, Vol. 11, N.º 2, pp. 419-439.
- Faria, A. (2008): “An analysis of accounting history research in Portugal: 1990–2004”, *Accounting History*, Vol 13, N.º 3, pp. 353–382.
- Fisher, I. (1997) “The Nature of Capital and Income”, *The Works of Irving Fisher*, Vol. 2, W. Barber (ed.), London, Pickering & Chatto.



- Fleischman, R. e V. Radcliffe (2003) “Divergent Streams of Accounting History: A Review and Call for Confluence”, *Doing accounting history: Contributions to the development of accounting Thought*, Vol. 6, pp. 31-47.
- Freeman, M., R. Pearson e J. Taylor (2006) “‘A Doe in the City’: Women Shareholders in Eighteenth- and Early Nineteenth-Century Britain”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 16, N.º 2 pp. 265 – 291.
- Funnell, W. e J. Robertson (2011) “Capitalist accounting in sixteenth century Holland: Hanseatic influences and the Sombart thesis”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 24, N.º 5 pp. 560 – 586.
- Funnell, W. (2001) “Distortions of History, Accounting and the Paradox of Werner Sombart”, *Abacus*, Vol. 37, N.º 1, pp. 55-78.
- Funnell, W. (2000) “Preserving History in Accounting: Seeking Common Ground Between “New” and “Old” Accounting History”, *The History of Accounting*, Vol. 1, J. R. Edwards (ed.), London and New York, Routledge.
- Gaastra, F. (2003) *The Dutch East India Company: Expansion and Decline*, Walburg Press.
- Gomes, D., G. Carnegie e L. Rodrigues (2008), "Accounting change in central government: The adoption of double entry bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761)", *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 21, N.º 8 pp. 1144 – 1184.
- Gomes, D. (2008), "The interplay of conceptions of accounting and schools of thought in accounting history", *Accounting History*, Vol. 13, N.º 4, pp. 479 - 509.
- Gomes, D. (2007) Mudança contabilística na administração pública central: a institucionalização das partidas dobradas no Erário Régio em Portugal (1761-1777),



Dissertação de Doutoramento, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho.

- Gomes, D. (2001) “Contribuição para a História da Contabilidade em Portugal”, *XXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Braga, Associação Portuguesa de História Económica e Social.
- Gonçalves, M. (2011) “Aula de Comércio do Porto (1803): sua Criação e Confronto Crítico com a Correlativa Aula Lisboeta”, *Contabilidade e Gestão*, N.º 10, pp. 115-164.
- Hammond, T. e P. Sikka (1996) “Radicalizing accounting history; the potential of oral history”, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 9, N.º 3, pp. 79-97.
- Harvey, P. (1972) “Agricultural Treatises and Manorial Accounting in Medieval England”, *Agricultural History Review*, pp. 170-182
- Hernández-Esteve, E. (2002) “La Historia de la Contabilidad”, www.aeca1.org/comisiones/historia/lahistoriadelcontabilidad.htm, referido como publicado na *Revista Livros*, N.º 67-68 (Julho-Agosto 2002).
- Hernández-Esteve, E. (1996) ““Merchants’ Organizations and Accounting Regulation in Eighteenth-century Spain: the Ordinances of the Tribunal of Commerce of Bilbao”, *Accounting, Business & Financial History*, Vol. 6, N.º 3, pp. 277-299.
- Hespanha, A. (1993) “O Antigo Regime (1620-1807)”, *História de Portugal*, J. Mattoso (dir.), Vol. IV., Lisboa, Círculo de Leitores.



- Hopwood, A. (2002) "If only there were simple solutions, but there aren't: some reflections on Zimmerman's critique of empirical management accounting research", *The European Accounting Review*, Vol. 11, N.º 4, pp. 777-785
- Iribarren, A. (2005) "Le Real Compañía Guipuzcoana de Caracas. Crónica sentimental com una visión historiográfica. Los años áuricos y las rebeliones (1728-1751)", *Sancho el Sabio*, n.º 23, pp. 167-208.
- Jack, S. (1966) "An Historical Defence of Single Entry Book-keeping", *Abacus*, Vol. 2, N.º 2, pp. 137-158.
- Kam, V. (1990) "Early History of Accounting", *Accounting Theory*, New York, John Willey & Sons, 2ª Ed.
- Kelly, M. e M. Pratt (1992) "Purposes and paradigms of management accounting: beyond economic reductionism", *Accounting Education*, Vol. 1, N.º 3, pp. 225-246.
- Lemarchand, Y. (2000) "Double Entry Versus Charge and Discharge Accounting in Eighteenth-Century France", *The History of Accounting*, J. R. Edwards (ed.), London and New York, Routledge.
- Lemarchand, Y. (1995) "Style mercantile ou mode des finances. Le choix d'un modèle comptable dans la France d'Ancien Régime", *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 50e année, N° 1, pp. 159-182.
- Littleton, A. (1966) *Accounting Evolution to 1900*, New York, Russell & Russell.
- Littleton, A. (1961) *Essays on Accountancy*, Urbana - Illinois, University of Illinois Press.
- Macedo, B. (1954) *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*, Porto, Livraria Portugália.



- Macintosh, N., T. Shearer, D. Thornton e M. Welker (2000) “Accounting as simulacrum and hyperreality: perspectives on income and capital”, *Accounting, Organizations and Society*, N.º 25, pp. 13-50.
- Macve, R. (2002) “Insights to be Gained from the Study of Ancient Accounting History: Some Reflections on the New Edition of Finley’s *The Ancient Economy*”, *The European Accounting Review*, Vol. 11, N.º 2, pp. 453-471.
- Marcos, R. (1997) *As Companhias Pombalinas – Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Marques, J. (1992) “Os mosteiros cistercienses do século XVIII”, *Congreso internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, Ourense, Livro de Actas do congresso realizado no Mosteiro de Oseira, 17-20 Outubro 1991, pp. 649-675.
- Martins, C. (1998) *Vinha, Vinho e Política Vinícola em Portugal – Do Pombalismo à Regeneração*, Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora.
- Mattessich, R. (2000) “Introduction”, *The Beginnings of Accounting and Accounting Thought: Accounting Practice in the Middle East (8000 BC to 2000 BC) and Accounting Thought in India (300 BC and the Middle Ages)*, New York and London, Garland Publishing, Inc.
- Mattessich, R. (1994) “Accounting as a Cultural Force: Past, Present and Future”, *The European Accounting Review*, Vol. 3, N.º 2, pp. 354-374.
- Mattoso, J. (1994) *História de Portugal - O Antigo Regime - Vol. IV (1620 - 1807)*, Lisboa, Editorial Estampa.



- McWatters, C. (2008) “Investment returns and *la traite négrière*: evidence from eighteenth-century France”, *Accounting, Business & Financial History*, Vol. 18, N.º 2, pp. 161-185.
- Meyer, J.e B. Rowan (1977) “Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony”, *American Journal of Sociology*, Vol. 83, N.º 2, pp. 340-363.
- Miller, P. (1994) “Accounting as social ad institucional practice: an introduction”, *Accounting as social and institutional practice* - Hopwood, A. e P. Miller (ed.), pp. 1-39
- Miller, P. (1990) “On the interrelations between accounting and the state”, *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 15, pp. 315-338.
- Mirowski, P. (1987) “What Do Markets Do? Efficiency Tests of the 18th Century London Stock Market”, *Explorations in Economic History*, n.º 24, 107-129.
- Monteiro, M. (1981) “Conta e Método Digráfico numa Perspectiva Conceptual Histórica”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. XLV, N.º 177/178, pp. 61-75.
- Moreira, V. (1998) *O Governo de Baco – a organização institucional do Vinho do Porto*, Porto, Edições Afrontamento.
- Napier, C. (1991) “Aristocratic Accounting: the Bute Estate in Glamorgan 1814-1880”, *Accounting and Business Research*, Vol. 21, N.º 82, pp. 163-174.
- Neimark, M. (2000), “The King is dead. Long live the King!”, *The History of Accounting*, Vol. 1, J. R. Edwards (ed.), London and New York, Routledge.



- Noke, C. (2000) “Accounting for Bailiffship in Thirteenth Century England”, *The History of Accounting*, Vol. 2, J. R. Edwards (ed.), London and New York, Routledge.
- Oliver, C. (1991) “Strategic Responses to Institucional Processes”, *Academy of Management Review*, Vol 16, n.º 1, pp. 145-179.
- Oliveira, I (2007) Contabilidade do Vinho do Porto: O Período Pombalino, Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho.
- Oliveira, J. (2005) *A Contabilidade do Mosteiro de Arouca: 1786-1825*, Porto, Edições RIRSMA.
- Parker, R. (2000) “The Scope of Accounting History: a Note”, *The History of Accounting*, Vol. 1, J. R. Edwards (ed.), London and New York, Routledge.
- Páscoa, M. (2002) “A documentação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro na Torre do Tombo: Contributos para a sua História” *Os arquivos da vinha e do vinho no Douro* - Livro de Actas, Porto, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, pp. 245-253.
- Pedreira, J. (1995) Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Pedreira, J. (1992) “Os Negociantes de Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII: Padrões de Recrutamento e Percursos Sociais”, *Análise Social*, Vol. XXVII, N.ºs 116-117, pp. 407-440.



- Pereira, G. (2000a) “A Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho II- Introdução”, *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. V (9), pp. 155-160.
- Pereira, G. (2000b) “A Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho III – Nota Introdutória”, *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. V (10), pp. 153-155.
- Pereira, G. (1999) “A Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro em 1784, segundo um relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho - Introdução”, *Douro – Estudos & Documentos*, Vol. IV (8), pp. 153-156.
- Pereira, G. (1990) *O Douro – A vinha, o vinho e a região de Pombal a João Franco*, Porto, CENPA.
- Pinto, O. (2009) “As Companhias como instrumento de concretização da política do Estado: o caso da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (CGGPM) – 1775-1778”, *II Encontro de História de Contabilidade*, CTOC, Lisboa e Santa Maria da Feira, 06 de Junho de 2009.
- Previts, G., L. Parker e E. Coffman (1990) “Accounting History: Definition and Relevance”, *Abacus*, Vol. 26, N.º 1, pp. 1-16.
- Prieto-Moreno, M. e C. Larrinaga-González (2001) “Cost Accounting in Eighteenth Century Spain: the Royal Textile Factory of Ezcaray”, *Accounting History*, Vol. 6, N.º 2, pp. 59-90.
- Quattrone, P. (2004) “Accounting for God: accounting and accountability practices in the Society of Jesus (Italy, XVI-XVII centuries)”, *Accounting, Organizations and Society* Vol. 29, pp. 647-683.



- Quattrone, P. (1997) “Beyond Dualisms in Accounting Research: Towards a Trans-Disciplinary Perspective”, Paper for the 5th Interdisciplinary Perspectives on Accounting Conference, Manchester, July, 1997
- Rau, V. (1951) *A Casa dos Contos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de estudos históricos Dr. António de Vasconcelos.
- Richardson, A. (2005) “Accounting as a Legitimizing Institution”, *Accounting, the Social and the Political*, N. Macintosh, T. Hopper (ed.) Elsevier.
- Rocha, A. e D. Gomes (2002) “Um Contributo para História da Contabilidade em Portugal (Séculos XIV a XVII)”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LVIII, N.º 231, pp. 591-634.
- Rocha, V. e A. Moura (2002) *A competitividade do vinho do Porto no mercado belga: diagnóstico prospectivo*, Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.
- Rodrigues, L. e R. Craig (2009) “Teachers as servants of state ideology: Sousa and Sales, Portuguese School of Commerce, 1759–1784” *Critical Perspectives on Accounting* 20, pp. 379–398.
- Rodrigues, L., J. Guimarães e L. Ferreira (2010), “Prefácio”, *Arte da escritura dobrada que ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa copiada para instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no ano de 1765*, Comentário, fac-simile e leitura de Hernâni O. Carqueja, Edição da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, pp. 3-7.
- Rodrigues, L., R. Craig e D. Gomes (2007), “State Intervention in commercial education: the case of the Portuguese School of Commerce”, 1759, *Accounting History*, Vol. 12, nº1, pp. 55-84.



- Rodrigues, L. e R. Craig (2004) “English Mercantilist Influences on the Foundation of the Portuguese School of Commerce in 1759”, *Atlantic Economic Journal*, Vol. 32, N.º 4, pp. 329-345
- Rodrigues, L., D. Gomes e R. Craig (2004) “The Portuguese School of Commerce, 1759-1844: a reflection of the "Enlightenment", *Accounting History*, Vol. 9, N.º 3, pp. 53-71.
- Rodrigues, L., D. Gomes e R. Craig (2003a) “Corporatism, Liberalism and the Accounting Profession in Portugal since 1755”, *Accounting Historians Journal*, Vol. 30, N.º 1, pp. 95-128.
- Rodrigues, L., D. Gomes e R. Craig (2003b) “Aula do Comércio: Primeiro Estabelecimento de Ensino Técnico Profissional Oficialmente Criada no Mundo”, *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, n.º 34, pp. 46-54.
- Rodrigues, L. e D. Gomes (2001) “Evolução da Profissão dos Técnicos de Contas em Portugal: Do Marquês de Pombal Até aos Nossos Dias”, Comunicação apresentada na *II Jornada de História da Contabilidade*, Lisboa, APOTEC e ISCAL, 2 de Março de 2002.
- Rodrigues, M. (2000a) “Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 – sobre a Extinção dos Contos e a Criação do Real Erário”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. LVII, N.º 226, pp. 361-414.
- Rodrigues, M. (2000b) “Extinction of “Erário Régio” in 1832 (The Ancient Portuguese Exchequer)”, *Accounting and History – A selection of papers presented at the 8th Congress of Accounting Historians*, Madrid, Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas.
- de Roover, R. (1956) “The development of accounting prior to Luca Pacioli according to the account-books of medieval merchants”, *Studies in the History of*



- Accounting*, Edited by A. C. Littleton and B. S. Yamey, London, Sweet & Maxwell Ltd, pp. 114-174.
- Rosso, J. (2001) “Los archivos del sherry y del vino de Oporto”, *Os arquivos do Vinho em Gaia e Porto* - Livro de Actas, Porto, CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, pp. 83-96.
 - Schneider, S. (1980) *O Marquês de Pombal e o vinho do Porto – Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*, Lisboa, A Regra do Jogo.
 - Scott, W. (1995) *Institutions and Organizations*, Thousand Oaks, Sage.
 - Scott, W. (1987) “The Adolescence of Institutional Theory”, *Administrative Science Quarterly* Vol. 32, pp. 493-511.
 - Serrão, J. e G. Martins (1978) *Da Indústria Portuguesa. Do Antigo Regime ao Capitalismo. Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte.
 - Silva, A. (2003) “A formação do homem-público no Portugal setecentista: 1750-1777”, *Revista Intellectus*, ano 2, Vol II (www2.uerj.br/~intellectus), pp. 1 a 31.
 - Silva, F. (1984) “Bosquejo duma Sucinta História da Contabilidade em Portugal”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vols. XLVII/XLVIII, N.º 187/92, pp. 503 a 514.
 - Silva, F. (1948) “Luca Pacioli – o Homem e a Obra”, Separata da *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vols. XVI, N.º 61/64, pp. 1-29.
 - Sousa, F. e C. Pereira (2008) *O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha (1756-1834)*, Porto, CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.



- Sousa, F. (2006) *A Real Companhia Velha: Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, Porto, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- Sousa, F., F. Vieira e J. Dias (2004) “A cobrança de impostos régios pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1772-1832)”, *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 1033-1046.
- Sousa, F. (2003) *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – Real Companhia Velha*, Porto, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- Sousa, R. (1999) *Moeda e Metais Preciosos no Portugal Setecentista (1688-1797)*, Lisboa, Dissertação apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa para obtenção do grau de doutor em História Económica e Social.
- Steensgaard, N. (1996a) “The Companies as a specific institution in the history of European expansion”, *Trade in the Pre-Modern Era, 1400-1700*, Vol 1, D. Irwin (ed.), pp. 98-117.
- Steensgaard, N. (1996b) “The Dutch East India Company as an Institutional Innovation”, *Trade in the Pre-Modern Era, 1400-1700*, Vol 1, D. Irwin (ed.), pp. 443-465.
- Tolbert, P. e L. Zucker (1999) “The Institutionalization of Institutional Theory”, *Studying Organizations Theory & Method*, edited by Steward R Clegg and Cynthia Hardy, Sage Publications pp. 175-190.
- Toms, S. (2008a) “‘Strangers and Brothers’: The Secret History of Profit, Value and Risk. An Inaugural lecture”, *University of York Working Paper* n.º 40.



- Toms, S. (2008b) “Calculating Profit: A Historical Perspective on the Development of Capitalism”, *University of York Working Paper* n.º 41.
- Vasconcelos, A., J. Santos, D. Bezerra e D. Silva (2008): “Uma Abordagem Histórica Acerca dos Avanços Contábeis Decorrentes das Reformas Implementadas pelo Marquês de Pombal na Administração Fazendária do Brasil-Colônia de 1777 a 1808”, *Contextus, Revista Contemporânea de Economia e Gestão*. Vol.6 - Nº 2 pp. 07-14.
- Vieira, F. (2008) “Frei João de Mansilha, Procurador da Companhia em Lisboa (1756-1777)”, *CEPESE – Revista do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade*, n.º 16, pp. 61-97.
- Vries, J. e A. Woude (1997) “Money and taxes, borrowing and lending”, *The First Modern Economy – Success, failure and perseverance of the Dutch economy - 1500-1815*, Cambridge University Press.
- Yamey, B. (2000) “The ‘Particular Gain or Loss Upon Each Article we Deal in’: an Aspect of Mercantile Accounting, 1300-1800”, *Accounting, Business & Financial History*, Vol. 10, N.º 1, pp. 1-12.
- Yamey, B. (1981) “Some Reflections on the Writing of a General History of Accounting”, *Accounting and Business Research*, Vol. 11, N.º 42 (Spring 1981), pp. 127-135.
- Zan, L. (2002) “Genres and Change in Writing Accounting History. A Comparasion between Accounting and Music Historiography”, *2nd Annual Conference of The European Academy of Management on Innovative Research in Management*, Estocolmo, Suécia, 9-11 de Maio de 2002.



Anexo 1: Aviso do Marquês de Pombal relativo às contas da *Companhia* (1761)

O Guarda Livros dessa Companhia João Frederico de Hecquenbergh desde que chegou a esta Corte teve na Junta da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão as sucessivas conferencias em q precebeo muito bem o methodo simples, claro e succinto com que a Junta da mesma Companhia havia tomado ao provedor, e deputados seus Antecessores as contas das suas gestões nos primeiros quatro annos da fundação, e havia também dado aos Accionistas o calculo dos seus interesses no referido quadriennio.

De tudo resultarão as duas Minutas que VM^{ce} achará incluzas nesta carta, na conformidade das quaes, Ordena S Mag^{te} que a Junta fassa armar, e concluir as sobreditas duas contas: Fazendo encher os sifrões que vão em branco com o que constar dos Livros respectivos: Examinando estas para que tudo vá escriturado com a exactidão que he indispensavel em hum tão authorizado estabelecimento: E deputando [sic] a Junta hum livro separado para se lansarem as sobreditas contas do primeyro quadriennio que acabou com o Mês de Dezembro de mil setecentos e sessenta,, e para sucessivamente se hirem lançando no fim de cada hum dos annos que forem decorrendo as contas a elles pertencentes, sem interrupção, e sem mistura de outro algú calculo.

Para o Edital que a Junta deve logo mandar afixar nos Lugares públicos, ao fim de chamar os Accionistas para lhes anunciar o que tem lucrado os seus Capitaes, e lhes satisfazer os seus respectivos contingentes, vay também hua minuta semelhante a do outro Edital que publicou a referida Junta da Companhia Geral do Grao Pará, e Maranhão para os ditos fins.

A este respeito devo participar a VM que S Mag^{de} he servido, que o referido methodo fique sempre inalterável, e q por elle se lanse, e publique no Mes de Janeyro de cada hum Anno a conta do Anno proximo precedente, sem a menor alteração, ou seja em q.^{to} ao methodo ou em quanto ao tempo. Registrando-se a esse fim esta na frente do livro separado que há de servir para as sobreditas contas; e também nos mais livros da Companhia onde pertencer.

O mesmo Snr he servido outro sy que a Junta fassa lançar hum duplicado desta primeyra conta em hum livro separado, que me será remetido para se colocar nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reyno, à qual a mesma Junta hira remetendo no fim de cada Anno as contas que for dando na mesma forma para se hirem lançando no



mesmo Livro pellos Officiaes que S Mag^{de} nomear para este effeito, a fim de que ao mesmo Snr seja presente sempre o estado em que se acha essa importante companhia.

O que tudo VM fara presente na Junta para q assim se execute.

Deos guarde a V M^e Sitio de Nossa Snr^a da Ajuda a 31 de Agosto de 1761 =
Conde Oeyras =

S^r Vicente de Noronha Leme Cernache

Nota: em anexo figura efectivamente uma cópia da “Demonstração do Estado da Comp^a Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 31 de Dezembro de 1760, e distinção dos lucros da mesma companhia desde o seu princípio em 15 de Setembro de 1756 até o dia referido.

Considerandosse que muitos dos interessados nas Companhias não são Negociantes, e que he conveniente que a todos se faça patente o estado de seus interesses por hum modo perceptível ainda aos que não tem pratica de contas mercantiz, e Balanços se julgou[?] ser o método mais adequado para este cazo aquelle de que se uza na demonstração junta do Estado da Companhia Geral do Gram Para e Maranhão.

Da parte direita se expõem em rezumo o Debito da Companhia com especificação do Capital, do lucro em cada genero de negociação, anno por anno, e das dividas particulares. Cada huma das addições vay numerada, para q hum semelhante numero em frente da parte esquerda sirva[?] de apontar mayor explicação daquella parcella q cabe na front.^e de hum extrato.

Acabado o debito segue em tudo com a mesma formalid.^e o credito da Companhia, na qual se juntao os effeitos que ella possui para prefazer juntamente a a quantia do seu debito. Estes effeitos constão do valor das mercadorias que se achao em ser em cada hum dos Payzes de fora e na própria Cid.^e onde esta o governo principal da Companhia; como tambem dos Navios Bens Moveis, e de Raiz, e outros, tudo regulado pelo seu legitimo custo. Acaba o credito com o dinheiro effectivo que há em Caixa.

A utilid.^e deste método consiste na clareza que resulta de se relatarem seguidamente da parte direita, e com muy poucas palavras, som.^e os objectos essenciais



da Conta, quais[?] sao, por huma parte o Capital, lucros, e dividas passivas; e pela outra os effeitos q ha para pagar este debito; [palavra ilegível] o lado esquerdo para as explicações, as quais posto que essenciais, serviraó de alguma confusao no lugar das quantias. Os interessados que forem instruídos nas materias do commercio, e se quizerem inteirar miudamente[?] das Contas, podem ver o Balanço extrahido do livro da razaó, assim[?] neste livro, como nos outros, as contas par.tes espregeção desse Negocios.

Este método he applicavel a qualq.r género de contas, e naó[?] só[?] as da Comp.^a Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Segundo[?] a idea que se pode formar dellas poderá observarse na sua demonstração a ordem seguinte, aumentando, ou limitando, o que requerem as mesmas Contas.

Débito da Companhia	
Capital de tantas acções	G
Lucros no anno de 1757	
<p>Especificando os lucros em Carregacoens p.^a o Rio, p.^a a Bahia, para Pernambuco, p.^a os Paizes Estrang.^{ros} em vinhos de Feitoria, em vinhos de Ramo, aguas ardentes, vinagres, em juro cobrados por anticipacoens de dinheiros aos lavradores, e outros mais q.^m ganhos, segundo a sua diversa natureza. A perda q deixou algú género de neg.^{co} como tambem as despesas geraes da Comp.^a, e outra qualq.^r diminuicaó de lucros, se lançan depois dellas em [palavra ilegível] de dentro p.^a se abatarem, e sahir fora com o ganho líquido</p> <p>NB: Os ganhos líquidos se tiraó com separacaó de conta, ou contas de lucros, que há no livro de razaó, os não liquidados se regulao por orçamento prudente, tendo depois cuidado de os ajustar as contas [palavra ilegível] que se dá em ser no Crédito da Comp.^a como abaixo se dirá</p>	G
Lucros no anno de 1758	
Assim se [palavra ilegível] segundo os lucros, anno p. anno [palavra ilegível] perdas	G
Dívidas a particulares	



Se forem todas do anno [palavra ilegível] se porá o total dellas em hua só adição [palavra ilegível] mas se forem diferentes, como p. ex de Compras de effeitos; de dinheiro tomado a juros, etc. se dirá par. tes huma a quantia total devida [palavra ilegível] por dividas	℔
	100 000\$000
Crédito da Companhia	
Mercadorias que existem em ser nas capitanias[?]	
Em poder dos Administradores do Rio	℔
Em poder do da Bahia	℔
Em poder do de Pernambuco	℔
Em poder do de Santos	℔
NB: O valor das mercadorias em ser de deve compor do custo. O gasto das Carregaçoens remetidas, de que ainda naó tem vindo as contas de venda, aumentado do lucro, q. ^e se regula por orçamento; abatidas de huma outra couza[?] as remessas que se tem recebido à conta	
Mercadorias que existem em ser neste Reyno	
Com destinação (se poder ser) do vinho da Feitoria, do vinho de ramo, agoasardentes, vinagres, do que se recebe na Provincia, e do que esta para vender em Lisboa	℔
Vazilhas que existem em ser	
Em hua adição da parte esquerda se pode explicar o numero ou outras circunsstancias dellas; o que custarão; a quantia em que se entrarão no serviço	℔
Despezas que não vaó em perda, e se ham de carregar nas Contas a que pertencem	℔
Bens moveis, e de Raiz	
O que houver pelo seu custo	℔
Dívidas à Companhia	
Com a mesma destinação apontada nas Dividas passivas	℔
Dinheiro	
O que houver em Caixa	℔



	100 000\$000
No fim desta demonstração se dará outra muito mais resumida, que aonte somente os objectos capitais da conta, como se ve no extracto da Comp. ^a do Gran Para.	

Fonte: AHOP, MR 35 “Negócios da Companhia: Cópia do Aviso que fez o I M.^{mo} e Ex.^{mo} Snr Conde Secretario de Estado ao Provedor e Deputados da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro”.



Anexo 2: Paralelo dos lucros da *Companhia* (1756-1784)

Quadrênios	Annos	Lucros ⁽¹⁾	Somas	Entrada do segundo fundo ⁽²⁾	Compras de ações	Valor dos empates anuais da Comp. ^a em v ^o x ^a ⁽³⁾	Observações
1º	1757 1758 1759 1760	39 936.378 56 596.881 63 674.274 95 987.819	256 195.352				Avalizando os lucros do anno de 1760 achei que o grande excesso que avia entre elle, comparando com os dos 3 annos anteriores, provinha de se terem acomullado neste anno todos aquelles que erão relativos aos antecedentes, mas que por se não terem apurado, não poderão sair em demonstracao, e por isso a circulação veio a ser quazi equal.
2º	1761 1762 1763 1764	70 102.061 76 886.671 47 685.402 68 620.784	263 294.918	92 000.000		Brazil - 594 397\$ Reino - 356 384\$	Examinando a cauza de que procedera o pequeno lucro do anno de 1763 em proporção dos maes, achei que proviera das deminutas vendas q se fizerão no Brazil e das perdas que ouveao no ramo dos v.os: Achavasse [?] a Comp. ^a nesta critica situação e foi percizada a solecitar o relunço [?] de huma nova suscrição p. ^a sustentar o empate do seu Com. ^o , que consta da coluna em frente; Esta suscrição se principiou em Abril de 1762, sendo a maior entrada em 1764, com a qual se restabelesseu em parte a circulação: porem ressentindosse ainda dos empates q tivera no Brazil, e das perdas de Guernessey.
3º	1765 1766 1767 1768	55 229.319 46 964.800 55 448.689 57 422.652	215 065.460	66 000.000			Não chegou nunca a egualar no 3º quadrênio; os lucros que tinha percebido nos preteritos; não obs. ^{te} continuar a suscrição do 2º fundo .
4º	1769 1770 1771 1772	63 649.951 44 720.000 58 460.000 58 580.000	225 409.951	50 000.000	143 673.920	Brazil - 284 886\$ Reino - 447 382\$	No ano de 1769 entrarão no 2º fundo 50 contos com os quaes se completou; teve a Comp. ^a no quadrênio piquenos lucros em v. ^o excepto no ano de 1771 com o Almirantado Britanico; porem usou da prudencia de não augmentar o Empate do Brasil: apuradas e suportadas as perdas d'aquelle Continente, ficou ate o fundo da Comp. ^a maes proporcionado, e o seu empate, no fim do quadrênio, reduzido à soma demonstrada na Coluna emfrente - ficarão no cofre sem Giro no anno de 1770 - 212 558\$920 - e ficou reduzido o empate no Reino; ao demonstrado na 4ª caza da Coluna respectiva
5º	1773 1774 1775 1776	119 393.081 62 369.000 62 039.000 97 607.740	341 408.821	0.000	39 394.640 ⁽⁴⁾	700 579.000	Este quadrênio he a epoca das Confiscacoes, a sim como o dos Lucros maes avultados, que a Comp. ^a tem tido em todo o giro do seu Com. ^o : a cauza he obvia e não carese de explicacoes - o Com. ^o dos vinhos de Embarque cresceu [?] avultadissimam. ^a do anno de 1776 em diante, por causa da guerra da Europa - e por essa cauza se principiou a regular melhor o seu depozito.
6º	1777 1778 1779 1780	83 202.515 110 644.680 88 529.081 116 038.239	398 414.515		5 006.000	402 206.063 281 000.000	Ja antes deste quadrênio tinhao principiado as mutilações, porem nesse se repetiu esta operação, no an [sic] de 1777 - no fim do mesmo anno, era o empate geral da Comp. ^a na forma que se demonstra na Coluna emfrente - Vendia a mesma p. ^a 12 064 de Embarque; quando a soma proporcional da venda não excedia anno comum, de 2 991; o grande lucro do anno de 1778 Consetiu tambem em v. ^o de Embarque, nos quaes realizou a Comp. ^a 66 contos - Os maiores lucros no anno de 1780 forão em aguas ardentes, em cujo art. ^o ganhou a Comp. ^a 28 contos; em v. ^o com o Almirantado Britanico 18 contos, e em Carregações do Brazil 13 - .
7º	1781 1782 1783 1784	111 128.561 97 030.617 130 491.783 1784	338 650.961			279 302.939	Neste quadrênio, os grandes lucros do anno de 1781 consetirao em v. ^o de Ramo, nos quaes realizou a Comp. ^a 42 Contos, e em Aguas Ardentes - 32 - No anno de 1782 ouve hum grande desfalco nos lucros das aguas ardentes causada pella esterlid. ^a da producao de v. ^o de Ramo; e só percebeu a Comp. ^a naquelle g. ^o 6 559\$000 e neste 23 588\$000; os v. ^o da Feitoria e Almirantado produzirão o lucro principal do referido anno - o empate g. ^o no Comercio fica demonstrado na casa correspondente.

Fonte: AHOP, Ministério do Reino MR 35 "*Negócios da Companhia...*"; Doc. N.º 21: "*Parallelo dos Lucros da Comp.^a Geral do Alto Douro, e da Sirculação progressiva do seu fundo com as observaçoens rellativas ás variaçoens mais aparentes acontecidas nos sete quadriênios da sua Adm.^{am}*"



Notas ao anexo 2.:

- (1) Com excepção dos valores respeitante a 1783, todos os restantes coincidem os lucros anuais expressos nos *Estados da Companhia*. O valor de 130 491\$783 corresponde a uma estimativa dos lucros da Companhia desde 01 de Janeiro de 1783 até 30 de Junho de 1784, produzida para suprir a falta de contas respeitantes a esse período, que se verificava no Verão de 1784, quando Luis Pinto de Sousa Coutinho começou o exame. Na realidade o lucro de 1783 ascendeu a 88 423\$629 e o de 1784 a 62 694\$000. A propósito da estimativa dos lucros de 1783 e 1º semestre de 1784 vide AHOP, Ministério do Reino MR 35 "*Negócios da Companhia...*"; Doc. N.º 5 "*Estimação das perdas calculadas...*".
- (2) Valores globalmente conformes com os *Estados* anuais da *Companhia*, pese embora estes registem a entrada de 113 600\$000 no quadriénio de 1761 a 1764 e 44 400\$000 no quadriénio de 1765 a 1768.
- (3) Os valores respeitante aos anos de 1774, 1777, 1780 e 1782 correspondem exactamente, ou com diferenças inferiores a 1 000\$000, ao valor total das existências de vinho de embarque, de ramo, de aguardentes e vinagres da *Companhia*, tal como constantes nos seus *Estados* anuais. Os valores respeitantes a 1763 e 1772 identificados como "Reino" têm também aquela natureza, ao passo que os valores identificados como "Brasil" se referem aos créditos activos da Companhia nos três portos Brasileiros que explorava à época: Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco. Os valores de 1772 estão conforme os *Estados* anuais da Companhia, mas os valores respeitantes a 1763 estão sobrevalorizados em 16 000\$ comparativamente com os que figuram nos *Estados da Companhia* no que concerne ao "Reino" e em 65 976\$, no que concerne ao "Brasil".
- (4) Valor rasurado no documento original. Pode significar 49 394\$640.

**Anexo 3: Mapa das dívidas passivas da Companhia (1784)***Valores em réis*

	Valor	Notas
Pello que deve a Companhia		
aos Lavradores do Vinho de Emb.e	91 447.975	
aos De Vinho de Ramo	165 197.970	
aos Accionistas Resto de Reparticoens	21 886.948	
a Direitos da Alf. ^a por entrada resto de 1783	690.765	
ao cofre da contribuição da Barra de Aveiro	86 636.219	
ao cofre do Depozito geral desta cidade	21 756.280	
ao cofre dos meios sobejos da Ponte de Coimbra	11 899.983	
a varios Dir. ^{tos} rematados q' tem a Comp. ^a recebido	4 858.250	
aos Tanoeiros	4 104.000	
á Siza da Cidade	569.173	
a Canadas do Bispo e Marques	850.633	
á Siza da Maya	418.289	
á dita de Gondomar	228.680	
á dita de Lordello de Bouças	195.569	
ao Subsidio Millitar	66 026.249	
á Siza de Aguiar de Souza	11.491	
á Impoz. ^{am} de Matosinhos e Lessa	117.339	
a Entradas dos Vinhos	1 170.858	
á Siza de S. João da Fós	187.200	
á Imposição da Cidade	321.873	
a ver o pezo	1 221.352	
a Real d Agoa	7 249.474	
ao Subsidio Literario	16 988.970	
á Siza de Matos. ^{os} e Lessa	320.612	
ao Real aplicado para a Camara do Porto	55 708.600	
Pello q' se calcula dever a Comp. ^a aos diferentes Dir. ^s por entrada e		
consumo dos seus generos nos 18 Mezes athe o 1º		
de Julho deste Anno em compar.am dos antecend.s	66 000.000 ✓	(1)
Idem aos Dir.tos da Aldf. ^a por entrada sm. ^{da} nos		
ultimos 6 Mezes, por se reputarem pagos os outros		
segundo o estillo da Alfandega	7 500.000 ✓	(1)
Idem a diversos Proprietarios de Armazens		
por alugueres de hum anno por se reputarem		
pagos os dos primeiros 6 Mezes	12 000.000 ✓	(1)
Diferença não explicada	-80.000 ✓	(2)
Soma.. Rs	645 484.752	

Fonte: AHOP, Ministério do Reino MR 35 “Negócios da Companhia...” Doc. N.º 31: “Mapa das dividas passivas que deve neste dia a Companhia Geral do Alto Douro a varios declarandose particullarmente as suas naturezas cuja soma prefas a verba de Rs 645:484\$752. contemplada no debito de Balanço vollante do estado da mesma Companhia tirado no primeiro de Julho do mesmo Anno de 1784”.



Notas ao anexo 3:

- (1) Atendendo a que as últimas contas disponíveis, à data do exame eram as referentes a 31 de Dezembro de 1783, de Luis Pinto de Sousa Coutinho optou por estimar alguns valores de forma a formar uma imafem das dívidas passivas em 30 de Junho de 1784.
- (2) Diferença entre a soma algébrica das parcelas (645 564\$752) e o valor apresentado como totalizador do documento (645 484\$752). Pode dever-se a um erro de transcrição das parcelas para o mapa apresentado neste anexo, ou a um erro na soma das mesmas.

**Anexo 4: Lucros acumulados e repartidos (1757-1784)**

		Da coluna em frente fica demonstrado, q'os lucros que teve a Comp. ^a geral do Douro em 27 1/2 ann. ^s athe o ultimo de Junho de 1784	Valor
		Importam a quantia de	2 038 439.978
1 757	39 936.378	Say cada anno g. ^{al} mente a	74 125.090
1 758	56 596.881	E corresponde annoalmente a 1720 Acçoens de seu Fundo a reção de	10 133/172 p.r cento
1 759	63 674.274		
1 760	95 987.819	Porem este calculo não pode servir de Regra verdadeira porquanto as 1720 Acçoens supostas, não entrarão logo a vencer no Fundo da comp. ^a desde a sua criação, havendo na sua entrada diferentes periodos de tempo, e por isso varea o methodo da Demonstração, que he exactamente a seguinte.	
	256 195.352		
1 761	70 102.061		
1 762	76 886.671	Em 1769 completouse o Fundo da Comp. ^a de 1720 Acçoens de 400\$000 R. ^a cada huma as quaes ganharão athe o fim do dito anno, que são treze depois da sua Instituição a quantia de	798 205.681
1 763	47 685.402	Toca a cada anno	61 400.437
1 764	68 620.784	Que repartidos pellas ditas 1720 Acçoens he o lucro que lhe compete quasi de	9% p. ^r C. ^{to}
	519 490.270	Comprida a Comp. ^a nos annos successivos de 1770_1771_1772_1773_1774_1775_1776_1777_1778_1779_1780_1781_1782_1783_1784_1785_1786_1787_1788_1789_1790_1791_1792_1793_1794_1795_1796_1797_1798_1799_1800_1801_1802_1803_1804_1805_1806_1807_1808_1809_1810_1811_1812_1813_1814_1815_1816_1817_1818_1819_1820_1821_1822_1823_1824_1825_1826_1827_1828_1829_1830_1831_1832_1833_1834_1835_1836_1837_1838_1839_1840_1841_1842_1843_1844_1845_1846_1847_1848_1849_1850_1851_1852_1853_1854_1855_1856_1857_1858_1859_1860_1861_1862_1863_1864_1865_1866_1867_1868_1869_1870_1871_1872_1873_1874_1875_1876_1877_1878_1879_1880_1881_1882_1883_1884_1885_1886_1887_1888_1889_1890_1891_1892_1893_1894_1895_1896_1897_1898_1899_1900_1901_1902_1903_1904_1905_1906_1907_1908_1909_1910_1911_1912_1913_1914_1915_1916_1917_1918_1919_1920_1921_1922_1923_1924_1925_1926_1927_1928_1929_1930_1931_1932_1933_1934_1935_1936_1937_1938_1939_1940_1941_1942_1943_1944_1945_1946_1947_1948_1949_1950_1951_1952_1953_1954_1955_1956_1957_1958_1959_1960_1961_1962_1963_1964_1965_1966_1967_1968_1969_1970_1971_1972_1973_1974_1975_1976_1977_1978_1979_1980_1981_1982_1983_1984_1985_1986_1987_1988_1989_1990_1991_1992_1993_1994_1995_1996_1997_1998_1999_2000_2001_2002_2003_2004_2005_2006_2007_2008_2009_2010_2011_2012_2013_2014_2015_2016_2017_2018_2019_2020_2021_2022_2023_2024_2025_2026_2027_2028_2029_2030_2031_2032_2033_2034_2035_2036_2037_2038_2039_2040_2041_2042_2043_2044_2045_2046_2047_2048_2049_2050_2051_2052_2053_2054_2055_2056_2057_2058_2059_2060_2061_2062_2063_2064_2065_2066_2067_2068_2069_2070_2071_2072_2073_2074_2075_2076_2077_2078_2079_2080_2081_2082_2083_2084_2085_2086_2087_2088_2089_2090_2091_2092_2093_2094_2095_2096_2097_2098_2099_2100_2101_2102_2103_2104_2105_2106_2107_2108_2109_2110_2111_2112_2113_2114_2115_2116_2117_2118_2119_2120_2121_2122_2123_2124_2125_2126_2127_2128_2129_2130_2131_2132_2133_2134_2135_2136_2137_2138_2139_2140_2141_2142_2143_2144_2145_2146_2147_2148_2149_2150_2151_2152_2153_2154_2155_2156_2157_2158_2159_2160_2161_2162_2163_2164_2165_2166_2167_2168_2169_2170_2171_2172_2173_2174_2175_2176_2177_2178_2179_2180_2181_2182_2183_2184_2185_2186_2187_2188_2189_2190_2191_2192_2193_2194_2195_2196_2197_2198_2199_2200_2201_2202_2203_2204_2205_2206_2207_2208_2209_2210_2211_2212_2213_2214_2215_2216_2217_2218_2219_2220_2221_2222_2223_2224_2225_2226_2227_2228_2229_2230_2231_2232_2233_2234_2235_2236_2237_2238_2239_2240_2241_2242_2243_2244_2245_2246_2247_2248_2249_2250_2251_2252_2253_2254_2255_2256_2257_2258_2259_2260_2261_2262_2263_2264_2265_2266_2267_2268_2269_2270_2271_2272_2273_2274_2275_2276_2277_2278_2279_2280_2281_2282_2283_2284_2285_2286_2287_2288_2289_2290_2291_2292_2293_2294_2295_2296_2297_2298_2299_2300_2301_2302_2303_2304_2305_2306_2307_2308_2309_2310_2311_2312_2313_2314_2315_2316_2317_2318_2319_2320_2321_2322_2323_2324_2325_2326_2327_2328_2329_2330_2331_2332_2333_2334_2335_2336_2337_2338_2339_2340_2341_2342_2343_2344_2345_2346_2347_2348_2349_2350_2351_2352_2353_2354_2355_2356_2357_2358_2359_2360_2361_2362_2363_2364_2365_2366_2367_2368_2369_2370_2371_2372_2373_2374_2375_2376_2377_2378_2379_2380_2381_2382_2383_2384_2385_2386_2387_2388_2389_2390_2391_2392_2393_2394_2395_2396_2397_2398_2399_2400_2401_2402_2403_2404_2405_2406_2407_2408_2409_2410_2411_2412_2413_2414_2415_2416_2417_2418_2419_2420_2421_2422_2423_2424_2425_2426_2427_2428_2429_2430_2431_2432_2433_2434_2435_2436_2437_2438_2439_2440_2441_2442_2443_2444_2445_2446_2447_2448_2449_2450_2451_2452_2453_2454_2455_2456_2457_2458_2459_2460_2461_2462_2463_2464_2465_2466_2467_2468_2469_2470_2471_2472_2473_2474_2475_2476_2477_2478_2479_2480_2481_2482_2483_2484_2485_2486_2487_2488_2489_2490_2491_2492_2493_2494_2495_2496_2497_2498_2499_2500_2501_2502_2503_2504_2505_2506_2507_2508_2509_2510_2511_2512_2513_2514_2515_2516_2517_2518_2519_2520_2521_2522_2523_2524_2525_2526_2527_2528_2529_2530_2531_2532_2533_2534_2535_2536_2537_2538_2539_2540_2541_2542_2543_2544_2545_2546_2547_2548_2549_2550_2551_2552_2553_2554_2555_2556_2557_2558_2559_2560_2561_2562_2563_2564_2565_2566_2567_2568_2569_2570_2571_2572_2573_2574_2575_2576_2577_2578_2579_2580_2581_2582_2583_2584_2585_2586_2587_2588_2589_2590_2591_2592_2593_2594_2595_2596_2597_2598_2599_2600_2601_2602_2603_2604_2605_2606_2607_2608_2609_2610_2611_2612_2613_2614_2615_2616_2617_2618_2619_2620_2621_2622_2623_2624_2625_2626_2627_2628_2629_2630_2631_2632_2633_2634_2635_2636_2637_2638_2639_2640_2641_2642_2643_2644_2645_2646_2647_2648_2649_2650_2651_2652_2653_2654_2655_2656_2657_2658_2659_2660_2661_2662_2663_2664_2665_2666_2667_2668_2669_2670_2671_2672_2673_2674_2675_2676_2677_2678_2679_2680_2681_2682_2683_2684_2685_2686_2687_2688_2689_2690_2691_2692_2693_2694_2695_2696_2697_2698_2699_2700_2701_2702_2703_2704_2705_2706_2707_2708_2709_2710_2711_2712_2713_2714_2715_2716_2717_2718_2719_2720_2721_2722_2723_2724_2725_2726_2727_2728_2729_2730_2731_2732_2733_2734_2735_2736_2737_2738_2739_2740_2741_2742_2743_2744_2745_2746_2747_2748_2749_2750_2751_2752_2753_2754_2755_2756_2757_2758_2759_2760_2761_2762_2763_2764_2765_2766_2767_2768_2769_2770_2771_2772_2773_2774_2775_2776_2777_2778_2779_2780_2781_2782_2783_2784_2785_2786_2787_2788_2789_2790_2791_2792_2793_2794_2795_2796_2797_2798_2799_2800_2801_2802_2803_2804_2805_2806_2807_2808_2809_2810_2811_2812_2813_2814_2815_2816_2817_2818_2819_2820_2821_2822_2823_2824_2825_2826_2827_2828_2829_2830_2831_2832_2833_2834_2835_2836_2837_2838_2839_2840_2841_2842_2843_2844_2845_2846_2847_2848_2849_2850_2851_2852_2853_2854_2855_2856_2857_2858_2859_2860_2861_2862_2863_2864_2865_2866_2867_2868_2869_2870_2871_2872_2873_2874_2875_2876_2877_2878_2879_2880_2881_2882_2883_2884_2885_2886_2887_2888_2889_2890_2891_2892_2893_2894_2895_2896_2897_2898_2899_2900_2901_2902_2903_2904_2905_2906_2907_2908_2909_2910_2911_2912_2913_2914_2915_2916_2917_2918_2919_2920_2921_2922_2923_2924_2925_2926_2927_2928_2929_2930_2931_2932_2933_2934_2935_2936_2937_2938_2939_2940_2941_2942_2943_2944_2945_2946_2947_2948_2949_2950_2951_2952_2953_2954_2955_2956_2957_2958_2959_2960_2961_2962_2963_2964_2965_2966_2967_2968_2969_2970_2971_2972_2973_2974_2975_2976_2977_2978_2979_2980_2981_2982_2983_2984_2985_2986_2987_2988_2989_2990_2991_2992_2993_2994_2995_2996_2997_2998_2999_3000_3001_3002_3003_3004_3005_3006_3007_3008_3009_3010_3011_3012_3013_3014_3015_3016_3017_3018_3019_3020_3021_3022_3023_3024_3025_3026_3027_3028_3029_3030_3031_3032_3033_3034_3035_3036_3037_3038_3039_3040_3041_3042_3043_3044_3045_3046_3047_3048_3049_3050_3051_3052_3053_3054_3055_3056_3057_3058_3059_3060_3061_3062_3063_3064_3065_3066_3067_3068_3069_3070_3071_3072_3073_3074_3075_3076_3077_3078_3079_3080_3081_3082_3083_3084_3085_3086_3087_3088_3089_3090_3091_3092_3093_3094_3095_3096_3097_3098_3099_3100_3101_3102_3103_3104_3105_3106_3107_3108_3109_3110_3111_3112_3113_3114_3115_3116_3117_3118_3119_3120_3121_3122_3123_3124_3125_3126_3127_3128_3129_3130_3131_3132_3133_3134_3135_3136_3137_3138_3139_3140_3141_3142_3143_3144_3145_3146_3147_3148_3149_3150_3151_3152_3153_3154_3155_3156_3157_3158_3159_3160_3161_3162_3163_3164_3165_3166_3167_3168_3169_3170_3171_3172_3173_3174_3175_3176_3177_3178_3179_3180_3181_3182_3183_3184_3185_3186_3187_3188_3189_3190_3191_3192_3193_3194_3195_3196_3197_3198_3199_3200_3201_3202_3203_3204_3205_3206_3207_3208_3209_3210_3211_3212_3213_3214_3215_3216_3217_3218_3219_3220_3221_3222_3223_3224_3225_3226_3227_3228_3229_3230_3231_3232_3233_3234_3235_3236_3237_3238_3239_3240_3241_3242_3243_3244_3245_3246_3247_3248_3249_3250_3251_3252_3253_3254_3255_3256_3257_3258_3259_3260_3261_3262_3263_3264_3265_3266_3267_3268_3269_3270_3271_3272_3273_3274_3275_3276_3277_3278_3279_3280_3281_3282_3283_3284_3285_3286_3287_3288_3289_3290_3291_3292_3293_3294_3295_3296_3297_3298_3299_3300_3301_3302_3303_3304_3305_3306_3307_3308_3309_3310_3311_3312_3313_3314_3315_3316_3317_3318_3319_3320_3321_3322_3323_3324_3325_3326_3327_3328_3329_3330_3331_3332_3333_3334_3335_3336_3337_3338_3339_3340_3341_3342_3343_3344_3345_3346_3347_3348_3349_3350_3351_3352_3353_3354_3355_3356_3357_3358_3359_3360_3361_3362_3363_3364_3365_3366_3367_3368_3369_3370_3371_3372_3373_3374_3375_3376_3377_3378_3379_3380_3381_3382_3383_3384_3385_3386_3387_3388_3389_3390_3391_3392_3393_3394_3395_3396_3397_3398_3399_3400_3401_3402_3403_3404_3405_3406_3407_3408_3409_3410_3411_3412_3413_3414_3415_3416_3417_3418_3419_3420_3421_3422_3423_3424_3425_3426_3427_3428_3429_3430_3431_3432_3433_3434_3435_3436_3437_3438_3439_3440_3441_3442_3443_3444_3445_3446_3447_3448_3449_3450_3451_3452_3453_3454_3455_3456_3457_3458_3459_3460_3461_3462_3463_3464_3465_3466_3467_3468_3469_3470_3471_3472_3473_3474_3475_3476_3477_3478_3479_3480_3481_3482_3483_3484_3485_3486_3487_3488_3489_3490_3491_3492_3493_3494_3495_3496_3497_3498_3499_3500_3501_3502_3503_3504_3505_3506_3507_3508_3509_3510_3511_3512_3513_3514_3515_3516_3517_3518_3519_3520_3521_3522_3523_3524_3525_3526_3527_3528_3529_3530_3531_3532_3533_3534_3535_3536_3537_3538_3539_3540_3541_3542_3543_3544_3545_3546_3547_3548_3549_3550_3551_3552_3553_3554_3555_3556_3557_3558_3559_3560_3561_3562_3563_3564_3565_3566_3567_3568_3569_3570_3571_3572_3573_3574_3575_3576_3577_3578_3579_3580_3581_3582_3583_3584_3585_3586_3587_3588_3589_3590_3591_3592_3593_3594_3595_3596_3597_3598_3599_3600_3601_3602_3603_3604_3605_3606_3607_3608_3609_3610_3611_3612_3613_3614_3615_3616_3617_3618_3619_3620_3621_3622_3623_3624_3625_3626_3627_3628_3629_3630_3631_3632_3633_3634_3635_3636_3637_3638_3639_3640_3641_3642_3643_3644_3645_3646_3647_3648_3649_3650_3651_3652_3653_3654_3655_3656_3657_3658_3659_3660_3661_3662_3663_3664_3665_3666_3667_3668_3669_3670_3671_3672_3673_3674_3675_3676_3677_3678_3679_3680_3681_3682_3683_3684_3685_3686_3687_3688_3689_3690_3691_3692_3693_3694_3695_3696_3697_3698_3699_3700_3701_3702_3703_3704_3705_3706_3707_3708_3709_3710_3711_3712_3713_3714_3715_3716_3717_3718_3719_3720_3721_3722_3723_3724_3725_3726_3727_3728_3729_3730_3731_3732_3733_3734_3735_3736_3737_3738_3739_3740_3741_3742_3743_3744_3745_3746_3747_3748_3749_3750_3751_3752_3753_3754_3755_3756_3757_3758_3759_3760_3761_3762_3763_3764_3765_3766_3767_3768_3769_3770_3771_3772_3773_3774_3775_3776_3777_3778_3779_3780_3781_3782_3783_3784_3785_3786_3787_3788_3789_3790_3791_3792_3793_3794_3795_3796_3797_3798_3799_3800_3801_3802_3803_3804_3805_3806_3807_3808_3809_3810_3811_3812_3813_3814_3815_3816_3817_3818_3819_3820_3821_3822_3823_3824_3825_3826_3827_3828_3829_3830_3831_3832_3833_3834_3835_3836_3837_3838_3839_3840_3841_3842_3843_3844_3845_3846_3847_3848_3849_3850_3851_3852_3853_3854_3855_3856_3857_3858_3859_3860_3861_3862_3863_3864_3865_3866_3867_3868_3869_3870_3871_3872_3873_3874_3875_3876_3877_3878_3879_3880_3881_3882_3883_3884_3885_3886_3887_3888_3889_3890_3891_3892_3893_3894_3895_3896_3897_3898_3899_3900_3901_3902_3903_3904_3905_3906_3907_3908_3909_3910_3911_3912_3913_3914_3915_3916_3917_3918_3919_3920_3921_3922_3923_3924_3925_3926_3927_3928_3929_3930_3931_3932_3933_3934_3935_3936_3937_3938_3939_3940_3941_3942_3943_3944_3945_3946_3947_3948_3949_3950_3951_3952_3953_3954_3955_3956_3957_3958_3959_3960_3961_3962_3963_3964_3965_3966_3967_3968_3969_3970_3971_3972_3973_3974_3975_3976_3977_3978_3979_3980_3981_3982_3983_3984_3985_3986_3987_3988_3989_3990_3991_3992_3993_3994_3995_3996_3997_3998_3999_4000_4001_4002_4003_4004_4005_4006_4007_4008_4009_4010_4011_4012_4013_4014_4015_4016_4017_4018_4019_4020_4021_4022_4023_4024_4025_4026_4027_4028_4029_4030_4031_4032_4033_4034_4035_4036_4037_4038_4039_4040_4041_4042_4043_4044_4045_4046_4047_4048_40	

**Anexo 4. Lucros acumulados e repartidos (1757-1784) (continuação)**

N.os das adições correspondentes ao credito do Balanço	Mapa da estimação das perdas calculadas e dos desfalcos que se podem conjecturar nas Adições do Credito da Companhia expostos no Balanço N. 4º no caso de finalizar o giro do seu comercio	
4	Em Edfícios em Monte Gordo	20 000.000
5	Em Edfícios no Pezo da Regoa	2 300.000
7	Em Armazens do Pinhão	960.000
8	Em Alambiques, e Petrexos das Fabricas	3 550.000
9	Em Cascos de Pipas	14 255.990
10		
11		
13		
14		
15		
16		
		41 065.990
22	Em Navios que a Companhia possui	690.000
23	Em Dividas mal paradas e falidas	20 962.610
24	Em dito	4 949.316
25	Em dito	2 885.350
		70 553.266
28	Em dinheiro que passou do cofre da Rellação	6 860.000
29	Em dinheiro dado a juro de sinco por cento	3 166.000
30	Em dito dado a juro de tres por cento	131.000
33	Despeza do Tombo quantitativo	1 384.213
		82 094.479
35	Devedores em Lisboa	36.000
36	Ditos em Motegordo	2 800.000
39	Em Barcos de Pesca do Algarve	1 750.000
40	De varios correspondentes da Gram Bretanha	823.268
		87 503.747
42	Devedores da Gram Bretanha falidos	12 265.693
45	Pelo que supoem falido, ou mal parado no Baltico e outros Portos do Norte em Dividas antiquadas	51 325.222
52	Pello que ficarão devendo os Administradores removidos no R:	44 676.123
53	Por alguns restos malparados que se supoem na Bahia, Pernambuco, Paraiba e Pará	3 473.853
54		
55		
56		
59		
61	Pella Divida que consta desta Adição	5 991.712
	Total da Dedução R.º	205 236.350

Fonte: AHOP, Ministério do Reino MR 35 "Negócios da Companhia..."; Doc. N.º 6: "Lucros desde o anno de 1757 até o prezente de 1784".



Anexo 5: Contas de ‘lucros’ e ‘perdas’ utilizadas (1756-1826)

Contas agregadoras	Contas utilizadas	1756	Lucros	1826
Carregações para o Brasil	Carregacoens para o Rio de Janeiro			
	Carregacoens para a Bahia			
	Carregacoens para Pernambuco			
	Carregacoens para Paraíba			
	Carregacoens para Santos			
Vinho de Ramo	Carregacoens para o Rio, Bahia e Pernambuco (indistintamente assim descritas)			
	Vinho de ramo vendidos			
Aguardente	Vinho de ramo nas tavernas do Douro			
	Vendas de agoa ardente (prova de azeite e redonda)			
	Vendas de agoa ardente ao retalho em Guimarães			
	Vendas de agoa ardente ao retalho em Ovar e Aveiro			
Vinho de Embarque	Vendas de agoa ardente pelo commissario das fabricas da Cordinham			
	Vinhos de embarque vendidos			
	Carregacoens para Inglaterra			
Aduelas, arcos e barras de ferro	Junta nova			
	Vendas de aduelas			
	Aduelas (de Hamburgo, da Rússia e fabricadas no Reino)			
Outros géneros / outros destinos	Arcos e barras de ferro			
	Carregacoens para Lisboa			
	Vendas de apucar e algodão de Pernambuco e Bahia			
	Generos para Petersburg (agucar, azeite, limões, cortiga)			
	Generos de Petersburg (ferro, linho, trigo, lonas, etc.)			
	Trigo, centeio, e linho de Archangel			
	Generos de Riga (linho, trigo, centeio)			
	Generos para Riga (vinho, apucar)			
	Vendas de géneros de Nova York (peixe e aduelas)			
	Vendas de vinho em Hamburgo			
	Vendas de vinho em Amsterdam			
	Vendas de vinho e outros em Archangel			
	Vendas de vinho em Ferrol			
	Vendas de vinho em Dublin			
	Carregacao de Copenhaga para Bergen			
	Carregacoens para Stocholm			
	Carregacoens para Elseneur			
	Tabaco da Bahia			
	Cortiça			
	Trigo de Inglaterra			
	Taboado e Lousa para o Faial			
	Azeite doce (avanço)			
	Linho de Dansig			
	Viagens do Navio S Lourenço			
	Carregacao para Montegordo (trigo)			



Anexo 5: Contas de ‘lucros’ e ‘perdas’ utilizadas (1756-1826) (continuação)

Contas agregadoras	Contas utilizadas	1756	Lucros	1826
Juros e ágio	Juros cobrados a diversos			
	Juros/ágio na compra de papel moeda			
Outros	Frete cobrados			
	Aluguer das cazas da Marinha			
	Remanescente da Intendencia de Vinho de embarque			
	Aluguer de diversos lambiques e cazas para a destilação de agoardente			
	Comp*			
	Diferenças de câmbio			
	Confisco de vinho, aguardente e de cascos			
	Custos de sentenças recebidas			
	Restituições			
	Prêmios por recebimentos atrasados			
	Cobrança de seguros			
	Dívidas incobráveis			
	Venda de ações			
	Venda de cazas da Companhia na Regoa			
	Barcas de Vila Real de São António			
	Efeitos de Monte Gordo (venda de património que não estava em uso)			
	Remessas de dinheiro do Brasil			
	Acerto à contribuição extraordinária de defeza			
Acertos	Acerto de lucros			



Anexo 5: Contas de ‘lucros’ e ‘perdas’ utilizadas (1756-1826) (continuação)

Contas agregadoras	Contas utilizadas	1756	Perdas	1826
Carregações para o Brasil	Carregacoens da Pernambuco para a Bahia			
	Carregacoens da Bahia para o Rio de Janeiro			
	Carregacoens da Bahia para Pernambuco			
	Carregacoens do Rio para Pernambuco			
	Perda numa carregação para o Pará			
	Perda em carregacoens do Pará			
	Acerto de carregacoens para as Americas (Brasil)			
	Acerto de carregacoens para o Rio de Janeiro			
	Acerto de carregacoens para a Bahia			
	Acerto de carregacoens para Pernambuco			
	Acerto de carregacoens para Santos			
Vinho de Ramo	Perdas em Vinho de Ramo			
Aguardente	Agoa ardente Prova de Azeite			
	Agoa ardente Prova redonda			
Vinho de embarque	Perda em carregacoens para Londres			
	Perda em carregacoens de vinho de embarque			
	Perda em carregacoens para Liverpool			
Outros géneros/outros destinos	Perda em Carregacao para Lisboa			
	Perda em carregacoens para Amsterdã			
	Perda numa carregacao para Riga			
	Perda numa carregacao de Generos de S Petersbourg			
	Perdas na negociacao para a Azia			
	Perda em carregacoens para Guernzey			
	Perda em carregacoens para Portsmouth			
	Perda em carregacoens para Jhult			
	Perda em carregacoens para Stettin			
	Perda em carregacoens para Dansig			
	Perda em carregacoens para S Petersbourg			
	Perda em carregacoens para Drontheym			
	Perda em carregacoens para Dublin			
	Perda em carregacoens para Plymouth			
	Perda em carregacoens de Archangel			
	Perda em carregacoens para Archangel			
	Perda em carregacoens para Coningsberg			
	Perda em carregacoens para Amsterdam			
	Perda em carregacoens para Philadelphia e Nova York			
	Perda em carregacoens para Nova York			
	Perda em carregacoens para Hamburgo			
	Perda em carregacoens para Copenhaga			
	Perda em carregacoens para Stockolm			
	Ferro de Stettin			
	Acerto nas carregacoens para Lisboa			
	Perda na carregacao para Elseneur			
	Perdas na venda de prata			



Anexo 5: Contas de ‘lucros’ e ‘perdas’ utilizadas (1756-1826) (continuação)

Contas agregadoras	Contas utilizadas	1756	Perdas	1826
Ordenados, gratificações e comissões	Ordenados dos ministros e oficiais da Junta			
	Ordenado do Procurador em Lisboa			
	Ordenados dos ministros e oficiais no Douro			
	Gratificação de bom serviço			
	Comissoens da Junta			
	Comissao do agente em Londres			
Desp. miúdas / desp. gerais	Despesas miúdas / gerais			
Miscelânea (despesas recorrentes)	Despesas feitas no principio da Companhia			
	Alugueres de casas no Porto			
	Ordenados e alugueres			
	Armazens e salários dos tanceiros em Lisboa			
	Despesas na compra de vinhos			
	Despesas do Procurador Legado			
	Despesas com cauzas da Companhia			
	Alugueres, salários e comissões (misturadas)			
	Tombo e demarcacoes			
	Despesas feitas no Rio			
	Consertos nas casas do Despacho e Contadoria			
	Comissões de receber e pagar dinheiro (0.5%)			
	Desconto de pronto pagamento			
	Diferenças de câmbios			
	Despesas em causas			
	Conduções de dinheiro para o Porto			
	Ministros da devassa no Douro			
Juros e ágio	Juros pagos a pessoas			
	Desconto de dinheiro papel			
	Ágio de dinheiro de metal vindo da Gram Bretanha			
Dimi. do valor dos Cascos	Diminuição no valor dos cascos das pipas			
Dívidas perdidas	Em dívidas perdidas			
	Dívidas perdidas			
	Dívidas do Rio de Janeiro			
Lucros para amortizar	Lucros para amortizar na conformidade das Reaes Ordens			



Anexo 5: Contas de 'lucros' e 'perdas' utilizadas (1756-1826) (continuação)

Contas agregadoras	Contas utilizadas	1756	Perdas	1826
Outros	Perdas no Motim de 1757			
	Conserto da Ponte da Curvasseira			
	Linho queimado em Petersburg			
	Aduellas vindas de Londres (tomadas pelos galagos)			
	Décima dos lucros			
	Carregacao da Curveta N S do Carmo			
	Carregacao do hiate St. Ant. das Almas			
	Carregacao dos navios Madre de Deos e Viriato, Guia, e Santo António			
	Dinheiro perdido na viagem (naufrágios)			
	Curveta N S do Carmo			
	Curveta Rio Tamega			
	Venda da Curveta Rio Douro			
	Bergatim Rio Tua			
	Naufragio da Curveta N S. do Loreto			
	Indemnização ao contratador do Sal (1759)			
	Mobílias para as cazas novas na Regoa			
	Compra de um privilegio			
	Negociação de Monte Gordo			
	Ediffícios em Vila Real de Santo António			
	Custo dos armazens da Companhia no Douro e fabricas de destilacao de agoas ardentes			
	Negociação de Monte Gordo			
	Preços dos vinhos sequestrados			
	Contribuição extraordinária de Guerra			
	Donativo para a expedição ao Brazil			
	Donativo pela restauração			
	Dinheiro falso			
	Saque do exercito francêz			

Fonte: Arquivo da CGAVAD, "1º e 2º livro de balanços" - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5

Notas: Os espaços preenchidos sinalizam a utilização da conta no ano em causa, entre 1756 e 1826. As contas agregadoras são da nossa autoria, não existem nos documentos originais.



Anexo 6. Contas de ‘débito’ e ‘crédito’ utilizadas (1756-1826)

Contas agregadoras	Contas utilizadas	1756	Crédito da Companhia	1826
Terceiros	Dívidas de particulares			
Dinheiro e efeitos do Brasil	Em poder dos administradores no Rio de Janeiro			
	Em poder dos administradores na Bahia			
	Em poder dos administradores em Pernambuco			
	Em poder dos administradores no Pará			
	Em poder dos administradores em Paraíba			
	Em poder dos administradores em Santos			
	Dívidas nas mãos dos Administradores removidos no Rio de Janeiro			
	Dívidas nas mãos dos Administradores removidos em Pernambuco			
Dinheiro e efeitos na Inglaterra	Almirantado da Grã Bretanha			
	Em poder do correspondente em Inglaterra			
Dinheiro e efeitos em Lisboa	Em poder do correspondente em Lisboa			
	Mercadorias em Lisboa			
Outros efeitos	Em poder do administrador em Nova York			
	Em poder do administrador em Philadelphia			
	Em poder do correspondente em Amsterdã			
	Em poder do correspondente no Báltico			
	Em poder dos administradores em 7 portos do Báltico			
	Em poder do correspondente em Ferrol			
	Em poder do correspondente em Dublin			
	Em poder do correspondente em S Petersburg			
	Em poder dos administradores em Hamburgo			
	Negociação para a Ásia			
	Géneros na Rússia			
	Géneros em Nova York			
	Dívidas em Vila Real de Stº António			
	Pipas e vazilhas			
Mercadorias nesta cidade e Douro	Vinhos de embarque			
	Vinhos de ramo			
	Agoasardentes			
	Vinagres			
	Vinho de Ramo para destilar			
	Vinhos de ramo para as tavernas no Douro			
	Pau Amarelo			
	Ferro, Carvão, Taboado, Pólvora			
	Açúcar			
	Ferro da Suécia e de S Petersburgo			
	Aduellas			
	Arcos de ferro			



Anexo 6: Contas de ‘débito’ e ‘crédito’ utilizadas (1756-1826) (continuação)

Contas agregadoras	Contas utilizadas	1756	Crédito da Companhia	1826
Propriedades da Companhia	Curvetas			
	Cazas e móveis nesta cidade e no Pezo da Regoa			
	Armazens no Pinhão			
	Edifícios grandes em Villa Real de Santo António no Reyno do Algarve			
	Armazens no Caes do Tua			
	Armazens do Lago			
	Armazens do Vimieiro			
	Armazens de Miragaia			
	Registo no Caes do Bernardo			
	Fabrica dos arcos de ferro e verguinha			
	Bombas de fogo			
	Ferramenta e mais preparos da tanoaria			
	Barcas enviadas para Monte Gordo			
	Lambiques e ferramenta para a destilação			
Dinheiro e prata	Dinheiro			
	Prata			
Accoens Compradas	Accoens compradas			
	Diferença injustificada			
(Terceiros)	(Dividas a particulares)			
Contas agregadoras	Contas utilizadas	1756	Débito da Companhia	1826
Capital	Do ano anterior			
	Entrada de novos accionistas			
Resultados	Resultados do ano			
	Lucros das 262 acções, que servirão para amortizar dividas perdidas			
	Resultados do ano anterior, que ficaram por distribuir			
CAPITAL	Total antes da distribuição			
	Dividendos a distribuir			
	Total ex-post			

Fonte: Arquivo da CGAVAD, "1^o e 2^o livros de balanços" - cota 6.2.005.10 lvs. 1 e 2 de 5

Notas: Os espaços preenchidos sinalizam a utilização da conta no ano em causa, entre 1756 e 1826. As contas agregadoras são da nossa autoria, não existem nos documentos originais.



Anexo 7. Livros do escritório e contadoria da *Companhia* (1784)

No escritório para a venda dos vinhos, Agoasardentes, vinagres, recebimentos, e pagamentos de dinheiro	
8 Livros diários dos Propostos do vinho de Ramo	O Livro Diário dos Propostos do Vinho de Ramo que Respeita até o anno de 1783 esta escripturado até o fim de Dezemb. ^{to} do Dito anno, faltandolhe taosom. ^{tes} os Rezumos de Marco emdiante q sevão continuando. Dito livro q Respeita a 1784 está escripturado até 26 de Agosto e faltandolhe os Rezumos q se escrevem no fim do anno
8 Livros de correntes com os ditos Propostos	Livro das Correntes com os Propostos de 1783 esta escripturado a final. Dito de 1784 escripturado em dia até o de hoje 26 de Ag. ^{to}
2 Livros Diários de venda de Agoas ardentes	Livro Deario de Vendas das Agoas Ardentes q precipiou em 1782 e corre actualm. ^{te} esta escripturado em duas até o de 26 de Ag. ^{to} .
4 Borroens do Cofre Geral	Livro Borrão do Cofre, de 1783 escripturado a final. Dito de 1784 escripturado em dia até o de 26 de Agosto
Na caza do Registo Geral para o lançamento de todos os Bilhetes de vinhos comprados	
13 Livros de correntes com os Lavradores de vinho de Ramo	Livros de Correntes com s Lavradores de vinho de Ramo dos annos de 1783 e 1784 estaos escripturados em dia conforme ao em q os Lavradores apresentao os seus escritos
5 Livros de correntes com os Lavradores do vinho de Embarq. ^a	Ditos de Correntes com os Lavradores de vinho de Embarque de 1783 e 1784 escripturado em dia na m. ^{mas} forma
6 Livros de Recibos do pagamento do V. ^o de Ramo	Ditos de Recibos de pagam.to do Vinho de Ramo, de 1783 e 1784 escripturado do m. ^{mo} modo em dia
2 Livros de Recibos do pagamento do vinho de Embarque	Dito do Pagam.to do Vinho de Embarque escripturado em dia tambem conforme o da Apresentação dos Escritos
Na caza da contadoria Geral para a escripturação de todos os Livros auxiliares, e depuração de todaz as contas, informacoens, e o may que se pede relativo à Contadoria como tambem a escripturacao dos livros do cofre, e correspondencia pertencente à economia	
7 Livros do Cofre escripturados pelos Deputados	O Livro do Cofre que precipiou em 1782 e q Corre actualm.te está escripturado athe o dia 4 de Agosto de 1783 pelo Deputado Antonio Joze da Cunha Reis [?] q disse hia continuando com a sua escripturação que não tinha concluido por occupado
8 Borroens da caixa	Os dois Livros Borroes da Caixa q respeitao a 1783 estaos escripturados hum pelo Debito e Credito athe o fim de Ag.to de 1783 e outro athe o m. ^{mo} dia, porem pelo debito esta já escripturado athe o fim de Setembro do d. ^o anno e disse o ajudante da Contadoria Joze da Costa de Alm.d. ^a e hia continuando com a Escrição
6 Borroens para a despesa Geral	Os dois Livros Borroes p. ^a a despesa G. ^{al} de 1783 estaos escripturados a final
2 Livros da despesa Geral	O Livro da Despesa Geral de 1783 escripturado a final
1 Livro para os ordenados em Geral	O Livro p. ^a os Ordenados em Geral está escripturado a final por 1783 ahé 6 de Abril de 1784
1 Livro particular das despesas de Embarque	Dito particular de despesas de Embarque escripturado som.te athe 12 de Abr de 1783 disse o off. ^{al} que continua a escripturação
1 Livro particular das despesas de Ramo	Dito de Despesas de Ramo escripturado athe 30 de Abril de 1783, tambem disse continuava a escripturação
1 Livro particular das despesas miudas	Dito de Despesas miudas escripturado athe o fim de Agosto de 1783, e que continuava a escripturação
1 Livro de Direitos Reaez	Livro de Direitos Reais escripturado em dias com titulos abertos e conforme o recebim. ^{to} ou pagam. ^o
1 Livro de Sizas rematadas	Dito das Sizas rematadas escripturado a final de 1783 e com 1784 pelas arematacoens q se fazem no principio do anno
1 Livro de Direitos de Alfandega por entradas e sahida	Dito de Direitos de Alfandega por intrada e sahidas escripturado a final pelo anno de 1782 e falta o de 1783 e declarou o off. ^{al} q sera pelo despachador não ter apresentado ainda a conta.
1 Livro de correntes particular com os comersiantes de V. ^o e Ag. ^{ta}	Livro de correntes particular com os Comerciantes de Vinho Agoaardente escripturado em dias conforme das obrigacoens dos devedores
1 Livro de corr. ^{as} particular dos Devedores a generos da Russia	Dito dos devedores a Generos da Russia escripturado em dias conforme o das dividas e pagam. ^{tos}
1 Livro de corr. ^{as} de dinhr. ^o a juro de trez por. ^{to} emprestado a Lavradores do Douro	Dito de Dinhr. ^o a juro de 3 por cento emprestado aos lavradores do Douro escripturado em dia conforme o da divida e pagam. ^{to}



Anexo 7: Livros do escritório e contaduría da Companhia (1784) (continuação)

Na casa da contaduría Geral para a escrituração de todos os Livros auxiliares, e depuração de todaz as contas, informacoens, e o may que se pede relativo à Contaduría como também a escrituracao dos livros do cofre, e correspondencia pertencente à economia	
1 Livro de correntes particular com os lavradores de Agoa ardente	Livro de Corr. ^{tes} com os lavradores de Agoardentes escriturado em dia
1 Livro de correntes particular com vinho verde comprado nesta cid. ^e	Dito com o V. ^o verde comprado nesta cidade escriturado em dia
1 Livro de correntes particular com vinagre comprado	Dito com vinagre comprado escriturado em dia
1 Livro de correntes com os commisarios da carreg. ^{am} do V. ^o de Embarque e Ramo, e da destillação de Agoas ardentes	Livro de correntes com os Comisarios da Carregação do Vinho de Embarque e Ramo e da Destilação de Agoas ardentes escriturado em dia conforme as contas dos commissarios
2 Livros de entradas dos Barcos do vinho de Embarque	Livro de entrada de Barcos de V. ^o de Embarque escriturado a final em 1783 e em 1784 se não acha escriturado declarando o off. ^{al} q so podia ser quando viessem escrituradas a despeza do escriptorio
1 Livro de entradas dos Barcos do vinho de metades	Dito de entradas de Barcos de Vinho de metades escriturado a final athe Agosto de 1783
1 Livro de entradas dos Barcos do vinho de Ramo	Dito de entradas de Barcos de Vinho de Ramo escriturado a final em 1783 e em 1784 só o pode ser quando vier a despeza do conforme disse o m. ^{mo} off. ^{al}
1 Livro do Registo de Agoasardentes	Livro de Registo de Agoas ardentes escriturado em dias
1 Livro do Registo dos Armazaens de Agoasardentes	Livro dos Registos dos Armazaens de Agoas ardentes está escriturado tão som. ^{te} athe 1776 e faltao lancarse os mais Mappas dos annos seg. ^{tes} e estão em poder do Off. ^{al} Fran. ^{co} Lamy o qual disse os não tinha lancado athe agora por estar ocupado em outros registos
1 Livro do Registo do Armazem do vinho de Embarque	Dito dos Armazaens de Vinho de Embarque está escriturado tão som. ^{te} athe o fim do anno de 1782 e não tem continuado a escrituracao pela molestia do off.al João da Costa Peixoto.
1 Livro dos Armazaens de vinho de Ramo	Dito de Registo de Armazaens do Vinho de Ramo escriturado athe o fim do anno de 1781 e não continua pela molestia do m. ^{mo} off. ^{al} conforme declararão na contaduría
1 Livro do Armazem do Vinagre	Dito de Armazaens de Vinagre escriturado som. ^{te} the o anno de 1781
7 Livros dos vinhos de Ramo vendidos em Arnellas	Livro de Vinhos de Ramo vendido em Arnellas em 1783 escriturado a final e o de 1784 está na mão do feitor donde não vem senão no fim do anno.
1 Livro de Recibos Geracoz	Livro de Recibos Gerais escriturado em dia the o de 26 de Agosto.
1 Livro de Contas correntes com Tanoeiros	Livro de contas corr.tes com tanoeiros escriturado em dia conforme as contas dos m.mos Tanoeiros q recebem o dinhr. ^o [?] quando apresentao os bilhetes
1 Livro de Contas correntes com alugueres de Armazaens dos generos da Comp. ^a	Dito de contas corr.tes com os alugueis dos Armazaens dos Generos da Comp. ^a escriturado athe 23 de Agosto corr. ^{te}
1 Livro de Despezas q se fazem com a importantissima obra do Rio Douro	Livro de Despezas q se fazem as Obras do Douro escriturado a final em 1783 e em 1784 so pode ser quando os Inpectores derem as contas q he no fim do anno.
2 Copiadores de cartas Portuguezas p. ^a o Norte	No Copeador das cartas Inglezas p. ^a o Norte esta copiada a ultima carta em 13 de Agosto corr. ^{te} e disse o Off. ^{al} forão as ultimas q se mandarão p. ^a Inglaterra. Estas cartas passã p. ^a outro livro ou copeador traduzidas em Português e faltao as traduçoens de algumas q o caixeiro da contaduría João Peixoto da S. ^a disse estava fazendo
1 Copiador de cartas Inglezas e Françaças p. ^a o Norte	No Copeador das cartas francesas p. ^a o Norte se acha escriturada a ultima carta de 10 de Julho do anno q Corre e estas cartas também são traduzidas o m.mo copeador em q já se acha copeada a dita de 10 de Julho
1 Copiador de cartas Françaças p. ^a o Norte	Copeador de cartas Portuguezas p. ^a Petersbourgo. Foi enviada [?] a ultima carta pelos ultimos Navios em 21 de Junho do anno corr. ^{te}
1 Copiador de cartas Portuguezas para S. ^{te} Petersbourgo	Copeador de cartas p. ^a o Rio de Janr. ^o . Foi ultima em 6 de Ag.to corr. ^{te} nos ultimos navios e partirão ou estão a partir
1 Copiador de cartas Portuguezas para o Rio de Janeiro	Copeador de cartas p. ^a a Bahia. Foi a ultima em 23 de Julho de 1784
1 Copiador de cartas Portuguezas para a Bahia	Copeador de cartas p. ^a o Pernambuco. Foi a ultima em 5 de Abril de 1784
1 Copiador de cartas Portuguezas para Pernambuco	Copeador de cartas p. ^a a Paraiba. Foi a ultima em 13 de Fevr. ^o de 1784
1 Copiador de cartas Portuguezas para a Paraiba	Copeador de cartas p. ^a o Pará. a ultima em 24 de Julho de 1784
1 Copiador de cartas Portuguezas para a Pará	

**Anexo 7: Livros do escritório e contabilidade da *Companhia* (1784) (continuação)**

Na casa da contabilidade Geral para a escrituração de todos os Livros auxiliares, e depuração de todas as contas, informações, e o may que se pede relativo à Contabilidade como também a escrituração dos livros do cofre, e correspondência pertencente à economia		
3	Copiadores de cartas Portuguezas para as Fabricas de Agoas ardentes	Copeador de cartas Portuguezas p. ^a as fabricas de Agoasardentes pelo que pertence ao commercio escreveu-se a ultima aos Intendentes da Fabrica de Ribr. ^a Doura [?] em 21 de Agosto corr.tes
1	Copiador de cartas Portuguezas para as obras do Rio Douro	Copeador de cartas p. ^a as Obras do Douro. Escreveu-se a ultima em 17 de Julho de 1784
1	Livro de registo de ordens varios correspon. ^{des} de Inglaterra, e outras Praças	Livro de Registo de Ordens de varios Correspondentes de Inglaterra e outras Praças. Esta escriturado em dia conforme o das determinações da Junta
2	Livros de conhecimentos Portuguezes	Livro de conhecim. ^{tos} Portuguezes escriturado o ultimo em 6 de Agosto Corr. ^{te}
3	Livros de conhecimentos Inglezes	Dito de conhecim.tos Inglezes escriturado o ultimo em 13 de Agosto corr. ^{te}
Na casa da contabilidade particular do Guarda Livros, para a escrituração do Memorial Diário, e transportes para o Livro Mestre; redução de Facturas, e may adições competentes		
2	Livros Mestres, o pr. ^o ja findo e o ultimo de Dezembro de 1781. E o segundo principiado em o pr. ^o de Janr. ^o de 1782 com os seus respectivos alfabetos	Os Dois Livros Mestres o prim. ^o findo em 1781 e o Segundo q principiou em 1782 esta escriturado athe o fim do anno e disse o Goarda Livros q continuava com a sua escrituração O Dierio G.al escriturado athe 20 de Maio de 1780 e disse o Goarda Livros q se não servia do d. ^o deareo mas tão som. ^{te} dos Borradores Diarios alternativos p. ^a a mais breve escrituração do Livro mestre, mas q sempre se continua a escriturar-se o d. ^o Diareo pelo off.al Lour.co Roin [?] de Saas [?]
1	Diario Geral	O Borradores Deareos Alternativos escriturados athe o ultimo de Dezbr. ^o de 1782. Disse o goarda livros q se continuava com a sua escrituração
2	Borradores Diarios alternativos	Livros de Memorial escriturados athe o fim de Dezbr. ^o de 1781. Disse o goarda livros q se não servia senão dos Borradores p. ^a os Memoriais mas q sempre continuava a escrituração de tais livros pelo sobred. ^o Lourenço Roiz de Saa a quem se tinha encarregado
2	Livros de Memorial	Borradores p. ^a os Memoriais escriturados he 21 de Agosto de 1784
8	Borradores para os Memoriaes	
1	Livro de facturas	Livro de facturas escriturado em dia the o da ultima carregação em 6 de Ag. ^{to} corr. ^{te}
1	Livro de entradas e sahidas de generos	Livro das entradas e sahidas de Generos escriturado athe o fim de Dezbr. ^o de 1782 e continua a escrituração conforme disse o goarda livros
1	Livro de Balanços annoaes dos Livros Mestres	Livro de Balanços annuaes do livro Mestre escriturado athe o fim do anno de 1781 e estasse trabalhando no balanço de 1782
1	Livro do Estado da Companhia extrahido annualm. ^{te}	Livro do Estado da Comp. ^a extrahido annualm. ^{te} athe o fim do anno de 1781 e não pode fazer-se o de 1782 sem q também se faça o balanço q está a concluir-se
2	Livros de correntes particulares interina de varias contas, e carregações para varias partes	Livro de Corr. ^{tes} particulares interino de varias contas e carregações p. ^a varias partes escriturado em dia the o de 21 de Agosto corr. ^{te}
2	Livros de Letras p. ^a receber e dezemeias [?] em conhesimentos de Dinheiro vindo do Brazil	Livro de Letras p. ^a receber e de remessas de conhecim. ^{tos} de dinhr. ^o vindo do Brazil escriturado em dia the o de 21 de Agosto corr. ^{te}
1	Livro de Letras para pagar	Livro de Letras p. ^a pagar escriturado em dia athe o das ultimas letras sacadas de Hamburgo em 13 de Agosto corr. ^{es}
1	Livro de Letras sacadas pela Junta	Livro de Letras sacadas pela Junta escriturado em dia athe os das ultimas letras q se sacarão sobre Paulo Jorge em 23 de Julho de 1784
	Varios cadernos para calcullos	Há varios cadernos p. ^a calcullos e o ultimo se acha escriturado athe 6 de Ag. ^{to} de 1784 como exame de varios generos carregados por Joze Roiz Silva na America Unida

**Anexo 7: Livros do escritório e contadoria da *Companhia* (1784) (continuação)**

Lista de Todas as Pastas de Ordens Regeas, e de todos os Livros da Secretaria da companhia geral do Alto Douro	
A Instituição original da comp. ^a vinte e nove Pastas com as originaes ordens Regeas desde o anno de 1756 até o de 1784	As 29 Pastas com os originaes ordens Regeas se achão na Secretaria e trabalha o Secretario actualm. ^{te} com hum Off. ^{al} Manuense p. ^a arrumalas em Boa Ordem cronologicam. ^{te} numerando todas as Referidas Ordens de baixo do anno a que he relativa a m. ^{ma} Pasta; estando a correlação q tem huas com outras ordens p. ^a conhecerse na m. ^{ma} folha q serve de coberta a cada hua dellas as alteracoens que tem havido nas Suas despozicoens: Esta feita a sua arrumação Cronologica athe o anno de 1762 faltandolhe som. ^{te} as notas desde o anno de 1759 e não se tem continuado esta deligencia porq a Junta tirou ao Secretario o off. ^{al} Manuense p. ^a trabalhar na Contadoria conforme declarou o m.mo Secretario. Os Alvaras Ordens, Cartas Regeas Avizos e mais rezolucoens estao registadas tao som. ^{te} nos livros compet. ^{es} athe 6 de Agosto de 1783 e não se tem continuado dahi em diante o registo e Escrituração pela falta do S. ^o Manuense.
Huma dita das ordens Regeas da Marinha	No livro do Registo das Ordens Regeas relativas a Marinha se achão Registadas todos os respectivos originaes q existem em sua Pasta separada e esta escriturado o d. ^o livro com o ultimo despacho de 2 de Dezbr. ^o de 1779
Huma dita com Avizos para se consultarem, informarem, e decedirem requerimentos de partes, que recorrerão immediatamet. ^e a S Mag.e	
Tombo original das Demarcaçãoes Geraes, em que Seachão sinco Avizos da Secretaria de Estado. A Idea das Demarcaçãoes; e huma Relação das Quintas, e vinhas em que se mandou emmendar a mesma Demarcação em consequencia dos requerimentos que fizerão seos Donos, e das consultaz que fez a S Mag. ^e em consequencia de Mes [?] à Junta da mesma comp. ^a	
Hum volume em folha do Alfabeto do dito Tombo	A colleção cronologica

**Anexo 7: Livros do escritório e contadoria da *Companhia* (1784) (continuação)****Lista de Todas as Pastas de Ordens Regeas, e de todos os Livros da Secretaria da companhia geral do Alto Douro**

Quattro livros do Registo das ordens Regeas, escriturado athe 6 de Agosto de 1783 f. 14 o ultimo

Collecção cronologica e univerçal dos Reaes Alvarás, Rezoluções de consultas, Avizos e may Providencias que S. Mag.^{es} Julgou necessaria para o Establecimento, conservação, e progresso da Comp.^a desde 9 de Agosto de 1756. Achase completo o primeiro volume em folha, athe paginas f. 45. O segundo achase escriturado athe paginas f. 152 e dia doze de Setembro de 1772.

Trez collecções informe das primeiras ordens Regeas

Livro de registo das ordens Regeas relativas a Marinha, escriturado athe f. 63 com o ultimo despacho do S. M.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Marquez de Angeja [?] de 2 de Setembro de 1779

Livro de registo da Junta particular para tractar do Negossio de Guernzey, Independente da Junta Geral da Comp.^a, escripturado athe f. 60 dia onze de Dezembro de 1759.

Livro dito de registo das consultas para as demarcações do vinho de embarque

Tres Livros mais de registo das consultas para as demarcações, digo do registo de consultas, e informações, escripturado o Livro quarto athe f. 29 dia 3 de Setembro de 1783. As consultas, e Informações que faltao por registrar, estao em huma Pasta separada do mesmo modo que o estaó nas suas respectivas as originarias ordens Regeas.

Livro das contrasenhos das Apolices do 1º fundo de N.º 1 a N.º 1224, contra senha Abrogar [?]. Por em o dito primeiro fundo acabou na Apolice N.º 1200, Senha Sorigonia. Do Accionista Francisco Pereira Pinto de Mançilha, que se acha hoje em titullo de João Fernandes da Costa; continuando o segundo fundo desdeo n.º 1201 Senha Angra e contrasenha bafadico, escrevendo as conras até, digo as contrasenhos athe o d.º N.º 1224. E continuando de 1225 até 1434., senha e contrasenha, Sendo esta ultima Fragozos, e Candil achandose sem Senha, nem contrasenha desde o N.º 1435 até o N.º 1484, e principiando de N.º 1485 Senha Astreia., Contrasenha Nilo athe N.º 1720 Senha Tito contrasenha Minecto.

Livro da receita, ou entrada das 600 Acções que S. Mad.e mandou addir ao fundo da comp.^a, escriturado athe f. 38 achandose para asinar e por acabar oito acentos das memas entradas, sendo o ultimo em 30 de Dezembro de 1769.

Quatro Livros de Acentos e Papeis da Junta o q [?] prencipiou em 26 de Setembro de 1756, escriturado até 1 de Fevereiro de 1757. f. 30 de donde p.^a deante hé numerado por paginas, o 2º escripturado desde f. 2 até f. 107, de f. 109 até f. 115, de f. 124 até f. 163, de f. 261 até f. 262; O 3º desde f. 1 até f. 124; E o 4º de f. 1 até f. 64

Hum Livro que contem as contas demonstrativas da contribuição dos dous por cento, aprovadas por Sua Mag.^e desde o anno de 1762 até 1771.

Hum Livro encadernado em pepel pintado com o titullo Memorial., Mandado crear pello Senhor Bernabé Vellozo Barreto de Miranda actual Provedor desta companhia para nelle se lancarem por lembrança todas as determinações da Junta, e se passarem ao dito Livro terceiro, e corrente dos Acentos

Hum Livro que tem por titullo., Resumo de Embarque., em que se achao lançados em Rezumo os vinhos arrolados desde 1772 em que se prencipiarão os Arrolamentos, em consequencia da disposição do Avizo de 12 de Sepbr.º do mesmo anno, até o anno de 1783, e isto só mt.es [?] dos totaes da produçáo, no mesmo Livro se acha a totalidade dos vinhos exportados p.^a Inglaterra desde 1678 até 1783, averiguação que fez o secretario aproveitando-se dos documentos que fez extrair compermissão da Junta pelo Inspector da Fazenda de Arco Manoel da Graça Cravo

Seiz copeadores em folha das cartas que a Junta escreveo ao Padre Frey João de Mançilha, procurador legado desta comp.^a

Collecção de cartas originaez do dito procurador legado, em 6 volumes em folhas

Rellação feita pellos provadores Manoel Pereira da Silva Berredo e António Jozé de Figueiredo, das provas dos vinhos sequestrados que entrarão em duvida se erão, ou não, culpados, sem titullo, nem assinatura.

Hum Livro dos termos dos cupõens das Apolices compradas pela companhia

Copea da demanda dos Donatarios que corre no Juizo da Coroa, encadernada em hum volume.

Duas certidoens da Torre do Tombo, em douz grossos volumes para a mesma demanda

Tres Livros de Apolices originaes, de N.º 1 até 1200



Anexo 7: Livros do escritório e contadoria da *Companhia* (1784) (continuação)

Lista de Todas as Pastas de Ordens Regeas, e de todos os Livros da Secretaria da companhia geral do Alto Douro
<p>Hum duplicado, ou Registo das mesmas Apolices, em trez volumes, asinados os primeiros dous por todo o corpo da Junta o 3º até N.º 1131 asinadas as Apolices sómente por Luiz Belleza de Andrade, e escripturadas com o nome dos Acionistass somente digo dos Acionistas N.ºs Senhas até N. 1151 e em branco os Nomes dos Accionistas sómente com o N.º e Senha e Subscrição do Secretario Manoel Freire de Andrade até N.º 1200</p> <p>Dous Livros de Apolices originaes do Segundo Fundo de N.º 1201 até 1720</p> <p>Hum Livro dos termos de cupoens de Apolices escripturado desde f. 1 até f. 240</p> <p>Dous livros do cofre que Mandou a Junta guardar na Secretaria</p> <p>Hum Livro de registo dos Editaez desde o dia 12 de Janeiro de 1771 até 12 de Fevereiro de 1784</p> <p>Copea das demarcaçoens que fez o Dez.r Ignacio de Souza Jacome Coutinho, que S Mag.^{es} julgou nullas. Com huma rellação dos carretos das pipas de vinho das quintaz e lugares dos respectivos Portos do Rio Douro.</p> <p>Há hum massô de copeas avulsas da mesma demarcasam</p> <p>Tombo das vinhas de ramo, com as suas respectivas Louvaçoens em 20 volumes</p> <p>Rezumo do mesmo tombo em 3 volumes</p> <p>Sinco copeadores geraez de diferentes cartas, o 1º de 8 de 8brº de 1761 até 23 de Dezembro de 1769, o 2º de trez de Janeiro de 1761 até 4 de Abril de 1772, o 3º de 8 de Abril de 1772 até 7 de Dezembro de 1776, o 4º de 2 Janr.º de 1777 até 4 de 8brº de 1782, o 5º de 16 de 8brº de 1782 q actualmente serve</p> <p>Hum copeador de cartas diferentes e escritas para Lisboa, e Brazil, desde 16 de Setembro de 1756, até 18 Março de 1761</p> <p>Dous copeadores mais de cartas varias de 1769 até 1781</p> <p>Hum copeador da Junta do commercio desde 19 de Dezembro de 1761 até 7 de Agº de 1773</p> <p>Dous copeadores das cartas escritas aos Intendentes e commissarios das Fabricas das Agoasardentes, o 1º desde 2 de Janr.º de 1762 até 11 de Dezembro de 1773, e o 2º desde 25 de Janeiro de 1774 que actualmente corre</p> <p>Hum copeador de diferentes cartas relativas à Marinha desde 14 de Abril de 1763, até 20 de Dezembro de 1766.</p> <p>Dous copeadores de cartas escritas a Paulo Jorge o 1º desde 24 de Fevr.º de 1770 até 10 de Abril de 1777, e o 2º desde 19 de Abril de 1777 que actualmente corre</p> <p>Hum copeador com o titulo de cartas do Norte desde 19 de Janr.º de 1771 até 21 de Janr.º de 1777</p> <p>Hum copeador com o titulo de cartas escriptas aos Administradores e outras pessoas do Rio de Janeiro desde 18 de Junho de 1773 até 27 de Novr.º de 1775</p> <p>Hum copeador de cartas escritas a diferentes pessoas desde 29 de Abril de 1772 até 30 de Janeiro de 1773</p> <p>Hum copeador de cartas escritas aos Administradores de Pernambuco desde 7 de Dezembro alias de Sepr.º de 1773 até 14 de Abril de 1778</p> <p>Hum copeador de cartas escritas aos Administradores da Baya desde 9 de 7br.º de 1774 até 14 de Abril de 1778</p> <p>Hum copeador de cartas escriptas à Meza dos vinhos de Lisboa desde 4 de 8brº de 1774 até 21 de Março de 1778</p> <p>Hum copeador de cartas relativas ao cofre que ouve no Douro desde 14 de Janeiro de 1775 até 9 de Março de 1776</p> <p>um copeador de cartas escriptas a Miguel da Rocha Magrú desde 6 de Julho de 1765 até 4 de Junho de 1767</p> <p>Hum copeador de cartas escriptas ao Ministro, Louvados do Tombo quantitativo, desde o prº de Julho de 1778 até 16 de Seprº do dito anno</p> <p>Hum copeador de cartas relativas ao Negocio de Montegordo, desde 13 de 9brº de 1773 que actualmente corre</p> <p>Hum copeador de cartas escriptas aos Dezembargadores Juiz conservador, e Procurador Fiscal desta companhia, desde 19 de 8brº de 1782 que actualmente corre</p> <p>Hum copeador de cartas escriptas aos deputados da Junta desde 12 de 8brº de 1782 que actualmente corre</p> <p>Hum copeador de cartas escriptas aos Enviados nas Cortes Estrangeiras, desde 12 de Janeiro de 1783 que actualmente corre</p> <p>Hum copeador de cartas escriptas aos Administradores da Rucea desde 17 de Janeiro de 1783 que actualmente corre</p> <p>Oito copeadores de cartas escriptas aos commissarios de vinho de Ramo, e que actualmt.º correm</p> <p>Hum copeador de cartas escriptas ao commissario de vinho de Ramo, alias de Embarque que corre actualmente</p> <p>Hum copeador de cartas escriptas ao Inspector da Terra da Feira desde 26 de Fevrº de 1779, até 13 de 8rº de 1781</p> <p>Trez Livros de registo de cartas de nomeaçoens e Instrucçoens para dar aos offíciaez desta companhia, o 1º desde Fevereiro de 1761 até Fevereiro de 1771, e o 2º desde 2 de Março de 1771 até 23 de Março de 1781 e o 3º desde 20 de Abril de 1781 que corre actualmente</p> <p>Hum Livro de Registo das Attestaçoens passadas a diferentes commerciantes dos effeitos que carregarão para a Russia</p> <p>Hum Livro dos termos de Juramento escripturado desde f. 1 até 12. e de f. 130 até f. 162.</p> <p>Hum Livro de Invent.º dos Livros e Estampas que se Entregarão ao Lente de Aula do Dezenho, e debuxo para uzo da mesma</p> <p>Tres Livros que contem o estado das cauza da companhia</p> <p>Quatro Livros dos termos dos propostos da cid.º districto do Previllegio exclusivo, e sima do Douro</p>



Anexo 7: Livros do escritório e contadoria da *Companhia* (1784) (continuação)

Lista de Todas as Pastas de Ordens Regeas, e de todos os Livros da Secretaria da companhia geral do Alto Douro
<p>Trez Livros dos termos dos Arraes que Transportão vinhos para esta cidade</p> <p>Nove Livros de Registo de todos os vinhos Agoasardentes e vinagres que se despachaó na Alfândega desta cidade, escripturados pello Inspector das Fazendas de Arco da dita Alfândega, desde o anno de 1775 athé 1783</p> <p>Dous Livros de entradas e sahidas dos Navios Portuguezes para se saber as suas antiguidades</p> <p>Sinco Livros das vizitas feitas nas Fabricas daz Agoasardentes a saber 1 de 1771 vizita feita pelo Vizitador Manoel Carlos, 3 das vizitas feitas por trez Deputados em 1772. e humda [?] vizita feitas pello Senhor Deputado Pantaleão da Cunha em 1782.</p> <p>Hum livro de registo dos vinhos Agoasardentes e vinagres que se manifestão na passagem de entre ambos os Rios</p> <p>Hum Livro de registo de quitaçoens que se pagao as pessoaz empregadas no serviço desta comp.^a depois de serem aprovadas as suas contas.</p> <p>Hum livro de recibos de cartas que se remetem para diferentes terras, e Reinos</p> <p>Oito Livros de registo das Licencas de vinhos que se passão às pessoas que os querem mandar vir para seu gosto, em que seindue [?] o que actualmente corre</p> <p>Doze Livros de registo das guias que acompanhaó os vinhos de Embarque conduzidos por esta Cidade</p> <p>Trinta e oito Livros de registos de guiaz de todos os vinhos de embarque exportados para Inglaterra e outros diferentes Portos do Norte, incluzivo o que actualmente corre</p> <p>Onze Livros de Registo de Guias, de todos os vinhos exportados para a costa, Brazil e outras diferentes Terras</p> <p>Seiz Livros de manifesto de vinhos em sima do Douro, desde o anno de 1765 athé 1770.</p> <p>Oitenta Livros dos Arrolamentos dos vinhos de Embarque dos annos de 1771 athé o de 1783.</p> <p>Dous Livros de qualificaçoens de vinho de embarque do anno de 1770</p> <p>Noventa Livros dos arrolamentos dos vinhos de ramo desde o anno de 1771 athé o de 1783</p>
Armazaens de Vinho de Embarque
<p>Livro de intradas de Vinho de Embarque escripturado em 23 de Agosto do anno Corr.^{te} com a ultima entrada; porem depois do d.º dias se achão lançadas no m.^{mo} livro alguas pipas de vinho de embarque q tinhao entrado em Marco Abril nos Armazaens de Ramo p.^a as Lotacoens do Vinho da Russia q por todas fazem o n.º de 274. Ff. 83 está lançadas a ultima entrada de Agoardente em 3 de Agosto</p> <p>Livro de sahidas do Vinho de Embarque escripturado thé F. 126 com a ultima sahida do primeirº de 7brº e desde F. 205 athé 220 tem alguas sahidas de parcelas miudas q. as alarras [?] em titulo separado</p> <p>Livro das lotaçoens de Vinho de Embarque escripturado athé F. 72 com a ultima lotação em 6 de Agosto</p> <p>Livro p.^a as Ordens dos Vinhos q vai p.^a o Norte escripturado athé F. 138 com a ultima ordem do primeirº de 7bro</p> <p>Livro das Fereas escripturado a F. 59 com a ultima Fereas de 31 de Agosto</p> <p>Livro que serve p.^a Mappas dos Armazens q tras alugados a Comp.^a escripturado athé F. 4 com Mappa dos m.^{mos} Armazaens que respeita ao anno de 1784.</p> <p>Livro dos Varejos q se dão anualmente aos Armazaens escripturado athé F. 8 com o ultimo varejo do fim do anno de 1783</p>

**Anexo 7: Livros do escritório e contadoria da *Companhia* (1784) (continuação)**

Armazens de Agoas Ardentes
<p>Livro de entradas de Agoas Ardentes escripturado com a ultima intrada do primr.º de 7br.º</p> <p>Livro de sahidas de Agoas Ardentes escripturado athé fins de Julho e faltão as sahidas de Agosto q só se lançao no fim do mes e depois da conferencia dos bilhetes no Escritorio como disse o Feitor</p> <p>Livro das Fereas dos trabalhadores escripturado com a ultima fereias de 31 de Agosto</p> <p>Livro em q seclarão os Materiaes pertencentes aos Armazens de Agoas ardentes escripturado com a rellação dos ditos Materiaes no principio de Janr.º de 1784 e no fim do anno se toma a conta dos q se achão existentes nos m.^{mos} Armazens</p> <p>Livro das Fereas dos Tanoeiros escripturado com a ultima Ferea de 31 de Agosto</p>
Armazens dos Materiaes
<p>Livro Deareo q serve nos Armazens dos Materies escripturado athé 18 de Ag.¹⁰ e disse o Feitor q faltarão os bilhetes athé 27 do dito</p> <p>Livro de entradas de Materiaes miudos escripturado athé 12 de Agosto</p> <p>Livro de sahidas de Materiaes miudos escripturado athé 12 de Agosto</p> <p>Livro de entradas e sahidas de Madeira de Carvalho escripturado com a ultima entrada de 12 de Agosto, e a ultima sahida foi em 2 de Junho</p> <p>Livro de entradas e sahidas de Cascos de Pipas escripturado athé 13 de Julho</p> <p>Livro de entradas e sahidas de Madeira de Bordo escripturado com a ultima entrada de 17 de Julho e pela sahida athé 23 de Dito.</p> <p>Livro de entradas e sahidas de Arcos de Ferro escripturado athé o dia 24 de Janr.º em q veio a ultima partida e pelas sahidas athé 7 de Junho</p>
Armazens de Vinhos de Ramo
<p>Livro de entradas de Vinho de Ramo escripturado athé 8br.º com a ultima entrada de 12 de Agosto</p> <p>Livro de sahidas de Vinho de Ramo p.^a tavernas escripturado athé F. 99 com a sahida do primr.º de 7br.º</p> <p>Livro das Carregaçoens q se fazem nos Armazens de Ramo p.^a quaisquer partes. Está em branco e disse o Feitor q o Deputado Inspector lhe tinha ordenado que sem sua ordem não escrevesse nelle achandose as Carregacoens Lancadas em hum caderno</p> <p>Livro de contas corr.^{tes} dos Armazens de Ramo com os de Embarque Escriurado pelo Vinho q entrou p.^a as Lotacoens do Brazil e p.^a as Tavernas athé 14 de Agosto, e pelo transporte athé 27 do dito</p> <p>Livro de Fereas escripturado com a ultima de 31 de Agosto</p> <p>Livro de entradas de Vinagres e Sahidas escripturado com a ultima entrada de 28 de Julho e com a ultima sahida de 27 de Agosto</p>

**Anexo 7: Livros do escritório e contabilidade da *Companhia* (1784) (continuação)**

Manoel Carlos Pinto de Azevedo, comicario do vinho de Embarque apresentou:	
Hum livro de registo das guias	Do presente anno escripturado athe f. 252 com a ultima guia de 15 de Mayo para Ramos Statford sem que o dito livro se ache rubricado por algum dos deputados
Hum Livro p. ^a as carregações de Embarque da Companhia	Do presente anno escripturado com a ultima do Arrais Antonio Pinto da Palla feita em 9 de Agosto, e com as respectivas despesas, o qual tambem se não acha rubriado
Hum Livro do dinheiro que entra no cofre	Livro que está só a cargo do dito Comisario e escripturado athe f. 7 com as ultimas duas entradas de 400\$000 rs cada huma, recebidos do Comisario João Rodrigues Pereira em 13 de Outubro deste mesmo anno
Hum caderno das saídas por groço do cofre	Diz respeito ao anno de 1783 para o A. 1784
Hum caderno das saídas por miúdo do cofre	Diz respeito ao anno de 1783 para o A. 1784
Cadernos de arrolamento	Tresladado do livro deles para seu governo
Livros dos principais arolamentos	(não os apresentou pois) findos se remetem para a Junta
Cartas da correspondencia para a Junta	(possivelmente avulsas, isto é, penso que não coligidas em livro)
Gabriel Caetano Ribeiro, Comiçario do destrito N. 1 apresentou	
Huns Cadernos informes	Disse que tinha extrahido para seu governo dos arrolamentos da novidade de 1783, porque os proprios arolamentos feitos em hum livro rubricado por hum Deputado da Junta se remetião todos os annos para a mesma
Livros dos principais arolamentos	(não os apresentou pois) findos se remetem para a Junta
Livro particular da despeza com a carregacão	A ultima conta sendo da carregacão § 1662 pipas de vinho de Ramo que comprara a nividade A° 1783 cuja despeza tambem constaria das Guias impressas dos Barcos que se tornavão a entregar aos Arrais pelas quaes Guias elle dito Comiçario formalizava as suas contas
hum livro das respostas à Junta	Cópias das cartas enviadas, como resposta às cartas da Junta
Manoel Ignacio Pereira, Comiçario do destrito de alem Corgo apresentou	
Hum livro de manifesto dos vinhos vendidos à bica	E nelle, a F. 67 se acha o ultimo manifesto feito no anno de 1781
João Rodrigues Pereira Comiçario do destrito N.º 2 apresentou	
Hum livro para a sahida do vinho para as tavernas	Para as tavernas do exclusivo da Companhia, escripturado com as sahidias do mes de Agosto deste anno inclusive, e apresentou tambem as dos outros mezes em papeis avulços ainda nã copiados
Hum livro dos arolamentos do vinho de ramo do Norte do destrito	Esripturado athe F. 118 e elle ainda conservava para o remeter com suas contas
Hum livro do arrolamento do vinho de Feitoria	Deste anno e novidade, que elle tinha ja completo e se acha escripturado athe F. 61
Correspondencia com a Junta	Cartas recebidas da Junta, a que havia dado pronta resposta
Hum livro dos arrolamentos do vinho vendido à bica	Tão somente athe o anno 1781 escripturado the F. 112
Huma relação do vinho, aguardente e cascos vazios nos armazens da	Feita por elle e em muito boa ordem
Huma relação dos vinhos que sahirão para as tavernas	Feita por elle e em muito boa ordem
Huma relação dos vinhos e agoardente que sahirão para o Porto	Feita por elle e em muito boa ordem
Vericimo Joze de Araujo Ferreira Comiçario do N.º 4 (e que tinha sido do N.º 3 da parte do Norte) apresentou referente ao destrito N.º 3	
Um livro do arrolamento dos vinhos comprados à bica	Esripturado athe f. 63 com arrolamento D. 1781
Hum livro de Carregacão	Do ano de 1783
Cartas dos Barcos	
Correspondencia com a Junta	A quem dera prompta resposta
Huma relação do que havia no Armazém do Pinhão	Pertencente à fazenda da Companhia
Cadernos dos arrolamentos	Que tinha feito extrahir do Livro de Meis [?] para seu governo

**Anexo 7: Livros do escritório e contadoria da *Companhia* (1784) (continuação)**

Vericimo Joze de Araujo Ferreira Comiçario do N.º 4 (e que tinha sido do N.º 3 da parte do Norte) apresentou referente ao destrito N.º 3	
... e tudo pertencente à Comição de que athe aqui esteve encarregado visto que os papeis pertencentes ao novo Officio estavam ainda na mão do Comiçario expulgo Francisco Xavier Moutinho	
Manoel Pinto de Almeida Comiçario do N.º 5 apresentou	
Caderno informe do arrolamento	Que disse extrahira para seu governo do livro do arrolamento D. 1783 que remeteo para a Junta
Hum livro do arrolamento dos vinhos comprados à bica	Esripturado athe F. 13 com o ultimo arrolamento 1781
Correspondencia com a Junta	Maço de cartas
Hum Copiador de respostas à Junta	
Dionizio Joze Aparicio Comiçario do N.º 6 apresentou	
Caderno informe do arrolamento	Extrahido dos arrolamentos principaes
Conta corrente com a Junta	(não os apresentou pois) findos se remetem para a Junta (cópias avulsas) que servem para formalizar a dita conta corrente com a Junta, porque as originaes impressas as tomava a dar aos Arrais dos Barcos para estes as entregarem na Junta. Disse que a quantia de Pipas de vinho de Ramo que tinha comprado aos Lavradores devia constar pelo abono dos escriptos que se ebregavão a cada hum dos ditos Lavradores para estes requererem na Junta o seu pagamento sem que na mão do dito Comiçario ficasse outro algum documento que não fosse o dos sobreditos cadernos e a Copea das suas contas que tambem deixava ficar para sua cautella.
Cartas dos Barcos	Guias dos Barcos tão somente athe 17 de Mayo de 1781 cuja deligencia nos annos seguintes tinha continuado nos informes cadernos asima declarados
Hum livro das guias dos Barcos	Maço de cartas
Correspondencia com a Junta	
Joze Vitor Magalhaes Comiçario do destrito de Tua e do N.º 7 apresentou	
Hum livro das cartas dos Barcos e suas respectivas despesas	Pela novidade de 1783 carregada em 1784
Hum resumo da sua corrente	Relação dos Cascos que crescendo da Sua Carregação ficarão vazios no Armazém do Pinhão onde se conservão e são por todos 142
Hum livro da relação de cascos vazios	Maço de cartas (nas costas de cada huma dellas a copea das respostas, e pela data destas se conhece que elle as dava com promptidão satisfazendo a todas as ponderacoens do Secretario da mesma Junta).
Correspondencia com a Junta	extrahido dos proprios arrolamentos que anualmente se remetem para a Junta sem ser obrigado a deixar treslado autentico
Huns poucos de cadernos informes dos arrolamentos	

Fonte: AHOP, Ministério do Reino MR 35, “Negócios da Companhia....” Doc. N.º 22 “Relação dos Livros que actualmente servem nos Escritorios e contadoria da Comp.^a Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro, desde o prim^o de Janeiro de 1777 primeiro da reforma dos segundos vinte annos da duração da mesma Companhia concedida por Sua Mag.de”.